

Sérgio Luís Boeira

Atrás  
da  
cortina  
de  
fumaça

Tabaco. Tabagismo e Meio Ambiente:  
Estratégias da Indústria e Dilemas da Crítica



editora  
Univali



“Este estudo aborda as relações entre tabagismo, indústria de tabaco e meio ambiente em suas múltiplas dimensões, sem reducionismos e distorções ideológicas, e com uma impressionante fundamentação de pesquisa empírica para dar suporte ao trabalho de construção teórica”

*Prof. Dr. Eduardo Viola, titular do Depto. de Relações Internacionais da Universidade de Brasília*

“Esta não é uma obra *light*. É séria, competente e instigadora, com altos teores de denúncia, que esmiúça os meandros da indústria do tabaco e suas relações com a saúde dos produtores e dos usuários”

*Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe – Curso de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC)*

“Este trabalho é original quanto ao seu conteúdo e metodologia empregada pelo autor. Pela atualidade e pela abordagem transdisciplinar, é de leitura obrigatória para todos aqueles que se interessam por tabagismo, tanto no mundo acadêmico como na população de modo geral”

*Prof. Dr. Alfio Brandenburg – Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR)*

“Foi um privilégio participar da Banca que examinou esta tese de doutorado, pois considero que é uma das melhores e mais consistentes, entre as muitas que tive ocasião de examinar, nos meus mais de 30 anos de carreira”

*Prof. Dr. Paulo J. Krischke – Curso de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC)*

“Esta é uma valiosa contribuição para que pessoas e instituições adotem atitudes bem informadas sobre a histórica polêmica entre fumantes e não fumantes e sobre a responsabilidade socioambiental da indústria do tabaco”

*Prof. Dr. Alberto Cupani – Curso de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC)*

ISBN 85-86447-45-5



9 788586 447457

Sérgio Luís Boeira

# Atrás da Cortina de Fumaça

Tabaco, Tabagismo e Meio Ambiente:  
Estratégias da Indústria e Dilemas da Crítica



2002

## Prefácio

Um dos grandes desafios das ciências humanas é o de contribuir em temas que parecem diluir as fronteiras entre trabalho acadêmico e o senso comum/jornalismo e políticas públicas. O caso da indústria de tabaco e de suas ramificações é um destes temas, sobre os quais é difícil encontrar alguém que não tenha uma forte opinião, seja contra ou a favor de fumar, da liberdade individual que merece ou não o fumante ou de como se deve controlar o seu consumo. Atualmente, os riscos provocados à saúde pelo cigarro já são quase consensuais no nível do senso comum. Se questionarmos um fumante, no geral a resposta que obteremos é que prefere o prazer em vez de evitar os riscos de longo prazo, ou que já tem tentado e continuará tentando inúmeras vezes, sem êxito, deixar de fumar. Poucos discutem a realidade de tais riscos decorrentes da dependência físico-química. Devido a que a consciência sobre os riscos também tem sido estendida à categoria de “fumantes passivos”, cada vez mais quem fuma se vê na obrigação de pedir licença para acender um cigarro em público, de procurar o refúgio em “fumódromos”, ou seguir novas legislações que proíbem fumar em aviões e num número cada vez maior de lugares. Entretanto, as indústrias de tabaco continuam procurando novas estratégias, para evitar processos, controles governamentais, assim como para atrair com sucesso novos consumidores em novos e velhos mercados.

Por que a informação destes riscos – cada vez mais dramaticamente apresentada inclusive nos maços de cigarro

em diversos países do mundo – não diminuiu significativamente o número de fumantes nem impediu o crescimento dos lucros da indústria? Trata-se de uma das tantas incômodas perguntas que podemos nos fazer frente à força da expansão da rede industrial, sem respostas fáceis. Nem sempre a informação sobre os riscos, difundida pelos cientistas, é decisiva para mudar hábitos ou para contrariar a influência do *marketing* empresarial. Portanto, não se trata do convencional confronto entre ignorância *versus* conhecimento científico. A teoria social e cultural dos riscos tem contribuído, fundamentalmente nas duas últimas décadas, ao questionamento de tal oposição. Mas, no caso do tabaco, não devem ser desconsideradas crenças e conhecimentos individuais e sociais que podem resistir, por inúmeras razões, aos dados científicos e estratégias governamentais para controlar sua difusão e penetração social, nem devem ser obviamente desconsideradas as milionárias campanhas de *marketing* e de *lobby* das indústrias do setor. Aqui é que se coloca um dos importantes desafios das ciências humanas, no sentido de ir além do senso comum e de visões circunscritas em análises disciplinares, como as da medicina e da epidemiologia, frente a problemas socialmente significativos que podem ser interpretados por meio de um diálogo interdisciplinar.

O livro de Sérgio Boeira enfrenta com sucesso tal desafio, construindo um problema de pesquisa que demanda fôlego e intensa dedicação. As diversas perguntas e temas por ele colocados não encontram respostas lineares e definitivas, mas integram caminhos de uma forma que é, até o presente no espaço acadêmico brasileiro, de alta originalidade. Sérgio Boeira começou seu trabalho centrado na indústria Souza Cruz, e gradativamente pude testemunhar – enquanto sua orientadora na tese de doutorado, versão original deste livro – o seu envolvimento cada vez mais intenso e cuidadoso no tema, que possibilitou o amadurecimento gradativo da construção de seu problema de pesquisa, ampliado ao

contexto dos debates mais amplos entre tabagistas e antitabagistas.

A originalidade do enfoque do autor radica em ter procurado superar as análises circunscritas e disciplinares por meio da integração dos processos sociais, econômicos, culturais e científico-tecnológicos que podem ser rastreados da cadeia produtiva aos problemas do consumo. Mencionamos acima os riscos ao consumidor. Mas estes riscos não são de menor relevância no processo produtivo, tanto para a saúde dos produtores quanto para o meio ambiente. Esta situação tampouco tem impedido as indústrias de tabaco de procurar contornar as críticas com políticas empresariais que visam reflorestamento e educação ambiental, especialmente entre as crianças – que recebem um deslumbrante material impresso, sempre com o logotipo da empresa.

Outro dos méritos de Sérgio Boeira é integrar também os problemas ambientais, numa análise que vai além do plano das denúncias, mas sem pretender assumir uma posição neutra, para apresentar-nos um exame sério de um tema que tem permanecido surpreendentemente à margem dos debates dos ambientalistas. Sendo ele próprio um deles, com uma longa e respeitável trajetória dentro do movimento, Sérgio Boeira questiona a forma pela qual a literatura ambientalista se posiciona quanto ao fenômeno que identifica como a *epidemia mundial do tabagismo*.

Este livro nos apresenta uma análise crítica fundamentada num atualizado levantamento bibliográfico de documentos e da produção acadêmica e jornalística internacional, sobre os escorregadios caminhos da indústria de tabaco. O trabalho do autor também envolveu uma aprofundada e nem sempre fácil pesquisa de campo, com entrevistas com representantes dos diferentes meios envolvidos na rede em torno da indústria no Brasil, na década de 90. Mas não podemos deixar de destacar que esta pesquisa está permeada por uma análise teórica, que lhe permite distanciar-se criticamente não

só das estratégias da indústria, mas também do senso comum acima mencionado, e difundido entre consumidores, críticos, jornalistas e representantes governamentais.

A perspectiva inter e transdisciplinar assumida pelo autor não só integra abordagens dentro das ciências humanas. Ele dialoga com os enfoques médicos e epidemiológicos sobre o tabaco e o tabagismo. A partir desta peculiar abordagem podemos entender a história da indústria do tabaco em diversas fases e identificar suas estratégias em relação ao mercado, as reações dos consumidores e o silêncio dos ambientalistas. Particularmente no segundo capítulo, Sérgio Boeira explica as diversas contribuições teóricas que lhe permitem analisar a dinâmica das Corporações Transnacionais do tabaco. Sem medo do ecletismo, uma prática saudável para evitar dogmatismos e interpretações autodemonstráveis dentro de só um paradigma interpretativo, o autor nos propõe seus conceitos para examinar os conflitos entre tabagistas e antitabagistas: os de *rede estratégica* e de *rede multifragmentária*. O primeiro conceito nos permite uma perspectiva histórica sobre a dinâmica das estratégias das Corporações Transnacionais do tabaco a partir do final do século XIX. O segundo conceito possibilita entender a emergência de atores sociais diversos que se opõem de diferentes maneiras às estratégias de tais Corporações. Está delineado, assim, o quadro para poder contextualizar seu argumento central: o de seguir a trilha dos conflitos entre estas duas redes, que crescem simultaneamente, e que finalmente lhe permitirá a análise da “supremacia e da complexidade das estratégias das empresas em relação às de seus críticos, situando os dilemas destes”.

Com este instrumental teórico e conceitual, no capítulo 3 são analisados os processos que no Brasil permitiram o fortalecimento da rede estratégica, a do setor industrial do tabaco, concentrando-se fundamentalmente na década de 90. A outra rede é discutida ricamente no capítulo 4, com uma caracterização cuidadosa e original dos diversos atores sociais

que no Brasil têm assumido posições questionadoras da indústria do setor. Voltando ao conceito de rede estratégica, no capítulo 5 apresenta-nos a pesquisa de campo sobre a história e dinâmica social da Souza Cruz, o que nas conclusões permite ao autor finalmente avaliar o confronto entre estas redes.

Ao se aventurar *Atrás da Cortina de Fumaça*, Sérgio Boeira nos apresenta novas dimensões de um problema que é parte de nosso cotidiano, ao relacionar teorias, atores sociais e econômicos, estratégias, discursos, informações jornalísticas e dados obtidos de diversas disciplinas, além de ter construído conceitos teóricos para orientar sua análise. Este livro nos abre, assim, uma dimensão criativa e altamente necessária para entender parte das inúmeras complexidades que envolvem a indústria do tabaco e o tabagismo como fenômenos sociais e econômicos num mundo globalizado. As questões incômodas que são sugeridas pela leitura deste livro permitem identificar novos desafios tanto para quem está no meio acadêmico trabalhando com o tema dos riscos ambientais e tecnológicos da modernidade e da alta modernidade quanto para os que atuam nos planos governamental e não governamental. Por estes aspectos sua leitura será de grande estímulo em diversos âmbitos profissionais.

Julia S. Guivant\*

\* Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política / Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar em Sustentabilidade e Redes Agroalimentares, Universidade Federal de Santa Catarina.



## Epígrafes

“A estratégia elabora um cenário de ação que examina as certezas e incertezas da situação, as probabilidades e as improbabilidades. Na prática, ela se constrói mostrando-se disponível a todas as modificações em função das informações que recebe, dos acasos, contratempos ou boas novidades que reencontra. A estratégia deve ora privilegiar a prudência, ora a audácia e, se possível, as duas simultaneamente. Ela pode e deve, freqüentemente, efetuar compromissos. Mas até que ponto? Não há uma resposta geral para esta questão, mas qualquer desafio quase sempre contém um risco, seja o da intransigência, que pode conduzir à derrota, ou o da transigência, que pode levar à abdicação. De modo singular, em função do contexto e de seu próprio desenvolvimento, é na estratégia que se coloca o problema da dialógica entre fins e meios, entre a *realpolitik* e a *idealkolitik*”.

Edgar Morin, em *A ética do sujeito responsável* (1998).

“Nos dias de hoje, o mercado tende a transformar-se na força modeladora da sociedade como um todo, e o tipo peculiar de organização que corresponde às suas exigências assumiu o caráter de um paradigma, para a organização de toda a existência humana. Nessas circunstâncias, os padrões do mercado, para pensamento e linguagem, tendem a tornar-se equivalentes aos padrões gerais de pensamento e linguagem; esse é o ambiente da política cognitiva. A disciplina organizacional ensinada nas escolas e universidades não é um saber crítico consciente dessas circunstâncias. É assim ela própria uma manifestação do sucesso da política cognitiva”.

Alberto Guerreiro Ramos, em *A nova ciência das organizações* (1981)

“Despite continuous legislative, economic, political and culture-ideology interference with its business affairs for decades in many parts of the world, the transnational capitalist class in the tobacco industry has succeeded in protecting its vital interests and continued to deliver substantial profits. The tobacco industry [...] is a key test of the capacity of national polities to curb the powers of globalizing corporations in contemporary capitalism”.

Leslie Sklair, em *The transnational capitalist class and global capitalism: the case of the tobacco industry* (1998).

### Agradecimentos

É imprescindível reconhecer e agradecer a colaboração de várias pessoas que, direta ou indiretamente, abriram-me portas, viabilizaram meu caminho, apoiaram-me nos momentos mais difíceis. Agradeço, portanto:

- aos meus pais, Maria Goulart Boeira e Agostinho Jacoby Boeira;
- à minha amada e companheira Nair Demo, a quem qualquer agradecimento me parece insuficiente; seu zelo e sua generosidade são inestimáveis;
- à minha orientadora, Dra. Julia Silvia Guivant, por sua paciência e dedicação, por suas críticas e conselhos;
- a meu coorientador, Dr. Alberto Cupani, por sua paciência, dedicação e sugestões;
- ao Dr. Mário Coutinho (CCS) e ao Dr. Wilson Schmidt (CCA), membros da banca no *exame de qualificação*, por suas críticas e sugestões;
- à direção do CFH da UFSC, especialmente a Joana Maria Pedro, que viabilizou recursos para viagens de pesquisa;
- aos professores do CFH, em especial aos Drs. Héctor Ricardo Leis, Paulo Freire Vieira, Selvino José Assmann, Gustavo Caponi, Ilse Scherer-Warren e Maria Ignez Paulilo, pelas informações e recomendações;
- à direção da Universidade do Vale do Itajaí, especialmente a Sueli Petry da Luz, Clóvis Demarchi, José Roberto Provesi e Franceline Pantoja Diehl; à Coordenadoria de Pós-Graduação, que viabilizou uma bolsa parcial de estudos durante dois anos e meio;
- aos meus entrevistados nos órgãos públicos, sindicatos, escolas, ONGs, empresas, em particular aos jovens filhos de fumicultores que responderam a meus questionários;
- aos pesquisadores Leslie Sklair e Scott Frey, que me enviaram artigos acadêmicos preciosos da Inglaterra e dos Estados Unidos;
- aos pesquisadores Rogério Silveira, Olgário Vogt e Virginia Etges, de Santa Cruz do Sul, por sua receptividade e generosidade;
- às funcionárias da Secretaria de Estado da Educação (SC), Sandra Araújo Figueredo e Sandra Mara Cardoso, pelas informações e apoio;
- aos funcionários da Secretaria de Estado da Saúde (SC), especialmente a Mara Hack, por sua generosidade e apoio;
- à direção e pessoal do Instituto Nacional do Câncer e do Ministério da Saúde, inclusive ao próprio ministro José Serra, que gentilmente respondeu-me algumas perguntas;
- aos funcionários e dirigentes da Souza Cruz, da Dimon, da Abifumo, do Sindifumo e da Afubra, por sua prestatividade;
- a Robert Warren e Taís Paulilo, pela tradução e revisão do *abstract*.
- às secretárias do doutorado do CFH, Liana e Raquel;
- aos funcionários de bibliotecas (central e setoriais) da UFSC

## Sumário

### Introdução geral

#### Capítulo 1

##### TABACO-TABAGISMO: HISTÓRIA DA PRODUÇÃO E EFEITOS DO CONSUMO

#### Introdução

|  |    |
|--|----|
| 1.1. Tabaco-tabagismo: surgimento e aspectos pré-modernos              | 10 |
| 1.2. Comércio e escravidão   | 15 |
| 1.2.1. Ingleses  | 17 |
| 1.2.2. Portugueses   | 18 |
| 1.3. Industrialização: das primeiras fábricas à primeira multinacional | 21 |
| 1.4. Início do movimento social antitabagista                          | 24 |
| 1.5. Desenvolvimento das indústrias no século XX                       | 27 |
| 1.6. Diversificação de investimentos                                   | 31 |
| 1.7. Competição transnacional: destaque anglo-americano                | 33 |
| 1.8. América Latina e Caribe: crescimento e crise                      | 37 |
| 1.9. Brasil e Região Sul: da colonização ao sistema integrado          | 41 |
| 1.10. Efeitos do consumo: enfoques biomédico e epidemiológico          | 54 |

#### Capítulo 2

##### REFERENCIAL TEÓRICO: CAMINHOS & DESCAMINHOS

#### Introdução

|  |     |
|--|-----|
| 2.1.1. Literatura sobre tabaco                                   | 65  |
| 2.1.2. Literatura sobre tabagismo                                | 78  |
| 2.2. Teoria social contemporânea: modernização e globalização    | 92  |
| 2.2.1. Modernização  | 93  |
| 2.2.2. Globalização  | 99  |
| 2.2.3. Teoria do sistema global                                  | 106 |
| 2.3. Paradigmas e componentes da cultura-ideologia do consumismo | 111 |
| 2.3.1. Crise de paradigmas                                       | 112 |
| 2.3.2. Tecnociência e CTNs                                       | 118 |
| 2.3.3. Cidadania e <i>marketing</i> : política cognitiva         | 123 |

### Capítulo 3

#### BRASIL: TRANSFORMAÇÃO DO SETOR DE TABACO NA DÉCADA DE 1990

##### Introdução

|  |     |
|--|-----|
| 3.1. Aspectos da realidade brasileira: modernização e globalização | 140 |
| 3.1.1. Relativo fracasso das políticas de modernização             | 141 |
| 3.1.2. Transições tecnológicas no Brasil                           | 150 |
| 3.2. Diversidade interna: perfis empresariais                      | 153 |
| 3.3. Expansão e encolhimento                                       | 166 |
| 3.4. Crítica da ideologia setorial                                 | 175 |

### Capítulo 4

#### FRAGMENTOS E DILEMAS DA REDE ANTIFUMO

##### Introdução

|   |     |
|---|-----|
| 4.1. Fragmento 1: tradição religiosa          | 195 |
| 4.2. Fragmento 2: ONGs médicas                | 197 |
| 4.3. Fragmento 3: saúde pública               | 202 |
| 4.4. Fragmento 4: movimento antifumo          | 211 |
| 4.5. Fragmento 5: ambientalismo               | 220 |
| 4.6. Fragmento 6: ONGs advocatícias           | 224 |
| 4.7. Fragmento 7: mídia ético-política        | 227 |
| 4.8. Fragmento 8: grupos de anônimos          | 229 |
| 4.9. Fragmento 9: antitabagismo mercadológico | 331 |

### Capítulo 5

#### SOUZA CRUZ: UMA REDE ESTRATÉGICA

##### Introdução

|                                  |     |
|----------------------------------|-----|
| 5.1. História em três fases      | 268 |
| 5.1.1. Primeira fase (1903-1978) | 270 |
| 5.1.2. Segunda fase (1972-1991)  | 275 |
| 5.1.3. Terceira fase (1991-1999) | 282 |
| 5.2. Relação com fumicultores    | 298 |

|   |     |
|---|-----|
| 5.3. Política ambiental, de segurança e saúde ocupacional | 314 |
| 5.4. Programas socioambientais                            | 320 |
| 5.4.1. Clube da Árvore                                    | 320 |
| 5.4.2. Hortas escolares                                   | 330 |
| 5.5. Publicidade direta e indireta: artes e esportes      | 338 |
| 5.6. Reação contra o antitabagismo                        | 344 |
| 5.7. Tecnociência ou tecnofraude?                         | 358 |
| Conclusões  | 371 |
| Referências   | 390 |

## Lista de siglas

ABIFUMO: Associação Brasileira da Indústria do Fumo  
AMB: Associação Médica Brasileira  
APREMAVI: Associação de Preservação do M. Ambiente do Alto Vale do Itajaí  
AFUBRA: Associação dos Fumicultores do Brasil  
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BAT: British American Tobacco  
B&W: Brown & Williamson  
CTN: Corporação Transnacional  
CCT: Classe Capitalista Transnacional  
EPAGRI: Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de SC  
FAO: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação  
FETAESC: Federação dos Trabalhadores na Agricultura – SC  
FGV: Fundação Getúlio Vargas  
IBAMA: Instituto Brasileiro do M. Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
INCA: Instituto Nacional do Câncer  
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados  
ITGA: Associação Internacional de Produtores de Tabaco  
NAFTA: Acordo de Livre Comércio Norte-americano  
OMS: Organização Mundial da Saúde  
ONG: Organização não-governamental  
PNB/PIB: Produto Nacional Bruto; Produto Interno Bruto  
PNCF: Programa Nacional de Combate ao Fumo  
PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
SINDIFUMO: Sindicato das Indústrias de Fumo do Rio Grande do Sul  
SINTRAFUMO: Sindicato dos Trabalhadores da Cultura do Fumo  
SUS: Sistema Único de Saúde  
UNESP: Universidade Estadual Paulista  
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina  
UFSM: Universidade Federal de Santa Maria  
UFSP: Universidade Federal de São Paulo  
UNISC: Universidade de Santa Cruz do Sul  
USP: Universidade de São Paulo

## Resumo

O presente livro está fundamentado na tese realizada no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), curso que teve início em 1995 e conclusão em 2000. A questão central da tese consiste em compreender e explicar as estratégias de modernização e crescimento global da indústria de tabaco (com destaque para BAT-Souza Cruz), considerando-se o contexto brasileiro da década de 1990 e a chamada epidemia mundial de tabagismo. Com este objetivo busquei apoio nas perspectivas histórica, sociológica, filosófica, médica, epidemiológica e ambiental, concebendo as estratégias das indústrias sob o contexto de três períodos do capitalismo e especialmente durante o capitalismo global.

Foram realizadas 76 entrevistas: 39 abertas, gravadas (com duração média de 45 minutos cada uma) e 37 semiestruturadas, baseadas em questionários. Foram entrevistados empresários do setor, fumicultores, sindicalistas, técnicos de empresas fumageiras, técnicos dos setores governamentais de saúde, extensão rural e educacional, líderes de ONGs e outros atores sociais.

Utilizei a teoria do sistema global, de Leslie Sklair, além de contribuições de vários autores, principalmente Edgar Morin, Alberto Guerreiro Ramos e Boaventura de Sousa Santos. Procurei explicar particularmente as estratégias de *marketing* e tecnocientíficas das indústrias de tabaco, destacando sua crescente complexidade e implicações socioambientais, especialmente na região sul do Brasil, na qual a Souza Cruz estabeleceu o chamado *sistema integrado de produção* em 1918.

Este trabalho diferencia-se de abordagens que se concentram na produção e industrialização ou no consumo e seus efeitos, procurando estabelecer uma vinculação analítico-sintética entre tabaco, tabagismo e meio ambiente. Dois conceitos operacionais foram propostos: o de *rede estratégica* e o de *rede multifragmentária*. O primeiro permite examinar a dinâmica de atores sociais como as Corporações Transnacionais (CTNs) de tabaco, suas alianças com outras empresas, órgãos governamentais, ONGs, escolas, etc. Observa-se um intenso uso de tecnologias de comunicação, de tecnociência e *marketing global* nas *redes estratégicas* nas últimas décadas, concomitantemente a reestruturações administrativas, aquisições e fusões visando competição transnacional. Nesse processo de expansão mercadológica, tais redes entram em conflito com atores da sociedade civil, organizações religiosas, ONGs, governamentais e inclusive empresariais que também se articulam em forma de rede. Para examinar as iniciativas

cidadãs contrárias, direta ou indiretamente, às estratégias das CTNs de tabaco, utilizei o segundo conceito – de *rede multifragmentária*. No confronto entre as duas redes, observa-se ampla margem de manobra das empresas, dadas as limitações da cidadania sob os diferentes Estados-nações. Entretanto, a assimetria de poder entre as redes é contrariada pela tendência de crescimento rápido das interconexões entre os atores sociais que compõem a *rede multifragmentária*, com aumento das possibilidades de conseqüências não premeditadas e mesmo imprevisíveis no complexo jogo de inter-retroações entre as empresas e seus críticos. Subjacente a este confronto há um outro entre dois paradigmas científicos: o que reduz e separa as disciplinas e o que as associa sem fundir, distinguindo-as sem separá-las.

### **Abstract**

The central task of this thesis was to explain the tobacco industries' modernization strategies and global growth (particularly in BAT-Souza Cruz), contextualizing them in the Brazil of the 90s, considering the worldwide spread of the "tobacco epidemic". To this end, I searched for support in historical, sociological, philosophical, medical, epidemiological and environmental approaches, contemplating the strategies of such industries in the light of three periods of capitalism and especially of its global period. Many interviews were carried out with entrepreneurs, Souza Cruz technicians, tobacco cultivators (adults and youngsters), syndicalists, technicians from governmental institutions engaged in health and agriculture, politicians, NGO leaders, etc.

I employed the theory of the global system, by Leslie Sklair, and also contributions by some other authors such as Edgar Morin, Alberto Guerreiro Ramos and Boaventura de Sousa Santos. I tried to explain, above all, the marketing and technoscientific strategies adopted by tobacco industries, focusing on their increasing complexity and socioenvironmental implications, especially in the south of Brazil, where Souza Cruz established the so-called "integrated" system of production in 1918.

This work differs from those approaches which concentrate on production and industrialization or on consumption and its effects, as it attempts to set up an analytical-



synthetic bond between tobacco, tabaccoism and environment. Two operational concepts have been suggested: strategical network and multifragmentary network. The first allows us to examine the dynamics of social actors such as transnational tobacco corporations (TNCs) and their alliances with other enterprises, official organizations, NGOs, schools, etc. An intense use of communication technologies, technoscience and global marketing has been apparent in strategical networks over the last decades, concomitant with restructuralization, acquisitions and coalitions which were aimed at transnational competition. In the course of this market expansion, such networks have come into conflict with actors of civil society, that is, religious, governmental, NGOs and entrepreneurial organizations which also articulate in network form. To analyse citizens' initiatives which oppose, directly or indirectly, the strategies of the TNCs, I made use of the second concept (multifragmentary network). These two networks being in confrontation, and given the limitations of citizenship in different State-nations, there is ample scope for the action of enterprises. However, the asymmetry between the power of distinct networks is counteracted by a tendency for rapid increase in the number of interconnections among social actors which form the multifragmentary network, with a resulting growth in the possibility of unforeseen or even unpredictable consequences in the complex game of interaction and retroaction between companies and their critics. Finally, and subjacent to this confrontation, there is another which lies between two scientific paradigms: one that reduces and separates the disciplines and one that associates without fusion, discerning them without separating them.

## Capítulo 1

### TABACO-TABAGISMO: HISTÓRIA DA PRODUÇÃO E EFEITOS DO CONSUMO

#### Introdução

Este capítulo é uma introdução à história da problemática do tabaco, tanto da produção e da industrialização quanto do consumo e de seus efeitos. Quanto a estes últimos, inclui-se um tópico específico sobre o ponto de vista biomédico e epidemiológico. Trata-se, no conjunto, de uma abordagem panorâmica, que servirá de base para o exame das estratégias da indústria no mundo contemporâneo. Antes, porém, faço uma periodização do capitalismo dentro do projeto sociocultural da modernidade, a partir da contribuição do sociólogo Boaventura Santos<sup>1</sup> (uma das minhas principais referências neste trabalho).

O projeto sociocultural do mundo moderno, ou seja, o paradigma da modernidade,<sup>2</sup> constituiu-se antes de o modo de produção capitalista tornar-se dominante e provavelmente será extinto antes do fim do capitalismo. Esta tese, desenvolvida por Santos, tem como pressupostos uma definição e uma periodização do capitalismo. A especificidade histórica deste está nas relações de produção que instaura entre o capital e o trabalho, relações que determinam a emergência e a generalização de um sistema de trocas definitivamente capitalista, o que ocorre a partir do fim do século XVIII e no início do século XIX. Esta definição contrapõe-se às de outros autores, que compreendem o capitalismo

---

<sup>1</sup> SANTOS, B.S. (1995) **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade.**

<sup>2</sup> Em síntese, Santos define-o como tendo dois pilares, o da regulação e o da emancipação. O primeiro é constituído por três princípios: do Estado (Hobbes), do mercado (Locke) e da comunidade (Rousseau). O segundo é constituído por três lógicas: a estético-expressiva (arte e literatura), a moral-prática (ética e direito) e a cognitivo-instrumental (ciência e técnica). (Op.cit., 1995:77). Este sociólogo português diferencia o paradigma sociocultural da modernidade do que chamou, em outras obras, de *paradigma dominante* ou *paradigma da ciência moderna*, por serem estes últimos diretamente referentes à epistemologia. SANTOS, B.S. (1993) **Um discurso sobre as ciências**; SANTOS, B.S. (1989). **Introdução a uma ciência pós-moderna.**

como sistema de trocas monetárias generalizadas, fazendo recuar seu início histórico para o século XVI <sup>3</sup>.

O projeto sociocultural da modernidade constituiu-se entre o século XVI e fins do século XVIII. Somente a partir desta época se inicia de fato o teste do seu cumprimento histórico e esse momento coincide com a emergência do capitalismo nos países da Europa e com a primeira grande onda de industrialização.

Pode-se distinguir três períodos do *trajeto histórico* da modernidade, a partir de então. O primeiro cobre todo o século XIX, embora fique um tanto descaracterizado nas duas últimas décadas. Santos, entre outros autores, denomina-o *capitalismo liberal*. O segundo período inicia-se no final do século XIX e atinge seu ápice entre as duas guerras mundiais e nas primeiras décadas após 1945. O autor rotula-o de *capitalismo organizado*. O terceiro período tem início no final dos anos 60 – em alguns países um pouco mais cedo, noutros um pouco mais tarde. Alguns autores denominam esta fase de capitalismo financeiro, mas, seguindo autores alemães e ingleses, Santos prefere a denominação de *capitalismo desorganizado*. Cada um destes períodos tem sua própria complexidade e configuração específica em cada país, em cada região, em cada cultura. O autor associa aos períodos, respectivamente, os conceitos de modernidade, modernismo e modernização – este último, juntamente com o de globalização, será discutido no capítulo 2. De modo aproximativo, pode-se dizer que o primeiro período é caracterizado pelo princípio do *laissez faire* e pelo Estado liberal. O segundo período contém várias transformações do Estado, crescentemente associado aos grandes monopólios privados na luta política pelo controle imperialista dos mercados, com crescente intervenção na regulação e institucionalização dos conflitos entre capital e trabalho, afirmando-se finalmente como *Welfare-State* (ou Estado-Providência) após a 2<sup>a</sup> Guerra. O terceiro período, ainda em processo de transformação, caracteriza-se, para dizer o mínimo, pela transnacionalização da economia e por uma confluência de crises:

---

<sup>3</sup> Ver, a propósito, WALLERSTEIN, I. (1974). **The modern world system: capitalist agriculture and the origins of european world-economy in the sixteenth century.**

a) do *Welfare-State*; b) ecológica, planetária; c) crise global da idéia de revolução social, com preponderância da filosofia e da prática política neoliberais. Esta periodização, válida particularmente para os países centrais ou capitalistas avançados, será abordada no capítulo 2, agregando-se a contribuição de outros autores, particularmente a de Leslie Sklair, com a *teoria do sistema global*, que aprofunda a compreensão dos desdobramentos socioambientais na terceira fase do capitalismo. Por enquanto, considero suficiente esta divisão esquemática para situar o conteúdo histórico a seguir.

### 1.1. Tabaco-tabagismo: surgimento e aspectos pré-modernos

Tabaco, fumo e nicotina são palavras usadas às vezes de maneira confusa – por isso cabe fazer diferenciações preliminares. Atualmente a nicotina é considerada uma, embora a mais relevante, das substâncias contidas na fumaça do tabaco – e o ato de aspirar esta última com o tempo foi confundido com a planta em si mesma <sup>4</sup>.

Há diversas plantas do gênero *nicotiana*, da família das solanáceas, sendo as mais conhecidas a *nicotiana tabacum* e a *nicotiana rústica*. A origem destas plantas permanece um mistério. Tabaco é um termo associado a um tubo em forma de Y com que os indígenas Arawák aspiravam fumaça de uma erva, hoje conhecida como *nicotiana*, introduzindo as pontas superiores nas narinas. Também se diz que tabaco era o nome dado a cilindros de folhas enroladas pelos mesmos índios, o que hoje se reconhece como enormes charutos. Outros consideram que o termo teve origem na Ásia do século IX, já que a palavra árabe *tabbâq* designava determinadas plantas fumadas em cachimbos <sup>5</sup>.

Há pelo menos duas versões concorrentes: uma afirma que o fumo é originário das Américas e outra diz que é da Ásia. A versão mais aceita pela

---

<sup>4</sup> HENNINGFIELD, J. (1988). **Nicotina**.

<sup>5</sup> ETGES, V. E. (1991:40). **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**.

Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo) e pela Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) é a primeira, que se baseia principalmente na pesquisa do historiador Jean-Baptiste Nardi:

“Planta nativa do continente americano, o fumo era conhecido pela maior parte das tribos indígenas, as quais faziam dele um uso essencialmente mágico-religioso e medicinal. Fumavam-no principalmente em charutos fabricados com folhas de milho ou outras (América Central e Meridional) ou em cachimbos (América do Norte), mas era ainda mascado, bebido ou pitado. No Brasil, era particularmente importante na civilização dos tupis-guaranis, sobretudo dos grupos que viviam pelas costas e até o cultivavam”<sup>6</sup>.

Numa monografia editada pela Abifumo, este historiador afirma que o fumo era utilizado para a iniciação dos pajés e nas cerimônias tribais. O pajé, ao fumar, entrava em transe e em contato com os deuses, espíritos, almas dos mortos, ou ainda predizia o melhor momento para ir à caça, viajar ou atacar o inimigo. A fumaça, continua Nardi, era considerada purificadora: protegia dos maus espíritos o jovem guerreiro, a roça, a safra ou a comida. Como planta medicinal, o tabaco curava as feridas, as enxaquecas ou as dores de estômago<sup>7</sup>.

Numa obra coletiva, intitulada *Tabaquismo y salud en las Américas* (que será uma de minhas referências mais recorrentes neste capítulo), a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que na antigüidade existiam no Cone Sul numerosas espécies de tabaco, embora não tenham despertado muito interesse até cerca de 8.000 anos, quando as mudanças ocorridas no consumo de alimentos forçaram a população a passar da caça e da coleta ao cultivo da terra. Nessa época, as populações emigram das savanas abertas do sul do continente, pouco adequadas à agricultura, para as selvas tropicais do Amazonas e regiões ainda mais ao norte, incluindo o Caribe. O tabaco passa a ser, então, um dos cultivos habituais destes primeiros agricultores<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> NARDI, J.B. (1996:23). **O fumo brasileiro no período colonial: lavoura, comércio e administração.**

<sup>7</sup> NARDI, J.B. (1985: 05). **A história do fumo brasileiro.**

O enfoque de Nardi é mais restrito que o da OMS. Ele escreve que “a planta nasceu provavelmente nos vales orientais dos Andes bolivianos e se difundiu no atual território brasileiro através das migrações indígenas, sobretudo Tupi-Guarani” (NARDI, 1996). Na sua obra mais detalhada, o autor chega a afirmar que foram dois companheiros de Cristóvão Colombo, Rodrigo de Jeres e Luís de Torres, os dois europeus que viram, pela primeira vez, índios fumando folhas de ervas secas, em Cuba, entre os dias 2 e 5 de novembro de 1492.

Nardi identifica o fator social como principal propagador do fumo, dividido em dois movimentos, caracterizados pelos usos a) hedonista e b) ornamental e medicinal. O aspecto comercial, nesta abordagem, é apenas uma consequência do social. Já a OMS, na obra citada acima, observa que muitos exploradores constataram que o tabaco gerava *vício* (ou dependência, conceito a ser examinado adiante).

Algo que não aparece nas obras de Nardi – que apesar do exposto anteriormente enfatiza a riqueza *econômica* gerada pelo fumo ao longo da história – é apontado pela OMS: durante as viagens que realizou entre 1541 e 1555, Girolamo Benzoni observou que tribos da América Central se “intoxicavam” com tabaco em sessões curativas<sup>9</sup>. Nos rituais, alguns caíam como mortos e permaneciam em estado de estupor em parte do dia e da noite. Ao recuperar a consciência, os pajés descreviam suas visões e encontros com os deuses.

De acordo com a OMS poucos exploradores compreenderam as *razões* pelas quais os selvícolas consideravam o fumo uma planta *sagrada*. Notaram que, em pequenas doses, o tabaco servia como estimulante, supressor da fome e da sede, bem como analgésico. Constataram também os fins sociais, nestes casos: consolidar amizades, estimular negociações, danças, conselhos de guerra, fortalecer os guerreiros.

---

<sup>8</sup> OMS. (1992). **Tabaquismo y salud en las Américas**. Informe de la Cirujana General, 1992, en colaboración con la Organización Panamericana de la salud. Departamento de Salud y Servicios Sociales de los Estados Unidos.

No enfoque da OMS é confirmado o uso mágico-religioso mencionado por Nardi. Mas, à diferença deste, destaca-se que, ao buscar *alterar o estado de consciência para fins espirituais*, os pajés utilizavam doses excessivas – provavelmente de *nicotiana rústica*, a mais forte –, sofrendo as conseqüências da *intoxicação aguda* (náuseas, dificuldade respiratória, vômitos, tremores, convulsão, prostração e inclusive morte). (No capítulo 5, ao tratar do fumo supernicotinado ou Y-1, esta variedade selvagem reaparece como parte de uma estratégia tecnocientífica da indústria).

Até que ponto o tabaco era misturado com outros produtos, como cal, cohoba (rapé psicotrópico), cinzas, terra, sal, folhas de coca, mel, água, bebidas alcoólicas, pimenta, açúcar, mandioca, ayahuasco (*banisteria caapi*), gengibre, cascas de frutas, guaraná (*paullinia cupana* variedade *sorbilis*), resina de plantas aromáticas, etc. – é algo que varia tanto de acordo com as formas de absorção (beber, chupar, fumar, cheirar a fumaça solta no ar, mascar ou como emplastro) quanto com as tribos e suas regiões. A diversidade cultural é marcante.

O propósito de busca de transcendência entre os nativos é associado ao desejo de exercer poder pelo carisma e conservar a credibilidade. Nas sociedades indígenas da América do Sul, particularmente, o tabaco era e continua sendo empregado como meio de obtenção de experiências transcendentais, formando parte dos ritos religiosos destas populações.

O tabaco é usado nos rituais de iniciação dos líderes (curandeiros) para que estes atuem como *protetores espirituais* de suas tribos diante de adversários intangíveis. Isto confere aos líderes um aspecto sobrenatural, que é parte integrante de sua posição social. Mais especificamente: durante o ritual de iniciação, o sujeito passa por um *estado semelhante ao da morte*, associado a uma transitória depressão e redução de sua capacidade respiratória. A recuperação posterior equivale, na interpretação indígena, a um *renascimento*

---

<sup>9</sup> A obra de Benzoni citada pela OMS e' "La historia del mundo nuevo", editada pela Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, em 1565. Reimpressa pela mesma, em

*que confere poderes sobrenaturais ao iniciado. Portanto, a busca de transcendência está associada à intoxicação aguda, nestes casos. Omitir este aspecto fundamental, como faz Nardi, implica em alimentar o mito de que o fumo está associado à liberdade, ao poder pessoal, ao carisma – mito este que é mantido pela publicidade atual dos cigarros e charutos, como estratégia empresarial.*

A intoxicação aguda é parte indissociável do ritual que confere poder aos iniciados. Por exemplo, podem ser ingeridos litros de suco de tabaco. Isto pode ocorrer logo depois de um indivíduo fumar um cachimbo enorme enquanto masca tabaco. A nicotina muitas vezes contribui na transformação e diferenciação física dos iniciados, provocando-lhes uma voz profunda e rouca e um forte odor corporal.

Em muitas tribos os iniciados exercem poder com agressividade, sendo reconhecidos como “homens-jaguar”, após a ingestão de tabaco. O jaguar (do tupi-guarani, *ya'wara*) é considerado a fera mais terrível do continente americano e, paradoxalmente, a palavra “jaguara”, com a mesma origem, é utilizada no sul do Brasil como sinônimo de “cão ordinário, pessoa de mau caráter”<sup>10</sup>.

Talvez o *homem de Marlboro* dos comerciais da Philip Morris tenha ainda algum laço mitológico com os poderes sobrenaturais dos homens-jaguar, dominando soberbamente seu cavalo – mas é certo que muitos fumantes, na década de 1990, são vistos como “pessoas de mau caráter”. Isto mostra, de uma maneira sintética, a complexa simbologia que cerca a problemática em exame.

O uso do tabaco com fins transcendentais em sociedades indígenas contrasta com seu uso posterior nas sociedades urbanas, nas quais o consumo do produto está associado ao prazer social, em função de suas propriedades estimulantes ou tranqüilizantes, em pequenas doses. A intoxicação aguda e o

---

Caracas, Venezuela, em 1967.

<sup>10</sup> Ver o dicionário *Aurélio*, 2ª edição, editora Nova Fronteira, 1986 (1980).



risco imediato à saúde cede espaço ao vício a longo prazo e às conseqüências crônicas para a saúde.

A percepção dos efeitos de longo prazo do consumo de tabaco ocorre na medida em que as sociedades melhoram suas *condições de saneamento*, e em que a *expectativa de vida avança entre os não-fumantes*, enquanto que entre os fumantes aparecem vários distúrbios *degenerativos*, quando não a própria morte prematura. As sociedades indígenas e mesmo as modernas, até as primeiras décadas do século XX, não têm condições de fazer este tipo de distinção.

Além disso, embora o uso intensivo e o recurso à intoxicação aguda tenham sido ignorados pelas sociedades urbanas desde os primeiros contatos com o produto, a disseminação do consumo em larga escala não é possível até que se invente o cigarro manufaturado, e enquanto o comércio intercontinental, o escravismo e a tributação pelos Estados-nações não se transformam em marcantes aspectos pré-industriais da história do tabaco.

## 1.2 . Comércio e escravismo

Os espanhóis dominam as primeiras décadas do comércio intercontinental do tabaco, tendo estabelecido, em 30 anos após a descoberta do produto no ocidente urbanizado, negociações no Caribe, na Índia, no Japão e na China. Furando o monopólio espanhol, alguns plantadores caribenhos introduzem amostras de fumo em barcos holandeses e ingleses.

Os principais agentes difusores do hábito de consumir tabaco, entre os europeus, são marinheiros, soldados e piratas. No porto de Havana, principalmente, reúnem-se em tavernas, casas de jogos e de prostituição, associando fumo e bebidas alcoólicas.

Já em 1557, em Cuba, o comércio de tabaco é vinculado à discriminação racial de negros: a venda de derivados do produto se torna tão lucrativa que as

mulheres negras são proibidas de participarem do mercado, mantendo-se, assim, o domínio do mesmo em mãos europeias <sup>11</sup>.

Para evitar o contrabando, o rei espanhol Felipe II proíbe a semeadura de fumo em grande parte das colônias espanholas na América Latina entre 1606 e 1616. Em 1614 o cultivo em Cuba é autorizado com a condição de que todo o fumo seja carregado para Sevilha. Tal política estimula a Inglaterra a buscar sua própria fonte do produto. Por intermédio da colônia de Virgínia, no continente americano, os ingleses iniciam sua produção independente em 1611. A troca de tabaco por produtos manufaturados viabiliza economicamente os assentamentos de Jamestown e em seguida de Maryland.

O primeiro embarque de tabaco de Virgínia chega a Londres em 1613 e, depois de três anos, a colheita de fumo já é a mais importante na pauta de exportações das colônias britânicas da América do Norte.

O rei da Inglaterra, Jaime I (1556-1625), contrariando as expectativas mercantilistas, publica (embora anonimamente) a *primeira obra antitabagista* de que se tem conhecimento, em 1604, intitulada *Counter-Blaste to tobacco*. Ele nega o valor medicinal do fumo e caracteriza o costume de fumar como uma prática depreciável. Vários países tentam proibir o consumo no início do século XVII, destacando-se o Japão e a Turquia. Em 1642, o papa Urbano VIII proíbe o uso de tabaco entre os eclesiásticos (NARDI,1996:29). Mais tarde, na década de 1830, a fundação da Igreja Adventista nos Estados Unidos dá início a uma tradição cristã antitabagista e de combate ao alcoolismo.

Na primeira metade do século XVII, os europeus começam a dividir-se nas suas justificativas para o uso ou para a rejeição ao tabaco. Enquanto uns pretendem imitar as práticas medicinais de índios sul-americanos, outros reagem, contrariados pelo que imaginam ser um símbolo pagão. Outros simplesmente afirmam que o consumo, em vez de curar, provoca doenças. Apesar das

---

<sup>11</sup> Sobre isto a OMS (1992: 26) não dá detalhes, citando como fonte ORTIZ, F. (1940). **Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar.**

manifestações críticas e talvez impulsionado contraditoriamente pelas proibições das autoridades, o consumo se estende a ponto de, já em 1614, haver cerca de sete mil estabelecimentos de venda do produto em Londres. Graças ao suposto valor medicinal, é freqüentemente prescrito por médicos e encontrado em farmácias (OMS,1992:27).

Procurando dar seqüência lógica à sua obra antitabagista, o rei Jaime I estabelece um imposto de 400%, mas o mesmo tem fraca repercussão sobre o consumo. Uma hipótese para explicar este fato é a de que a demanda está, na época, aumentando entre as classes altas (indiferentes ao imposto) e espalhando-se por toda a Europa.

O português Luís de Góis é o colonizador que provavelmente em 1542 leva do Brasil a Portugal as primeiras mudas de tabaco. O embaixador francês Jean Nicot conhece a planta em Portugal em 1560 e, acreditando no seu valor medicinal e querendo ser gentil com a rainha Catarina de Médicis, que sofria de enxaqueca, manda-lhe o produto como remédio. Conforme Nardi, “a história não diz se foi curada, mas por imitação os nobres da corte começaram a fazer o mesmo”, ou seja, fumar. É o nome Nicot que dá origem ao termo nicotina (NARDI, (1996:27).

Inglêses e portugueses, por motivos distintos, mas dentro dos mesmos princípios do sistema colonial, vinculam o escravismo à produção de tabaco.

### 1.2.1. Ingleses

Nas Atas de Navegação (1651 a 1673) o parlamento inglês estipula que todos os derivados de tabaco procedentes das colônias devem ser enviados à Inglaterra antes de serem comercializados com outros países. Embora a legislação tenha sido aplicada com certa negligência, o fato mais relevante é que ela provoca uma elevação acentuada nos preços e, como a produção na colônia de Virgínia é então ainda escassa, esta elevação faz proliferar pequenas granjas

e depois grandes plantações. Paralelamente, a falta de mão-de-obra favorece o comércio de escravos negros, que são levados da África às colônias britânicas desde 1619. Ocorrem, portanto, uma série de conseqüências impremeditadas a partir da política monopolizadora do parlamento.

O tabaco passa a ser usado como moeda, como salário. Cerca de 50% dos colonos britânicos dependem da produção de fumo para seu sustento. O setor atrai agências bancárias, serviços de transporte e outros setores.

Mesmo antes da guerra da independência dos EUA, as colônias têm dificuldade de manter uma produção constante de tabaco, porque o cultivo empobrece o solo, fazendo com que o rendimento diminua, a menos que se amplie a área de plantio. Entretanto, com maiores colheitas os preços tendem a cair. Enfrentando constantes oscilações nos preços e tendo dívidas cada vez maiores com os negociantes britânicos, parte dos fumicultores passa a produzir trigo, enquanto os mais persistentes respaldam a guerra da independência das 13 colônias, declarada em 1775, com o que as Atas de Navegação ficam anuladas (OMS, 1992).

### 1.2.2. Portugueses

No caso dos portugueses, é preciso considerar que foram pioneiros na introdução do consumo na África, por intermédio de suas colônias, e que, depois de algumas tentativas de escravização de indígenas no Brasil, os próprios colonos dão início, a partir de 1570, ao cultivo do tabaco. Nardi sustenta que há um paralelismo entre os princípios da cultura de subsistência e os da lavoura de fumo no Brasil. O tabaco é cultivado nos quintais das casas, juntamente com cenouras, beringelas, pepinos, abóboras, etc. Ele assegura que a associação entre produtos alimentícios e fumo sempre existiu no Brasil.

Ao contrário do açúcar, o fumo não requer capital inicial, qualquer um pode cultivá-lo com facilidade. Mas, na medida em que a demanda cresce, sobretudo a partir de 1560, o cultivo passa do quintal para a roça rapidamente.

A obra de Nardi é rica na descrição das formas que a lavoura, o comércio e a administração assumem nas diversas regiões do Brasil colonial. O autor se concentra no estudo dos *campos da Cachoeira*, região da Bahia que abrange (final do século XVIII) diversas *freguesias*, num total de 5 mil quilômetros quadrados em torno dos rios Paraguaçu e Jacuípe. O fumo também é cultivado em outras regiões bahianas, em Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e no Maranhão.

O trabalho servil dos índios aos colonos é proibido em 1648, mas ainda em 1760 o fumo continua sendo cultivado, no Maranhão, pelos indígenas – a serviço dos jesuítas.

De modo geral, os colonos que chegam ao Brasil são camponeses e têm suas próprias técnicas, mas no contato com indígenas passam a adotar e a aperfeiçoar os métodos destes. É o que ocorre com a queimada. No caso do fumo, os colonos acrescentam duas melhorias: o uso (ainda que restrito) de esterco de gado e a criação de aparelhos para o fabrico do fumo em corda. Nardi calcula que uma fazenda ocupa, em média, 12 pessoas, sendo 7 livres e 5 escravos, que eram encarregados dos serviços mais penosos.

O autor divide em seis fases a história do comércio de fumo no período colonial brasileiro.

- a) Fase preliminar (1571-1674);
- b) Fase 2 (1675-1698): perturbações;
- c) Fase 3 (1699-1727): expansão e estagnação relativa;
- d) Fase 4 (1728-1774): estagnação prolongada;
- e) Fase 5 (1775-1807): arrancada;
- f) Última fase (1808-1830).

A fase preliminar (1571-1674) é de crescimento e de estabelecimento de estruturas básicas da produção e do comércio. Surgem os primeiros impostos, determinando-se o monopólio do Estado em 1674.

A segunda fase (1675-1698) é caracterizada pela restrição da produção imposta pelo monopólio de Estado, o que gera uma crise de 24 anos em que o comércio oscila entre médias quinquenais de 80 mil e 125 mil arrobas. Nesse período iniciam-se as exportações para a África (Costa da Mina), como alternativa às restrições impostas por Lisboa.

Na terceira fase (1699-1727) há progresso, principalmente em função das exportações para a Costa da Mina, onde o tabaco é trocado por escravos. O total exportado chega a 170 mil arrobas, depois de atingir um pico de 244 mil. O comércio direto intercolonial é admitido em caso de complementaridade, cada colônia suprindo o que falta à outra. Portugal, na tentativa de controlar a troca do produto por escravos, provoca o surgimento de uma oligarquia bahiana que detém o direito exclusivo do tráfico negreiro.

Na quarta fase (1728-1774), as exportações ficam em torno de 260 mil arrobas, 65% para Portugal e 35% para a África. Isto ocorre devido à fiscalização (preços limitados no Brasil, direitos excessivos em Lisboa) e a concorrência com as exportações de fumo anglo-americano, entre outros fatores.

Na quinta fase (1775-1807) há um considerável progresso do comércio devido à decadência do sistema colonial e de suas restrições estatais, à independência dos Estados Unidos (que provoca falta de fumo Virgínia na Europa durante algum tempo), às condições do tráfico na África e inclusive à autorização de expedir fumo de terceira qualidade para a metrópole (o que até então só ocorre na troca por escravos). O volume das exportações atinge seu ápice em 1799 com 616 mil arrobas.

A última fase (1808-1830) começa com o que Nardi define como “uma nova arrancada eufórica que se seguiu à abertura dos portos”. Depois de atingir um total de 674 mil arrobas exportadas, sendo metade diretamente para nações estrangeiras, o volume do comércio externo cai para 614 mil arrobas no quinquênio 1821-25, em que ocorre a Independência do Brasil (NARDI,1992: 335-361).

Nardi calcula que entre 1676 e 1820 a exportação de fumo para a África permitiu importar para a Bahia 465.514 escravos por um valor cinco vezes superior ao do fumo exportado. O autor estima que 25% dos escravos introduzidos durante o século XVIII no Brasil foram trocados por fumo com a África.

### 1.3 Industrialização: das primeiras fábricas à primeira multinacional

A expansão da manufatura de tabaco se acentua globalmente após a Independência dos Estados Unidos. Primeiro, porque mesmo durante a guerra de independência os europeus incrementam a importação de fumo da América Latina e do Caribe e promovem o cultivo em outras regiões – como Áustria, Alemanha, Itália e Indonésia. Segundo, porque após a libertação estadunidense, a Inglaterra perde o monopólio da fabricação de pastilhas, rapé, cigarros e tabaco de pipa. Este fato provoca o surgimento de fábricas, ainda que rudimentares, baseadas na manufatura e não em máquinas (OMS, 1992: 26-56).

Antes disso, no final do século XVI, já aparecem em Cuba as primeiras “pedras” (moinhos) estabelecidas por “industriários” espanhóis para fabricar o rapé, e em 1620 é estabelecida em Sevilha a maior fábrica de rapé da Europa (em Portugal, a primeira surge em 1796). Nardi esclarece que o fumo consumido pelas cortes é diferente do utilizado por marinheiros e soldados. Enquanto estes preferem mascar ou fumar o chamado fumo em corda, as elites optam pelo rapé, tabaco de melhor qualidade que é reduzido a pó e pitado. A expressão francesa

“raper le tabac”, referindo-se ao processo de limar o fumo em corda, dá origem ao nome *rapé*.

Depois da Independência dos EUA, as fábricas diversificam seus produtos e investem na qualidade. Isto ocorre principalmente a partir de 1831, ano em que cerca de 50 cubanos se transferem para os EUA, levando seus conhecimentos artesanais e estabelecendo negócios na Flórida. Nesse período os cigarros têm formas bem variadas, havendo inclusive alguns com quase trinta centímetros de comprimento.

Na primeira metade do século XIX, há uma espécie de divisão de classe por tipo de consumo: os ricos consomem rapé e cigarros artesanais, enquanto os pobres usam pipas e pastilhas de tabaco. No maior centro produtor dos EUA, Richmond, Virgínia, em 1830, há cerca de 50 fábricas de tabaco, com um total de 3.400 trabalhadores e uma produção anual de quase 5 milhões de dólares.

Os empresários James Thomas Jr., Pierre Lorillard, Washington e James Duke são mencionados pela OMS como os mais inventivos na expansão da manufatura de derivados de fumo, cada um a sua maneira fazendo com que, apesar da guerra civil norte-americana (1861-65) e das oscilações do mercado, o consumo continuasse sendo popularizado.

Em 1881 – portanto na passagem do período do *capitalismo liberal* para o do *capitalismo organizado* – James Bonsack anuncia a invenção de sua máquina de confeccionar cigarros. (Mais adiante faço um comentário sobre esta transição, retomando as idéias de Santos). A família Duke decide aperfeiçoá-la e, em 1884, o modelo já produzia 200 cigarros por minuto ou 46,8 milhões ao ano. Calcula-se que vinte dessas máquinas poderiam satisfazer a demanda estadunidense de 1885. Antes do invento, as carteiras de cigarros são vendidas por 10 centavos de dólar, cada uma com dez unidades; depois, o preço cai para cinco centavos. De 1885 a 1886, a família Duke aumenta sua produção de 9 para 30 milhões de cigarros. Percebe-se com estes números a *importância decisiva da industrialização no aumento do consumo*.



Em 1890, a empresa da família Duke passa a se chamar American Tobacco Company (ATC), principal fabricante da época. Entre 1895 e 1905, a ATC é a segunda empresa industrial em termos de capitalização, atrás da U.S. Steel, e é três vezes maior que a General Electric Company, a terceira em ordem de importância.

No final do século XIX, a ATC detém 86% do mercado de cigarros, 14% do de charutos, 76% do de tabaco picado e 96% do de rapé. É uma empresa das mais relevantes para a arrecadação de impostos. De 1863 a 1906, a tributação sobre o tabaco gera 20% do total arrecadado pelo governo dos EUA.

A ATC domina a exportação de cigarros dos EUA e, no início do século XX, quando diversos estados introduzem legislação restritiva à produção e ao consumo, respondendo ao movimento antitabagista, a empresa estabelece centros de manufatura no Canadá, no Japão, na Alemanha e na Áustria – tornando-se a primeira multinacional de capital privado.

O período do capitalismo liberal, escreve Santos, é fascinante na medida em que nele explodem com violência as *contradições do projeto da modernidade*: entre solidariedade e identidade, entre justiça e autonomia, entre igualdade e liberdade. Os ideais chocam-se sem mediações e por isso pode-se ver neste período tanto as tendências para o afunilamento do projeto como sua aspiração de globalidade e de enraizamento no cotidiano. O autor observa que a idéia do desenvolvimento harmonioso entre os *princípios do Estado, do mercado e da comunidade*, que estava presente na filosofia liberal do século XVIII – colapsa e decompõe-se no desenvolvimento sem precedentes do princípio do mercado, na atrofia quase total do princípio da comunidade e no desenvolvimento ambíguo do princípio do Estado sob a pressão contraditória dos dois movimentos anteriores. É neste contexto que surge a *máquina de confeccionar cigarros*. A indústria afirma-se desde então no âmbito do capitalismo dito organizado, a partir do final do século XIX. Em termos de cumprimento do projeto de modernidade, busca-se distinguir o que é possível do que é impossível ser realizado numa sociedade

capitalista em constante expansão. O projeto concentra-se no possível, como se fosse o único. Este segundo período é “verdadeiramente a idade positiva de Comte” (SANTOS, 1995: 83). Algumas manifestações disto podem ser percebidas: o capital industrial, financeiro e comercial concentra-se e centraliza-se, proliferam os cartéis, aprofunda-se a busca imperialista pelo controle dos mercados e das matérias-primas. Mais adiante, neste capítulo, tratarei do *sistema integrado de produção de fumo*, que é de certa forma expressão desta *busca de controle*. A ciência vincula-se mais fortemente ao Estado e este aos grandes monopólios, viabilizando a infra-estrutura para o crescimento de cidades industriais (SANTOS, 1995: 80-84).

#### 1.4 Início do movimento social antitabagista

Meu propósito, aqui, é apenas descrever o início histórico do movimento, sem abordar aspectos conceituais do mesmo (que será retomado no capítulo 4, com noção de *rede multifragmentária*). De certa forma este tópico serve como introdução ao que trata dos efeitos do consumo, mais adiante (1.10). Entretanto, mantenho-o como *parte da história do tabaco* devido às conseqüências do movimento antitabagista em termos de legislação e estratégias das empresas.

A popularização do consumo de cigarros ocorre particularmente na segunda metade do século XIX, de certa forma estimulada pela urbanização e pelo ritmo de vida mais acelerado das cidades. Fumar cigarro torna-se mais prático do que fumar charuto ou cachimbo, o que induz muitos à experimentação e possivelmente ao hábito ou *vício* (conceito a ser examinado no tópico 1.10 e retomado em outros capítulos).

Na medida em que o cigarro simboliza a popularização do hábito ou do vício, a sociedade norte-americana responde com iniciativas diversas, que acabam tomando a forma de movimento social (*latu sensu*), algo que a urbanização crescente também viabiliza. O movimento antitabagista socialmente explícito (ou seja, superando o âmbito de grupos religiosos como o dos

adventistas e mórmons) surge no decênio de 1860. Aparecem nos periódicos da época anúncios com receitas para deter o vício (ou dependência) de fumar. Em 1880, a assembléia geral da igreja metodista episcopal decide que seus líderes devem abster-se de consumir tabaco, a fim de não estimular seus seguidores. Médicos e religiosos são os atores sociais pioneiros do movimento.

Em 1898, os impostos sobre cigarros são duplicados no estado de Nova York (de US\$ 0,50 a US\$ 1,00 por mil unidades) e logo depois os menores de 16 anos são proibidos de fumar em público. Vê-se, aqui, o mesmo tipo de reação do poder público observado desde a decisão pioneira do rei Jaime I. Ao longo dos séculos esta forma de tratar da problemática torna-se uma *instituição ambivalente* porque pretende desestimular o consumo legitimando a produção, tornando-a relevante para as finanças públicas (no curto prazo). Esta ambigüidade, como será visto adiante, traduz-se crescentemente como fator de *descontrole* da saúde pública em relação a doenças tabaco-associadas. (A elevação de impostos continua sendo proposta pela OMS atualmente, mas como parte de um conjunto de medidas na área da educação e da legislação).

Em 1899, Lucy Page Gaston, do movimento antialcoolismo (Temperance Movement), cria a Liga Antitabágica de Chicago, uma rede com ramificações em diversas cidades estadunidenses. Clínicas se organizam para curar fumantes.

No início do século XX surgem diversas leis contra o tabagismo nos EUA. Em 1901, New Hampshire declara ilegais a manufatura, a venda e o consumo de cigarros. Em 1911, 11 estados têm leis para proibir ou limitar o consumo. Mas ao final do decênio de 1920 quase todas estas leis estão abolidas. Por quê?

A ATC e outras empresas conseguem driblar as várias legislações, utilizando-se de *estratégias pró-ativas e reativas*<sup>12</sup>. Por exemplo, vender os

---

<sup>12</sup> “Estratégias” são planos de ação elaborados para atingir objetivos, dizem Semenik & Bamossy, para quem estas tanto podem ser pró-ativas quanto reativas. As primeiras são concebidas para desfrutar das oportunidades de mercado e as últimas são concebidas para combater os desafios do ambiente externo. Já as táticas empresariais são as atividades específicas para perseguir estratégias. SEMENIK & BAMOSSY. (1995: 64).

componentes do cigarro (o tabaco picado e o papel), introduzir *ilegalmente* pacotes nos estados em que a venda está proibida ou estabelecer negócios no exterior. Também como forma de escapar da legislação, muitos fumantes de cigarros passam a consumir outros derivados de tabaco. (A estratégia do contrabando é retomada em vários momentos da história da indústria fumageira, especialmente na década de 1990, conforme será visto nos capítulos 3 e 5). Penso que os estrategistas do setor tornaram-se ao longo do tempo especialistas em lidar com as conseqüências impremeditadas das proibições na modernidade, particularmente com o *culto do fruto proibido*.

Estas iniciativas de empresários e consumidores tornam obsoletas as leis meramente restritivas, que acabam servindo apenas para *concentrar o setor* e particularmente o poder da ATC, na medida em que pequenos fabricantes, não suportando a concorrência acirrada na busca de brechas na legislação, fecham as portas. Mas cabe ressaltar que a repressão neste caso é drástica. Em 1911, depois de uma fase de vários protestos de cultivadores, comerciantes e pequenos fabricantes em função do monopólio, dos preços e das práticas da ATC nos EUA, o Supremo Tribunal decide que a empresa deve dividir-se em quatro companhias sucessoras: Liggett & Myers Tobacco Company, Lorillard, uma nova ATC e R.J. Reynolds Tobacco Company. Eis aqui um perfil da indústria de tabaco na modernidade, no período do capitalismo dito organizado: *expansão legal e ilegal, apesar da (e inclusive devido à) repressão*.

### 1.5 Desenvolvimento das indústrias no século XX

As multinacionais estadunidenses e britânicas dominam o setor de tabaco desde que o cigarro se firma como principal forma de consumo deste, o que ocorre no início do século XX. A empresa W.D. & H.O Wills, da Grã-Bretanha, concorre com a ATC na Índia, na Austrália, no Japão e na China desde o decênio de 1890.

Em 1901, a ATC planeja entrar no mercado britânico. Para combater a ATC, várias empresas inglesas se fundem, sob a liderança de Wills. O resultado é a criação da Imperial Tobacco Company (ITC). Quando a ITC planeja entrar no mercado dos EUA, a ATC propõe um acordo que se torna clássico. Este prevê não interferência no mercado nacional de cada parte e, além disso, organiza-se uma nova empresa, com sede em Londres, para controlar os negócios realizados fora dos EUA, da Grã-Bretanha, de Cuba e de Porto Rico. Assim, *no consórcio de 1903 nasce a BAT, British-American Tobacco (dois terços do capital inicial são da ATC e o restante é da ITC). Esta empresa tem especial relevância neste estudo, já que a partir de 1914 passa a controlar a Souza Cruz.*

A BAT se torna, ao final da 2ª Guerra Mundial, a maior fabricante de cigarros do mundo, expandindo-se principalmente na China, apesar do boicote de parte da população chinesa. Diga-se de passagem que a China é até hoje um caso à parte na história do tabaco, pelo fato de ser auto-suficiente, tendo a maior produção e o maior consumo do mundo, mas não tendo, ainda, tecnologia que viabilize competitividade internacional. A legislação antitabágica é das mais recentes, basicamente constituída na década de 1990 <sup>13</sup>.

Ao comprar uma pequena companhia de Kentucky – Brown & Williamson Tobacco Corporation –, no final da década de 20, a BAT entra também no mercado norte-americano, além de expandir-se rapidamente na América Latina (com êxito principalmente no Brasil, por meio da Souza Cruz) e em outros mercados fora dos EUA e da Grã-Bretanha.

Entre 1904 e 1947, as indústrias de tabaco dos EUA *crecem tão ou mais rapidamente que as de carros*, lançando marcas populares de cigarros. O consumo interno cresce tanto que nenhuma firma se interessa por exportações.

---

<sup>13</sup> Em 1993, o mercado mundial de cigarros crescia 1,4%, enquanto na China crescia 4%. Além disso, as barreiras comerciais com os EUA estavam caindo gradativamente e o mercado chinês era considerado o mais promissor do chamado terceiro mundo, por consumir 1,7 trilhão de cigarros por ano, o equivalente a 30% do consumo de todo o mundo. Notava-se que a indústria fumageira, com seu monopólio estatal, começava a enfrentar os primeiros sinais de antitabagismo, embora estes estivessem geralmente vinculados ao sentimento antiamericano. EXAME. “Se a fumaça é pouca, atíça-se o fogo”. Revista **Exame**, 12.05.1993 (100,101).

Durante este mesmo período, a BAT toma para si o controle dos capitais investidos na sua criação pela ATC e pela ITC. Desde o princípio da década de 1920, o controle da BAT passa a ser britânico.

Como a referida legislação antimonopólio não afeta a BAT nem a ITC, exceto no que se refere à compra de folhas de tabaco norte-americano, o acordo de divisão de mercado feito no consórcio de 1903 se prolonga na Grã-Bretanha até o início dos anos 70.

As marcas criadas pela ATC fora dos EUA passam para o controle da BAT, limitando a possibilidade de expansão da nova ATC no exterior. Entretanto, as firmas estadunidenses não enfrentam concorrência interna da BAT nem da ITC – daí o seu rápido crescimento.

A 2ª Guerra Mundial, ao provocar a destruição dos centros de produção europeus, abre a possibilidade de exportação de tabaco dos EUA. Mas a competição interna neste país e a instabilidade do mercado europeu fazem com que as três maiores – R.J. Reynolds, Ligget & Myers e ATC mantenham sua maior concorrência no âmbito nacional. Esta tendência nacionalista da indústria dura até o final da década de 40, quando o ritmo de crescimento do mercado interno começa a reduzir-se.

Uma nova onda de antitabagismo, no início da década de 50, provoca uma queda de 5% nas vendas em 1954. O fato relevante, neste caso, é a publicidade feita nos meios de comunicação sobre a estreita relação entre tabaco e câncer de pulmão <sup>14</sup>.

As menores entre as maiores firmas, na época, Philip Morris Companies Inc. e Lorillard, sendo as mais atingidas pela queda nas vendas, começam a explorar o mercado externo. Mas, de um modo geral, os produtores dos EUA não aproveitam todo o potencial da crescente popularidade do cigarro norte-americano.

Uma das respostas mais ardilosas e bem sucedidas ao antitabagismo dos anos 50 é o lançamento do cigarro com filtro, que *renova o potencial do mercado interno* e desestimula negociações no exterior. A Philip Morris se diferencia, neste aspecto, e começa a firmar uma posição de destaque no mercado externo. Esta resposta criativa dos industriais tornar-se-á um padrão estratégico: *ganhar mercado absorvendo as críticas antitabagistas*.

O governo dos EUA publica em 1964 um relatório de grande impacto na opinião pública e, em 1972, aprofunda a investigação sobre os riscos do tabagismo para a saúde, estabelecendo uma relação entre tabaco e várias enfermidades graves <sup>15</sup>. Publicações do serviço público de saúde dos EUA provocam recuo nas vendas. A dialética entre produção e consumo complexifica-se.

Entre 1900 e 1950, as vendas de cigarros nos EUA somente deixam de superar as do ano anterior em quatro ocasiões, enquanto que entre 1950 e 1977 isto ocorre sete vezes. Depois de 1964 – portanto, na transição do capitalismo organizado para o capitalismo dito desorganizado –, quase todas as firmas do setor se dedicam a operações tanto no exterior como no mercado interno.

As mudanças ocorridas no ambiente institucional das grandes corporações do setor da primeira para a segunda parte do século XX geram *stress* nas cúpulas das empresas, que reagem de modo a intensificar estratégias de defesa de seu domínio, estratégias de ataque e finalmente (ou simultaneamente) de criação de novos espaços. Robert Miles e seu assistente Kim Cameron estudam estas diferentes políticas e esferas de ação das maiores empresas de tabaco dos EUA entre 1950 e 1975, mostrando a complexidade das distinções e interações entre elas. A seguir, faço uma síntese deste enfoque <sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> KELLNER, I.L. (1973). **The american cigarette industry: a re-examination.**

<sup>15</sup> FRITSCHLER, A .L. (1975). **Smoking and politics: policymaking and the federal bureaucracy.**

<sup>16</sup> MILES, R.H. (1982). **Coffin nails and corporate strategies.**

A defesa da legitimidade e da autonomia das empresas, a criação e o controle de informações vitais e a busca de colaboração entre os competidores tradicionais fazem parte do que Miles chama de *domain defense*.

A elevação dos custos, a busca de eficiência, a acirrada competição nas áreas de inovação e apresentação dos produtos (segmentação dos públicos-alvo, marcas de cigarro) se destacam como características do *domain offense*.

A criação de novas oportunidades, a busca de crescimento e de segurança, a diversificação dos investimentos em mercados externos, a valorização da independência entre as empresas do setor são características do *domain creation*.

No conjunto, estas diferentes esferas de ação estratégica implicam na *aprendizagem organizacional constante* – ou melhor, organização flexível, criativa e incisiva –, em muitos gastos com *marketing* (pesquisa de mercado e publicidade), em atuação política junto a congressistas, órgãos públicos e mídia, de tal maneira que os valores *cooperação, competição e independência* se constituem como núcleo das relações entre as empresas do setor<sup>17</sup>.

A OMS, acompanhando as conclusões de Miles, de Shepherd e de Taylor, entre outros autores, conclui que o incremento das operações diretas fora dos EUA ocorre provavelmente devido ao estancamento do mercado interno deste país, e que este se deve à relação entre tabaco e problemas de saúde. Outras motivações econômicas – como índices de crescimento ou tamanho dos mercados externos, o nível de consumo no exterior – são consideradas secundárias<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> A necessidade de competir, cooperar e simultaneamente buscar independência entre seus pares tem feito das CTNs do tabaco organizações inovadoras, em termos de estratégias de *marketing* e uso da tecnociência. Sociologicamente, são atores sociais complexos. Volto a estes conceitos no capítulo 2.

<sup>18</sup> TAYLOR, P. (1984). **The smoke ring: tobacco, money and multinational politics**. SHEPHERD, P. L. (1985). “Transnational corporations and the international cigarette industry”.



Estas mudanças e características do setor sinalizam, a meu ver, um início de autoconfronto social, cultural e institucional dentro do *paradigma da modernidade*, um autoquestionamento que tende a ser global embora se evidencie mais nitidamente nos EUA, algo que se complexifica na medida em que as empresas de tabaco e os órgãos públicos de saúde, pressionados pelas pesquisas sobre doenças e mortalidade relacionadas ao tabagismo, por um lado e, por outro, pelos órgãos de arrecadação de impostos, entram em conflito de natureza paradoxal.

Os poderes públicos, com interesses divergentes entre seus setores de saúde e de finanças, apresentam-se cada vez mais ambíguos e contraditórios na abordagem da relação tabaco-tabagismo.

#### 1.6 Diversificação de investimentos

A crise do mercado interno de fumo nos EUA provoca no setor uma tendência à aquisição de firmas estrangeiras bem estabelecidas em seus países de origem. Somente são criadas empresas locais no exterior nos casos em que a indústria nacional está subdesenvolvida. Assim, entre 1950 e 1976, 77% das filiais na América Latina são adquiridas e não novas.

A diversificação de investimentos, propriamente dita, tem três fases:

- a) aquisição de empresas não relacionadas ao tabaco;
- b) absorção e fusão, com declínio do valor das ações na bolsa de valores;
- c) duplicidade setorial: parte reconcentra-se no tabaco, parte investe em novas aquisições.

Na primeira fase, de 1964 ao final dos anos 70, as grandes corporações transnacionais destacam uma proporção crescente de seus ganhos (de 10 a 30%) em projetos não relacionados com tabaco. As firmas menores investem um pouco mais do que as grandes, o que acentua a oligopolização do setor. Seguros,

produção de alimentos e bebidas, bancos e petróleo são alguns dos setores aos quais se dirigem o capital.

Os acionistas reagem negativamente à estratégia de diversificação, na medida em que as empresas adquiridas não obtêm lucros na mesma proporção que as fumageiras. As ações das novas firmas na bolsa de valores tendem a cair quando sua imagem é associada ao tabaco. *Todo o setor começa a perceber-se como estando em risco.*

Na segunda fase, durante os anos 80, a apropriação por meio de fusões e absorções torna-se a tônica. Enquanto algumas firmas continuam com as aquisições, outras vendem ações e projetos não relacionados ao tabaco. De um modo geral, *as empresas sofrem um declínio do valor de suas ações na bolsa de valores* e quase todas começam a considerar-se passíveis de apropriação. A ITC é absorvida pela Hanson Trust em 1986, a Nabisco pela R.J. Reynolds em 1988 e as duas últimas pela Kohlberg Kravis Roberts & Company em 1989.

Ao final da década de 80, a diversificação entra em sua terceira fase, na qual há uma diferenciação fundamental nas estratégias das firmas. Algumas, como R.J. Reynolds, BAT e Hanson se concentram ou reconcentram nos negócios do fumo, enquanto outras, como Philip Morris, ATC e Loews Corporation (proprietária da fumageira Lorillard nos EUA), continuam crescendo com aquisições não relacionadas ao setor. Há portanto uma duplicidade básica nesta fase, em que algumas desistem da diversificação. Todas, entretanto, ampliam suas alianças mercadológicas e políticas a fim de proteger o setor contra as medidas restritivas, formando *redes estratégicas*. (Voltarei a este conceito nos capítulos 2, 3 e 5).

### 1.7. Competição transnacional: destaque anglo-americano

Desde meados da década de 1960, as estratégias das maiores empresas deixam progressivamente de ser moldadas por sua cultura nacional e passam a

ser definidas em termos globais – embora a BAT tenha sido criada já com aspectos de corporação transnacional (CTN).

Duas companhias estadunidenses destacam-se na competição com a BAT a partir de 1964: a Philip Morris e a R.J. Reynolds. No início dos anos 70, a Philip Morris, impulsionada pelo sucesso da marca Marlboro, torna-se a segunda maior transnacional do tabaco e, nos anos 80, embora tenha vendido um pouco menos do que a BAT, cresce mais rapidamente que esta, assumindo a liderança nos anos 90.

Até fins dos anos 80, as grandes corporações dividem áreas de influência histórica e mantêm padrões de tolerância mútua principalmente na Ásia e na África, em que predominam empresas européias e estatais. A competição transnacional ocorre sobretudo na Europa ocidental, no Canadá e na América Latina. De um modo geral, a competição entre os dois maiores grupos do setor (BAT e Philip Morris) não é tão agressiva como a que ocorre entre fabricantes de carros, por exemplo.

No final da década de 80, há um certo equilíbrio em três níveis de competição: no primeiro, estão BAT, Philip Morris, R.J. Reynolds e Rothmans International Tobacco. Conforme explicita a OMS, a Rothmans International é formada por capitais sul-africanos, britânicos e da Europa ocidental. Nas décadas de 70 e 80 cresce adquirindo empresas fumageiras européias com problemas financeiros. No Canadá e no Reino Unido funde-se com a Philip Morris no final deste período (OMS, 1992). O quadro a seguir mostra a quantidade de cigarros produzidos e o percentual de participação no mercado mundial no fim dos anos 80. Observe-se, entretanto, que a década de 1990 o complexifica <sup>19</sup>.

**Quadro 1: Produção de cigarros dos maiores grupos de fumo em 1988 \***

---

<sup>19</sup> Na década de 90, a privatização de estatais e a aquisição ou fusão de empresas privadas, como a anunciada entre a Seita (França) e Tabacalera (Espanha), ou a aquisição do setor fumageiro da R.J. Reynolds pela estatal japonesa, complexificam o quadro mundial. A abordagem específica das transformações do setor no contexto brasileiro (capítulo 3) apresenta uma amostra desta complexidade.

| <b>Empresas transnacionais</b> | <b>cigarros produzidos</b> | <b>% mercado</b> |
|--------------------------------|----------------------------|------------------|
| British American Tobacco       | 575                        | 11,0             |
| Philip Morris                  | 555                        | 10,6             |
| R.J. Reynolds                  | 285                        | 5,4              |
| Rothmans International         | 220                        | 4,2              |
| <b>Total</b>                   | 1.665                      | 31,2             |

Fonte: USDA - Departamento de Agricultura dos EUA, 1990.

\* Em bilhões de unidades.

No segundo nível estão American Brands e Reemtsma GmbH & Company. Estas são transnacionais regionais, não mundiais, como as primeiras. No terceiro nível, estão Loews, ITC e Ligget & Myers, que entram em declínio e se restringem a seus mercados domésticos.

O total de cigarros produzidos pelos quatro maiores grupos privados é pouco superior ao que a China, com seu monopólio estatal, produz: 1.545 bilhões, com 29,5% do total mundial. No mesmo ano, 1988, a ex-URSS produz 7,2%, a Europa oriental 6,9% e o Japão 5,% (OMS,1992).

As três maiores companhias operam (no anos 80) na maior parte dos países: BAT opera em 180 nações, Philip Morris em 170 e R.J. Reynolds (Nabisco) atua em 160 países <sup>20</sup>. As CTNs têm direcionado suas estratégias de *marketing* aos países ditos em desenvolvimento há décadas: a América Latina foi o maior alvo nos anos 60, os países recém industrializados da Ásia foram os primeiros alvos nos anos 80, e China e África – nos anos 90 <sup>21</sup>.

Nas Américas, segundo a OMS, a BAT possui 21 empresas (representações) e a Philip Morris 18 em 1990 (entre firmas próprias e outras com licença de fabricação). Cada representação ou subsidiária tem uma ou mais unidades em cada país.

Há certas barreiras que dificultam a entrada de novos concorrentes no setor. Por exemplo, a economia de larga escala favorece a redução de custos, na

---

<sup>20</sup> Mais informações sobre a Philip Morris encontram-se no capítulo 3 e sobre a BAT no capítulo 5.

medida em que materiais como o papel são adquiridos em grandes quantidades a preços comparativamente reduzidos; as pesquisas de mercado indicam que os consumidores preferem produtos em geral já estabelecidos, e isto é reforçado no caso dos cigarros pela fidelidade a determinadas marcas. Conseqüentemente, para firmar uma nova marca um novo competidor precisa gastar muito em *marketing* (este não se reduz à publicidade, como será visto no capítulo 2).

As inovações tecnológicas, dependendo do grau de complexidade e capital investido, obstaculizam a entrada de novos competidores. Algumas das inovações de maior impacto, entretanto, foram rapidamente assimiladas por empresas médias e pequenas. Assim ocorreu com a introdução dos filtros nos anos 50 e dos cigarros com baixos teores de nicotina nos anos 80. Não obstante, com a complexidade crescente da tecnociência nos anos 80 e 90, as grandes CTNs tendem a sobrepor-se às de médio porte. (Voltarei ao conceito de tecnociência no capítulo 2).

O elevado grau de concentração do setor fumageiro tem facilitado uma prática oligopolista ou monopolista de fixação de preços. Antes mesmo de emergir uma argumentação científica contra o consumo de cigarros, consumidores e poder público dos EUA têm esta prática como alvo de suas críticas e restrições. Em 1911 e 1946 ocorrem denúncias relevantes contra as indústrias, neste aspecto. Como conseqüência, também na Grã-Bretanha o poder público investiga a concentração, a fixação dos preços e o excesso de lucro.

Apesar da vigilância pública, os ganhos das indústrias do setor continuam bem superiores à média de todas as indústrias manufatureiras, mesmo durante os anos 60 e 70, em que são divulgados vários estudos sobre as conseqüências negativas e riscos do consumo de tabaco.

Nos EUA, a crescente rentabilidade durante a década de 80 é associada tanto ao descenso geral das vendas quanto à menor regulamentação estatal da indústria. Em função da longa história de lutas contra o monopólio, as fumageiras

---

<sup>21</sup> FREY, S. (1995:06). "The international traffic in tobacco".

evitam durante décadas uma fixação de preços com padrão muito evidente – mas contínua e periodicamente elevam seus preços, como forma de contrabalançar a queda nas vendas. Nos anos 80, com a renovação do liberalismo e o declínio do estatismo, esta tendência se torna mais evidente.

O que permite às empresas do setor, particularmente à Philip Morris, fazer este contrabalanço, é a fidelidade dos consumidores, que se mostram muitas vezes indiferentes aos aumentos de preços (que ocorrem quatro vezes em 1982 e a cada semestre durante o restante da década). A evolução tecnológica no melhor aproveitamento da matéria-prima, nos processos de industrialização e a eficiência na distribuição também são fatores relevantes, neste sentido.

As respostas das indústrias ao movimento antitabagista, introduzindo filtros e depois reduzindo o teor de nicotina, também se evidenciam como inovações tecnológicas que, em vez de restringir o consumo, contribuem com o aumento da rentabilidade do setor (mais adiante abordarei as conseqüências desta estratégia sobre a saúde pública).

Completando o panorama deste tópico pode-se concluir preliminarmente que, ao longo de décadas de concentração de poder e riqueza, as indústrias do setor fumageiro têm aprendido a lidar com a imprensa, com os poderes legislativo, executivo e judiciário, estabelecendo alianças estratégicas e transnacionais com produtores, fornecedores de matéria-prima em geral e com clientes preferenciais – atacadistas com redes de comercialização, como é o caso das empresas petrolíferas e suas lojas em postos de combustível <sup>22</sup>. *O risco do setor é, desta forma, diluído, distribuído e articulado como uma rede de interesses econômicos e políticos.* O setor, ao transnacionalizar-se, também se transestabiliza, firmando bases de sustentação (alianças, padrões sociais, cultura-ideologia, acordos comerciais e políticos) entre setores emergentes da *classe*

---

<sup>22</sup> Alianças estratégicas ou parcerias disseminam-se nas últimas duas décadas do século XX entre empresas com alto investimento em *marketing*. LEWIS, J.D. (1997). **A empresa conectada.** Como as empresas líderes vencem através da aliança cliente-fornecedor.

*capitalista transnacional*<sup>23</sup>. (Este conceito será abordado no capítulo 2). Entretanto, chocam-se sinais de evolução e crise no setor, particularmente na América Latina e no Brasil.

### 1.8 América Latina e Caribe: crescimento e crise

O monopólio colonial da produção e do comércio de tabaco na América Latina pelos portugueses e espanhóis é freqüentemente questionado nas colônias e, particularmente depois da independência dos EUA, torna-se um motivo de rebelião. Em meados do século XIX, quase todas as indústrias fumageiras da região estão, pelo menos oficialmente, sob o controle do setor privado. *Antes e depois da independência colonial, no entanto, os negócios em torno do tabaco formam parte imprescindível dos orçamentos de quase todos os governos.* Os impostos arrecadados no setor constituem-se em fator-chave para os Estados, que freqüentemente promovem medidas protecionistas.

Ao final do século XIX, a popularização do cigarro e a rápida ascensão das corporações multinacionais nas décadas seguintes provocam uma brusca mudança na indústria latino-americana. Antes disto a manufatura na região baseava-se num tipo de tabaco escuro, empregado para fabricar charutos, palheiro, rapé e tabaco de mascar. Este tipo escuro é curado (processo de secagem) sem estufas, portanto sem queima de árvores. Depois, com a popularização do cigarro industrializado, este quadro mudou, com a introdução crescente de fumos claros e uso de estufas. A BAT se introduz rapidamente nos maiores mercados – Argentina, Brasil e México –, antes e depois da 1ª Guerra Mundial, geralmente adquirindo firmas locais. Isto, entretanto, não ocorre sem oposição de grupos econômicos nacionalistas. A estratégia da BAT, em resposta, é baseada em *adaptação flexível, buscando uma constante integração com as*

---

<sup>23</sup> SKLAIR, L. (1998). "The transnational capitalist class and global capitalism: the case of the tobacco industry".

*comunidades e mantendo, na cúpula das empresas absorvidas, os dirigentes fundadores (como é o caso do Brasil, com o português Albino Souza Cruz)* <sup>24</sup>.

Quase 80% das filiais das empresas transnacionais são adquiridas na região por meio de absorções (compra de ações e/ou partes das firmas até a obtenção do controle majoritário). A BAT continua sendo a maior transnacional do setor na região, tendo provocado uma desnacionalização particularmente agressiva na Argentina, no Brasil, no México e na Venezuela. Em mercados menores, como os do Perú, da Bolívia e do Paraguai, as grandes empresas têm optado por acordos de fabricação sob licença ou por aquisições minoritárias do capital.

De maneira geral, o padrão das mudanças verificadas na América Latina e no Caribe tem sido o da transição de um oligopólio não consolidado para um período de competição e deste para a concentração e consolidação do oligopólio e mesmo para um duopólio dominado pela BAT e pela Philip Morris.

O consumo de derivados de tabaco na região passa por quatro deslocamentos significativos entre o início dos anos 60 e o final dos anos 80: a) dos vários tipos de produtos para o cigarro; b) do tabaco escuro para o claro – principalmente o tipo Virgínia, que requer secagem em estufas e que, portanto, induz ao desflorestamento para obtenção de lenha; c) dos cigarros sem filtro para os com filtro; d) dos cigarros curtos (70 mm) para os longos (85, 100 e 120 mm). No Brasil, as duas primeiras mudanças ocorrem já no início do século XX, por iniciativa da Souza Cruz (BAT).

No conjunto, *estas transições favorecem as CTNs* e suas estratégias de geração de demanda por tipos de cigarros consumidos mundialmente, como é o caso da marca Marlboro. Com efeito, após o rápido processo de desnacionalização ocorre um aumento da produção e do consumo internos nos anos 60 e 70. A publicidade, a aplicação de estratégias e táticas de *marketing* (da produção à distribuição e à publicidade), maior emprego de pessoal dedicado a

---

<sup>24</sup> VOGT, O .P. (1997:102). **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul - RS, 1849-1993.**



vendas e a pesquisas – são fatores decisivos para o domínio das transnacionais e para o estancamento da produção das empresas nacionais.

Na Argentina, por exemplo, entre 1950 e 1966, o aumento nas vendas é de 2,4% ao ano e, depois da penetração das transnacionais, entre 1966 e 1975, as vendas sobem 6,4% anualmente (em média) (OMS,1992: 52).

O sucesso das grandes empresas de tabaco só é detido nos anos 80, pela crise econômica que atinge quase todos os países latino-americanos. Ao final do decênio, o PIB *per capita* é 10% menor do que em 1980, enquanto a renda *per capita* cai 15%<sup>25</sup>. Nas classes de menor poder aquisitivo, o consumo de cigarros geralmente tem uma elasticidade menor do que nas classes mais ricas, e portanto o declínio da renda na região representa menos lucros para as empresas de tabaco.

A OMS diz que as causas do declínio “bastante uniforme” do consumo de cigarros nos anos 80, nas Américas, variam de acordo com as zonas. Nos Estados Unidos e no Canadá, é mais provável que o descenso tenha relação com a adoção de políticas de controle do tabagismo e com o aumento de consciência da população. Na América Latina e no Caribe, a longa recessão econômica parece ter sido a causa mais relevante, embora as progressivas campanhas antitabagistas possam ter tido alguns efeitos limitados (OMS, 1992:55).

Talvez a estratégia mercadológica baseada na fabricação de produtos cada vez mais caros e lucrativos e na elevação de preços para compensar a queda nas vendas tenha participado como causa da redução do consumo. E os problemas financeiros dos governos latino-americanos, induzindo ao aumento de impostos sobre o tabaco, também podem ter sido parte das causas.

Depois de ter aumentado em quase todos os mercados da região durante os anos 70, o consumo de cigarros entre a população adulta se estabiliza ou

---

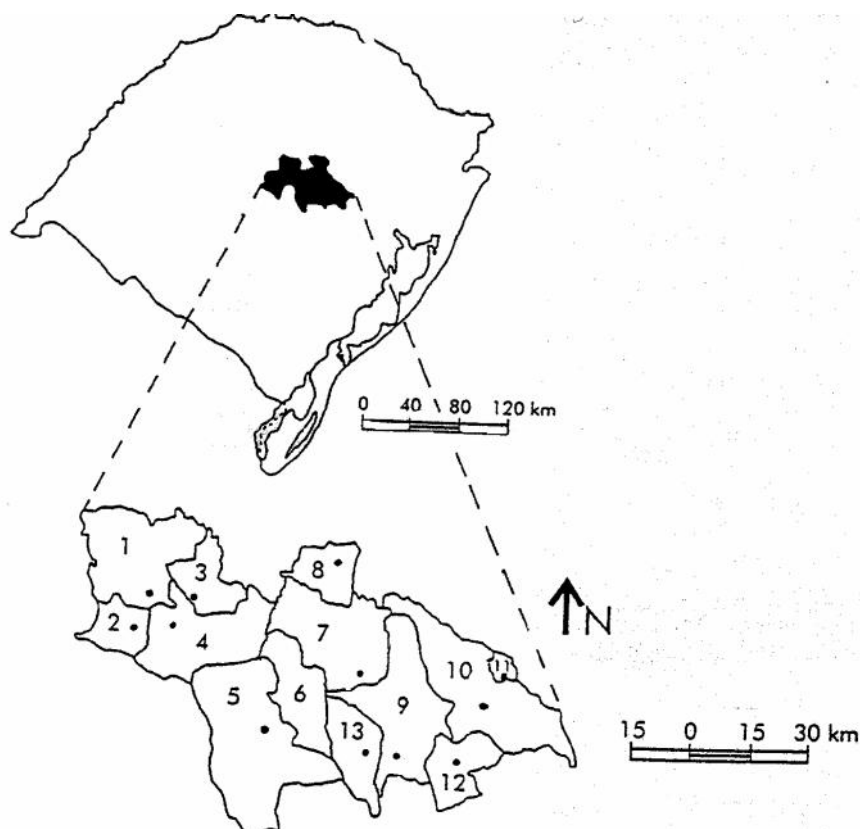
<sup>25</sup> BID/PNUMA. (1992). **Nossa própria agenda**. Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe.

declina em 19 países, com uma redução total de 17% durante os anos 80 – *isto se não se considerar a complexa questão do contrabando, que tem tradição na América Latina, conforme mostra a OMS (1992: 50)*. Estes dados sugerem a questão central deste trabalho: *como explicar as estratégias de modernização e crescimento global da indústria de tabaco (com destaque para BAT-Souza Cruz), considerando o contexto brasileiro dos anos 90 e a chamada epidemia mundial de tabagismo?* Parte da resposta encontra-se na história do que ficou conhecido no setor como *sistema integrado de produção*.

### 1.9. Brasil e Região Sul: da colonização ao sistema integrado

No Brasil, enquanto a produção de fumo no século XIX se caracteriza pela desconcentração – ainda que com o predomínio da Bahia sobre as demais regiões –, no século XX a crescente concentração na região sul do país é a característica mais relevante. E é no Rio Grande do Sul, com a colonização alemã, que nasce o núcleo do que viria a ser no fim do século XX “a capital mundial do fumo”. No mapa a seguir, vê-se a microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul:

**Mapa: Microrregião de Santa Cruz do Sul no Rio Grande do Sul e sua divisão municipal**



Legenda:

|                    |                             |                      |
|--------------------|-----------------------------|----------------------|
| 1- Arroio do Tigre | 6- Vale do Sol              | 11- Mato Leitão      |
| 2- Ibarama         | 7- Sinimbu                  | 12- Passo do Sobrado |
| 3- Segredo         | 8- Gramado Xavier           | 13- Vera Cruz        |
| 4- Sobradinho      | 9- <b>Santa Cruz do Sul</b> |                      |
| 5- Candelária      | 10- Venâncio Aires          |                      |

Fonte: Estado do Rio Grande do Sul – Divisão Municipal 1993; Vogt, 1997.

Nas duas últimas fases do desenvolvimento do comércio de tabaco no Brasil colonial, sintetizadas no tópico 1.2.2 deste capítulo, o declínio do escravismo, o fim do monopólio de Portugal e a abertura dos portos às exportações para vários países – estimulam a produção regionalmente desconcentrada.

A imigração substitui o escravismo como fonte de mão-de-obra, inclusive por pressão da Inglaterra sobre Portugal e depois sobre o Brasil, visando suprimir o sistema escravista e viabilizar o desenvolvimento de um mercado consumidor dos produtos ingleses (ETGES,1991).

Rogério Silveira argumenta que:

“Inexistindo internamente as condições políticas necessárias para criar um novo modo de produção sustentado na pequena propriedade e na mão-de-obra livre, dada a hegemonia dos grupos escravocratas, a saída conciliatória foi a criação de uma economia paralela de pequenos proprietários em determinadas partes do território, até então não dominadas pelo latifúndio, através da colonização de imigrantes alemães”  
26

Mas por que alemães? A Alemanha passa por profundas transformações estruturais, no século XIX: desagregação do sistema feudal, “gradual desaparecimento da média propriedade em benefício da pequena e da grande, o que vai se refletir no grande aumento do êxodo rural em direção às cidades ou à América” (ETGES, 1991:60). Depois de 1880, a 2ª Revolução Industrial (no segundo período do capitalismo) se intensifica e, com isso, artesãos e trabalhadores desempregados se somam aos camponeses na busca de novas terras.

Ao chegarem no Brasil, os objetivos da elite governamental na colonização do Sul do país determinam seu destino:

“(...) enquanto que no Centro do país o fluxo imigratório visava a obtenção de mão-de-obra para a lavoura, no Sul o intuito era o de povoar o território através do estabelecimento de comunidades agrícolas sedentárias e autônomas que: a) pudessem constituir uma agricultura voltada para o mercado interno; b) ocupassem a província que, historicamente, fora palco de conflitos entre luso-brasileiros e castelhanos; c) mantivessem o equilíbrio da ordem política, formando uma classe de pequenos e médios proprietários não ligados, política e ideologicamente, aos interesses dos grandes estancieiros” (VOGT, 1997: 53).

A área escolhida para a distribuição de lotes aos 12 colonos que chegam em 19 de dezembro de 1849 é próxima ao centro do Rio Grande do Sul, uma depressão *coberta de densas florestas* entre o planalto basáltico e a depressão periférica, em altitudes que variam de 80 metros ao sul a 640 metros ao norte; Vogt observa que a área é localizada junto à encosta inferior da serra, “para que ocorresse o povoamento da recém aberta estrada que ligava a cidade de Rio Pardo com Cruz Alta, a *Estrada de Cima da Serra*” (VOGT, 1997: 57).

Os colonos instalados em São Leopoldo (RS), em 1824, já cultivam o tabaco. Cunha afirma que a planta é conhecida e cultivada na Alemanha desde o século XVI, mas Vogt assinala: “ao que tudo indica”, os colonos recém chegados ao Brasil “nada entendiam sobre o processo de beneficiamento do produto, embora em algumas regiões da Alemanha o tabaco já fosse cultivado em pequena escala” (VOGT, 1997) <sup>27</sup>. Em todo caso, há cerca de dois mil anos o cultivo de tabaco já é conhecido entre os índios Guaranis que iniciam a ocupação do atual RS <sup>28</sup>.

A periodização mais aceita entre os analistas da economia de Santa Cruz, a partir de então, é a seguinte:

---

<sup>26</sup> SILVEIRA, R.L.L. (1997:26). **A produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul-RS: o lugar dos safristas na terra do fumo.**

<sup>27</sup> CUNHA, J.L. (1991). **Os colonos alemães e a fumicultura.**

<sup>28</sup> JACOBUS, A L. (1991:79). “A utilização de animais e vegetais na pré-história do RS”.

1º período: 1849-1859 – desmatamento e agricultura de subsistência; economia de subsistência;

2º período: 1860-1881 – estruturação dos setores econômicos, expansão agrícola e início da exportação de excedentes: produção simples de mercadorias;

3º período: 1882-1917 – integração à divisão inter-regional do trabalho e criação das condições para o desenvolvimento especificamente capitalista da produção;

4º período: 1918-1965 – desenvolvimento capitalista dominante na economia da área <sup>29</sup>.

O primeiro período materializa o projeto de *ocupação predatória* idealizado pela elite governamental da época. Os colonos têm que enfrentar tigres e índios, abrindo roças com queimadas no meio da floresta cuja biodiversidade é, na época, uma enorme riqueza desconhecida e portanto ameaçadora. Vogt observa que:

“Os imigrantes, além de não conhecerem a floresta, não sabiam como com ela lidar. A situação agravava-se, porque também não dispunham suficientemente dos bens materiais indispensáveis para a sobrevivência. Faltavam-lhes dinheiro, ferramentas, alimentos e conhecimentos a respeito dos recursos que a própria selva poderia propiciar. Ainda que muitos deles não tivessem sido agricultores na Europa, o governo provincial fez deles agricultores por bem ou por mal” (VOGT,1997: 63).

O poder público estimula a policultura distribuindo sementes de trigo, algodão, linho, fumo, etc, com o objetivo de permitir aos colonos a própria subsistência e também obter o pagamento das dívidas destes com o tesouro provincial. Embora os primeiros lotes tenham sido doados, já em 1854 é regulamentada a Lei de Terras de 1850, que determina a venda de terras aos trabalhadores europeus.

As colônias alemãs em geral ficam quase isoladas durante décadas, até a chegada de imigrantes italianos, a partir de 1870. Formam, portanto, núcleos etnicamente homogêneos. Inclusive a fundação da colônia de Santa Cruz tem,

---

<sup>29</sup> GODINHO, R. *et al.* (1980). **Estudos de população: Santa Cruz do Sul.**

como um de seus motivos, a tentativa de evitar um crescimento muito grande de São Leopoldo, já que os colonos buscam unir-se a seus parentes e conhecidos como forma de enfrentar as dificuldades iniciais.

Com a falta ou precariedade das estradas, o frete (mula) tem custo elevado, o que reduz o preço dos produtos agrícolas e aumenta o preço das mercadorias vindas de fora da área colonial. Esta situação só muda em 1905, quando Santa Cruz do Sul é ligada à via férrea Porto Alegre-Uruguaiana. Outras mudanças significativas no transporte só ocorrem no fim da década de 1960, quando a cidade é ligada à BR 471 e à RS 287.

Virginia Etges e mais tarde Lucila Meyer destacam, no período da agricultura de subsistência, a importância das casas comerciais e do sistema de crédito com abertura de contas correntes aos “fregueses acreditados” (ETGES,1991) <sup>30</sup>.

O *comerciante rural* faz de seu local de trabalho um posto de troca de produtos locais e importados – Porto Alegre é, então, o centro do comércio regional –, além de local de beneficiamento da produção, botequim e ponto de reunião; oferece aos colonos os serviços de transportes, em acordo com os caixeiros-viajantes; orienta os agricultores menos experientes sobre quais variedades plantar, como colher e beneficiar o fumo e, além disso, atua como banqueiro, pois os colonos pagam uma taxa para depositar dinheiro nas casas comerciais (além de pagarem juros quando tomam dinheiro emprestado).

Os comerciantes “monopolizavam as informações relativas aos preços, o que permitia a manipulação e a especulação em seu favor”, escreve Vogt. (1997: 68-100). Os colonos tornam-se dependentes dos negociantes na medida em que trocam sua produção por mercadorias que estes lhes fornecem adiantadamente para todo o ano. O trabalho do produtor fica comprometido, independentemente

---

<sup>30</sup> MEYER, L. (1993) **A relação entre produtores e a agroindústria fumageira em Santa Cruz do Sul-RS.**

do sucesso das safras. *Desta forma, inicia-se o processo de acumulação de capital por parte do comerciante-banqueiro e também técnico agrícola da época.*

No segundo período (1860-1881), a agricultura se expande rapidamente, tendo o fumo como produto de maior valor comercial, que representa, na safra de 1866, 34% do valor da produção anual da “freguesia” (condição adquirida em 1859), seguido do milho e do feijão, respectivamente.

Por que Santa Cruz do Sul se especializa no cultivo do fumo? Segundo Vogt, isto ocorre devido a uma “necessidade histórica”, ou seja, na medida em que a colônia não conta nem com a proximidade de Porto Alegre, nem com rios navegáveis, como acontece com outras colônias – o cultivo de tabaco, cujo rendimento monetário é superior ao de outros produtos (milho, feijão, batata, banha, etc) torna-se um *meio de alavancar a economia*.

As exportações para fora do âmbito microrregional crescem ano após ano. Em 1869, são 40 mil arrobas ou 600 mil kg, em 1870, 675 mil kg; quatro anos depois, saíram 1.028.272 kg de Santa Cruz do Sul e Vogt, que se detém mais na análise econômica e histórica, afirma que o tabaco tornou-se concretamente o carro-chefe da economia local.

No terceiro período (1882-1917) ocorre a consolidação da agricultura voltada para o mercado. Entre o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro se estabelece um mercado interno, no qual o primeiro desempenha o papel de principal fornecedor de gêneros alimentícios. Simultaneamente, o comércio de fumo enfrenta oscilações de preços, devido à crescente importância da conjuntura do mercado internacional.

Jean-Batiste Nardi, citando Jean Roche, observa que em 1892 um quilo de fumo é trocado por 1,5 kg de açúcar, ou 600 gramas de café, ou 12 kg de sal ou 4 kg de farinha. Um quilo de tabaco também vale dois chapéus de palha, ou um

metro de tecido de lã, e 13 kg podem ser trocados por uma carroça (NARDI,1985: 27)<sup>31</sup>.

O valor de troca do produto, entretanto, tende a cair entre 1875 e 1906, período em que a produção e a exportação sofrem oscilações e um relativo declínio comparado ao ritmo de crescimento experimentado até então. Menezes,<sup>32</sup> citado por Vogt, atribui o fato à ganância e ao relaxamento dos colonos que só pensavam em obter lucros imediatos, não procurando sementes mais adaptadas ao ambiente da região, nem procurando aperfeiçoar métodos aprendidos com seus antepassados. Apesar da introdução de novas variedades desde 1870, o fumo não é considerado de boa qualidade e daí o declínio do preço pago ao colono.

No início do século XX, surge a preocupação de melhorar a qualidade do principal produto comercial, o fumo, para obter competitividade tanto no mercado nacional quanto no internacional – e isto se materializa com a importação de sementes de outras variedades, de Cuba e dos EUA e também da Bahia. Uma agência bancária é fundada pelos comerciantes de Santa Cruz em 1904, visando incrementar principalmente as exportações de fumo.

Portanto, os fatores da industrialização da cidade são basicamente três: a) o modelo exportador da agricultura, que estimula a criação de indústrias de beneficiamento de produtos primários; b) o acúmulo de capital nas mãos de comerciantes exportadores; c) o destaque dado ao fumo como principal produto de exportação, ainda que o mercado interno (nacional) continuasse como base de escoamento da maior parte da produção.

O conjunto destes fatores permite a instalação de novas unidades de produção, com modernização tecnológica e melhoria da qualidade dos produtos. Além disso, a 1ª Guerra Mundial, ao restringir as importações e abrir novas

---

<sup>31</sup> ROCHE, J. (1969). **A colonização alemã no Rio Grande do Sul.**

<sup>32</sup> MENEZES, J.B. (1914). **Município de Santa Cruz.**



oportunidades aos exportadores locais, acelera o desenvolvimento da indústria santa-cruzense.

O quarto período (1918-1965) é o da consolidação do sistema capitalista na área, com o predomínio do capital industrial sobre o capital comercial, e com a instituição do *sistema integrado* pela BAT, por intermédio da Souza Cruz. Neste item, cabe destacar as *razões da fixação da BAT em Santa Cruz do Sul* e, sumariamente, o crescimento do setor fumageiro no Brasil até os anos 80, minimizando as referências à Souza Cruz, que terá tratamento específico no capítulo 5.

Vogt argumenta que é a partir do incremento tecnológico que o fumicultor deixa de estar diretamente subordinado ao capital comercial para subordinar-se ao capital industrial (VOGT,1997:108). Este processo é lento, gradual e sem mudanças abruptas para os produtores. A *iniciativa decisiva* é da BAT, que se estabelece na cidade em 1917 pelas seguintes razões, apontadas por seus dirigentes:

- a) Adequação das terras da região ao cultivo do fumo de estufa, com clima moderado e chuvas bem distribuídas durante as fases do ano;
- b) Tradição de produção familiar em pequenas propriedades;
- c) Perfil cultural dos colonos: dedicados, caprichosos;
- d) Consolidação do cultivo e do comércio do produto na região;
- e) Existência de estrada de ferro como meio de transporte.

A BAT – que adquire o controle acionário da Souza Cruz em 1914 – planeja o estabelecimento do *sistema integrado* com base em conhecimentos de geografia, climatologia, história e socioeconomia. Tem como propósito inicial garantir a normalidade do abastecimento de matéria-prima para a fábrica de cigarros instalada no Rio de Janeiro. A firmeza técnica de sua inserção no sul do país, a partir de Santa Cruz do Sul, acaba determinando uma reorganização de todo o setor fumageiro no Brasil. Pode-se concluir que o estabelecimento do

sistema dito integrado foi resultado de uma bem articulada estratégia de *marketing* baseada em conhecimentos tecnocientíficos e culturais.

De fregueses dos comerciantes, os colonos passam à condição de fregueses das agroindústrias, com “perda de autonomia no processo de trabalho dos trabalhadores familiares de tabaco” (VOGT,1997:108). Isto ocorre na medida em que as empresas, seguindo o exemplo da Souza Cruz, passam a fornecer, como forma de adiantamento, as sementes e os fertilizantes, além de financiar a construção das estufas.

As sementes de fumo Virgínia, importadas dos EUA, são introduzidas sistematicamente com o objetivo de expandir a produção de cigarros, cujo mercado rapidamente superava o dos demais derivados de tabaco. Este tipo de fumo, entretanto, conforme apontado anteriormente, também representa uma intensificação no processo de desmatamento e derrubada de florestas, já que requer, para a secagem das folhas, a construção de estufas e o uso de lenha como combustível (por ser este considerado o mais barato e de mais fácil acesso)

33

Durante 60 anos de expansão do cultivo de fumo Virgínia (e também do tipo Amarelinho, que entra em declínio na década de 90) *o aspecto predatório deste sistema produtivo permanece praticamente sem qualquer questionamento*. É somente ao final dos anos 70 que a Souza Cruz mostra alguma preocupação com a exaustão das matas nativas, conforme será visto no capítulo 5.

Outro mecanismo do *sistema integrado* é a assistência técnica oferecida pelas empresas em troca da promessa de venda integral da produção, com exclusividade. O produtor se compromete primeiro moralmente e, mais tarde (1993), contratualmente. Desta forma, as indústrias tomam as rédeas do processo produtivo na medida em que mercantilizam e tecnicizam o conjunto da atividade produtiva, “fazendo com que as relações de mercado se dessem [se

dêem] desde o início do cultivo do tabaco e não mais apenas no momento da venda final” (VOGT,1997: 109).

O *sistema integrado* ganha estabilidade também em função da definição antecipada dos preços mínimos a serem pagos aos produtores ao fim de cada safra. Neste aspecto, como nos demais, as empresas do setor seguem as deliberações da Souza Cruz. A alternativa seria abandonar a disputa pelo mercado.

Como reação ao poder da multinacional, foi criada em 1918 a Companhia de Fumos Santa Cruz, com a fusão de seis casas comerciais. E outras empresas são inauguradas na microrregião, durante o quarto período: em 1921, a Kliemann & Cia; em 1922, a Fábrica de Fumos Sul-Brasileira; em 1932, a Carlos Boettcher & Cia; em 1935, a Cigarros 35 Limitada; em 1937, a Tabacos Tatsch; em 1940, a Cia. Sudan de Tabacos; em 1948, a Cia Sinimbu; em 1950, a Kannenberg & Cia; em 1951, a Indústria de Tabacos Santa Cruz Ltda. Também surgem cooperativas e Uniões Coloniais, que entram em declínio durante a 2<sup>a</sup> Guerra Mundial (VOGT, 1997: 115-116).

Durante o quarto período, conforme observam vários autores, predominam numericamente as empresas pequenas, ainda que utilizem trabalho assalariado, tanto no setor fumageiro como nos demais setores. Mas são as unidades industriais que, mesmo em menor número, dominam a economia do município e estendem as relações capitalistas e tecnocráticas, promovendo um fluxo migratório da zona rural para a cidade.

Segundo a argumentação de Rogério Silveira, é a indústria de fumo que mais acentua este êxodo rural, inclusive provocando a redução da área destinada à produção de alimentos:

“À medida que a produção industrial fumageira passou a ser realizada em bases inteiramente capitalistas, o aumento da produtividade e a alteração na qualidade dos produtos exportados implicaram, além do aumento da

---

<sup>33</sup> O fumo do tipo Virgínia já era conhecido na região no século XIX, mas somente passou a ser introduzido de forma sistemática e como prioridade com a ação estratégica da BAT (VOGT, 1997: 53).

demanda, mudanças no processo produtivo (...). Isso acarretou na área rural um aumento progressivo da produção e da área plantada (...) ao mesmo tempo que gradativamente diminuía a área plantada destinada à produção dos demais produtos agrícolas comercializáveis (feijão, batata, milho), e mesmo daqueles destinados à subsistência das famílias camponesas” (SILVEIRA, 1997: 59).

O autor também aponta o processo de fragmentação da propriedade agrícola ocorrido particularmente entre 1920 e 1940. A consequência disto é uma limitação da possibilidade de sobrevivência por herança de terra, o que gera a expulsão de filhos de fumicultores da área rural e o incremento do fluxo migratório – até 1940 principalmente para o norte do Rio Grande do Sul e, entre 1940 e 1950, uma parte segue para Santa Catarina, Paraná e inclusive para o Mato Grosso, enquanto outra parte forma o contingente que se proletariza nas indústrias de Santa Cruz do Sul. Assim distribuía-se a mão-de-obra do sistema que fora “integrado” pelo *marketing e pela tecnociência*.

Para finalizar este tópico, volto a abordar, ainda que brevemente, o âmbito nacional, o que permite perceber a importância contemporânea da região sul do país. Com efeito, segundo Nardi pode-se distinguir no setor fumageiro, em 1930, três principais áreas produtivas:

- a) Região Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina, principalmente), com fumos claros para exportação e fabricação de cigarros (37% da produção nacional);
- b) Região Nordeste (Bahia), com fumos escuros, para exportação e fabricação de charutos (42% da produção nacional);
- c) A Região Centro-Sul (Minas Gerais, Goiás e São Paulo) junto a outros estados, com fumo em corda (21%) (NARDI, 1985:30).

A propósito desta classificação, Nardi, em 1985, observa na mesma obra que:

“(...) esta divisão alterou-se pouco de lá para cá, a não ser em termos de crescimento agrícola (particularmente no Paraná e Alagoas) e devido a uma substancial mudança nos percentuais de participação, que em 1980

era de 79% para o Sul, 16% para o Nordeste e 5% para o restante do país” (p.30).

A partir da primeira parte dos anos 60, ocorre no Brasil a *confluência dos processos de diversificação, desnacionalização e competição transnacional do setor*, conforme visto nos itens 1.6, 1.7 e 1.8. deste capítulo.

Além disso, Vogt destaca os seguintes “fatores combinados” que favorecem a transnacionalização do setor:

- “1º) Os conflitos étnicos existentes na Rodésia que prejudicaram a produção e a exportação do tabaco daquela ex-colônia britânica situada na África;
- 2º) A abertura do mercado internacional para os fumos brasileiros (antes carentes de competitividade por não estarem ajustados às exigências e padrões do mercado mundial);
- 3º) A política adotada pelo Estado brasileiro, amplamente favorável à instalação de gigantescas agroindústrias no país e à constituição dos complexos agroindustriais” (VOGT, 1997: 126-127).

Na década de 60 a Rodésia é o segundo produtor mundial de fumos nobres, claros (de estufa). Ao proclamar a Independência do país em 1965 em favor da minoria branca, Ian Smith provoca um embargo comercial decretado pelas Nações Unidas. Este fato estimula novos investimentos do setor no *sistema integrado* da região sul do Brasil, visando ocupar a enorme brecha do mercado internacional.

A formação da Comunidade Econômica Européia também beneficia as exportações brasileiras, já que as tarifas de importação são unificadas. Os Estados Unidos iniciam suas compras de fumo no Brasil, para compensar uma queda de 20% de sua produção. Há uma expansão notável no *sistema integrado* entre 1960 e 1964. Mas simultaneamente ressurgem a necessidade de investimentos na modernização e no controle da qualidade, exigências do *mercado internacional*.

Complementando este quadro favorável à transnacionalização do setor, a política econômica do regime militar de 1964 agrava a situação das empresas

nacionais de tabaco, ao conter o crédito bancário, como uma das medidas antiinflacionárias. Assim, combinam-se os interesses dos militares com os das agroindústrias de capital transnacional, como a BAT, que podem contar com recursos externos na modernização tecnológica e inclusive na aquisição de empresas nacionais.

O quadro a seguir, apresentado por Nardi, mostra a transformação do setor produtivo de fumo, com declínio da Bahia e de Alagoas e o crescimento da participação da região sul nas exportações brasileiras.

**Quadro 2: Participação da região sul nas exportações de fumo \***

| Anos           | 1950 | 1960 | 1965 | 1970 | 1975 | 1980 |
|----------------|------|------|------|------|------|------|
| <b>BA + AL</b> | 72   | 80   | 66   | 49   | 36   | 23   |
| <b>SUL</b>     | 28   | 20   | 34   | 51   | 64   | 77   |

Fonte: IBGE, Abifumo; Nardi, 1985:35

\* Percentual (%)

Outro fator de reforço do *sistema integrado* é a intensa urbanização ocorrida no Brasil durante a década de 70, que favorece o crescimento do mercado interno de cigarros em detrimento de outros derivados de tabaco. O quadro a seguir permite a comparação entre as exportações de tabaco em geral e as vendas no mercado interno:

**Quadro 3: Exportação e mercado interno de fumo no Brasil \***

| Ano                    | 1950    | 1960    | 1970    | 1980    |
|------------------------|---------|---------|---------|---------|
| <b>Produção total</b>  | 107.950 | 161.426 | 244.000 | 404.860 |
| <b>Exportações</b>     | 35.805  | 31.618  | 53.538  | 145.285 |
| <b>Mercado Interno</b> | 72.145  | 129.808 | 190.462 | 259.575 |

Fonte: FIBGE; Nardi, 1985

\* Em toneladas

Com a expansão e consolidação do *sistema integrado*, a região sul torna-se crescentemente, nas décadas de 80 e de 90, parte do cenário internacional (global) do comércio de tabaco. O Brasil torna-se o maior exportador de tabaco do mundo e um dos maiores produtores tanto de fumo em folha quanto de

cigarros <sup>34</sup>. (Evito aqui apontar números relativos aos anos 90, pois estes serão examinados no capítulo 3).

Além disso, o setor fumageiro investe em políticas ambientais e no contra-ataque ao movimento antitabagista, enquanto o poder público mantém a já referida política ambígua, de fomento da produção via crédito bancário e simultaneamente de combate aos *efeitos do consumo*. Mas que efeitos são estes? Este aspecto específico deve ser esclarecido a seguir, para que as estratégias das indústrias sejam postas em perspectiva adequada.

### 1.10. Efeitos do consumo: enfoques biomédico e epidemiológico

Neste tópico, deixo de lado a abordagem histórica sobre a produção e o consumo para deter-me na exposição descritiva e sintética do diagnóstico da medicina e da epidemiologia sobre tabagismo <sup>35</sup>. Os dados a seguir estão, direta ou indiretamente, relacionados à OMS, que já registra mais de 60 mil pesquisas em diversos grupos populacionais sobre o assunto. <sup>36</sup> Não é meu objetivo, neste trabalho, fazer uma análise sociológica da ciência biomédica ou epidemiológica, embora faça alguns comentários críticos a certas obras na revisão da literatura, no capítulo 2, além de criticar a ótica economicista do setor saúde ao tratar da realidade brasileira, nos capítulos 3 e 4 <sup>37</sup>. Mantenho-me, aqui, receptivo às informações da medicina a fim de utilizá-las na abordagem das estratégias da indústria de tabaco. Portanto, evito aspectos e termos técnicos muito específicos que poderiam desviar-me deste objetivo.

---

<sup>34</sup> GAZETA. (1997). **Anuário brasileiro do fumo - 1997**.

<sup>35</sup> Alguém já escreveu, com ironia e metaforicamente, que não se pode contemplar uma catedral permanecendo o tempo todo dentro dela.

<sup>36</sup> Ver *website* do Instituto Nacional do Câncer: <http://www.inca.org.br/> : "Tabagismo".

<sup>37</sup> Crítica ao modelo biomédico pode ser encontrada em FOUCAULT, M. (1977). **O nascimento da clínica**. CAPRA, F. (1982:116-155). **O ponto de mutação**; ILLICH, I. (1975). **A expropriação da saúde** – nêmesis da medicina; BOEIRA, S.L. (1989). **Ecologia política & juventude universitária** (algumas considerações sobre o modo de vida, com ênfase nas relações entre poder e saúde). DUPUY, J.P. (1990) **Ordres et désordres**.

Nas últimas décadas o tabagismo (uso regular de tabaco, numa definição concisa) tem sido apontado em pesquisas médicas como o fator mais relevante ou decisivo em certas doenças – o que está relacionado ao *conhecimento específico das substâncias* contidas na fumaça do cigarro. A rigor, somente pesquisas empíricas ou diagnósticas caso a caso permitem que os especialistas percebam a relevância causal ou determinante deste ou daquele *fator de risco*. Esta expressão – *fator de risco* – é conceituada na epidemiologia como “atributo ou circunstância do ambiente ou característica do indivíduo, herdada ou adquirida, associada à maior probabilidade de este mesmo indivíduo apresentar, no futuro, um dano à saúde”<sup>38</sup>. As médias estatísticas podem mostrar sinteticamente a importância deste ou daquele fator de risco, sendo portanto muito úteis como instrumento de políticas de saúde pública. Enquanto o modelo biomédico fornece a base conceitual para o conhecimento específico das substâncias, a estatística constitui-se como um dos pilares da epidemiologia – sendo as ciências biológicas e as ciências sociais os outros dois, na análise da saúde pública.

O médico José Rosemberg esclarece que além das pesquisas experimentais (em laboratório), a averiguação da ação nociva do tabagismo se faz por meio de investigações patológicas, clínicas e epidemiológicas. Os estudos são basicamente de dois tipos: retrospectivos e prospectivos.

“Nos estudos retrospectivos, os casos de determinada doença são relacionados, à medida que ocorrem, em função de sua vida pregressa quanto ao vício de fumar ; dividindo-os em dois grupos de fumantes e abstêmios, sabe-se em qual deles houve maior incidência da doença. Esta metodologia foi muito usada, apesar de estar sujeita a erros estatísticos. (...). Nos estudos prospectivos determina-se o estado de saúde e outros dados pessoais, familiares e sociais de grande número de tabagistas, registrando-se o consumo do tabaco, a modalidade de fumar, o tempo do hábito de fumar, etc ; esse grupo é comparado com outro de número igual e semelhante, constituído de abstêmios. Acompanhando os dois grupos durante alguns anos, confronta-se a prevalência de doenças ou óbitos. Os estudos prospectivos requerem rigorosa organização de pesquisa, grandes equipes e são muito custosos. São, porém, mais valiosos pelo seu rigor estatístico”<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> PEREIRA, M. G. (1995:564). **Epidemiologia** – teoria e prática.

<sup>39</sup> ROSEMBERG, J. (1981:31). **Tabagismo – sério problema de saúde pública**.



O conceito de *prevalência*, que aparece no texto citado e com muita frequência na literatura sobre tabagismo, refere-se ao “número ou proporção de pessoas portadoras de um evento em um particular momento. O coeficiente de prevalência é este número expresso em unidade de população” (PEREIRA, 1995: 565). Conforme a explicação de Rosemberg, constata-se que a pesquisa médica sobre tabagismo expressa sua concepção de objetividade por meio das estatísticas e requer informações sociológicas, nos dois tipos de estudos. Além disso, compreende-se a razão pela qual as pesquisas mais rigorosas do ponto de vista estatístico são também as mais caras e complexas, ficando por isso mesmo pouco acessíveis a países periféricos ou semiperiféricos.

O Instituto Nacional do Câncer (INCa) – com base nas pesquisas patrocinadas ou apoiadas pela OMS – resume assim os efeitos da fumaça ou poluição tabágica ambiental de curto prazo: irritação nos olhos, manifestações nasais, tosse e cefaléia, aumento dos problemas alérgicos e cardíacos. Os de médio e longo prazos são, em geral, a redução da capacidade respiratória, infecções respiratórias em crianças, aumento do risco de aterosclerose, infarto do miocárdio e câncer <sup>40</sup>.

A compreensão das causas destas doenças e as razões da medicina ao afirmar que *não existe consumo regular de tabaco isento de risco* depende do conhecimento das substâncias contidas na fumaça do cigarro. Rosemberg, na obra citada, explica que tal fumaça resulta da combustão incompleta do tabaco. Só a extremidade acesa do cigarro, cuja temperatura é de cerca de 850° C, tem combustão completa, por ter oxigênio suficiente.

“À medida que se afasta dessa zona incandescente, o ar se empobrece de oxigênio, a combustão se torna incompleta, formando-se produtos progressivamente menos oxidados. [A fumaça] do tabaco constitui uma mistura heterogênea resultante de três fatores: a) pirólise, que consiste na decomposição térmica do tabaco, resultando em substâncias orgânicas fracionadas em pequenas moléculas; b) pirossíntese, quando elementos fracionados se recombina formando novas substâncias originalmente não existentes no tabaco; c) destilação de certos componentes, como a

---

<sup>40</sup> INCa. (1996:30). **Falando sobre tabagismo.**

nicotina. Duas fases fundamentais se distinguem no fumo [fumaça] do tabaco: a fase particulada (condensado) [também conhecida por alcatrão] e a fase gasosa” (ROSEMBERG, 1981:13).

Apresento agora uma breve descrição das principais substâncias e, em seguida, trato das conseqüências do tabagismo no organismo humano. (No capítulo 5 voltarei a tratar de toxinas existentes no cigarro).

O alcatrão é constituído de “algumas substâncias comprovadamente carcinogênicas” ou das quais se suspeita que sejam cancerígenas – como arsênico, níquel, benzopireno e cádmio. No alcatrão, segundo o supracitado documento do INCa, são encontrados resíduos de agrotóxicos e inclusive substâncias radioativas como polônio 210 e carbono 14.

A fumaça do cigarro também contém agentes tóxicos que produzem irritação nos olhos, nariz e garganta, além de diminuir a mobilidade dos cílios pulmonares, causa de alergia respiratória em fumantes e não-fumantes. A explicação do INCa é bastante didática:

“Cílios são projeções semelhantes a cabelos muito finos, que ajudam a remover sujeiras e outros detritos do pulmão. Quando paralisados pela exposição à fumaça do cigarro, as secreções acumulam-se, contribuindo para a *tosse do fumante* e para o surgimento de infecções respiratórias freqüentes naqueles que entram em contato com a fumaça do cigarro” (INCa, 1996:13).

De 3 a 6% da poluição tabágica são compostos de monóxido de carbono (CO). Afirma o INCa que a concentração dessa substância na fumaça do cano de descarga de um carro é de 30 a 80 mil partes por milhão (ppm) e na fumaça do cigarro é de 20 a 60 mil ppm – o que equivale em média a 75% de CO expelido pelo escapamento <sup>41</sup>. Quando inalado, o monóxido de carbono combina-se com a hemoglobina do sangue, formando a carboxi-hemoglobina, que interfere na habilidade do organismo em obter e utilizar o oxigênio. O monóxido de carbono é

---

<sup>41</sup> PASTORE, K. “Vizinhos do mal”. Revista **Veja**, 28.05.1997. Referindo-se a um estudo da Universidade Harvard, a jornalista escreve: “Os cientistas já sabem que, entre outros venenos, a fumaça do cigarro contém 75% do monóxido de carbono expelido pelo escapamento de um carro”.

fator de risco relevante em muitas doenças associadas ao fumo e está inclusive relacionado aos efeitos danosos sobre o desenvolvimento do feto quando a gestação é acompanhada, direta ou indiretamente, pela poluição de cigarros. “Os fumantes têm níveis de carboxi-hemoglobina duas a 15 vezes maiores que os não-fumantes” (INCa, 1996:15) <sup>42</sup>.

Sobre os efeitos da nicotina, restrinjo-me aqui a reproduzir uma síntese do INCa (este aspecto retomarei no capítulo 2, ao tratar de uma obra especializada no tema, e também no capítulo 5, ao discutir a posição da Souza Cruz):

“[A nicotina] está relacionada ao infarto do miocárdio e ao câncer, mas seu papel mais importante é reforçar e potencializar a vontade de fumar. Ela atua da mesma forma que a cocaína, o álcool e a morfina, causando dependência e obrigando o fumante a usar continuamente o cigarro. A nicotina também é venenosa quando em altas concentrações”. (p.15) (...) A permanência em um ambiente poluído faz com que se absorvam quantidades de substâncias tais como a nicotina em concentrações semelhantes às de quem fuma. Tal comprovação é feita através da medição de cotinina, principal produto da decomposição da nicotina. Esta substância pode ser encontrada no sangue e na urina de não-fumantes que moram ou trabalham com fumantes” (INCa, 1996: 29).

João Batista Costa (técnico em tabagismo e consultor do Ministério da Saúde) explica que as células nervosas requerem de cinco a seis vezes mais oxigênio do que o requerido por outro tipo de célula do organismo humano. Se o cérebro, diz ele, não receber bastante oxigênio e os alimentos que o sangue deve transportar – por exemplo, glicose, aminoácidos e proteínas – terá a sua capacidade de funcionamento reduzida. Ou seja, a capacidade de raciocinar e coordenar os movimentos, em conseqüência da vasoconstrição das artérias que irrigam o cérebro, vai sendo prejudicada no fumante. Esse processo está relacionado a acidentes vasculares cerebrais <sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Contribuição relevante sobre efeitos das substâncias encontradas na fumaça do cigarro consta em ROSEMBERG, J. (1981:19 a 30).

<sup>43</sup> COSTA, J.B. (1996:19, 20). **Deixar de fumar**. O autor conclui que “essas alterações são responsáveis pelo que ocorre no coração (infarto), nas pernas (gangrena), no cérebro (acidentes vasculares) e pelo envelhecimento precoce, claramente estampado no rosto dos fumantes, por deficiência de irrigação sangüínea. Em todos os casos, a nicotina e o monóxido de carbono são os grandes vilões”.

Uma outra conseqüência do tabagismo é a impotência sexual (disfunção erética). É no mínimo irônico que a publicidade associe cigarros à masculidade (por exemplo, no caso do Marlboro). Costa explica que no interior do pênis existe um par de reservatórios, compridos e finos, que atuam como jato de água dentro de uma mangueira com uma extremidade fechada. Cada um desses reservatórios tem, essencialmente, dois tipos de válvulas – uma que permite a entrada do sangue e outra que o deixa sair. Durante a excitação sexual, as válvulas receptoras – círculos musculares que rodeiam as artérias do pênis – se relaxam automaticamente, momento em que os balões se enchem totalmente de sangue, fechando quase por completo as válvulas de saída. Diz o autor:

“A ereção deverá durar enquanto se mantiver o equilíbrio entre o fluxo e o refluxo de sangue. Basta que se registre uma obstrução de apenas 25% dos vasos receptores mais importantes para que a ereção possa falhar. (...) o efeito vasoconstritor da nicotina no homem atinge até 19% na periferia, além da deposição de elementos gordurosos do próprio fumo e de colesterol no interior das artérias, chegando a reduzir em até 50% o fluxo sanguíneo nas extremidades do corpo”<sup>44</sup>.

Há 4.720 substâncias tóxicas na fumaça do cigarro e cerca de 70 delas são cancerígenas (COSTA,1996:31). De cada 10 fumantes, um morre de câncer. No caso do câncer de pulmão, de 80 a 90% ocorrem em fumantes, *o que significa dizer que este tipo de anomalia seria raro sem a participação da indústria de tabaco*. Segundo a OMS, existem mais de cem tipos de câncer, causadores de mais de seis milhões de mortes por ano, no mundo, nos anos 90. Pode ser definido como crescimento desordenado do tecido, em qualquer parte do corpo. Forma-se uma colônia de células que crescem sem controle normal, às custas de tecidos normais. As células doentes se multiplicam, contrariando qualquer lei ou princípio natural (COSTA, 1996:33).

---

<sup>44</sup> COSTA, J.B. (1996:21,22). O autor faz referência a vários estudos. Em um deles, com 440 homens impotentes sexuais, com idades entre 21 e 73 anos, médicos comprovaram que em oito de cada 10 casos a anomalia era causada por lesões nos vasos sanguíneos. Ao ficarem obstruídos por elementos estranhos, os vasos reduziam a circulação e a pressão do sangue no pênis. Também já se constatou que o tabagismo baixa o nível de testosterona, o que contribui com a carência de fertilidade masculina.

Entre outros fatores de risco de câncer além do fumo, estão: excesso de exposição a raios solares ultravioleta (pele), excesso de bebida alcoólica (boca), distúrbios hormonais (mama), certas infecções (fígado, estômago), radiações (leucemia). O *stress*, a alimentação pobre em fibras e o consumo excessivo de gorduras, conservantes químicos e substâncias oxidantes, além de características hereditárias, estão relacionados a alguns tipos de câncer <sup>45</sup>.

A participação do tabagismo como fator de risco é bastante elevada, em alguns casos, inclusive tornando ineficaz a quase totalidade dos tratamentos médicos que excluam a superação do vício. É o que mostra o quadro 4, a seguir:

**Quadro 4: Tabagismo e câncer**

| Localização                            | % em fumantes |
|--|---------------|
| No pulmão                              | 80 a 90       |
| Nos lábios                             | 90            |
| Na bochecha                            | 87            |
| Na língua                              | 95            |
| No estômago                            | 80            |
| Nos rins                               | 90            |
| No tubo digestivo<br>(da boca ao ânus) | 80            |

Fonte: Costa, J.B., 1996

Em 1996, de acordo com a OMS, o número de mortes por câncer no mundo é de 6.346.000. Deste total cerca de 65% são causadas pelos dez tipos mais comuns da doença, conforme o quadro 5:

**Quadro 5: Principais tipos de câncer e mortalidade no mundo em 1996\***

| Tipos     | Homens | Mulheres |
|-----------|--------|----------|
| Pulmão    | 760    | 229      |
| Estômago  | 486    | 290      |
| Intestino | 252    | 243      |
| Fígado    | 263    | 123      |
| Mama      | ----   | 376      |
| Esôfago   | 235    | 123      |
| Boca      | 207    | 117      |

<sup>45</sup> OMS. (1998: 280,281). "Principais tipos de câncer e mortalidade no mundo em 1996".

|                   |      |
|-------------------|------|
| Colo do útero---- | 247  |
| Próstata 194      | ---- |
| Bexiga 105        | 38   |

Fonte: OMS, ed. Abril, 1998

\* Em milhares.

No Brasil os números de estimativas de morte por câncer em 1997 são os seguintes: nos homens, 8.770 (pulmão), 7.390 (estômago), 4.690 (próstata), 3.555 (esôfago) e 2.500 (intestino); nas mulheres, 6.780 (mama), 5.760 (colo do útero), 3.760 (estômago), 3.180 (pulmão) e 2.940 (intestino). Estes números seriam bem mais expressivos caso se referissem não a mortes, mas a incidência de câncer. Por exemplo, em 1997 as estimativas do INCa apontam 28.310 casos de câncer de mama para 6.780 mortes <sup>46</sup>.

As doenças do aparelho circulatório, entre as quais estão o infarto e o derrame cerebral, constituem as principais causas de morte no Brasil, com 27,5% do total de óbitos ocorridos em 1996, sendo motivo de 25% das internações hospitalares e consumindo 13% do total de recursos de assistência à saúde <sup>47</sup>. Percebe-se claramente o aumento do número de mortes por doenças tabaco-associadas, no país, até 1996 (aparelho circulatório e respiratório), continuando progressivo o número dos casos de câncer.

O médico Antonio Pedro Mirra, coordenador do setor de tabagismo da Associação Médica Brasileira (AMB), define o conceito de doenças tabaco-associadas (*tobacco-related*) como “aquelas em que o fumo tem responsabilidade no aparecimento, no agravamento ou na mortalidade” <sup>48</sup>. *Existe um intervalo de 25 a 30 anos entre começar a fumar e o diagnóstico da doença.* De acordo com o

<sup>46</sup> Esta diferença provavelmente é maior. Na revista da Associação Médica Americana de outubro de 1998, cientistas afirmam que quase metade (44%) dos casos de câncer não é diagnosticada pelos médicos. A descoberta chama a atenção para a necessidade de se fazer mais autópsias e aperfeiçoar os métodos de diagnóstico, diz a autora do estudo, Elizabeth Burton, da Universidade de Louisiana. **Jornal da Ciência**, SBPC, JC E-Mail 1121, de 15.10.1998. A propósito da cura de câncer, cabe considerar que nos últimos anos foram obtidos sucessos parciais mas muito significativos. Ver, por exemplo, matéria especial da revista **Globo Ciência**, número 81, abril de 1998; e também matéria especial da revista **Istoé**, número 1493, 13.05.1998.

<sup>47</sup> MINISTÉRIO DA SAÚDE (1999 :178). **Saúde. Almanaque Abril 99.**

INCa, “este espaço de tempo varia de acordo com o número e o tipo de cigarro fumado, com o tempo durante o qual o indivíduo fumou e a profundidade das tragadas” (INCa,1996:37). Portanto, a *morbimortalidade associada ao tabagismo nos anos 90 está vinculada ao crescimento do consumo nas décadas de 60 e 70*<sup>49</sup>. O quadro a seguir permite a comparação das principais causas de morte no Brasil:

**Quadro 6: Principais causas de morte no Brasil de 1994 a 1997**

| <b>Doenças/causas</b>            | <b>1994</b> | <b>1995</b> | <b>1996</b> | <b>1997</b> |
|----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Doenças do aparelho circulatório | 244.975     | 244.605     | 249.613     | 249.610     |
| Doenças mal definidas            | 144.831     | -----       | 137.039     | 13.793      |
| Causas externas                  | 107.292     | 114.887     | 119.156     | 119.403     |
| Câncer                           | 96.404      | 99.058      | 103.408     | 106.975     |
| Doenças do aparelho respiratório | 81.464      | 83.330      | 88.435      | 84.064      |

Fonte: Ministério da Saúde e INCa, 1998, 1999.

Cerca de um terço da população brasileira adulta é constituída de fumantes: 11,2 milhões de mulheres e 16,7 milhões de homens. De acordo com o INCa, 90% dos fumantes ficam dependentes da nicotina entre os cinco e os 19 anos de idade. Em meados dos anos 90, há 2,4 milhões de fumantes nesta faixa etária. (INCa, 1996:49)<sup>50</sup> Embora os homens fumem mais do que as mulheres, em todas as faixas etárias, a tendência histórica tem sido de crescimento do consumo entre estas, particularmente entre adolescentes<sup>51</sup>. O fumo, segundo

<sup>48</sup> Correspondência datada em 10.06.1999, em resposta a consulta sobre a definição do conceito.

<sup>49</sup> O INCa mostra de forma clara que o crescimento do consumo de cigarros no Brasil em 1945 foi acompanhado, 30 anos depois (1975), pelo crescimento da taxa de mortalidade por câncer de pulmão entre homens (maiores consumidores) (INCa, 1996:37). Os números relativos a fumantes nos anos 90 são estimativas deste Instituto a partir da *Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição*, do IBGE, 1989, e da obra *Controle do tabagismo: um desafio*, do Ministério da Saúde, 1991 (INCa, 1996:49). Dados do Ministério da Saúde oscilam entre 30 e 35 milhões de fumantes. Voltarei a este aspecto no capítulo 3.

<sup>51</sup> Ver <http://www.inca.org.br/>: “Distribuição de fumantes por idade e sexo”. No mundo, segundo estatísticas da OMS, há 1,1 bilhão de fumantes em 1998. Ver, a respeito,

alguns pesquisadores, contém mutagênicos que podem produzir mudanças genéticas tanto no óvulo da mãe quanto no espermatozóide do pai, de tal forma que pais que fumam aumentam a taxa de mortalidade pré-natal e infantil em função de defeitos congênitos (COSTA, 1996:45).

Pelo que foi dito até aqui, pode-se compreender a radicalidade das palavras encontradas no *website* do INCa:

“O consumo de cigarros é a mais devastadora causa evitável de doenças e mortes da história. Hoje, o tabagismo representa um dos mais graves problemas de saúde pública, configurando uma epidemia que compromete não só a saúde da população, como também a economia do país e o meio ambiente”<sup>52</sup>.

A OMS estima que até o ano 2025 o tabagismo “matará” um total de 500 milhões de pessoas da população atual, sendo que deste montante 200 milhões corresponderão a crianças e adolescentes do fim dos anos 90. “Cerca da metade destas mortes atingirão pessoas entre 35 e 69 anos de idade, que perderão em média 20 anos de vida”. Aproximadamente 70% destas mortes ocorrerão em países em desenvolvimento, caso não sejam tomadas medidas enérgicas e eficazes<sup>53</sup>.

Para finalizar este tópico, cabe perguntar: que lugar o tabagismo ocupa entre as prioridades da OMS? Gro Harlem Brundtland, ex-presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU), assume em 1998 a presidência da OMS com as seguintes prioridades: a) redução do consumo dos produtos feitos de tabaco; b) reversão da tendência de propagação da malária; c) combate à Aids. Para isso conta com 3.700 funcionários, escritórios regionais em seis países e um orçamento anual superior a US\$ 840 milhões. A OMS oferece treinamento, diretrizes, verbas e *know-how* aos ministros de Saúde, principalmente dos países periféricos<sup>54</sup>.

---

“Tobacco epidemic: health dimensions”. **World Health Organization**, Fact Sheet número 154, may 1998. Texto integral: <http://www.who.int/inf-fs/en/fact154.html> .

<sup>52</sup> INCA: <http://www.inca.org.br/> : “Tabagismo”.

<sup>53</sup> NCA: <http://www.inca.org.br/> : “Tabagismo”.

<sup>54</sup> TURNER, C. “Gro Harlem quer mudar instituição”. Jornal **O Estado de São Paulo**, 23.09.1998.



Cabe apontar, aqui, de passagem, para um dado ao qual voltarei no capítulo 3: a Philip Morris reconheceu, em outubro de 1999, que “existe um consenso médico e científico de que o fumo causa câncer de pulmão, problemas no coração, enfisema e outras sérias doenças”<sup>55</sup>. Este fato foi manchete de grande destaque no noticiário mundial. Houve, entretanto, pelos menos três antecedentes que já apontavam neste sentido: a) no dia 21.07.1997, o presidente da Ligget Group, Bennet Lebow, em depoimento na Corte de Miami, supreeendentemente declarou que o cigarro causa câncer, doença cardíaca, enfisema e provoca "dependência em muitas pessoas";<sup>56</sup> b) exatamente um mês depois, no dia 21.08.1997, o principal executivo da Philip Morris, Geoffrey Bible, admitiu pela primeira vez em público que "cerca de 100 mil pessoas podem ter morrido" devido a enfermidades provocadas em parte por cigarros produzidos pela sua empresa;<sup>57</sup> c) no dia seguinte, 22.08.1997, Steven Goldstone, presidente da RJR Nabisco (então proprietária da RJ Reynolds, fabricante dos cigarros Camel e Winston), num tribunal da Flórida, reconheceu que há estudos científicos que vinculam de forma direta e inequívoca o consumo do cigarro com o câncer de pulmão<sup>58</sup>.

Como conclusões deste capítulo, destaco o seguinte:

- a) Das origens do consumo entre indígenas até o fim do primeiro período do capitalismo (liberal), houve uma diversificação nas formas tanto de produzir quanto de consumir derivados de tabaco, com incorporação e transformação das práticas indígenas pela cultura moderna. Enquanto na cultura indígena o ritual de intoxicação aguda é central – na

---

<sup>55</sup> NETO, J.S. “Em causa própria”. Revista **Veja**, 20.10.1999 (152,153). No início da matéria, lê-se: “Philip Morris admite que cigarro causa câncer, mas ativistas vêem nisso uma manobra”. Ver, também, MEIER, B. “Philip Morris Acknowledges Smoking’s Link to Cancer”. **New York Times**. October 13, 1999. O NYT indica como fonte [www.philipmorris.com](http://www.philipmorris.com).

<sup>56</sup> OESP. “Empresa de cigarro reconhece que cigarro vicia”. Jornal **Estado de São Paulo**, 23.07.1997.

<sup>57</sup> SILVA, C.E.L. “Fumo pode matar, diz executivo do tabaco”. **Folha de São Paulo**, 22.08.1997.

modernidade, com a eliminação do mesmo, emerge o mito, alimentado pela publicidade empresarial, que vincula valores como liberdade, carisma e poder ao consumo de cigarros e charuto.

- b) No segundo período (capitalismo organizado), com a decisiva produção industrial do cigarro, houve um processo contrário, de uniformização e também de disseminação massiva do consumo e de produção cada vez mais predatória, com o uso de estufas para secagem do tabaco, como no *sistema integrado* no sul do Brasil; acentua-se também a concentração do setor. Ao final deste período multiplicam-se as pesquisas que apontam doenças tabaco-associadas. Diversas estratégias, legais e ilegais, reativas e pró-ativas, são elaboradas pelos industriais do setor, visando defesa do mesmo, ataque e criação de novos espaços. Destacam-se a capacidade de resposta criativa aos antitabagistas e a formação de alianças estratégicas.
- c) No terceiro período (capitalismo desorganizado), acentua-se em parte o mesmo padrão anterior, mas complexificando-se o processo de crescimento, com declínio de alguns mercados nacionais, e modernização tecnológica da indústria com a emergência da globalização. A complexidade ocorre particularmente no Brasil, na região sul, em termos socioambientais e sanitários.
- d) Considerando-se os efeitos socioambientais da produção e do consumo, pode-se deduzir que pesquisadores de diversas áreas têm em princípio fortes motivos – acumulados particularmente durante o último período do capitalismo – para desenvolver trabalhos interdisciplinares ou abordagens transdisciplinares.

---

<sup>58</sup> GLOBO. “Presidente da RJR Nabisco afirma que fumo causa câncer”. Jornal **O Globo**, 23.08.1997.

## Capítulo 2

### REFERENCIAL TEÓRICO: CAMINHOS & DESCAMINHOS

#### Introdução

Neste capítulo concentro minha atenção em três tópicos: no primeiro deles (dividido em dois subtópicos: 2.1.1 e 2.1.2), examino uma seleção de obras que representam a *diversidade de enfoques* sobre a produção e o consumo de tabaco, dando preferência às que se referem ao Brasil. Não selecionei apenas material de nível acadêmico, mas também textos doutrinários e próximos do senso comum, por motivos que ficarão claros no próprio exame e na conclusão. No caso específico do tabagismo, notar-se-á uma forte dependência, por parte da literatura nacional, de pesquisas feitas no exterior e, por isso, são incluídas algumas obras patrocinadas pela OMS sobre a problemática nas Américas e no Mundo. Já no caso da produção, a maior parte das obras escolhidas trata da região sul do Brasil, na qual são produzidas cerca de 90% das folhas de tabaco – com crescente destaque no contexto internacional desde 1993, ano em que o país assumiu a liderança nas exportações do produto ao superar os EUA. Com base nas conclusões sobre a literatura concentro-me no segundo tópico (2.2), no qual examino dois conceitos da teoria social contemporânea: *modernização* e *globalização*. Destaco, entre algumas abordagens, a teoria do sistema global, de Leslie Sklair e, no terceiro tópico (2.3), procuro complementar esta abordagem teórica com as contribuições de outros autores no sentido de examinar os componentes da *cultura-ideologia do consumismo* e refletir sobre os obstáculos à ação da cidadania antitabagista. Dois conceitos então merecem destaque: o de *tecnociência* (fundado no paradigma dominante, de acordo com Edgar Morin) e o de *marketing* (que articulo ao de política cognitiva, de acordo com Alberto Guerreiro Ramos). A noção de *ideologia*, já embutida no conceito de cultura-ideologia, também será útil, particularmente no seu sentido negativo, *de discurso ou estratégia simbólica de dominação de um grupo social sobre outro, ou de ocultação das diferenças sociais que permitem tal dominação* – não sendo

apenas um sistema de idéias/crenças ou uma visão de mundo vinculada às doutrinas políticas abrangentes, ou grandes narrativas, como o liberalismo e o socialismo. Penso que na própria aplicação do termo será possível explicitá-lo e, de um modo geral, sigo as orientações teóricas de John Thompson, de Marilena Chaui e de Edgar Morin, que me parecem compatíveis neste aspecto. Além disso, proponho dois conceitos operacionais: o de *rede estratégica*, para tratar das empresas e de suas alianças e o de *rede multifragmentária*, para tratar dos grupos sociais que se opõem ao tabagismo *latu sensu*, ampliando espaços da cidadania.

### 2.1.1. Literatura sobre tabaco

Como a produção acadêmica sobre tabaco no Brasil concentra-se na década de 1990, a ordem de exposição dos trabalhos aqui não segue um critério cronológico dos mesmos, mas subtemático, priorizando-se o aspecto histórico.

a) Embora recente, *O Fumo Brasileiro no Período Colonial (lavoura, comércio e administração)*, livro publicado em 1996, de autoria do historiador francês Jean Baptiste Nardi, é fruto de uma pesquisa que cobre uma lacuna na historiografia brasileira – mas o faz de forma unilateral e ideológica. O autor diz que, apesar de sua importância econômica, o fumo brasileiro no período colonial “quase nunca foi estudado” (p.18). Em sua tese de doutoramento (*Le tabac brésilien et ses fonctions dans l’Ancien Système Colonial portugais, 1570-1830*), Nardi busca “apresentar uma visão global do assunto, essencial para compreender todas as modalidades do fumo. Mas não podíamos chegar a ela sem analisar primeiro as múltiplas características do fumo, considerando tanto o Brasil quanto Portugal. Realizamos uma pesquisa extensa, mas sem esgotar o assunto” (p.19). O livro em questão trata apenas da parte relativa ao Brasil (com destaque para a Bahia), ficando a que é relativa a Portugal para ser publicada em outro volume.

Nardi sustenta que o trinômio lavoura-comércio-administração, no caso do fumo luso-brasileiro, constitui um conjunto de elementos indissociáveis. Se a interação entre os dois primeiros é compreensível, diz ele, parece um pouco menos evidente a influência do terceiro. Mas a especificidade do fumo, continua o autor, é justamente a de ter sido prestigiado por uma administração própria, que interferiu não só na legislação tributária como também na qualidade do produto, e em suas condições de produção e circulação, incluindo a navegação. Além disso, abrangeu princípios político-econômicos gerais estreitamente ligados ao Antigo Sistema Colonial, tais como o *exclusivo metropolitano*, o tráfico negreiro, o desenvolvimento do mercado interno brasileiro e a indústria. Portanto, não se concebe a história do fumo no período colonial sem a história da administração portuguesa do tabaco. Baseando-se sobretudo em documentos de arquivos portugueses e brasileiros, o autor faz referência à dificuldade maior do seu estudo: a extraordinária quantidade de fontes, essencialmente manuscritas, que precisou consultar, e a variedade das informações utilizadas para quantificar o comércio de 1570 a 1830 (portanto excluindo referências à fumicultura do sul do Brasil, que se tornou dominante no século XX). Aqui se faz nítida a orientação do trabalho de Nardi: *quantificar* a riqueza e a importância econômica do tabaco na história do Brasil. Trata-se de uma pesquisa baseada no *paradigma dominante no conjunto das ciências* (este aspecto é examinado no tópico 2.3), com metodologia positivista e um viés economicista, liberal, que deixa sem crítica a ideologia inscrita nos documentos utilizados. Como consequência, a obra alimenta-se tanto de informações originais quanto de uma organização ideológica das mesmas, permeada de crenças sobre o tabaco que, se por um lado podem ser compreensíveis em documentos e autores do século XVI ao XIX, são questionáveis em pesquisas acadêmicas feitas no final do século XX. A pretensa neutralidade axiológica do positivismo leva Nardi a defender os valores historicamente favoráveis à indústria e aos setores governamentais que tradicionalmente obtêm vantagens com o tabaco, conforme visto no cap. 1. Os conflitos de classe e a problemática da saúde pública ou mesmo ambientais são preteridos em favor da competitividade econômica, da liberdade de comércio, ainda que tal liberdade implique na manutenção e no prosseguimento da escravidão. Nardi identifica riqueza com moeda tal como faziam os mercantilistas,

vários autores clássicos e neoclássicos e como ainda fazem economistas estreitamente vinculados ao *establishment* (Hunt & Sherman, 1978:107-122). Não é mera casualidade que a edição de suas obras – inclusive uma monografia intitulada *A História do Fumo Brasileiro* (Nardi, 1985) – tenha recebido patrocínio da Abifumo. A indústria tem, nele, uma espécie de *intelectual orgânico*, para usar o conceito de Gramsci.

b) Há pelo menos quatro obras com enfoque nitidamente marxista, umas mais ortodoxas e outras mais heterodoxas, diferenças que aqui não serão objeto de análise. *Os Colonos Alemães e a Fumicultura*, uma das obras pioneiras sobre o tabaco no Brasil, é de 1991 e de autoria de Jorge Luiz Cunha. Trata da colonização estrangeira no RS, particularmente em Santa Cruz do Sul, entre 1849 e 1881. O autor analisa a realidade do país de origem dos imigrantes, no caso a Alemanha do século XIX, e a realidade do sul do Brasil, as formas de sobrevivência, de organização, de cultura dos fundadores da Colônia de Santa Cruz em 1849. Com um enfoque marxista pouco explícito, Cunha procura elucidar de que forma é encaminhado o processo de colonização pelo governo provincial, “representante dos interesses da elite agropecuária local” (p.11) e dos “interesses do governo imperial” (p.11); como ocorre a especialização da produção na colônia, até a sua integração à divisão inter-regional do trabalho ao mercado capitalista. Sustenta que as relações de produção que envolvem a pequena propriedade, no seu processo de reprodução pelo capital, são “de natureza essencialmente capitalista, embora não explicitamente” (p.13). Ou seja, afirma que as relações de produção familiares “não podem ser vistas como uma sobrevivência de um modo de produção anterior ou como algo estranho ou externo ao capital” (p.14). Cunha sustenta que é ao nível da circulação que o capital extrai mais-valia da produção imediata do trabalho familiar: “é através do mercado que o capital se apropria dos excedentes (inclusive do sobretabalho) e determina ao produtor o que produzir” (p.14). Como a organização do trabalho familiar depende cada vez menos de suas condições naturais de existência e cada vez mais dos mecanismos estruturais do mercado, “o pequeno produtor tende progressivamente a especializar sua produção, concentrando seus esforços naqueles produtos que disponham de condições mais vantajosas no mercado”

(p.15). Com esta abordagem, o autor justifica a expansão das atividades fumageiras e o controle das mesmas pelos comerciantes, que no século XX são substituídos pelos industriais, que por sua vez transformam Santa Cruz do Sul na *capital mundial do fumo*.

c) A segunda obra com enfoque igualmente marxista é *Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*, de Virginia Elisabeta Etges, publicada em 1991. Esta dissertação de mestrado em geografia pela USP procura desvendar o processo de expansão da fumicultura no sul do Brasil e sua articulação com o setor industrial internacional, que controla de forma oligopólica a produção de tabaco. Filha de fumicultores, a autora busca compreender os mecanismos fundamentais do processo de territorialização da produção, faz uma análise da estrutura interna da produção familiar, da formação da microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul – comparando as décadas de 1950, 60, 70 e 80. Também se dedica a analisar as ações e estratégias das empresas no afã de ampliar as relações de subordinação sobre a renda da terra produzida pelos fumicultores. Estuda a situação dos agricultores não-produtores de fumo, na mesma microrregião, mostrando que as relações de dominação e exploração estabelecidas pela indústria fumageira *não são definitivas*, já que alternativas podem ser criadas, embora seja um processo difícil e complexo. A autora revela também a cumplicidade do governo do Estado do RS com o oligopólio industrial, por intermédio de incentivos fiscais, “barganhas de grande peso” (p.146), que determinaram uma euforia dos industriais a partir de 1987, e que sufocaram o primeiro movimento grevista dos fumicultores, em 1986. O enfoque da autora, restrito à análise da relação entre produtores e indústria, deixa de lado a problemática do meio ambiente e da saúde pública. O meio ambiente é percebido apenas como território, não como conjunto de ecossistemas e geossistemas. Os efeitos sobre a saúde dos consumidores não são cogitados, embora a legislação restritiva ao consumo no Brasil e em particular no RS exista desde o início dos anos 80. Apesar do viés marxista, esta obra é de grande valor analítico no que se refere à história econômica da fumicultura.

d) Uma terceira obra com enfoque marxista é de Lucila Mareli Meyer, intitulada *A Relação entre Produtores e a Agroindústria Fumageira em Santa Cruz do Sul-RS*, dissertação de mestrado apresentada em 1993 no curso de história da UFSC. A autora segue a trajetória aberta pelas duas obras anteriores, contribuindo com a análise do *sistema integrado de produção* e das formas pelas quais as empresas, com apoio do Estado, viabilizam a exploração das famílias fumicultoras, mantendo-as em nível de subsistência. A autora observa uma “pauperização crescente do produtor agrícola, que se evidencia exatamente pela queda do nível de consumo de meios de vida” (27). A empresa assume o papel de agente financeiro dos produtores, garantindo-lhes o crédito, mas o financiamento ocorre via Banco do Brasil (ou bancos estaduais; nos anos 90 também via rede privada), e desta forma o capital industrial é acumulado e transnacionalizado com a intermediação estatal. Esta obra tem qualidades e limitações semelhantes ao trabalho de Etges.

e) Uma quarta abordagem marxista aparece na obra de Olgário Paulo Vogt, *A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849-1993)*, publicada pela UNISC em 1997, a partir de sua dissertação de mestrado em história. O autor faz um histórico do fumo no Brasil, analisa o início da cultura no sul do país, destacando o cultivo em Santa Cruz entre 1917 e 1993, a internacionalização do complexo agroindustrial e o *sistema integrado de produção*, além de examinar a história das atividades representativas dos trabalhadores e as tendências da fumicultura. Mas a restrição do enfoque marxista aos aspectos históricos, econômicos e políticos envolvidos na produção e na industrialização acaba por tratar o fumo como um produto que gera comparativamente mais lucros e acumulação de capital que outros produtos agrícolas, o que a meu ver deveria ser contextualizado pela consideração dos gastos públicos em saúde devido aos efeitos do consumo. Em que pese o argumento marxista fazer sentido na análise do papel determinante da indústria sobre o processo produtivo, concebido como um *pacote tecnológico* pela BAT em 1917, este enfoque pode limitar a análise das alternativas existentes ou possíveis aos agricultores. É sintomático, neste sentido, o fato de Vogt não mencionar as iniciativas dos agricultores que, sob influência de organizações religiosas, de técnicos agrícolas, médicos e autoridades em saúde



pública, elaboram projetos de produção ecológica desde o início dos anos 90 – formando um movimento pró-alternativas ao fumo (do qual tratarei no cap. 4). Este enfoque marxista, por mais que critique o individualismo dos agricultores, concebe-os como simples vítimas da história, fechando-os na prisão das estratégias de classe e na perspectiva de superação do capitalismo. Via de regra, falta autocrítica aos enfoques marxistas aqui expostos. Em outro trabalho, aponto inclusive os limites do chamado *marxismo analítico* – que é reconhecidamente autocrítico –, mostrando sua vinculação ao paradigma dominante nas ciências e as diferenças entre autores autodenominados *marxistas analíticos* (Jon Elster, G.A. Cohen, Andrés de Francisco, Andrew Levine, Elliot Sober e Erik Wright). (Boeira, 1996).

f) Uma obra que complementa e de certa forma contraria o enfoque marxista com um enfoque weberiano é a de Maria Ignez Silveira Paulilo, intitulada *Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos*, publicada em 1990. Esta tese de doutorado em antropologia social (UFRJ) volta-se para a análise do *sistema de integração* de suinocultores e de fomicultores do sul de Santa Catarina. Tecnicamente, diz a autora, esse sistema é definido como uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, ou tão próximo quanto possível do modelo industrial, com aplicação maciça de tecnologia e capital. Os produtores integrados recebem insumos e orientação técnica de uma empresa, produzindo matéria-prima exclusivamente para ela. Paulilo ocupa-se do que chama de *campo de forças* nas relações assimétricas entre as firmas e os produtores, mostrando que a situação vivida por estes é complexa, e que conceitos como *assalariamento* ou *propriedade formal da terra*, comuns na literatura analisada pela autora, não são esclarecedores. Inclusive a idéia de *perda de autonomia* é relativa se, como diz Paulilo, for considerado que ela atinge somente a produção da matéria-prima controlada pela agroindústria – a qual nem sempre é o produto principal e jamais o único. A autora transcende a imagem do produtor como vítima da exploração e da subordinação, procurando analisar “o que esses agricultores pensam de si mesmos e das empresas” (p. 21), quais as suas opções e qual o lugar que a relação de integração ocupa em

seu mundo. Sem ignorar o lado da empresa, a autora volta-se para o lado do produtor, cuja experiência vivida tem uma aparência enganadora, onde o que parece simples é, na verdade, uma *síntese complexa*. “A experiência vivida chama atenção para nossa ignorância, mas só um espírito em alerta pode perceber que o não saber não é um vazio, é uma rede de enganos que precisa ser rompida” (p.22). Analisando o sistema integrado como campo de forças e fazendo uso do conceito de *dominação racional* (Weber) – a autora conclui:

“(...) Há, portanto, uma aceitação racional da atuação da empresa que, embora não mude o caráter assimétrico da relação, justifica-a por motivos outros que não a coerção pura e simples ou a passividade. É preciso distinguir entre *passividade* e *resignação*, termo tão ao gosto de Weber, para quem o conflito é parte integrante da vida. (...) Ainda, os valores que orientam a conduta da empresa e a dos integrados não são sempre contraditórios, permitindo que haja consenso suficiente para que a relação funcione” (Paulilo, 1990:35).

Embora esta obra seja de grande valia, na medida em que quebra a rigidez e a dicotomia da idéia de estrutura-superestrutura existente no enfoque marxista, há que se questionar também os limites da noção de racionalidade implícita no trecho acima. *Será racional um processo produtivo que resulte na destruição de vidas, ainda que gere acúmulo de capital e seja suficientemente consensual entre as partes envolvidas? Será que a desconsideração dos aspectos de saúde e de ecologia, inerentes à cadeia produtiva do tabaco, conduz a falhas fundamentais na pesquisa acadêmica?* Para Weber, como se sabe, a singularidade histórica do capitalismo ocidental moderno é a extrema racionalidade das condutas, sejam elas econômicas ou políticas, sociais ou legais. A racionalidade é o núcleo do que Weber denomina “espírito do capitalismo”, resultante de várias causas (culturais, econômicas) e irreduzível a uma fórmula única. Mas a racionalização não é para o autor sinônimo de progresso moral individual ou coletivo. Pelo contrário, Weber vê na racionalização (fundamentalmente ditada pela técnica científica) uma fonte de desencantamento do mundo. Tal desencantamento é a meu ver evidente na relação tabaco-tabagismo, gerando algo como um curto-circuito entre as pretensas racionalidades da produção e do consumo. Em vez de enfrentar a complexidade deste curto-circuito, as ciências sociais no Brasil têm procurado via de regra detalhar e purificar o entendimento das relações sociais particularmente

em relação à produção, sem vinculá-las aos efeitos do consumo de tabaco. Assim fazendo, reproduzem a racionalização como ideologia da racionalidade (Weber, 1982).

g) Uma obra que assume a *pluralidade teórica*, mesclando referenciais como Marx, Foucault, Harvey e Morin, é a dissertação de mestrado em geografia (UFSC) de Rogério Leandro Lima da Silveira, intitulada *A Produção da Periferia Urbana em Santa Cruz do Sul-RS: o lugar dos safristas na terra do fumo*, apresentada em 1997. O autor mostra como o processo de urbanização da cidade, a partir dos anos 70, tem sido marcado pela atividade agroindustrial fumageira. Uma progressiva ampliação do perímetro urbano tem sido observada ao lado da intensificação da verticalização da cidade. A especulação imobiliária, o crescente número de ocupações irregulares e de loteamentos clandestinos, a segregação espacial de considerável parcela da população, a intensificação dos fluxos migratórios da microrregião para a cidade, uma desigual distribuição de renda e de bens de uso coletivo, a instalação de objetos e sistemas técnicos visando a racionalização do processo produtivo, a mobilização da força de trabalho dos safristas (trabalhadores temporários) pelas agroindústrias fumageiras – todos estes fatores são *interdependentes*, diz o autor. Assim, na medida em que se aparelham e se organizam para competir em escala global as empresas promovem desordem local. Para Silveira, a produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul, ao mesmo tempo que reflete a lógica contraditória e excludente do processo capitalista de produção da cidade, reflete também as implicações sociais e espaciais decorrentes dos processos de modernização e racionalização tecnológica requeridos pelos agentes hegemônicos presentes no território. Nesta obra a desordem aparece como degradação das condições de moradia e de trabalho, mas não como eliminação sistemática da vida pelo tabagismo ou pelas agressões ao meio ambiente (biodiversidade). A irracionalidade da produção de tabaco é associada ao espaço de vida e de trabalho, mas a irracionalidade do consumo, associada ao tempo e à qualidade de vida, não é sequer mencionada – embora esta última (morbimortalidade) ocorra tanto no âmbito local quanto global, quebrando a simples dicotomia entre uma pretensa ordem global e uma desordem local. Apesar disso, a obra tem como

qualidade singular o fato de apresentar aos cidadãos da microrregião de Santa Cruz do Sul evidências de que a “riqueza” produzida pela industrialização do tabaco é ilusória, geradora de desordem, marginalização e insegurança.

h) A dissertação de mestrado em extensão rural de Aminta Sanabria Rodríguez, intitulada *A Fumicultura e a Questão Ambiental: o perfil do fumicultor em Restinga Seca-RS*, foi apresentada à UFSM em 1996. A autora faz uma tentativa de articulação entre as ciências ditas naturais ou exatas e as ciências sociais para descrever e analisar os resultados de uma pesquisa de campo com 56 fumicultores, num universo de 249 existentes em diversas localidades do município de Restinga Seca – área central do RS. Esta obra apresenta certa fragilidade teórica no tratamento da questão ambiental por ter a autora produzido uma dicotomia acentuada entre a metodologia quantitativa (dados empíricos) e a introdução eclética ao tema. Sua contribuição, entretanto, é relevante, na medida em que desenvolve com um razoável rigor a coleta e a apresentação das informações obtidas nas entrevistas. Suas conclusões apontam, em síntese, para a confirmação da expectativa ambientalista de que a maior parte dos fumicultores têm, além de um baixo nível de escolaridade, uma fraca consciência com relação à degradação ambiental (desmatamento, uso de agrotóxicos, poluição das águas) e com relação à própria saúde (hábitos de higiene, formas de aplicação de agrotóxicos), sendo suas maiores preocupações, por ordem de importância, o preço do fumo, a fertilidade do solo e a saúde das crianças.

i) Entre as obras consultadas que analisam especificamente a poluição ambiental por agrotóxicos na cultura de tabaco estão as seguintes: *Cartografia de Riscos de Contaminação por Agrotóxicos: proposta de avaliação e aplicação na microbacia do Córrego Garuva, Sombrio-SC* e *Caracterização do Meio Rural de Sombrio*. A primeira é a dissertação de mestrado em geografia de Gisele Mara Hadlich, apresentada à UFSC em 1997. A segunda é um artigo de Gisele Hadlich, Maurici Monteiro, Miguel Muller e Roberto Maykot. Em ambas constata-se que 90% dos agricultores do município plantam fumo, com uso intensivo de agrotóxicos. No artigo faz-se referência a um levantamento sobre a taxa de colinesterase no sangue (que corresponde a uma análise do grau de intoxicação

por agrotóxicos) junto a 145 agricultores, realizado em 1992 pela Epagri. Resultado: 46% dos agricultores estavam intoxicados em maior ou menor grau. Os autores afirmam que grande parte dos que plantam fumo já tiveram sintomas de intoxicação, principalmente dor de cabeça, tonturas, mal-estar, abalos musculares, vômitos, salivação e perda de apetite, sendo que 8% já foram hospitalizados. Apesar de 90% dos agricultores afirmarem ser perigoso trabalhar com tais produtos e reconhecerem a necessidade de proteção especial, 74% deles nem sequer conhecem o receituário agrônomo, 60% não lêem o rótulo das embalagens, 89% não respeitam período de carência dos produtos, e poucos tomam as precauções recomendadas durante a aplicação dos mesmos. Os autores contestam a tese das empresas sobre o “uso inadequado”, observando que esta é “uma forma sutil de isentar a livre comercialização e a falta de fiscalização”, e de transferir toda a responsabilidade ao agricultor e ao agrônomo. Também anotam que, mesmo quando usados adequadamente, os agrotóxicos causam efeitos adversos no meio ambiente. Estas e outras obras são úteis para o presente trabalho na medida em que fornecem dados técnicos, porém deixam a desejar na articulação destes com a teoria social. A dissertação de Hadlich, por exemplo, apóia-se numa interpretação a-histórica da teoria geral dos sistemas (Bertalanffy,1977). Em nenhuma destas obras aborda-se a relação da produção com o consumo e seus efeitos. Assim, o enfoque regional e local abstrai-se da dinâmica global, da legislação nacional, das campanhas antitabagistas, etc.

j) As próximas obras (não acadêmicas) que examino enfatizam a produção, mas também tratam do tabagismo. Estas publicações são todas indubitavelmente doutrinárias, corporativistas e, no entanto, ao contrário da maioria das teses acadêmicas produzidas no Brasil, não encobrem a existência do tabagismo e do antitabagismo ao tratar da produção, da industrialização e do comércio do fumo.

*O Fumo no Brasil e no Mundo* é um livro redigido por Guido Seffrin, um professor de português contratado pela Afubra. Trata-se de uma obra comemorativa, laudatória dos 40 anos da entidade. Além de mostrar seu extraordinário crescimento em número de associados, em riqueza e instalações materiais, ressalta que a então denominada Associação dos Plantadores de Fumo

em Folha do RS foi declarada de utilidade pública em 1957, dois anos depois de sua fundação. O primeiro presidente, Harry Werner, conta que no início de sua gestão era chamado de “comunista” (p. 43) pelos dirigentes das indústrias, que faziam contrapropaganda à entidade visando minar sua credibilidade junto aos fumicultores. As motivações iniciais da organização foram a luta por melhores preços, já que até então as indústrias decidiam arbitrariamente quanto pagariam ao produtor, e a criação de um seguro contra granizo. Ao longo de sua história, a entidade: a) firmou convênios com o Min. da Agricultura, visando treinamento de técnicos; b) obteve (nos anos 50) recursos públicos estaduais para garantir a indenização dos prejuízos decorrentes de chuva de granizo; c) ampliou sua área de atuação para SC e PR; d) criou seus próprios departamentos agrônomo e de seguro contra granizo e incêndios, entre outros; e) fez acordos com parlamentares, firmou convênios com diversos órgãos públicos e universidades, estimulando a diversificação contra a monocultura do fumo; f) reagindo às campanhas antitabagistas, à tributação, ao aumento dos estoques mundiais e à progressiva diminuição de renda dos produtores, a Afubra conseguiu fundar e organizar a ITGA em 1984, contando com entidades representativas de 17 países; g) passou a vender os mais variados produtos até assumir-se, por razões legais, como Agro-Comercial Afubra em 1993 (desmembrando seu departamento de fomento agropecuário), além de manter-se como associação sem fins lucrativos – ou seja, assumiu sua dupla identidade; h) ao longo de sua história, a Afubra *aproximou-se politicamente das entidades representativas das indústrias*, como o Sindifumo e a Abifumo, apesar de algumas divergências públicas nos momentos de negociação dos preços; i) a Afubra, à semelhança destas entidades, passou a combater a elevada tributação (mais de 70%) do cigarro; j) paralelamente às críticas ao governo em função dos impostos, a entidade firmou acordo com o IBAMA, passando a investir em projetos de educação ambiental visando o reflorestamento e ganho de credibilidade; k) também paralelamente às iniciativas de acordos, alianças e convênios com órgãos públicos, a entidade passou a criticar “as campanhas antifumo” de forma sistemática, em estreita aliança com a ITGA, acusando os antitabagistas de “inescrupulosos”, manipuladores de pesquisas, etc (p.129).

k) *O Fumo e seus Derivados na Economia Brasileira* é uma obra de circulação restrita (não publicada), editada pela Abifumo em 1997, com uma abordagem apologética da fumicultura do ponto de vista histórico, econômico e político, e de extrema importância para o conhecimento das posições do setor não somente no que se refere ao antitabagismo, mas também em relação às políticas de comercialização mundial, em face dos blocos econômicos (União Européia, Nafta, Mercosul), aos mercados latino-americanos, do leste europeu e asiáticos. O antitabagismo é uma das preocupações centrais, já que desde a introdução ataca-se a “campanha repressiva” e as “diatribes antitabagistas”, defendendo-se a “nossa formação liberal” e um programa denominado de *Convivência e Harmonia*, tendo como propósito “assegurar direitos de fumantes e garantir a expressão de vontade dos não-fumantes”. Na realidade, este documento vai além e apresenta as posições do setor diante da legislação brasileira que regulamenta a publicidade e restringe o fumo em determinados locais. A Abifumo e o Sindifumo são as maiores e mais representativas entidades do setor, além da Afubra e de sindicatos (patronais) dos municípios do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Bahia e de uma associação do estado de Alagoas. A Abifumo, em especial, condensa as informações estatísticas do setor em relatórios e boletins trimestrais e anuais, sendo portanto uma fonte indispensável de consulta para os pesquisadores do tema em questão. Algo que chama a atenção é a postura ambivalente da Abifumo (que será examinada no cap. 3) em relação aos órgãos públicos, ora criticando-os (impostos, campanhas antitabagistas), ora apresentando como fatores positivos os acordos, incentivos fiscais e financiamentos – como por exemplo o do BNDES, desde 1991, a 70 mil fumicultores da região sul (p.29). Atuam como agentes financeiros do BNDES, repassando os recursos, vários bancos particulares, portanto também interessados na expansão da atividade fumageira e aliados das indústrias.

l) *O Anuário Brasileiro do Fumo 1997 e o Anuário Brasileiro do Fumo 1998* são publicações típicas da última fase da história do setor no século XX. As indústrias, concentradas em Santa Cruz do Sul, articulam-se com o maior grupo de comunicações da microrregião – Gazeta – e viabilizam, com patrocínio e informações, a edição bilingüe (inglês-português) destes relatórios de realizações,

planos estratégicos e estatísticas, com anúncios publicitários e um discurso abertamente corporativista. Tais documentos expressam uma política de aliança entratérgica visando o mercado externo, o combate unificado ao movimento antitabagista, a manutenção do poder (econômico) sobre a mídia microrregional e uma imagem de modernidade junto a formadores de opinião e técnicos de órgãos públicos. Constituem-se, portanto, em fonte igualmente indispensável de consulta para os pesquisadores do setor. Tanto nos anuários quanto na obra da Abifumo há uma postura de conciliação com a Afubra, que recebe elogios e espaço para expressar suas idéias, assim como há um discurso de defesa do meio ambiente, com indicação de realizações em termos de reflorestamento, redução do uso de agrotóxicos e uso crescente de biotecnologia.

m) Uma obra acadêmica que se constitui como *exceção* entre as consultadas é a dissertação de mestrado de Marineide Maria da Silva: *Trabalho, saúde e risco na fumicultura: um estudo de caso no município de Içara-SC*, defendida em dezembro de 1999 na UFSC. Esta pesquisa sociológica, embora tenha como objeto central a fumicultura e a saúde dos agricultores, incorpora a *sensibilidade antitabagista*, por assim dizer, ao questionar o contra-senso da produção de tabaco, seus custos sociais e econômicos, além de ambientais, etc. Em cerca de dez páginas, a autora introduz num dos capítulos o ponto de vista epidemiológico da OMS, além de abordar “o início da luta antitabágica”, a fim de contextualizar seus objetivos específicos: conhecer as “estratégias adaptativas e de resistência que os agricultores utilizam para se tornarem fumicultores integrados”; investigar quais os valores mais importantes para estes e as condicionantes socioeconômicas que influenciam na sua adesão ao sistema integrado; pesquisar as “percepções e as práticas” referentes ao trabalho, à saúde e aos agrotóxicos. Destaco, a seguir, um dos depoimentos:

“A gente planta fumo, tá beneficiando quem? Se a gente parar pra pensar tá mesmo é plantando veneno, tá plantando morte pros outros. O orgulho é que tá sendo o que defende nós, né? Tem que continuar – fazer o quê?. Mas o danado do cigarro tá aí, vendem tudo (Fumicultora, 32 anos)”. (p.55).



Isto é o suficiente, suponho, como amostra do que há de mais relevante em termos de publicações que enfatizam a produção. A seguir detenho-me no que se refere principalmente ao consumo.

### 2.1.2. Literatura sobre tabagismo

O critério geral para a exposição do material a seguir é basicamente o da *cronologia das edições*, pela qual procuro mapear uma hipotética evolução do pensamento antitabagista. Mas há falhas – ora devido à falta de acesso à primeira edição de uma determinada obra, ora por falta de identificação do ano em que foi editada, ou mesmo por opção consciente. Este é o caso da principal publicação antitabagista – *The Cigarette Papers* –, que deixo para o final, contrariando a cronologia. Note-se que há um vazio editorial sobre este tema no Brasil, apesar do razoável número de dissertações e monografias defendidas nos anos 90, em particular no eixo Rio-São Paulo. Nestas, a influência das publicações dos países centrais é marcante.

a) Um dos primeiros livros sobre tabagismo publicados no Brasil, cuja 6<sup>a</sup> edição é de 1973, intitula-se *Fumar ou não fumar?* e é de autoria do médico Ajax César da Silveira, seguidor dos princípios da Igreja Adventista do Sétimo Dia, tradicionalmente antitabagista. A obra é dividida em duas partes, sendo a primeira dedicada a testemunhos de médicos, conselhos, narrativas de casos de câncer, citações de pesquisas científicas, alertas e estatísticas sobre os efeitos do cigarro no organismo feminino, crítica ora ao “vício pernicioso”, ora ao “hábito” de fumar, relacionando-a à força da propaganda, à ignorância humana ou à falta de “retidão de princípios”. O autor aponta diferentes fatores que conduzem à “dependência tabágica” (p.159), apoiando-se em depoimentos de especialistas: a) propaganda; b) fatores psicológicos; c) fator orgânico. Na segunda parte o autor expõe o curso *Como deixar de fumar em cinco dias*, cuja aplicação constitui “experiência testada, sobejamente provada e por isso mesmo mais do que aprovada em seus resultados em diferentes partes do mundo” (p.167), tendo como patrocinador a Associação Mundial de Temperança, entidade mantida pela Igreja Adventista do

Sétimo Dia. Apesar de citações de trabalhos científicos, a obra é inteiramente moldada pelo enfoque doutrinário, ideológico, com um forte tom paternalista. Na tentativa de atacar o cigarro ou o fumo recorrendo à orientação positivista e ao moralismo o autor acaba por mistificar a indústria do tabaco, suas estratégias e relações de produção, que permanecem distantes de suas críticas. Conforme suas palavras, “fazer campanha de educação antitabágica é fazer indiretamente profilaxia de incêndios, de economia doméstica, de educação moral, de saúde pública, de higiene mental, para se ter enfim uma mente sã num corpo sã”. Esta obra foi reeditada pela 13<sup>a</sup> vez em 1984 com o título de *O drama do tabagismo (causas, conseqüências e solução)*, com acréscimo de fotos coloridas de radiografias e de órgãos afetados, além de reprodução (autorizada) de gráficos da tese de José Rosemberg (examinada logo adiante).

b) Uma outra obra antitabagista, infelizmente sem data de edição, editada 25 vezes, é a do médico Alfons Balbach, intitulada *O fumo e a saúde*. Com a finalidade explícita de divulgação, em linguagem simples e concisa, dos resultados de muitas pesquisas, o autor aborda vários aspectos do que considera “uma doença da civilização moderna” (p.9), mas também uma estultícia, um vício, um hábito, um desleixo de caráter, etc. Há inúmeras citações bíblicas, além de dados estatísticos, relatos de experiências, depoimentos médicos sobre os efeitos das várias substâncias nos diversos órgãos do corpo humano, ataque à *falsa propaganda* e recomendações a médicos, a famílias, a atletas, a estudantes, além de uma crítica às igrejas que não desenvolvem campanhas antitabagistas. Neste caso, fica evidente o propósito de popularizar crenças altruístas, mas quase nada é dito sobre a produção ou sobre as estratégias da indústria. Trata-se de mais uma obra doutrinária.

c) Na mesma linha antitabagista de Silveira, ou seja, a partir dos princípios da Igreja Adventista do Sétimo Dia, João Batista D. Costa publica o livro *Deixar de fumar*, em 1996. Aqui observa-se uma linguagem mais direta, informativa (sem o tom paternalista), com recurso a fotografias coloridas e inúmeras estatísticas comentadas, com tratamento mais racional das fontes bibliográficas. Há uma

repetição de temas tratados nos livros de Silveira e inclusive a divulgação do mesmo curso sobre deixar de fumar em cinco dias.

d) José Rosemberg é sem dúvida a maior autoridade científica sobre tabagismo, entre os autores brasileiros. Sua maior obra – *Tabagismo: sério problema de saúde pública* –, publicada em 1981 e premiada pela Academia Nacional de Medicina, é uma referência clássica em pesquisas sobre o assunto, em função de sua abrangência e profundidade analítica. Como médico (e ex-fumante), Rosemberg enfoca predominantemente os efeitos do consumo de tabaco sobre a saúde dos indivíduos tomados em particular, e nesse sentido faz uma condensação das maiores pesquisas realizadas até então nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Canadá. Mas o estudo não se limita à análise da ação biopatológica dos componentes do tabaco no organismo humano, abrangendo também análises epidemiológicas, comparativas, visando um enfoque sobre os efeitos na saúde pública. O autor analisa os “métodos de averiguação do efeito nocivo do vício de fumar” (p.31), comparando estudos britânicos e norte-americanos, constatando maior risco de mortalidade conforme o número de cigarros consumidos diariamente, examinando o risco de mortalidade segundo a idade de início do consumo regular, a nocividade conforme o modo de tragar a fumaça, o risco dos fumantes de cigarros, charutos e cachimbos, o consumo de cigarros em relação com a diminuição de esperança de vida, a diminuição da mortalidade dos que conseguem abandonar o tabaco, a mortalidade dos tabagistas e as hipóteses de fatores genéticos e ambientais (sociais), os prejuízos e mortes causados pelos fumantes (incêndios florestais e urbanos), além de analisar as principais doenças provocadas pelo tabagismo (conforme visto no cap. 1). Há uma abordagem específica sobre problemas peculiares à mulher, em particular sobre as repercussões nas crianças cujas mães fumaram durante a gravidez, mas também sobre os efeitos prejudiciais do tabagismo paterno sobre as crianças. Rosemberg vai além: analisa os efeitos da poluição tabágica sobre os não-fumantes (adultos e crianças). Depois aborda o tabagismo como fenômeno social universal, fazendo um resumo histórico, examinando inclusive a “dinâmica sociológica do tabagismo” (p.241), as motivações para fumar (incluindo pesquisa própria, feita no Brasil), a produção e a demanda mundial do tabaco. Na

parte final de seu tratado, Rosemberg examina as medidas de luta contra o tabagismo, os programas nacionais de combate ao mesmo no exterior (conforme dados da OMS), a “invasão do tabagismo nos países em desenvolvimento” (p.291) – além de anexar cinco documentos que mostram as deliberações da OMS e o início das atividades antitabagistas no Brasil.

Como esta breve síntese deixa entrever, o desenho da obra vai do particular (composição química da fumaça, análise do tabaco, efeitos da nicotina, do monóxido de carbono, etc) ao geral (tabagismo como fenômeno social universal) e deste aos aspectos normativos – seguindo uma orientação positivista, quantitativa (dezenas de quadros e tabelas com estatísticas). Apesar de inúmeras vezes o autor fazer referência às complementaridades entre as pesquisas no que toca aos efeitos sobre o organismo animal ou humano (incluindo autópsias), chegando a inferir “como fato incontestável o prejuízo que o tabagismo causa à saúde, unanimemente comprovado por mais de 40 mil pesquisas científicas” (p.302) – não há na sua obra um questionamento teórico sobre a relação destas com as inúmeras abordagens sociológicas e psicossociais que atestam a complexidade, as diversidades e dificuldades conceituais do tabagismo, também várias vezes observadas pelo autor. Ou seja, o problema médico e epidemiológico, quando contextualizado pelas ciências sociais e humanas, troca as certezas pelas incertezas, politiza-se, volta-se para a educação, para as medidas paliativas, sempre reconhecendo a complexidade da ação antitabagista diante da força econômica das indústrias, das suas sofisticadas estratégias de propaganda, de suas manipulações tecnológicas e mercadológicas. Não existe na obra de Rosemberg um questionamento teórico dos paradigmas científicos. Há um descompasso não examinado entre as certezas da medicina e as incertezas das ciências sociais, ou entre a parte que vai até o cap. 14 e os cinco capítulos finais. Considerando-se que se trata de um trabalho de inegável valor científico, tendo sido usado em todos os programas educacionais sobre o tema desde sua publicação, cabe aos pesquisadores contemporâneos observar suas lacunas e a degradação ideológica inevitável dos trabalhos que a tomam como obra inquestionável porque exemplar (paradigmática).

e) Em 1987, o livro *Tabagismo e Saúde*, editado pelo Min. da Saúde e tendo José Rosemberg como relator, atualiza informações para os profissionais de saúde do país. Neste caso o tratamento das fontes é rigoroso e a linguagem é científica, ainda que limitada à orientação funcionalista e quantitativa. Na apresentação, Maria G. Fonseca, então secretária executiva do Programa Nacional de Combate ao Fumo, afirma que “esta publicação sintetiza o conhecimento científico acumulado nos últimos 30 anos acerca da ação do fumo sobre a saúde” (p.6). Além disso destaca que o tabagismo também é um problema ecológico, econômico e cultural. *Ecológico*, por ser a maior causa de poluição doméstica e uma das mais importantes causas da desertificação: “é preciso queimar uma árvore, utilizada na cura da folha do tabaco, para cada 300 cigarros produzidos, e na plantação faz-se necessário o emprego de grandes quantidades de agrotóxicos, comprometendo ainda mais o meio ambiente” (p.5). *Econômico* porque, em primeiro lugar, o volume de IPI oriundo da venda de cigarros “adquiriu, em nosso país, tal importância que vem dificultar as decisões governamentais de controle do tabagismo” (p.5). Em segundo, há um efetivo comprometimento dos impostos no tratamento das doenças tabaco-associadas, que sobrecarregam o sistema de saúde, e da perda precoce da produtividade do fumante, seja por doença, absenteísmo ou morte prematura. E *cultural*, porque o fumo é apresentado atualmente (1987) como um hábito que facilita a vida social do indivíduo, sendo visto até mesmo como sinônimo de charme e beleza, tendo passado de uma geração a outra sem grandes discussões ou restrições. A obra portanto apresenta uma perspectiva introdutória que engloba aspectos da produção e do consumo, mas em seguida detém-se nos impactos deste último sobre o organismo humano e sobre a saúde pública, deixando de lado as estratégias da indústria e as relações de produção.

f) Uma obra de divulgação, intitulada *Doenças Evitáveis*, de autoria do oncologista Alfredo Daura Jorge, é publicada em 1988 pela Associação Catarinense de Medicina, com apoio de diversas entidades civis e órgãos governamentais (e neste aspecto social reside sua importância). O livro apresenta 200 parágrafos numerados, cada um deles sintetizando alguma pesquisa ou posicionamento.

g) Entre as obras de maior credibilidade científica, está *Tabaquismo y salud en las Américas*, relatório de 1992 do Governo dos EUA, preparado em parceria com a OPS/OMS. Trata-se de obra com dezenas de autores, editores e revisores, especializados em diversas áreas. As cinco principais conclusões deste estudo são as seguintes: a) A prevalência do tabagismo na América Latina e no Caribe é variável, mas chega a 50% entre os jovens de algumas áreas urbanas. Nos últimos anos, um elevado número de mulheres tem começado a fumar; b) Calcula-se que por volta de 1985 morriam, no mínimo, 526 mil pessoas anualmente em função do tabagismo nas Américas, sendo 100 mil na América Latina e no Caribe; c) A estrutura da indústria de tabaco, dominada por corporações transnacionais, representa um formidável obstáculo aos esforços para controlar o tabagismo, particularmente na América Latina e no Caribe; d) Os argumentos econômicos que apóiam a produção de tabaco caem diante dos efeitos econômicos que no longo prazo têm as enfermidades relacionadas com o tabagismo; e) O compromisso a respeito da vigilância dos fatores relacionados com o tabaco – como a prevalência do tabagismo, a mortalidade e a morbidade, os conhecimentos, atitudes e práticas, o consumo e a produção de tabaco, e as medidas tributárias e legislativas – é de importância decisiva para o estabelecimento de um programa sistemático de prevenção e controle do uso do produto (p.10).

Este documento dá seqüência à série de informes publicados desde o início da década de 1950, nos EUA, e que teve no ano de 1964 um marco especial com a publicação do primeiro relatório do Médico-chefe da Saúde Pública. O enfoque do relatório de 1992 concentra-se nos aspectos histórico, epidemiológico e socioeconômico, representando uma mudança significativa em relação à importância dada às ciências sociais. As análises comparativas entre EUA e Canadá, por um lado, e América Latina e Caribe, por outro, são muito dificultadas devido à falta de pesquisa com metodologia padronizada, o que leva os autores a sugerir uma série de métodos a serem seguidos pelas autoridades públicas latino-americanas. Entretanto, como percebem os autores, as dificuldades metodológicas têm como pano de fundo aspectos socioeconômicos e políticos. Além disso, não se trata apenas de atualizar e unificar metodologias ou

injetar recursos financeiros em programas com perfis democratizantes, mas também – e aqui tomo distância crítica do documento – de questionar a orientação positivista, funcionalista, que pesa sobre a maior parte das contribuições formadoras do relatório. No conjunto, trata-se de uma obra enriquecida pela multidisciplinaridade, mas não atingindo uma qualidade teórica requerida pela inter ou transdisciplinaridade (Morin, 1998).

h) Outra obra patrocinada pela OMS e de grande credibilidade científica, por sua abrangência e detalhamento, é *Accion Legislativa Contra La Epidemia Mundial de Tabaquismo*, de Ruth Roemer, da Universidade da Califórnia. Quando surgiu a primeira edição deste livro, em 1982, 57 países ou territórios tinham algum tipo de legislação antitabágica. Em 1995, ano desta segunda edição, já são mais de 90 e muitas das leis aprovadas na década de 1990 são mais enérgicas e mais eficazes que as anteriores. Roemer descreve a experiência de diversos países com diferentes tipos de legislação, explicando as razões de certas medidas e relacionando-as com outras estratégias antitabágicas. Em um capítulo especial, escrito por Richard Daynard, trata-se do problema jurídico relacionado à busca de compensação da indústria em função das enfermidades induzidas pelo tabaco. Em outros capítulos, a obra contém contribuição específica ao enfrentamento dos desafios dos países chamados “em desenvolvimento”. A autora insiste em que, para deter a *epidemia de tabagismo*, é essencial que haja uma legislação eficaz que reflita o interesse e a determinação das instâncias normativas, reforce e apóie um programa de controle integral e prepare o terreno para a transição a uma “sociedade sem tabaco”. Contrariando esta meta ambiciosa, a realidade descrita mostra que enquanto o tabagismo tende (via de regra) a estabilizar-se ou mesmo diminuir nos países industrializados (centro do sistema capitalista), as empresas transnacionais encontram novos mercados na África, na América Latina, na Ásia e na Europa oriental. Nos países destas regiões entra-se rapidamente no “círculo infernal do tabaco” quando ainda se luta para alcançar um nível aceitável de saúde e prolongar a expectativa de vida das populações. Por isso, apesar dos progressos registrados, a autora avalia o desafio do futuro como nebuloso ( “abrumador” ).

A propósito, cabe destacar a síntese que Roemer faz do desenvolvimento histórico da legislação em três fases: a) primeira legislação, correspondente ao período 1890-1960, destinada a proibir a venda a menores e a prevenir os incêndios em lugares públicos; b) legislação aprovada no decênio de 1960 e princípios da década seguinte, na qual se reconhece a relação entre tabagismo e saúde e são reguladas questões referentes à publicidade, as advertências sanitárias e outros assuntos; c) legislação posterior a 1975, que consiste em leis gerais ou muito reforçadas, tratando de diversos aspectos do tabagismo (p.17). Além desta distinção de fases, há uma outra, de tipos ou categorias de legislação, elaborada por um Comitê de Especialistas da OMS em 1979: a) as destinadas a modificar as práticas dos que trabalham na fabricação, publicidade ou venda de cigarros; b) as que se destinam a modificar o comportamento de fumantes (p.22).

Em muitos países a legislação é frouxa ou inexistente e o nível de educação sanitária é baixo. Enfim, a obra de Roemer impressiona por sua riqueza descritiva e analítica. O horizonte teórico-metodológico da autora, que encontra apoio na OMS, é o de enfoques funcionalistas, de pesquisas quantitativas. Com base na avaliação das experiências legislativas, entretanto, a autora não somente recomenda a educação sanitária mas também mudanças enérgicas, com leis especiais visando a substituição da produção de tabaco e a diversificação dos cultivos, a exemplo do que tem ocorrido no Canadá e na Tailândia (p.91). Com efeito, ela se posiciona contra “acordos voluntários” entre Estado e indústria fumageira, considerando-os insuficientes, complexos, de difícil aplicação, pois facilitam subterfúgios, etc. (p.15,16). Como o baixo nível de educação sanitária entra em choque com a perspectiva de uma legislação mais enérgica, fazendo emergir polêmicas sobre valores (liberdade, individualismo, saúde, responsabilidade pelas gerações futuras, etc), não é de estranhar que o desafio do futuro seja considerado nebuloso.

j) No Brasil o pensamento jurídico sobre a relação tabaco-tabagismo está nos seus primórdios. O advogado Carlos Perin Filho enfrenta esta situação com uma obra pioneira em 1997, intitulada *Tabagismo e o Direito*. O autor destaca dois estudos científicos: “Effects of nicotine on the nucleus accumbens and



similarity to those of addictive drugs” (Pontieri, *et al*, 1996) e “Preferential formation of benzo[a]pyrene adducts at lung cancer mutational hotspots in P53” (Denissenko *et al*, 1996). Estes estudos, diz Perin Filho, proporcionam “o nexos causal necessário entre o consumo do fumo, a geração de sua dependência química e/ou psíquica e a danificação orgânica em seu usuário” (p.41). Como consequência, o autor afirma que as indústrias de fumo devem responder pelos “danos morais e reflexivos” (p.2) causados aos seus consumidores, fumantes ativos e passivos. Os danos morais puros a ser indenizados são decorrentes da nicotino-dependência, enquanto os morais e reflexivos são decorrentes das mutações genéticas e alterações orgânicas do consumidor, avaliáveis por exames laboratoriais e clínicos.

Perin Filho também conclui que o (a) cidadão (ã) tem plenos direitos de pleitear, por Ações Populares, indenizações e compensações pelos danos materiais e morais incorridos no tratamento das doenças relacionadas ao fumo na rede pública de saúde, além de poder requerer reparação ao dano moral causado pelas indústrias de fumo ao interesse público e à saúde coletiva. O advogado sustenta que as pessoas jurídicas públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, que “tenham por objeto social ou institucional a manutenção de hospitais, clínicas de tratamento e repouso, planos de saúde individual e coletivo, etc”, e que tenham incorrido em gastos com tratamento de “doenças relacionadas ao tabagismo nos últimos vinte anos, têm direito a pleitear judicialmente a respectiva indenização contra as indústrias de fumo” (p.22).

Quanto à forma de comprovação, o autor conclui: a prova estatística é adequada para defesa dos interesses difusos dos consumidores, da União Federal, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios e das empresas públicas e privadas referidas. A prova laboratorial, via seqüenciamento genético e exames específicos para cada doença e cada paciente, é a adequada para defesa de interesses individuais em juízo.

O autor também sustenta que a tributação sobre tabaco envolve um paradoxo mundial, que “consiste em tributar um produto com defeitos como se bom fosse, pois a dependência química e/ou psíquica não é administrável

biopsicologicamente em termos financeiros, mas sim em termos psiquiátricos e psicológicos” (p.40). Esta abordagem, que se beneficia dos debates e recentes decisões judiciais tomadas nos EUA, parece ganhar corpo no Brasil. Em todo caso, constata-se mais uma vez a necessidade de articulação interdisciplinar ou transdisciplinar entre ciências biológicas, sociais e psicológicas. Perin Filho demonstra dificuldade na tentativa de articular teórica e conceitualmente as ciências naturais e as sociais, como fica evidente no início de seu trabalho. Não obstante, sua abordagem sinaliza, ainda que indiretamente, uma probabilidade : a de que o debate sobre o “paradigma emergente” acompanhará o desenvolvimento da legislação antitabágica. (Trato da crise de paradigmas mais adiante).

k) No final dos anos 80, mais precisamente em 1988, o advogado Russel Mokhiber publica seu livro *Corporate Crime and Violence*, mas somente em 1995 a obra é publicada no Brasil, com o título de *Crimes Corporativos: o poder das grandes empresas e o abuso da confiança pública*. Mokhiber inclui o caso do fumo entre mais de trinta, envolvendo diversos setores industriais e empresas (de automóveis, de aviação, de petróleo, do ramo farmacêutico, químico, etc). O autor também elabora um programa de cinquenta propostas de mudanças legislativas para combater as infrações das elites empresariais. Na introdução, ele afirma que:

“...nos Estados Unidos, infratores empresariais se desdobram em legisladores empresariais. A América empresarial tem saturado os legisladores com dólares a fim de promover leis tornando legal ou não criminoso o que por qualquer parâmetro normal de justiça seria considerado ilegal ou criminoso, além de obstruir a legislação que proscreveria a atividade violenta. Por exemplo, as indústrias automobilísticas e do fumo, ao longo dos anos, têm bloqueado as tentativas de banir ou proscrever a comercialização do fumo, e de determinar que os automóveis sejam fabricados com itens de segurança passiva para salvar vidas” (Mokhiber,1995).

O autor sustenta que o sistema legal norte-americano favorece o violador empresarial e denuncia os métodos de protelação e ofuscamento por parte das empresas. Diz que “poucos atos sérios de violência empresarial são objeto de processo criminal. Além disso, a maioria das penalidades impostas nos processos cíveis são um mero *tapinha nas costas*, conhecidas como decretação de acordo” (p.13). Mokhiber também é contundente ao sustentar que “todos os dias, milhões

de dólares em pesticidas não testados, drogas contaminadas ou vencidas e produtos químicos banidos saem dos Estados Unidos para serem vendidos no exterior para clientes muitas vezes sem qualquer suspeita” (p.170).

O autor significativamente deixa a indústria do fumo para o final de seu livro e, embora seja muito sucinto, descreve com clareza algumas estratégias de propaganda e de *lobby* liderado pelo “poderoso Tobacco Institute”, o poder de congressistas de estados produtores de tabaco, além da influência sobre a mídia. “Assim como a indústria do amianto e a indústria química, os barões do fumo escolheram um *modus operandi* que produziu lucros espantosos às expensas de milhões que sofreram e morreram pela exposição a seus produtos” (p.389).

l) Jack E. Henningfield, autor de *Nicotina*, é doutor em psicofarmacologia pela Universidade de Minesota e professor de biologia na Faculdade de Medicina John Hopkins, de Nova York, além de consultor do Departamento de Fumo e Saúde, que integra o Instituto Nacional de Abuso de Drogas do governo federal norte-americano. A nicotina, diz o autor, é uma droga que aparece normalmente nas folhas de tabaco e é geralmente considerada “como estimulante, já que excita muitas células cerebrais e aumenta a atenção. No entanto, seus efeitos são complexos demais para caberem sob um único rótulo” (p.22). Ao estimular certos nervos da coluna vertebral, a nicotina relaxa músculos do corpo e pode até reduzir a velocidade dos reflexos do joelho. “Seus efeitos variam conforme a quantidade fumada. Assim, certas células nervosas que são estimuladas com a nicotina de uns poucos cigarros podem sofrer efeito contrário com um número de cigarros que ultrapasse essa conta” (p.22). O autor explica que da fumaça do cigarro a nicotina se transfere para os alvéolos pulmonares e daí para a corrente sanguínea, chegando ao cérebro em “menos de dez segundos”. Por isso, “mesmo que a quantidade inalada seja pequena, seus efeitos podem ser poderosos graças à eficiência do sistema de transmissão” (p.23). A exposição repetida à nicotina, continua o especialista, resulta numa “rápida tolerância ou efeitos decrescentes” (p.23), o que significa que ao longo do dia, à medida que os cigarros são consumidos, o fumante obtém cada vez menores efeitos físicos e psicológicos da ingestão da droga. Pesquisas sobre os malefícios do tabagismo

sugerem que a nicotina não é tão danosa quanto o alcatrão e o monóxido de carbono, “mas seu papel é mais insidioso, pois as pessoas, no esforço de obter nicotina, acabam ingerindo os subprodutos alcatrão e CO” (p.23).

O autor descreve vários métodos de pesquisa, em laboratório ou em circunstâncias normais de vida, nos quais os fumantes são acompanhados por dispositivos de medição de níveis de CO e outros elementos constantes na fumaça de cigarros. Ele sustenta que a nicotina gera comportamento compulsivo independentemente de fatores sociais, funcionando, tanto em seres humanos como em animais, como reforço (gratificação). “Em outras palavras, fatores exclusivos aos seres humanos – televisão, propaganda, pressão de grupo, tentativas de provar masculinidade ou independência – provavelmente pouco têm a ver com o papel de reforço da nicotina”. (p.67). Esses estudos, entretanto, “não sugerem que os fatores socioculturais não são importantes; é claro que são”, diz Henningfield, observando que os efeitos biológicos da nicotina a tornam uma droga ideal ao uso excessivo, “especialmente pelo fato de ser tão universalmente disseminada e acessível” (p.67). Meu propósito, com esta síntese da contribuição de Henningfield, é apenas apontar para uma *potencial deficiência das análises sociais diante de efeitos biológicos complexos*. Pelas conseqüências que a dependência bioquímica tem sobre a cidadania e a racionalidade, este enfoque será retomado mais adiante.

m) A última obra que destaco na bibliografia é *The Cigarette Papers*, de autoria do médico Stanton Glantz e seus colaboradores John Slade, Lisa Bero, Peter Hanauer e Deborah Barnes, todos da Universidade da Califórnia. Esta é uma das mais relevantes da bibliografia em função de seu detalhamento documental sobre as contradições entre os discursos públicos e as práticas efetivas das indústrias. Com efeito, esta obra, desde sua publicação em 1996, tem sido referência obrigatória nos processos judiciais e nos debates legislativos nos EUA, com repercussões globais. Glantz e sua equipe analisam dez mil páginas de documentos internos das indústrias, que vieram a público casualmente.

Uma breve história da revelação destes documentos permite compreender em que medida a controvérsia científica tem cedido espaço à controvérsia ética, jurídica e política. Em 12.05.1994, um pacote não solicitado é entregue ao professor Glantz, na Universidade. Os referidos papéis datam do início da década de 1950 até o início da década de 1980. São principalmente memorandos internos, pesquisas, textos confidenciais – da B&W e da BAT. Muitos dos documentos contêm discussões internas sobre relações públicas e estratégias legais. O remetente identifica-se apenas como “Mr. Butts”.

A B&W tenta recuperar, na Justiça, os originais, alegando terem sido roubados de uma firma de advocacia de Louisville, Kentucky, pelo advogado Merrel Williams <sup>1</sup>. Mas a Suprema Corte da Califórnia decide (em junho de 1995) que os documentos devem permanecer disponíveis ao público, na Universidade da Califórnia. Desde então as informações reveladas têm sido usadas pelo governo dos EUA na política antitabagista.

Com estes acontecimentos, órgãos públicos de saúde descobrem que nos laboratórios das empresas há pesquisa científica sigilosa e em profundidade sobre os efeitos do tabagismo – desde a década de 1950.

Em *The Cigarette Papers*, Glantz e sua equipe concluem que os textos revelados contêm uma “esmagadora evidência da irresponsabilidade e da maneira enganosa pela qual a Brown & Williamson tem conduzido seus negócios de tabaco” (p.13), e em seguida afirmam que os documentos “também demonstram que a conduta da B&W era representativa da indústria de tabaco em geral” (p.13), quando agia em acordo com as demais companhias, visando livrar o setor de ações judiciais.

O que os autores chamam de irresponsabilidade e maneira enganosa é basicamente o fato de que a indústria mantém em segredo pesquisas científicas que contrariam frontalmente os seus próprios discursos públicos, e que em muitos casos o trabalho dos cientistas tem sido subordinado ao gerenciamento e controle de advogados, que direcionam as pesquisas visando a obtenção de determinados

resultados, além de revisarem os relatórios finais, suprimindo ou alterando trechos considerados perigosos para a imagem pública das empresas.

Tais documentos da BAT e B&W *reconhecem que o tabagismo é causa determinante de uma variedade de doenças* – e por isso mesmo, durante vários anos, os empresários investiram em pesquisas para identificar e remover toxinas específicas encontradas na fumaça de cigarros ([www.library.ucsf.edu/tobacco](http://www.library.ucsf.edu/tobacco)).

Para finalizar este tópico, destaco que a produção científica acadêmica nacional sobre tabaco ignora, via de regra, a questão do tabagismo, enquanto a que trata deste aborda marginalmente a problemática da produção, quando não a ignora. No caso da literatura estrangeira a dicotomia tabaco-tabagismo se apresenta menos acentuada e mais problematizada. Entretanto, chamo atenção para o fato de que as características brasileiras oferecem, comparativamente, elementos mais contraditórios e paradoxais para o pesquisador da relação tabaco-tabagismo, em função, basicamente, do cruzamento de variáveis ambientais (biodiversidade, ecossistemas), sociais (desigualdades, produção familiar, êxodo rural, trabalho infantil, baixa escolaridade, diversidade cultural), tecnológicas (agrotóxicos, biotecnologia, engenharia florestal, fiscalização e orientação técnica), político-econômicas (impostos *versus* gastos em saúde pública, globalização econômica, política nacional de saúde, estratégias de *marketing*, etc). Com efeito, as variáveis acima mencionadas mostram-se interdependentes, em interseção constante, dificultando o trabalho de definição e isolamento teórico de aspectos da problemática relação tabaco-tabagismo, que requer estudos interdisciplinares e transdisciplinares.

Parece-me necessária uma explicitação, ainda que breve, a respeito das noções de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Tom Bottomore faz uma distinção preliminar: a primeira implica o encontro e a cooperação entre duas ou mais disciplinas, contribuindo cada uma delas (no plano da teoria e da investigação empírica) com seus próprios esquemas conceituais, sua forma de definir os problemas e seus métodos de investigação. A segunda, pelo contrario, implica que o contato e a cooperação entre as diversas disciplinas têm lugar,

sobretudo, quando estas adotam um mesmo paradigma (Bottomore,1982:11). Edgar Morin, por sua vez, é crítico da interdisciplinaridade na medida em que esta “controla tanto as disciplinas como a ONU controla as nações. Cada disciplina pretende primeiro fazer reconhecer sua soberania territorial, e, à custa de algumas magras trocas, as fronteiras confirmam-se em vez de desmoronar”. Para este autor é preciso ir além e enfrentar o desafio da transdisciplinaridade. Afirma que a ciência nunca teria sido ciência se não tivesse sido transdisciplinar. Além disso, observa que a história da ciência é percorrida por grandes unificações transdisciplinares marcadas com os nomes de Newton, Maxwell, Einstein, o resplendor de filosofias subjacentes (empirismo, positivismo, pragmatismo) ou de imperialismos teóricos (marxismo, freudismo). Deve-se perceber, entretanto, que os princípios transdisciplinares fundamentais da ciência, a matematização, a formalização – são precisamente os que permitiram desenvolver o enclausuramento disciplinar. “Em outras palavras”, diz Morin, “a unidade foi sempre hiperabstrata, hiperformalizada, e só pôde fazer comunicarem-se as diferentes dimensões do real abolindo essas dimensões, isto é, unidimensionalizando o real”. A questão, portanto, é encontrar uma forma de transdisciplinaridade que evite os erros da ciência sem consciência, que priva os indivíduos do direito à reflexão ao eliminar o sujeito como fonte de erros (Morin,1998:135-140). (Voltarei a abordar a obra de Morin e a noção de paradigma mais adiante). Penso que o trabalho interdisciplinar requer uma equipe, enquanto o transdisciplinar sugere o empenho e a criatividade individual. São, portanto, modalidades não excludentes entre si, mas complementares.

## 2.2. Teoria social contemporânea: modernização e globalização

### Introdução

Na introdução do cap. 1, fiz uma breve referência à periodização de Boaventura Santos a propósito do capitalismo como teste de cumprimento histórico do projeto sociocultural da modernidade. Com o período do capitalismo desorganizado Santos associa o conceito de modernização, que cabe agora examinar, na medida em que se tornou um dos conceitos mais relevantes da

teoria social contemporânea (Giddens, Beck & Lash,1997). Além disso, com o avanço da revolução tecnológica nas telecomunicações, nos transportes e a consolidação da tecnociência (Araújo,1998), as corporações transnacionais (CTNs) passam a elaborar e a colocar em prática suas estratégias globais, o que, juntamente com a crise do *Welfare-State* e do capitalismo organizado no âmbito dos Estados-nações, permite que surjam os debates em torno de outro conceito igualmente relevante: o de globalização (Sklair,1999; Viola & Olivieri,1997; Vieira, L.,1997; Ianni, 1999; Moraes,1997;Lacerda,1998). Meu principal objetivo neste tópico não é, contudo, fazer uma contribuição teórica significativa ao debate sobre tais conceitos, mas apresentar, ainda que brevemente, a *teoria do sistema global*, tal como desenvolvida por Leslie Sklair (1995;1998).

### 2.2.1. Modernização

Modernização, embora seja um conceito muitas vezes utilizado para fazer referência à realização do projeto da modernidade em qualquer de suas fases históricas, é mais apropriadamente aplicado na teoria social contemporânea para tratar das sociedades ditas *em vias de desenvolvimento*, mas não sem críticas e problematizações (Boudon & Bourricaud,1993:361-368). Como a modernização é um produto do Ocidente, o termo passou a ser quase um sinônimo de ocidentalização, desagradando aos que rejeitam o etnocentrismo ocidental e a uniformização da espécie humana pelas técnicas de produção e de consumo que tiveram origem no mundo anglo-saxão. A incorporação deliberada do Japão a muitas destas técnicas tem complexificado os debates sobre a viabilidade de uma modernização sem que a identidade cultural de sociedades ditas tradicionais ou atrasadas seja destruída. Há contudo diversos ritmos e estilos de modernização, conforme os agentes sociais envolvidos. Nas fases mais aceleradas de industrialização ou de desastres econômicos, observam-se fenômenos como o da anomia, segundo Durkheim (Pizzorno, 1977).

Boaventura Santos, referindo-se ao terceiro período do capitalismo, observa que o compromisso industrial-militar do desenvolvimento científico-



tecnológico e os perigos da proliferação nuclear e da catástrofe ecológica daí resultantes são sintomas muito claros do *cumprimento irracional da racionalidade instrumental* da modernidade. A hegemonia desta forma de *racionalidade irracional* significa também seu esgotamento, na medida em que, “combinada com as receitas neoliberais, se transforma numa lógica de dominação e de regulação em nível mundial” (Santos, 1995:90). O autor vincula esta “racionalização” à idéia de modernização, que segundo diz foi usada como suporte ideológico do imperialismo norte-americano na América Latina durante os anos 60, voltando à cena no processo de “reconstrução” da Europa Central e do Leste Europeu após o colapso do projeto comunista. Em ambos os casos a idéia de modernização mantém seu caráter redutor e excludente na medida em que elimina o valor da autonomia dos processos sociais e políticos nacionais no mundo menos desenvolvido, subjugando-os aos interesses dos países centrais sob o pretexto de não haver outro modelo de desenvolvimento senão o que estes seguiram.

Giddens, Beck e Lash discutem os conceitos de modernidade ou modernização simples e reflexiva, apresentando algumas diferenças entre si. (Giddens, Beck & Lash, 1997). Giddens ocupa uma posição de destaque nos debates sociológicos contemporâneos e sua contribuição à reflexão entre a macro e a microsociologia é considerável. Contestando formas do pensamento dito pós-moderno que aceitam o retorno à tradição, ele afirma que a sociedade contemporânea é pós-tradicional, está na sua fase de alta modernidade ou de modernização reflexiva e tendendo ao cosmopolitanismo. Lash observa que o debate que aproxima seus colegas não dá prosseguimento à dicotomia simples entre tradição e modernidade, como entre alguns sociólogos clássicos. Em vez disso, está em questão uma concepção de três estágios da mudança social – da tradição para a modernidade simples e desta para a modernidade reflexiva. A tradição corresponde, para Giddens e Beck, à comunidade (*Gemeinschaft*) e a modernidade simples à sociedade (*Gesellschaft*), que por intermédio da individualização quebra as antigas estruturas tradicionais – grupo familiar amplo, Igreja, comunidade da aldeia. Esta modernidade simples não é considerada plenamente moderna porque o processo de individualização foi historicamente parcial, viabilizando um novo conjunto de estruturas comunitárias, como os

sindicatos, o *Welfare-State*, a burocracia de governo, as regras tayloristas formalizadas e a “classe social em si como estrutura”. A modernidade ou modernização somente é considerada reflexiva na medida em que o processo de individualização se aprofunda e os indivíduos, libertando-se das estruturas simplesmente modernas, tornam-se os principais atores da mudança social (Lash, 1997:139).

Estes autores debatem sobre o que acontece quando a modernidade, compreendendo seus próprios excessos (como os de que trata Santos), começa a se assumir como objeto de reflexão. Cada um deles acentua certos aspectos da mudança social contemporânea – mas não cabe aqui discutir em detalhe suas diferenças. Basta, para os objetivos deste trabalho, observar que, se a teoria da modernização reflexiva pressupõe a ação dos indivíduos sobre as estruturas sociais, utilizando-se certamente da tecnologia de informação e dos processos democratizantes, trata-se de uma contribuição à reflexão sobre hábitos tradicionais como o de consumir tabaco, embora não ofereça muitos elementos para a crítica às indústrias do setor. Apesar de Beck criticar o conhecimento científico que, mobilizado pelas indústrias, permite um uso da tecnologia que mascara acidentes, efeitos colaterais e níveis de aceitabilidade de risco, o fato é que este autor, com seu conceito de *sociedade de risco* como substituto da noção clássica de sociedade de classes, contribui para encobrir ideologicamente a emergência do que Sklair chama de *classe capitalista transnacional*. (Volto a este conceito mais adiante). Sustento, além disso, que a questão do tabagismo é mais complexa do que as comumente discutidas na literatura sobre riscos tecnológicos (usinas nucleares, agrotóxicos, etc) <sup>2</sup>. Em vez de ser uma simples cultura de risco, *o tabagismo já tomou proporções de uma epidemia mundial* geradora de doenças e mortes que independem, em grande medida, das percepções, interpretações, visões de mundo de muitos indivíduos que, resignadamente ou não, aceitam o fato de sua dependência ao tabaco. (Voltarei a tratar deste aspecto).

Cabe ainda ressaltar que Lash, embora compartilhando muitos aspectos teóricos com Beck e Giddens, afirma que “uma teoria da reflexividade só se torna uma teoria *crítica* quando afasta sua reflexão da experiência da vida cotidiana e

dirige-se para o ‘sistema’” (Lash, 1997:169). O autor distingue entre reflexividade estética e cognitiva, criticando a ênfase unilateral de seus colegas nesta última:

“(…) tanto em Beck quanto em Giddens, a reflexividade cognitiva *não* é fundamentalmente crítica, não é fundamentalmente dirigida à lógica da mercadoria e da burocracia, mas, sim – como aquelas primeiras teorias da modernização simples, como a de Durkheim – dirigidas à transformação da tradição” (Lash,1997:169).

Simplesmente criticada e refutada (além de associada ao sistema capitalista em geral), como na obra de Robert Kurz (1993), ou criticada e revisada como nos escritos de Cristovam Buarque ao tratar do contexto brasileiro (Buarque, 1991;1994) – a idéia de modernização continua dando muito trabalho aos pesquisadores sociais, além de estar vinculada aos debates sobre a condição pós-moderna (Harvey,1992; Heller & Fehèr, 1998). Todos estes autores participam de alguma forma da leitura que faço atualmente do conceito sem, contudo, servirem como referências teóricas fundamentais.

Uma tentativa de vincular a teoria da modernização à ecologia e simultaneamente ao processo de globalização é a da chamada *teoria da modernização ecológica*. Arthur Mol, por exemplo, sintetiza em seis hipóteses suas idéias sobre o desenvolvimento institucional da sociedade moderna a partir da década de 1980: a) *design*, desempenho e avaliação de processos de produção e consumo são crescentemente baseados em critérios ecológicos, ao lado dos critérios econômicos, entre outros; b) a ciência moderna e a tecnologia têm um papel chave nessas transformações ecologicamente induzidas, as quais não são por muito tempo limitadas ao acréscimo de tecnologias ou aos processos integrados de adaptação, mas incluem mudanças na cadeia produtiva, nos sistemas técnicos e econômicos dos setores industriais; c) atores da economia privada e mecanismos de mercado e economia têm um crescente e importante papel no processo de reestruturação ecológica, enquanto as agências estatais mudam de uma posição burocrática, de comando e controle, para uma postura pró-negociação, criando condições favoráveis a tais processos de transformações; d) organizações não-governamentais mudam sua ideologia, ampliam sua estratégia tradicional de manter o meio ambiente nas agendas do poder público e se direcionam para negociações diretas com agentes econômicos

e representantes de Estado (próximos ao centro de tomada de decisão), a fim de desenvolver uma proposta concreta de reforma ambiental; e) este processo de reestruturação ecológica está tornando-se crescentemente interdependente com processos de globalização nas dimensões política e econômica, e portanto não fica isolado em um Estado-nação; f) iniciativas alternativas de desindustrialização para limitar a deterioração ecológica são aplicadas apenas numa extensão marginal, devido à limitada viabilidade, pobreza ideológica e apoio político, entre outros fatores (Mol,1995:58).

Mol parte de contribuições do economista e ecologista Joseph Huber, de Anthony Giddens (quanto à modernidade reflexiva) e de uma abertura ideológica promovida pela ONU quanto ao *desenvolvimento sustentável*, idéia com a qual sua tese se vincula. A expressão *modernização ecológica*, independentemente de qualquer teoria sistemática, tem freqüentado discursos de ambientalistas e de políticos de centro-esquerda. Mol tem a seu favor mais do que um estudo de caso sobre a indústria química : é conhecido o fato de que os países mais influenciados pela idéia de modernização ecológica são os menos poluídos entre os países centrais do sistema capitalista. Mas o próprio Giddens só aceita criticamente esta idéia, afirmando que, por “proclamar chegar ao melhor dos mundos, a modernização ecológica contorna alguns dos maiores desafios que os problemas ecológicos propõem para o pensamento social-democrático” (Giddens,1999:68). Ele se refere basicamente ao pressuposto segundo o qual o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental sejam facilmente adaptáveis um ao outro. Também é verdade que a tese da modernização ecológica não está tão vinculada a processos de globalização quanto Mol imagina – e é óbvio que muitos riscos ambientais cruzam fronteiras nacionais, tornando-se globais. Outro aspecto a ser observado é a separação ideológica que Mol opera na sua análise entre modernização e capitalismo (o que o autor justifica como questão de método), fato que, juntamente com sua definição estreita de ecologia (limitada a processos biofísicos, ou seja, ao paradigma dominante da ciência moderna), pode explicar seu otimismo pouco cauteloso em relação ao futuro (apesar de se vincular ao pensamento de Giddens, que enfatiza a incerteza da *era da reflexividade*).

A abordagem que Leslie Sklair faz da teoria sobre modernização parece-me, entre todas as aqui selecionadas, a mais adequada quando o objetivo é tratar do sistema global, sem uma preocupação de delimitar um contexto geográfico específico. Portanto, entendo que este conceito é ainda útil, mas em contextos e setores específicos da economia, da cultura, etc. A idéia central da teoria, como explica o autor, é a distinção entre o *tradicional* e o *moderno*. Os defensores da modernização sustentam que o desenvolvimento gira em torno da questão de atitudes e valores (mais do que dos interesses materiais vinculados ao expansionismo capitalista). Há dois problemas principais com a teoria: a) a distinção entre *tradicional* e *moderno* é muito crua para ser útil teoricamente, pois, como se pode facilmente constatar, há claros interesses materiais embutidos em atitudes e valores ditos tradicionais ou modernos; b) a teoria da modernização tende a ignorar o papel que exercem a classe e outros interesses na promoção do desenvolvimento.

A principal força desta teoria é que ela dirige sua atenção para as personalidades empresariais e inovadoras que parecem importantes no processo de desenvolvimento, mas mesmo neste caso tende a ignorar as inconsistências e contradições que são inerentes a explicações baseadas em características individuais. E portanto Sklair conclui:

“A procura por uma teoria que reúna explicações estruturais em termos de forças sociais e explicações psicológicas em termos de atributos individuais está longe de ser bem sucedida neste ou em qualquer outro campo de pesquisa sociológica” (Sklair,1995:44).

Esta afirmação tem uma importância crucial para quem pretende analisar as estratégias ditas modernizadoras das indústrias de tabaco, pois, se por um lado a teoria da modernização é usual na literatura que trata do empresariado, por outro a problemática do tabagismo envolve aspectos específicos do indivíduo (biológicos e psicossociais) além dos aspectos sociais de saúde pública, meio ambiente e econômicos. A propósito, observo que a maior parte das abordagens que associam modernização e empresariado são apologéticas, pouco analíticas, acríticas ou a-históricas, embora contenham alguns aspectos renovadores no que se refere à vinculação entre empresas e meio ambiente (Schmidheiny, 1992;

Brugger & Lizano, 1992; Fortes, 1992). Entretanto, inexiste qualquer menção, favorável ou contrária, à indústria de tabaco na literatura dita de vanguarda empresarial – ou seja, a que tem apoio do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (criado por ocasião da realização da Eco-92). Também parece-me de pouca utilidade a pesquisa acadêmica sobre gestão ambiental nas empresas ou sobre economia do meio ambiente, pois não há estudos específicos sobre as indústrias de tabaco neste campo (até onde vai meu conhecimento). (Donaire, 1995; Maimon, 1992). Os estudos *interdisciplinares-sistêmicos* sobre ecodesenvolvimento na região sul do Brasil, por exemplo, enfrentam um conjunto de obstáculos institucionais e epistemológicos que acabam por determinar uma fragmentação de esforços sobre projetos microrregionais, basicamente voltados para as características de ecossistemas e culturas locais. Neste caso a indústria de tabaco continua encontrando campo aberto para suas estratégias globais-locais que atravessam verticalmente e horizontalmente a referida região (Vieira, P., Raud & Moraes, 1998). Ainda assim, a tese do ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs (e outros) oferece razoáveis instrumentos de políticas públicas que podem vir a compor uma alternativa para a região fumicultora (Sachs, 1986).

### 2.2.2. Globalização

Há muitas abordagens diferentes do processo de globalização e a complexidade, os aspectos paradoxais e contraditórios parecem ser cada vez mais ressaltados pelos sociólogos, que tomam de empréstimo contribuições de várias ciências – o que torna o recorte de um problema de pesquisa e a escolha de uma teoria adequada ao mesmo um árduo trabalho. Neste tópico pretendo apenas apresentar uma síntese de algumas abordagens, reservando a última, que considero a mais adequada para explicar a dinâmica das CTNs do tabaco, para o tópico seguinte.

Uma idéia central sobre globalização, que perpassa várias teorias, é a de que muitas questões sociais contemporâneas não podem ser adequadamente

investigadas se os pesquisadores ficarem demasiadamente prisioneiros ao âmbito nacional-estatal. Entretanto, a grande maioria das informações disponíveis sobre economia, população, geografia, sociologia, antropologia, política, etc – estão organizadas por recortes nacionais-estatais ou infranacionais e, mesmo quando estão reunidas em estudos ou relatórios comparativos, predomina o enfoque estatocêntrico. Isto dificulta a análise e a compreensão das forças que transpõem as fronteiras nacionais e estão crescentemente fora do controle dos Estados-nações. Uma outra idéia central nas teorias, certamente mais comum, é a que enfatiza a crescente fragilidade dos mecanismos de governabilidade nacionais – e a emergência de acordos bilaterais ou multilaterais, em blocos econômicos como o NAFTA e a União Européia, expressam de certa forma uma reação à crise do *Welfare-State*.

Há uma diferença significativa entre os termos *internacionalização* e *globalização*. Com o primeiro, faz-se referência a processos sociais moldados pelos sistemas de Estados nacionais, enquanto que, com o segundo, faz-se referência especificamente a processos sociais que emergem voltados para fora dos tais sistemas e, embora os perpassem, não se prendem aos mesmos. As forças globais (particularmente as CTNs) obedecem às suas próprias diretrizes, ainda que pretendam, às vezes, ser identificadas pelo público como sendo vinculadas a uma determinada nacionalidade – como estratégia para ganhar mercado.

A seguir, resumo as teses centrais das seguintes abordagens da globalização: a) do sistema mundial; b) da cultura global; c) da sociedade global.

a) A teoria do sistema mundial (ou das *economias-mundo*) está baseada na distinção entre países centrais, periféricos e semiperiféricos – mais especificamente na divisão internacional do trabalho dominada pelo sistema capitalista mundial. Não há uma específica abordagem do conceito de *global* neste tipo de enfoque que, segundo Sklair, tem um perfil economicista, apesar de integrar análises sobre cultura, geografia e história (Sklair,1999:322-345). Ele identifica Immanuel Wallerstein e sua escola com este modelo, enquanto Octavio

Ianni acrescenta, ao lado de Wallerstein, o nome de Fernand Braudel, embora reconhecendo diferenças básicas entre os dois (o primeiro influenciado pelo estruturalismo marxista e o segundo pelo funcionalismo originário de Durkheim) (Sklair, 1999:328; Ianni, 1999:34; Wallerstein, 1989; Braudel, 1978).

Com estes dois autores, diz Ianni, estamos no âmbito da geo-história. As realidades locais, provinciais, nacionais, regionais e mundiais são vistas como simultaneamente espaciais e temporais. Envolve relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, mas sempre focalizadas em sua dinâmica geo-histórica. É na própria dinâmica das economias-mundo que emergem e se desenvolvem os processos que configuram os ciclos geo-históricos de longa, média e curta durações. Ianni também observa que os dois autores estão comprometidos com a idéia de sociedade nacional, ou Estado-nação, apesar de reconhecerem que as fronteiras são contínuas ou periodicamente rompidas, refeitas, ultrapassadas ou dissolvidas (Ianni, 1999:44).

b) A abordagem da globalização que enfatiza a cultura deriva das pesquisas que problematizam a homogeneização da chamada *mass media* sobre as identidades nacionais. Este enfoque é complementar ao da sociedade global, como será visto adiante. Aqui, defende-se a tese de que existe a emergência de uma cultura global, seja como realidade, possibilidade ou fantasia. Alguns fatos apontam nesse sentido. Por exemplo: o surgimento do que McLuhan chamou de *aldeia global* (McLuhan, 1967), querendo, com isso, dizer que a difusão da cultura dos meios de comunicação, particularmente a TV, sobre as mais diversas partes do globo terrestre, de forma simultânea, gera um tipo de comunidade planetária. Outros autores acentuam que, apesar da difusão da cultura norte-americana pelo mundo (Coca-Cola, McDonald's, Hollywood, etc), há um crescente processo de diferenciação. Para Baudrillard, como para outros pós-modernistas, a explosão da informação por meio de novas tecnologias tem produzido diversidade e fragmentação, mais do que unidade. Existe, segundo estes autores, uma emergente realidade eletrônica, com a qual a distinção entre mundo real e a imagem midiática é erodida. Os estilos de vida são questionados e, em muitos casos, as velhas identidades têm sido substituídas por identidades híbridas ou



neuróticas na *sociedade de consumo* (Baudrillard,1995; Morin, 1994c; Thompson, 1995; Moraes, 1997). Este ponto de vista contribui com a crítica ao consumismo, do qual o tabagismo é um caso particular.

Em conseqüência do aparente paradoxo entre homogeneização e fragmentação da cultura global, surgem vários enfoques, alguns mais restritivos, que destacam a ocidentalização ou mesmo americanização do mundo (Latouche, 1996; Ianni, 1999:112), outros mais complexos e abrangentes, que ressaltam a tensão entre os níveis global e o local e o surgimento de um novo *nexus* global-local. Neste sentido cabe tratar da terceira abordagem da globalização, que tem por modelo a idéia de sociedade global.

c) Muitos cientistas sociais começam a convergir quanto à idéia de que na última metade do século XX, particularmente depois da chamada Guerra Fria, com a despolarização ideológica entre as grandes potências (EUA-URSS), com o alcance global de alguns desequilíbrios ou riscos ecológicos, com a revolução das tecnologias de comunicação e de transportes, com a formação de blocos econômicos de grandes regiões do planeta, com o rápido crescimento do turismo transcontinental e das transferências instantâneas de valores monetários via eletrônica, com as alianças estratégicas globais das corporações transnacionais, com os processos de fusão ou incorporação empresariais e os de privatizações de empresas estatais, com as múltiplas faces da globalização dos mercados e suas repercussões na cultura (globalização da língua inglesa, por exemplo) e na política (grandes conferências de cúpula, com a problematização dos limites do poder da ONU e da necessidade de instituições supranacionais) – pode-se, enfim, falar de sociedade global e de consciência ou mesmo de cidadania planetária. (Ianni,1999: 237-271; Vieira, L.. 1997; Stompka, 1998:159-174; Giddens, 1996:12-16; Chomsky, N. & Dietrich, 1999).

Ianni acentua a distinção entre sociedade nacional e global, inclusive apontando para uma mudança de *paradigma* nas ciências sociais <sup>3</sup> :

(...) a sociedade global não é mera extensão quantitativa e qualitativa da sociedade nacional. Ainda que esta continue a ser básica, evidente e

indispensável, manifestando-se inclusive em âmbito internacional, é inegável que a sociedade global se constitui como uma realidade original, desconhecida, carente de interpretações” (...). “Este é um momento epistemológico fundamental: o paradigma clássico, fundado na reflexão sobre a sociedade nacional, está sendo subsumido formal e realmente pelo novo paradigma, fundado na reflexão sobre a sociedade global”. (Ianni, 1999:238,239).

Para Ianni, as interpretações da sociedade global baseiam-se, principalmente, no evolucionismo, no funcionalismo, na teoria sistêmica, estruturalista, weberiana e marxista. Estas abordagens teóricas são às vezes utilizadas de forma sistemática, outras vezes de forma fragmentária, também havendo tentativas de combinação de elementos de várias teorias, em formulações ecléticas. Em muitos casos, diz o autor na obra acima citada, fica evidente a dificuldade que alguns autores enfrentam para libertar-se dos quadros de referência representados pela sociedade nacional, como emblema do paradigma clássico, e pensar a sociedade global em toda a sua originalidade.

Estas observações têm particular importância para o exame das limitações da literatura sobre tabaco-tabagismo, especialmente no caso do Brasil. Embora buscando integrar as contribuições da história, da geografia e da sociologia, vários estudos com recorte marxista sobre a indústria de tabaco e sobre a fumicultura deixaram de lado a problemática do tabagismo por ser esta de alcance global, não limitada ao âmbito nacional ou regional. As referências à internacionalização da indústria ficam presas ao *paradigma clássico* das relações entre Estados-nações, como se de alguma forma as estratégias das CTNs estivessem subordinadas a estes. Mas são crescentes as evidências de que na realidade tais empresas operam com estratégias globais, independentes de controles das sociedades nacionais.

O ex-marxista Alvin Toffler já assinalara a “cunha invisível” gerada no industrialismo (2ª Onda):

“Num nível, a revolução industrial criou um sistema social maravilhosamente integrado com suas próprias tecnologias distintas, suas próprias instituições sociais e seus próprios canais de informação – todos solidamente ligados uns aos outros. Entretanto, em outro nível, rasgou em tiras a unidade subjacente da sociedade, criando um modo de vida cheio

de tensão econômica, conflito social e mal-estar psicológico”. (...) “As duas metades da vida humana que a Segunda Onda separou foram produção e consumo” (Toffler, 1980:50).

Esta separação entre produção e consumo vem sendo continuamente transcendida pela tecnologia de informação, que é incorporada aos sistemas produtivos e aos de consumo, visando obviamente tanto o aumento da produtividade quanto o atendimento rápido dos chamados sinais do mercado. Enquanto Toffler anunciava na década de 80 uma nova civilização, mais integrada, renunciando a sociedade global, estudos na virada do século, como o de Manuel Castells, problematizam a “sociedade em rede”, o “paradigma informacional”, a reestruturação do capitalismo e a “transição do industrialismo para o informacionalismo” (Castells, 1999a).

Eduardo Viola e Alejandro Olivieri sustentam que a teoria social moderna (desde o século XVII até aproximadamente a década de 1970) foi construída considerando-se o nível macrossocial como a sociedade nacional em contexto internacional, o nível social como diversos subníveis de agregação infranacional, e o microssocial como situado no âmbito local. *Devido à intensificação do processo de globalização, o macrossocial passa a ser a sociedade planetária, o social diversos níveis intermediários incluindo o nacional e o microssocial continua sendo vinculado ao local.* Os autores chamam a atenção para o fato de que o social-microssocial está profundamente penetrado pelo macrossocial de modo tal que sua dinâmica está globalizada, sempre em graus variáveis, desde o mais intenso das cidades mundiais até o menos intenso dos lugares mais remotos (alguns desertos, montanhas, florestas tropicais). “Deste modo os atores sociais, as arenas político-civilizatórias e as agendas político-econômicas encontram-se sempre transnacionalizados, ainda que em graus diversos” (Viola & Olivieri, 1997).

Giddens é também aqui um autor referencial para muitos pesquisadores, na medida em que relaciona modernidade e globalização. Ele define esta última em termos de quatro dimensões: o sistema de Estados-nações, a ordem militar, a economia capitalista mundial e a divisão internacional do trabalho (industrialismo). As diferenciações entre estas e a expansão de cada uma são *conseqüências da*

*modernidade*. Ele também atribui grande relevância ao que chama de globalização cultural, um dos efeitos mais singificativos do industrialismo no que se refere às tecnologias de comunicação. Para Giddens, tais tecnologias influenciaram dramaticamente todos os aspectos da globalização por viabilizarem a reflexividade da modernidade, ou seja, o autoconfronto desta e as descontinuidades entre o moderno e o tradicional (Giddens, 1991:61-82). Com efeito, a globalização, definida como *ação a distância*, é associada ao processo de modernização reflexiva, pelo qual as práticas sociais são constantemente revistas com base na circulação de informações e entrecchoque de pareceres de especialistas. Assim, entre o global e o local (aqui incluindo a intimidade ou o *self* e o corpo) emerge uma crescente interconexão e interdependência, que possibilita, se não garante, uma consciência planetária, cosmopolita, considerada essencial para o enfrentamento dos problemas globais.

Penso que, como diferenciação entre os tipos de abordagens, estes poucos parágrafos são suficientes. Certamente, cada enfoque tem sua força e sua fraqueza: embora o primeiro possa ser visto como economicista e demasiadamente preso ao sistema de Estados-nações, também pode ser compreendido por muitos como mais realista. O segundo enfoque tende para o culturalismo, minimizando fatores econômicos, mas sem dúvida aponta para questões relevantes e complexas quanto à relação entre homogeneidade e fragmentação das identidades culturais. O terceiro enfoque inclui contribuições dos dois anteriores e parece ser mais abrangente e complexo, mas justamente por sua tendência a *incluir tudo* (por assim dizer) também gera problemas de delimitação e análise das CTNs. *Tal tendência se torna mais problemática quanto mais específicas forem as questões postas por um determinado tipo de CTNs e quanto mais necessária é a análise em profundidade.* Como mostro a seguir, a teoria do sistema global, desenvolvida por Sklair, permite visualizar melhor o quadro em que se movimentam as CTNs. Isto não significa, entretanto, que os enfoques anteriores não sejam úteis para a compreensão das estratégias das CTNs do Tabaco. A meu ver, os enfoques “a”, “b” e “c” são muito relevantes para a compreensão do mundo contemporâneo e, portanto, são complementares à teoria do sistema global.

### 2.2.3. Teoria do sistema global

Sklair propõe um modelo de sistema global baseado no conceito de *práticas transnacionais* – práticas que se originam com atores não estatais e atravessam as fronteiras nacionais. Elas são distingüidas em três esferas: econômica, política e cultural-ideológica. Cada uma destas práticas é primariamente, mas não exclusivamente, caracterizada por uma instituição principal. A *corporação transnacional* (CTN) é a mais importante instituição para as práticas econômicas transnacionais; a *classe capitalista transnacional* (CCT) para as práticas políticas transnacionais; e a *cultura-ideologia do consumismo* para as práticas culturais-ideológicas. A agenda de pesquisas desta teoria se refere a como as CTNs, a CCT e a cultura-ideologia do consumismo operam para transformar o mundo em termos de um *projeto de capitalismo global* (Sklair, 1999:334).

O autor procura conscientemente limitar a abordagem sobre as várias dimensões da globalização a fim de focalizar mais detidamente a extensão do capitalismo na esfera global. Se por um lado permanece o fato de que a globalização pode afetar muitas coisas no mundo social, por outro também parece plausível que o foco no sistema capitalista global restringe o alcance da aplicação do conceito de globalização, mas destacando nesta a sua mais característica instituição econômica (CTN), a sua mais característica instituição política (CCT) e a sua mais característica cultura-ideologia (consumismo). Este foco, entretanto, não deveria, diz Sklair, “nos levar à conclusão de que o capitalismo é a única força global, mesmo se, conforme muitos teóricos, seja a força dominante no mundo contemporâneo” (Sklair,1999:334). Este ponto de vista reitera o que eu disse a respeito dos enfoques anteriores.

A presença marcante das CTNs já tem sido bastante discutida, destacando-se o fato de que as maiores dentre elas (do tipo *Fortune 500*) têm investimentos e saldos anuais que ultrapassam de longe o PNB de quase a metade dos países do mundo <sup>4</sup>. A classe capitalista transnacional é constituída de quatro grupos: a) aqueles que são proprietários e controlam tais corporações; b)

seus aliados no âmbito estatal (*globalizing bureaucrats*); c) seus aliados nos partidos políticos e entre os profissionais liberais (*globalizing politicians and professionals*); d) seus aliados entre as elites de consumidores.

Embora esta abordagem tenha raízes na análise de Marx sobre a natureza revolucionária do capitalismo moderno, ela difere do marxismo, segundo seu autor, de várias maneiras. Primeiro, ela não define os membros da classe capitalista exclusivamente como proprietários dos meios de produção, mas considera também aqueles que servem diretamente aos “interesses do capital”. Segundo, esta teoria argumenta que a relativa autonomia do Estado para dominar a classe capitalista é muito reduzida no capitalismo global e que burocratas globais das agências de governo são, em princípio, os principais representantes do Estado junto aos interesses do capital. Terceiro, ela explica como o sistema funciona em termos de íntimas conexões entre as CTNs, a CCT e a cultura-ideologia do consumismo. No quadro a seguir, sugere-se uma estrutura de grupos da CCT, e como seus interesses materiais, políticos e culturais interagem:

**Quadro 7: Classe dirigente transnacional segundo a teoria do sistema global**

| <i>Práticas transnacionais</i>     | <i>Principais instituições</i>     | <i>Agentes integrantes</i>      |
|------------------------------------|------------------------------------|---------------------------------|
| <i>Esfera econômica global</i>     | <i>Forças econômicas</i>           | <i>Elite de comércio global</i> |
| Capital transnacional              | CTNs globais                       |                                 |
| Capital internacional              | Banco Mundial, FMI                 |                                 |
| Capital estatal                    | Agências estatais                  |                                 |
| <i>Esfera política</i>             | <i>Forças políticas</i>            | <i>Elite política global</i>    |
| Executivos das CTNs                | Orgs. de comércio global           |                                 |
| Burocratas globais                 | OMC, agências setoriais            |                                 |
| Políticos e profissionais liberais | Partidos e <i>lobbies</i>          |                                 |
| Blocos regionais                   | UE, NAFTA, Mercosul                |                                 |
| Estados transnacionais emergentes  | ONU, ONGs                          |                                 |
| <i>Esfera da cultura-ideologia</i> | <i>Forças da cultura-ideologia</i> | <i>Elite cultural global</i>    |
| Consumismo                         | Mídia, shopping-centers            |                                 |
| Transnacional                      | Cúpula pensante, elite social      |                                 |
| Neoliberalismo                     | Movimentos de opinião pública      |                                 |

Fonte: SKLAIR, L. (Op.cit.,1999:335). (Tradução e adaptação de Sérgio L. Boeira).

A cultura-ideologia do consumismo refere-se ao extraordinário destaque obtido pelo consumo alienado no capitalismo contemporâneo, à elevação das expectativas de consumo desvinculadas das condições de aquisição de produtos e serviços, ao desgaste ecológico implícito no abuso dos recursos naturais, à produção descontrolada de lixo, etc. Considero esta abordagem *socioambiental*, por vincular consumo, produção e meio ambiente <sup>5</sup>. No caso das CTNs do tabaco, os impactos na saúde pública estão bastante documentados mas, como foi apontado anteriormente, no exame da literatura, há impactos socioambientais que estão distribuídos em toda a cadeia produtiva, envolvendo desde a perda de biodiversidade (desmatamento, agrotóxicos) até a poluição com restos de cigarro (muitas vezes desencadeadores de incêndios). A cultura-ideologia do consumismo representa um eixo articulador da acumulação privada de capital e

da extensão globalista do capitalismo, sendo, portanto, central na abordagem de Sklair:

“O controle de idéias segundo os interesses do consumismo é quase total. As idéias antagônicas ao projeto capitalista global podem ser reduzidas a uma única idéia contra-hegemônica, a rejeição da própria ideologia-cultura do consumismo. Sem consumismo, a base lógica da contínua acumulação capitalista se dissolve. É da capacidade de comercializar e apresentar como úteis e atraentes todas as idéias e os produtos materiais nos quais elas se fixam, das imagens de televisão, propagandas, jornais, livros, fitas, filmes e por aí a fora, e não das idéias em si, que o capitalismo global procura apropriar-se” (Sklair,1995:99).

A ideologia, de acordo com Chauí, é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras de conduta que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (Chauí, 1980:113) <sup>6</sup>. Em combinação com as noções de cultura e de consumismo, remete para as estratégias simbólicas por meio das quais as CTNs do tabaco, por exemplo, estimulam o consumo de cigarros, orientam os agricultores no uso de agrotóxicos, geram padrões de comportamento, fixam valores, etc. Mas cabe observar que não existe determinismo da cultura-ideologia sobre os cidadãos transformando-os em meros consumidores – e por isso mesmo há mobilização de informações que servem de antídoto contra a *racionalização* do consumismo <sup>7</sup>. (Volto a tratar destes aspectos no tópico 2.3.3, logo adiante).

Note-se que o autor, no quadro 7, inclui as ONGs entre as forças políticas e as denomina de “estados transnacionais emergentes”, ao lado da ONU, e que entre as forças da cultura-ideologia aparecem “movimentos de opinião pública”. Estes aspectos merecem, a meu ver, uma maior explicitação: entendo que Sklair esteja referindo-se às ONGs da elite empresarial (como a Abifumo, por exemplo), às forças dominantes na ONU e aos movimentos de opinião pública favoráveis ao neoliberalismo. Na sua sociologia do *sistema global*, entretanto, o autor também destaca os “movimentos contra”: a) o protecionismo dos países ricos, que emerge dentro do capitalismo global, mas sob a forma de interesses nacionais opostos aos do sistema; b) o movimento ambientalista, à margem do sistema capitalista



global e que representa o maior desafio contemporâneo a este, além dos movimentos da esquerda libertária e da direita autoritária (Sklair,1995:86). Percebe-se, assim, que a idéia de *sistema global* é mais abrangente e complexa – e neste sentido compatível com a abordagem de Morin – do que a de *sistema capitalista global*, pois inclui atores sociais que se opõem a este, por diversos motivos e ou mesmo ideologias <sup>8</sup>. Como será visto mais adiante e também no cap. 4, considero o ambientalismo como força transistêmica e o antitabagismo (*stricto sensu*) como força anti-sistêmica, em relação ao capitalismo global.

Em apoio à teoria do sistema global, é plausível contrastar dois períodos, como faz McMichael ao abordar a globalização no chamado terceiro mundo: o primeiro, denominado de *projeto de desenvolvimento*, vai do final da década de 1940 até o início dos anos 70, e se caracteriza pela tentativa de fazer com que economias nacionais sejam desenvolvidas com a ajuda de agências internacionais de desenvolvimento e outras instituições. O segundo período, denominado *projeto de globalização*, tem início nos anos 80 e se define pela busca de integração de economias no mercado mundial, por intermédio de coalizões entre gerentes tanto da esfera pública quanto da esfera privada (McMichael, 1996). Penso que, numa análise específica da transição histórica do *capitalismo desorganizado* para o *capitalismo global*, seria preciso destacar o impacto da crise do petróleo, o endividamento externo dos países do terceiro mundo e o surgimento do chamado quarto mundo, a extensão e informatização das cadeias produtivas para além das fronteiras nacionais, a economia do crime global, a influência das agências de notícias e de publicidade, o papel das agências de desenvolvimento vinculadas à ONU e as políticas de auto-legitimação de governos terceiro-mundistas por meio de acordos internacionais ou de incentivos fiscais aos investimentos diretos de CTNs (Brum, 1991; PNUD/BID;1992). Todo o material analisado por Castells em sua trilogia sobre a *era da informação* constitui-se como núcleo da transição para o capitalismo global. Um dos aspectos mais visíveis desta transformação tem sido o chamado *desemprego estrutural* ou *tecnológico*, que fortalece politicamente as CTNs nas suas negociações com os governos de países pouco ou semi-industrializados. Alguns autores têm caracterizado a *emergência do capitalismo global*, ainda que

não utilizem esta expressão, como produto da chamada *terceira revolução industrial* (Cano, 1993; Mattoso, 1995; Masi, 1999). (Volto este aspecto no cap. 3). Outros têm vinculado o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo às teses da pós-modernidade, destacando os aspectos culturais, as transformações tecnológicas (informática, fordismo e pós-fordismo, compressão do tempo-espaço, etc) (Kumar, 1997; Harvey, 1992).

A indústria do tabaco constitui, segundo Sklair, *um teste decisivo da capacidade das políticas nacionais de restringir as forças das corporações globalizantes no capitalismo contemporâneo* (Sklair, 1998:03). Considera que o avanço da *democracia* e dos chamados *novos movimentos sociais* constituem as forças de resistência à globalização, tal como esta tem sido direcionada pelas CTNs e pela CCT em formação. Embora considere que há um lado objetivo e outro subjetivo da globalização, este último, diz o autor, necessita de muita pesquisa empírica para que se possa afirmar a emergência de uma consciência planetária. Nesse sentido tende a divergir de outros teóricos que considera mais otimistas (Sklair, 1999: 341-344).

### 2.3. Paradigmas e componentes da cultura-ideologia do consumismo

Neste tópico faço uma breve reflexão sobre a crise de paradigmas, tomando como caso ilustrativo a relação entre sociologia e biologia. Em seguida, trato de relacionar as CTNs de tabaco ao tema da tecnociência. Finalmente, levanto algumas questões teóricas sobre a relação entre cidadania e *marketing*, fazendo uso do conceito de política cognitiva.

No exame da literatura específica ao tema deste estudo, nota-se que, quanto à produção e à industrialização, predominam abordagens direta ou indiretamente vinculadas ao marxismo, enquanto que sobre o consumo predominam análises biomédicas e epidemiológicas, e a partir destas últimas nota-se um diálogo embrionário entre ciências naturais e ciências sociais. Tal diálogo emerge particularmente na medida em que ações judiciais entre governos

e cidadãos ou entre estes e empresas envolvem disputas sobre as noções de liberdade de expressão, sobre os direitos individuais e sociais, sobre as relações entre dependência de droga e cidadania. No âmbito da produção, a complexa relação entre produtores, agrotóxicos, desmatamento e condições socioeconômicas também implica numa abordagem dialógica entre ciências sociais e ambientais. As estratégias globais das indústrias, enfim, independentemente de qualquer diálogo interdisciplinar e/ou fazendo um uso técnico da multidisciplinaridade, *vinculam ou desvinculam a produção e a epidemia de tabagismo por meio de expedientes mercadológicos, tecnocientíficos e políticos*, e com isso as CTNs tornam-se um *ator social complexo*, de difícil identificação no plano teórico. A sua complexidade está em articular cultura-ideologia do consumismo (tecnociência e *marketing*) com alianças estratégicas intra-setoriais e extra-setoriais em todos os níveis, do local ao global, apesar de uma crescente pressão social antitabagista. Neste tópico, procuro complementar a teoria do sistema global de Sklair, particularmente a noção de cultura-ideologia do consumismo, analisando alguns dos seus principais componentes – a tecnociência (fundada no paradigma disjuntor-redutor) e o *marketing* (fundado na política cognitiva do mercado). A noção de cidadania é introduzida como símbolo das *forças de resistência* (anticonsumistas e/ou antitabagistas) ou *transistêmicas* (ambientalistas e/ou cooperativistas). Estas são as premissas das quais parto neste tópico.

### 2.3.1. Crise de paradigmas

Numa rápida consideração sobre as relações mantidas entre a sociologia e a biologia (e demais ciências da natureza), pode-se observar uma ambivalência. Por um lado, a sociologia positivista do século XIX tomou as ciências da natureza como paradigma, na medida em que utilizou (explícita ou implicitamente) conceitos como *organismo* e/ou *evolução* para aplicá-los à sociedade humana. Veja-se, a propósito, as obras de Auguste Comte, de Herbert Spencer e de Karl Marx. Por outro, também é verdade que a história da auto-afirmação da sociologia enquanto disciplina, particularmente até a década de 1960, foi caracterizada como

uma luta contra os pressupostos das ciências da natureza incorporados pela sociologia clássica. Neste sentido a obra de Max Weber merece destaque, mas cabe observar que também em Émile Durkheim e Marx há uma rejeição de reducionismos biológicos ou ambientais (Buttel,1992). Com isto os diferentes enfoques sociológicos enfatizaram as forças da sociedade no sentido de superar por si mesmas os limites impostos pela natureza. Isto implicou num certo viés antropocêntrico, notável sobretudo na visão de mundo industrialista (Florit,1998). A crítica à *naturalização das desigualdades sociais* por parte de ideologias como o darwinismo social ou o liberalismo (com sua confiança na “mão invisível” do mercado) também motivou um afastamento da sociologia em relação a fatores extra-históricos. É somente com os debates em torno do feminismo e do ambientalismo, a partir dos anos 60, que as análises sociológicas retomam aspectos ambivalentes da história de sua própria disciplina e os desenvolvem num sentido mais favorável ao diálogo com as ciências da natureza. Nos Estados Unidos e no Canadá tem sido constituída a subdisciplina *sociologia ambiental* (Hannigan, 1995) enquanto na Europa e na América Latina diversos sociólogos, sem buscar constituir uma subdisciplina, investem nos estudos de movimentos sociais ambientalistas (ligados ou não aos partidos verdes), na crise ecológica global (Viola & Leis, 1991) e no debate a propósito da inter ou transdisciplinaridade (Morin, 1984a).

Toda a conflituosa história da relação entre sociologia e biologia pode ser melhor compreendida, a meu ver, com a abordagem da crise de paradigmas científicos feita não só, mas especialmente, por Morin. Evidentemente, não é meu objetivo aqui fazer mais do que uma breve incursão na volumosa obra deste autor.

A perspectiva moriniana é *ousada* no sentido de apontar uma *crise ampla do paradigma de toda a ciência clássica*, incluindo nela as teorias sociais e as chamadas ciências naturais. Morin faz uma aguda revisão e análise da noção de paradigma no quarto volume da série intitulada *La Méthode*, mas aqui creio que basta uma formulação concisa:

“Um paradigma contém, para todos os discursos que se efetuam sob o seu domínio, os conceitos fundamentais ou as categorias mestras da inteligibilidade, ao mesmo tempo que o tipo de relações lógicas de atração/repulsão (conjunção, disjunção, implicação ou outras) entre estes conceitos ou categorias. Assim, os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo os paradigmas inscritos culturalmente neles. Os sistemas de idéias são radicalmente organizados em virtude dos paradigmas”. (Morin, 1991:188).

O modelo de racionalidade que guia a ciência clássica ou moderna constitui-se a partir da revolução científica do século XVI e é desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências ditas naturais. Ainda que tenham surgido alguns prenúncios no século XVIII, é somente no século XIX que este modelo de racionalidade se estende às ciências sociais que emergiam. Forma-se, a partir de então, um paradigma abrangente, dominante, que engloba todas as formas de fazer ciência, ainda que permita variedade interna (principalmente no desenvolvimento das ciências sociais) <sup>9</sup>.

Santos assinala que o paradigma dominante tem um caráter *totalitário*, na medida em que nega a racionalidade de todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. O paradigma dominante tem como manifestações nucleares a teoria heliocêntrica do movimento dos planetas, de Copérnico, as leis de Kepler sobre as órbitas dos planetas, as leis de Galileu sobre a queda dos corpos, a grande síntese cósmica de Newton e a consciência filosófica de Bacon e sobretudo de Descartes (Santos,1993:11). Na terminologia de Morin, o âmago do paradigma de simplificação, que tem orientado a ciência clássica (moderna), é o primado da disjunção e da redução. Determina um tipo de pensamento que separa o objeto de seu meio, separa o físico do biológico, separa o biológico do humano, separa as categorias, as disciplinas, etc. A alternativa à disjunção é a redução: este tipo de pensamento reduz o humano ao biológico, reduz o biológico ao físico-químico, reduz o complexo ao simples, unifica o universo. As operações comandadas por este paradigma, diz Morin, são principalmente disjuntivas, redutoras e unidimensionais. Não permitem pensar a unidade na diversidade ou a diversidade na unidade, a *unitas multiplex*, só permitem pensar unidades abstratas ou diversidades também abstratas, porque não coordenadas (Morin,

1984b). Conhecer, para este autor, é uma aventura incerta, frágil, difícil, trágica, porque a humanidade ainda está numa época de barbárie de idéias, de barbárie do espírito. O conhecimento progride, principalmente, “não por sofisticação na formalização e na abstração, mas através da capacidade de contextualizar e de globalizar” (Morin, 2000:41). É o que procuro fazer neste trabalho.

As mentalidades científica e humanista têm origem na mesma fonte (Antigüidade grega), emergem do mesmo fenômeno histórico (o Renascimento), obedecendo à mesma regra fundamental (a troca de argumentos e a discussão crítica), assim como aos mesmos valores supremos (ética do conhecer pelo conhecer, procura da verdade). Morin no entanto observa que estas duas mentalidades distinguem-se e dissociam-se progressivamente nos séculos XVII e XVIII até se efetuar radicalmente, a partir do século XIX, *a grande disjunção entre as duas culturas*, cada uma delas passando a comportar o seu reino, o seu modo de organização interna, as suas instituições, a sua *intelligentsia*. Elas podem coexistir num mesmo indivíduo mas, salvo raras exceções, “não voltam a estabelecer simbioses. A cisão entre *intelligentsia* humanista e *intelligentsia* científica corresponde a uma ruptura grave no seio da cultura” (Morin,1991:59).

Com a formação de centros de pesquisa e desenvolvimento científico, ou seja, com a organização de laboratórios nas grandes empresas nas últimas décadas do século XIX, inicia-se o que se pode hoje considerar uma *radicalização da cisão entre as mentalidades científica e humanista*, com crescente preponderância de critérios técnicos sobre os científicos. Ou seja, na transição do capitalismo liberal para o dito capitalismo organizado a *tecnociência* ganha destaque em diversos ramos industriais, incluindo o de tabaco. (Este aspecto será retomado logo adiante).

Numa obra publicada em 1984, Morin, ao analisar a situação da sociologia, observa a “linha de fractura entre cultura humanista e cultura científica [que] passa pelo meio da sociologia” (Morin, 1984a:34). Faz referência a dois tipos de sociólogos: a) os que extraem seu saber dos estudos empíricos mas que mantêm a reflexividade, estabelecendo uma comunicação entre os relatórios de pesquisa

e os problemas ético-políticos; b) os que pretendem chegar à cientificidade eliminando a reflexividade (e tomando como pressupostos os princípios da física clássica, já há muito superados pela microfísica e astrofísica). Por outro lado, Morin nota que há uma linha de fratura institucional passando pelo cerne da sociologia, dividindo-a entre o academismo e a tecnoburocracia. O autor buscava no início dos anos 80 uma sociologia complexa, que conservasse a atividade reflexiva e atingisse um patamar de cientificidade, incorporando contribuições biofísicas, etc. Mas o que se pôde ver desde então? Confirmando as suas expectativas, as sociedades tornaram-se cada vez mais técnicas, inclinando-se crescentemente a integrar nas suas ramificações a aptidão da sociologia para a pesquisa empírica e cada vez mais a repudiar o seu direito à reflexão (isolando-a entre os muros da universidade ou em publicações para especialistas). Pode haver algum exagero, aqui, admito, mas ainda assim parece-me que este raciocínio é plausível (descontados os casos excepcionais).

A sociedade, seguindo-se a perspectiva moriniana, pode ser concebida como um sistema auto-eco-organizador, um sistema global *uno* e ao mesmo tempo complexo, dispondo de qualidades originais, que não se pode reduzir à soma dos indivíduos que a constituem. O sistema significa unidade complexa, em oposição a unidade elementar. É combinação de elementos diferentes que estão em interdependência ou mesmo em interação. A noção de sistema aplica-se a objetos fenomenais, *mas não se identifica com eles*. Diferentes sistemas podem ser aplicados ao mesmo objeto: um homem pode ser concebido como um sistema de átomos, um sistema de células, de órgãos e de membros, um subsistema do sistema familiar, social, etc (Morin, 1984 a: 60, 61). Opondo-se à maior parte dos discursos sistemistas, mas de forma compatível com o enfoque de Sklair, Morin escreve que “a teoria do sistema que proponho é também anti-sistêmica” (Morin, 1977:144). Ele explora o jogo de interações, retroações, emergências, imposições, antagonismos, concorrências, complementaridades entre as partes, entre as partes e o todo, entre o emergente e o imerso, o estrutural e o fenomênico. “A teoria do sistema ganha vida onde há vida, e o seu maior interesse teórico surge ao nível das sociedades humanas, que aliás seria grosseiro e mutilador reduzir à

noção de sistema” (Morin,1977:144). Ele opta por dirigir-se ao *sistema-problema*, não ao *sistema-solução*.

A crise de paradigmas em que se encontra o conjunto das ciências modernas está a meu ver na base das dificuldades da sociologia ambiental para firmar-se como subdisciplina ou expandir-se em direção ao centro da sociologia. A julgar pelas retrospectivas feitas por Frederick Buttel e por John Hannigan, a sociologia ambiental está muito distante da profunda análise da crise científica contemporânea feita por Morin, embora possa ser até certo ponto útil no exame das formas pelas quais os problemas ambientais são *construídos* pelos atores sociais (Buttel, 1992; Hannigan, 1995). Por outro lado, o paradigma da complexidade requer, para seu desenvolvimento coletivo e institucional, profundas transformações sociopolíticas e uma verdadeira revolução científica, que esbarram fundamentalmente, a meu ver, nos interesses corporativos dos líderes acadêmicos e das forças políticas conservadoras ou neoliberais, incluindo a classe capitalista transnacional em formação. Questões complexas relativas à *compreensão, interesse e poder* mesclam-se para manter a instituição universitária *predominantemente conservadora* (em que pese toda a sua diversidade). (Demo,1997; Morin; 1998; Buarque; 1994; Santos, 1995).

Quanto à possibilidade de análise das estratégias das CTNs, a teoria do sistema global, de Sklair, parece-me mais definida e específica do que as alternativas teóricas abertas pelos que defendem a sociologia ambiental. E quanto à crise de paradigmas das ciências, considero ainda válidas as palavras escritas por Morin em 1982:

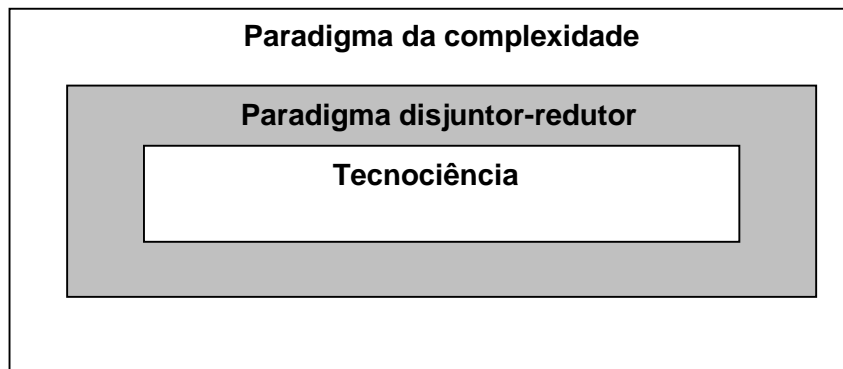
“(...) “As ciências humanas não têm consciência dos caracteres físicos e biológicos dos fenômenos humanos. As ciências naturais não têm consciência da sua inscrição numa cultura, numa sociedade, numa história. As ciências não têm consciência do seu papel na sociedade. As ciências não têm consciência dos princípios ocultos que comandam as suas elucidações. As ciências não têm consciência de que lhes falta uma consciência...” ( Morin, 1998).

Talvez fique mais clara a hierarquia que Morin faz entre *paradigma da complexidade* (ciência com consciência, com auto-eco-organização, associando



sem fundir, distinguindo sem separar as partes e o todo), *paradigma disjuntor-reductor* e *tecnociência* por meio de uma ilustração que, esquematicamente, sugere a maior abrangência – e portanto um potencial de incorporação e superação – do primeiro em relação ao segundo e à manifestação mais visível deste. A figura a seguir é intencionalmente simplificadora (afinal, o complexo inclui o simples), visando a comunicabilidade:

Figura 1: **Paradigmas e tecnociência**



Cabe sobretudo às pesquisas especificamente teóricas tratar da crise de paradigmas científicos. Não é este o caso deste trabalho. Quanto à análise das estratégias das CTNs, cabe a meu ver complementar a teoria de Sklair com uma abordagem sobre o fenômeno da tecnociência e, posteriormente, articular as noções de cidadania e de *marketing* com o conceito de política cognitiva. Isto deverá tornar mais plausível e consistente o conceito de cultura-ideologia do consumismo.

### 2.3.2. Tecnociência e CTNs

A cultura-ideologia do consumismo articula os interesses das CTNs, mas os avanços modernizadores, a elaboração de novos produtos, formatos (*design*), técnicas de *marketing* e gerenciamento, de estocagem, com redução de custos e/ou impacto ambiental – dependem da articulação das ciências sob o clássico paradigma disjuntor-reductor, dependem da crescente subordinação do trabalho

científico aos parâmetros técnicos (e freqüentemente também mercadológicos). A cultura-ideologia do consumismo – que traz implícito o produtivismo – tem na tecnociência, enfim, um vínculo com a ideologia da modernização (Neto, 1985). Moderno, para as CTNs, é o produto, processo ou serviço diferenciado e positivamente avaliado pela tecnociência – sinônimo esta de subordinação da ciência à manipulação e inovação técnica, operatória, com lógica dedutiva-identitária (Morin,1991:168), servindo aos mais diferentes interesses <sup>10</sup>. Portanto, *a tecnociência tanto pode fazer parte da cultura-ideologia do consumismo como pode transcendê-la.*

Antes de examinar propriamente o fenômeno da tecnociência, convém observar a vinculação específica das CTNs do tabaco com este tema: os cigarros, especialmente os mais comuns (Hollywood, Marlboro, etc), são sem dúvida produtos tecnocientíficos (processamento industrial, químico, combinação de tipos de fumo com aditivos, etc). O chamado *sistema integrado de produção* de fumo, controlado pelas CTNs, também tem uma pesada carga tecnocientífica, por intermédio tanto de produtos selecionados (sementes, agrotóxicos) quanto de informações e serviços dos chamados *instrutores* ou *orientadores*, empregados para organizar e fiscalizar o trabalho dos produtores diretos, conforme visto anteriormente <sup>11</sup>.

Para Santos o que a ciência ganhou em rigor nos últimos quarenta ou cinquenta anos *perdeu em capacidade de auto-regulação*. As idéias de autonomia da ciência e do desinteresse do conhecimento científico, que durante muito tempo “constituíram a ideologia espontânea dos cientistas, colapsaram perante o fenômeno global da *industrialização da ciência* a partir sobretudo das décadas de trinta e quarenta” ( Santos,1993:34). Tanto nas sociedades capitalistas quanto nas socialistas de Estado do leste europeu, a industrialização da ciência representou o compromisso desta com os centros de poder econômico, social e político – os quais passaram a ter um papel decisivo na definição das prioridades científicas.

A industrialização da ciência ocorreu tanto ao nível das aplicações do conhecimento científico quanto ao nível da organização da investigação. No

primeiro caso, as bombas de Hiroshima e Nagasaki representam o início de uma era de temor e risco de holocausto nuclear. No que se refere à organização do trabalho científico, a industrialização produziu dois efeitos principais: a) a comunidade científica estratificou-se, as relações de poder entre os cientistas tornaram-se mais autoritárias e desiguais, e a esmagadora maioria foi submetida a um processo de proletarização no interior dos laboratórios e dos centros de investigação; b) a pesquisa capital-intensiva, baseada em equipamentos caros, contribuiu para o aprofundamento das desigualdades, em termos de desenvolvimento científico e tecnológico, entre os países centrais e os periféricos (inclusive entre regiões e universidades dentro destes e daqueles) (Santos, 1993:35).

A tecnociência, para Morin, é o núcleo e o *motor da agonia planetária*. Há cerca de um século, esta forma de ciência *conduz* o mundo:

“São seus desenvolvimentos e suas expansões que operam desenvolvimentos e expansões das comunicações, das interdependências, das solidariedades, das reorganizações, das homogeneizações que levam adiante a era planetária. Mas são também esses desenvolvimentos e essas expansões que provocam, por efeitos retroativos, as balcanizações, as heterogeneizações, as desorganizações, as crises de hoje” (Morin. & Kern, 1995: 92).

A tecnociência, em seu desenvolvimento descontrolado e cego, invade todas as esferas (produção, consumo, lazer, etc) das sociedades ditas desenvolvidas (modelos para as demais), implantando de forma organizadora a *lógica da máquina artificial* até na vida cotidiana, expulsando da competência democrática os cidadãos em proveito dos *experts*.

Em que difere a máquina artificial da máquina viva? A primeira é composta por elementos extremamente confiáveis, mas em seu conjunto é muito frágil. Basta uma alteração local para que o conjunto seja bloqueado, entre em pane. A máquina artificial não pode tolerar nem integrar a desordem, pois obedece estritamente a seu programa. A máquina viva, pelo contrário, é constituída de elementos pouco fiáveis, que se degradam rapidamente (as proteínas), mas o conjunto é muito mais resistente. É capaz de produzir constituintes novos que

substituam os que se degradam (moléculas) ou morrem (células), sendo portanto capaz de auto-regenerar-se. É capaz de auto-reparar-se quando lesada localmente. Enquanto a máquina artificial só pode seguir um programa, a viva é capaz de *estratégia*, ou seja, de inventar seus comportamentos na incerteza e na eventualidade <sup>12</sup>. Há, portanto, diz Morin, um vínculo consubstancial e complexo na máquina viva entre desorganização e reorganização, desordem e criatividade.

Morin leva esta comparação ainda mais longe. A máquina viva compreende não apenas órgãos especializados, mas órgãos multifuncionais. Seu sistema generativo (genético) comporta não apenas genes especializados, mas genes polivalentes em conjuntos de genes também polivalentes. A máquina artificial não é senão uma máquina, enquanto a viva é também um ser auto-eco-organizador. Esse ser é um indivíduo-sujeito. Todas essas qualidades do ser-máquina, diz o autor, são levadas ao seu mais alto grau no ser humano, no qual se manifestam a qualidade de sujeito e a capacidade de escolha (liberdade).

“A lógica da máquina artificial, quando aplicada ao humano, desenvolve o programa em detrimento da estratégia, a hiperespecialização em detrimento da competência geral, a mecanicidade em detrimento da complexidade organizacional: a estrita funcionalidade, a racionalização e a cronometrização que impõem a obediência dos seres humanos à organização mecânica da máquina. Esta ignora o indivíduo vivo e sua qualidade de sujeito, portanto as realidades humanas subjetivas” (Morin & Kern, 1995:93,94).

A extensão desta lógica em todos os domínios da vida humana gera o pensamento mecanicista e parcelar, que adquire forma tecnocrática e econocrática. Tal pensamento, diz Morin, não percebe senão a causalidade mecânica, quando tudo obedece cada vez mais à causalidade complexa. Ele reduz o real a tudo o que é quantificável. A hiperespecialização e a redução ao quantificável produzem cegueira não apenas em relação à existência, ao concreto, ao individual, mas também em relação ao contexto, ao global, ao fundamental. “Elas provocam, em todos os sistemas tecnoburocráticos, um parcelamento, uma diluição e finalmente uma perda da responsabilidade. Favorecem nesses sistemas tanto a rigidez da ação quanto o laxismo da indiferença” (Morin & Kern, 1995:95; Lasch, 1995:47,48,107).

É plausível pensar que nas CTNs haja oposição e concorrência, mas também complementaridade, entre a lógica da máquina artificial e as estratégias auto-eco-organizacionais. Gareth Morgan (1996), por exemplo, considera que as organizações podem ser compreendidas pela combinação de oito metáforas: como máquinas, como organismos, como cérebros, como culturas, como sistemas políticos, como prisões psíquicas, como fluxo e transformação, e como instrumentos de dominação. Na maioria delas, as organizações são vistas como sistemas sociais vivos e dinâmicos, constituídos por ativos econômicos e financeiros, processos e tecnologias, e principalmente por homens e mulheres dotados de motivos egoístas e altruístas ou sociais, e de visões contraditórias, de amor e de ódio, sobre a própria organização em que trabalham. Parece-me também plausível supor que, via de regra, nas maiores estruturas tende a predominar a impessoalidade e nas menores o contrário. E que a ampliação do uso dos microcomputadores ligados em rede está relacionada às mudanças de enfoque sobre o processo de formulação de estratégias, que passa a incorporar maior diversidade de opiniões, com valorização de aspectos subjetivos (intuição, criatividade), numa combinação conflituosa entre o *planejamento estratégico* (expressão emergente na década de 1960) e o chamado *pensamento estratégico* (expressão mais recente). Com efeito, o professor de administração Henry Mintzberg vincula o primeiro ao recurso da análise formal e o segundo à síntese e ao *insight*, considerando que traçar estratégias é um processo de entrelaçamento de tudo o que é preciso para administrar uma organização: “Sistemas não raciocinam e, quando usados para mais do que a simples facilitação do pensamento humano, eles podem dificultar o ato de pensar” (Mintzberg, H., 1994). Este autor defende a combinação das duas formas de formulação de estratégias: a formal e a intuitiva.

As inovações gerenciais tendem a incorporar a subjetividade, retirando desta o que puder acrescentar agilidade e flexibilidade ao amplo predomínio da tecnociência. Uma civilização metatécnica, por outro lado, é concebível justamente com a integração da técnica, o controle da lógica atual das máquinas artificiais por normas humanas, a introdução progressiva de uma lógica complexa nos computadores, etc. A incapacidade de se efetuar a grande mutação

tecnológica, econômica e social não se deve apenas, diz Morin, à insuficiência de conhecimentos técnicos e econômicos, mas à própria deficiência do pensamento técnico-econômico dominante. Deve-se também à debilidade do pensamento político que, depois do colapso do marxismo, tem sido incapaz de “praticar um pensamento complexo e de considerar um grande projeto. Há incapacidade de sair da crise do progresso por um outro progresso, em sair da crise da modernidade por outra coisa que não um pobre pós-modernismo” (Morin & Kern, 1995:97).

Para este autor, a situação atual do mundo é de policrises enredadas e indissociáveis, ou seja, uma crise planetária de uma humanidade ainda incapaz de se realizar enquanto humanidade. A situação é de agonia, um estado trágico e incerto em que os sintomas de morte e de nascimento lutam e se confundem. Há avanço mundial das forças cegas, loucura suicida, mas também mundialização da demanda de paz, de democracia, de liberdade, de tolerância...É a *idade de ferro planetária*, assim mesmo, em minúsculas (Morin & Kern, 1995:102).

### 2.3.3 Cidadania e *marketing* : política cognitiva

Aponto agora para transformações da cidadania, relacionando-as com os períodos históricos do capitalismo – liberal, organizado e desorganizado, considerando que este último, com os processos de globalização, vem transformando-se em capitalismo global ou transnacional, e que a cidadania simboliza as forças anti-sistêmicas ou transistêmicas em regimes democráticos. Também relaciono a noção de cidadania à de *marketing* – por intermédio do conceito de *política cognitiva*, de Alberto Guerreiro Ramos – entendendo que tal articulação conceitual favorece a compreensão das estratégias de modernização e crescimento global das CTNs de tabaco. Trata-se aqui, como no caso da tecnociência, de aprofundar a compreensão de elementos que resultam na (ou constituem a) cultura-ideologia do consumismo.

Adriano Silva transita pela multiplicidade de definições sobre o conceito de *marketing*, sintetizando as contribuições de especialistas como Philip Kotler e Theodore Levitt, mas partindo das palavras de Peter Drucker, um generalista muito conceituado no meio empresarial nas últimas quatro décadas: “Marketing é o negócio visto pela perspectiva do seu resultado final, ou seja, do ponto de vista do cliente. O sucesso nos negócios não é determinado pelo produtor, mas pelo consumidor” (Drucker apud Silva, 1998). Este senso comum sobre *marketing* entre os empresários deve ser submetido à análise contra-ideológica.

Até a década de 1950, nos Estados Unidos, as empresas geravam um produto e o vendiam aos consumidores mediante um *esforço de vendas*. Quem definia o que seria oferecido ao mercado era o vendedor. Na perspectiva do *marketing*, entretanto, o vendedor deve consultar o comprador, *analisar suas necessidades e desejos* e gerar, então, um produto tão adequado à demanda que o esforço de vendas seja minimizado ou desnecessário.

Para Kotler, *marketing* é:

“(...) o processo de escolha dos mercados em que se deve atuar, dos produtos a oferecer, dos preços a cobrar, da distribuição a utilizar e das mensagens a enviar”. (...) É também o *processo* pelo qual uma organização desenvolve e ajusta sua oferta às mudanças constantes das necessidades e dos desejos do mercado” (Kotler, 1998).

Há, segundo este autor, cinco modos clássicos de uma empresa considerar seu negócio: a) foco na produção; b) foco no produto; c) foco na venda; d) foco no *marketing*; e) foco no *marketing* social. Resumidamente, pode-se defini-los assim:

- a) É dada ênfase na alta eficiência da produção, na distribuição em grande escala e principalmente na redução de custos. Esta orientação predominou nos EUA a partir do final do século XIX (inovações tecnológicas aliadas a estradas de ferro);
- b) É dada ênfase nas melhorias do produto de um ponto de vista técnico, deixando em segundo plano os consumidores e suas necessidades reais. Esta orientação predominou nos EUA a partir das primeiras

décadas do século XX, quando houve saturação do mercado pelo foco na produção;

- c) É dada ênfase nos esforços de venda e promoções agressivas, visando vender tudo o que é produzido. Esta orientação predominou nos EUA logo depois da 2ª Guerra, quando as empresas atingiram certo equilíbrio em termos de desempenho nas duas formas de orientação precedentes. A competição passou a ser definida pelo talento da força de vendas em fazer os estoques girarem;
- d) É dada ênfase em determinar as necessidades e desejos do mercado e satisfazê-los de modo mais efetivo do que os competidores, buscando criar e manter clientes cada vez mais exigentes. Administradores concluem então (década de 60, EUA) que o *marketing* tem a potencialidade de solucionar o conhecido conflito de interesses entre o produtor, que deseja ganhar o máximo na venda de produtos que tenham o menor custo possível, e o consumidor, que deseja gastar o mínimo na compra de produtos com a maior qualidade possível. Para Levitt só o *marketing* resolve, em princípio, essa oposição, ao atrelar os lucros da empresa à satisfação do consumidor, e não à mera produção e venda de mercadorias (Levitt, T., 1990);
- e) É dada ênfase à idéia de superar a satisfação do consumidor, a fim de garantir seu bem-estar e o da sociedade. Esta orientação inclui preocupações comunitárias, como a preservação ambiental, ou a abolição de posições raciais ou sexistas na escolha de empregados. Trata-se de uma *resposta às críticas dos movimentos sociais, à legislação e à mídia mais esclarecida*, mas visando sempre a lucratividade por meio da fidelidade dos consumidores, a legitimidade pública da empresa e de seus produtos. Mais recentemente, tem sido afirmado o conceito de *marketing global*, com múltiplos aspectos sociais, ambientais e éticos interligados. Neste caso, um dos maiores estudos



(867 p.) sobre as práticas das CTNs ressalta no conceito de *marketing* o propósito fundamental de geração de receita (Semenik & Bamossy, 1995).

Estas orientações sugerem que para cada configuração de mercado há uma forma correspondente de organizar-se e competir. No Brasil, diferentemente do contexto norte-americano, há um mercado de massas em construção. Portanto, estima-se que se o empresariado souber gerenciar os fluxos de produção, desde a compra da matéria-prima até a venda do produto, como nos EUA há cerca de um século, poderá lucrar ainda por alguns anos. Silva diz que poucas empresas no Brasil têm seu foco no *marketing*, social ou não. Este autor, buscando uma pureza tecnocientífica do conceito, afirma que no país há um equívoco comum entre *marketing*, propaganda e venda – mas é possível sustentar, contrariando em parte sua opinião, que estes termos são na prática indissociáveis, mesmo que se estabeleçam diretorias e departamentos especializados para cada um. *Marketing* e propaganda são manifestações de *política cognitiva* (conceito que será abordado em breve) (Silva, A.,1998: 11-14). Para chegar a esta conclusão, destaco algumas palavras de dois especialistas em pesquisa de mercado:

“Todo *marketing* deve ser bem-sucedido em satisfazer as necessidades e vontades dos compradores em potencial, seja consciente ou inconscientemente; todo *marketing* deve realizar a venda – convertendo o interesse do comprador em potencial de compra em compra real; e quase todo *marketing* deveria tentar desenvolver uma relação contínua com o comprador após a primeira venda, encorajando compras adicionais e fidelidade permanente” (Rapp & Collins,1998:19).

Na análise de Stan Rapp e Tom Collins, alcançar o comprador em potencial, realizar a venda e desenvolver a relação são os três denominadores comuns do processo de *marketing* ou de vendas, termos que são considerados indissociáveis. Entretanto, o que mais interessa ressaltar neste enfoque é o que os autores chamam de *conscientização maximizada*:

“O novo nível de sofisticação na propaganda de conscientização apelará freqüente e igualmente aos lados esquerdo e direito do cérebro (isto é, tanto ao lado racional quanto ao emocional da nossa natureza). O maior desafio da criatividade será o apelo ao cérebro inteiro do comprador em potencial” ( Rapp & Collins, 1998: 30).

Penso que as CTNs (principalmente as do tipo *Fortune 500*) e as agências de publicidade fazem uso das pesquisas sobre o cérebro (neurociência) e dos recursos de computação a fim de tornar mais eficazes suas mensagens, persuadir o cidadão (reduzindo-o à condição de consumidor), manipular seu inconsciente e, como complemento ideológico supremo, denominar este processo de liberdade e afirmação de sua personalidade. Não pretendo com isso estar dizendo nada de original, pois a idéia de *fetichismo da mercadoria* é antiga (e é retomada por autores como Baudrillard e Kurz) <sup>13</sup>. O que é novo é o alcance global das atividades dos chamados *designers*, especialistas em pirotecnias digitais, a serviço das agências publicitárias. Kalle Lash, editora da revista *Adbusters*, afirma que “eles foram criados de forma a se distanciar dos valores éticos e políticos relativos à própria atividade” <sup>14</sup>.

Na contramão de uma visão anti-sistêmica fechada, é preciso reconhecer que *marketing* e propaganda podem ser de utilidade pública, em determinadas circunstâncias. Alguns autores mostram como as organizações sem fins lucrativos podem utilizar a administração das técnicas de *marketing* para transformar boas intenções em resultados efetivos ( Semenik & Bamossy, 1995: 729-762; Drucker, 1994). Minha posição, aqui, não é contra o *marketing* ou contra o mercado em geral, mas a favor de uma crítica a seus aspectos ideológicos, contra as limitações que impõem à cidadania <sup>15</sup>.

De um ponto de vista mais abrangente e também mais agudo que o da maioria dos teóricos da administração, Alberto Guerreiro Ramos observa que os padrões cognitivos, exigidos nas transações típicas do mercado, transformaram-se em políticas de cognição, particularmente a partir das estruturas e estratégias das organizações econômicas formais – estendendo-se depois à sociedade como um todo. Política cognitiva, numa definição breve, “consiste no uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção” (Ramos, 1981:87). A inculcação subliminar de definições distorcidas da realidade, estimulada pela política cognitiva, raramente constitui objeto de debate entre suas vítimas. Ramos identifica três pressupostos

da disciplina organizacional dominante: a) a identificação da natureza humana, em geral, com a síndrome de comportamento inerente à sociedade centrada no mercado (ou seja, posterior à revolução industrial do século XVIII); b) a definição do homem como um detentor de emprego (portanto, um potencial consumidor); c) a identificação da comunicação humana com a comunicação instrumental. (Guerreiro Ramos é favorável ao que chama de paradigma paraeconômico e à delimitação do mercado como um enclave entre outros, num desenho multicêntrico de sociedade fundada na razão substantiva).

Sabe-se que Frederick Taylor, o fundador da administração científica, aceita o conjunto de exigências psicológicas do sistema capitalista como algo equivalente à natureza humana. Embora o taylorismo seja visto atualmente como uma fase histórica encerrada da ciência da organização, a definição do ser humano como tipicamente econômico – atenuada e disfarçada por enfoques ditos humanistas que pretendem integrar empregados e consumidores à política cognitiva do mercado – continua vigente e hegemônica.

Numa sociedade que toma a política cognitiva do mercado como referência central, os empregados eficientes devem ser atores sociais despersonalizados, que acatem as determinações impostas de cima para baixo, ainda que sejam estimulados a tomar iniciativas dentro do âmbito de suas atribuições. Mesmo os mais altos dirigentes das CTNs devem esconder suas personalidades atrás das normas e protocolos, o que implica muitas vezes em assumir uma “desonestidade intrínseca”<sup>16</sup>. Há o predomínio, tanto entre dirigentes quanto entre empregados e teóricos das organizações, de uma concepção sociomórfica da psique humana, o que “despoja o indivíduo de seu desejo de significação”<sup>17</sup>.

Ramos considera a política cognitiva como *a mais importante dimensão oculta da psicologia da sociedade centrada no mercado*. Está na própria natureza da política cognitiva a condição de ser *obscura*. Se os seus promotores admitissem a intencionalidade das atividades que desenvolvem, “não apenas se enfraqueceria a eficácia de seus atos como políticos cognitivos, mas também

graves questões éticas poderiam ser levantadas quanto a seus objetivos”. (Ramos,1981:91).

Para que se possa abrir esta *caixa preta* é necessário mas não suficiente recorrer aos especialistas de *marketing*, pois são justamente eles (e os profissionais da mídia) que têm mais consciência (ou não?) de seu papel como ideólogos da sociedade de mercado. Faz-se necessária, embora cada dia mais complexa e difícil, a distinção entre bens primaciais e bens/serviços demonstrativos ou supérfluos. Os primeiros são os que atendem às limitadas necessidades biofísicas de alimento, abrigo, vestuário, transporte e de serviços elementares que permitem ao indivíduo-cidadão manter-se como um organismo sadio e membro ativo da sociedade. Os bens/serviços demonstrativos/supérfluos são os que visam, principalmente, a satisfação dos desejos que têm os indivíduos de exprimir seu nível pessoal, em relação à estrutura de *status*, sendo seus desejos concebidos em termos sociais e ilimitados. No caso do tabaco, é por demais evidente o simbolismo de *status* elevado que o charuto tem, tornando-se moda entre as mulheres nos últimos anos. Mas também as cigarrilhas de origem oriental, entre os jovens de classe média, simbolizam carisma, atratividade. Da mesma forma, o *design* constantemente renovado das carteiras de cigarros comuns e sua diversificação como pretexto de personalização do consumo (característica da estratégia da BAT/Souza Cruz) ou, contrariamente, a confiabilidade e atratividade de uma *marca global* como a Marlboro (estratégia da Philip Morris) – são casos exemplares de predominância de produtos demonstrativos sobre os primaciais. O *fetichismo da mercadoria*, implícito neste tipo de consumo, faz parte inclusive de sofisticados discursos ideológicos, como se vê no livro do crítico literário Richard Klein – *Cigarros são sublimes: uma história cultural de estilo e fumaça* ( Klein, R.,1997). Este autor explora habilmente os símbolos embutidos no *marketing* tabagista. Seu enfoque aponta, indiretamente, para a complexidade cultural inscrita na busca de uma cidadania antitabagista. No prefácio, diz o autor:

“O cigarro é aqui localizado em algum lugar entre a cultura popular e a erudita, tomado como um objeto tanto da crítica literária como um objeto da chamada crítica cultural. Supõe-se que seu consumo dependa tanto das identificações míticas quanto de seus usos sociais, de suas

propriedades estéticas quanto das condições de seu comércio. Este livro atribui ao cigarro uma certa dignidade filosófica que deriva do fato de ser considerado um instrumento simbólico, e lhe empresta as qualidades poéticas de um objeto sagrado ou erótico, dotando-o de propriedades mágicas e encantos sedutores, cercado de tabus e uma atmosfera de perigo – um repositório de prazer ilícito, um conduto transcendental e um estímulo à repressão” ( Klein, 1997:13).

Enquanto o mercado esteve confinado – como em todas as sociedades pré-industriais – o fornecimento de bens e serviços primaciais era a meta essencial do sistema de produção <sup>18</sup>. Na passagem do período do capitalismo organizado para o do capitalismo desorganizado, a TV, os satélites e toda uma gama de recursos de comunicação permitiram, juntamente com a política de molde keynesiana, estimular o consumismo e com isso realimentar a produção de mercadorias e manter altos os níveis de emprego. *As últimas décadas do século XX assistem ao predomínio do desequilíbrio em favor dos bens e serviços demonstrativos ou supérfluos, tanto como forma de diferenciação de classe e status, quanto como meio de manter o sistema capitalista em expansão. A obsolescência planejada de produtos torna-se fundamental tanto quanto a necessidade de reciclagem dos mesmos.*

Analisando as mudanças e continuidades nos aspectos morais do crescimento econômico na Idade Média e após a Revolução Industrial, Barrington Moore Jr. afirma que *a mais óbvia continuidade é a fraude. Novas tecnologias, diz ele, expandiram as oportunidades de fraude* (Moore Jr., B.,1999:71). A bem-sucedida venda de um produto é, em vez de uma exata compreensão de suas verdadeiras propriedades, por parte dos consumidores, o “desfecho de uma batalha política velada contra o bom senso” (Ramos, A.G.,1981:91).

A política cognitiva é parte central da cultura-ideologia do consumismo e permite compreender o alcance do *marketing*, além de condicionar, até certo ponto, o exercício da cidadania em relação ao mercado, particularmente em contexto de globalização da economia. Penso que esta idéia ficará mais clara com a seguinte ilustração:

Figura 2: **Consumismo, política cognitiva, marketing e cidadania**



Cabe agora observar as transformações mais relevantes da cidadania, enquanto símbolo das forças anti-sistêmicas ou transistêmicas.

Um das referências teóricas mais recorrentes na temática é a obra de T.H. Marshall – *Cidadania, classe social e status* (Marshall, T.H.,1950). Escrevendo em meados do século XX, este autor parte da análise do caso inglês para generalizar uma noção de cidadania composta dos direitos civis e políticos (considerados de 1ª Geração) e dos direitos sociais (de 2ª Geração). Os primeiros, conquistados durante o século XVIII, correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, de ir e vir, direito à vida, segurança, etc. Estes dão base à concepção liberal clássica de cidadania. Os direitos políticos se referem à liberdade de associação, de organização política e sindical, à participação política e eleitoral, ao sufrágio universal – são os chamados direitos individuais exercidos coletivamente, que foram incorporados à tradição liberal.

Já os direitos ditos de 2ª Geração – sociais, econômicos ou de crédito – foram conquistados no século XX, por iniciativa do movimento operário e sindical. Aqui podem ser incluídos os direitos ao trabalho, à saúde, à educação, à aposentadoria, ao seguro-desemprego – enfim, os meios de vida e bem-estar. Está clara, portanto, a vinculação dos direitos sociais ao segundo período do

capitalismo, dito organizado, enquanto os primeiros se restringem ao período do capitalismo liberal.

Na segunda metade do século XX, surgiram os chamados direitos de 3ª Geração, que se referem aos grupos humanos (povo, nação, coletividades étnicas, minorias ou a própria humanidade). É o caso do direito à autodeterminação dos povos, direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, direitos do consumidor, das mulheres, das crianças, das minorias étnicas, dos jovens, das pessoas da chamada terceira idade, etc. São também chamados de direitos difusos ou transindividuais, que atendem interesses meta-individuais. Como observa Liszt Vieira, também já começam a ser definidos e aprovados direitos de 4ª Geração: relativos à bioética, para impedir a destruição da vida e regular a criação de novas formas de vida em laboratório por meio de engenharia genética (Vieira,1997:23). Também é possível acrescentar, como faz José Alcebíades de Oliveira Jr., os de 5ª Geração, relativos aos direitos da realidade virtual, que nascem do rompimento de fronteiras tradicionais pela cibernética, gerando conflitos entre países com realidades distintas (Oliveira Jr.,1996:18). Esquemáticamente, pode-se incluir os de 3ª , 4ª e 5ª geração no período do capitalismo desorganizado que se transforma em capitalismo global e informacional. Evidentemente *não há qualquer lógica linear* na sucessão das gerações de direito e muito menos uma garantia de sua efetividade como prática social. Tanto a emergência quanto a aplicação de cada direito estão condicionadas a algum grau de conflito político-cultural, ou seja, aos processos de formação de padrões, redes ou forças sociais a partir das ações e interações sociais (Charon, 1999).

A complexidade dos debates sobre os novos direitos (aqueles das últimas três gerações) é enorme, a ponto de os especialistas estarem mergulhados numa profunda crise de paradigmas <sup>19</sup>. Porém, conforme afirma Oliveira Jr., é certo que o novo paradigma “deve conter um forte componente ético acerca da importância da vida e de condições dignas de subsistência, a fim de barrar um rumo desenfreado de um neoliberalismo autodestrutivo” (Oliveira Jr.,1996:16,17). Sua conclusão parece-me plausível: conceitos como Estado, soberania, cidadania e

disciplinaridade científica precisam ser revistos diante dos problemas contemporâneos de sobrevivência. Para que a ciência jurídica possa dar conta dos novos direitos, faz-se necessária uma visão interdisciplinar (e transdisciplinar), uma interpenetração entre as dimensões culturais e naturais, constantemente reinterpretadas.

A formação da classe capitalista transnacional e do sistema capitalista global complexifica a noção de cidadania, na medida em que, para o pensamento conservador, esta se restringe ao conceito de nação, enquanto que para o pensamento progressista (ancorado na doutrina tradicional da *res pública*) a cidadania está fundada não na filiação (laços de sangue entre os membros de uma nação), mas no contrato (Vieira, L.,1997; Held,D.1991). Para a emergência de uma cidadania planetária, em resposta aos desafios da globalização econômica, é fundamental um novo contrato entre *cidadãos do mundo*, para que a cidadania obtenha uma proteção transnacional. Lentamente, os debates na e sobre a ONU encaminham-se nesse sentido, sendo ainda a ideologia estatocêntrica um obstáculo central. Aqui recoloca-se a importância da teoria do sistema global, que traz consigo a necessidade da articulação transnacional dos direitos do consumidor, ao meio ambiente (ecossistemas em equilíbrio dinâmico), à saúde das presentes e futuras gerações, etc. De um ponto de vista mais amplo, trata-se de viabilizar espaços públicos transnacionais com poderes deliberativos supranacionais.

A epidemia mundial de tabagismo, por sua vez, sugere um debate sobre os limites da *cidadania passiva*, liberal, prisioneira do senso comum, da cultura do consumismo, da síndrome comportamentalista,<sup>20</sup> voltada para a não-coerção, para o individualismo irresponsável, para o lucro privado ainda que o mesmo tenha custos públicos. O pensamento conservador, nacionalista, tende à acriticidade e à indiferença no plano global, enquanto o pensamento democrático debate o alcance da *cidadania ativa* (afirmação dos direitos, de sua renovação e/ou aplicação), das ONGs democráticas, dos movimentos sociais – que na América Latina e nos países periféricos em geral tendem a ser *impuros*, *complexos*, na medida em que precisam tratar tanto de questões de sobrevivência



imediate quanto de valores pós-materialistas, como qualidade de vida e liberdade de expressão (Santos,1995: 262, 263; Kruschke & Scherer-Warren, 1987; Viola & Olivieri, 1997; Viola *et al.*,1995; Boeira,1998). *A peculiaridade do tabagismo é a de atravessar dimensões via de regra postas em separado em análises acadêmicas e/ou no senso comum: ciências naturais e sociais, indivíduo e sociedade ou classe social, nacionalidade e globalidade, consumo supérfluo e morbimortalidade elevada*, etc. Portanto, o desafio acadêmico é juntar criticamente o que tem sido separado, recorrendo tanto à análise quanto à síntese. Neste sentido o conceito de *redes*, como será visto, ganha importância (Scherer-Warren; 1999b).

Enquanto para as universidades parece um desafio insuperável a articulação de um paradigma científico que associe sem fundir e distinga sem separar as disciplinas, as formas de conhecimento, as dimensões culturais e naturais da realidade – para o meio empresarial, nas últimas décadas, estão abrindo-se possibilidades de operação tecnocientífica e de *marketing*, enfim, por meio da cultura-ideologia do consumismo e de sua política cognitiva. Transcende meus propósitos neste trabalho conjecturar se as forças sociais (redes, ONGs, movimentos) anti-sistêmicas ou transistêmicas serão capazes de ir além da mera *resistência* ao sistema global e reconstruí-lo de forma significativa e progressiva, embora no cap. 4 eu examine as iniciativas e os dilemas da cidadania contrária às estratégias da indústria, no contexto brasileiro.

Cabe observar que, embora a cultura da cidadania antitabagista ou antifumo (*latu sensu*) tenha aspectos auto-eco-organizacionais significativos e parta de padrões tanto globais (OMS) quanto locais e nacionais (organizações profissionais de médicos, grupos religiosos, advogados e de cidadãos diversos) – há uma *omissão praticamente generalizada dos partidos políticos e dos movimentos sociais* quanto à elaboração de propostas antitabagistas. As teorias sobre movimentos sociais têm, via de regra, negligenciado o que pode, sob certo aspecto, ser denominado *movimento social antitabagista e/ou antifumo*. Há uma variedade de enfoques possíveis na abordagem de *fragmentos de uma rede social contrária às estratégias das indústrias*, conforme será visto no cap. 4 (Stompka, 1998; Scherer-Warren, 1999;1993; Alberoni, 1991; Maffesoli, M.,1998; Gohn,

M.G.,1997). Ainda do ponto de vista teórico, as políticas preventivas contra o câncer e demais doenças tabaco-associadas encaixam-se no que Giddens chama de *políticas de vida*,<sup>21</sup> e também no que Morin chama de *antropolítica*<sup>22</sup>. Em uma definição concisa, as políticas preventivas (ou de restauração da saúde perdida) a que me refiro conduzem a estilos de vida não exatamente *naturalistas ou ecológicos* (conceitos muito unilaterais), mas inspirados na interação flexível e complexa entre ordem e desordem dos ecossistemas e dos organismos vivos, com a complementaridade de valores pós-materialistas, de revalorização da espiritualidade da vida, enfim, de um sentido renovado de civilização. De modo convergente com esta ótica, está o movimento de alternativas à cultura do fumo e também a tese de ecodesenvolvimento, de Ignacy Sachs (Vieira, P. F. *et al*, 1998).

Sinteticamente, pode-se concluir que no sistema global em formação a cultura-ideologia do consumismo, tendo como componentes principais a tecnociência e o *marketing*, constitui o núcleo dos interesses e das estratégias das forças, redes ou padrões organizacionais estratégico-sistêmicos (CCT e CTNs). De outra parte, a cidadania antitabagista aparece como uma (ainda frágil) manifestação simbólica anti-sistêmica ou transistêmica, auto-eco-organizacional, uma rede de fragmentos sociais, ampliando a democracia ou, como diria Lévy, a demodinâmica. Ele observa que “hoje, o problema político já não é tomar o poder, mas aumentar as *potências* do povo ou de quaisquer grupos humanos” (Lévy,1998: 82). Visualiza a passagem do ideal da democracia (do grego *demos*, povo, e *kratein*, comandar) para o da demodinâmica (do grego *dynamis*, força, potência). A demodinâmica invoca uma *política molecular* (Lévy,1998:82). Em todo caso, o quadro abaixo sintetiza os obstáculos mais relevantes – que considero inclusos na cultura-ideologia do consumismo:

#### Quadro 8: Componentes da cultura-ideologia do consumismo

|                    |  |
|--------------------|--|
| Tecnociência       | aspectos técnicos e científicos; paradigma dominante |
| <i>Marketing</i>   | aspectos mercadológicos; estratégias globais         |
| Política cognitiva | aspectos político-culturais; mídia                   |

Há grande complexidade nas relações entre forças sistêmicas (estratégias das empresas) e anti-sistêmicas (antitabagismo *stricto sensu*, contra o consumismo) ou transistêmicas (ambientalismo, na medida em que neste emerge um *projeto de sociedade*, algo que falta no caso anterior). Um fumante pode ser simultaneamente parte daquelas como destas, na medida em que seu gesto concreto de fumar reforça simbolicamente o *marketing* das empresas, e na medida em que, apesar disso, o mesmo esforça-se por libertar-se da dependência à nicotina. Por outro lado, sabe-se que o discurso antitabagista oficial (Min. da Saúde) pode gerar nos jovens reações típicas de rebeldia e de reforço do consumo (mito do *fruto proibido* ou do risco pretensamente calculado). Faz-se necessário analisar até que ponto os órgãos de saúde pública fazem parte da rede social contrária às estratégias das CTNs do tabaco. (Voltarei a este aspecto no cap. 4). Enfim, há todo tipo de situações socioculturais possíveis, apesar das quais ou com base nelas, ainda cresce, globalmente, a *epidemia de tabagismo* (conforme abordagem feita no tópico 2.1.2. letra “h”).

Para tornar compreensível tal complexidade, proponho dois conceitos operacionais: a) rede estratégica; b) rede multifragmentária. O primeiro refere-se às forças sistêmicas, que operam dentro das regras e dos valores dominantes no sistema capitalista, da cultura-ideologia do consumismo e de seus componentes. A noção de *rede estratégica* refere-se a um conjunto de partes integradas sistemicamente por uma das partes, que ocupa um papel central e estratégico, coordenando os elos, o fluxo de informações e o alcance da ação do conjunto. Há maior ou menor complexidade ou mecanicidade na rede estratégica na medida em que o fluxo de informações entre as partes depende ou independe da parte coordenadora, e na medida em que o ambiente (eco) é considerado um cenário para a atuação das partes ou uma fonte de informações (neguentropia). Este conceito será melhor esclarecido no cap. 5, incluindo-se uma figura para ilustrar o que chamo de *modelo de rede estratégica*. Já no cap. 3, entretanto, será útil para a caracterização do papel estratégico da Abifumo e das empresas do setor nos anos 90.

O conceito de *rede multifragmentária* refere-se ao conjunto do que tenho chamado de forças anti-sistêmicas e transistêmicas, que, direta ou indiretamente, opõem-se às estratégias das CTNs de tabaco. Tal conceito remete para um conjunto pouco articulado de fragmentos, setores, grupos sociais, que por meio de sua atuação descentralizada ampliam os espaços da cidadania. Da mesma forma que nos ecossistemas naturais, inexistente na rede multifragmentária uma parte central, coordenadora do conjunto das partes ou fragmentos. Há uma analogia com a Internet. Os grupos e cidadãos integrantes da rede multifragmentária fazem parte de organizações religiosas, civis, políticas ou mesmo comerciais. A temática do antitabagismo *latu sensu*, da qualidade de vida e dos direitos humanos constitui-se como denominador comum, ainda que com diferenças significativas de interpretação, de conflitos de interesses, abrangência de atuação, poder, autonomia, auto-eco-organização ou demodinâmica. Este conceito será melhor esclarecido no cap. 4, incluindo-se igualmente uma figura com o *modelo de rede multifragmentária*.

---

NOTAS:

<sup>1</sup> Por sofrer de problemas cardíacos e ser fumante, Williams exige, sob ameaça de divulgação dos documentos, que a firma o defenda na Justiça contra a B & W com base nas revelações dos papéis sob seus cuidados. A firma entra na Justiça acusando-o de roubo – e com isso ele decide fazer a denúncia. A batalha judicial entre a B & W e a Universidade da Califórnia, a qual Stanton Glantz doa o pacote recebido, é decidida em favor da Universidade, sob o argumento de que os documentos são de interesse público. Parte dos mesmos já havia sido divulgada pela mídia.

<sup>2</sup> Beck, U. (1992;1995). Wynne critica o “rationalistic model” de Beck e Giddens, afirmando que a dicotomia ocidental entre natureza e cultura é acriticamente reproduzida por estes autores. Wynne, B. (1996:56,75). Em defesa de Giddens ver Florit, L. (1998).

<sup>3</sup> A idéia de “paradigma” entre as ciências sociais não é nada consensual, desde que Thomas Kuhn as considerou “pré-paradigmáticas”, em comparação às ciências da natureza, que teriam alcançado a estabilidade. Costuma-se considerar os autores clássicos (Marx, Weber e Durkheim) como paradigmas. Entretanto, uma análise mais apurada e consistente desta noção está em Morin, E. (1991:186-211).

<sup>4</sup> Banco Mundial constatou em 1986 que 56 países (de 120 analisados) tinham um PIB maior do que dez bilhões de dólares. Em 1996, constatou que 70 entre 200 superavam esta quantia. No mesmo ano, a revista *Fortune 500* afirmava que 400 corporações transnacionais detinham mais de dez bilhões cada uma. Sklair (1995: 64; 1999: 324).

<sup>5</sup> Em 1950, apenas quatro milhões de casas, no mundo, tinham aparelhos de TV. Em 1960, eram 93 milhões; em 1970, 244 milhões; em 1980, 450 milhões e em 1990, 658 milhões. De 1990 a 1994, este índice cresceu 35%, atingindo 886 milhões. No fim dos anos 80, o norte-americano médio consumia 21 vezes mais plásticos, utilizava o automóvel 2,5 vezes mais e viajava de avião 25 vezes mais do que em 1950. Uma das principais causas da queda do socialismo nos países do Leste Europeu foi a *pressão por*

maior consumo exercida pela população. ( Penna, 1999: 31,32,33). *Uma das três teorias da cultura do consumo* de que trata Featherstone é justamente a da expansão da produção capitalista de mercadorias, com efeitos sociais diversos em torno da explosão do consumo; a *segunda* refere-se à relação entre a satisfação, o status e o acesso socialmente estruturado aos bens de consumo. Focaliza-se o fato de que as pessoas usam as mercadorias de modo a criar vínculos ou estabelecer distinções sociais. A *terceira* teoria é relativa aos “sonhos e desejos celebrados no imaginário cultural consumista e em locais específicos que produzem diversos tipos de excitação física e prazeres estéticos”. (Featherstone, 1995:31-48). Ianni aponta a contradição entre ascetismo e consumismo, dentro da perspectiva weberiana. O capitalismo global nega o ascetismo e exalta o consumismo hedonista. Na sociabilidade consumista os indivíduos e multidões “imaginam que estão realizando a cidadania, confundindo liberdade e a igualdade de consumidores com os direitos do cidadão”. (Ianni, 1999:158). Há, também, uma relação entre consumismo e desperdício ou uso irracional de recursos naturais, direta ou indiretamente. Percebe-se na economia capitalista uma sistemática destruição ecológica, na medida em que os processos entrópicos (desgaste dos solos, etc) são via de regra excluídos dos cálculos do PIB. Lester Brown, do Worldwatch Institute, conclui que “o sistema de cômputo econômico atualmente utilizado pelos governos exagera em grande medida o progresso. Falhando ao refletir a realidade, ele gera políticas econômicas ambientalmente destrutivas” (Brown, L.. 1993:24; Hawken *et al*, 2000).

<sup>6</sup> “O discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido” (Chauí, 1982:03).

<sup>7</sup> Morin denomina de *racionalização* um sistema coerente de idéias que pretende encerrar em si o real. A informação, diz ele, é o “antídoto para a tendência natural que tem a ideologia de se fechar em si mesma, isto é, para a tendência da teoria de se fechar em doutrina, da doutrina em se blindar em dogma” ( Morin, 1986: 47).

<sup>8</sup> “O sistema global, no final do século XX, não é sinônimo do sistema capitalista global, mas as forças motoras por trás do capitalismo global são as dominantes, embora não sejam as únicas forças por trás do sistema global. Por isso, o agente primário e foco institucional das práticas transnacionais econômicas é a CTN”. (Sklair,1995:69,70).

<sup>9</sup> Santos coincide em grande medida com Morin no que se refere à caracterização crítica do paradigma clássico e quanto à crise deste. No que se refere à emergência de um novo paradigma, diferem parcialmente. (Santos, 1993; 1989).

<sup>10</sup> Para uma análise mais ampla da tecnociência, ver Morin (1998: 107-115). Diversos enfoques há em Araújo, H.R. (Org.,1998). Forte crítica a respeito faz Postman (1994).

<sup>11</sup> O conceito de tecnociência favorece relações de *fronteira* e de *transespecificidade* (Japiassu), inclusive entre ciências que tratam do tabagismo (por ex., a neurociência) e ciências que tratam da fumicultura (por ex., a engenharia agrônômica), facilitando a compreensão da articulação lógica dos interesses empresariais em toda a cadeia produtiva. Este conceito favorece o trabalho multidisciplinar ou interdisciplinar, no campo das ciências ditas exatas ou naturais, e a crítica dos limites disciplinares no campo das teorias sociais e humanas. (Japiassu, 1976:89). A tecnociência tanto pode servir aos interesses das CTNs do tabaco quanto aos interesses antitabagistas da biomedicina. Especificamente sobre a tecnologia do fumo, ver obra Manuel L. Company (1981).

<sup>12</sup> O autor explicita o conceito de estratégia, dizendo que somente esta “permite avançar no incerto e no aleatório. A arte da guerra é estratégica porque é uma arte difícil que deve responder não só à incerteza dos movimentos do inimigo, mas também à incerteza sobre o que o inimigo pensa, incluindo o que ele pensa que nós pensamos. A estratégia é a

arte de utilizar as informações que aparecem na ação, de integrá-las, de formular esquemas de ação e de estar apto para reunir o máximo de certezas para enfrentar a incerteza". (Morin, 1998:191).

<sup>13</sup> "Basta comprar o cigarro de marca tal, o relógio x, o jeans y, e as meias w para conseguir sucesso profissional, segurança, charme, inteligência e o que mais se desejar. Assim, a publicidade mascara a realidade e não nos deixa tomar contato com os meios concretos e possíveis de suprir nossas necessidades. Transforma o objeto no fetiche que satisfaz". (Aranha & Martins, 1993:51). Kurz diz que no capitalismo atual "os objetos do desejo transformam-se em peças de culto" e "a cada novo produto surge uma nova religião do *marketing*". (...) "Os próprios excluídos da produção regular podem sintetizar sua filiação ao mundo das mercadorias na fórmula 'consumo, logo sou'. (Kurz,1997).

<sup>14</sup> A revista Trip, questionando a ética dos mentores das campanhas pró-cigarro, reproduz um editorial da revista canadense Adbusters, escrito por Kalle Lash. [www.adbusters.org](http://www.adbusters.org). Revista Trip número 74, ano 12, novembro de 1999.

<sup>15</sup> Faz sentido distinguir os impactos socioambientais de diferentes atores do mercado, além de constatar o que há de comum entre eles. Por exemplo, há muita diferença entre a indústria de automóveis e a de bicicletas, sendo esta evidentemente mais auto-eco-organizável e facilitadora da auto-eco-organização dos consumidores.

<sup>16</sup> Guerreiro Ramos menciona esta expressão citando palavras de uma narrativa autobiográfica de um executivo (*Life in the Crystal Palace*). (Ramos, 1981:98,99).

<sup>17</sup> "Na realidade, o indivíduo confere significação a sua vida quando tal significação, primordialmente, resulta da atualização de suas potencialidades pessoais. (...) A auto-atualização conduz o homem na direção da tensão interior, no sentido da resistência à completa socialização de sua psique. (...) Além disso, a auto-atualização individual é, na maior parte das vezes, uma consequência não premeditada de inúmeras ações. Paradoxalmente, constitui uma verificação posterior ao fato, em vez de ser tópico garantido de uma agenda. Quanto mais se preocupa o homem, de maneira explícita, com a auto-atualização, tanto mais se vê colhido no emaranhado da frustração existencial" (Ramos,1981:100).

<sup>18</sup> Nas sociedades pré-industriais o trabalhador era privado de refinadas atividades de lazer, mas "era dono de si mesmo, não um fator de produção a ser tratado como mercadoria, e avaliado de acordo com a lei da oferta e da procura. Seu trabalho deixava-lhe amplo espaço para propósitos através dos quais podia atualizar livremente seu potencial individual" (Ramos,1981:106).

<sup>19</sup> Oliveira Jr. afirma que os dois grandes modelos paradigmáticos, o jusnaturalismo e o positivismo jurídico, "são insuficientes e inadequados para dar conta dos problemas", não existindo ainda um paradigma articulado daquilo que alguns autores chamam de "transmoderno, e que procura sintetizar a tensão entre a crise da modernidade e a emergência da pós-modernidade" (Oliveira Jr.,1996:16).

<sup>20</sup> "A síndrome comportamentalista surgiu como consequência de um esforço histórico sem precedentes para modelar uma ordem social de acordo com os critérios da economicidade". O comportamento é "desprovido de conteúdo ético de validade geral". É um tipo de "conduta mecanomórfica, ditada por imperativos exteriores" (Ramos, 1981:51).

<sup>21</sup> Giddens (1996: 225-258). Há um paralelo um tanto forçado entre natureza e tradição na obra deste autor, o que resulta em uma compreensão a meu ver simplista tanto da natureza quanto da tradição.

<sup>22</sup> Morin & Kern (1995:141-157). Neste caso, a compreensão da natureza e da tradição é mais complexa e sutil do que na obra de Giddens. Morin, com efeito, trata de ecologia, da relação desta com outras ciências e com a filosofia desde a década de 70, enquanto Giddens apenas recentemente tem abordado os temas ecológicos (como parte das ciências sociais).

## Capítulo 3

### BRASIL: TRANSFORMAÇÃO DO SETOR DE TABACO NA DÉCADA DE 1990

#### Introdução

Neste capítulo trato particularmente do contexto brasileiro dos anos 90 e de como o setor de tabaco transformou-se durante este período, em que o Brasil integra-se de forma decidida ao processo de globalização da economia. Inicialmente, apresento (3.1) algumas idéias e informações sobre os processos de modernização e globalização no país, destacando as áreas agrícola e de saúde pública, a fim de contextualizar a abordagem do setor de tabaco. Trato em seguida de mostrar (3.2) a diversidade interna deste, apresentando alguns perfis de empresas e concluindo com um rápido exame da questão do contrabando de cigarros. Depois, procuro sinteticamente descrever (3.3) a trajetória do setor durante a década, mostrando suas oscilações, sua expansão combinada com encolhimento. Apresento também alguns quadros que mostram a importância do setor no âmbito da chamada *economia global de tabaco*, comparando produção e exportação entre países, com o propósito de situar o Brasil no contexto mundial. No tópico final (3.4), abordo criticamente alguns aspectos ideológicos do setor, expressos no discurso da Abifumo. No conjunto, procuro fazer neste capítulo um retrato e uma crítica que excluem (ou abordam apenas indireta e marginalmente) a principal empresa do setor no país, a Souza Cruz, justamente por ser esta o foco de atenção do cap. 5. Concentro-me especialmente no caso dos cigarros comuns e nas empresas instaladas na região sul.

#### 3.1. Aspectos da realidade brasileira: modernização e globalização

A periodização do capitalismo, proposta no cap. 1, associa a idéia de capitalismo desorganizado ao conceito de modernização, que está vinculado ao de desenvolvimento desde o final da 2ª Guerra Mundial, particularmente quando se trata de países periféricos e semiperiféricos (como o Brasil). O processo

multidimensional de globalização, que vai transformando o capitalismo desorganizado em capitalismo global, emerge sob o impacto de duas dinâmicas na periferia e semiperiferia: a) relativo fracasso de políticas de desenvolvimento ou modernização, que via de regra se revelam predatórias e promotoras de desigualdade social; b) transição das tecnologias da 2ª para as da chamada 3ª revolução industrial, com efeitos contraditórios, devido à defasagem tecnocientífica entre os países centrais e os da periferia e semiperiferia. Evidentemente que tal enfoque é bastante abrangente e que cada situação macrorregional (Leste Europeu, Ásia, América Latina, África, etc) guarda suas peculiaridades. Quero restringir-me aqui ao contexto brasileiro <sup>1</sup>.

### 3.1.1. Relativo fracasso das políticas de modernização

O Relatório do Brasil para a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, é bastante explícito quanto ao círculo vicioso da degradação social e ambiental que se estabelece, não como resultado de processos absolutamente independentes ou causais entre si, mas a partir de um estilo de desenvolvimento que “dispõe sobre os padrões de articulação entre os seres humanos, assim como entre estes e a natureza”. Corroborando a tese do PNUMA, o relatório afirma que há duas causas básicas para a crise ambiental – a pobreza e o mau uso da riqueza:

“Os pobres são compelidos a destruir, no curto prazo, precisamente os recursos nos quais se baseiam as suas perspectivas de subsistência a longo prazo, enquanto a minoria rica provoca demandas à base de recursos que em última instância são insustentáveis, transferindo os custos uma vez mais aos pobres” (Cima,1991:22).

Embora a economia industrial brasileira tenha sido considerada uma das mais dinâmicas no mundo depois da 2ª Guerra Mundial, o país não conseguiu, segundo o mesmo relatório, reduzir os níveis de desigualdade socioeconômica (Cima,1991:23) <sup>2</sup>.



O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estuda a distribuição de riquezas no Brasil utilizando como base a desigualdade média num período de doze meses. Sua fonte é a Pesquisa Média de Emprego (PME), do IBGE. A PME considera a renda domiciliar *per capita* (a soma das rendas de todas as pessoas da família dividida pelo número de membros) e por isso reflete o desemprego e o trabalho informal. Na década de 1960, apesar de a renda *per capita* ter crescido à taxa de 2,2% ao ano, a desigualdade também aumentou. Os 20% mais ricos concentraram mais riqueza, passando de 54% para 62%, e os 50% mais pobres passaram de 18% para 15% da renda. Na década de 70, a desigualdade aumentou com *menor* intensidade. A renda *per capita* cresce então 7%. Enquanto os mais ricos somam 1% à sua participação, os mais pobres perdem 1%. Na década de 1980 os 20% mais ricos aumentam novamente sua participação, de 63% para 65%, e os 50% mais pobres passam de 14% para 12%<sup>3</sup>. No quadro a seguir, vê-se números mais recentes:

**Quadro 9: Desigualdade social no Brasil: 1989-1995**

| Ano  | Crescimento médio anual da renda <i>per capita</i> | Parcela da renda dos 50% mais pobres | Parcela da renda dos 20% mais ricos |
|------|--|--------------------------------------|-------------------------------------|
| 1989 | +1,4%  | 11,8%                                | 62,4%                               |
| 1990 | -5,9%  | 12,3%                                | 62,7%                               |
| 1991 | -1,3%  | 13,6%                                | 60,2%                               |
| 1992 | -2,3%  | 12,9%                                | 61,3%                               |
| 1993 | +2,7%  | 12,2%                                | 62,2%                               |
| 1994 | +4,3%  | 10,4%                                | 65,7%                               |
| 1995 | +2,7%  | 11,6%                                | 63,3%                               |

Fonte: Ministério da Fazenda, IBGE. Charon (1999:227).

No início dos anos 90, há uma pequena redução da desigualdade (20% mais ricos perdem 1,1% e 50% mais pobres ganham 1,1%) até 1992. Entre 1993 e 1994, a desigualdade piora (os mais ricos aumentam 3,5% e os mais pobres perdem 1,8%). Em 1995 há uma redistribuição da renda: os ricos perdem 2,4% e

os pobres ganham 1,2%. Os 10% com renda mais elevada, segundo dados do IBGE até 1993, chegam a receber 2,7 vezes mais o que recebem os 10% com a *segunda maior* renda. Nos EUA essa diferença é de 1,5 vezes. Enquanto no Brasil os 10% mais ricos ganham 43 vezes o que os 10% mais pobres recebem, nos EUA a diferença é de 24 vezes (Charon,1999: 228). Um estudo mais recente do IPEA indica que o Brasil tem, em 1998, 78 milhões (50,2%) de pobres, pessoas com renda abaixo de R\$ 149,00 por mês, o mínimo considerado necessário para gastos básicos com comida, moradia e transporte. A participação dos 50% mais pobres na renda nacional baixou para 11,2% <sup>4</sup>.

Para contextualizar o exame da dinâmica do setor de tabaco, destaco a seguir o processo de modernização nas áreas agrícola e de saúde pública. No caso da agricultura, deve-se enfatizar a expansão da fronteira de cultivo e a introdução de técnicas de produção mais intensivas em capital. A área de estabelecimentos agrícolas praticamente dobrou entre 1950 e 1980. A concentração da propriedade da terra, as desigualdades e a ausência de mobilidade social do setor rural são fenômenos vinculados diretamente aos problemas econômicos, sociais e ambientais do país. No processo de modernização agrícola é clara a desigualdade tanto em termos regionais quanto em termos de tipos de culturas e estratos socioeconômicos dos estabelecimentos produtivos. Os complexos agroindustriais firmam-se como modelo:

“A estratégia de modernização significou a afirmação do modelo dos complexos agroindustriais, uma combinação da aplicação da ciência à agricultura com alterações profundas na organização da produção, e que resultou na supressão do distanciamento antes existente entre agricultura e indústria. Consolidou-se o sistema de pesquisas específicas para as condições tropicais, possibilitando aumentos significativos de produtividade” (Cima,1991: 31-32).

A modernização agrícola também favoreceu a concentração fundiária e a incorporação de pequenas propriedades a estabelecimentos de grande e de médio porte. Um outro efeito foi a minifundização: a proliferação do número de microestabelecimentos rurais, cuja área média foi progressivamente reduzida. Este último foi sem dúvida o caso das áreas cultivadas pelos fumicultores, particularmente no RS e em SC. A utilização crescente de adubos químicos e

agrotóxicos, a intensa e concentrada mecanização e as extensas monoculturas voltadas para o mercado externo causaram erosão e degradação das terras, além de impactos florestais, contaminação de rios e proliferação de pragas devido ao desequilíbrio ecológico. O êxodo rural, como efeito destes processos conjugados, leva ao agravamento de problemas urbanos, como a favelização, que por sua vez agrava os problemas de saúde pública.

Segundo o mesmo relatório de 1991, nas três décadas anteriores houve uma redução das taxas de mortalidade por doenças infecciosas em crianças menores de um ano, em função das campanhas de vacinação e da melhoria das condições sanitárias. Estas se concentraram no abastecimento de água potável – deixando o esgotamento e a destinação final do lixo em segundo plano. Também se concentraram nas áreas urbanas mais densas, em especial as capitais (Cima,1991:64,65).

No final dos anos 80 e início dos anos 90, há um recrudescimento de doenças que no Brasil já haviam sido extintas, como dengue e febre amarela. Doenças causadas por parasitas disseminam-se. Crescem as taxas de hanseníase, tuberculose, hepatite e doenças sexualmente transmissíveis. Diz o relatório:

“A malária apresentou 1.480 mortes em 1988 e 63,2 milhões de pessoas expostas. A esquistossomose teve cifras superiores a 40 milhões de indivíduos infectados e 7 milhões de vítimas. A dengue atingiu diversos aglomerados urbanos, chegando a 800 mil contaminados. O mal de Chagas, concentrado em verdadeiros bolsões, atinge 5 milhões de portadores e deixa 30 milhões de pessoas expostas. Esses processos endêmicos/epidêmicos não podem ser explicados apenas pela persistência de bolsões de pobreza, uma vez que configuram consequência direta da degradação ambiental e do próprio estilo de desenvolvimento vigente no país” (Cima,1991:65,66) <sup>5</sup>.

Transição epidemiológica, lenta e complexa. É o que ocorre, particularmente entre 1979 e 1990, no país. Em parte, como já disse, há uma melhora da infra-estrutura sanitária, o que reduz o número de mortes por doenças infecciosas em geral; mas há também aumento de longevidade e de mortes por doenças crônico-degenerativas. Sobrepõem-se as doenças de países periféricos

às de países industrializados, por um lado e, por outro, nota-se uma transição, muito diferenciada regionalmente, no sentido destas últimas, cujo tratamento é sabidamente muito mais complexo e caro, requerendo aparelhos sofisticados e alta especialização médica (Toledo,1998). Resultado: *a saúde pública torna-se crescentemente prisioneira da tecnociência*. E é claro que, quanto mais burocrático e centralizado é o sistema de saúde, maior é a distância entre a tecnociência e a prevenção das doenças.

A Constituição Brasileira de 1988 inscreve a saúde entre os direitos sociais, reconhecendo-a como um direito de cidadania estendido a todos os brasileiros. O SUS, regulamentado em 1990, é administrado segundo uma norma (NOB-93) que prevê a municipalização “semiplena” da saúde, atingindo pouco mais de 100 municípios – quando inicia o governo de Fernando H. Cardoso, em 1995. Neste mesmo ano, o então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Bresser Pereira, viaja à Inglaterra para conhecer o sistema gerencial implantado pelo governo britânico no *National Health Service*, baseado na descentralização, no controle pelo lado da demanda ao invés do controle pelo lado da oferta, e em um sistema de competição administrada entre os hospitais. Depois de um ano de discussões internas, o governo federal assume uma outra norma (NOB-96), pela qual o SUS deverá ser efetivamente municipalizado (Bresser Pereira, 1998: 254). Voltarei a este aspecto mais adiante.

Alegando falta de verbas, o governo FHC tem adotado na prática o modelo dos EUA (ver adiante) e não o britânico, restringindo assim sua ação à população de baixa renda mas de forma precária, já que o sistema está organizado em função da medicina curativa (80% do orçamento) e não da preventiva (Bresser Pereira, 1998: 260). Em 1995, o orçamento federal para o setor é de R\$ 18,347 bilhões, em 1996 cai para R\$ 15,944 bi, em 1997 sobe para R\$ 20,513 bi e em 1998 volta a cair para R\$ 19,643 bilhões (Biancarelli, 1998). Já a população, que é de 157 milhões em 1996, passa a 161 milhões em 1998 e a 169,5 milhões em 2000 <sup>6</sup> O crescimento anual é cada vez menor : de 1,93% entre 1980 e 1991 chega a 1,38% entre 91 e 96, sinalizando uma mudança positiva para a

administração pública (apesar da falta de uma clara política de estímulo ao planejamento familiar).

Cabe aqui fazer um breve complemento à introdução feita sobre tabagismo no cap. 1. De acordo com estimativas da OMS de 1998, há 1,1 bilhão de fumantes no mundo (1/3 da população global com mais de 15 anos), sendo que 800 milhões destes estão nos chamados países em desenvolvimento. O relativo declínio de consumo nos países centrais do capitalismo – com as exceções recentes do Canadá e da Suécia, contratendências que podem vir a tornar-se nova tendência – tem sido compensado pelo aumento do consumo nos periféricos e semiperiféricos desde meados da década de 1980 <sup>7</sup>. *Globalmente*, cerca de 47% dos homens e 12% das mulheres fumam, sendo que nos países da *periferia e semiperiferia* 48% dos homens e 7% das mulheres o fazem, enquanto nos *centrais* 42% dos homens e 24% das mulheres são fumantes <sup>8</sup>. Parece claro, por estes números, que há um grande potencial de mercado entre as mulheres, em especial nos países menos desenvolvidos. No Brasil estima-se que no final dos anos 90 cerca de 35 milhões sejam consumidores regulares de cigarros <sup>9</sup>. Há redução do consumo *per capita*, embora com aumento em certas camadas sociais (ver adiante). O Min. da Saúde, no final dos anos 80 (1988), apresentou percentuais de fumantes por região, no país: 40% no Norte, 31% no Nordeste, 38% na região Centro-Oeste, 41% no Sudeste e 42% na região Sul. Como já foi visto no cap. 1, esta última também é a que mais produz tabaco. Porto Alegre é a cidade dos maiores índices de câncer de pulmão no país. (INCa,1996). Pode-se constatar, em dados de 1994, que a proporção de mortes por neoplasmas é maior nas regiões Sudeste e Sul: 7,83% (Norte), 9,89% (Centro–Oeste), 11,93% (Sudeste) e 15,19% (Sul). A explicação destes números está, parcialmente, na transição epidemiológica acima referida. Na medida em que a longevidade aumenta em função das melhorias nas condições sanitárias, cresce também a visibilidade clínica de doenças tabaco-associadas. Nota-se que o câncer de pulmão, mais diretamente relacionado ao tabagismo, está em elevação, particularmente entre as mulheres. Há uma transição do perfil do consumidor, algo que ainda deverá ser melhor pesquisado. O INCa constata uma relação entre o poder aquisitivo e o consumo de cigarros: há um menor consumo nas

classes de maior rendimento familiar *per capita* (renda de mais de dois salários mínimos *per capita* por mês). “O maior consumo está na classe sem nenhum rendimento, com 25,4% dos indivíduos fumando. Essa diferença é, em grande parte, causada pela maior desinformação das classes sociais economicamente mais pobres e se repete em muitos países do mundo” (INCa, 1996:53). Exemplo disso constata-se nos presídios, nos quais o cigarro é a moeda corrente.

Entre jovens, incluindo os de classe média, o consumo também parece aumentar no Brasil : uma pesquisa do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, da UFSP, realizada entre 1993 e 1997, conclui que o percentual de adolescentes de 13 a 15 anos que já fumou algum cigarro na vida subiu de 24% para 32%. Uma pesquisa da Santa Casa de Misericórdia (RJ), com 800 fumantes, em quatro capitais, confirma esta tendência. Os brasileiros, dizem os pesquisadores, começam a fumar aos 13 anos, em média. O toxicologista Igor Vassilief, da UNESP, ao pesquisar as razões do consumo por meio de questionário distribuído entre adolescentes, concluiu que alguns fumam por curiosidade, outros por acreditar que “o tabaco não pode fazer tanto mal assim”. Em qualquer dos casos, trata-se de um “ritual de entrada na adolescência”<sup>10</sup>. Dados comparativos da OMS tornam as conclusões acima ainda mais dramáticas: os adolescentes que experimentam cigarros tendem a ficar dependentes em 99% dos casos, contra 50% se o consumo for de maconha e 12% se for de álcool. Mais exatamente, as pesquisas apontam para a dependência depois de seis meses de absorção regular de nicotina (Prestes, 2000: 72,73). A abordagem preventiva, sociologicamente complexa, especialmente entre os adolescentes, tornou-se foco das políticas antitabagistas em países como EUA e Canadá durante os anos 90. No Brasil, ainda há clara deficiência neste aspecto, cuja abordagem contraria a crescente dependência da saúde pública aos parâmetros tecnocientíficos (mais adequados aos tratamentos individuais de doenças degenerativas).

É importante destacar, como faz o INCa, que entre a população de menor renda uma grande parcela dos ganhos é gasta com cigarros, em detrimento de

outros itens prioritários, como a alimentação. Nisto está o aspecto socioeconômico do *consumismo*, enquanto na dependência orgânica de nicotina está o aspecto químico-biológico (ambos vinculados às estratégias de *marketing* e tecnocientíficas). Isto sem considerar os efeitos socioambientais. Em síntese: mais pobres (ou mais alienados), mais obstáculos no acesso ao sistema de saúde, menos informação, maior exposição a fatores de risco, entre eles o tabagismo – e o resultado é a *piora progressiva na qualidade de vida de uma ampla parcela da população*, paradoxalmente combinada com o *aumento da expectativa de vida da média da população*.

O economista Cristovam Buarque vê no sistema que chama de *economicista* o fator que faz da modernização um processo degradante da saúde pública. Os planos de desenvolvimento no Brasil “sempre contiveram um capítulo sobre a saúde, vista como um insumo para dinamizar a economia, e não, ao contrário, a economia como uma forma de criar a infra-estrutura necessária ao fortalecimento das condições de atendimento médico” (Buarque, 1998).

Os proprietários de hospitais, os médicos particulares e os sistemas de seguros de saúde com frequência são prisioneiros da lógica economicista, que toma a saúde como um problema de oferta e demanda de mercadorias. Torna-se conveniente, diz Buarque, manter um grau de doenças que dinamize a produção e o comércio de remédios, remunerar os investimentos em fábricas de equipamentos hospitalares e os próprios hospitais.

No Brasil, tanto quanto nos países industrializados, é hegemônica a lógica economicista em termos de saúde pública. Afirma-se que o sistema público entrava o desenvolvimento científico que os laboratórios e fábricas privadas criariam, a partir da concorrência entre eles. Defende-se uma *perversão organizativa da sociedade*, segundo a qual o avanço da ciência para a melhoria da saúde está vinculado ao aumento do lucro. Se a concorrência dinamiza descobertas também gera dispersão de recursos, com uma ineficiência superior àquela em que o processo científico é organizado diretamente pela motivação de encontrar soluções para as doenças. Buarque aponta o exemplo dos EUA: país

com maior liberdade empresarial na área médica, com maior movimento de gastos *per capita* com tratamentos médicos, sim, mas *não um país com uma população em condições favoráveis de saúde* (Buarque,1998:72).

Minha conclusão é que, via de regra, as políticas de saúde no Brasil, ao longo de sua história, têm desprezado aqueles que estão desempregados, subempregados, marginalizados do processo de produção, ou os trabalhadores de fácil substituição. As epidemias são toleradas quando ficam restritas aos bolsões marginalizados. As políticas preventivas são raras, salvo quando necessárias para evitar epidemias que possam atingir as elites.

Estes aspectos das políticas de modernização ou desenvolvimento são ilustrativos do capitalismo *desorganizado* no Brasil, embora esta denominação não seja muito adequada, pois é contraposta a do capitalismo dito *organizado*, que culminou com o Estado de Bem-Estar, enquanto no caso brasileiro isto nunca de fato ocorreu. Aqui, conforme reconhece Fernando H. Cardoso, só houve Estado de Mal-Estar. Além disso, o Brasil tem sido prisioneiro do que Cardoso chamou de “anéis burocráticos”, ou seja, “formas de acasalamento entre o estatal e o privado que não passam pelo controle da sociedade”. Na condição de presidente brasileiro, ele reconhece que “o que temos, então, é um Estado deformado pelo clientelismo, pelos interesses privatistas e pela incapacidade de atender bem a população” (Cardoso, 1998:288). Esta situação tem sido atenuada no setor de saúde durante a gestão do ministro José Serra (iniciada em abril de 1998), basicamente devido ao combate à corrupção – mas ainda falta muito para que se consolide a reforma administrativa iniciada em 1995. No box a seguir constam as idéias básicas desta no que se refere ao setor:



**Box 1: Diretrizes do governo FHC para o sistema de saúde pública**

“ (...) descentralizar a administração e o controle dos gastos com saúde, que serão distribuídos aos municípios de acordo com a população existente e não com o número de leitos; criar um quase-mercado entre os hospitais e ambulatórios especializados, que passam a competir pelos recursos administrados localmente; transformar os hospitais em organizações públicas não-estatais (*quangos* na Grã-Bretanha, organizações sociais no Brasil); e criar um sistema de entrada e triagem constituído por médicos clínicos ou médicos de família, que podem ser funcionários do Estado ou podem ser contratados pelo Estado e pagos de acordo com o número de pacientes que livremente se inscrevem em suas clínicas (como é o caso dos *general practioners* na Grã-Bretanha)”. (Bresser Pereira, 1998: 252).

No cap. 4, ao tratar das iniciativas do Min. da Saúde e do INCa no combate ao tabagismo, o processo de municipalização condicionado pela tecnociência e pelo economicismo, será examinado. Cabe agora tratar, ainda que brevemente, da transição tecnológica acima referida.

### 3.1.2. Transições tecnológicas no Brasil

Note-se (numa breve retrospectiva) que a 1ª Revolução Industrial, concomitante à ascensão da burguesia ao poder na Europa, consolidou-se entre 1820 e 1830 na Inglaterra, que a partir de então liberou suas exportações de capitais, de equipamentos e também a emigração de pessoal tecnicamente qualificado. O economista Wilson Cano observa que embora as bases técnicas desta 1ª revolução tenham sido relativamente simples, a chegada do novo modelo industrial ao Brasil levou mais de meio século, “somente se iniciando entre as décadas de 1870 e 1880 e consolidando-se entre as décadas de 1920 e 1930” (Cano, W., 1993:15).

A chamada 2ª Revolução Industrial, embora tenha sido realizada sob a hegemonia inglesa, foi acompanhada pelas futuras potências industriais – os EUA, o Japão e a Alemanha, além de outros países europeus, mas de forma menos clara. O ápice das mudanças ocorre durante a segunda metade do século XIX (particularmente entre 1870-1890), com uma radical transformação no

processo de industrialização: maior emprego da base científica com o desenvolvimento da física e da química; inovação do motor a combustão; uso de eletricidade; substituição do antigo padrão de livre concorrência com o surgimento da grande empresa, de trustes, cartéis e oligopólios; padrão tecnológico muito mais complexo; requisitos de grandes volumes de capital e escalas produtivas maiores. Destaca-se neste processo – que garante as condições de infraestrutura para a passagem ao capitalismo organizado nos países centrais – o capital financeiro, além de um “Estado estruturante, formulador e executor de políticas de industrialização” (Cano,1993:17).

A inserção do Brasil nessa 2ª Revolução Industrial também levou meio século e, por razões que não cabe aqui analisar, a consolidação desta levou outro meio século. Basta dizer que a partir da década de 30 o Estado brasileiro torna-se *estruturante*, ainda que de forma conservadora (gerando a chamada “modernização conservadora”). Assim pode ser sintetizada a crise deste processo:

“A crise da dívida e a retomada da hegemonia norte-americana a partir de fins de 1978 mostrariam as imensas dificuldades que se colocavam aos países subdesenvolvidos mais industrializados para continuarem avançando na industrialização. É preciso entender que estávamos, na verdade, *pegando a último bonde* da 2ª Revolução Industrial; que a economia internacional estava mostrando, já na segunda metade da década de 1970, que aquele sistema industrial nascido no século XIX e amadurecido ao longo da década de 1960 – chegara ao fim. Estava-se, portanto, diante do esgotamento do padrão de acumulação que se consolidou plenamente com o transplante do ‘sistema industrial americano’ para a Europa e Japão, entre 1950 e 1970” (Cano,1993:20).

A culminância da entrada do Brasil no padrão da 2ª Revolução Industrial ocorre entre 1968 e 1980, coincidindo com o agravamento das crises social, política, econômica e ambiental. A sociedade reage e durante toda a década de 1980 busca-se o “retorno à democracia”, enquanto o Estado autoritário e burocrático amplia o que acima designou-se como “anéis burocráticos”, passando a defender (ainda mais) interesses privados, setoriais e regionais. Em resumo, o país leva um século para completar sua entrada no padrão tecnológico da 2ª Revolução Industrial, o que ocorre com a instalação da indústria pesada.

Castells, ao estudar a chamada 3ª Revolução Industrial (apesar de não usar esta expressão, preferindo a de *Revolução da Tecnologia da Informação*), que emerge nos países centrais entre os anos 60 e a década de 70, com base na microeletrônica, na telemática, na robótica, na mecatrônica, na biotecnologia, nas telecomunicações, em energias renováveis e novos materiais, etc – afirma que a nova economia é global, informacional e está gerando um *modelo informacional de desenvolvimento*, que provavelmente caracterizará as futuras décadas (Castells,1999a:88). O autor aponta para uma *repolitização* no que chama de *capitalismo informacional* : a nova forma de intervenção estatal na economia une a busca de competitividade, produtividade e tecnologia (Castells,1999a: 107).

A década de 90, em que se dá uma abertura drástica da economia brasileira à competição global, evidencia o atraso do país em relação aos países centrais, na medida em que há a *imposição de um novo padrão tecnológico*, comandado pelas CTNs e sob o declínio do poder estruturante dos próprios Estados nacionais de países industrializados (problema minimizado pela formação de blocos econômicos como o NAFTA e a União Européia). Quanto maior a complexidade do padrão tecnológico, maior tende a ser a dificuldade dos países periféricos e semiperiféricos de adaptar-se e *gerar políticas industriais próprias*. No caso da 3ª Revolução Industrial, tem-se a combinação deste processo contraditório com a maior dependência em relação aos chamados atores globais, em particular as grandes CTNs. Embora potencialmente menos poluidora (mais flexível no trato com os ecossistemas), a tecnologia típica do novo padrão também é desempregadora, pelo menos no curto prazo e nas condições socioeconômicas brasileiras, exigindo forte investimento em educação e reciclagem profissional. No Brasil, tem-se portanto uma confluência de dois padrões tecnológicos, um que via de regra degrada o meio ambiente (2ª Revolução) e outro que reestrutura o perfil da empregabilidade (3ª Revolução), sendo que este último *está ainda longe de consolidar-se e é o mais complexo da história*<sup>11</sup>. Em síntese, o Brasil torna-se mais vulnerável aos efeitos sistêmicos da economia global e, portanto, do risco de ingovernabilidade global (Lacerda, 1998; Viola & Olivieri, 1997). Novos desafios e novas possibilidades de ação

socioambiental emergem, conjunta e contraditoriamente, na medida em que as políticas educacionais e de reciclagem profissional apresentam resultados positivos. As empresas do setor fumageiro, particularmente as maiores, investem fortemente nas tecnologias que lhes permitem acompanhar a 3ª Revolução Industrial, formando *redes estratégicas* (Castells,1999a: 173,174).

### 3.2. Diversidade interna: perfis empresariais

Neste tópico, tenho por objetivo apontar para a diversidade interna do setor de tabaco, apesar do amplo domínio da Souza Cruz. Pretendo apresentar alguns perfis de empresas e com isso mostrar a complexidade das forças sistêmicas ou redes estratégicas em exame. Para tanto, minha principal fonte é o Anuário Brasileiro do Fumo (edições 1997 e 1998), viabilizado pelas indústrias em acordo com o Grupo Gazeta de Comunicações, de Santa Cruz do Sul.

O setor fumageiro é composto por empresas de grande, médio e pequeno porte, havendo, somente nos três estados do sul do país, algo em torno de 77 estabelecimentos (armazéns), num total de 870 mil metros quadrados de área construída. São cerca 27 linhas de processamento de fumo, com capacidade de industrialização (em 1997) de 600 milhões de quilos de tabaco por safra. (Gazeta,1997:54). Em meados dos anos 90, a produção de variedades de fumo como o de corda e o para charuto voltaram a crescer na Bahia e em Alagoas, em função, principalmente, da demanda do mercado externo, o que contribui para complexificar ainda mais o setor.

*Dimon.* A empresa Dimon International, responsável pelas operações de tabaco dentro do Grupo Dimon Incorporated, tem sede em Danville, no Estado da Virgínia, EUA. No Brasil engloba três empresas – uma produtora e duas exportadoras de fumo, nas cidades de Vera Cruz, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires (RS). Portanto, não produz cigarros. Tem liderado as exportações de folhas, processando 124 mil toneladas na safra 96/97 e 98 mil em 97/98. Contratou 36,5 mil produtores dentro das regras do *sistema integrado* ( ver cap. 1) e concretizou

negócios na ordem de US\$ 315 milhões em 1996 e US\$ 331 milhões em 1997. A Dimon International, em 96, movimentou US\$ 2,126 bilhões. A participação da empresa no mercado nacional foi de 27% (depois de adquirir a Intabex, que produzia 5,5%). Em média, 20% da produção ficam no país, enquanto 80% são destinados ao mercado externo, para 38 países (pela ordem de importância da clientela: Europa, EUA, África e Ásia). A capacidade atual é de produzir 150 mil toneladas por safra. Em 97/98, ocupou 780 trabalhadores efetivos e 3,3 mil temporários <sup>12</sup>. (Este grupo foi formado em 1995, com a fusão de Dibrell Brothers Inc., que surgiu nos EUA em 1873, e Monk-Austin Inc., criada em 1989, quando a AC Monk adquiriu a Austin Company. Estas duas últimas surgiram no início do século, nos EUA. Há uma longa e complicada história de fusões e incorporações, parciais ou totais, no setor, particularmente nas últimas décadas, no processo de globalização) (Gazeta,1997:58, 60; 1998). Entre as estratégias de socialização dos agricultores, esta empresa tem utilizado a transmissão de programa de rádio – *A Hora do Fumicultor* – em várias cidades do RS (Dimon,1999).

*Universal Leaf Tabacos Ltda.* Esta empresa está no Brasil desde 1970, como subsidiária da *Universal Leaf Tobacco Company*, líder mundial em negócios de tabaco em folha, com sede em Richmond, Virgínia, EUA. Tal como a Dimon, *não produz cigarros*. A Universal tem quatro filiais de compras nos estados do sul e duas fábricas, uma em Santa Cruz do Sul e outra em Venâncio Aires. Conta com 35 mil produtores integrados e capacidade de processar anualmente 130 mil toneladas, empregando diretamente 850 pessoas e aproximadamente 4.200 trabalhadores temporários. Atende mais de 80 clientes, nos cinco continentes. Movimentou US\$ 329 milhões na safra 96/97 e US\$ 280 milhões na safra 97/98, com redução atribuída às chuvas e seus danos na lavoura. Mesmo assim, a participação no total das exportações brasileiras de fumo passou de 30 para 32%.

*Philip Morris S.A.* Segundo o Anuário Brasileiro do Fumo (1998), a Philip Morris é a maior empresa de bens de consumo não-duráveis do mundo, líder no setor de cigarros e a segunda maior na área alimentícia, estando presente em 180 países. Vende mais de três mil itens, entre chocolates Toblerone, Lacta, Bis,

Diamante Negro, Milka, sucos Tang, queijos Kraft e cervejas Miller (Exame, 1993: 100-102). Não produz fumo nem contrata produtores e sua prioridade é a exportação de cigarros, a partir de suas duas unidades industriais, uma em Curitiba e outra em Santa Cruz do Sul. Em 1997, produziu 70 bilhões de unidades de Marlboro, L&M, Dallas e Galaxy, sendo que 67% foram exportados. Já supera a Souza Cruz neste aspecto, pois exporta mais da metade dos cigarros produzidos no Brasil, tendo obtido US\$ 322 milhões do total de US\$ 565 milhões das vendas. O volume de investimentos no Brasil entre 1994 e 2002 estava previsto (até 1998) em US\$ 800 milhões, incluindo a área alimentícia (Kraft Lacta Suchard, ou seja, chocolate e sucos artificiais de frutas). Especificamente no setor de cigarros, a empresa já investiu US\$ 100 milhões na ampliação da fábrica de Curitiba, dobrando a produção anual de 25 bilhões de cigarros. Também em Santa Cruz do Sul a empresa tem feito investimentos, visando aumentar em 50% a capacidade produtiva. Entretanto, devido à queda nas exportações para o Leste Europeu, particularmente para a Rússia (instabilidade do mercado financeiro), a empresa demitiu 800 empregados no PR (quase metade dos 1,7 mil funcionários) em outubro de 1998, sofrendo um revés típico da vulnerabilidade sistêmica imposta pela globalização da economia. (Provavelmente o volume de investimentos até 2002 ficará aquém do projetado) (Pinheiro, 1998) <sup>13</sup>.

A participação da Philip Morris no comércio interno brasileiro tem oscilado entre 9 e 15%, tendo a Souza Cruz como principal concorrente (que detém cerca de 80% do mercado), além de outras três empresas de menor porte: Sudan (São Paulo), Cabofriense e Cibrasa (ambas sediadas no Rio de Janeiro). A Ciamérica, instalada em Venâncio Aires, também fabrica cigarros (com capacidade de produzir 130 milhões de unidades por mês), mas 90% são exportados. Ao contrário destas últimas, a Philip Morris conta com a extraordinária força mercadológica da marca Marlboro, que tem viabilizado a abertura de mercado no Leste Europeu, na África, na Rússia e na Ásia de um modo geral.

A marca Marlboro tem como características os comparativamente altos teores de alcatrão (14mg), de nicotina (1,2mg) e de monóxido de carbono (15mg).

O L&M *lights* contém, respectivamente, 8mg, 0,8mg e 11mg. No *marketing* de Marlboro, entretanto, o que é ressaltado é o sabor (*flavor*), além do mito do másculo e independente *homem de Marlboro* do oeste norte-americano. Além disso, as carteiras trazem uma informação sumária sobre os “ingredientes básicos”: “mistura de fumos, açúcares, papel de cigarros, extratos vegetais, agentes de sabor”. Há, entretanto, documentos secretos da indústria que, tornados públicos em processos judiciais, revelam a manipulação ilegal e tecnocientífica da nicotina e de outros produtos químicos por parte da Philip Morris, conforme se constata no *website* <http://ash.org/secret/manip.html> <sup>14</sup>.

É *paradoxal* – manifestação do que muitos chamam de pós-moderno, mas que talvez seja melhor denominar transmoderno – que a marca Marlboro, cotada em US\$ 49 bilhões em 1996 como a mais valiosa do mundo, tenha como base a tradição. Wagner Erne, gerente do grupo Marlboro (depto. da Philip Morris que cuida do *marketing* do produto), diz que “o caubói prima pela constância. Evoluiu a forma dos comerciais nos últimos anos, mas não mudaram os conceitos que queremos passar para o consumidor” (Gazeta, 1998). Segundo o Anuário do Fumo Brasileiro 1998, as campanhas publicitárias do produto, desde a década de 1950, estão centralizadas na “velha figura do caubói destemido, leal e aventureiro, amante da liberdade e do companheirismo”. A estratégia de associar o hábito de fumar Marlboro ao modo de vida e aos valores do vaqueiro americano tem como complemento a manutenção da embalagem lançada nos anos 50 (no Brasil, chegou em 1974). Recentemente, porém, a Philip Morris tem investido na associação do cigarro com outro tipo de aventura, nada tradicional mas ainda voltada à natureza: selecionou seis brasileiros (mobilizando na seleção cerca de 30 mil pessoas) para o *Marlboro Adventure Team*. O produto foi então associado a aventuras radicais de integração com a natureza, como descer corredeiras em botes infláveis, vencer caminhos íngremes de motocicleta, escalar montanhas, participar de um rali de jeeps e cavalgar por trilhas históricas. A política cognitiva neste caso parece pretender ocultar o fato de que quanto mais radical o esporte mais incompatível o mesmo é com as substâncias tóxicas, ou seja, entrópicas e que portanto conduzem à auto-eco-desorganização (Sacchetta,1998). A

publicidade indireta também inclui o patrocínio de equipes de automobilismo e a inserção de cenas em que aparecem cigarros, nos filmes. (Ver cap. 5).

Conforme antecipei ao final do cap. 1, no dia 13.10.1999 a empresa inaugurou um novo *site* na Internet ([www.philipmorris.com](http://www.philipmorris.com)) reconhecendo que “existe um consenso médico e científico de que fumar pode causar câncer de pulmão, enfisema, problemas cardíacos e uma série de outras graves doenças”. E também que “os fumantes têm muito mais chance de desenvolver essas doenças que os não fumantes”. No entanto, em entrevista para a revista Trip, o vice-presidente da empresa no Brasil, Clodoaldo Celentano, afirma que “a empresa não assumiu [os malefícios do cigarro], apenas revelou aos consumidores e ao público em geral o que a comunidade científica fala a respeito do produto que produzimos” (Cedroni & Sousa, 1999). A questão é controversa, envolvendo um jogo de palavras – bem ao estilo das estratégias simbólicas da indústria de tabaco em geral. A revista Trip, acompanhando parte da mídia, levantou a suspeita de que se trata de “manobra jurídica”: “assumindo os males de seu produto, a empresa tem a seu favor o álibi perfeito para responder futuros processos na Justiça” (Cedroni & Sousa, 1999). Álibi perfeito? Talvez seja melhor aguardar as futuras decisões judiciais para chegar-se a uma conclusão. A propósito, em 1999 a Philip Morris teve que pagar, segundo a mesma fonte, US\$ 81 milhões à família de um norte-americano que fumou 42 anos e morreu de câncer no pulmão (tendo esta sido considerada a maior indenização da história).

Em termos globais (é imperativo ampliar o enfoque quando se trata de Philip Morris) a empresa tem crescido em faturamento, encolhido em termos de número de funcionários e perdido posições no *ranking* das 500 maiores CTNs – no que se refere a vendas. Em 1997, posicionou-se como 29<sup>a</sup> e em 1998 como 27<sup>a</sup> no *ranking* global da revista *Fortune* em termos de pagamento de tributos (US\$ 57,813 bilhões em 1998). O quadro a seguir facilita a comparação de alguns destes dados:



**Quadro 10: Transformação da Philip Morris no mundo na década de 1990**

| Item/ano               | 1992            | 1995 | 1996            | 1997 |
|------------------------|-----------------|------|-----------------|------|
| Faturamento global*    | 50,2            | 64,1 | 68,9            | 72   |
| Vendas*                | 48,1            | ---  | ---             | ---  |
| Funcionários**         | 166             | 150  | 150             | 150  |
| Ranking Fortune 500*** | 15 <sup>a</sup> | ---  | 31 <sup>a</sup> | ---  |

Fontes: Revista Fortune (1992 e 1996); Anuário Brasileiro do fumo (1997 e 1998).

\* Em US\$ bilhões; \*\* Em milhares, aproximadamente; \*\*\* Em termos de vendas.

*Meridional de Tabacos.* Esta tradicional fumageira de Santa Cruz do Sul vem sendo transnacionalizada ao longo dos anos. No fim da década de 1990, a Seita, indústria de cigarros francesa, que controlava a maior parte da Meridional, fechou acordo com a Standard Commercial Corporation, dos EUA, para que esta passasse a administrar a empresa brasileira juntamente com os sócios locais. A Standard, terceira maior exportadora de fumo em folha do mundo, já atuava no Brasil há 26 anos, mas apenas como agente exclusivo da Souza Cruz na exportação de fumo (por intermédio de sua subsidiária, a Trans-Continental). Com o acordo transnacional, a Meridional estima crescer entre 10 e 15%, partindo do contrato que já tem com cerca de 7 mil produtores diretos e com empresas fornecedoras, como Intab e Tabacos Rio Pequeno. Negociando entre 25 e 27 mil toneladas, a empresa destina 80% do produto para o mercado externo. (Gazeta, 1997:68). Este caso é bastante ilustrativo do impacto da globalização econômica no setor : *mais investimentos, mais produção, mais exportação.*

*Kannenber & Cia Ltda.* Empresa familiar de capital nacional, a Kannenberg surgiu e atuou durante 50 anos no município gaúcho de Sinimbu, até transferir-se, em meados dos anos 90, para Santa Cruz do Sul, planejando investir US\$ 9 milhões. Deste total, US\$ 5 milhões já foram investidos até 1998, em 30 mil metros quadrados de suas novas instalações – para recebimento, manuseio e estocagem de fumo cru e industrializado. A empresa conta com 4,5 mil fumicultores nos três estados do sul do país. Em 1996, adquiriu 13,5 mil toneladas. Cerca de 80% do produto é destinado ao mercado externo, envolvendo todos os continentes (Gazeta, 1997:70; 1998).

*Continental Tobaccos Alliance S.A* . A CTA é fruto da expansão globalista do setor. Estabelecida no município gaúcho de Venâncio Aires desde 1994, é uma das mais novas empresas do complexo industrial fumageiro do sul do país. Conta com um parque fabril de mais de 40 mil metros quadrados, instalados em uma área de 17 hectares. O crescimento da empresa é vertiginoso, apesar de um revés na safra 97/98, em função das chuvas. Exporta para mais de 20 países, entre os quais estão Uruguai, EUA e Canadá. Veja-se quadro a seguir:

**Quadro 11: Crescimento da Continental Tobaccos – 1994 a 1998**

| Safra | faturamento* | funcionários | produtores |
|-------|--------------|--------------|------------|
| 94/95 | US\$ 13      | 435          | -----      |
| 95/96 | US\$ 42      | 880          | -----      |
| 96/97 | US\$ 62      | 1.391        | 6.740      |
| 97/98 | US\$ 60      | 1.591        | 7.461      |

Fonte: Anuário Brasileiro Fumo, 1997, 1998. \* Em milhões de dólares.

Esta empresa registra investimentos de US\$ 25 milhões de dólares, atua principalmente na exportação e tem processado cerca de 20 mil toneladas de fumo por safra (22 mil na de 96/97 e 19,5 mil na de 97/98). Utiliza como estratégia de *marketing* alguns benefícios sociais como, por exemplo, alimentação no local de trabalho, assistência médica e hospitalar completa, ambulatório, creche e auxílios para empregados que queiram dar seqüência aos estudos.

Embora a noção de *marketing* tenha surgido vinculada à satisfação de clientes, Semenik & Bamossy mostram que a “estrutura para atividades de *marketing*” tem sido ampliada, conforme os interesses das empresas, incluindo desde produtores primários, prestadores de serviço, agências de pesquisa, atacadistas, distribuidores, varejistas, etc (Semenik & Bamossy, 1995:26). As próprias pesquisas de mercado são transformadas à medida em que avança o processo de globalização, e a imagem pública das empresas é um item cada vez mais relevante. A lista de benefícios sociais da CTA pode ser interpretada como uma *política cognitiva* que visa persuadir seus clientes globais quanto à sua estabilidade no mercado e atrair funcionários qualificados (visando ganhos com a

tecnociência) num ambiente muito competitivo (região fumicultora de Santa Cruz do Sul).

*Brasfumo*. Empresa de capital nacional também instalada em Venâncio Aires, começou a despontar em 1993, ao adquirir uma linha de debulhação e deixar de ser apenas fornecedora de tabacos para terceiros (o que aliás sinaliza a limitação de mercado a que estão sujeitos os agricultores). Conta com 2,5 mil produtores integrados na região sul do país. Nos anos 90, seguindo o rumo da globalização, passou a exportar mais do que a negociar no mercado nacional: em 1995, comercializou US\$ 14 milhões no Brasil e US\$ 5 milhões no exterior ; em 1996 as vendas chegaram a US\$ 15,5 milhões no país e a US\$ 7 milhões com as exportações; em 1997 caíram para R\$ 10 milhões no mercado interno e subiram para US\$ 10,5 milhões no externo. A Brasfumo dispõe de área construída de 25 mil metros quadrados e capacidade de processar 15 mil toneladas. Em 1998 empregava 102 funcionários efetivos e 390 temporários, ou safristas, cuja maioria é constituída de mulheres (Silveira, R.,1997).

*Sul América Tabacos S. A .* Esta empresa atua desde o início da década de 1990 no mercado brasileiro e internacional, tendo como maior empreendimento a produção de fumo com o *sistema integrado*. Mas sua característica diferenciadora em relação às anteriores está na diversificação, embora seja uma empresa de pequeno porte e recente no setor. Em 1997, a Sul América comercializou 10,5 mil toneladas de tabaco, tendo adquirido a produção de 3 mil agricultores no RS e em SC. Sua matriz localiza-se em Florianópolis; possui unidade produtiva em Rincão Del Rey, interior de Rio Pardo (RS), em área de 56 mil metros quadrados, com uma usina cuja capacidade de processamento é de 40 mil toneladas; as outras unidades produtivas estão instaladas em Taió e Braço do Norte, em SC. A empresa, seguindo o exemplo das maiores do setor, emprega equipe técnica que atua com programas de reflorestamento e conservação do solo.

Nos últimos anos a Sul América tem investido na importação de alimentos (geléias, aspargos e cerejas) da Espanha, num projeto de fruticultura e também

na área de comunicação, na qual atua como provedor de Internet (Gazeta, 1997:78).

*Comercial de Tabacos Natura, Intab e outras.* Em geral, pequenas empresas do setor, na região sul, atuam utilizando o sistema de produção integrada, mas entregam o seu produto a alguma das empresas maiores por não disporem de instalações próprias para o processamento.

O beneficiamento e a comercialização de fumo desfiado é uma das atividades da Comercial de Tabacos Natura (CTN), de Santa Cruz do Sul. Criada em 1991, a CTN absorve a produção de 320 famílias do RS, cerca de 400 toneladas por safra. O faturamento em 96/97 foi de aproximadamente US\$ 30 milhões. Sua atuação implica basicamente na aquisição de tabaco industrializado – destalado mecanicamente ou manocado (ou seja, em feixes) – também junto a outras empresas do setor para oferecê-lo, posteriormente, aos seus próprios clientes ou para industrializá-lo com propósito de venda sob a forma desfiada.

A Intab, indústria de Tabacos Agropecuária, instalada há dez anos no Vale do Sol (RS), recentemente firmou parceria com a Meridional, mas já tem 600 produtores integrados, que produzem cerca de 2.300 toneladas. Na safra 96/97, faturou US\$ 5 milhões com o fumo picado, sua especialidade, um tipo de fumo próprio para enrolar o cigarro manualmente. Entre 3 e 5 mil quilos deste tipo de fumo são comercializados pela Intab todo mês em atacados, na região sul do país.

O fumo chamado “picado” é amaciado no sereno ou num cilindro a vapor, passa na guilhotina e é esterilizado no secador, para depois ser desfiado. O mercado deste tipo de fumo conta com *mais de 30 empresas legalizadas* no RS, movimentando cerca de um milhão de reais por mês – *mas sem fazer parte das estatísticas oficiais, por ser em parte marginal, dispondo de grande número de vendedores clandestinos e por se prestar à sonegação de impostos.* As vendas são feitas principalmente no RS, mas também em SC e PR. Estima-se que a produção alcance entre 3,5 a 4 milhões de quilos por ano (Gazeta,1997:48). Este

tipo de fumo vem fazendo declinar a produção do chamado fumo em corda, que precisa ser picado com faca ou canivete, além de desfiado manualmente. Ambos sofrem, nos anos 90, a concorrência do cigarro contrabandeado do Paraguai, em função do preço menor deste.

Criada em 1995 e localizada em Sinimbu (RS), a Tabacos Rio Pequeno (TRP) é uma das empresas mais recentes do setor. Atuando apenas no RS, a firma comercializou em 96/97 1.700 toneladas de fumo, sendo o total canalizado para a Meridional. A Industrial Boettcher de Tabacos Ltda, também de Sinimbu, atua desde 1997 no fomento à produção e na comercialização do tabaco em folha, tendo 600 agricultores integrados, com uma produção de aproximadamente 2.400 toneladas.

*Suerdieck, Menendez Amerino e Dannemann.* Embora o foco deste trabalho esteja nos cigarros e não nos charutos, cabe fazer uma síntese sobre o perfil das três tradicionais fábricas de charutos da Bahia. No total, as três produziram em 1998 cerca de 14,5 milhões de charutos e cigarrilhas. A Dannemann, presidida pelo holandês Hans Leusen, é a mais antiga do Brasil, tendo mais de 120 anos de história. A empresa fabrica anualmente um milhão de unidades e a maior parte é destinada à exportação. Compete em qualidade no mundo inteiro. A Suerdieck produz cerca de 9 milhões ao ano, destinando 80% ao mercado nacional e 20% ao exterior. A Menendez Amerino produz cerca de 4,5 milhões unidades anualmente, mas recentemente investiu US\$ 1,75 milhão na ampliação de sua fábrica, capacitando-a a produzir 7,5 milhões de unidades. A tendência do mercado, segundo empresários do setor, é de *crescimento estável*, apesar da estagnação (considerada temporária) do consumo de charutos nos EUA. Outra tendência é a mecanização, mas para as indústrias instaladas no Brasil a fabricação manual “ainda é vantajosa”, diz Hans Leusen, “e não há perigo de desemprego”. No mundo são produzidos de 10 a 15 bilhões de charutos por ano e do total apenas 500 milhões são feitos manualmente – no Brasil, em países da América do Sul e Caribe. A mecanização do produto já existe desde o início do século XX, na Europa e nos EUA (Gazeta,1998).

*Contrabando.* Este é outro aspecto a ser destacado, que denota a diversidade e a complexidade do setor. Na década de 90 o problema tornou-se agudo particularmente entre Brasil, Paraguai, Suriname, Uruguai, China e Trinidad e Tobago. Em janeiro de 2000 surgem diversas notícias sobre contrabando na Grã-Bretanha e no Canadá. O quadro a seguir mostra o crescimento do comércio ilegal em comparação com o consumo no mercado brasileiro, com o mercado formal e com a arrecadação de impostos:

**Quadro 12: Contrabando, consumo interno, mercado formal e tributos**

| Ano  | Consumo* | Contrabando* | Mercado formal* | Impostos** |
|------|----------|--------------|-----------------|------------|
| 1991 | 156,4    | 0,0          | 156,4           | ----       |
| 1992 | 128,2    | 0,4          | 127,8           | 2,9        |
| 1993 | 129,2    | 9,9          | 119,3           | 3,0        |
| 1994 | 128,7    | 19,6         | 109,1           | 3,3        |
| 1995 | 144,8    | 25,4         | 119,4           | 4,3        |
| 1996 | 151,2    | 33,8         | 117,4           | 5,0        |
| 1997 | 152,0    | 41,2         | 110,8           | 4,6        |
| 1998 | 150,0    | 52,5         | 97,5            | ----       |

Fontes: Revista Istoé, 2/9/1998 (Receita Federal, Abifumo, Souza Cruz e Philip Morris). \*Bilhões de cig.; \*\* Bilhões de dólares; dados de 1998 são estimados.

Considerando-se o comércio ilegal, nota-se que o *consumo interno de cigarros manteve-se mais ou menos estável, com ligeiro declínio*. O decréscimo no mercado formal ficou em torno de 37,7% e no conjunto (formal e informal) foi de 2,9%, segundo o quadro acima. Entretanto, neste caso não são considerados os charutos e as cigarrilhas (principalmente as de procedência oriental, com altos teores de nicotina e alcatrão), que se tornaram moda entre jovens nos anos 90<sup>15</sup>. No Anuário Brasileiro do Fumo 1997, a Abifumo estima que o contrabando atingiu 35% e na edição seguinte a entidade reduz a estimativa para 30% dos cigarros consumidos no país. A Receita Federal também calcula que 30% entraram pela fronteira ilegalmente, gerando uma evasão fiscal superior a R\$ 1 bilhão<sup>16</sup>. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas, encomendado pelo INCa, aponta uma redução de 53,04% no consumo entre 1987 (1.838 cigarros por pessoa) e 1999

(975 unidades), no mercado formal, enquanto que, considerando-se o contrabando, o declínio foi bem menor : em 1996, 1.690 cigarros por pessoa, em 1997, 1.657, em 1998, 1.576 e em 1999 – 1400 (FGV, 1999).

As principais portas de acesso do contrabando de cigarros para o Brasil são: a) Paraguai, Ciudad del Este. Comércio de imitações e falsificações de marcas brasileiras, cigarros estrangeiros e brasileiros para exportação; b) Uruguai, Rivera. Cigarros uruguaios das marcas Broadway e Calvert, chegando a 3,5 bilhões de unidades/ano, são vendidas no nordeste brasileiro e no centro-sul por preços mais baixos que os de marcas nacionais; c) Trinidad e Tobago. No dia 16.07.1998, a Receita Federal apreendeu no porto de Paranaguá (PR) cinco contêineres de cigarros contrabandeados deste pequeno país do Caribe, que somente neste ano comprou US\$ 8 milhões para revender; d) China. Via Ucrânia, Zona Franca de Manaus, Chile e Paraguai – chegam falsificações de marcas da Souza Cruz; e) Suriname/Arruba. Via Porto de Belém, transitam cigarros venezuelanos e também brasileiros, que depois retornam com preços mais baixos (Evelin, 1998).

Há interações entre múltiplas variáveis condicionando esse tipo de ilegalidade: a variação cambial, o aumento do desemprego (que se traduz no aumento do número de sacoleiros), as diferenças de preços e de carga tributária entre os países, as diferentes políticas de exportação (taxas que as inibem ou estimulam), interesses empresariais visando pressionar o governo para que este reduza impostos e competição empresarial. Apesar de sofrer a concorrência de cigarros estrangeiros, pirateados ou falsificados, *a indústria do tabaco é uma das principais beneficiárias do contrabando*. Estima-se que 60% dos cigarros comercializados ilegalmente no Brasil sejam produzidos em território brasileiro, que saem e retornam clandestinamente. A Receita Federal suspeita que parte dessas exportações nem chegue a sair do país, sendo apenas vendas fictícias para o exterior. Como até 1998 a exportação de cigarros não era tributada, os fabricantes tinham na operação de ida e volta um lucro de mais de 70%, referentes à isenção de pagamentos de IPI, ICMS e PIS/Cofins. O presidente da

Souza Cruz, Flávio de Andrade, admite: “A operação de exportação e retorno ilegal acaba se constituindo, infelizmente, no único mecanismo de defesa das indústrias de fumo contra a invasão de produtos de outros países” (Evelin,1998:102). Embora as exportações das grandes CTNs instaladas no Brasil sejam, em princípio, consideradas legais, o volume de importações feitas por alguns países da América do Sul, Central e Caribe mostra que essas compras têm o propósito claro de converter-se em contrabando. Como exemplo, pode-se mencionar o caso mais grave: com uma população de cinco milhões de habitantes, o Paraguai importa (até 1998) 18 bilhões de cigarros brasileiros por ano, quase seis vezes mais do que o que os fumantes paraguaios consomem.

O contrabando, enfim, é um fator de complexificação tanto das políticas fiscais quanto das políticas de controle do tabagismo, inclusive porque os cigarros falsificados geralmente têm maiores teores de nicotina e alcatrão, e atingem predominantemente a população de mais baixa renda, mais baixos níveis de informação e de saúde. *O contrabando, tradicional no setor de tabaco e particularmente na América Latina, está longe de ser um problema solucionado*, ainda que tenha sido minimizado com a desvalorização cambial do real frente ao dólar em janeiro de 1999 e a imposição de tributos de exportação de 150% para os países vizinhos e do Caribe.

Há crescentes evidências de que o estímulo ao mercado clandestino faça parte das estratégias das CTNs do tabaco para forçar a baixa da carga tributária ou mesmo como forma de competição *inclusive em países do centro do sistema capitalista*. Exemplos disso estão em [www.ash.org.uk/smuggling/](http://www.ash.org.uk/smuggling/), *website* da ASH (*Action on Smoking and Health*, de Londres), que divulga análise de documentos internos da BAT, concluindo que os mesmos evidenciam *negócios ilegais há décadas* coordenados e promovidos por dirigentes de alto nível da empresa. Revelam-se inclusive códigos e modalidades de operações <sup>17</sup>. Outro exemplo é a detalhada matéria da revista *The Gazette* (Montreal), em 18.12.1999, escrita por William Marsden, sobre o envolvimento das maiores empresas do setor no Canadá (RJR-Macdonald, Rothmans Benson & Hedges e Imperial Tobacco) com



o mercado ilegal, durante a década de 90<sup>18</sup>. A polícia dos EUA informa que as indústrias têm vendido bilhões de dólares em cigarros no mercado clandestino, sendo que, entre 1987 e 1997, o contrabando triplicou naquele país<sup>19</sup>. Além disso, a Philip Morris e a BAT já foram denunciadas por unirem forças secretamente a fim de dividir mercados na Argentina, Venezuela e outros países da América Latina, de acordo com documentos internos das próprias empresas<sup>20</sup>. Todo esse conjunto de denúncias e revelações de documentos internos emerge na década de 1990 como material a ser analisado pelos cientistas -- não como verdades definitivas.

### 3.3. Expansão e encolhimento

Meu objetivo principal nesse trabalho tem sido explicar as estratégias de modernização e crescimento global da indústria de tabaco, o que não significa dizer que tais estratégias têm obtido êxito, necessariamente. Examinei no cap. 2 o conceito de modernização e no tópico 3.1 apontei alguns resultados da aplicação do mesmo nas políticas públicas. Agora cabe examinar alguns resultados e aspectos da modernização pretendida pelo setor de tabaco no Brasil nos anos 90. Para tanto tomarei como referência principal os relatórios anuais da Abifumo.

Em 1979, foi fundada no Rio de Janeiro a Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo), com a “finalidade de congregar e defender os interesses da categoria fora do âmbito sindical, no campo nacional e internacional”<sup>21</sup>. A trajetória do setor sob a coordenação desta entidade é sintetizada por seu presidente, Nestor Jost :

“Em 1979 as indústrias fumageiras, perseguindo objetivo comum, fundaram a Abifumo com o propósito de fortalecer suas atividades e unir esforços visando ao revigoramento do setor. O constante aperfeiçoamento da lavoura, destacando a defesa ambiental, os investimentos substanciais nas instalações de beneficiamento e tratamento da matéria-prima e a modernização permanente das linhas de produção industrial garantiram a crescente presença do fumo e dos cigarros, bem como dos charutos brasileiros, em volume e valor, nos mercados mais exigentes. No cumprimento das funções sociais, que competem às empresas agindo solidariamente, o setor garantiu, com assistência técnica adequada, o

aumento da produção e a melhoria da qualidade, assegurando o emprego de mão-de-obra justamente remunerada nos minifúndios, de onde provém a matéria-prima. Com perfeito entrosamento e ação harmonizada das empresas com a Afubra, a Abifumo e os Sindicatos da categoria, foi possível consolidar a destacada estabilidade e continuidade nos fornecimentos. (...)" (Abifumo, 1999:03).

Do discurso acima pode-se deduzir que a modernização pretendida tem aspectos ambientais, tecnológicos e socioeconômicos. Em princípio, o setor estaria interessado em defesa do meio ambiente, em avanço tecnológico e em cumprir funções socioeconômicas. Isto resultaria em revigoramento do setor, continuidade e estabilidade do fornecimento de matéria-prima de qualidade, o que possibilitaria a competição nos "mercados mais exigentes". Para tanto, a coalização de interesses que resultou na criação da Abifumo deveria estender-se entre todas as entidades representativas do setor. De fato, nas últimas duas décadas houve crescimento, na maioria dos números, apesar das oscilações. O retrato estatístico da década de 1990 é o seguinte:

**Quadro 13: Quadro geral do setor de tabaco no Brasil na década de 1990 segundo Abifumo**

| Item/ano                              | 90            | 91       | 92       | 93       | 94            | 95        | 96        | 97        | 98        |
|---------------------------------------|---------------|----------|----------|----------|---------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Mil ton. folhas                       | 449           | 530      | 583      | 456      | 450           | 450       | 535       | 450       | 555       |
| Produtores (Milhares)                 | 140           | 208      | 209      | 189      | 156           | 140       | 209       | 220       | 210       |
| Prod. cig. (Bilhões)                  | 173           | 176      | 153      | 149      | 164           | 174       | 182       | 182       | 170       |
| Cig. exp. (Bilhões)                   | ----          | 19,9     | 25,9     | 29,7     | 54,8          | 54,9      | 63,3      | 72        | 73        |
| Total ** exportado (US\$ FOB)         | 623 (milhões) | 818 (mi) | 981 (mi) | 900 (mi) | 1,02 (bilhão) | 1,17 (bi) | 1,51 (bi) | 1,65 (bi) | 1,55 (bi) |
| % das exp.bras.                       | ----          | 2,59     | 2,71     | 2,32     | 2,34          | 2,52      | 3,17      | 3,14      | 3,05      |
| Faturam. (US\$ bi)                    | ----          | 4,2      | 5,8      | 5,8      | 7,3           | 8,9       | 10,0      | 8,0       | 7,5*      |
| Área plantada (Mil ha)                | ----          | 317      | 346      | 277      | 250           | 216       | 307       | 313       | 333       |
| Pessoas vinculadas ao setor (Milhões) | 3,7           | 2,7      | 2,7      | 2,5      | 2,5           | 2,5       | 2,5       | 2,5       | 1,6*      |

Fonte: Elaboração a partir de relatórios anuais da Abifumo. \* Estimativa. \*\* O total exportado refere-se à soma das exportações de fumo em folha e de cigarros. OBS.: Por razões de espaço, os números estão arredondados; FOB = Free on board, ou seja, livre de frete.

Os dados sobre impostos da revista *Istoé* diferem dos números da Abifumo talvez porque nestes incluem-se montantes relativos aos charutos e cigarrilhas:

**Quadro 14: Comparação dos valores arrecadados em tributos pelo setor \***

| Ano          | 91  | 92  | 93  | 94  | 95  | 96  | 97  | 98  |
|--------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Abifumo      | 3,1 | 3,5 | 3,4 | 4,8 | 5,7 | 6,2 | 5,2 | 4,5 |
| <i>Istoé</i> | --- | 2,9 | 3,0 | 3,3 | 4,3 | 5,0 | 4,6 | --- |

Fonte: Relatórios Anuais da Abifumo e Revista *Istoé*, 02.09.1998

\* Em US\$ Bilhões. O valor de 1998 é estimado pela Abifumo.

A seguir, faço uma retrospectiva do setor de acordo com os relatórios anuais da Abifumo, destacando apenas aspectos mais relevantes.

1990: este é um dos melhores anos para as indústrias, com o segundo maior consumo de cigarros em toda a história no país e a maior produção de fumo em folhas. As exportações batem recordes. O número de pessoas vinculadas direta ou indiretamente ao setor cresce, atingindo 3,7 milhões. A Abifumo desmembra este total da seguinte forma: lavoura, 140 mil proprietários, totalizando 900 mil ocupações; 300 mil pontos de vendas, também com 900 mil ocupações; indústria, 30 mil empregos; dependentes, 1.800.000; atividades coligadas, 30 mil empregos (Abifumo,1991). Estes números estão, a meu ver, superestimados, pois além de totalizarem 3,66 milhões e não 3,7 é algo irreal imaginar, por exemplo, que para cada ponto de venda haja três pessoas ocupadas.

1991: apesar da conjuntura interna desfavorável às atividades econômicas em geral, o ano foi de avanço para o setor. A Abifumo chama a atenção para os novos investimentos nas lavouras, visando as exportações, já que a “demanda interna está relativamente estabilizada”. Comemora-se a liberação interna dos preços dos cigarros, algo que “se refletirá, seguramente, no reaparelhamento e na modernização da indústria, capacitando-a para novos avanços” (Abifumo,1992). Note-se que esta medida, durante o governo Collor, contraria as orientações da OMS e segue o receituário neoliberal. O número de pessoas vinculadas ao setor é reajustado para 2,7 milhões.

1992: a Abifumo novamente ressalta os bons resultados do setor apesar da “difícil conjuntura interna recessiva”. Afirma que “aumentou o número de produtores no campo e de operários nas fábricas”, mas mantém o total de pessoas vinculadas em 2,7 milhões. Apesar da “concorrência mais aguerrida de outros centros produtores”, crescem as quantidades exportadas e os valores. A Abifumo destaca também as alterações do comércio internacional decorrentes da assimilação dos mercados da Europa Oriental e da integração na economia

mundial de importantes países asiáticos. O setor procura, então, “novos mercados” (Abifumo, 1993).

1993: as indústrias sofrem “sérias dificuldades por causa do excesso de matéria-prima no mercado mundial, coincidente com a safra recorde colhida no país”. A produção supera o consumo e o resultado é a formação de estoques estimados em 20%, em termos mundiais. A política do setor para a próxima safra prioriza a *redução* das áreas plantadas no Brasil e nos principais países produtores, com exceção dos EUA. As vendas internas de cigarros decrescem, mas as exportações em parte compensam-nas. O cigarro, mais do que o fumo em folha, é um produto que tem no exterior uma concorrência acirrada, o que exige, no Brasil, grandes investimentos tanto na lavoura quanto no parque industrial. Nestor Jost afirma que “o setor, que tem condições naturais de competitividade, certamente teria melhor posição internacional se fosse reduzida a pesada carga tributária que incide sobre as exportações e consumo interno, que seria compensada pelo aumento da produção” (Abifumo, 1994).

1994: o setor atinge, pela primeira vez, exportação de fumo, cigarros e charutos superior a 1 bilhão de dólares, representando 2,3% do total das vendas externas do país. A Abifumo destaca a crescente relevância da produtividade da lavoura e observa que a indústria de processamento de folhas e fabrico de cigarros e charutos “continua investindo firmemente na modernização tecnológica” (Abifumo, 1995). Como se vê no quadro 13 (geral) há neste ano redução da área plantada (de 277 mil ha para 250 mil ha) e do número de produtores (de 189 mil para 156 mil), mas também um aumento do faturamento do setor (de US\$ 5,8 bilhões para US\$ 7,3 bilhões). *Expansão com encolhimento: resultado da “modernização tecnológica” ? Em parte, sim.*

1995: a Abifumo destaca que diversos fatores, especialmente a seca incomum, prejudicaram a colheita. Em conseqüência disso, “as negociações em tonelagem foram menores, mas tiveram seu valor acrescido pelo melhor preço obtido, fazendo com que as vendas de fumo, cigarros, charutos e derivados

atingissem novo recorde”. Com a estabilização da moeda (Plano Real), há “razoável recuperação do mercado interno”. Supõe-se, então, que “o mercado está normalizado e as vendas poderão retornar aos seus índices históricos”. Comparações neste sentido não oferecem motivos para tanto otimismo: em 1975, o consumo atinge 109,3 bilhões de cigarros; na década de 80 o ano de maior consumo é 1986 (Plano Cruzado), com 168,9 bilhões; na década de 90 o ano de destaque é 1990, com 164,1. Em 1995, o consumo chega a 119,4 (quadro 12) ou 119,7 (Abifumo,1996). Conforme visto acima, nos anos 90 o contrabando acentua-se. *Para retomar as vendas de 1986 as indústrias parecem ter que contar com o mercado ilegal.*

1996: neste ano o setor ocupa o terceiro lugar na pauta de exportações brasileiras, sendo ultrapassado apenas pela soja e pelo café. A Abifumo ressalta que “novas instalações entraram em funcionamento”, concorrendo para aumentar a quantidade e melhorar a qualidade do produto, “que conta com crescente penetração nos mercados mais exigentes”. Nestor Jost observa que “o perfeito entrosamento entre Abifumo, a Afubra, o Sindifumo e o Sindicato do Fumo da Bahia tem trazido excelentes resultados”. Também destaca o programa “Convivência em Harmonia”, que “tende a facilitar as relações do setor com o poder público, na busca de relacionamento cordial e respeitável entre fumantes e não fumantes” (Abifumo,1997). Esquece-se, entretanto, que nos restaurantes há também funcionários, e não apenas consumidores.

1997: neste ano o que é destacado, quanto ao mercado global, é seu equilíbrio e “crescimento modesto”. A Abifumo chama a atenção para o fato de que “a lavoura de fumo no Brasil tem se desenvolvido acima da média mundial”. Atribui a competitividade internacional do setor à seleção racional dos solos adequados, à aplicação de técnicas apropriadas, “decorrentes das constantes pesquisas em busca de maior produtividade e melhor qualidade”. Mais uma vez, ressalta que o setor “cumprir, com êxito, sua função social, mantendo empregos no meio rural e urbano, gerando ponderáveis receitas para o Poder Público e aumentando, ano a ano, suas exportações”. Pela segunda vez na década, a

entidade destaca a importância de seu programa “Convivência em Harmonia”, como resposta às crescentes demandas antitabagistas. Para a Abifumo, a “intolerância” é “estranha à índole do Brasileiro” (Abifumo, 1998).

Apesar dos resultados que apontam para o crescimento do setor, pode-se observar, aqui e ali, expressões de encolhimento – por exemplo no número de pessoas vinculadas. De fato, houve mudanças estruturais nas empresas, com demissão de funcionários, fusões ou aquisições de empresas <sup>22</sup>. No quadro a seguir, fica evidenciado o encolhimento na redução do número de firmas associadas à Abifumo, apesar da *adesão de 15 novos membros durante os anos 90*, o que também sinaliza uma grande transformação:

**Quadro 15: Número de empresas associadas à Abifumo na década de 1990**

| Ano      | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 |
|----------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| Empresas | 37 | 36 | 36 | 32 | 30 | 25 | 25 | 25 | 23 |

Fonte: Relatórios anuais da Abifumo.

O setor chega ao final da década de 1990 com destaque no âmbito global, colocando o Brasil como líder entre os países exportadores de fumo em folha desde 1993, ano em que os EUA são superados. Veja-se o quadro a seguir:

**Quadro 16: Principais países exportadores de fumo em folha na década de 1990 \***

| Países/ano | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Brasil     | 190  | 241  | 243  | 275  | 256  | 282  | 318  | 305  |
| EUA        | 226  | 260  | 207  | 196  | 209  | 222  | 222  | 210  |
| Zimbábue   | 136  | 151  | 188  | 200  | 174  | 176  | 175  | 177  |
| Turquia    | 137  | 76   | 91   | 112  | 136  | 130  | 156  | 151  |
| Itália     | 138  | 120  | 124  | 110  | 118  | 110  | 107  | ---  |
| Grécia     | 120  | 118  | 119  | 110  | 133  | 130  | 110  | 105  |
| Índia      | 72   | ---  | 91   | 22   | 77   | 118  | 115  | ---  |

Fonte: Relatórios anuais da Abifumo; \* Em milhares de ton. (números estão arredondados).

O Brasil ocupa o 4º lugar entre os maiores produtores de fumo em folha, atrás da China, dos EUA e da Índia. O quadro a seguir facilita a comparação:

**Quadro 17: Principais países produtores de fumo em folha na década de 1990 \***

| Países/ano | 1991  | 1992  | 1993  | 1994  | 1995  | 1996  | 1997  | 1998  |
|------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| China      | 2.741 | 3.156 | 3.118 | 2.000 | 2.082 | 2.250 | 2.370 | 2.272 |
| EUA        | 679   | 702   | 651   | 641   | 513   | 625   | 667   | 626   |
| Índia      | 500   | 525   | 522   | 475   | 472   | 451   | 504   | 571   |
| Brasil     | 530   | 583   | 456   | 401   | 450   | 535   | 450   | 555   |
| Turquia    | 198   | 275   | 280   | 155   | 171   | 190   | 235   | 221   |
| Zimbábue   | 153   | 181   | 201   | 152   | 180   | 176   | 165   | 182   |

Fonte: Relatórios anuais da Abifumo; USDA. \* Em milhares de toneladas (n<sup>os</sup> arred.).

Note-se que dos seis países acima, apenas nos dois primeiros (China e EUA) houve declínio na comparação entre o início e o final da década. Na Índia, no Brasil, na Turquia e no Zimbábue a produção aumentou. Já em termos de *fabricação de cigarros*, o Brasil ocupa o 7º lugar no *ranking* mundial:

**Quadro 18: Principais países fabricantes de cigarros na década de 1990 \***

| Países/ano  | 1991  | 1992  | 1993  | 1994  | 1995  | 1996  | 1997  | 1998  |
|-------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| China       | 1.599 | 1.644 | 1.675 | 1.710 | 1.735 | 1.712 | 1.773 | 1.675 |
| EUA         | 694   | 718   | 661   | 725   | 746   | 750   | 745   | 716   |
| Japão       | 285   | 296   | 295   | 268   | 263   | 261   | 270   | 250   |
| Indonésia   | 151   | 153   | 162   | 177   | 185   | 193   | 207   | 214   |
| Rússia      | 144   | 148   | 132   | 138   | 141   | 143   | 157   | 179   |
| Alemanha    | 221   | 222   | 207   | 221   | 221   | 220   | 221   | 178   |
| Brasil      | 176   | 153   | 149   | 163   | 174   | 182   | 182   | 170   |
| Reino Unido | 127   | 121   | 128   | 114   | 135   | 125   | 125   | 160   |

Fonte: Relatórios anuais da Abifumo; USDA; \* Em bilhões de unidades (n<sup>os</sup> arred.).



Note-se que dos oito países comparados, em cinco houve aumento no total da década e apenas em três houve declínio. No Brasil houve relativa queda até 1994, aumento a partir de 1995 e queda em 1998.

O próximo quadro mostra o Brasil em 4<sup>o</sup> lugar no *ranking* das exportações de cigarros, mas com a volta de Hong Kong à soberania chinesa em 1997 a China, na realidade, detém a 4<sup>a</sup> posição. Os números de Hong Kong e China, somados, atingiram cerca de 91 bilhões de unidades contra os 73 bilhões de cigarros que saíram do território brasileiro em 1998 <sup>23</sup>. Deve-se ressaltar que as exportações brasileiras praticamente têm início nos anos 90. Em 1989, por exemplo, o Brasil exportou 5 bilhões de unidades. As perspectivas do setor melhoram a partir de janeiro de 1999, com a desvalorização do real.

**Quadro 19: Principais países exportadores de cigarros: década de 1990 \***

| Países/ano  | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|-------------|------|------|------|------|------|------|
| EUA         | 195  | 220  | 231  | 235  | 240  | 215  |
| P. Baixos   | 73   | 79   | 82   | 82   | 113  | 118  |
| Reino Unido | 48   | 310  | 84   | 72   | 98   | 101  |
| Brasil      | 29   | 54   | 54   | 63   | 72   | 73   |
| Cingapura   | 53   | 54   | 50   | 50   | 61   | 67   |
| Alemanha    | 71   | 83   | 85   | 85   | 82   | 65   |
| Hong Kong   | 77   | 82   | 53   | 56   | 83   | 46   |
| China       | 42   | 54   | 62   | 65   | 60   | 45   |

Fonte: Relatórios anuais da Abifumo; \* Em bilhões de unidades (n<sup>os</sup> arredondados).

Os quadros acima dão uma idéia da especificidade e do lugar do Brasil na economia global do tabaco. Mas o fator que mais pesa nesse sentido, e conseqüentemente na explicação das estratégias das indústrias, é a existência do chamado *sistema integrado de produção de fumo, que é pioneiro e não tem similar em outras regiões do país e nem em outra parte do mundo*. É o conjunto das características deste sistema na região sul do país que dá condições de exportação para mais de 80 países nos cinco continentes. E este amplo leque de clientes globais, por sua vez, oferece certa estabilidade ao setor no tumultuado

cenário da globalização. A propósito, os mercados de destino do fumo em folha produzido no Brasil são: União Européia, 41%; EUA e Canadá, 19%; América Latina, 7%; África e Oriente Médio, 8%; Extremo Oriente, 15%; Leste Europeu, 7%; Europa (outros), 3% (Sindifumo, nº 5, 1999). Portanto, as decisões da União Européia, dos EUA e do Canadá, em termos de política antitabagista, são as mais relevantes para o setor instalado no Brasil. Resta ainda observar que o *consumo mundial* cresce apenas de 1% a 1,5% ao ano, no fim dos anos 90, sendo portanto necessário reduzir estrategicamente a produção (Minuzzi, 1997:08).

#### 3.4. Crítica da ideologia setorial

Passo agora a examinar e criticar alguns aspectos ideológicos do discurso da Abifumo, com base no relatório de 1999. Com efeito, a ideologia do setor é expressa principalmente pelos seguintes tópicos:

a) *Importância social*. Por se tratar de atividade intensiva em mão-de-obra, a cultura do fumo é “das poucas cuja rentabilidade assegura ao pequeno produtor remuneração adequada à manutenção familiar, evitando seu êxodo para as áreas urbanas”<sup>24</sup>. A Abifumo (1999) elogia a “efetiva assistência pela Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e pelas empresas processadoras” às mais de 210 mil famílias (na região sul, 148 mil na safra 98/99) que têm a subsistência assegurada pelo cultivo de fumo. A ideologia está em apresentar as entidades e as empresas como benfeitoras que zelam pelo bem-estar dos produtores, omitindo a hipótese (que uma auditoria poderia, talvez, comprovar) de estarem estes *pagando por toda a assistência técnica que recebem, sendo os custos repassados para o cálculo dos preços de venda da produção ou das anuidades da Afubra, de acordo com a lógica empresarial capitalista ou do mero assistencialismo*<sup>25</sup>. Em síntese, a ideologia está em apresentar os produtores da matéria-prima como se fossem privilegiados e não explorados (além de predatórios). As negociações são conduzidas política e tecnicamente de tal maneira que no *discurso competente* da Abifumo o setor pareça uma sociedade una e harmoniosa, sem conflitos de classe,

Tal *discurso competente* tem o mesmo padrão do discurso estatal quanto à sociedade capitalista. Chauí explicita o “trabalho específico” deste discurso ideológico:

“(...) realizar a lógica do poder fazendo com que as divisões e as diferenças apareçam como simples diversidade das condições de vida de cada um, e a multiplicidade das instituições, longe de ser percebida como pluralidade conflituosa, apareça como um conjunto de esferas identificadas umas às outras, harmoniosa e funcionalmente entrelaçadas, condição para que um poder unitário se exerça sobre a totalidade do social e apareça, portanto, dotado da aura da universalidade, que não teria se fosse obrigado a admitir realmente a divisão efetiva da sociedade em classes” (Chauí,1982:21).

A Abifumo é ator central da articulação estrutural do setor. Seu papel estruturante e estratégico manifesta-se indiretamente no âmbito sindical (quando procura atenuar conflito de interesses entre Sindifumo e Afubra, por exemplo) e diretamente no âmbito nacional (quando representa o setor perante as instâncias governamentais e a mídia) e na relação com o exterior. A Abifumo exerce um papel diplomático, técnico e de *marketing* corporativo, procurando gerar uma imagem de modernidade e de confiabilidade tecnocientífica diante dos negociadores globais, dos técnicos do poder público e da opinião pública – por isso mesmo seus relatórios anuais são bilíngües (português-inglês). Com a globalização o discurso nacionalista da Abifumo revela-se cada vez menos convincente.

O discurso que pretende contrapor econômica e politicamente as classes entre si, nesse caso, também torna-se ideológico na medida em que *encobre o tabagismo como produto final de todos os participantes do setor*, que num sentido amplo inclui os fumicultores, as indústrias e suas entidades civis e mesmo os fumantes. A cultura-ideologia do consumismo, à qual se vincula o produtivismo e a restrita concepção liberal da cidadania – é relativamente comum entre todos os que, em defesa de interesses socioeconômicos imediatos (como melhores preços ou mais justa classificação para o fumo), mantêm e fomentam a epidemia de tabagismo e os impactos socioambientais do cultivo de tabaco. *Paradoxalmente, confundem-se, assim, discursos de base marxista ou socialista com liberais e conservadores.*

b) *Meio ambiente*. Diz a Abifumo que, “tratando-se de produção destinada ao consumo em mercados desenvolvidos, o fumo obedece a tratamento ambiental esmerado”. Os técnicos da Afubra e da indústria, “em número suficiente ao atendimento pessoal e competente de cada propriedade, evitam o consumo de defensivos prejudiciais à saúde e ensinam o uso correto dos indispensáveis e permitidos legalmente”. A entidade ressalta que a técnica da produção de mudas em bandejas de isopor (sistema *float*) evita o uso de brometo de metila, um dos mais perigosos agrotóxicos – por agredir a camada de ozônio 50 vezes mais do que os gases CFCs (Agropecuária Catarinense, 1996); a técnica de plantio direto, com a mínima remoção da terra, evita a erosão, etc. (Abifumo,1999:06). De fato as empresas têm tomado uma série de iniciativas visando a “preservação ambiental”, na sua própria versão. Entretanto, segundo uma análise crítica, o que visam é a manutenção de seus negócios: aplicam a tecnociência como sinônimo de conhecimento neutro e objetivo no sistema integrado de produção; isto permite separar dicotômica e ideologicamente a saúde do solo e dos produtores da saúde dos consumidores do mesmo produto; as empresas utilizam a ecologia e o cuidado familiar (semi-artesanal) dos fumicultores como *elementos de agregação de valor* ao tabaco nas negociações globais. Ou seja, o *marketing* é somado à tecnociência no uso *instrumental da ecologia*. Além disso, o “tratamento ambiental esmerado” está na realidade cheio de falhas, para dizer o mínimo. Como exemplo, apresento um trecho do editorial do jornal *A Folha de Ouro*, que a empresa Dimon envia a cada dois meses a seus produtores integrados:

“A maior queixa de boa parte dos produtores é quanto à classificação do fumo e pode ser que até alguns tenham razão. A grande maioria, no entanto, ou faz mal a seleção ou não está produzindo o estilo de fumo que é mais valorizado pelo mercado. Este exige fumos maduros, com teor adequado de nicotina, com a umidade certa e um produto limpo, que não venha misturado com pedaços de barbante, penas de galinha, grama, plásticos e outros materiais estranhos ou que possa estar contaminado por produtos químicos” (Dimon,1999).

A contaminação com agrotóxicos, legalizados ou não, é sistemática. Aplica-se, por exemplo, um antibrotante na seiva das plantas, como prática comum, para evitar o rebrotamento de folhas próximas à terra e conseguir, assim, um crescimento maior das folhas na parte superior. Mesmo que os produtos se

tornem mais concentrados e sejam necessários menos litros por hectare, a situação do fumicultor continua sendo de risco, já que ele precisa circular, com o pulverizador nas costas, em toda a sua lavoura <sup>26</sup>. Na realidade, um grande número de produtos químicos é usado não só no processo de cultivo mas também na manufatura do tabaco. Resíduos de agrotóxicos, adubos e aditivos aparecem no produto final, ou seja, no cigarro. *The Cigarette Papers* é eloqüente neste sentido <sup>27</sup>.

A Abifumo também afirma que “a categoria, sendo grande consumidora de lenha, cuida da preservação das matas nativas, planta mais árvores do que consome e no país só é suplantada em reflorestamento pela indústria de celulose” (Abifumo,1999:06). Esta afirmação é repetida e detalhada inúmeras vezes pelo setor em suas publicações, mas sem jamais revelar-se o fato de que durante décadas as empresas de tabaco, por meio do sistema integrado, promoveram um brutal desmatamento e que, até hoje, a perda da biodiversidade é sistemática na fumicultura, não apenas em função do uso de agrotóxicos, mas também em função das queimadas, apesar do reflorestamento com fins comerciais. Conforme será visto no cap. 5, os próprios técnicos das empresas reconhecem que a maioria dos produtores ainda utiliza mata nativa na secagem do fumo.

c) *Importância econômica*. Este tópico da ideologia do setor é dos mais polêmicos, pois nos anos 90 começam a aparecer na imprensa (tanto no Brasil quanto no exterior) estimativas e resultados de pesquisas contrapondo o custo social (saúde pública) à arrecadação de impostos sobre o tabaco. Não disponho de dados muito consistentes a respeito, pois as estatísticas oficiais têm sido divulgadas apenas parcialmente pelo governo brasileiro e sempre por meio da imprensa. Entretanto, as pesquisas realizadas em diversos países levaram o próprio Banco Mundial a redefinir sua política em relação ao setor, em 1991, a favor das demandas da OMS e não mais de acordo com a FAO (Ver box 2 logo adiante). Tal redefinição tem importância estratégica no âmbito da ONU, mas provavelmente ainda serão necessários alguns anos de debate público para que a mesma repercuta de forma relevante na política financeira dos Estados-nações, dado o enfoque estatocêntrico destes.

Para a Abifumo a economia do tabaco é das mais relevantes, em particular para aqueles países em que o produto ocupa parcela significativa na pauta de exportações e na tributação, enquanto que para o Banco Mundial tal economia é na realidade uma deseconomia, na medida em que para cada dólar arrecadado gasta-se US\$ 1,50, em média, com tratamento de saúde em decorrência das doenças tabaco-associadas. O BIRD estima que o consumo de cigarros tem gerado um gasto anual, global, de US\$ 200 bilhões <sup>28</sup>.

Comparo os percentuais de tributos e preços (médios) do cigarro <sup>29</sup>:

**Quadro 20: Tributação e preço de cigarro em 1996**

| Países             | Preço do maço * | Impostos |
|--------------------|-----------------|----------|
| <b>Dinamarca</b>   | 5,40            | 83,3%    |
| <b>Reino Unido</b> | 4,29            | 77%      |
| <b>Brasil</b>      | 1,67            | 73,55%   |
| <b>Alemanha</b>    | 3,72            | 70%      |
| <b>Canadá</b>      | 2,34            | 53 a 70% |
| <b>Japão</b>       | 2,65            | 51%      |
| <b>Cingapura</b>   | 3,45            | 49%      |
| <b>EUA</b>         | 1,70            | 20 a 34% |

Fonte: Abifumo, 1997.\* Em dólares americanos (US\$).

No caso brasileiro, a especificação dos impostos é a seguinte:

**Quadro 21: Tributação de cigarros no Brasil - 1996**

| Impostos                | % nos preços | US\$ milhões |
|-------------------------|--------------|--------------|
| <b>IPI</b>              | 41,25        | 3,483        |
| <b>ICMS Indústria</b>   | 22,18        | 1,873        |
| <b>ICMS Varejo</b>      | 2,82         | 238          |
| <b>Selo de controle</b> | 4,04         | 341          |
| <b>Cofins</b>           | 2,36         | 199          |
| <b>PIS</b>              | 0,90         | 76           |
| <b>Total Tributos</b>   | 73,55        | 6,211        |
| <b>Margem varejo</b>    | 8,45         | 713          |
| <b>Margem indústria</b> | 18,00        | 1,529        |
| <b>Total Geral</b>      | 100,00       | 8,445        |

Fonte: SRF/Abifumo, 1997.

No relatório da Abifumo de 1999 afirma-se que a incidência do Cofins passou de 2,36% para 3,54%, elevando os encargos fiscais a 74,73%, que somados à margem do varejista de 8,45% deixa a parcela de 16,82% para todos os custos e lucros industriais, “realmente muito apertada, se comparada com as vigentes em outros países”. A Abifumo pressiona o governo argumentando que “a taxaçoão deveria ser unificada no Mercosul”. Na Argentina o total de tributos é de 68,3%, no Uruguai é de 66,5% e no Paraguai é de 16% (ou 13%, segundo a revista *Istoé* de 02.09.1998) (Abifumo,1998). O INCa, pelo contrário, insiste em que o governo deve aumentar a taxaçoão para reduzir o consumo. Caso decida-se pelo aumento da tributação, o governo poderá obter uma redução do tabagismo entre as classes de menor renda, mas em compensação estará reforçando o poder de influência política das indústrias, como tem ocorrido tradicionalmente. Sobre este aspecto, apontei no cap. 2 (tópico 2.1.2, letra “j”), para o “paradoxo jurídico mundial”, de acordo com Perin Filho.

Um estudo da FGV (encomendado pelo INCa em 1996) tem sido citado como referência sobre os custos sociais do setor fumageiro, confirmando números da OMS. Calcula-se que haja uma perda superior a um bilhão de reais entre o que é arrecadado em impostos e o que é gasto em doenças tabaco-associadas <sup>30</sup>. Por sua vez, o economista Howard Barnum, em pesquisa para a OMS e Banco Mundial, afirma que:

“Somando-se todos os custos e benefícios, 1.000 toneladas de tabaco consumidas causariam um prejuízo líquido de US\$ 27 milhões. É claro que, do ponto de vista global, o consumo de derivados do tabaco não é um bom negócio. Se, ao invés de 1.000 toneladas, nós considerarmos as sete milhões de toneladas produzidas em 1990, a perda anual global será de US\$ 200 bilhões, sendo um terço nos países em desenvolvimento.” (Barnum, 1994).

Como calcular o custo de uma vida perdida sem fazer desta uma caricatura monetária? Apesar disto, Barnum, no referido estudo, chega a duas importantes conclusões: “a) O consumo de tabaco gera uma perda econômica líquida; b) políticas antitabágicas são uma forma eficaz de salvar vidas e beneficiar a

economia”. Documentos como este levaram o BIRD, como disse anteriormente, a definir sua política, sintetizada no box a seguir:

### **Box 2: Política do Banco Mundial em relação ao setor de tabaco**

O Banco Mundial, visando encorajar o controle do setor fumageiro, estabeleceu em 1991 sua política para o setor, que contém 5 pontos: “First, the Bank’s activities in the health sector discourage the use of tobacco products. Second, the Bank does not lend directly for, invest in, or guarantee investment or loans for, tobacco production, processing or marketing. Third, the Bank does not lend indirectly to tobacco production activities, to the extent that this is practicable. Fourth, tobacco and its related processing machinery and equipment cannot be included among imports financed under loans. Fifth, tobacco and tobacco-related imports may be exempt from borrowers’ agreements with the Bank to liberalize trade and reduce tariffs”. In: WORLD BANK. “Tobacco control can prevent millions of death worldwide”. News Release número 99/2189/S. Geneva, May 18, 1999. Na Internet: encontra-se o texto pesquisando-se em [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)

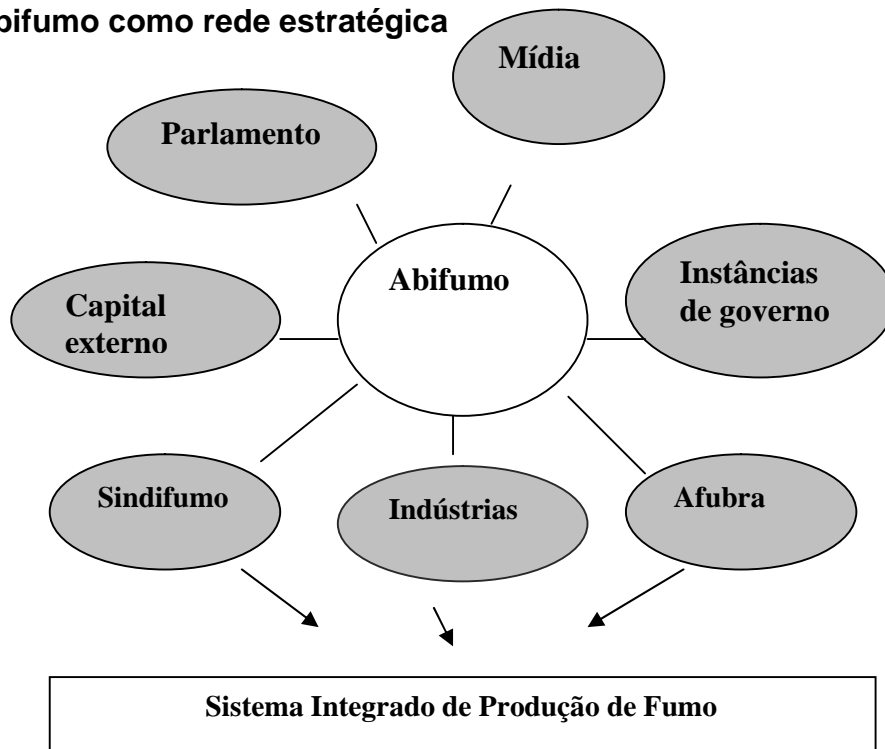
As dificuldades metodológicas para que tais pesquisas cheguem a conclusões sólidas são decorrentes das diferenças de taxação e dos aspectos a serem considerados, que podem incluir, por exemplo: a) sobrecarga do sistema de saúde com tratamento de doenças causadas pelo fumo; b) mortes precoces de pessoas em idade produtiva; c) maior índice de aposentadoria precoce; d) aumento de 33 a 45% no índice de faltas ao trabalho; e) menor rendimento de cada trabalhador fumante; f) mais gastos com seguros, limpeza, manutenção de equipamentos e reposição de mobiliário; g) maiores perdas com incêndios; h) redução da qualidade de vida do fumante e de sua família (Ochôa, 1997) <sup>31</sup>. Geralmente os estudos sobre essa temática estão restritos às economias nacionais e desconsideram os efeitos da interdependência e da globalização econômicas. Embora conservadores, os cálculos favorecem a OMS.

A polêmica em torno da importância econômica do tabaco coloca em xeque não somente a ideologia do setor mas também a da área financeira de países como o Brasil, particularmente no contexto da globalização da economia. O reducionismo tecnocientífico, economicista, ganha destaque como núcleo da ideologia dominante tanto do setor privado quanto do setor público, inclusive na área da saúde. Na condição de economista, o ministro da saúde, José Serra, argumenta que o fato de a indústria pagar bilhões em impostos e gerar milhares de empregos não serve como justificativa para o setor, “porque não vai se



conseguir reduzir o consumo absoluto”. Na melhor das hipóteses, “vamos conseguir conter o crescimento o que, a médio prazo, vai levar ao desaparecimento do cigarro. Vai haver uma desaceleração no consumo e não vai haver desemprego”. Para ele, o argumento econômico da indústria é uma “falácia”. Acredita que se houver redução de empregos no setor de tabaco “certamente vai aumentar em outros setores”. Não explica, entretanto, como as milhares de famílias rurais integradas pelo sistema tecnocientífico e mercadológico das empresas poderão encontrar outra alternativa de sobrevivência, nem o que entende por “médio prazo”<sup>32</sup>. A idéia de “desaparecimento do cigarro” parece utópica, considerando-se o que foi visto nos capítulos anteriores, a referida contratendência em certos países industrializados (Canadá e Suécia), o amplo mercado oriental, africano, latino-americano e mesmo as pesquisas entre jovens brasileiros.

Como conclusão deste capítulo, destaco a confluência do relativo fracasso das políticas de modernização, da transição tecnológica implícita no processo de globalização da economia e da cultura no contexto brasileiro dos anos 90 com a complexidade (diversidade, expansão, encolhimento, ideologia) do setor de tabaco. Tal confluência parece ter servido de substrato para o crescimento financeiro das indústrias, para sua maior concentração na região sul e em direção ao mercado externo, global. Na formulação das estratégias simbólicas do setor, a Abifumo, especialmente, tem um papel central, como sugere a figura da rede:

Figura 3: **Abifumo como rede estratégica**

Além disso, parece plausível concluir que as redes de contrabando, controladas ou não pelas CTNs, têm sido peças-chave no dinâmico tabuleiro das estratégias de crescimento do setor, particularmente no período de globalização da economia, considerando-se a fragilidade da fiscalização das fronteiras pelos Estados-nações e a facilidade de comunicação proporcionada pelas novas tecnologias. Também é plausível reconhecer que, por tratar-se de atividade clandestina, muito há que ser pesquisado a respeito a fim de que a mesma seja melhor dimensionada e, principalmente, para que se conheça até que ponto há interferência direta dos estrategistas das CTNs. Em todo caso, penso que é realista afirmar que o setor está ao menos parcialmente envolvido no que Castells denomina de “conexão perversa”, ao tratar da “economia do crime global” (Castells, 1999: 203). Com efeito, estudos de sociologia ou economia das drogas com frequência limitam-se às consideradas ilícitas.

---

NOTAS:

<sup>1</sup> Sobre o processo que resultou no “modelo de desenvolvimento associado e dependente”, desde 1964, ver Brum, A.J. (1991:149). Observe-se que não há consenso na identificação entre os conceitos de modernização e de desenvolvimento. Para Ianni a

política econômica inaugurada em 1964 substituiu a *ideologia do desenvolvimento* pela *ideologia da modernização*. O desenvolvimentismo orientava-se no sentido de dinamizar as forças produtivas, implicando a busca de independência política e, em certo grau, de autonomia econômica. A ideologia da modernização “denota um esforço destinado a refinar o *status quo* e a facilitar o funcionamento dos processos de concentração e centralização do capital”. (Ianni, 1994:151).

<sup>2</sup> Toma-se, aqui, o conceito de *pobreza* da CEPAL, que define como pobres as famílias com renda inferior ao dobro do custo da cesta básica de alimentos.

<sup>3</sup> Charon, J. M. (1999). Suas fontes: IBGE, Ministério da Fazenda e IPEA.

<sup>4</sup> Leopoldo, R. (1999). “Brasil tem 28 milhões de indigentes e 78 milhões de pobres”. Entretanto, dados do IBGE apontam para uma mobilidade social ascendente no país, entre 1973 e 1996. “Muitos sobem pouco e poucos sobem muito”. Ver Leite & Mari (1999:68-71).

<sup>5</sup> Numa série de grandes reportagens, a Folha de SP faz um diagnóstico do setor, logo após a posse do Ministro José Serra. Datas das reportagens: 1º de abril, 24, 25, 26, 27, 28, 30 e 31 de maio de 1998. Destaques: no dia 25, o jornal anuncia: “Auditoria aponta descontrole na rede pública e reprova 23 estados”, referindo-se a uma auditoria dos procedimentos do SUS. No dia 27, aborda a combinação das “doenças da riqueza” com as “da miséria”.

<sup>6</sup> Resultados dos censos: 1872: 9.930.478; 1890: 14.333.915; 1900: 17.438.434; 1920: 30.635.605; 1940: 41.236.315; 1950: 51.944.397; 1960: 70.191.370; 1970: 93.139.037; 1980: 119.002.706; 1991: 146.825.475; 1996: 157.079.573 (IBGE). Em 2000 há 169,5 milhões (editorial do J. O Estado de SP de 01.01.2001).

<sup>7</sup> Gro Harlem Brundtland, na Conferência Internacional sobre Acordo de Controle Global do Tabaco, em Nova Delhi (janeiro, 2000), informou que em países como Suécia e Canadá, nos quais declinava o consumo, há nova tendência de aumento.

<sup>8</sup> “Tobacco epidemic: health dimensions”. In: World Health Organization, Fact Sheet número 154, may 1998. Na Internet: <http://www.who.int/inf-fs/en/fact154.html>. Nos EUA, em 1997, há cerca de 48 milhões de fumantes (25.7 m. de homens e 22.3 m de mulheres). Entre jovens com idades entre 18 e 24 a prevalência atinge 28.7% e entre 24 a 44 anos chega a 28.6%, caindo para 12% entre as pessoas com mais de 65 anos. Há 44.3 milhões de adultos ex-fumantes. In: JAMA, 08.12.1999, vol 282, nº 22.

<sup>9</sup> A revista Veja diz que há 1,1 bilhão de fumantes no mundo, sendo 35 milhões no Brasil, em que são consumidos 500 milhões de cigarros por dia. Como resultado de consumo iniciado há cerca de 15 ou 20 anos, morrem no país 100 mil pessoas por ano, 10 por hora. O consumo *per capita* diário dos brasileiros é de 15 unidades, enquanto nos EUA é de 17 e no Japão é de 20. Mezarobba, G. Veja, 04.03.1998 (70,71). A revista Época, em 05.04.1999, informa que há no mundo 1,2 bilhão de fumantes.

<sup>10</sup> Prestes, C. (2000). “A vítima tem 13 anos”. Revista Veja. Nesta reportagem constam as informações tanto da UFSP quanto da UNESP e da Santa Casa de Misericórdia. Depoimento de uma adolescente: “Comecei a fumar aos 12 anos por curiosidade. Estava na casa de praia de uma amiga, pegamos um cigarro sem que ninguém visse, experimentei e gostei. A maioria dos meus amigos fuma escondido. Meus pais sabem, mas não gostam. O cigarro me deixa mais tranqüila”. Priscila Mendes, 14 anos, estudante. In: Revista Época, 05.04.1999, na matéria “O cerco ao cigarro”.

<sup>11</sup> Castells afirma que “a tecnologia da informação em si não causa desemprego, mesmo que, obviamente, reduza o tempo de trabalho por unidade de produção”. (Castells, 1999a:284). Mas o novo padrão tecnológico, por pressupor alta seletividade, é excludente no curto prazo. Várias hipóteses são apresentadas no caderno especial da Folha de SP de 1º de maio de 1998, intitulado “O colapso do trabalho”. Domenico De Masi vê o desemprego como uma face visível da lenta libertação do trabalho na história da humanidade.

<sup>12</sup> Estes números baixaram para 670 efetivos e 2.500 safristas em 1999, segundo a revista Dinheiro (ed. especial), na matéria intitulada “Quem é quem na indústria do tabaco no Brasil” (27.11.1999). O site é [www.revistadinheiro.com.br](http://www.revistadinheiro.com.br).

<sup>13</sup> Segundo a revista Dinheiro (27.11.1999), a empresa tem faturamento de US\$ 1,07 bilhão e 8.500 empregados no Brasil.

<sup>14</sup> Num trecho que resume a análise destes documentos lê-se o seguinte: “Philip Morris does not just take natural tobacco leaf and cut it up to make cigarettes – it relies heavily on a chemically engineered product called ‘reconstituted tobacco’. (...). Philip Morris manufactures more than 450,000 pounds of RL per day at Park 500 in Chester, Virginia. RL is an artificial tobacco product, not a natural agricultural product. It does not have the texture, size, or shape of any tobacco found in nature. It contains significant quantities of chemicals – diammonium phosphate, urea, and pareben to name only a few – that are entirely foreign to tobacco. The production of RL is governed by a detailed set of manufacturing specifications. (...) Philip Morris manufactures flavored ‘tobacco extract’ by dissolving soluble tobacco material, including virtually all the nicotine. (...) Philip Morris evaporates and concentrates this tobacco extract until it reaches a pre-determined ratio of solubles (including nicotine) to water”. Estas palavras são da ASH (Action on Smoking and Health), ao resumir um artigo do advogado Benjamin Wittes, Legal Times, 1996. Ver na internet: [www.courttv.com/library/business/tobacco/unused/legal.html](http://www.courttv.com/library/business/tobacco/unused/legal.html).

<sup>15</sup> No Anuário 1997 do setor há sugestões para o “neófilo na arte de fumar charutos” abordando-se a adesão de mulheres ao novo hábito. Este tipo de consumismo se encaixa em mais de uma das teorias da cultura de consumo delineadas por Featherstone, já que parece satisfazer tanto a necessidade de exibição de *status* elevado quanto a excitação física e os prazeres estéticos. Featherstone, M. (1995:31). A cultura hedonista-sensualista que se acentua com a globalização erotiza a relação entre mulheres e charutos. Na internet, imagens de mulheres fumando cigarros “são novo fetiche nos EUA”, informa a Folha de SP, 07.04.1996.

<sup>16</sup> Em correspondência de 13.09.1999, a direção da Afubra estimou o contrabando em 20%. Considere-se, neste caso, as medidas repressivas e tarifárias do governo, além da desvalorização do real em janeiro de 1999. O ministro Serra informou (09.12.1999) que em 1998 foram comercializados 58 bilhões de cigarros ilegalmente.

<sup>17</sup> Cerca de 11 mil páginas de documentos neste sentido já têm sido reveladas. No dia 31.01.2000, a ASH, o jornal The Guardian e o Center for Public Integrity fazem a mesma denúncia. Este último destaca: “British American Tobacco, the world’s second-largest multinational tobacco company, for decades secretly encouraged tax evasion and cigarette smuggling in a global effort to secure market share and lure generations of new smokers, internal corporate documents reveal”. Ver [http://www.publici.org/story\\_01\\_013100.htm](http://www.publici.org/story_01_013100.htm).

<sup>18</sup> A íntegra da reportagem foi encontrada na Internet, em duas partes:

<http://www.montrealgazette.com/news/pages/991218/3316186.html>

<http://www.montrealgazette.com/news/pages/991218/3316187.html>

<sup>19</sup> O Estado de SP. “Indenização por fumo soma US\$ 11 bilhões”, em 26.08.1997.

<sup>20</sup> O Estado de SP. “Gigantes do tabaco unem forças na AL”, em 18.09.1998.

<sup>21</sup> Palavras do presidente da Abifumo, Nestor Jost, na edição de 1999 do Perfil da indústria brasileira do fumo, comemorativa de 20 anos da entidade (p.24). Jost foi diretor e presidente do Banco do Brasil de 1961 a 1974, Ministro da Agricultura no último ano do mandato do presidente João Figueiredo, além de deputado durante dezesseis anos pelo RS. A informação é de Jost (carta de 23.09.1999). O Anuário 1997 que Jost “comanda a entidade desde a sua fundação e só deixou a função em uma oportunidade, para assumir o Ministério da Agricultura e Abastecimento”. (p.92). Salvo algum equívoco, isto significa que ocupou importantes cargos públicos enquanto presidia a Abifumo.

<sup>22</sup> Esta empresa investe num Programa de Qualidade Total. As maiores do setor também investem em *marketing* comunitário, como patrocinar equipes esportivas, fazer doações

em dinheiro para escolas, hospitais e igrejas. O interesse expresso é o de “buscar a satisfação da comunidade”. A divulgação em inglês-português destes fatos é feita à imprensa, a acionistas e aos atacadistas internacionais (Gazeta,1998).

<sup>23</sup> A Região Administrativa Especial de Hong Kong voltou à soberania da China em 1º de julho de 1997, ao término de 156 anos de colonialismo britânico.

<sup>24</sup> Em 1998, constatei junto a técnicos da Souza Cruz que a renda média líquida anual (descontados insumos, etc) de cada família de fumicultores era de R\$ 2,5 mil a R\$ 5,0 mil. Entrevistas apontam que a maioria, além de insatisfeita com os preços, acha que o cultivo do fumo exige muito esforço e dedicação, dificultando outras atividades. Continua produzindo fumo por “falta de alternativa”. (Boeira, S.L.,2000).

<sup>25</sup> Não há como comprovar matematicamente, com as informações disponíveis, que tais custos estão embutidos no preço do fumo. Somente uma auditoria financeira independente poderia fazê-lo. Assim, as empresas continuam apresentando a assistência como “gratuita” (ainda que apenas informalmente, por intermédio dos técnicos) e mantendo seu controle do *sistema integrado*. A Abifumo e o Sindifumo, em suas publicações, também não comprovam a “gratuidade”. Concluo que há uma ação político-setorial coordenada entre empresas e Afubra para manter os produtores a elas subordinados por intermédio de mecanismos técnico-financeiros. Estes são denunciados tanto pelo Sintrafumo quanto por pesquisadores como Etges, V. (1991:126) e Vogt, O. (1997:243).

<sup>26</sup> Albino Gewehr, fumicultor e presidente do Sintrafumo, dá um exemplo, neste sentido, com a mudança do antibrotante Antak (20 litros por hectare) para o Primeplus (5 litros): “Estou usando menos agrotóxicos por hectare, mas estou exposto à mesma situação”, conclui. Depoimento na Reunião Especial sobre intoxicação por agrotóxicos. (Câmara Municipal,1997:06).

<sup>27</sup> *The Cigarette Papers* contém um capítulo sobre “Agricultural Chemicals and Cigarette Additives”. Os documentos incluem discussões dos dirigentes da B&W a respeito de substâncias crescentemente usadas na armazenagem do tabaco, como agrotóxicos e aditivos. Trinta anos atrás, os dirigentes da indústria fizeram tentativas de assegurar que tais substâncias não eram tóxicas, esperando que fornecedores e fabricantes se responsabilizassem pelos produtos. Expressavam preocupação sobre a combustão das substâncias. Os documentos mais recentes mostram uma postura defensiva. As listas de aditivos declarados seguros não se referem a produtos que são queimados ou fumados. Um diretor de pesquisa da B&W, Dr. R.B. Griffith, diz que o material seguro quando comido não o é, necessariamente, quando queimado e inalado. Este e outros pesquisadores da B&W, nos anos 80, consideram *não científica a postura da empresa, mas uma tática contra os oponentes*. (Glantz, S. *et al.*, 1996: 201-233).

<sup>28</sup> Russo, N. (1997). “Ministério estuda ‘CPMF da fumaça’”. Nesta reportagem da Folha de São Paulo, atribui-se a Aloysio Achutti, técnico da OMS, a informação de que “há estudos nos EUA, Inglaterra, França e Canadá relacionando a taxação sobre cigarro e gastos com saúde. Há um gasto na área de saúde entre 30% e 50% a mais do que o arrecadado com os cigarros”.

<sup>29</sup> Em fevereiro de 2000, cada dólar vale R\$ 1,75.

<sup>30</sup> Para o diretor do INCa, Marcos Moraes, “cada dólar que a indústria arrecada para o país significa US\$ 1,5 em gastos com hospitalizações, faltas ao trabalho e aposentadorias de fumantes”. Biancarelli, A. (1996). “Médicos lançam cruzada contra o cigarro”. Folha de SP. Em 1999, este jornal, em parceria com técnicos do INCa, calculou que os gastos do governo atingiram R\$ 3,43 bilhões em 1998 com problemas de saúde, aposentadorias e pensões relacionadas ao tabagismo, enquanto a Receita Federal arrecadou R\$ 2,18 bilhões com impostos sobre cigarros, resultando numa diferença de R\$ 1,25 bilhão. Conclui-se que para cada R\$ 1,00 arrecadado, o governo gasta R\$ 1,57. A proporção é similar à encontrada nos EUA, Inglaterra e Bélgica em estudos da OMS. Carvalho, M. C. (1999). “Cresce o cerco à indústria do cigarro no Brasil”. Folha de SP.

---

<sup>31</sup> No dia 11.01.2000, no *Jornal Nacional* (Globo), noticiou-se que “mais de 900 incêndios, com mortos, foram provocados nos EUA pelo cigarro em 1999”. Em 1986 “cerca de 60% dos incêndios com vítimas, no estado do Paraná, foram causados pelo cigarro”.(Costa, 1994: 296) .

<sup>32</sup> Serra, J. (1999). Entrevista do ministro da saúde ao jornalista Marcelo Onaga.

## Capítulo 4

### FRAGMENTOS E DILEMAS DA REDE ANTIFUMO

#### Introdução

Neste capítulo, trato de examinar iniciativas da sociedade brasileira que contrariam, direta ou indiretamente, as estratégias das indústrias de tabaco, particularmente nas últimas duas décadas do século XX. Para tanto, abordo a forma pela qual cidadãos, ONGs, movimentos sociais, governo federal e mesmo algumas empresas combatem o tabagismo e/ou a fumicultura, ampliando o espaço de exercício da cidadania. Não é uma análise pormenorizada, mas uma apresentação do que chamo de *fragmentos da rede antifumo*, inclusive porque a história do antitabagismo no Brasil, como base para sua análise social, está por ser escrita. Proponho-me a situar os dilemas que emergem numa abordagem socioambiental destas iniciativas. De acordo com a crítica ao enfoque estatocêntrico (cap. 2), seria coerente fazer um mapeamento do antitabagismo em âmbito global. Entretanto, tal propósito está além de minha capacidade de pesquisa, motivo pelo qual limito-me ao âmbito nacional, embora algumas superposições sejam inevitáveis, como será visto adiante. Observo que a noção de sociedade civil global está apenas emergindo no debate acadêmico (Teixeira, 1999). Além disso, esclareço que optei pela expressão *rede antifumo* por falta de outra melhor, que contemplasse a diversidade dos segmentos. Na abordagem específica de cada um destes creio que ficarão claros os obstáculos para tal propósito.

Preliminarmente, observo que a noção de cidadania tem avançado no Brasil paralelamente à passagem de três períodos bem distintos: a) o de fechamento político pelo regime militar (1964-1973), durante o qual muitas organizações civis são reprimidas, desmanteladas e/ou extintas; b) o de abertura e transição à democracia (1974-1983), no qual há mobilização social, revitalização do espírito associativista e surgimento de movimentos sociais na defesa da democracia; c) o da institucionalidade da democracia (1984-1993 e

anos seguintes), no qual há um novo tipo de associativismo “vinculado à ampliação dos direitos de cidadania, à participação na esfera pública e à realização de parcerias com a esfera governamental” (Scherer-Warren,1999a).

A década de 1990 começa com os preparativos para a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), proporcionando um diálogo e uma articulação em rede entre diversos atores sociais (ONGs, lideranças de movimentos sociais, governantes, etc), tornando crescentemente mais complexa a noção de cidadania, cuja concepção convencional é restrita aos territórios nacionais desde a constituição dos Estados-nações. Simultaneamente ao processo de revitalização da sociedade civil ou *terceiro setor*, o país vive um processo abrupto e mal coordenado (particularmente nos governos Fernando Collor e Itamar Franco) de abertura à competição econômica global, enfrentando as questões de que tratei no cap. 3 quanto à superposição dos padrões tecnológicos da 2<sup>a</sup> e da 3<sup>a</sup> revoluções industriais. Embora a globalização econômica tenha como contrapartida a mobilização política regional e local em diversas partes do planeta, no Brasil, e em especial no caso da relação tabaco-tabagismo, tal processo tem características muito peculiares, que ainda estão por ser melhor estudadas, considerando-se a combinação de aspectos socioambientais, tecnológicos, culturais, econômicos e ético-políticos. Cabe observar (acoplando conceitos introduzidos nos cap. 1 e 2) que os direitos de 1<sup>a</sup> geração (herança do capitalismo liberal), 2<sup>a</sup> geração (capitalismo organizado), 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> gerações (capitalismo desorganizado, global ou informacional) estão imbricados ou superpostos na cadeia produtiva do fumo e na ação social contrária aos efeitos colaterais do consumo de cigarros, charutos, cigarrilhas, etc.

Este cruzamento de direitos (sociais, ambientais, transnacionais, difusos ou transindividuais) intensifica-se ao longo da década de 90. Um sinal disto é a iniciativa de governos estaduais (Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo) ao reivindicarem na justiça norte-americana bilhões em indenização pelos danos à saúde pública provocados pelas indústrias de tabaco, seguindo o exemplo dos governantes dos EUA, que obtiveram em 1998 US\$ 246 bilhões (num prazo de 25 anos) num acordo histórico. O que levou quatro décadas para acontecer nos



EUA, país em que as ações indenizatórias contra os fabricantes de cigarro começaram em 1954, está acontecendo, aparentemente, em poucos anos no Brasil, apesar de haver neste uma complexidade socioambiental mais intensa <sup>1</sup>. Um dos motivos para isto é o processo de globalização cultural, que tem nos meios de comunicação e agências de notícias dos países centrais o seu núcleo e modelo editorial para seus congêneres nos países semiperiféricos e periféricos. Entretanto, cabe observar que, *estando a própria teoria da democracia desafiada no enfoque desta problemática transnacional e sendo os processos judiciais contextualizados pela dinâmica da globalização econômica, existe ainda amplo espaço de manobra para as estratégias de crescimento da indústria, simultaneamente à abertura de espaços para grupos de cidadãos contrários tanto ao fechamento político de Estados-nações quanto às CTNs do tabaco*. Com efeito, o que é *definidamente público na saúde transnacionaliza-se num contexto que favorece a ambigüidade e a controvérsia*. Desta forma, a notícia de que o Departamento de Justiça dos EUA abriu processo contra as maiores CTNs por fraudar e enganar o público desde a década de 1950 repercute globalmente (Lacey, 1999), mas de tal forma que em cada sociedade nacional, em cada região subnacional – o grau de esclarecimento da controvérsia gerada é moldado pelo grau de organização das forças sistêmicas, anti-sistêmicas e transistêmicas, ou, por outras palavras, pelo embate entre *redes estratégicas* e *redes multifragmentárias*, conforme deverá ficar claro neste e no próximo capítulo.

“O capitalismo não é criticável por não ser democrático, mas por não ser suficientemente democrático”, escreve Santos, defendendo uma renovação teórica segundo a qual a limitada democracia representativa deveria ser articulada à chamada democracia participativa (Santos;1995: 270,271). Para tanto, faz-se necessário que o campo do político seja radicalmente redefinido e ampliado. A teoria política liberal transformou o político numa dimensão *setorial* e *especializada* da prática social – o espaço da cidadania – e confinou-o ao Estado. Em seguida, todas as outras dimensões da prática social foram despolitizadas e, com isso, mantidas imunes ao exercício da cidadania. A nova teoria democrática deverá proceder à repolitização global da prática social e o campo político imenso que daí resultará permitirá “desocultar formas novas de opressão e de

dominação, ao mesmo tempo que criará novas oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e de cidadania” (Santos, 1995: 270). Esse novo campo político não é, contudo, um campo amorfo. “Politizar significa identificar relações de poder e imaginar formas práticas de as transformar em relações de autoridade partilhada” (Santos, 1995: 271).

Nos capítulos anteriores procurei desocultar formas de opressão e dominação (globais, nacionais e regionais) das CTNs de tabaco sobre os cidadãos, reduzidos à condição de produtores ou consumidores, e agora procuro resgatar formas de articulação democrática da sociedade tanto no sentido de defender-se quanto de contra-atacar e procurar alternativas viáveis de vida. Trato de responder as seguintes perguntas: de que forma os cidadãos brasileiros resistem às estratégias das empresas fumageiras? Como a questão da produção de tabaco é articulada à conscientização ambiental e à noção de desenvolvimento sustentável? Como os problemas de saúde gerados pelo tabagismo transcendem os dramas pessoais e familiares para tomar espaços públicos por intermédio de ONGs, movimentos sociais, eventos e programas institucionais? Em síntese: *que faces e dilemas da cidadania antitabagista e antifumo são identificáveis, no Brasil contemporâneo?*

Em trabalhos anteriores, ao tratar das iniciativas ambientalistas, utilizei a expressão *ambientalismo multissetorial e/ou transectorial*, referindo-me a um fenômeno que transcende as fronteiras de classe social e atinge diversos segmentos da sociedade (Boeira, 1998; Viola & Boeira, 1990). No caso do tabagismo percebo um processo semelhante, embora mais fragmentado e incipiente, em forma de uma *rede multifragmentária*. Segundo esta abordagem, a divisão rígida entre Estado, mercado e *terceiro setor* é inapropriada, particularmente neste último caso, embora a distinção entre estes espaços sociais seja esclarecedora (Runyan, 1999). (Voltarei a este aspecto mais adiante). Conforme mostrei no cap.1, há uma longa história de gestação do conflito entre a produção/industrialização e a crítica social aos efeitos do consumo. Ocorre que tal história, durante o período de globalização e informalização do capitalismo, complexifica-se tanto por parte das CTNs de tabaco quanto por parte dos que se sentem atingidos por estas.

Com efeito, Beck observa que a modernidade reflexiva implica na emergência de uma *individualização* peculiar:

“(...) ‘individualização’ significa, primeiro, a desincorporação, e, segundo, a reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros modos de vida, em que os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas próprias biografias. (...) significa a desintegração das certezas da sociedade industrial, assim como a compulsão para encontrar e inventar novas certezas para si e para os outros que não a possuem. Mas também significa novas interdependências, até mesmo globais. A individualização e a globalização são, na verdade, dois lados do mesmo processo de modernização reflexiva” (Beck, 1997:25,26).

O autor diz que a individualização é uma compulsão pela fabricação, pelo autoprojeto e pela auto-representação não apenas da própria biografia, mas também de seus compromissos e articulações sociais, discordando, assim, dos que a entendem como simples individualismo, atomização, isolamento, solidão. Beck percebe (e concebe) um processo de despadronização e crescente autonomia, cheio de dúvidas e dilemas, é verdade, mas que conduz à emergência do que ele chama de *subpolítica*:

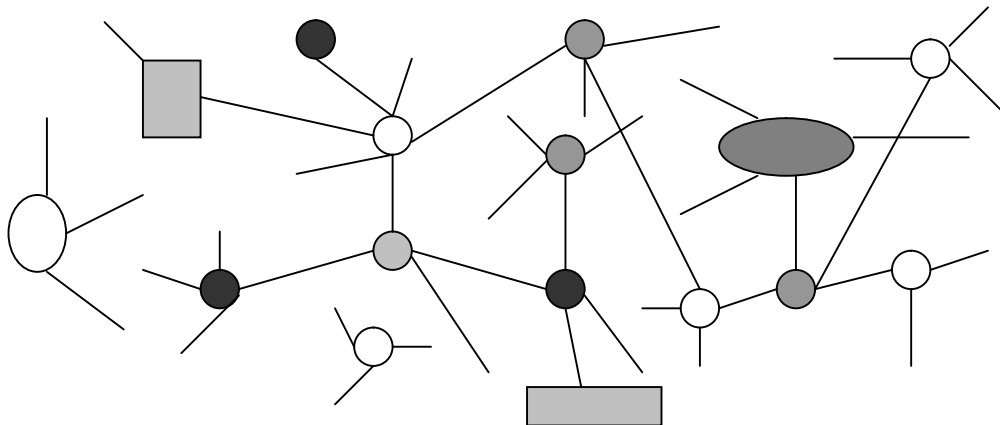
“Em resumo, um mundo duplo está adquirindo vida, e uma parte dele não pode ser representada na outra: um mundo caótico de conflitos, jogos de poder, instrumentos e arenas que pertencem a duas épocas diferentes, aquela do *não ambíguo* e aquela da modernidade *ambivalente*. Por um lado, está se desenvolvendo um vazio político das instituições; por outro, um renascimento não institucional do político. O sujeito individual retorna às instituições da sociedade.” (...) Qualquer um que olhe a política de cima e espere resultados está negligenciando a auto-organização do político, que – pelo menos potencialmente – pode movimentar *subpoliticamente* muitos ou até todos os campos da sociedade. (...) Assim, procuramos o político no lugar errado, nas tribunas erradas e nas páginas erradas dos jornais. Aquelas áreas de tomada de decisão que têm sido protegidas pelo político no capitalismo industrial – o setor privado, os negócios, a ciência, as cidades, a vida cotidiana – são aprisionadas nas tempestades dos conflitos políticos da modernidade reflexiva (Beck, 1997: 28,29, 30).

Para representar algumas faces da subpolítica antitabagista recorro, como disse, à noção de rede, que, segundo Latour, é “mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica do que a de complexidade” (Latour, 1994:09) <sup>2</sup>. No meu ponto de vista, há mais complementaridades que contraposições entre estas idéias. No caso do enfoque sobre o sistema global, a partir da teoria de Sklair (cap. 2), a noção de sistema

contribui com a percepção de um fenômeno que *transcende as partes*, ou seja, os Estados-nações. Agora, ao tratar das faces da cidadania, focalizo *as partes* que estão começando a articular-se, a emergir, subpoliticamente, ou seja, sem contar com um sistema ideológico ou físico formado, fechado, consolidado. Ainda assim, pode-se dizer que a rede multifragmentária é também sistêmica, desde que a noção de sistema seja subordinada ao paradigma da complexidade: trata-se aqui de sistema aberto (ou contraditório) e não fechado (ou determinista), como no paradigma disjuntor-redutor.

O movimento antitabagista ou antifumo *latu sensu* tem uma longa e nebulosa história, na qual se percebe pluralismo ideológico (aqui o termo *ideologia* se refere apenas a *sistemas de idéias*), com aspectos religiosos, espiritualistas, terapêuticos, socioeconômicos, jurídico-políticos, socioambientais, etc. Pode ser concebido como rede multifragmentária de movimentos, de ONGs, de cidadãos autônomos, com diversos formatos em sua organização, abrangência e inserção na temática. Veja-se um modelo abstrato desta idéia:

Figura 4: **Modelo de rede multifragmentária**



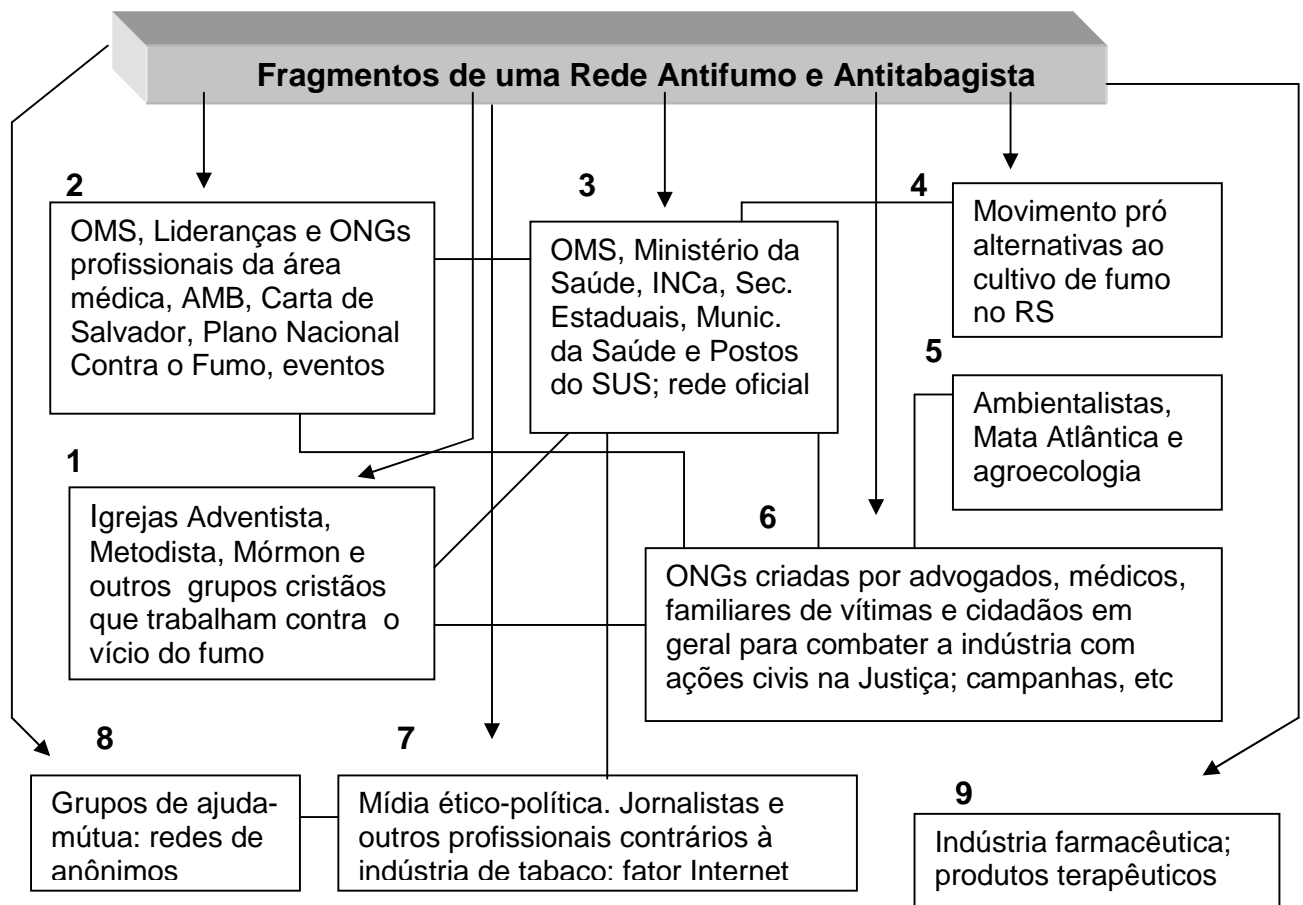
Na figura acima inexistente um elemento central ou predominante, como é a diretoria de uma empresa para o conjunto de suas filiais ou como é o Estado para a sociedade (do ponto de vista da sociedade política, bem entendido). Além disso há elos ou fragmentos com diferentes formatos (e cores), alguns sem conexões aparentes com os demais, constituindo uma imagem um tanto caótica. Tal rede pode ser concebida como sistêmico-virtual, na medida em que as temáticas do

tabagismo, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental se cruzam, formando conexões e *imbricações*. O que predomina, no entanto, é o pluralismo ideológico e a atuação descentralizada ou multicêntrica, multifragmentária. O ambiente, construído ou natural, exerce uma influência maior do que no modelo estratégico. Há um processo de formação de identidades híbridas, ético-políticas, uma espécie de “hibridização cultural” (Scherer-Warren, 1999b:81), embora tal conceito dê margem a certa confusão, na medida em que anula ou desestimula a percepção de distinções. A complexidade sistêmica, neste caso, não é apreendida por um elemento central, exatamente como ocorre nos ecossistemas naturais (aqueles não marcados pela presença física do ser humano) e também, até certo ponto, no ciberespaço promovido pela Internet. Nem mesmo a OMS dispõe de poder para imprimir uma ordenação pluridirecional (complexa) dos fluxos de informação. Sua centralidade é bloqueada pelo princípio de soberania nacional e pelo processo de democratização interna dos Estados-nações. Nem os órgãos de saúde pública nacionais, como o INCa, têm tal poder ou mesmo tal propósito. A democratização, entretanto, na medida em que se limita ao modelo liberal (democracia representativa ou formal), delimita o alcance da rede multifragmentária, pois pressupõe a não-articulação entre sociedade política e a sociedade civil, ou a subordinação desta àquela. Mesmo no modelo socialdemocrata o que se percebe, comumente, é a centralidade do Estado, uma “estatal-democracia” (Franco, 1998:66). Já no modelo estatista, seja de direita ou de esquerda, vê-se a volta ao mecanicismo, ao paradigma disjuntor-redutor. Por suas características, a rede multifragmentária ou complexa é o modelo que considero adequado para a leitura do conjunto das iniciativas antitabagistas e antifumo. Também para o ambientalismo em âmbito global penso que tal modelo é sugestivo.

Observe-se que as teorias dos movimentos sociais, incluindo o que Gohn intitula *paradigmas norte-americano, europeus e latino-americano*, contribuem potencialmente com análises de alguns dos fragmentos, mas não dão conta da complexidade do conjunto das iniciativas de que trata este capítulo (Gohn, 1997).

A seguir, sintetizo o conjunto dos atores sociais da referida rede:

Figura 5: Grupos de cidadãos e iniciativas institucionais no Brasil



Há uma certa tendência histórica progressiva (embora não linear ou excludente) de manifestação pública no contexto brasileiro entre os fragmentos ou setores de 1 a 4. Na década de 1990 quase todos os fragmentos começam a atuar via Internet e a estabelecer alguns laços, formando uma única rede, ainda que truncada por conflitos de interesses, estratégias e desinformação. Os mais ativos, neste sentido, são os cidadãos e grupos emergentes na segunda metade da década – as entidades de utilidade pública e os profissionais (advogados, médicos, jornalistas) que, na mídia em geral, se posicionam frontalmente contra as CTNs de tabaco, gerando um movimento de opinião pública que retroage sobre todos os demais setores, favorecendo a visibilidade social destes.

#### 4.1. Fragmento 1: tradição religiosa

O fragmento 1, formado pelos religiosos, tem na Igreja Adventista o seu núcleo mais explícito. Conforme visto no cap. 1, a tradição religiosa vincula-se ao antitabagismo desde, pelo menos, 1642, quando o Papa Urbano VIII proíbe o tabaco entre os eclesiásticos. Em 1831 tem início a religião adventista, com sede nos EUA. O trabalho antitabagista deste grupo cristão que atua em 180 países é sistemático e envolve orientação alimentar, além de combate ao alcoolismo:

“Nós praticamos um estilo de vida temperante e saudável. Ensinamos que não devemos abusar do nosso corpo ou participar de qualquer coisa prejudicial à saúde física, mental ou emocional. Abstêmo-nos do álcool, tabaco e outras drogas prejudiciais. Muitos Adventistas do Sétimo Dia são vegetarianos, acreditando que carnes devam ser omitidas da dieta ideal”<sup>3</sup>

A Igreja Metodista, originada de movimento religioso protestante no século XVIII, também tem uma orientação geral contrária ao tabagismo desde 1880. Outro grupo cristão que faz pregação antitabagista é o Mórmon, fundado em 1830 nos EUA . Além destes, vários outros setores cristãos minoritários nas diversas ramificações das igrejas defendem a abstenção de álcool e cigarros, entre outras drogas. Faltam entretanto pesquisas sobre o impacto ou eficácia social destas iniciativas, e também quanto à orientação antidrogas em outras religiões.

No Brasil, os adventistas chegam em 1879 (atualmente têm 206 igrejas em SC) e somam cerca de 867 mil membros ao final da década de 1990. Os metodistas fundam a primeira igreja (das 600 atuais) em 1876 e totalizam cerca de 150 mil seguidores. Os mórmons fundam a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias em 1935 e somam nos anos 90 aproximadamente 93 mil fiéis<sup>4</sup>.

Os dilemas deste fragmento estão associados à relação entre valores pré-modernos (religiosos) e modernos (tecnocientíficos). O que priorizar : a atuação social (extrovertida) ou a ação religiosa (introvertida)? Procuram fazer uma síntese, vinculando a saúde física à saúde espiritual, articulando-se em forma de rede estratégica por meio de escolas, igrejas, com divisão de trabalho justificada e orientada por uma solidariedade cristã.

#### 4.2. Fragmento 2: ONGs médicas

O segundo fragmento, ao contrário do primeiro, assume uma postura social reivindicativa e profissional, diante do Estado. Expressa um diálogo da sociedade civil com a sociedade política, evitando, porém, conflitos ou posicionamentos político-ideológicos muito extremados, a fim de conservar a unidade entre seus associados (isto é válido mais particularmente para as ONGs médicas). Os atores sociais tiram o máximo de proveito de sua condição de especialistas na área médica. A OMS aparece aqui como fonte de informação e de legitimação pública. Mais do que no caso anterior, há a emergência de um *movimento social a partir e por intermédio das instituições*, que dá continuidade no país às deliberações das Assembléias Mundiais de Saúde promovidas pela OMS. Não se limitam a reproduzir informações técnicas desta. Neste fragmento há lideranças que fazem pesquisas e propõem políticas públicas específicas sobre tabagismo, contrariando fortes interesses político-econômicos. A seguir, descrevo sua trajetória de meados dos anos 70 até 1989/90, período durante o qual a atuação das ONGs médicas foi mais relevante, embora ainda mantenham seu perfil na atualidade, com aumento de interação em forma de rede.

Entre 1970 e 1990, a OMS estabelece resoluções antitabágicas em diversas Assembléias Mundiais de Saúde, todas elas repercutindo nas decisões dos atores sociais envolvidos com o antitabagismo no Brasil. Em síntese, tais resoluções repetem propostas que estimulam a criação de planos e programas nacionais. Em 1970 (23<sup>a</sup> Assembléia), 1971 (24<sup>a</sup>), 1976 (29<sup>a</sup>), 1978 (31<sup>a</sup>), 1980 (33<sup>a</sup>), 1986 (39<sup>a</sup>) há inclusão de propostas de estudos de viabilidade econômica *visando diversificar culturas e substituir as de tabaco por cultivo de alimentos*. Em 1986 (39<sup>a</sup>) afirma-se que o número de mortes no mundo por doenças tabaco-associadas chega a pelo menos um milhão a cada ano; neste mesmo documento também se faz a primeira referência à expressão “tabagismo passivo” (fumaça ambiental, ETS). Em 1989 (42<sup>a</sup>) afirma-se que a cada ano morrem “mais de dois milhões”, embora se aponte, pela primeira vez, a diminuição do consumo de tabaco nos países “desenvolvidos” como resultado de ações antitabagistas. Nas resoluções de 89 também se faz referência pela primeira vez à necessidade de



exame das *repercussões da produção de tabaco no meio ambiente* (além de na economia e na saúde). Em 1990 (43ª Assembléia) aponta-se a perspectiva de três milhões de mortes anuais durante a década, podendo passar até dez milhões a cada ano antes do decênio de 2020 (Roemer, 1995).

A primeira reunião institucional (não-religiosa) contra o tabagismo no Brasil acontece em 1975, em Porto Alegre, por iniciativa de médicos e autoridades públicas de saúde e educação. Antes desta data há apenas atividades isoladas na Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo (Dario, 1996).

Gradualmente, as iniciativas contra o tabagismo começam a ganhar corpo, sucedendo-se medidas de caráter nacional. A primeira é a redação da *Carta de Salvador*, por um grupo de médicos de vários estados reunidos na Bahia, em março de 1979 – a iniciativa do encontro é do Instituto Brasileiro para Investigação do Tórax (IBIT). A carta relata os malefícios do cigarro à saúde e os prejuízos econômicos e ecológicos provocados pelo seu consumo; faz um retrato do tabagismo no país e indica medidas antitabágicas. É uma espécie de *manifesto do antitabagismo brasileiro*.

Cabe destacar alguns trechos deste documento (Rosemberg,1981). Inicialmente, nota-se o conflito com a modernidade – *senal de reflexividade social* que, apesar de antecipar-se ao futuro do movimento, permanece prisioneiro das estruturas burocráticas da época:

“O homem moderno traz consigo, inconscientemente, uma opaca vocação suicida. Nascido para conviver, ele se fecha em uma concha impermeável e rígida, onde apenas sobrevive. E, pouco a pouco, ele se esquece do *outro*. O *outro* é o seu semelhante; o *outro* é também o seu ambiente. Extinta, assim, a seiva de amor que o percorria, o homem, como um ser solitário e não mais solidário, os repele e agride. (...)”.

Em seguida, observa-se a caracterização do tabagismo como pandemia:

“(...) O uso imoderado do fumo, que mais e mais se generaliza, condicionou em verdade o advento de uma nova, lenta e permanente pandemia. Ao contrário das demais, habitualmente agudas e periódicas, o tabagismo é uma epidemia crônica e constante. Seu agente etiológico, o

cigarro, é um tóxico atraente, perfeito, que se adquire direta e voluntariamente em qualquer esquina e a baixo preço. Sim, que se compra barato, mas se paga caro.”

Sob o subtítulo *Ecologia e epidemiologia*, os manifestantes firmam sua consciência ambientalista, antecipando uma tendência dos anos 90:

“Do ponto de vista ecológico, não devemos esquecer, antes reconhecer e propalar, que cada hectare de plantação de tabaco, nos países em desenvolvimento, obriga à devastação de outro tanto de floresta, a fim de gerar o calor necessário à fermentação da nicotina. Cada 300 cigarros fabricados exigem a queima de uma árvore. Assim, um só fumante médio destrói, inconscientemente, duas árvores por mês. E já somos 25 milhões de fumantes. Mas não é só: 30% de todos os incêndios ocorridos em florestas, aviões, hotéis, museus e outros edifícios são provocados por cigarros.”

Entre as *razões para uma campanha antitabágica*, os autores da *Carta de Salvador* citam a OMS, dizendo que “o controle do hábito de fumar cigarros fará mais pela saúde do homem e por sua expectativa de vida do que qualquer outra ação de medicina preventiva.” E propõem, entre outras coisas, que seja criado um “Comitê Nacional de caráter multiinstitucional”, depois de reconhecerem que “apesar de suas extensas e profundas implicações políticas, econômicas e sociais, uma ação antitabágica deverá ser conduzida dentro das diretrizes e normas essenciais de uma campanha de saúde pública”. (Nesta última frase vê-se a limitação característica deste e também do fragmento 3: o setorialismo tecnocientífico).

Também defendem uma aplicação progressiva das medidas propostas, “de acordo com sua receptividade” e uma “ação paralela de esclarecimento público, particularmente dirigida aos líderes comunitários, aos médicos, professores, políticos, juristas, legisladores e clero”<sup>5</sup>.

Este documento obtém imediata repercussão nacional : quatro meses depois, em julho de 1979, por iniciativa da Associação Brasileira de Cancerologia, reúnem-se 46 participantes e representantes de entidades médico-científicas, órgãos públicos (de saúde, educação) e sociedades de serviços à comunidade

para elaborar o Programa Nacional Contra o Fumo (PNCF) – que é assumido pela Associação Médica Brasileira (AMB) em 12.08.1979 (Rosemberg, 1981: 321).

Na estratégia do programa, focalizam-se três aspectos principais: educativos, políticos e econômicos. Destaco os dois últimos:

[aspectos políticos]

“A Comissão Nacional deverá enviar solicitação ao Congresso, a fim de que seja instituída uma CPI sobre fumo e saúde. A solicitação deverá ser instruída com a Carta de Salvador e informações pertinentes ao assunto, tais como relatórios da OMS e livro do professor José Rosemberg. Esta CPI deverá provocar revisão da legislação e/ou aprovação de novas leis referentes a: controle da propaganda de cigarros; proibição de fumar em locais determinados; venda de cigarros e similares; impostos; advertência dos riscos do tabagismo”.

[aspectos econômicos]

“A Comissão Nacional deverá estimular a realização de pesquisas sobre custo-benefício de programas antifumo. Estimular o governo a: a) estabelecer incentivos fiscais ou equivalentes para a conversão de culturas de tabaco em outras de maior interesse comunitário; b) desencorajar investimentos de capital em indústrias de tabaco; c) bloquear a entrada de capital estrangeiro que se destine à aplicação em indústrias de tabaco; d) recusar o apoio oferecido pelo Banco Mundial, FAO e outras entidades internacionais para o desenvolvimento de culturas de tabaco. (...)”.

Este conjunto de propostas revela-se muito radical e idealista dentro do contexto sociopolítico do regime militar e ao longo da primeira metade da chamada “década perdida”, sendo minimamente adotado em 1985.

Outro documento histórico é aprovado: a 33<sup>a</sup> Assembléia Mundial de Saúde, realizada em maio de 1980, decide reforçar propostas anteriores propondo “ênfase especial às medidas educacionais, particularmente com respeito à juventude, e de proibição, de restrição ou limitação da publicidade dos produtos do tabaco”. Ressalta-se também o “caráter multidisciplinar e intersetorial das correlações entre tabaco e saúde” e a necessidade de colaboração da OMS com a FAO e organizações não-governamentais no que se refere à busca de diversificação das culturas nas áreas de plantio do tabaco (Rosemberg, 1981: 327).

Em abril de 1980, é realizado o 1º Combat – Conferência Brasileira de Combate ao Tabagismo, em Vitória (ES). Em 1982, a AMB cria a Comissão de Combate ao Tabagismo, para desenvolver atividades de informação, divulgação, educação e elaboração de projetos de legislação. Em 1984, realiza-se em São Paulo o Seminário da União Internacional Contra o Câncer, na qual é analisada a luta antitabágica na América Latina. Conseqüentemente, cria-se o Comitê Latino-Americano Coordenador do Controle de Tabagismo. Ainda em 1984, também em São Paulo, realiza-se o 2º Combat e o Simpósio Nacional sobre Controle do Tabagismo, evento do qual participam autoridades oficiais dos EUA, além de técnicos e autoridades brasileiras. Compara-se o problema do tabagismo nos dois países e discute-se a formação de líderes de opinião pública no Brasil (Dario, 1996:29).

O primeiro ato oficial, federal, resultante da pressão antitabágica, ocorre em 1985, com a criação, pelo Min. da Saúde, do Grupo Assessor para o Controle do Tabagismo. Composto por representantes de diversas instituições nacionais, o Grupo destaca-se pela criação do Plano Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT), baseado no programa da AMB, mas enriquecido de definições sobre aspectos educativos, políticos e econômicos e de uma política de implementação na qual se define como metas a prioridade à disseminação de informações e a descentralização das medidas via estados e municípios (Dario, 1996: 29). Entretanto, o isolamento setorial e burocrático da área de saúde, agravado pela crise financeira da administração pública em geral nos anos 80, faz com que o PNCT permaneça sem um efetivo processo de descentralização coordenada.

Na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, realizada em Brasília, o Seminário *Tabagismo* é coordenado pelo Grupo Assessor e conta com a participação de quase todas as secretarias de Saúde e Educação dos estados, representantes dos Min. da Saúde e da Fazenda, de vários outros órgãos oficiais, associações médicas e técnicos em tabagismo. Analisam-se aspectos de saúde, econômicos, de comunicação e propostas políticas (Dario,1996). O antitabagismo ganha certa visibilidade nacional, mas ainda muito restrita aos órgãos oficiais. O Min. da Fazenda apenas toma conhecimento das intenções do setor saúde.

Somente em junho de 1986, o Congresso Nacional decreta e o então presidente José Sarney sanciona a lei que institui o dia 29 de agosto como *Dia Nacional de Combate ao Fumo* (D.O.,12.06.1986). A propósito, já em 1983 o RS aprovara lei estadual proibindo o fumo em áreas fechadas de escolas, salas de reuniões, estabelecimentos públicos de saúde, etc., uma lei sem fiscalização e muito desrespeitada (Glock, 1998: 04,05).

Somente em outubro de 1988 entra em vigor a portaria do governo federal que restringe o fumo em órgãos públicos e obriga que os maços de cigarros, tal como as peças publicitárias, tenham advertências sobre os perigos do tabagismo. Esta é a medida de maior visibilidade pública do antitabagismo no Brasil durante os anos 80. Também em outubro de 88 é promulgada a Constituição Federal, determinando que o Congresso Nacional regulamente a publicidade de cigarros. (Voltarei a este aspecto no tópico sobre o fragmento 3).

Em 1989 acontece o 3º Combat, com a participação de todos os coordenadores de programas do setor. Na ocasião, é aprovado o documento *A Organização da Luta Contra o Fumo no Brasil*, que representa o máximo de consciência organizativa obtida até então e estabelece estratégias e propostas para o setor (Dario, 1996).

Os dilemas das ONGs médicas estão, a meu ver, associados à relação entre tecnociência e política. O que priorizar? Sua politização ameaça sua unidade corporativa, da qual depende. Os valores vinculados ao profissionalismo médico distanciam-se da política, embora o próprio desenvolvimento da tecnociência (diagnósticos computadorizados, etc) e as possibilidades crescentes de interação social lhes dê maior autoridade política para pressionar o governo e criticar as CTNs do tabaco. O enfoque da teoria da mobilização de recursos (TMR) pode auxiliar na pesquisa específica sobre este fragmento (Gohn, 1997).

#### 4.3. Fragmento 3: saúde pública

O Instituto Nacional do Câncer (INCa) é o órgão que centraliza as ações governamentais do Min. da Saúde não somente no que se refere a prevenção, detecção precoce, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos relativos ao câncer, mas também ao controle do tabagismo, embora este, como foi visto no cap. 1, esteja associado a diversas doenças. O INCa tem sua história ligada ao Centro de Cancerologia do Hospital Estácio de Sá, no RJ da década de 1930, período em que os efeitos sociais da industrialização de cigarros no país começavam a acentuar-se. Em 1941 estabeleceu-se o Serviço Nacional de Câncer e em 1957 o presidente Juscelino Kubitschek inaugurou o Instituto de Câncer, um prédio de 11 andares e 350 leitos no centro do Rio. O INCa foi reconhecido oficialmente em 1961 e em 1967 o Min. da Saúde instituiu a Campanha Nacional de Combate ao Câncer (CNCC). Nos anos 70 o INCa é incluído na Divisão Nacional de Câncer do Ministério. Entretanto, é somente na década de 1980 que ganha destaque, com renovação de sua equipe profissional e administrativa. Depois da abertura política em meados dos anos 80 o Instituto começa a valorizar mais a *prevenção* das doenças e é neste sentido que o combate ao tabagismo ganha certa relevância. Não se trata mais de cuidar apenas da elite, embora a democratização das ações preventivas exija um longo processo de preparação e, inclusive, uma reestruturação do INCa. É o que ocorre principalmente na década de 1990, em especial na segunda metade. Em 1991, a competência do Instituto é assim definida (e em 1998 corroborada):

- I – Assistir o Ministro de Estado na formulação da Política Nacional de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer;
- II – Planejar, organizar, executar, dirigir, controlar programas, projetos e atividades, em âmbito nacional, relacionados à prevenção, diagnóstico e tratamento das neoplasias malignas e afecções correlatas;
- III – Exercer atividades de formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos em todos os níveis, na área de cancerologia;
- IV – Coordenar, programar e realizar pesquisas clínicas, epidemiológicas e experimentais em cancerologia;
- V – Prestar serviços médico-assistenciais aos portadores de neoplasias malignas e afecções correlatas” (<http://www.inca.org.br/>).

Para cumprir este ideário, o INCa precisa contrariar, ao menos em parte, a lógica economicista da saúde pública (de que tratei no cap. 3), estimulando uma abertura democrática a partir do Min. da Saúde e, assim, ampliar o espaço do

exercício da cidadania. Sinais neste sentido aparecem na forma de contrapropaganda e combate às estratégias das indústrias de cigarros. Veja-se a seguir as mudanças nas “advertências” do Min. da Saúde:

**Quadro 22: Advertências do Ministério da Saúde – Contrapropaganda**

|              |  |
|--------------|--|
| <b>1988:</b> | “Fumar é prejudicial à saúde” (sem sonorização na TV).                       |
| <b>1996:</b> | “Fumar pode causar câncer do pulmão, bronquite crônica e enfisema pulmonar”; |
|              | “Fumar durante a gravidez pode prejudicar o bebê”;                           |
|              | “Quem fuma adoce mais de úlcera do estômago”;                                |
|              | “Evite fumar na presença de crianças”;                                       |
|              | “Fumar provoca diversos males à sua saúde”.                                  |
| <b>1999:</b> | “Fumar causa impotência sexual”;   |
|              | “Fumar causa câncer de pulmão”;  |
|              | “Fumar provoca infarto do coração”;  |
|              | “A nicotina é droga e causa dependência”;                                    |
|              | “Crianças começam a fumar ao verem os adultos fumando”.                      |

Fontes: D.O., Min. da Saúde. Port. nº 490, de 25.08.1988; 1050, de 08.08.1990; Lei nº 9.294, de 15.07.1996; Port. 695, de 01.06.1999 e Port. Intermin. 477, de 24.03.1995.

Entre 1988 e 1996 chegou-se a elaborar uma proposta mais ousada de portaria ministerial, mas houve forte reação do setor fumageiro. Veja-se o que diz a Afubra, em 1995, sobre as mensagens que se tornaram públicas somente em 1996:

“As advertências alertando para o mal do cigarro à saúde, antes categóricas, agora são mais equilibradas. Para editar a nova portaria, os ministérios da Saúde, Justiça e Comunicação entraram em entendimentos com as associações da indústria do fumo (Abifumo), de agências de propaganda (Abap), de emissoras de rádio e televisão (Abert), de anunciantes (ABA), de jornais (ANJ) e das empresas de revistas (ANER), cujas entidades assinaram carta de compromisso, concordando com as novas medidas” (Seffrin, 1995:129).

Foi preciso mobilizar três ministérios e cinco ONGs da elite empresarial, durante o governo de Fernando H. Cardoso, para decidir-se passar sobre o Congresso Nacional e ignorar leis vigentes no país. São vários os artigos do Código de Defesa do Consumidor contrariados pela publicidade de cigarros. Afinal, sabe-se que a mesma é enganosa (art. 37) e coloca em risco a saúde dos consumidores (art. 8; 9; 10) (Carneiro, 1991). Isto, apesar de muito claro, pode

tornar-se controvertido na lógica tecnocientífica e tecnocrática de advogados e juízes socialmente irresponsáveis ou comprometidos com as empresas. Afinal, as leis e suas aplicações são construções sociais que têm o *conflito multidimensional – cognitivo, ético, social e político* – como peça chave. Exemplo disso é que, como resultado da decisão interministerial na carta de compromisso com setores da elite empresarial, isentou-se a indústria de, por sua própria conta e risco, informar ao público sobre os efeitos colaterais de seus produtos. Transferiu-se a responsabilidade ao Min. da Saúde, privilegiando-se, assim, todo um setor da economia, com o aval dos empresários da comunicação. Seguiu-se uma tendência internacional, produto de vitória política dos fabricantes de cigarros nos países mais industrializados (Miles, 1982).

O próprio Código Penal, em seu artigo 278, é claro ao definir como crime “fabricar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, entregar a consumo coisa ou substância nociva à saúde, ainda que não destinada à alimentação ou a fim medicinal”. Prevê a pena de detenção de um a três anos, além de multa (Jesus, D.E.,1989:671). Este artigo, entretanto, *não foi citado em nenhuma das mais de 1.500 matérias jornalísticas consultadas na pesquisa para este trabalho. O que é crime de fato não depende apenas da lei, mas do conflito multidimensional a que me referi anteriormente, o qual implica em conflito de paradigmas científicos e socioculturais (conforme visto no cap. 2).*

As observações acima relativizam a importância da mudança na contrapropaganda do Min. da Saúde ocorrida em 1999, em se tratando de cidadania. Mas cabe agora observar o mesmo caso sob outros ângulos: segundo o ministro da saúde, José Serra, a implementação das novas advertências “ocorreu seguindo uma tendência internacional”. Ele acrescenta que, além de serem “mais efetivas e diretas”, foram “formuladas com base em estudos científicos que comprovam suas afirmações, bem como pelo levantamento da legislação referente às advertências veiculadas em outros países” <sup>6</sup>. Já o presidente da Abifumo, Nestor Jost, diz que “elas nasceram do arbítrio do Min. da Saúde, por sugestão dos antitabagistas mais ferrenhos, pois a nosso ver não havia necessidade de alteração” <sup>7</sup>. O presidente da Afubra, Hainsi Gralow, por sua



vez, diz que “as mensagens de alerta nas publicidades de cigarros são impostas pelo Min. da Saúde, imaginando que, com esta atitude, a maioria dos problemas estariam solucionados, o que é um equívoco. A situação crítica da saúde não pode ser atribuída exclusivamente aos supostos malefícios do tabagismo. Os alertas afetam o setor, mas não de forma muito significativa”<sup>8</sup>.

Note-se que, desde 1996, o Brasil dispunha de uma lei federal (nº 9.294, de 15 de julho) que restringia o uso e a propaganda de produtos fumíferos, conforme box a seguir. A maior vitória do ministro Serra foi a proibição da publicidade de cigarros nos meios de comunicação, aprovada em dezembro de 2000. As conseqüências desta medida, entretanto, ainda estão por ser avaliadas, particularmente considerando-se as reações da indústria e de seus aliados (Sato & Weber, 2000).

### Box 3: Aspectos da legislação antitabágica de 1996 a 2000

Art. 2º É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro fumífero, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público, salvo em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente.

Parágrafo 1º Incluem-se nas disposições deste artigo as repartições públicas, os hospitais e postos de saúde, as salas de aula, as bibliotecas, os recintos de trabalho coletivo e as salas de teatro e cinema.

Art. 3º A propaganda comercial dos produtos referidos no artigo anterior somente será permitida nas emissoras de rádio e televisão no horário compreendido entre as vinte e uma e as seis horas.

Parágrafo 1º A propaganda comercial (...) deverá ajustar-se aos seguintes princípios:

II – não induzir as pessoas ao consumo, atribuindo aos produtos propriedades calmantes ou estimulantes, que reduzam a fadiga ou a tensão, ou qualquer efeito similar;

III – não associar idéias ou imagens de maior êxito na sexualidade das pessoas, insinuando o aumento de virilidade ou feminilidade de fumantes;

IV – não associar o uso do produto à prática de esportes olímpicos, nem sugerir ou induzir seu consumo em locais ou situações perigosas ou ilegais. (...).

Tanto as mudanças nas advertências quanto os demais aspectos da legislação resultaram de ação do INCa, mas em interação com as recomendações das Assembléias Mundiais da Saúde desde a década de 1970, com as decisões governamentais dos EUA e de outros países do centro do sistema capitalista. No âmbito nacional, o INCa reconhece que a “pressão econômica e o *lobby* da indústria tabageira tornam difícil a obtenção de legislação específica” (INCa, 1996, 59). Nas últimas legislaturas têm surgido um grande número de projetos de lei que não progredem sendo, na sua maioria, arquivados

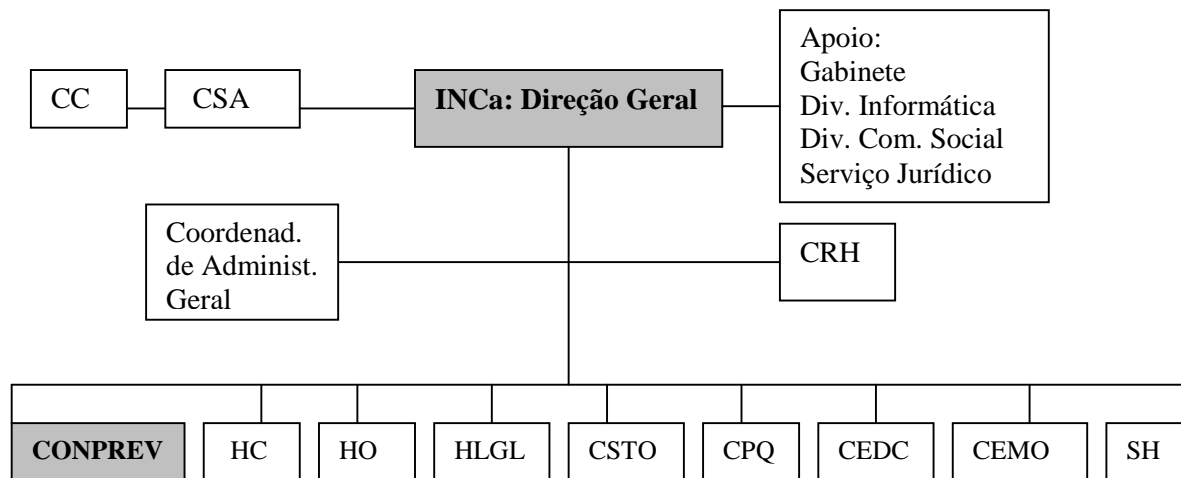
por não terem sido apreciados até o fim da legislatura, ou por serem recusados (INCa, 1996: 59). Um enfoque estatocêntrico ou liberal da democratização brasileira minimiza a percepção da importância destas mudanças. E, no entanto, elas sinalizam, a meu ver, um confronto relevante dentro do capitalismo global, particularmente no Brasil: a cidadania e a saúde pública *versus* todo um setor da economia e seus aliados de classe.

As advertências do Min. da Saúde são significativas, mas representam apenas a ponta de um *iceberg* institucional em expansão, ainda que esteja estruturalmente limitado por uma política setorial. Não me refiro agora aos bastidores das negociações políticas, mas às mudanças promovidas pelo INCa na década de 1990, particularmente na segunda metade, que de certa forma *preparam um confronto com as estratégias das indústrias em cada município brasileiro*. Em 1996, o programa de municipalização do controle de tabagismo havia atingido 763 municípios e treinado 392 profissionais de saúde e educação. Em 1999 já haviam sido capacitadas equipes nos 26 estados e no Distrito Federal, as quais viabilizaram o treinamento de coordenadores do programa em 3.000 municípios, cerca de 60%. Isto significa que a criação de *infra-estrutura física para a política descentralizada*, com desenvolvimento de ações pontuais em 31 de maio (Dia Mundial Sem Tabaco), 29 de agosto (Dia Nacional de Combate ao Fumo) e 27 de novembro (Dia Nacional de Combate ao Câncer), além de implementação de ações pedagógicas contínuas em escolas, unidades de saúde e ambientes de trabalho – já foi viabilizada na maior parte do país. Além disso, o INCa planeja: a) implementar um sistema de monitoramento e avaliação a fim de desenvolver um Sistema Nacional de Informação sobre Fatores de Risco de Câncer; b) apoiar medidas legislativas e estabelecer Centros de Tratamento da Dependência à Nicotina. Mais especificamente, pretende-se atingir 20.000 escolas, 10.000 unidades de saúde e 10.000 ambientes de trabalho, a fim de *estabelecer a continuidade* do programa em 2.000 escolas, 1.000 unidades de saúde e 1.000 ambientes de trabalho. Para tanto, é necessário capacitar representantes de 4.000 Secretarias Municipais de Saúde.

Há uma limitação central nas metas do INCa na medida em que *excluem a prioridade* à “mobilização de diversos setores da sociedade para a busca de culturas alternativas para substituir o plantio do tabaco” (INCa.,1997). Percebe-se, assim, que o Instituto procura primeiro estabelecer suas bases de apoio e extensão nos municípios, visando aspectos estritamente setoriais e culturais antes de um confronto aberto com a lógica economicista, que fica restrito à contrapropaganda. Um confronto mais amplo e direto, ainda que *restrito à lógica da tecnociência*, é preparado desde 1996, com um estudo econométrico (encomendado à FGV) sobre produção, preços, publicidade, consumo e arrecadação relacionados ao tabaco e seus derivados, visando-se a elaboração de um modelo econométrico envolvendo as diversas variáveis e uma avaliação da relação custo-benefício para o país. A ação setorial do INCa e do Min. da Saúde encontra sérios obstáculos políticos, dentro e fora do governo, para *priorizar a busca de alternativas* ao cultivo de tabaco. Como será visto no fragmento 4 é a ação interinstitucional microrregional, sob coordenação da sociedade civil e das igrejas cristãs que estabelece elos, ainda que frágeis, entre o INCa e os demais grupos.

A tendência do parlamento é de favorecer a interação dos fragmentos da rede antitabaco, mas sem apoio do governo federal. Em meados de dezembro de 2000 o Congresso aprovou projeto de lei que, além de limitar a veiculação da publicidade aos locais de venda, previa uma ajuda aos fumicultores, por meio de incentivos fiscais e tecnológicos que viabilizassem culturas alternativas (Lopes, 2000). Entretanto, dias depois Fernando Henrique, ao sancionar a lei antitabaco, vetou os incentivos previstos, deixando às Universidades, órgãos estaduais de pesquisa agropecuária, prefeituras e fumicultores a tarefa de encontrar alternativas viáveis (Sato e Weber, 2000).

As razões da fragilidade contemporânea a que me refiro aparecem no próprio organograma a seguir, que mostra como é estruturado o INCa ao final da década de 1990:

Figura 6: **Estrutura do Instituto Nacional do Câncer**

## Legenda:

CSA: Conselho Superior de Administração; CC: Conselho Consultivo; CHR: Coord. de Recursos Humanos; **CONPREV** : Coord. Nacional de Controle do Tabagismo, Prevenção e Vigilância do Câncer; HC: Hospital do Câncer; HO: Hospital de Oncologia; HLGL: Hospital Luiza Gomes de Lemos; CSTO: Centro de Suporte Terapêutico Oncológico; CPQ: Coord. de Pesquisa; CEDC: Coord. de Ensino e Divulgação Científica; CEMO: Cento Nacional de Transplante de Medula Óssea; SH: Serviço de Hemoterapia.

Na estrutura do INCa vê-se que a CONPREV é o setor que centraliza as decisões sobre tabagismo, a partir de 1998, como resultado da fusão da CONTAPP (Coord. Nacional de Controle do Tabagismo e Prevenção Primária de Câncer) e do PRO-ONCO (Programa de Controle do Câncer). Em 1997, a CONTAPP elaborou um detalhado plano nacional (45 p.) de ações e metas até o ano 2000 visando, principalmente, “estimular hábitos saudáveis de vida”, entre os quais está “uma alimentação adequada; a não utilização dos derivados do tabaco e do álcool; a exposição controlada aos raios solares; comportamentos sexuais seguros e hábitos reprodutivos que previnam o câncer. Outro objetivo relevante herdado pela CONPREV é “estimular o controle da exposição aos agentes cancerígenos presentes no meio ambiente e nos ambientes de trabalho”. Para que isto seja possível, o Min. da Saúde entende como necessárias:

- “1. Ações diretamente voltadas para a população em geral; 2. Ações para o estabelecimento de uma rede de prevenção do tabagismo e demais fatores de risco, dentro do paradigma de descentralização do SUS (Sistema Unificado de Saúde); 3. Ações específicas que permeiem os principais canais comunitários – as unidades de saúde, as unidades escolares e os ambientes de trabalho; 4. Ações nos canais legislativos e

econômicos; 5. Ações para a instalação de um sistema de vigilância dos fatores de risco abordados, monitoramento e avaliação dos programas desenvolvidos no país” (INCa,1997).

A busca de “controle” dos fatores de risco não faz referência à construção cognitiva e social das percepções de risco, desconsiderando, por exemplo, a imagem que os cidadãos têm do Estado enquanto estrutura hierárquica, o que pode gerar efeitos contraditórios (Guivant,1998). O ideal de “esclarecer”, de “informar” e mesmo de “educar” os diversos públicos (leigos e acadêmicos) parece pressupor que o INCa seja proprietário de uma racionalidade superior, capaz de, por si só, alterar percepções e comportamentos ao ser assimilada. Ainda que haja referências à discussão crítica do plano e ao aperfeiçoamento multidisciplinar da equipe coordenadora (por meio de estudos de epidemiologia, planejamento, educação, sociologia, psicologia, antropologia, *marketing* e carcinogênese), há clara predominância do enfoque biomédico e epidemiológico, ou seja, tecnocientífico. Se este é indispensável e central nos diagnósticos laboratoriais e nas atividades clínicas – nos diagnósticos sociais, culturais e nas atividades de planejamento das políticas públicas do setor saúde o mesmo perde, a meu ver, centralidade e eficácia social. Maurício Pereira, autor de uma densa obra na área de epidemiologia, reconhece as limitações de sua especialidade diante da “dinâmica sociopolítica” (Pereira,1995:69). A questão que fica, portanto, é a seguinte: até que ponto o INCa conseguirá superar o enfoque tecnocientífico e evitar efeitos contrários aos idealizados? <sup>9</sup> Sabe-se que o setor tem atuado, desde o PNCF, em 1987, como grupo de pressão junto a parlamentares, expondo-lhes gráficos, folhetos, broches de lapela, etc. Este tipo de atuação, objeto comum nos estudos da teoria da mobilização de recursos (TMR), <sup>10</sup> revela-se, contudo, muito limitado diante das estratégias e táticas das indústrias de tabaco e de seus poderosos aliados. Enquanto estas concentram-se na defesa de seus interesses particularistas, a CONPREV focaliza os vários fatores de risco do câncer, sendo o tabagismo apenas um deles.

Os dilemas deste fragmento estão associados à relação entre tecnociência, política, economia e ética pública. O refúgio no particularismo da tecnociência ou dos interesses corporativistas entra em conflito com a responsabilidade

constitucional, portanto ética, jurídica e política. O setor é pressionado pela dinâmica global, na qual tem compromissos com a OMS, e pela dinâmica estatocêntrica, na qual está subordinado a uma política econômica centralizada, que prioriza a macroeconomia e a estabilidade da moeda, em detrimento de mudanças estruturais no setor fumageiro.

#### 4.4. Fragmento 4: movimento antifumo

Esta é uma das faces mais complexas da rede, devido ao pluralismo ideológico e à sociodiversidade. Trata-se de uma *rede de movimentos* (rural e urbano) em formação dentro da rede maior. Há certamente muito o que pesquisar para chegar-se a conclusões bem fundamentadas a respeito (Doimo, 1993; Randolph, 1994). O que faço a seguir é apenas um exame sintético das características gerais e das resoluções de documentos públicos (*Cartas*) do que também pode-se considerar um *movimento multisetorial* antifumo, restringindo-me, para ser conciso, a cinco dos nove eventos promovidos entre 1991 e 1999.

O 1º Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo ocorre em Cachoeira do Sul, nos dias 06 e 07 de julho de 1991. A coordenação é de setores da Igreja Católica (dioceses de Santa Maria, de Cachoeira do Sul e de Santa Cruz), mas entre os 80 participantes estão também membros da Igreja Luterana, da Igreja Adventista, bispos, agricultores, sindicalistas, técnicos agrícolas, professores, enfermeiros, jornalistas, médicos, agrônomos, secretários de saúde e de agricultura, prefeitos, vereadores, estudantes, funcionários públicos, Cáritas Regional do RS, seminaristas, coordenadores do Programa de Combate ao Fumo (em âmbito estadual e nacional) – “todos reunidos com o objetivo de somar esforços na luta contra o Fumo, que significa a luta pela Vida”, conforme a *Carta de Cachoeira do Sul*<sup>11</sup>. Este documento público desencadeia um movimento com características de *estado nascente* (conforme o enfoque de Francesco Alberoni, a ser abordado adiante).

Durante esta reunião histórica dos diversos setores e autoridades públicas interessadas na busca de soluções não apenas para o problema do tabagismo mas também para o da produção de tabaco, destaca-se a iniciativa daqueles setores mais envolvidos com o cotidiano da agricultura. Isto muda o perfil do antitabagismo brasileiro, diferenciando-o do movimento tal como ocorre nos EUA e demais países industrializados, nos quais existe mais mecanização da produção e proporcionalmente menor número de agricultores diretamente envolvidos com agrotóxicos.

A problemática social, econômica e ambiental torna-se, desde então, indissociável das questões sanitárias, que eram predominantes no antitabagismo conhecido no país. A rede se complexifica. O próprio termo “antitabagismo” é parcialmente abandonado, na medida em que está popularmente associado ao *consumo* e não à *produção*. Emerge uma disposição para a luta não apenas *contra* o tabagismo e o cultivo de tabaco, mas também *a favor* da agricultura ecológica, do cooperativismo, enfim, de um modelo sustentável de desenvolvimento rural. Na típica radicalidade de um *estado nascente* os atores acabam opondo a luta pela “Vida” ao “Fumo”, definido como “instrumento de morte”.

Esta referência a uma categoria universalista – *Vida* – em oposição ao *Fumo*, associado à morte, dá uma primeira pista para a compreensão deste fragmento da rede. Alberoni cria a hipótese do *estado nascente* para explicar como surgem os movimentos coletivos autênticos, que não dependem de chefes carismáticos. Tais experiências fazem reemergir na história humana valores universalistas, como Vida, Verdade, Liberdade, Igualdade, Fraternidade (em torno dos quais mais tarde se organizam ideologias e instituições).

A história do Ocidente, diz Alberoni, é constituída, em sua maior parte, por movimentos coletivos: religiosos, políticos, culturais, de todas as dimensões. Alguns são frágeis e dão origem apenas a uma seita, a um culto, a uma escola, enquanto outros geram novas ordens monásticas, igrejas, partidos e mesmo grandes mudanças civilizatórias como a do cristianismo, do islamismo, da reforma

protestante, do iluminismo, do marxismo, etc. “Os sociólogos sempre relutaram em tentar juntar fenômenos tão heterogêneos e tão distantes no tempo e no espaço. Sua mentalidade leva-os ao estudo de um setor definido. (...) Deixando-se fascinar por aquilo que havia de específico, acabaram deixando de lado o que neles havia de universal” (Alberoni, 1991:11).

Pois bem: como ocorre a radicalização que gera valores universais a partir deste caso particular? No primeiro evento os participantes constatam, entre outras coisas, que um dos principais entraves à concretização de alternativas à cultura do fumo é o “inexpressivo financiamento, a falta de garantia de comercialização e de assistência técnica por parte do governo e das instituições financiadoras às outras culturas”. Concluem que interesses econômicos impedem que a luta contra o fumo, através de campanhas de esclarecimento à população, “sejam assumidas conjunta e integralmente pelos que lutam em defesa da vida. Até mesmo o agricultor acaba optando por plantar fumo seduzido pelas *vantagens* oferecidas pelas empresas fumageiras”.

O interesse mais relevante da maioria dos fumicultores de fato continua sendo uma elevação dos preços do fumo. Desde 1986 “as reivindicações por melhores condições de produção e comercialização vêm ocasionando uma série de conflitos entre plantadores e agroindústrias. Não obstante, a produção tabaqueira vem crescendo e sendo estimulada pelas indústrias”, escreve Vogt, acrescentando que “em 1991 a perspectiva para a exportação do fumo brasileiro era alvissareira” (Vogt,1997:246,247). Neste contexto, o que teria levado uma parte da sociedade a propor alternativas à cultura do tabaco? Sem pretensão de fazer uma análise exaustiva, aponto apenas alguns itens para reflexão:

a) Com a abertura da economia à competição global, as estratégias transnacionais das empresas de tabaco tornam-se uma espécie de *caixa preta*, gerando insegurança entre os produtores. Portanto, à nova “ordem” global corresponde uma “desordem” local (Silveira, R.,1997);

b) Em 1991, vive-se no Brasil a preparação para a realização da Conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, no Rio de Janeiro



(Eco-92), havendo fóruns estaduais e locais de ONGs e movimentos sociais organizados em quase todo o país (Fórum de ONGs Brasileiras, 1992);

c) O Rio Grande do Sul, reconhecidamente o estado pioneiro no país na luta contra o uso irracional de agrotóxicos, prepara seu próprio relatório para a Conferência da ONU, tal como os demais estados (Viola, 1992);

d) Há disputa sindical do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e da Afubra com o Sintrafumo que, desde sua fundação em 1989, critica o uso de agrotóxicos e a política conservadora das demais entidades que dizem representar os fumicultores (Vogt, 1997:242-246);

e) Há influência das deliberações da OMS, citada no documento final do Seminário.

A emergência de um ideal de harmonia (ordem idealizada) entre desenvolvimento e meio ambiente choca-se com a desordem local e íntima provocada pela globalização, que se apresenta, via discurso dos industriais do tabaco, como nova ordem instituída. Desta tensão, aqui muito simplificada, podem ter surgido as forças psicossociais para a experiência de *estado nascente*. Analisando as precondições estruturais do aparecimento do estado nascente e seus sujeitos, Alberoni considera que a probabilidade de emergência é máxima nas áreas sociais e nos indivíduos nos quais é extremo o contraste entre ordem e desordem. Nas áreas em que houve profundas mudanças, em que se modificaram os comportamentos e apareceram novas expectativas. Onde o impulso vital explora novos caminhos mas, ao mesmo tempo, permanecem vivos, como obstáculos ou como nostalgia, antigos valores, antigas estruturas sociais. Onde o mundo se mostra desagregado, ameaçado, ou então degenerado, e as pessoas vivem numa mistura de incerteza e receio, de impotência e de ira, de injustiça e desejo. O sociólogo conclui:

“Para além de um certo limiar de desordem e de tensão produzem-se duas alternativas: ou o sistema entra em colapso, o indivíduo se rende ou enlouquece, ou então acontece uma resposta criativa. O estado nascente é uma violenta desestruturação e reestruturação do campo individual e coletivo. Um rápido descondicionamento do passado e uma frenética exploração de novos caminhos. A destruição de um mundo já rachado e o surgir de uma nova entidade coletiva” (Alberoni, 1991: 135).

As “antigas estruturas” e “antigos valores” seriam, neste caso, sintetizados pelo *sistema integrado* desde o início do século XX, mas também ditados pela tradição da fumicultura desde o século XIX (conforme cap. 1). Os sujeitos exploram novos caminhos em forma de *propostas*, que são aprovadas no 1º Seminário Regional e sintetizadas a seguir:

#### Box 4: Propostas do movimento em 1991

- a) Que as Delegacias Estaduais de Saúde realizem e divulguem pesquisas sobre doenças do fumicultor, relacionadas com sua atividade;
- b) Que os poderes públicos possibilitem o crédito, a assistência técnica eficaz e o seguro rural, acessíveis às culturas alternativas, especialmente àquelas produtoras de alimentos;
- c) Que os projetos alternativos sejam incentivados levando-se em conta as características regionais, buscando-se viabilizar a comercialização direta de seus produtos e o intercâmbio entre as suas experiências;
- d) Que seja desencadeado um processo educativo de mudança de mentalidade dos produtores, dos consumidores e da sociedade em geral;
- e) Que a Igreja Católica constitua uma equipe técnica multidisciplinar que busque alternativas à cultura do fumo;
- f) Que todas as escolas rurais e urbanas incluam em suas atividades uma programação sobre a problemática relacionada ao fumo;
- g) Que os núcleos de combate ao tabagismo sejam incentivados em todas as cidades da área de influência das Dioceses em questão;
- h) Que as Dioceses invistam na formação técnica das lideranças que atuam na comunidade;
- i) Que as entidades e os organismos comprometidos com o combate ao fumo trabalhem articulados aos grupos comunitários;
- j) Que todos os participantes dos Seminários, ligados às demais lideranças da comunidade, promovam um trabalho de associativismo e cooperativismo autêntico junto aos pequenos produtores rurais.

O termo *comunidade* aparece com destaque no documento. Sobre isto cabe observar que: a) o mesmo é próprio da tradição religiosa e pré-moderna em geral; b) tal como a referência ao “associativismo e cooperativismo autêntico”, o termo é mais um sinal de uma experiência de *estado nascente* e também do que Maffesoli tem chamado de *neotribalismo*<sup>12</sup>. Seria precipitado, a meu ver, tirar conclusões sobre a ideologia do movimento com base nessas observações. Na hipótese do *estado nascente*, os atores estão em busca do possível, estão alargando seus horizontes. Somente mais tarde, numa fase de maturidade ou já de institucionalização e declínio do movimento, a “elaboração ideológica” se define (Alberoni, 1991: 367,368).

Cabe observar, também, que as propostas são dirigidas a setores *presentes* ao Seminário. E, entre estes, estão representantes do poder público, o que contribui para a *complexidade da rede de contatos* que se estabelece, na medida em que se mesclam atores cuja sociabilidade se dá prioritariamente em ambientes formais, burocráticos, com outros cuja sociabilidade se caracteriza pela chamada “atividade comunitária”. A reflexividade social e institucional emerge.

O 3º Seminário, conforme a *Carta de Rio Pardo*, realiza-se nos dias 10 e 11 de julho de 1993, novamente com a presença de atores diversos e, inclusive, com “representantes das próprias indústrias do fumo”, o que é considerado (provavelmente com ironia) “muito bom”. Os 58 assinantes do documento afirmam:

“Não podemos simplesmente culpar o agricultor pelo uso de agrotóxicos. É necessário buscar os verdadeiros responsáveis que recomendam, incentivam e até exigem o uso destes venenos. Apelamos às autoridades para que estes sejam coibidos e, conforme o caso, aqueles sejam responsabilizados judicialmente”.

Reconhecem que o processo de busca de alternativas à cultura do fumo é “compreensivelmente lento mas também inexoravelmente promissor”. Reafirmam a “ética da solidariedade e da partilha” e aplaudem “todos os legítimos movimentos, associações, cooperativas, grupos ecológicos, movimentos femininos”, na busca de alianças. Acreditam que o processo “conduzirá a uma benéfica mudança de mentalidade, de estruturas econômicas e políticas, contemplando a Reforma Agrária e uma Política Agrícola que beneficie toda a sociedade”. Ao final, mostram-se pacifistas, propondo que o movimento não seja “algo destrutivo, contra essa ou aquela pessoa ou instituição, mas um esforço construtivo (..)”.

No 5º Seminário Regional, em Santa Maria, nos dias 08 e 09 de julho de 1995, o tema predominante é “Planejamento e Comercialização de Culturas Alternativas”. Com a participação de 75 pessoas de diversos setores, o evento aprova por unanimidade (tal como nos casos anteriores) um documento, desta

vez mais detalhado, no qual se dá especial atenção à viabilização econômica de projetos alternativos.

Nas propostas aprovadas percebe-se uma disposição ambivalente dos participantes no sentido de estimular a organização dos produtores num sentido simultaneamente associativo-cooperativo, anticapitalista e com fins lucrativos. Para tanto há orientação em diversos aspectos: de organização empresarial, industrial e comercial; de organização jurídica, social, pedagógica e agroecológica.

Ao final, assumem os seguintes “compromissos”:

- a) Promover, também junto aos órgãos de comunicação social, uma campanha publicitária sobre as vantagens sanitárias de alimentos produzidos sem agrotóxicos (...);
- b) Propor aos órgãos competentes a reorientação dos profissionais na área agrícola (...);
- c) Criar comitês de estudos sobre culturas alternativas (...).

Especificamente em relação à comercialização, propõem-se a:

- a) Esforçar-se por conseguir a definição, em lei, do registro de associações de pequenos agricultores *com fins lucrativos*;
- b) Empenhar-se por conseguir a definição na legislação cooperativista de um mínimo de sete pessoas associadas;
- c) Envidar esforços para obter uma linha de crédito especial aos pequenos agricultores para promover a produção, a industrialização e a comercialização de seus produtos.

Há uma restrição das características de *estado nascente* e um processo de institucionalização de experiências agrícolas inovadoras, condicionadas pela hegemonia da sociedade centrada no mercado. Os participantes *abandonam as referências ao antitabagismo* e se entregam às tarefas organizacionais pragmáticas, animados pela idéia de um *cooperativismo lucrativo*. Não há no documento uma explicitação do conflito entre este modelo e as regras do mercado capitalista.

O 7º Seminário, segundo a *Carta de Sobradinho*, reúne mais de 150 pessoas nos dias 12 e 13 de julho de 1997. Ainda conhecida como “Capital do

Feijão”, a cidade de Sobradinho é escolhida para sediar o evento “porque nessa microrregião, face ao aviltamento dos preços, à carência de adequados subsídios e assistência técnica, fez-se caminho inverso” ao idealizado pelos participantes: da cultura do feijão passou-se à cultura do fumo.

No documento reforçam-se propostas e convicções que “estão se tornando cada vez mais sólidas e compartilhadas”. Neste sentido, nota-se uma certa *radicalização da luta*:

- a) O fumo é veneno e mata; fumo com agrotóxicos é duplamente mortífero. Logo, não desestimular e, ainda mais, promover a cultura do fumo é crime (...);
- b) Declaram que “é chegada a hora de lançar vasta campanha pela proclamação da ilegalidade da cultura do fumo, envolvendo sua produção, comercialização e consumo” (...);
- c) Afirmam que tal cultura “só interessa, pela ordem, ao governo, às indústrias fumageiras e aos varejistas, justamente os que auferem maiores lucros e não sofrem prejuízos sanitários, enquanto os grandes prejudicados são os pequenos produtores rurais, incluídos menores, até crianças, e os consumidores”;
- d) Consideram que “a luta contra a cultura do fumo, esgotado o processo de convencimento, necessita tomar a forma de pressão popular, pacífica, mas persistente e destemida”.

O movimento dá mostras de renovação, conforme o box a seguir:

**Box: 5: Aspirações do movimento em 1997**

- a) Propõem-se a inscrever maciçamente os pequenos agricultores nos programas governamentais de investimentos agrícolas, como o PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e outros (...);<sup>13</sup>
- b) Querem que os recursos dos tais programas sejam gerenciados e repassados aos pequenos agricultores não pelos Bancos, mas pelos fundos agrícolas municipais;
- c) Além do seguro agrícola, querem a criação de “apropriadas linhas de créditos agrícolas subsidiados e rotativos, que contemplem todos os pequenos agricultores” (...);
- d) Reafirmam a disposição de continuar, ampliar e solidificar os projetos alternativos (...), “promovidos com recursos de entidades não-governamentais”;
- e) Dispõem-se a enviar moções de apoio e abaixo-assinados a parlamentares que apresentarem projetos favoráveis à pequena agricultura (...), a exemplo do projeto que prevê a aplicação dos impostos do fumo em favor de alternativas agrícolas (...);
- f) Manifestam sua “desconformidade e progressiva decepção pela falta de política agrícola” (...);
- g) Querem, agindo localmente, habilitar-se a “pensar globalmente”, a fim de integrar-se na “luta pela mudança do sistema socioeconômico em vigor, de corte neoliberal, vencendo sua lógica concentradora e excludente”. (A propósito de cooperativa de crédito rural, ver Búrigo, 1999).

Por fim, reconhecem que muitos projetos alternativos fracassam “não só por falta de acesso ao crédito, dificuldades de comercialização e outras deste gênero, mas também e sobretudo por falta de aprendizagem em trabalhar juntos”. Por isso propõem-se a intensificar a “cultura da solidariedade” e dedicar “tempo suficientemente longo ao treinamento em estratégias adequadas de convivência e trabalho em grupo antes de iniciar projetos alternativos” (...).

O 9º Seminário, em 10 de julho 1999, em Rio Pardo, reúne cerca de 300 participantes de mais de 35 municípios. O tema dominante é o dos produtos transgênicos e o movimento, assim, amplia seu leque de propostas, incluindo a luta contra tais produtos, tanto por representarem uma ultrapassagem dos limites da natureza quanto por viabilizarem a concentração de poder por um grupo de empresas transnacionais associadas à produção de agrotóxicos. No que se refere às alternativas à fumicultura, destacam a importância de um crédito específico que apóie os agricultores que querem sair da produção de fumo e plantar alimentos. Propõem que a agroecologia seja incluída como matéria no currículo escolar. E reafirmam a disposição de continuar o trabalho de conscientização dos consumidores, prefeituras e associações de municípios sobre o valor dos produtos ecológicos e sobre o risco dos produtos envenenados ou modificados geneticamente.

Um dos resultados do movimento foi a organização da Feira Ecológica, na qual cerca de 40 famílias de ex-fumicultores vendem produtos agroecológicos sem intermediários aos consumidores de Santa Cruz do Sul – segundo informa o sociólogo César Góes, residente na cidade. Em municípios vizinhos também ocorre um processo semelhante de formação de feiras coloniais, com crescente diversificação de produtos vendidos.

Os dilemas deste fragmento são muito complexos. As múltiplas variáveis do conjunto dos fragmentos aparecem condensadas dramaticamente no centro da microrregião fumageira. Em princípio, tais dilemas referem-se a *como, em que medida e com apoio de quem* implementar políticas de sustentabilidade ecológica, econômica, sociopolítica e cultural, ou seja, de *ecodesenvolvimento*, tendo como

referencial normativo o ideal de uma sociedade *sustentável* (Vieira, P.F.,1998). Neste caso, a dinâmica paradoxal entre globalização e cidadania torna-se aguda, exigindo uma reinvenção da política, ou uma subpolítica, como diz Beck (1997; Vieira, L.,1997).

#### 4.5. Fragmento 5: ambientalismo

Na rede em exame há também forças transistêmicas, além das anti-sistêmicas (antitabagistas). No sentido de propor uma sustentabilidade ecológica para além do sistema capitalista, destacam-se os fragmentos 4 e 5. Neste último ressalto o papel dos ambientalistas, ainda que criticamente.

A Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (Apremavi), fundada em 1987, tornou-se durante a década de 1990 uma das mais ativas ONGs ambientalistas do Brasil, inclusive fazendo parte da coordenação da Rede Mata Atlântica (RMA), uma articulação nacional que desde 1992 reúne 170 ONGs dos 17 estados de domínio da Mata Atlântica. Apenas 7,3% (94 mil quilômetros quadrados) desta restaram, já que a maior parte da urbanização, da agricultura e da industrialização brasileiras ocorreram às custas da destruição deste ecossistema peculiar por sua rica biodiversidade <sup>14</sup>.

A Apremavi, conforme pode-se constatar no *website* da organização (<http://www.unidavi.rct-sc.br/~apremavi/>), desenvolve um trabalho diversificado de educação ambiental, visando a recuperação da floresta com espécies nativas e a agricultura sustentável, orgânica ou agroecológica, contextualizada por uma abordagem que inclui aspectos socioeconômicos – tanto na sua relação com fumicultores quanto com os demais agricultores, em SC. Tem-se uma noção dos ideais que animam esta ONG observando-se os tópicos abordados nos cursos, que são os seguintes: uma breve história da agricultura antes da Revolução Verde; Surgimento da Agricultura Moderna; Principais conseqüências da Revolução Verde; Surgimento da Agricultura Alternativa com suas várias escolas; Agroecologia e Agricultura Sustentável; Conclusões sobre Agricultura Alternativa;

Agricultura de Solo e de Sol; Teoria da Trofobiose; Adubação Verde e Orgânica; Corretivos Minerais; Defensivos Naturais; Tratamento Hidrotérmico de Sementes de Hortaliças; Flores e sua importância no Controle Biológico; Plantas Indicadoras; Combinações entre Plantas; A Lua e sua importância nos cultivos; Rotação de Culturas; Práticas Conservacionistas; Reciclagem de Resíduos; Noções gerais de Agrossilvicultura; Melhoramento de Variedades; Dificuldades do Modelo Orgânico de Produção; Organização dos Produtores; Normas Técnicas para a Produção Agroecológica; Comercialização; Agroindústria Caseira e Turismo Rural <sup>15</sup>.

Guivant, ao examinar a heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável, alerta para as tendências de idealizações, reducionismos e dicotomias em três correntes, por ela denominadas de *populismo participativo*, *agroecologia* e *terceiro-mundismo sustentável*. Estas vertentes, escreve, coincidem em assumir a mesma dicotomia que criticam, mas numa versão invertida (Guivant,1997). Há o risco de idealizar-se o conhecimento tradicional de agricultores, particularmente do Hemisfério Sul, em contraposição à ciência ocidental que, sob a forma do paradigma mecanicista, teria subsidiado a agricultura moderna desde a 2ª Guerra Mundial, manifestando-se na chamada Revolução Verde.

Parece-me que no RS, particularmente na microrregião de Santa Cruz do Sul, há tendências oposicionistas que se enquadram nas três vertentes acima, e que a abordagem da Apremavi aproxima-se mais claramente da agroecológica. Entretanto, reconheço que seriam necessárias pesquisas específicas nesse sentido para chegar a uma conclusão mais bem fundamentada.

Minha concepção de ambientalismo não se restringe às ONGs sem fins lucrativos – envolve uma variedade de iniciativas, inclusive em setores de partidos políticos (Boeira,1998; Viola & Boeira, 1990). Neste sentido, cabe considerar, ainda que brevemente, o fato de que o Partido dos Trabalhadores, líder da oposição nas últimas eleições, tem assumido algumas propostas ambientalistas <sup>16</sup>.



Nas entrevistas que fiz com dois vereadores do PT, em julho de 1997, ficou clara a divergência dos mesmos em relação ao movimento pró-alternativas ao fumo e uma opção pela luta contra o uso de agrotóxicos na fumicultura, por melhores preços, condições de trabalho, eliminação do trabalho infantil e melhorias na comercialização do fumo <sup>17</sup>. Na gestão do PT no governo estadual (Olívio Dutra foi eleito em 1998), há uma evidente ênfase no *orçamento participativo* (<http://www.estado.rs.gov.br>). Embora não haja um posicionamento definido do partido a respeito da relação tabaco-tabagismo, parece hegemônica a posição que privilegia os interesses econômicos, locais e regionais, há muito dominados pelas estratégias das empresas fumageiras. O setor dominante no PT parece continuar a tradição de governos anteriores no sentido de restringir-se ao *horizonte tecnocientífico* das empresas do setor. A luta contra o uso de agrotóxicos é assim subsumida pelos avanços tecnocientíficos que permitem reduções progressivas no princípio ativo dos mesmos. Colocar-se numa posição contrária à fumicultura é, para o PT, romper com sua ênfase comunitária e participacionista <sup>18</sup>. Em todo caso, as contradições tendem a emergir dentro deste partido à medida em que aumentam suas responsabilidades públicas constitucionais.

A posição da Apremavi é em grande medida semelhante à de ambientalistas e técnicos de órgãos públicos do RS, que aprovaram a *Carta Agroecológica do Rio Grande do Sul*, após três dias de debates, em dezembro de 1999, visando um “modelo de desenvolvimento rural sustentável” <sup>19</sup>. Segundo Guivant, as três abordagens identificadas acima podem apresentar diferenças entre si, mas coincidem em: a) contrapor o conhecimento local (ou tradicional) dos agricultores pobres dos países pobres ao técnico e científico; b) contrapor o conhecimento produzido em termos gerais nos países do Sul ao produzido nos países do Norte. Os limites das mesmas devem-se, em grande parte, a uma superposição entre um objetivo político e as questões teórico-metodológicas:

“A diretriz segundo a qual o conhecimento local dos agricultores deve ser central na formulação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável passa a confundir-se com o pressuposto de que todo conhecimento local é sustentável-holístico, em oposição ao que se identifica como um conhecimento científico predatório-parcial. (...) Falta uma interpretação

menos ingênua dos agricultores enquanto atores sociais competentes, não simplesmente enquadrados na categoria de adotadores de práticas e técnicas agrícolas modernas, como vítimas passivas de uma rede de causas macrossociais ou na de produtores tradicionais, ‘naturalmente’ sustentáveis. (...) As formas como os agricultores estruturam suas propriedades mostram um rico mosaico de práticas, conhecimentos, estratégias e interesses, que configuram diferentes estilos agrícolas por trás das aparências de uniformização. (...) Os agricultores, ao rejeitar o conhecimento ‘externo’ vindo dos técnicos, não necessariamente deixam de receber as informações que estes comunicam. O que isto significa é que eles as transformam e as adaptam às suas condições locais, a partir de sua própria cultura e de suas experiências passadas. Desenvolve-se assim um conhecimento local híbrido. (...) Por sua vez o conhecimento sustentável, também enquanto híbrido, envolve diferentes possíveis combinações entre o conhecimento local e o científico” (Guivant, 1997).

A tendência a privilegiar o conhecimento tradicional e local, no caso da produção de fumo, inibe as tentativas de substituição deste produto em função das consequências de seu consumo em âmbito nacional ou global, atestadas por conhecimentos tecnocientíficos (recentes) como os da Organização *Mundial* da Saúde. A abordagem agroecológica, a do populismo participativo e a do terceiro-mundismo sustentável coincidem, portanto, na inclinação a silenciar sobre os efeitos do tabagismo. Ainda que pessoalmente muitos ativistas de ONGs ambientalistas, políticos e técnicos afirmem ser contrários à fumicultura, as estratégias de integração das empresas e os interesses imediatistas (cidadania passiva ou liberal-conservadora) da maior parte dos fumicultores mantêm-se hegemônicos na região sul, de tal forma que as propostas de eliminação de agrotóxicos, regeneração da Mata Atlântica e agricultura sustentável continuam sendo adotadas no ritmo, na extensão e na profundidade que possibilitem às empresas uma agregação de valor econômico e um aumento de lucro na produção de fumo. Há, portanto, consequências impremeditadas e contraditórias no trabalho de educação ambiental que trata do cultivo de tabaco como se fosse outro qualquer <sup>20</sup>. Da mesma forma como as empresas tiram proveito das críticas antitabagistas para vender mais cigarros com filtros e com os chamados “baixos teores”, também aproveitam a educação ambiental para reduzir custos, agregar valor econômico ao fumo na exportação aos países mais exigentes, ganhar prêmios de *marketing* ecológico, abrindo mercados no processo de globalização. E isto acontece na medida em que a rede de ONGs e movimentos sociais que se opõem às estratégias das empresas mantêm-se *multifragmentária*, predominando

as distinções e separações entre ONGs e cidadãos de cada fragmento sobre a capacidade e disposição de compor articulações.

Os dilemas deste fragmento referem-se ao seu grau de compromisso com a complexidade inerente à relação tabaco-tabagismo. Até que ponto vai a responsabilidade pública do PT ou do movimento ambientalista no que se refere às conseqüências sociais da fumicultura? Por outro lado, é inegável o potencial de articulação com a dinâmica e as propostas emergentes no fragmento 4. Há dilemas político-estratégicos: como combinar medidas de curto, de médio e de longo prazos, visando atendimento às necessidades dos produtores enquanto agricultores e simultaneamente reformando suas necessidades enquanto fumicultores?

#### 4.6. Fragmento 6: ONGs advocatícias

Poucas organizações não-governamentais, no Brasil, têm como prioridade a luta judicial em defesa da saúde de fumantes e de ex-fumantes, além da conscientização social em escolas e empresas. O surgimento deste tipo de ONGs advocatícias (porque lideradas por advogados) em meados da década de 1990 sinaliza uma característica específica da rede antitabagista – confronto direto com as estratégias das indústrias de tabaco, muitas vezes com base nos documentos sigilosos (*The Cigarette Papers* e outros) que se tornaram públicos nos EUA no mesmo período. Não se trata aqui de luta contra o cigarro ou contra o vício, mas contra o ator social mais relevante na determinação das doenças tabaco-associadas. Destacam-se neste sentido a Associação de Defesa da Saúde dos Fumantes (ADESF), a Associação Cearense de Defesa da Saúde do Fumante e Ex-fumante (ACEDESFE) e a Associação Nacional de Assistência ao Consumidor e Trabalhador (ANACONT).

A ADESF foi fundada em 10 de fevereiro de 1995, em Mogi Mirim, São Paulo, por um grupo de advogados respaldados por vários consultores da área médica. Conta com cerca de 1.600 associados e alguns contratos de parceria

com outras organizações, para fins de divulgação de vídeos educativos e inclusive ações judiciais conjuntas. Esta ONG ingressou na Justiça com uma Ação Civil Coletiva Indenizatória em 1995 contra a Souza Cruz e a Philip Morris, tendo conseguido “inverter o ônus da prova” com base no Código de Defesa do Consumidor. Isto significa que as empresas terão que provar em juízo que a nicotina não vicia e que a propaganda de cigarros não é enganosa nem abusiva. Segundo a ADESF, esta inversão do ônus da prova contra tais indústrias é “fato inédito no mundo”, diz o diretor Luiz C. Mônaco. As indústrias contrataram cerca de 200 (duzentos) advogados para lutar contra Mário Albanese, Luiz Carlos Martins Mônaco, João Eduardo Vicente e Jerônimo Romanello Neto, dirigentes da ONG. Isto dá uma idéia da desigualdade na correlação de forças entre as partes. Mais recentemente, a ADESF desencadeou, via Internet, uma campanha pela proibição da propaganda de cigarros. Esta organização mantém contatos com outras congêneres no país e no exterior, fazendo intenso uso de seu *website*: [www.adesf.com.br/](http://www.adesf.com.br/).

A ACEDESFE surgiu em outubro de 1996, em Fortaleza, Ceará, por iniciativa do advogado Otoniel Ajala Dourado e de um grupo de fumantes e ex-fumantes preocupados em alertar jovens adolescentes sobre os riscos do tabagismo e também inspirados na existência da ADESF. A ONG conta com 230 associados mas, ao contrário da ADESF, não cobra anuidade dos mesmos: entende-se que, em função de a população que mais carece dos serviços dispor de baixa renda, a entidade, já declarada de utilidade pública, deve receber ajuda financeira dos órgãos públicos. Por enquanto, a manutenção da ONG é feita com a doação espontânea de associados.

A ACEDESFE articulou uma parceria com uma empresa provedora de acesso à Internet, a Daterranet, passando a dispor livremente de um *site* para ampliar seu raio de atuação, o que de fato tem ocorrido, segundo Elizabete Barbosa, conselheira da entidade <sup>21</sup>. Entre os maiores obstáculos apontados por ela, estão a falta de verbas, de apoio dos governos e também de “engajamento da classe médica”, já que muitos médicos se negam a apontar o tabagismo como uma das causas de morte nos atestados de óbito, dificultando as ações judiciais.

A obrigatoriedade de referência ao “tabagismo” nestes documentos, quando for o caso, é objeto de proposta encaminhada pela entidade ao parlamento.

Além de desenvolver palestras em escolas, em empresas, na sede da entidade e de prestar orientação via e-mail, telefone ou fax, a ACEDESFE já deu entrada na Justiça a quinze ações contra a Souza Cruz e a uma contra a Philip Morris. Numa das ações coletivas em defesa dos fumantes de cigarros chamados “light”, a ONG quer que a empresa comprove ser o produto realmente “light” e que não causa danos ao fumante. Barbosa informa que, dos 31 juízes envolvidos, quatro já se posicionaram, alegando que:

“a) A publicidade da indústria não é enganosa”; b) “O consumidor fuma porque quer e fica doente por culpa própria”; c) “A indústria não precisa alertar sobre danos causados pelo fumo, pois há muita gente fazendo isso – exemplo: jornais, médicos, associações, etc”; d) “Não é necessária produção de provas nas ações, pois só comportam matéria de direito e portanto devem ser julgadas antecipadamente (ou seja, após a defesa da indústria)”. (Correspondência já citada).

As declarações acima dão uma idéia do profundo comprometimento de juízes com os interesses empresariais, reforçando a tese de Russel Mokhiber, na obra *Crimes Corporativos*, de que o sistema legal tende a favorecer o violador empresarial. ( Ver cap. 2, letra “k” do tópico 2.1.2) <sup>22</sup>.

O presidente da ACEDESFE, Otoniel Dourado, confirma uma tendência da luta antitabagista entre as ONGs de combate judicial, lançando, em dezembro de 1999, o livro *Fumo: histórias, segredos e mentiras* – já que suas fontes são, em sua maior parte, arquivos encontrados em sites na Internet : documentos de entidades antitabagistas norte-americanas e inglesas, ou tornados públicos durante conflitos judiciais, incluindo *The Cigarette Papers*. A Internet é sem dúvida um instrumento de luta antitabagista, particularmente devido à defasagem existente entre as ONGs do Norte e as do Sul do planeta quanto ao acúmulo de informações pertinentes sobre o tema (Dourado, 1999).

Além destas há, desde 1994, a ANACONT, no Rio de Janeiro, que também tem tratado de defender tabagistas por meio de ação judicial. Dentro e a partir

desta ONG, médicos e advogados têm procurado organizar uma Associação Nacional das Vítimas do Fumo, portanto mais específica que a ANACONT ([www.anacont.org.br/](http://www.anacont.org.br/)). Estas últimas ONGs, entretanto, ainda estão em fase de estruturação.

Os dilemas deste fragmento referem-se à crise de paradigmas na ciência jurídica (Oliveira Jr.,1996). Os atores sociais tendem a ter clara percepção dos limites da tecnociência (médica, epidemiológica) e da política convencional, por um lado, mas, por outro, dependem fortemente da razão instrumental, ou seja, do aspecto tecnocientífico da própria ciência jurídica e de uma ética pública que a oriente. Ética e razão instrumental: uma relação potencialmente explosiva (Alberoni e Veca,1990; Morin, 1995; Bellino,1997; Morin *et al.*,1998).

#### 4.7. Fragmento 7: mídia ético-política

Em dezembro de 1998, a revista Trip, dirigida a jovens brasileiros de classe média, publica editorial banindo a publicidade de cigarros. Com repercussão global, em 28 de abril de 1999, o jornal *New York Times* faz o mesmo, abdicando de um faturamento de US\$ 13 milhões por ano em anúncios. Antes disso pelo menos uma dúzia de jornais norte-americanos já havia recusado veicular comerciais de cigarros. O colunista Gilberto Dimenstein, membro do Conselho Editorial da Folha de São Paulo, tem posição antitabagista assumida há vários anos, estimulando o mesmo por parte da Folha. O publicitário Júlio Ribeiro, presidente da Agência Talent, nega-se a trabalhar para indústrias de cigarro desde o dia em que um empresário do ramo lhe solicitou uma publicidade cujo público-alvo teria 12 anos de idade (Trip, 67, 1998). Outro jornalista que mantém em suas colunas um posicionamento esclarecido sobre o assunto, incluindo a polêmica sobre o fumo supernicotinado (de que tratarei no próximo capítulo), é Washington Novaes (1998). É conhecida do público brasileiro a pregação antitabagista e irônica do apresentador de TV Boris Casoy. Estes casos, tomados em conjunto, denotam a emergência de um fragmento distinto que denomino de mídia ético-política.

De todas as iniciativas antitabagistas na mídia brasileira, a da revista Trip é a que tem tido mais consistência e continuidade. Outros jornais e revistas, em editoriais ou em matérias especiais, e jornalistas, em suas colunas de opinião, mantêm-se com frequência a meio caminho entre o esclarecimento e a polêmica sensacionalista, além de revelar preconceitos e desinformação. É comum, além disso, que nas notícias e reportagens convencionais envolvendo tabaco haja um encobrimento ideológico das estratégias da indústria, na medida em que “o cigarro” é tratado como “inimigo da saúde”, como se tivesse iniciativa própria, num viés típico de reificação cultural e de submissão ao fetiche da mercadoria. Não caberia aqui discutir as razões e fragilidades deste segmento ou modalidade da imprensa <sup>23</sup>. O que pretendo é destacar a importância de uma tendência desviante, bem representada pela Trip e pelas iniciativas de alguns jornalistas, além de médicos e advogados que, fazendo uso da Internet, tornaram-se editores autônomos, gerando espaços de informação contrária às estratégias das indústrias.

Este fragmento da rede é dinamizador do conjunto ao gerar informações e debates. Por exemplo, o médico Alexandre Milagres, do Rio de Janeiro, criou um *website* – <http://www.cigarro.med.br/> – dirigido aos jovens, no qual consta um livro em capítulos apresentados didaticamente. Entre outras coisas, o autor desmistifica as propagandas de cigarros mostrando aos adolescentes porque eles são alvos fáceis e mais visados pela indústria.

Outra iniciativa autônoma que tira proveito da Internet é a do advogado Perin Filho, cujo livro *Tabagismo e o Direito* comentei em 2.1.2, letra “j”. Seu *website* <http://www.tabagismo.com> dá conta de suas várias ações judiciais contra as indústrias e contra o poder público. O autor também comenta notícias relativas a tabagismo, alcoolismo, etc. Sua ênfase recai sobre os direitos da cidadania, estimulando iniciativas autônomas em todo o território nacional.

Quanto à Trip, digna de nota é sua prioridade ao questionamento da ética dos profissionais da mídia e artistas gráficos que prestam serviços às indústrias de cigarros. Com frequência se observa, nas justificativas destes profissionais,

uma grande dose de confusão e desinformação sobre a gravidade do tabagismo, que é mal comparado ao alcoolismo, ao consumo de café, etc. A Trip também questiona a coerência de editores de canais de televisão como MTV e SportTV, por fazerem campanhas institucionais contra as drogas e simultaneamente veicularem comerciais de cigarros para o público jovem. Assim, gerando o debate, abrindo espaço para todos os entrevistados, mas assumindo uma clara posição crítica, esta revista faz da secção *Newscotina* um exemplo de jornalismo voltado para a cidadania ativa (Trip, 72, 1999; dez/1998 a fev/2000; [www.revistatrip.com.br](http://www.revistatrip.com.br)).

Os dilemas deste fragmento são de natureza ética e política, que permeiam o jornalismo em geral. Os atores sociais que o compõem percebem claramente os limites da política convencional, *realpolitik* (separada de considerações éticas), de encobrimento ideológico dos interesses e estratégias das indústrias, e utilizam espaços públicos, midiáticos, para questionar irracionalidades da indústria, dos seus aliados na mídia, dos consumidores, etc. Com efeito, como ampliar a racionalidade pública com base em valores éticos, no questionamento das conseqüências dos interesses particulares, sem cair no moralismo?

#### 4.8. Fragmento 8: grupos de anônimos

Há duas organizações oriundas dos EUA que estão expandindo-se pelo mundo nos mesmos moldes da muito conhecida Alcoólicos Anônimos. Refiro-me a Fumantes Anônimos (FA) e Narcóticos Anônimos (NA), ambas assumindo a luta antitabagista, embora a última seja voltada contra as drogas que geram dependência, de modo geral.

A primeira reunião de NA aconteceu em Lexington, Kentucky, em 1947, como parte de um programa hospitalar da saúde pública do governo federal dos EUA. Um grupo independente e com base comunitária em Los Angeles tornou-se, desde 1953, a raiz da atual organização mundial de NA, partindo dos princípios adotados em Lexington. Atualmente, NA conta com quase 20 mil reuniões semanais em setenta países, sendo que a maior concentração está nos EUA



(cerca de 16 mil reuniões) e o restante distribuído no Canadá, América Latina e Europa ocidental.

No Brasil desde 1988, NA tem 478 grupos organizados, em todo o território, mas com maior concentração nas cidades e estados mais populosos. A cidade de São Paulo tem 65, enquanto que o interior do estado tem 90. O RS tem 35, SC 28 e o PR, 22.

Uma pesquisa realizada em 1989 com 5 mil membros de NA revelou que 11% têm menos de 20 anos, 37% têm idade entre 20 e 30, 48% ficam entre 30 e 45 e 4% têm mais de 45 anos. A maioria (64%) é constituída por homens e cerca de 50% participam de pelo menos 4 reuniões semanais; 47% foram apresentados ao programa de NA por algum centro de recuperação ou enquanto estiveram detentos; 29% foram apresentados por outros membros e 24% por algum profissional (médico, advogado, padre, juiz). ([www.na.org.br](http://www.na.org.br)).

A organização Fumantes Anônimos surgiu em 1982, em São Francisco, Califórnia, e atualmente está estabelecida em 22 países, tendo cerca de 500 reuniões semanais, com aproximadamente 10 membros em cada uma. Na América Latina esta ONG atua em cinco países: Brasil, Argentina, México, Urugua y e Equador. O primeiro grupo de FA no Brasil foi fundado em 1987, em Oliveira (MG). Em São Paulo os trabalhos começaram entre 1991 e 92. Um lema repetido nas reuniões – nas quais relatam-se histórias pessoais e se fazem leituras, além de praticar-se técnicas de meditação – é: “Se você quer fumar, o problema é seu. Se quer parar de fumar, o problema é nosso”. Segundo um informante, cinco entre vinte pessoas conseguem vencer a dependência (Globo Ciência, 1994). (A propósito, estes 25% de êxito superam em muito as estatísticas mundiais, que oscilam entre 3 e 10%. Volto ao tema no próximo capítulo.).

Estima-se que existam cerca de 20 grupos de FA no Brasil, mas ainda não há uma estrutura nacional, como ocorre com NA, pois falta comunicação entre eles e organização de comitês de apoio para tomar decisões junto à rede mundial. Nos anos 90, FA passou a denominar-se *Nicotine Anonymous World Services*,

tendo como sigla NicA, embora no Brasil alguns grupos continuem identificando-se como FA (<http://nicotine-anonymous.org/>).

Tais ONGs não cobram taxas, cada grupo é auto-sustentado; não assumem compromissos com qualquer organização civil ou religiosa, embora seja explícito o enfoque tanto social e comunitário quanto espiritual. Assumem o compromisso de não verificar se os membros usam drogas fora das reuniões. Preservam o anonimato diante da imprensa e não fazem campanha de filiação. A abordagem é de ajuda-mútua, com método “não profissional”, visando a saúde por meio de mudança no estilo de vida. O apoio externo de terapeutas, inclusive como iniciadores de grupos, faz parte dos objetivos dessas organizações.

Os dilemas deste fragmento afastam-se da tecnociência e da política convencional, situando-se no âmbito da informalidade comunitária, da espiritualidade, da subpolítica, da demodinâmica, da auto-eco-organização. Como estimular um caminho terapêutico de superação da dependência fisiológica, química e psicológica a partir da transubjetividade ou convivência dos próprios doentes? Até que ponto afastar-se da tecnociência sem descartá-la?

#### 4.9. Fragmento 9: antitabagismo mercadológico

Há diversos centros e institutos terapêuticos, além de clínicas, farmácias e grandes laboratórios que têm entre suas atividades o tratamento ou a produção e/ou venda de produtos antitabagistas. Da mesma forma que no movimento ambientalista, os interesses comerciais aqui introduzem um aspecto que desafia as teorias dos movimentos sociais, como será visto adiante.

Um exemplo de iniciativa terapêutico-comercial é o Instituto Marat (no Brasil desde 1976), que em 1983 introduziu no país a técnica do raio laser ou infravermelho no combate ao tabagismo – e que nos anos 90 passou a defender a auriculoterapia, uma forma de acupuntura. No *website* do Instituto vê-se uma

crítica a todos os demais produtos e técnicas e a enumeração das “vantagens do ponto cirúrgico” : <http://www.tabagismo.com.br/> .

Dois dos produtos criticados pelo Instituto Marat estão em destaque no mercado. Refiro-me aos adesivos ou goma de mascar NiQuitin (liberação de nicotina independente de outras toxinas), criado pelo laboratório SmithKline Beecham e os comprimidos Zyban (cloridrato de bupropiona, para combater a síndrome de abstinência), da GlaxoWellcome. Estas duas CTNs, líderes mundiais do setor, anunciaram um acordo de fusão no início do ano 2000, acompanhando o processo de globalização da economia <sup>24</sup>.

A SmithKline surge da iniciativa de John K. Smith, em 1830, enquanto a empresa de Thomas Beecham se introduz na área farmacêutica em 1842, na Inglaterra. As duas têm trajetórias de sucesso, incorporando outras empresas rivais e aperfeiçoando-se na pesquisa e produção tecnocientíficas até que, em 1982, começam um processo de unificação, consolidado em 89, pelo qual tornam-se uma única e “maior indústria farmacêutica dos EUA” (<http://www.sb.com/> ).

A Glaxo, por sua vez, surge na Nova Zelândia em 1906, por iniciativa de Joseph Nathan, um inglês pioneiro na produção de leite em pó. Estabelecida na Inglaterra, a empresa cresce rapidamente até assumir, em 1955, o controle acionário da concorrente Wellcome. Com o avanço das pesquisas tecnocientíficas, aquisições de novos laboratórios e redes de farmácia, a GlaxoWellcome torna-se a “maior empresa de pesquisa farmacêutica do mundo”, segundo suas próprias palavras. Em 1948, a Glaxo chega ao Brasil e em 1998 inaugura “uma das mais modernas fábricas de medicamentos do mundo no Rio de Janeiro” (<http://www.glaxo.com.br/> ).

Este fragmento da rede antitabagista é dos mais contraditórios, na medida em que por um lado amplia a cidadania liberal, o acesso a produtos que viabilizam o autocontrole da saúde pelo próprio cidadão e, por outro lado, inibe a cidadania coletiva, na medida em que faz parte das mesmas regras de mercado das CTNs de tabaco, *estabelecendo um balanço compensatório* para os efeitos

destas e legitimando, assim, a abordagem funcionalista e liberal que atribui ao consumidor (indivíduo) a responsabilidade pelas doenças tabaco-associadas. Interessa estrategicamente às CTNs farmacêuticas que proliferem tais doenças, desde que seus produtos sejam vistos pelos consumidores como paliativos ou soluções viáveis na relação custo-benefício. A expansão do mercado antitabagista pode preocupar as CTNs do tabaco na medida em que o mesmo estiver acompanhado de uma crítica à cadeia produtiva do fumo e não simplesmente ao consumo destes. Tal crítica, no entanto, pressupõe a existência de propostas alternativas de sobrevivência dos fumicultores e, como decorrência, um *projeto de sociedade*, algo que na rede antitabagista e antifumo aparece parcialmente nos fragmentos 4 e 5.

Entretanto, cabe destacar as divergências potencialmente ideológicas existentes dentro do próprio mercado antitabagista, já que centros e institutos terapêuticos que se inspiram em técnicas orientais e homeopáticas, ou numa combinação de práticas orientais e ocidentais, não se confundem com as megaempresas baseadas na tecnociência e no *marketing*. Estão, pelo contrário, sintonizados, implícita ou explicitamente, com a idéia de *auto-eco-organização* dos cidadãos, um componente básico de projetos de sociedade ecológica, social, econômica e culturalmente sustentável.

Os dilemas deste fragmento situam-se, a meu ver, justamente nas suas ambivalências e contradições internas, somadas às conseqüências sociais da concentração globalizadora da indústria farmacêutica. A tecnociência e as estratégias de *marketing* aliam-se nesta para, de forma paradoxal (por oposição e complementação), relacionar-se tanto com as estratégias das CTNs do tabaco quanto com as de grupos antitabagistas. Como disse inicialmente, este fragmento desafia as teorias dos movimentos sociais: as empresas podem assumir papéis socialmente justificáveis (atendimento de demandas da população) para ampliar interesses e lucros particulares. São também ONGs, embora lucrativas, e constituem suas próprias ONGs sem fins lucrativos (por exemplo, Abifarma – Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica), mas com fins estratégicos e corporativistas. Penso que as teorias dos movimentos sociais (da sociedade civil

ou terceiro setor), que priorizam a ação das ONGs sem fins lucrativos, têm o desafio de *associar sem fundir, distinguindo sem separar* os interesses antitabagistas internos e externos a este fragmento, para que o antitabagismo seja integrado à sua área de estudos (Gohn, 1997; Scherer-Warren, 1999).

Assim, para finalizar este quarto capítulo, restam algumas reflexões. Na identificação e no exame das forças de resistência (antitabagismo) ou transistêmicas (ambientalismo) percebe-se a emergência de uma rede temática multifragmentária, aparentemente caótica, que vai constituindo-se como rede sistêmico-virtual, complexa, na medida em que a consciência social ambientalista e o antitabagismo se cruzam, estabelecendo contatos, formando padrões sociais, uma cultura, um conjunto de valores em comum. Vê-se também que há interesses, propostas e formas de atuação simultaneamente concorrentes, opostos e complementares entre os diversos fragmentos. Dentro de cada um destes há atores sociais que se organizam em forma de rede mais ou menos estratégica (por exemplo, órgãos de saúde pública, indústria farmacêutica), mais ou menos fragmentária (grupos de ajuda-mútua, cidadãos e profissionais autônomos na mídia), ou buscando um equilíbrio entre uma e outra destas formas (grupos ambientalistas). Não me parece, entretanto, que esta classificação possa ser levada muito ao pé da letra, pois a *identidade* mesma dos atores envolvidos na temática está em questionamento, senão em auto-questionamento, no processo de modernização reflexiva. Como frisa Castells, “nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser” (Castells, 1999:23). Os cidadãos, sejam fumantes ou não fumantes, começam a perceber a complexidade da temática, sua transversalidade nas dimensões subjetiva, social, ambiental, econômica, jurídica, etc. Com efeito, as noções de democracia e de cidadania tornam-se mais complexas quando as enfocamos sob o ângulo da globalização ou sob o modelo da rede multifragmentária, já que nestes casos há superposição dos direitos de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> gerações.

No interior do sistema global (de acordo com a teoria de Sklair), aberto, contraditório, estruturam-se ou desestruturam-se redes informacionais, socioambientais e transnacionais no centro ou à margem dos valores e regras do

capitalismo contemporâneo. Confrontam-se, portanto, paradigmas científicos e socioculturais (visões de mundo, estilos de vida) – e como parte deste vasto sistema reticular e destes conflitos compõem-se perfis de redes estratégicas, como a das CTNs de tabaco, e redes multifragmentárias, como a que tratei neste capítulo.

As forças de resistência ou transistêmicas revelam-se emergentes, mas sitiadas, fragmentadas, em grande parte neutralizadas pelas estratégias das CTNs do tabaco. No Brasil, há inclusive fragmentação geográfica subjacente à temática : enquanto na região sul discute-se principalmente a fumicultura, na região sudeste debate-se o tabagismo. Esta cisão é crucial na fragilidade da rede diante das forças sistêmicas : se por um lado a globalização cultural, com seu epicentro brasileiro na mídia do eixo Rio-São Paulo, aponta para a expansão dos conflitos com a sobreposição do tema *tabagismo* sobre o da *fumicultura*, por outro as redes estratégicas das indústrias, particularmente a da Souza Cruz (como será visto no próximo capítulo) estão enraizadas no cruzamento de interesses econômicos locais, regionais e globais, a partir do *sistema integrado* de produção de fumo. Assim, o confronto entre diferentes dimensões da globalização (cultura e economia) materializa-se de forma peculiar no Brasil por meio destes temas.

O ideal normativo de uma sociedade sustentável, ou pelo menos sem industrialização de tabaco, parece utópico sob a hegemonia do capitalismo que se globaliza. Entretanto, no interior da rede antifumo e antitabagista crescem em número e em contundência leis e normas, fundamentadas, parcialmente, em pesquisas tecnocientíficas, que em princípio tendem a inverter a correlação de forças entre antitabagistas e indústrias fumageiras.

Há, nas propostas e na ação dos vários fragmentos, as variáveis ecológica, biomédica, sociopolítica, cultural e econômica, embora cada um deles enfatize uma ou duas destas, permanecendo, no horizonte, muitas incertezas e possibilidades. Há, via de regra, enorme desconhecimento sobre como se estruturam as empresas, quais suas estratégias simbólicas, jurídicas, políticas, mercadológicas, tecnocientíficas. Na área acadêmica, destacam-se, neste

sentido, obstáculos que decorrem da própria falta de subsídios das Universidades aos cidadãos que compõem a rede multifragmentária. As especializações disciplinares representam, na maior parte dos casos, um fechamento em torno do horizonte tecnocientífico, geralmente favorável às CTNs do tabaco. Entretanto, na área política, a OMS exerce um significativo papel estratégico no sentido de politizar os produtos da pesquisa tecnocientífica em favor da saúde pública mundial. Ciência e política, portanto, estão imbricadas no que se refere aos usos da tecnociência, o que me parece um elemento dos mais relevantes na crise que opõe o paradigma da complexidade ao disjuntor-redutor.

Penso que o princípio do paradigma da complexidade, de *associar sem fundir, distinguindo sem separar* as diferentes áreas do conhecimento, pode subsidiar a reflexão sobre a rede multifragmentária. À medida em que se disseminam as tecnologias da 3ª Revolução Industrial, tende a acentuar-se a imbricação dos fragmentos, concretizando-se socialmente a primeira parte do princípio – associar sem fundir. Cabe, entretanto, examinar também as distinções entre os interesses governamentais, mercadológicos e sem fins lucrativos (Estado, mercado e terceiro setor). O desafio metodológico está em não separá-los teoricamente, sob pena de ocultar-se formas de dominação e opressão, mantendo-se a hegemonia da tecnociência e do paradigma disjuntor-redutor.

Pode-se, por fim, caracterizar a rede antifumo como *rede temática baseada na qualidade de vida e na defesa dos direitos humanos*, que vai constituindo-se e ganhando densidade na medida em que estabelece elos com o movimento ambientalista. Esta densidade a que me refiro é dada pela percepção embrionária de um *projeto de sociedade*, que está presente no ambientalismo como *sociedade sustentável* e que faz falta ao antitabagismo, considerado ainda um movimento "do contra" <sup>25</sup>. Se tal percepção não resolve a oposição bipolar entre a Rede e o Ser, ao menos torna mais nítido um confronto de paradigmas socioculturais, inerentemente vinculado ao processo de democratização e à crise paradigmática acadêmica.

## NOTAS:

<sup>1</sup> Carvalho, M.C. “Cresce o cerco à indústria do cigarro no Brasil”. Caderno Cotidiano, Folha de SP, 07.02.1999. Várias reportagens abordam o tema na mesma edição. Na mais específica delas – “EUA têm acordo de US\$ 246 bi” –, informa-se que Clinton “decidiu entrar com uma nova ação” porque avalia que o acordo obtido por cinquenta estados foi um “bom negócio para a indústria. Como os fabricantes poderão aumentar o preço do maço em até US\$ 0,25, quem paga a conta, no final, é o fumante”. Com efeito, em meados de 1999, o Depto. de Justiça dos EUA encerrou sua investigação criminal do setor de tabaco e abriu uma ampla ação cível acusando as maiores companhias de “conspirar desde a década de 1950 para fraudar e enganar o público sobre os efeitos do fumo sobre a saúde”. (Lacey, 1999). A propósito de iniciativas semelhantes no Brasil, ver Scheinberg, G. “SP abre inquérito contra indústria do fumo”. O Estado de SP, 16.10.1999; Delmas, M.F. “Souza Cruz critica ação contra cigarro”. Agência Estado, 13.12.1999. Rio de Janeiro pleiteou US\$ 5 bilhões e Goiás US\$ 3 bilhões. O procurador-geral do Estado de SP, Márcio Felipe, informa que SP seguirá o exemplo de Rio e Goiás, pedindo ressarcimento de gastos que teve nos últimos 35 anos com doenças tabaco-associadas. “São Paulo contrata advogado para iniciar ação contra indústria de cigarros nos EUA”. Folha de SP, 04.02.2000.

<sup>2</sup> A propósito do conceito de rede, ver também Dias, L.C. (1995). A autora observa que o conceito origina-se na primeira metade do século XIX e aparece como um elemento chave no pensamento de Saint-Simon.

<sup>3</sup> Site da Igreja Adventista: <http://www.ac.org.br/apresentacao/index.htm>. Pesquisa comprova a saúde e a longevidade dos adventistas, segundo a Universidade de Loma Linda (EUA): <http://www.ac.org.br/saude/index.htm>. No Brasil, organizaram uma rede de 530 escolas (120 mil alunos) e de hospitais distribuída em todo país. Em 1999, realizaram em SC 59 cursos sobre “como deixar de fumar”, envolvendo cerca de 1300 participantes. Ver <http://www.ac.org.br/jornaladventista/antitabagismo/index.htm>.

<sup>4</sup> Informações do IBGE, Censo 1991, e das próprias igrejas, publicadas no Almanaque Abril 1999 (p.171-175).

<sup>5</sup> Assinam a *Carta de Salvador*: José Silveira, Jaime Santos Neves, Antonio Carlos Peçanha Martins, José Rosemberg, Mario Rigatto, Edmundo Blundi, Angelo Rizzo e Antonio Pedro Mirra – todos dirigentes de entidades médicas e ligados a Universidades.

<sup>6</sup> Carta-resposta do ministro José Serra, em 09.12.1999.

<sup>7</sup> Carta-resposta de Nestor Jost, em 23.09.1999.

<sup>8</sup> Carta-resposta de Hainsi Gralow, em 13.09.1999.

<sup>9</sup> Singer, Campos & Oliveira (1978:15). Ao final da década de 70, os autores fazem uma forte crítica à *medicalização da sociedade* brasileira por meio dos serviços de saúde, acusando-os, inclusive, de “produzir os problemas concretos que pretendem resolver”. No caso da prevenção do tabagismo, um dos riscos possíveis é o de despertar na juventude um desejo de experimentação do que é permitido somente a adultos. A propósito, a tese de Klein vai nesse sentido, embora cometa o erro de generalizar a crítica a todo aconselhamento aos fumantes. (Klein, R., 1997).

<sup>10</sup> Informe do PNCF, ano 1, número 1, novembro de 1988.

<sup>11</sup> Este e os demais documentos do mesmo gênero, que contêm as deliberações dos Seminários entre 1991 e 1999, foram obtidos junto ao Bispado de Santa Cruz do Sul.

<sup>12</sup> Maffesoli, M. (1998). No prefácio, diz o autor: “Esta nebulosa *afetual* nos permite compreender a forma específica que toma a sociabilidade em nossos dias: o vaivém de nossas tribos. De fato, diferentemente do que prevaleceu nos anos 70, trata-se menos de agregar-se a um grupo, a uma família ou a uma comunidade do que o ir e vir de um grupo a outro. É o que pode dar a impressão de uma atomização, e o que pode fazer falar erroneamente em narcisismo. De fato, contrariamente à estabilidade induzida pelo



tribalismo clássico, o neotribalismo é caracterizado pela fluidez, as reuniões pontuais e a dispersão”.

<sup>13</sup> Dos R\$ 552 milhões concedidos pelo PRONAF em 1997, 180 foram para as lavouras de fumo (32%); no RS, foram 46% e em SC foram 55% (Silva, M.M., 1999:54).

<sup>14</sup> Ver, a propósito, Embrapa (1994:101). E também o informativo Mutaçao número 16, primavera de 1999, editado pela Apremavi.

<sup>15</sup> A propósito, ver também Schäffer, W.B. (1989). O autor é um dos líderes da Apremavi.

<sup>16</sup> No Programa de Governo do PT para as eleições presidenciais de 1994, há um capítulo sobre *Bases Ecológicas do Projeto Nacional de Desenvolvimento*. Ver PT (1994:87-100).

<sup>17</sup> Refiro-me às entrevistas com Ari Thessing e João Pedro Schmidt, em 29.07.1997, na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul.

<sup>18</sup> Obtive informações neste sentido em correspondência com o vereador Pedro Schmidt, do PT de Santa Cruz do Sul, em 28.12.1999. Este parlamentar, filho de fumicultores e professor de filosofia, tem marcado sua trajetória política com a luta contra o uso de agrotóxicos na produção de fumo. Considera realista a posição política que busca simultaneamente melhores condições de comercialização aos fumicultores e alternativas ecológicas para a substituição do fumo.

<sup>19</sup> Seminário Estadual sobre Agroecologia, dias 14, 15 e 16 de dezembro de 1999, em Porto Alegre, com 582 participantes. Ver, a propósito, o site <http://www.agirazul.com.br/>.

<sup>20</sup> Em “Tendências na educação ambiental no Vale do Rio Pardo, RS, Brasil”, Eduardo Lobo e Jair Putzke, da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), não mencionam a problemática do tabagismo. Além disso, informam que a Unisc mantém parceria com prefeituras da microrregião fumicultora e com oito empresas fumageiras em programa de educação ambiental. Também abordam acriticamente o projeto de educação ambiental da Afubra (*Verde é Vida*) e outras iniciativas tecnocientíficas de órgãos públicos. In: Noal, F., Reigota, M. & Barcelos, V.H. (Orgs., 1998).

<sup>21</sup> Informações obtidas em 29.12.1999 via e-mail [acedesfe@terra.daterranet.com.br](mailto:acedesfe@terra.daterranet.com.br) e no site [www.daterranet.com.br/~acedesfe/](http://www.daterranet.com.br/~acedesfe/).

<sup>22</sup> Os bastidores de uma batalha jurídica entre a indústria de tabaco e pessoas que se dizem vítimas dela, nos EUA, são apresentados em forma de ficção por John Grisham, na obra *O Júri*, editora Rocco, 1998. Também no sentido de revelar os bastidores da luta antitabagista foi lançado o filme *O Informante*, com Al Pacino, dirigido por Michael Mann. Rondeau, J.E. “Filmar faz mal à saúde da indústria do tabaco”. *Jornal O Globo*, 06.11.1999.

<sup>23</sup> Ver, a propósito, editoriais da Folha de SP: “O jardim das delícias”(19.04.1994); “A novela do fumo” (04.03.1995); “Livre para não fumar” (14.08.1995); “O tabaco em xeque” (24.06.1997); “Imposto contra o fumo” (19.08.1997); “Propaganda de cigarros” (02.06.1998). Colunas de opinião: “Um livro-cigarro”, de Marcelo Coelho (01.02.1998) e “Febre ‘indenizatória’ atesta declínio do indivíduo” (27.08.1997), ambas na Folha de São Paulo; “Fumo e dinheiro: qual mata mais?”, de Mário Prata (07.01.1998); “Campanhas contra o cigarro, de Helcio Emerich (30.06.1997), ambas na Folha de SP; “Uma dose de bem-estar”, editorial do *Jornal Estado de SP* (06.01.1998), escrito por Luiz Weis.

<sup>24</sup> CNN. “Glaxo y SmithKline anuncian un acuerdo de fusión”. Londres, Agência Reuters, Enero, 17, 2000. <http://cnnespanol.com/2000/econ/01/17/glaxo.reut/>.

<sup>25</sup> Sobre o projeto ambientalista de sociedade sustentável, ver Agenda 21 e Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; ver comparação entre a Agenda 21 e os Tratados das ONGs em Vieira, L. & Bredariol, C. (1998). Uma das reflexões mais amplas sobre o tema é a de Leis, H.R. (1996).

## Capítulo 5

### SOUZA CRUZ: UMA REDE ESTRATÉGICA

#### Introdução

A história da Souza Cruz ocorre sob os dois últimos períodos do capitalismo, aquele desencadeado no final do século XIX, e o que se constitui (particularmente entre os países centrais) a partir do final da década de 1960 e início dos anos 70. Neste capítulo, embora trate de narrar a história da empresa desde seu surgimento, concentro a análise nas fases que se inserem no período da globalização do capitalismo, visando explicitar as estratégias da indústria no contexto brasileiro, portanto detendo minha atenção mais na década de 1990, durante a qual a economia nacional se transnacionaliza de forma mais acentuada.

A principal fonte de conhecimento historiográfico sobre a empresa é o *Álbum Comemorativo dos 80 anos (1903-1983)*, uma publicação de 48 páginas, contendo fotos e ilustrações além de textos que tratam de todas as atividades, da produção à distribuição de fumo em folha e de cigarros. Também como parte da comemoração, são publicados os fascículos *Souza Cruz, 80 anos de Brasil*, como encartes da revista *Veja* (números 764 a 771). Este trabalho resulta de parceria entre a indústria e a editora Abril, que elabora material sobre a história do país, seus principais personagens nas artes, na política, etc. A Souza Cruz introduz em cada fascículo uma matéria destacando algum aspecto de sua própria história. Parece evidente, neste caso, a intenção de gerar no público leitor uma identificação da firma com a nacionalidade brasileira: toda a linguagem é nacionalista (“nossa economia”, “nossa seleção” de futebol, etc). Além destas, muitas outras publicações da própria companhia (relatórios anuais, boletins trimestrais), diversos materiais jornalísticos e entrevistas gravadas com diretores e técnicos, além de uma visita às mais recentes instalações fabris em Santa Cruz do Sul – serviram de base para este capítulo.

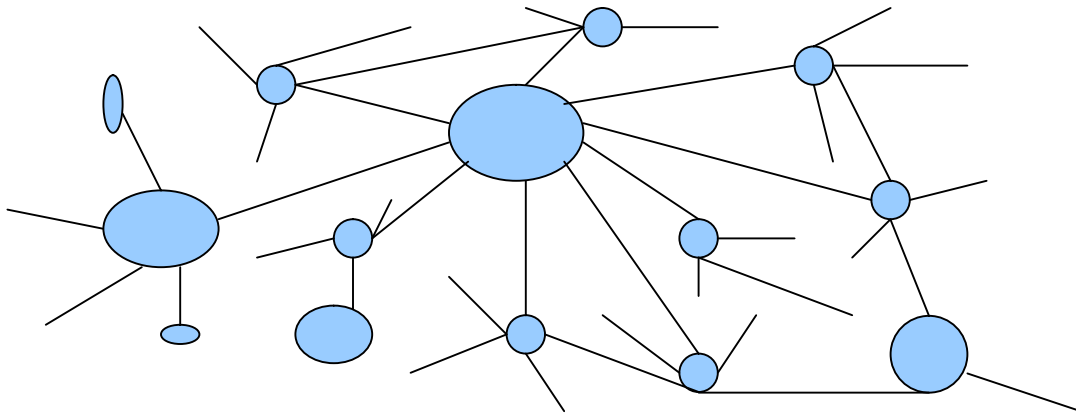
Ao tópico sobre a história da empresa, seguem-se os que tratam de programas, políticas, publicidade e patrocínio – iniciativas estratégicas. Meu objetivo é descrever e interpretar aspectos da firma que lidera o setor de fumo no país particularmente no período em que a chamada epidemia mundial de tabagismo tornou-se motivo de mobilização social. Como a indústria tem enfrentado o processo de globalização econômica? De que forma a Souza Cruz mantém-se na liderança do mercado enquanto multiplicam-se os grupos de iniciativas contrárias ao tabagismo e em defesa do meio ambiente? O que faz para neutralizá-las? Como trata os fumicultores? Como reage ao antitabagismo? O que faz para ser vista como uma empresa moderna do ponto de vista social e ambiental? Estas questões deverão ser respondidas no exame de vários tópicos, com o objetivo de contribuir com a busca de transparência (ou redução da opacidade) sobre uma firma que, embora pertencente ao âmbito do direito privado, tem tido crescente impacto na vida pública brasileira e mundial. Neste sentido, ressalto que os obstáculos à pesquisa acadêmica individual são inúmeros, destacando-se o gigantismo da empresa e sua vinculação subordinada à BAT, além de sua condição peculiar como parte de um ramo da economia com grande habilidade no trato com públicos diversos e forte controle da informação. Na figura 7, a seguir, aponto para o foco deste capítulo:

Figura 7: **Souza Cruz como foco de análise**



A hipótese de um capitalismo global recorta uma parte da realidade complexa que *permeia e transcende todos os sistemas, do micro ao macrocosmo, inclusive o sistema global* de Sklair (conforme capítulo 2). A idéia de um paradigma da complexidade está subentendida aqui. Subordinada à hipótese de um capitalismo global aparece a idéia da cultura-ideologia do consumismo, que por sua vez recebe um tratamento singular pela BAT, por intermédio de suas estratégias de *marketing* e do uso da tecnociência. O conceito de política cognitiva vincula-se a uma interpretação crítica da sociedade centrada no mercado, algo que não se confunde com uma posição socialista ou meramente anticapitalista. Aspectos sociais, ambientais, culturais, políticos e econômicos entrelaçam-se nestes conceitos – particularmente considerando-se a multidimensionalidade e a interdependência do processo de globalização. A Souza Cruz aparece como um ator social complexo na medida em que lida com esta realidade multidimensional como empresa que se estrutura em forma de *rede estratégica*. Este conceito, de que tratei no capítulo 2, é apresentado a seguir de modo emblemático:

Figura 8: **Modelo de rede estratégica**



Vê-se um conjunto de elementos (nós, elos, setores) que têm uma vinculação (linha) com um elemento central ou predominante. Por meio desse vínculo há um fluxo de informações ou ordens que geram um movimento

estratégico-sistêmico mais ou menos complexo, mais ou menos mecanicista. Quanto mais unidirecionais são os fluxos do centro para a periferia – mais mecanicista é a rede. A sede da BAT em Londres ocupa uma posição estratégica na coordenação das decisões de investimentos de todo o grupo, incluindo a Souza Cruz, no mercado global, sendo que na América Latina esta última desempenha um papel estratégico para o grupo. No âmbito nacional, este papel em relação ao conjunto das indústrias do setor cabe, até certo ponto, à Abifumo, conforme visto no capítulo 3, mas com forte peso da Souza Cruz. A razão instrumental e tecnocientífica é marcante no modelo de rede estratégica. No entanto, quanto mais houver intercâmbio pluridirecional (centro-periferia e entre os elementos da periferia) – mais complexo é este modelo, já que ordem e desordem interagem gerando continuamente reorganização. A 3ª Revolução Industrial permite interações face a face via eletrônica, anulação da distância física, desterritorialidade, multiplicação de consultas administrativas, maior transparência controlada dos processos produtivos, eliminação de cargos intermediários, etc. O ambiente (eco) é mero cenário nas interações mecanicistas e uma fonte de informações (neguentropia) na medida em que a rede se complexifica. Pode-se avançar infinitamente na consideração da complexidade auto-eco-organizacional estratégica<sup>1</sup>. O *ambiente*, neste caso, pode ser tanto um ecossistema quanto um concorrente ou um grupo de oposição (antitabagista, ambientalista).

### 5.1. História em três fases

Embora a história da Souza Cruz tenha relações com dois períodos do capitalismo, pode-se detectar três fases mais relevantes, incluindo uma superposição entre as duas primeiras. Os 75 anos iniciais da empresa são marcados pelo pioneirismo tecnológico, pela administração tecnoburocrática e por

---

<sup>1</sup> MARTINS, F.M. & SILVA, J.M. da. (Orgs., 2000) **Para navegar no século 21. Tecnologias do imaginário e cibercultura.**

um rápido crescimento em âmbito nacional. Destaca-se o aspecto mecanicista da rede estratégica em formação. De 1903, data de construção da primeira unidade de produção de cigarros, no Rio de Janeiro, até 1978, ano em que inaugura a maior fábrica de cigarros da América Latina, em Uberlândia (MG), a companhia se notabiliza por sua expansão geográfica, com abertura de filiais em todo o Brasil. A fase seguinte – que acentua tendência iniciada em 1972 e vai até 1991 – é caracterizada pelos investimentos em diversificação de empreendimentos, exportação de fumo em folha e crise do estilo de administração tecnoburocrática (característico do período de capitalismo organizado), com fechamento de várias unidades industriais e de vendas. Nesta fase também são iniciados programas socioambientais, como o Clube da Árvore e o Hortas Escolares, sinalizando a emergência de uma maior complexidade na rede estratégica. A partir de 1991 tem início a fase contemporânea, marcada pela reconcentração no setor de tabaco, pela reação ao antitabagismo e pela retomada dos investimentos em modernização tecnológica, com inauguração da maior usina de beneficiamento de fumo do mundo em 1996, em Santa Cruz do Sul (RS), e a abertura de nova fábrica de cigarros em 1997, na Grande Porto Alegre. A empresa, neste mesmo ano, define sua política ambiental, de segurança e saúde ocupacional, o que, juntamente com os programas socioambientais e a reação ao antitabagismo, revela um processo complexo que envolve autoconfronto e crescente *ambigüidade institucional*, característico da modernização reflexiva e do processo de globalização capitalista.

Nos anos 90 a Souza Cruz (acompanhando o processo de abertura desencadeado durante o governo Collor) adapta-se à globalização da economia, reestruturando sua forma de administração (com muitas demissões) e modernizando tecnologicamente o sistema integrado de produção na região sul do Brasil, pelo qual busca controlar o padrão de qualidade e a quantidade de tabaco produzida por cerca de 60 mil famílias de agricultores. Este processo ocorre sob a coordenação da BAT, tendo como base a tecnologia da informação, a padronização de equipamentos e peças de reposição, racionalização dos

processos de abastecimento de cigarros e fumo em folha, integração das técnicas de *marketing* e defesa jurídica – afinal começam a se multiplicar os processos judiciais contra a indústria do fumo em vários países, incluindo o Brasil. Estas iniciativas permitem reduzir custos e gerar economias de escala na compra de materiais, na distribuição e na venda de produtos. A BAT passa a atuar como uma única empresa, enfatizando sua estrutura em forma de *rede estratégico-sistêmica* com cinco Diretorias Regionais: Ásia-Pacífico, Europa, América-Pacífico, Amesca (África, Oriente Médio, Ásia Central e Sul) e América Latina e Caribe. Trata-se, enfim, de uma *modernização globalizadora e tecnomercadológica* (ou seja, com a combinação dos investimentos em *marketing global* e em *tecnociência*), além de politicamente ultraliberal (defesa do fundamentalismo de mercado).

#### 5.1.1 Primeira fase (1903-1978)

Em 15 de novembro de 1885 chega ao Brasil o imigrante português Albino Souza Cruz. Contando com a experiência de ter trabalhado numa pequena fábrica de fumo desfiado, ele consegue instalar sua própria fábrica em 15 de abril de 1903 já com uma inovação tecnológica: a produção de cigarros enrolados em papel. Até então a técnica predominante no país era a da preparação individual dos cigarros pelos consumidores, que usavam palha de milho.

A repercussão da novidade é enorme, o que leva ao aumento da produção e à aquisição, em 1909, da chácara e prédios da Imperial Fábrica de Rapé Paulo Cordeiro, também no Rio de Janeiro. Adaptando as novas instalações à inovação tecnológica, Albino Souza Cruz determina uma modificação nos hábitos dos consumidores de cigarros de palha. Com o rápido crescimento das vendas, ele decide unir-se a alguns colaboradores e fundar a Souza Cruz & Companhia, visando obter mais capital para expandir seus negócios além do Rio de Janeiro e modernizar os processos de produção.

Em 14 de março de 1914, a empresa transforma-se em sociedade anônima e passa seu controle acionário à BAT. A iniciativa de Albino Souza Cruz, visando obter recursos para modernizar a produção, toma um rumo talvez inesperado para ele e a nova empresa, a qual, embora mantendo seu nome na presidência, ultrapassa o caráter familiar e personalista com a tecnoburocracia, mais confiável aos novos controladores. A então denominada Companhia Souza Cruz recebe mais recursos financeiros e a introdução de novas técnicas de fabricação, vendas e propaganda. O planejamento de *marketing* torna-se peça central da nova administração (neste sentido a experiência da BAT no hemisfério norte é fundamental).

A expansão é acelerada com o lançamento, em 1915, de um cigarro popular, o Yolanda 333, que desde 1918 tornou-se apenas Yolanda, uma das marcas de maior sucesso no mercado durante as três décadas seguintes. Os nomes femininos fazem parte da estratégia de *marketing* preferida pelo próprio Albino Souza Cruz, com ampla aceitação entre os consumidores do sexo masculino <sup>2</sup>. Com pesquisa de combinação de fumos turco e chinês, a empresa concretiza sua meta de expansão para além dos limites regionais, instalando em 1916 filiais de vendas em São Paulo e em Recife. No ano seguinte, abre outras duas áreas de vendas, em Curitiba e em Belo Horizonte. Esta expansão nacional requer fluxo constante de matéria-prima e novos experimentos de combinação de fumos. Para superar este obstáculo, a empresa instala um escritório em Santa Cruz do Sul em 1917, conforme visto no capítulo 1 <sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> “A figura feminina sempre foi muito importante para a venda de cigarros e a Souza Cruz multiplicou marcas com nomes de mulheres: *Odette*, *Salomé* e *Waleska* são produtos lançados entre os anos de 1915 e 1918, mas nenhum deles chega a ser tão popular como *Yolanda*, da mesma época” (SOUZA CRUZ, 1983a). O nome Yolanda foi inspirado na modelo Yolanda D’Alencar (SOUZA CRUZ, 1983b:23).

<sup>3</sup> Este escritório torna-se em 1920 a Companhia Brasileira de Fumo em Folha (CBFF); em 1955 passa a ser o Departamento de Fumo da Souza Cruz. No mesmo sentido de unificação das atividades, a Litográfica Ferreira Pinto, adquirida em 1926, e que cuidava da impressão de todo o material de embalagem e propaganda, transforma-se em Departamento Gráfico; a Companhia de Cigarros Castelões, associada à Souza Cruz desde 1935, passa, também em 1955, a fazer parte da empresa. Com esta



Em 1918 a Souza Cruz contrata técnicos estrangeiros para fazer análise dos solos brasileiros e estudar as condições de expansão da produção no sul do país. Com esta medida tem início o *sistema integrado*. A empresa investe em programa de estímulo e assistência técnica aos plantadores de tabaco. Até então, no Brasil só são produzidos tipos especiais para charutos e fumo em corda. Para a produção industrial de cigarros, a CTN depende da importação de matéria-prima. O cultivo do fumo em folha, de qualidade apropriada para a produção de cigarros, conta com a Brazilian Tobacco Corporation (ou Companhia Brasileira de Fumo em Folha, como veio a chamar-se em 1920), instalada pelo grupo em Santa Cruz do Sul.

Em 1920, a Souza Cruz inaugura sua primeira usina de processamento de fumo em Santa Cruz do Sul e passa a investir no aumento da produção e na melhoria da qualidade com base no sistema integrado, que envolve técnicas de cultivo, secagem e colheita, combate a pragas e inclusive a utilização de sementes selecionadas do fumo Virgínia, importadas dos Estados Unidos. Tal importação é, na realidade, produto de uma parceria entre as subsidiárias da BAT nos EUA (B&W) e no Brasil e parte de uma estratégia de *marketing global* pioneira da BAT.

Tanto Meyer quanto Vogt e Etges, partindo de um enfoque marxista, destacam o fato de que a empresa, ao estabelecer as regras do sistema integrado de produção (modelo para as demais firmas do setor), passa também a determinar um padrão técnico de sujeição dos produtores à dinâmica capitalista, embora estes permaneçam na condição de proprietários das terras <sup>4</sup>. Já Paulilo, com um enfoque weberiano, concebe dissensos e consensos entre indústria e

---

racionalização burocrática o grupo pretende conquistar mais agilidade administrativa e operacional (SOUZA CRUZ, 1983 b:87).

<sup>4</sup> MEYER, L.M. (1983:84). **A relação entre produtores e a agroindústria fumageira em Santa Cruz do Sul- RS**; VOGT, O. P. (1997:101-111). **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul - RS, 1849-1993**; ETGES, V. E. (1991:77). **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo.**

fumicultores <sup>5</sup>. (Tratei das características destes estudos no capítulo 2; ver 2.1.1 obras “c”, “d”, “e” e “f”).

A introdução do fumo Virgínia que, repito, requer a utilização de estufas (com secagem tecnicamente controlada e não por ação natural, em galpões), é planejada em função da forma tradicional de cultivo do tabaco em minifúndios, da geografia, das condições climáticas e da história socioeconômica dos fumicultores da região <sup>6</sup>. O sistema integrado é criado, portanto, como modelo de administração tecnoburocrática para melhor exploração econômica da microrregião de Santa Cruz do Sul, conforme determinação da BAT, constituindo-se, desde 1918, numa inovação tão relevante para o setor quanto a técnica dos cigarros enrolados em papel. O tipo Virgínia permite à empresa experimentar novas combinações de fumos, novos sabores, e conseqüentemente abrir mercados.

A cultura do fumo cresce no RS e a empresa instala filial de vendas em Porto Alegre, em 1924, e inaugura outra usina de beneficiamento em 1928, em Santo Ângelo, para processar exclusivamente o fumo de tipo galpão (escuro, para misturar com o Virgínia). Em 1926 adquire a Litográfica Ferreira Pinto, no Rio de Janeiro, que passa a fornecer carteiras, invólucros, cartazes e impressos.

A expansão geográfica avança em direção a São Paulo, onde é instalada uma fábrica de cigarros em 1927. No mesmo ano, a empresa abre filial de vendas e uma fábrica de cigarros em Salvador. Em 1928, é fundada a Companhia Federal de Fornecimento e Comissões, empresa encarregada de realizar todas as compras para a Souza Cruz.

---

<sup>5</sup> PAULILO, M. I. S. (1990). **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos (o caso de Santa Catarina)**.

<sup>6</sup> CUNHA, J.L. (1991). **Os colonos alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881**.

Entre 1930 e 1955 o ritmo de crescimento é ainda mais acelerado. A burguesia industrial afirma-se na “tentativa de um modelo de desenvolvimento nacional e autônomo”, e a BAT sabe aproveitar o momento histórico, a fragilidade dos concorrentes, para expandir-se com face patriótica no território nacional <sup>7</sup>. Em 1930 é inaugurada fábrica de cigarros em Recife; em 1935 a empresa associa-se à Companhia de Cigarros Castelões; em 1936 abre uma filial de vendas no Rio de Janeiro; em 1938 instala uma fábrica em Belo Horizonte e em 1942 uma unidade de beneficiamento de fumo em Lajeado (RS). Em 1954 é aberta uma fábrica de cigarros em Belém e no ano seguinte uma unidade de beneficiamento de fumo em Tubarão (SC). Em 1955, a Companhia de Cigarros Castelões é absorvida. Dois anos depois, é criada outra unidade de beneficiamento de fumo, desta vez em Brusque (SC). E em 1960 o mesmo ocorre em Rio Negro (PR). Em 1963 é inaugurado o prédio da Matriz, no Rio de Janeiro, reunindo a diretoria e a gerência sênior.

A Inducondor, fábrica de cigarrilhas, charutos e fumo para cachimbo é incorporada pela Souza Cruz em 1967 (e fechada em 1996). Em 1970, a empresa abre filial de vendas em Brasília e, em 1974, é instalado o CPD – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento no Rio de Janeiro. Em 1975 outra filial de vendas é aberta, desta vez em Campinas (SP). Neste mesmo ano, a filial de vendas de Fortaleza é inaugurada. E em 1978, concluindo a primeira fase, a empresa inaugura sua maior fábrica, a de Uberlândia (MG).

---

<sup>7</sup> Tal modelo caracteriza o ideal do período 1930-1964, segundo Brum. A 1ª Guerra Mundial, a crise econômica de 1929 e Revolução de 1930 criam as condições para o início do processo de ruptura com o passado colonial e a decolagem do processo de industrialização do país – aponta o autor. A Souza Cruz, acrescento, enfatiza sua imagem nacionalista, apoiando e recebendo apoio dos governos brasileiros, ao longo de quase toda a sua história. O nome BAT ainda é quase desconhecido no Brasil. Brum afirma que o desenvolvimento autônomo com forte base industrial é “bastante abafado pelas concessões que os novos detentores do poder político-administrativo nacional têm que fazer”, quer aos tradicionais interesses do latifúndio rural, quer aos interesses estrangeiros. BRUM, A. J. (1991:86,92). **O desenvolvimento econômico brasileiro.**

Na 1ª fase o *marketing* da firma já envolve a edição da *Revista Souza Cruz* (de 1916 a 1934), dedicada às artes, à literatura, à ciência, à indústria, comércio, moda, etc. Personagens famosos da literatura nacional, como Olavo Bilac, Augusto dos Anjos, Graça Aranha, Lima Barreto e Manuel Bandeira (entre outros) eram convidados a participar do jornalismo empresarial. A revista era vendida em bancas ou por assinaturas anuais, com tiragem de 25 mil exemplares. A publicação que a substituiu foi o *Noticiário da Atlética* (depois denominada *Revista da Atlética*), editada trimestralmente entre 1948 e 1968 pela Associação Atlética Souza Cruz. A partir de 1968 a revista passou a chamar-se *Informativo Souza Cruz*, com tiragem de 22 mil exemplares, tendo como público-alvo funcionários e “colaboradores da Empresa” (SOUZA CRUZ, 1983 a). Outra publicação, esta dedicada exclusivamente aos agricultores integrados, é *O Produtor de Fumo*, que circula a cada dois ou três meses, com 8 páginas e cerca de 60 mil exemplares. Mais adiante voltarei a tratar desta publicação. Por fim, na edição do álbum comemorativo dos 80 anos, a empresa também informa que *O Varejista* é o “jornal de maior circulação dirigida do país, com uma tiragem bimestral de 300 mil exemplares”<sup>8</sup>. Por iniciativas como estas a firma apresenta-se como “uma empresa que acredita em comunicação” (SOUZA CRUZ, 1983 a).

#### 5.1.2. Segunda fase (1972-1991)

A primeira experiência de diversificação dos investimentos produtivos para além do tabaco ocorre em 1969. O projeto Coroa e Samisa – de criação de camarão e tainhas em cativeiro em Natal (RN) – fracassa. Mas em 1972 tem início uma nova fase na história da empresa. Por um lado a Souza Cruz planeja a construção de sua maior fábrica de cigarros (o que se dá entre 1974 e 1978) e, por outro, passa a investir em três projetos: a) de associação com o Grupo Lorentzen e o BNDES para a construção da Aracruz Celulose; b) Suvalan, de

---

<sup>8</sup> Foi editado entre 1971 e 1990.

plantação de uva, maçã, laranja e limão, em Bento Gonçalves (RS); c) de aquisição da cadeia de Supermercados Peg Pag <sup>9</sup>.

A última iniciativa resulta também em fracasso (o Peg Pag é vendido para o Supermercado Pão de Açúcar em 1978), mas as outras duas determinam uma orientação empresarial da Souza Cruz que parte da BAT (gigante no setor de cigarros, mas também com investimentos em cosméticos, papel & celulose e seguros) <sup>10</sup>.

Nos EUA a produção de tabaco, o consumo e seus efeitos na saúde pública (e conseqüente mobilização social antitabagista) levam as indústrias do setor a estabelecer estratégias de crescimento e de enfrentamento de crises político-jurídicas bem mais complexas do que nos países periféricos e semiperiféricos do sistema capitalista (pelo menos até meados da década de 1990). A diversificação dos investimentos é parte da aprendizagem da BAT por intermédio de sua subsidiária nos EUA, a B&W.

Construída a fábrica de Uberlândia, há uma retração de investimentos da Souza Cruz no setor de fumo, inclusive com fechamento de algumas unidades produtivas, consideradas obsoletas (é o caso da fábrica de Belém, fechada em 1982). Além disso, a empresa promove uma política de descentralização administrativa.

---

<sup>9</sup> O vice-presidente da Souza Cruz em 1978, Charles Long, informa que além destes projetos houve um outro, de uma fábrica de filmes de polipropileno, em associação com a José Tscherkassky, de São Paulo, e a Hercules, dos EUA. Em 1977 a Souza Cruz é considerada pela revista Exame como a *melhor* do setor de bebidas e fumo. Long explica que o fato de a firma ter 350 mil pontos de venda no território brasileiro foi fator decisivo para chegar aos 83% de participação do mercado de cigarros. “Até 1970, nós detínhamos 70% do mercado e nossos concorrentes eram empresas brasileiras. A partir daí, porém, desapareceram os concorrentes nacionais, absorvidos pelas multinacionais, e a disputa do mercado passou a ser mais acirrada. Assim, decidimos tirar o pé do freio e abrir caminho para nossos homens de *marketing* a fim de ampliar nossa participação” (EXAME, 1978:174). “Por que a Souza Cruz foi a melhor”.

<sup>10</sup> A propósito da diversificação promovida pelo setor EUA, entre 1950 e 1975, ver MILES, R.H. (1982) **Coffin nails and corporate strategies**.

É criada em 1978 a Gerência Administrativa Regional Norte/Nordeste (GAR NE), com sede em Recife, à qual ficam subordinadas as filiais de vendas e fábricas de Belém, Fortaleza, Recife e Salvador. Em 1979 é criada a GAR SUL, sediada em São Paulo e com responsabilidade sobre as unidades de Campinas, Curitiba, Porto Alegre e São Paulo. A GAR Centro, instalada em 1980 no Rio, comanda as atividades das unidades de Belo Horizonte, Rio, Brasília, Petrópolis e Uberlândia. Instalado em Florianópolis, em 1979, o Departamento de Fumo/Matriz agrupa as unidades de Blumenau, Brusque, Santa Cruz do Sul, Tubarão, Cascavel, Lajeado e Rio Negro.

Em 1971, o estatuto da empresa é alterado para viabilizar a diversificação de investimentos e, em 1981, uma nova alteração passa a permitir a constituição de subsidiárias integrais. Em 1982 termina a montagem da *holding* Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio, cuja tarefa é planejar as estratégias do grupo no processo de diversificação e de ênfase nas exportações. O consumo de cigarros no mercado interno, que é de 136,9 bilhões de unidades em 1979, sobe para 142,3 em 1980, mas cai para 125,8 em 1984. Isto leva à montagem de uma empresa específica para acelerar as vendas no mercado externo – a Souza Cruz *Trading* S.A., que entra em operação em 1986, ano do Plano Cruzado.

No Relatório Anual de 1986, o presidente da Souza Cruz, o inglês Peter John Rombout, manifesta preocupações sociais:

“A empresa privada tem um papel preponderante a desempenhar. De um lado, investindo na ampliação e aprimoramento dos fatores de produção e, conseqüentemente, gerando novos empregos, e contribuindo para uma melhor distribuição de renda. De outro – e no estrito cumprimento de suas responsabilidades sociais – desenvolvendo tecnologia, elevando a qualificação da mão-de-obra e não se limitando a produzir e comercializar bens, mas, ao contrário, integrando-se totalmente à comunidade em que atua”.

Com efeito, desde 1982 a empresa investe em um programa de “educação ambiental”, o Clube da Árvore, além de incentivar o reflorestamento com fins

econômicos entre os plantadores de fumo. A empresa mantém parceria com governadores e prefeitos de SC e do RS. Exemplo disso é o programa Hortas Escolares, apoiado pela firma desde 1985 em Santa Catarina. Estas iniciativas são analisadas mais adiante.

Apesar da crise econômica do país, a década de oitenta não é “perdida” pela Souza Cruz, mas é nesse período que a empresa sofre seus maiores contratemplos, o que inclui um prejuízo de 1,6 milhão de dólares com a venda de cigarros em 1988. Os vinte mil acionistas só não deixam de receber dividendos devido ao lucro de 80 milhões de dólares obtido com as atividades de diversificação.

A revista *Exame* de 8 de março de 1989 dedica sua manchete à empresa, enfatizando o “cerco ao fumo” pelas campanhas antitabagistas (que na realidade eram ainda muito fracas, conforme visto no capítulo anterior) e a estratégia de investimentos em diversos setores. A certa altura, afirma:

“(...) a Souza Cruz, às vésperas de 1990, é um caso fascinante para os estudiosos da vida das grandes corporações. É um gigante que, depois de ser bafejado por circunstâncias favoráveis por muito tempo, esforça-se bravamente agora para não encolher numa paisagem hostil”.

O presidente Peter Rombout, contrariando este enfoque, responde que a “onda antitabagista não chegará ao Brasil com a mesma intensidade verificada nos EUA, na Inglaterra e na Alemanha”. Mostra-se otimista com o consumo de cigarros no país, que ele considera “ainda muito baixo”. Sobre os males do fumo à saúde, ele repete o clichê: “há exagero no que se fala. Não há provas até agora de que a fumaça do cigarro faça mal à saúde”<sup>11</sup>.

As oscilações negativas no mercado interno são atribuídas ao declínio do poder aquisitivo do consumidor e as retomadas da demanda a empresa

---

<sup>11</sup> A manchete da revista é “O cerco ao fumo”, mas a reportagem (pp. 38-44) tem como título “O cigarro já não é sinônimo de lucros fáceis”. (BARROS, G., 1989). **Exame**.

eventualmente atribui à defasagem dos preços (controlados pelo governo rigidamente até 1991) em relação aos custos. Com efeito, desde o fracasso do Plano Cruzado, no final de 1986, tem início no país o que os economistas chamam de *down-trading*, ou seja, a migração dos consumidores para as marcas mais baratas. A Souza Cruz lidera as vendas já não com o Hollywood, mas com o Belmont, em 1988. A exportação de fumo em folha continua crescendo e investimentos em modernização tecnológica visam a competitividade no exterior.

Ao finalizar a década de 80, a revista *Exame* apresenta um quadro que revela os vários negócios da empresa, com valores em milhões de dólares, sobre o desempenho obtido em 1988 (BARROS,1989). A seguir, sintetizo as informações:

Cia. de Cigarros Souza Cruz

Atividade: Fabricação de cigarros, fumos para cachimbo e charutos; exportação de fumo.

Prejuízo: 1,6

Funcionários: 14.813

Polo Indústria e Comércio

Atividade: Produção de filmes de propileno para revestir embalagens de maços.

Participação do grupo: 49,7% do capital

Lucro: 0,6

Funcionários: 550

Souza Cruz Florestal

Atividade: Plantio e corte de florestas para abastecimento de energia

Lucro: 0,3

Funcionários: 131

Souza Cruz *Trading*

Atividade: Exportação de fumos

Lucro: 43,3

Funcionários: 43

Cia. Souza Cruz Indústria e Comércio

Atividade:  *Holding*

Lucro: 2,1

Funcionários: 147

Tabasa - Tabacos

Atividade: Exportação de fumos

Participação do grupo: 70% do capital

Lucro: 3,3

Funcionários: 500

Eldocor Corretagem de Seguros

Atividade: Seguros



Lucro: 0,3  
Funcionários: 27

Souza Cruz Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Atividade: Intermediação de títulos do mercado financeiro  
Lucro: 1,7  
Funcionários: 17

Bioplanta - Tecnologia de Plantas  
Atividade: Biotecnologia vegetal  
Prejuízo: 1,6  
Funcionários: 150

Suvalan - Cia. de Produtos de Frutas  
Atividade: Produção de concentrados de uva, laranja e de essências naturais  
Lucro: 1,1  
Funcionários: 400

Aracruz Celulose  
Atividade: Fabricação de celulose branqueada de eucalipto  
Participação do grupo: 30,28% do capital  
Lucro: 30  
Funcionários: 7.700

Cia. Industrial de Papel Pirahy  
Atividade: Fabricação de papéis finos  
Lucro: 5,3  
Funcionários: 2.000

Indústrias Alimentícias Maguary  
Atividade: Fabricação de sucos de frutas tropicais, de produtos à base de coco e doces  
Prejuízo: 6,1  
Funcionários: 2.150

CLEB - Empreendimentos, Serviços, Negócios Comerciais e Industriais  
Atividade: Administração dos imóveis do grupo  
Lucro: 0,3  
Funcionários: 2

Plurimarca Empreendimentos e Participações  
Atividade: Desenvolvimento e exploração de marcas comerciais do grupo  
Prejuízo: 0,4  
Funcionários: 13

Total do Grupo  
Faturamento: 2.647,4  
Lucro: 78,6  
Funcionários: 20.756 <sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> O número total de funcionários é de 28.643. Houve erro da revista na soma dos números parciais. Na edição *Melhores e Maiores* de **Exame**, de agosto de 1990 (com dados de 1989), o número de empregados atribuídos à Souza Cruz é 16.184 – mas neste caso é considerado apenas o setor de fumo e cigarros, e não todo o grupo. Ver quadro 30 logo adiante.

No contexto da 2ª fase, na BAT predomina o estilo britânico de administração sobre o norte-americano e, conseqüentemente, na Souza Cruz. Por isso não há ascensão rápida, mas lenta e segura, na carreira dos executivos. (O presidente Rombout estava há 33 anos na BAT).

Segundo a avaliação da revista *Exame*, ao referir-se à diversificação da empresa dentro da agroindústria, nada “indica que essa rota seja alterada nos próximos anos” (BARROS, 1989). Mas o fracasso das Indústrias Alimentícias Maguary nos três últimos anos da década começa a reverter a estratégia.

No âmbito internacional, a queda do Muro de Berlim em 1989, o colapso do comunismo na ex-URSS e no Leste Europeu anunciam uma aceleração na dinâmica global da economia, para a qual as CTNs em geral começam a se preparar com reestruturações administrativas (eliminação de funções intermediárias), parcerias com fornecedores, programas de qualidade e investimentos em tecnologia, particularmente a de comunicações <sup>13</sup>.

A empresa termina a 2ª fase de sua história com os seguintes números:

**Quadro 23: Indicadores do Grupo Souza Cruz – 1988 a 1990**

| Ano             | 1988  | 1989  | 1990  |
|-----------------|-------|-------|-------|
| Faturamento *   | 2.480 | 3.155 | 3.138 |
| Impostos*       | 1.454 | 2.172 | 2.308 |
| Lucro líquido * | 126   | 168   | 60    |
| Investimentos * | 46,5  | 60    | 58    |

Fonte: Revista Exame, 24/07/1991. \* Em US\$ milhões.

<sup>13</sup> THUROW, L. (1993) **Cabeça a cabeça: a batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos**. DRUCKER, P. (1992) **Administrando para o futuro (os anos 90 e a virada do século)**. HAMMER & CHAMPY, J. (1994) **Reengenharia (revolucionando a empresa)**. LACERDA, A .C. (1998) **O impacto da globalização na economia brasileira**; ESPÍNDOLA, C.J. (1999) **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**.

### 5.1.3. Terceira fase (1991-1999)

Em julho de 1991, depois de apenas dois anos na empresa, Antônio Monteiro de Castro Filho é eleito presidente e inicia a maior reestruturação administrativa da Souza Cruz. No primeiro semestre de 1991, a firma fecha o balanço pré-eleitoral com um déficit de 300 mil dólares. Castro, primeiro brasileiro eleito para dirigir o grupo em 88 anos de história, reúne os 44 principais executivos e decide:

- \* abandonar o processo de diversificação, concentrando-se principalmente nos setores de fumo e cigarros, papel para cigarros e, em menor medida, em seguros, mercado financeiro e suco de fruta;
- \* que a *holding* perde suas funções e a estrutura administrativa passa a ser dividida por áreas de negócios; o número de diretores do grupo cai de quinze para sete;
- \* investir 300 milhões de dólares na modernização das fábricas;
- \* investir em cursos de treinamento de pessoal e programas de qualidade;
- \* ampliar o *lobby* para a liberação dos preços dos cigarros;
- \* fazer da exportação de fumo em folha e de cigarros uma prioridade para o crescimento do grupo.

Além de vender sete fazendas com plantações de frutas, a fábrica de filmes de polipropileno e o laboratório de biotecnologia, doar uma fábrica de óleo de coco a uma prefeitura e vender a fábrica de sucos Maguary (em 1992) – a empresa demite 1.500 funcionários e faz, no total, um desinvestimento de US\$ 50 milhões. Os balanços negativos no final de 1990 atingem inclusive o setor de cigarros, com prejuízo de US\$ 11 milhões. O lucro, de US\$ 60 milhões, só é possível em função das aplicações financeiras e de outros negócios, como a exportação de fumo, que proporciona um ganho de US\$ 40 milhões. Os setores nos quais a Souza Cruz avança com a diversificação entram em declínio e retardam os investimentos necessários na modernização tecnológica das fábricas de cigarros, consideradas obsoletas.

A iniciativa de Castro acompanha uma tendência da BAT que, desde 1989, volta a se concentrar em cigarros e seguros. Conclui-se que o grupo não tem *know-how* necessário para competir em vários setores simultaneamente e que o processo de globalização da economia requer ênfase na especialização, na redução de custos administrativos e nos programas de qualidade e produtividade.

A esta nova tendência, Castro acrescenta uma dose de informalidade: “Pretendo adotar um estilo de administração mais participativo”, diz à revista *Exame*<sup>14</sup>. Em vez de dois vice-presidentes, passa a ter um, e às reuniões do conselho executivo da diretoria são chamados vários outros diretores.

No Relatório Anual de 1995, ao encerrar suas atividades como presidente, Castro informa que alcançou e superou suas metas, investindo em modernização tecnológica e iniciando a construção de uma nova usina de processamento de fumo em Santa Cruz do Sul; inaugurando em São Paulo uma Central de Distribuição e iniciando a instalação de uma fábrica em Cuba, em associação com uma empresa estatal. (Considere-se, neste caso, toda a tradição de Cuba em se tratando de tabaco, conforme visto no capítulo 1)<sup>15</sup>.

Em meados de 1995 a Souza Cruz também dá início a uma campanha “de esclarecimento” da opinião pública quanto ao tabagismo, ciente de que “é um trabalho de longo prazo”. Em 1996, o Departamento de Comunicação Empresarial publica o livreto intitulado “Fumo & Sociedade - perguntas e respostas”, que se constitui num instrumento de combate frontal às campanhas da Organização

---

<sup>14</sup> BARROS, G. “A rainha da fumaça cai na real”. Revista **Exame**, 24.07.1991.

<sup>15</sup> Em 1994, a Souza Cruz estabelece acordo para constituir a Brascuba Cigarrilhas S. A., com produção inicial prevista de 500 milhões de cigarros por ano. A América do Sul produz em 1996 cerca de 296 bilhões de cigarros, dos quais 64% em território brasileiro. A Argentina produz 40 bilhões, a Venezuela, 25, a Colômbia, 12, o Chile também 12; os demais produzem menos de 5 bilhões cada um. (ABIFUMO, 1997:86,87). **O fumo e seus derivados na economia brasileira.**

Mundial da Saúde, entre outros órgãos públicos e ONGs. (Este aspecto será abordado mais adiante) <sup>16</sup>.

Outro presidente da Souza Cruz, Flávio de Andrade, assume o cargo em fins de 1995. Desde 1986 era diretor de *marketing*. Foi responsável pelo lançamento das duas marcas mais vendidas pela empresa desde então – Derby e Free <sup>17</sup>. Seu antecessor, Monteiro de Castro, é guindado à direção da BAT e passa a presidir, de Londres, a área do grupo responsável pela América Latina. Castro também assume a presidência do conselho de administração da Souza Cruz, no lugar do inglês Peter Rombout.

Na segunda metade dos anos 90, dois grandes investimentos se destacam, conforme antecipei no tópico 5.1 deste capítulo: um centro de beneficiamento de fumo (1996) e uma nova fábrica de cigarros (1997), ambos no Rio Grande do Sul (a proximidade com o Mercosul é um dos motivos da escolha do local e os incentivos fiscais são outro, além, é claro, dos investimentos já sedimentados no sistema integrado, em particular na microrregião de Santa Cruz do Sul). A seguir, trato separadamente de cada uma destas iniciativas.

Em dezembro de 1996 a empresa inaugura em Santa Cruz do Sul o “maior e mais moderno centro de processamento de fumo do mundo”, um investimento de R\$ 81 milhões, numa área de 114 mil metros quadrados (equivalente a 20 campos de futebol), com capacidade de produção de 120 mil toneladas anuais de fumo <sup>18</sup>. No primeiro ano, foram processadas 92,5 mil toneladas, 5,2% acima das expectativas (segundo o Relatório Anual de 1997). Em julho de 1997, J.L.

---

<sup>16</sup> SOUZA CRUZ. (1996). **Fumo & sociedade: perguntas e respostas.**

<sup>17</sup> Antes, trabalhou na área de vendas e foi, durante dois anos, presidente da companhia de cigarros chilena controlada pela BAT. Considerado um executivo centralizador e detalhista, Andrade é fumante e tem 47 anos ao assumir o cargo. Seus antecessores, Monteiro de Castro e Peter Rombout, só apareciam com cigarro na boca por obrigação, em público, como em cerimônia de lançamento de uma nova marca. Andrade diz que fuma há 25 anos e que tem três filhos antitabagistas, apesar de estar casado com uma fumante (BARROS, 1995). “Um fumante na Souza Cruz”.

Tassinari, gerente de operações industriais, afirma que este centro está “preparado para receber selo verde” e que o mesmo “tem estação de tratamento de esgotos”. Para beneficiar o fumo, a Souza Cruz só utiliza madeira de reflorestamento, garante ele, informando que no município a empresa tem uma fazenda de três mil hectares, com 1.250 ha de florestas para atender à nova unidade de processamento <sup>19</sup>. Estas informações sugerem um exame da política ambiental da empresa, o que é feito mais adiante.

A nova fábrica de cigarros é inaugurada em junho de 1997, em Cachoeirinha (na Grande Porto Alegre), três meses após a aprovação do projeto <sup>20</sup>. (Flávio de Andrade havia anunciado em março um investimento de US\$ 580 milhões, em oito anos). A unidade, juntamente com as de Uberlândia e de São Paulo, forma o núcleo da produção de cigarros da Souza Cruz, com equipamentos de última geração – máquinas capazes de produzir até 16 mil cigarros por minuto, ou 100 bilhões por ano num prazo de oito anos. A nova unidade faz parte dos investimentos viabilizados pelo ex-governador Antônio Britto (PMDB) no RS por meio do programa Fundopem (Fundo Operação Empresa) e do Proinci (Programa Setorial para Desenvolvimento da Indústria de Cigarros) <sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> RELATÓRIO ANUAL 1996. **Souza Cruz**, 1997.

<sup>19</sup> A fonte destas informações sobre o Centro de Processamento de Fumo é uma entrevista gravada que fiz, em 30.07.1997, com J. L. Tassinari, após visita de uma hora e meia às instalações industriais, acompanhado pelo gerente Marcelo H.D. Veras.

<sup>20</sup> INFORMATIVO SOUZA CRUZ. (1997:12,13). “Fábrica Porto Alegre já está funcionando”. Para marcar a inauguração desta fábrica, a empresa lançou um programa de *marketing* comunitário intitulado *Comunidade Unida*, que distribuiu R\$ 1 milhão para entidades beneficentes não-governamentais no RS, envolvendo 7 milhões de votos, por meio dos quais a população foi mobilizada para indicar metade das entidades beneficiárias. A outra metade foi escolhida pela própria empresa. No total, 112 entidades assistenciais foram beneficiadas (RELATÓRIO SOCIAL 1998).

<sup>21</sup> Empresas do setor foram beneficiadas com abatimento mensal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido, em troca da promessa de milhares de empregos (o que não foi exatamente cumprido). Segundo a assessoria econômica da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembléia Legislativa (RS), os benefícios à Souza Cruz foram de R\$ 860 milhões. O ex-governador Antônio Britto (PMDB) anunciou a concessão de R\$ 1,1 bilhão às empresas Philip Morris, Universal e Souza Cruz cerca de 30 dias após apresentar à sociedade rio-grandense o “Plano

No Relatório Anual de 1997, destacam-se os seguintes tópicos: a) aumento de participação no mercado brasileiro; b) inovação em produtos; c) presença nacional; d) recorde nas exportações; e) crescimento no lucro operacional; f) concentração no negócio; g) investimentos em modernização; h) relacionamento com o mercado de capitais; i) desempenho reconhecido. A seguir, trato de alguns destes itens.

Dando continuidade à estratégia de reestruturação e concentração nos negócios de fumo e cigarros, a empresa vendeu a Companhia Industrial de Papel Pirahy para a Schweitzer - Mauduit International, Inc., dos Estados Unidos, que é especializada em papéis para cigarros. De acordo com o Relatório de 1997, o lucro líquido contábil na operação foi de R\$ 2,8 milhões <sup>22</sup>.

Para fazer cerca de 360 milhões de cigarros chegarem a 204 mil pontos de vendas em todo o país, a Souza Cruz dispõe de 1.200 veículos, que percorrem cerca de 150 mil quilômetros na operação de entrega. Diz o Relatório Anual de 1997 que a empresa incorporou inovações tecnológicas, como um sistema de pré-separação (“Picking Automático”) e o *software* roteirizador *road show*, para garantir maior rapidez na entrega dos produtos. Esta é feita em 24 horas a partir da transmissão eletrônica das encomendas registradas pelos vendedores em seus computadores portáteis. A propósito, *também na relação com o agricultor* a empresa tem introduzido computadores portáteis, operados pelos técnicos instrutores de fumo. O *road show* indica os melhores caminhos para os carros de entrega. Monta roteiros levando em conta dados como localização dos pontos de

---

Estadual de Prevenção Contra o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas”, em junho de 1996 (OCHÔA, V. 1997) “Estado investe na indústria da morte”. Reportagem especial do Jornal da Universidade Federal do RS. No Relatório Anual de 1997, a Souza Cruz informa que a nova fábrica no RS “conta com o apoio do governo do Estado por meio do programa Fundopem”, tendo planejados “investimentos de US\$ 580 milhões ao longo de oito anos, com possibilidade de expansão para US\$ 820 milhões”.

<sup>22</sup> Em que pese o processo reconcentração nos negócios relativos ao fumo, o estatuto da empresa, em 1996, permanece aberto para múltiplas alternativas, incluindo, por exemplo, artigos de perfumaria, discos, artefatos de vidro, plástico, madeira, bebidas, bares e restaurantes, etc. Ver documento na íntegra em [www.daterranet.com.br/~acedesfe/](http://www.daterranet.com.br/~acedesfe/).

venda, malha viária, direções e horários. Com esta tecnologia, reduziu-se em 10% o tempo de entrega e em 15% a rodagem de veículos. “Em 1997, a Souza Cruz também racionalizou e modernizou outras etapas de sua cadeia de suprimentos, criando um novo modelo de gestão e promovendo integração maior das áreas de logística” (RELATÓRIO ANUAL 1997).

Em 1997, a firma ampliou sua posição de liderança, alcançando 84% de participação no mercado nacional de cigarros. “A superação da marca de 83,3%, conquistada no ano anterior, foi resultado direto da competitividade do portfólio da empresa: oito das dez marcas mais vendidas no Brasil trouxeram a assinatura Souza Cruz”, diz o presidente Flávio de Andrade no relatório anual. Os resultados demonstram a competitividade nos vários segmentos, tanto no de produtos mais sofisticados quanto no de preços mais acessíveis (RELATÓRIO ANUAL 1997:10). Ainda de acordo com a mesma fonte, o volume de cigarros exportados pela empresa em 1997 aumentou 19,2% em comparação com 1996. A firma deu continuidade à “estratégia de internacionalização de suas marcas, com ênfase nas famílias Hollywood e Free, este último já presente em cinco países”. A corporação também tem investido no segmento de marcas internacionais, em parceria com a R.J. Reynolds, da qual obteve licenciamento para comercializar no Brasil as marcas Lucky Strike e Camel. Veja-se quadro sobre o desempenho da empresa:

**Quadro 24: Souza Cruz: vendas de cigarro, merc. interno e exportação \***

|                 | <b>1994</b> | <b>1995</b> | <b>1996</b> | <b>1997</b> | <b>1998</b> |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Mercado Interno | 84,9        | 98,6        | 97,8        | 93,0        | 80,6        |
| Participação    | -----       | 82,6%       | 83,3%       | 84%         | 83,1%       |
| Exportação      | -----       | 18,5        | 20,3        | 24,1        | 23,5        |
| Total           | -----       | 117,1       | 118,1       | 117,1       | 104,1       |

Fontes: Relatórios anuais da Abifumo e da Souza Cruz. \* Em bilhões de unidades.



Para efeito de comparação com a segunda metade da década de 1980: segundo o Relatório Anual da Souza Cruz de 1986 (Plano Cruzado), o volume total de cigarros comercializados no Brasil, por todas as empresas, foi de 168,9 bilhões, superando em 15,5% o volume de 1985. As vendas da Souza Cruz atingiram 140,1 bilhões de unidades, representando um crescimento de 18,5% sobre o ano anterior. A participação da companhia no mercado passou de 80,9% em 1985 para 83% em 1986. De acordo com o Relatório Anual de 1989, a participação no mercado interno foi de 79,7%, com um crescimento de 0,3% em relação a 1988. O total comercializado no país foi de 162,7 bilhões em 1989, cabendo à firma, portanto, 129,6 bilhões. Deve-se considerar que na década de 1990 o contrabando foi crescente até janeiro de 1999 (conforme capítulo 3) <sup>23</sup>.

A corporação declara ter destinado R\$ 69 milhões em investimentos sociais em 1997, 16% a mais do que em 1996. Os recursos foram dirigidos à concessão de benefícios, programas de desenvolvimento profissional e aposentadoria complementar. Os benefícios responderam pela maior parte dos recursos, R\$ 41,2 milhões, aplicados em alimentação, transporte, saúde e segurança no trabalho. Veja-se a comparação no quadro a seguir:

**Quadro 25: Investimentos e benefícios sociais aos empregados – 1996 e 98**

|                       | <b>1996</b>    | <b>1998</b>    |
|-----------------------|----------------|----------------|
| Saúde                 | R\$ 11.905.879 | R\$ 12.571.977 |
| Alimentação           | 14.239.663     | 15.137.754     |
| Treinamento           | 6.073.107      | 4.117.148      |
| Transporte            | 2.814.489      | 3.279.611      |
| Segurança             | 1.578.563      | 1.391.897      |
| Benefícios adicionais | 22.904.614     | 6.068.175      |
| Total                 | R\$ 59.516.315 | R\$ 42.566.562 |

Fonte: Relatórios Sociais 1996 e 1998 da Souza Cruz.

<sup>23</sup> A revista Exame de 24.07.1991 compara a participação dos fabricantes no mercado interno: Souza Cruz, 82,4%, Phillip Morris, 9,1%, RJ Reynolds, 5,6% e nacionais, 2,9%.

Os chamados *benefícios adicionais* incluem cigarros grátis, comemorações – com entrega de prêmios por produtividade –, festas e cestas de natal, despesas com creches e subvenções às Associações Atlética Souza Cruz, etc. (Mais adiante, volto a tratar de segurança e saúde ocupacional).

O total de empregados efetivos em fins de 1996 é de 9.741, segundo o Relatório Social, enquanto em fins de 1998 é de 7.202<sup>24</sup>. No auge da safra foram contratados 3.921 temporários (os chamados *safristas*) em 1996 e “cerca de 3 mil” em 1998. O perfil social genérico dos funcionários é o seguinte, em 1998: a maioria (84%) é do sexo masculino, casada (60%), com 30 a 40 anos de idade (40%), segundo grau completo (45%) e com mais de 5 anos de vínculo com a empresa (55%). No quadro a seguir pode-se observar o resultado em gastos salariais com a redução do número de empregados: em 1998 a empresa gastou cerca de R\$ 76 milhões a menos que em 1996, mas em itens como participação nos resultados e encargos sociais a diferença não foi significativa. Certamente cada funcionário passou a receber mais a partir das demissões, o que provavelmente explica o relativo silêncio sindical a respeito das mesmas.

**Quadro 26: Salários, aposentadorias e participação nos resultados (PnR)**

| Ano      | 1996            | 1998            |
|----------|-----------------|-----------------|
| Salários | R\$ 189.372.561 | R\$ 113.445.706 |
| PnR      | R\$ 20.359.000  | R\$ 20.984.689  |
| Encargos | R\$ 55.572.404  | R\$ 50.911.742  |
| Total    | R\$ 265.463.965 | R\$ 247.119.234 |

Fonte: Relatórios Sociais 1996 e 1998 da Souza Cruz.

Em 97, foram destinados R\$ 6,7 milhões para atividades de treinamento e qualificação profissional em diversas áreas. A empresa tem um programa de

<sup>24</sup> Isto apesar de a revista **Exame** (*Melhores e Maiores* de 1997) informar que em 1996 a empresa contava com 8.920 empregados, conforme será visto no quadro 30. Estas diferenças são compreensíveis, já que o processo de reestruturação foi rápido nesse período, gerando informações às vezes contraditórias ou incompletas.

recrutamento de “trainees” (estagiários) em universidades brasileiras (20 novos profissionais em 97). Como forma de preparar-se para a globalização da economia, investe na atuação de profissionais em unidades do grupo BAT em vários países (40 técnicos em 97). Para motivar o envolvimento dos empregados no desempenho da corporação, há o Programa de Participação nos Resultados (PnR), que incorporou aos rendimentos dos funcionários cerca de R\$ 21 milhões, de acordo com o Relatório Anual de 1997 <sup>25</sup>.

A BAT tem promovido, desde 1996, treinamento intensivo de gerentes do grupo, *para que os mesmos possam tratar com a mídia no que se refere a tabagismo*. Esta iniciativa é complementada com uma série de entrevistas e apresentações planejadas a “jornalistas de destaque”, especialmente convidados em diversas partes do mundo. A BAT promove a formação de vários profissionais (economistas, advogados, engenheiros) em *marketing* para melhor atender aos gerentes e debater com a mídia temas como efeitos da fumaça de tabaco no ambiente, vício e restrições à liberdade de expressão e propaganda. Há também um grupo de gestão de litígio, formado por advogados integrados por computadores, para coordenar as batalhas jurídicas do grupo (BAT,1997). Este é um exemplo de como a globalização tem propiciado a articulação de vários setores e profissionais da BAT, o que certamente tem favorecido tanto a Souza Cruz como as demais empresas controladas. A padronização de equipamentos e de estratégias de *marketing*, a uniformização de procedimentos, o uso comum de bancos de dados, a difusão de experiências na redução de custos, o intercâmbio administrativo e jurídico, enfim, têm propiciado a ação unificada desta corporação transnacional. Todas as partes reforçam-se mutuamente por intermédio da tecnologia da informação, constituindo uma *rede estratégica* com crescente capacidade de ação sistêmica.

---

<sup>25</sup> BAT (1997). **Winning as one**. Informativo da British American Tobacco.

Em 1998, a Souza Cruz enfrentou uma retração do mercado nacional, atribuída à “desaceleração do nível da atividade econômica, ampliação do mercado informal” e aumentos de impostos no Rio de Janeiro e Minas Gerais (revertidos em abril) e RS (revertido em dezembro) <sup>26</sup>. Apesar disso, a empresa obteve um lucro líquido de R\$ 480,5 milhões, um crescimento de 9,5% sobre o ano anterior e um retorno sobre o patrimônio líquido de 24,4% (22,8% em 1997), segundo o Relatório Anual de 1998 (demonstrações financeiras). Em 1999, o lucro líquido foi de R\$ 672 milhões <sup>27</sup>. A Souza Cruz, portanto, *continua crescendo apesar de todas as pressões antitabagistas e da crise econômica do país*. No quadro a seguir pode-se constatar que praticamente todos os números são positivos, embora o mercado de ações aponte para complexidade e incerteza crescentes, o que provavelmente está relacionado às políticas públicas antifumo e às diversas subpolíticas da *rede multifragmentária*.

**Quadro 27: Demonstrações financeiras consolidadas da Souza Cruz – 1996, 1997, 1998**

| Ano                        | 1996        |              | 1997        |              | 1998        |              |
|----------------------------|-------------|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|
|                            | R\$ milhões | R\$ por ação | R\$ milhões | R\$ por ação | R\$ milhões | R\$ por ação |
| Lucro Operacional (C.I)*   | 179,3       | 0,59         | 239,4       | 0,78         | 368,3       | 1,20         |
| Lucro Operacional (L.S.)** | 390,7       | 1,28         | 371,9       | 1,22         | 422,7       | 1,38         |
| Lucro Líquido (C.I.)       | 219,6       | 0,72         | 313,6       | 1,03         | 480,5       | 1,57         |
| Lucro Líquido (L.S.)       | 349,3       | 1,14         | 393,8       | 1,29         | 515,9       | 1,69         |
| Remuneração acionistas     | 236,4       | 0,77         | 296,1       | 0,97         | 484,7       | 1,59         |
| Patrimônio Líquido (C.I.)  | 1.332,1     | 4,36         | 1.372,5     | 4,49         | 1.409,9     | 4,61         |
| Patrimônio Líquido (L.S.)  | 1.127,1     | 3,69         | 1.255,5     | 4,11         | 1.335,6     | 4,37         |

Fonte: Relatórios Anuais 1997 e 1998 da Souza Cruz.

\* C.I = Correção integral; \*\* L.S. = Legislação societária.

A única exceção, de crescimento negativo, é observada nos números do lucro operacional (legislação societária), em que o total cai de R\$ 390 milhões

<sup>26</sup> RELATÓRIO ANUAL 1998. **Souza Cruz**, 1999.

para R\$ 371 milhões em 1997. Já em 1998 a empresa recupera-se nesse item com R\$ 422 milhões. *O mercado de ações, apesar dos números crescentes dos valores de lucro por ação no quadro acima, não sinaliza tranqüilidade para a empresa.* Na comparação de três anos da segunda metade da década observa-se um decréscimo de quase R\$ 88,9 milhões no volume das negociações, além de um decréscimo de 15,7 milhões de ações negociadas. Veja-se quadro a seguir:

**Quadro 28: Negociação das ações da Souza Cruz nas bolsas de valores \***

| Ano                                     | 1996  | 1997  | 1998  |
|---|-------|-------|-------|
| Volume (R\$ milhões)                    | 239,1 | 225,6 | 150,2 |
| Quantidade de ações (milhões)           | 33,5  | 24,3  | 17,8  |
| Número de negócios                      | 3.941 | 4.411 | 4.428 |
| Última cotação do ano<br>(R\$ por ação) | 6,82  | 9,19  | 7,80  |

Fonte: Relatórios Anuais 1997 e 1998 da Souza Cruz.

\* Do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Estes decréscimos estão relacionados ao antitabagismo e às notícias de ações judiciais contra as indústrias de cigarros, que têm ocorrido com frequência crescente nos Estados Unidos e também no Brasil? É difícil avaliar, dada a complexidade das variáveis em jogo (oscilações financeiras, aspectos culturais, interdependência global, posição no mercado de ações), mas me parece razoável pensar que sim. Há muitas incertezas na relação entre as redes estratégicas das CTNs de tabaco e as redes antifumo multifragmentárias, em geral, e no Brasil em particular, no qual se combinam a complexidade socioambiental e a carência de pesquisas prévias sobre esta relação. Em todo caso, contrariando algumas expectativas otimistas de seus opositores, os números apresentados pela Souza Cruz aos acionistas *mostram que a empresa continua crescendo*. De acordo com o Relatório Anual 1998, os resultados positivos decorrem do seguinte:

<sup>27</sup> GOMIDE, S.(2000) "Empresas distribuíram 66% dos lucros em 99". **O Estado de SP**.

- Intensificação do programa de reestruturação de processos e atividades da empresa iniciado em 1996 [ou 1991], que resultou em reduções significativas de custos e despesas tendo sido fator determinante do desempenho;<sup>28</sup>
- Exportações no total de US\$ 673,8 milhões;
- Manutenção da liderança do mercado nacional de cigarros com 83,1%.

No contexto empresarial brasileiro, a Souza Cruz ocupa um lugar de destaque há muitos anos, segundo os critérios da revista *Exame*, equivalentes aos da revista *Fortune* para o mercado global e norte-americano. Na edição de agosto de 1995 (*Melhores e Maiores*), a revista faz uma retrospectiva, observando que a Souza Cruz foi, no setor de bebidas e fumo, quatro vezes primeira colocada em “excelência empresarial” entre 1980 e 1983, três vezes primeira classificada entre 1986 e 1988 e também entre 1991 e 1994. “Excelência empresarial”, diz a revista, “é uma medida que se obtém por: a) a pré-qualificação das 20 maiores empresas do setor por receita operacional bruta; b) a soma dos pontos ponderados nas classificações por liderança de mercado, rentabilidade, crescimento, liquidez, endividamento e vendas por empregado”. Observe-se que são critérios econométricos, tecnocientíficos.

No período de 1989 a 1998, a classificação da empresa segundo a revista ficou via de regra entre as cinco melhores e maiores, conforme se constata a seguir:

---

<sup>28</sup> Na realidade, como foi visto anteriormente, o processo de reestruturação teve início já em 1991, na gestão de Antônio Monteiro de Castro.

**Quadro 29: Classificação da Souza Cruz no ranking da Revista Exame (1989-1998)**

|             | Classificação Geral<br>(Melhores e Maiores) | Classificação p/ Vendas<br>(Privadas e estatais) | Classificação p/ Vendas<br>(Empresas privadas) |
|-------------|---|--|--|
| <b>1989</b> | 5ª Maior                                    | 5ª Maior   | 3ª Maior                                       |
| <b>1990</b> | 4ª Maior                                    | 5ª Maior   | 3ª Maior                                       |
| <b>1991</b> | 4ª Maior<br>4ª Melhor                       | 4ª Maior   | 2ª Maior                                       |
| <b>1992</b> | 4ª Maior<br>4ª Melhor                       | 4ª Maior   | 2ª Maior                                       |
| <b>1993</b> | 4ª Maior<br>4ª Melhor                       | 6ª Maior   | 4ª Maior                                       |
| <b>1994</b> | 3ª Maior<br>3ª Melhor                       | 8ª Maior   | 5ª Maior                                       |
| <b>1995</b> | 3ª Maior                                    | 6ª Maior   | 4ª Maior                                       |
| <b>1996</b> | 3ª Maior<br>4ª Melhor                       | 6ª Maior   | 4ª Maior                                       |
| <b>1997</b> | Não classificada*                           | 9ª Maior   | 5ª Maior                                       |
| <b>1998</b> | NC*   | -----  | 7ª Maior                                       |

Fonte: Revista *Exame*, edições anuais de *Melhores e Maiores* (1990 a 1999).

\* O setor de *bebidas e fumos* é denominado *setor de bebidas*, excluindo-se o fumo.

Para complementar o quadro acima apresento um outro, sobre a empresa no mercado interno, com destaque para lucros e redução de empregados:

**Quadro 30: Indicadores econômicos da Souza Cruz - mercado interno (1989-1998)**

| Ano          | Vendas*   | Lucro Líquido* | Capital de Giro Próprio* | Número de Empregados | Vendas por Empregado** |
|--------------|-----------|----------------|--------------------------|----------------------|------------------------|
| <b>1989*</b> | 2.981.559 | 17000          | 6.399                    | 16.184               | ---                    |
| <b>1990</b>  | 2.890,6   | 10,1           | -6,3                     | 15.418               | ---                    |
| <b>1991</b>  | 2.823,6   | 41,9           | -9,1                     | 14.522               | 188,6                  |
| <b>1992</b>  | 3.590,8   | 40,9           | 3,0                      | 14.044               | 251,4                  |
| <b>1993</b>  | 3.283,4   | 158,3          | 391,6                    | 12.500               | 238,8                  |
| <b>1994</b>  | 4.290,0   | 87,9           | 441,9                    | 11.519               | 357,2                  |
| <b>1995</b>  | 5.670,1   | 198,4          | 349,2                    | 9.531                | 579,7                  |
| <b>1996</b>  | 5.787,9   | 194,3          | 255,3                    | 8.920                | 627,4                  |
| <b>1997</b>  | 5.471,9   | 269,9          | 306,9                    | 7.840                | 529,9                  |
| <b>1998</b>  | 4.481,6   | 319,0          | 38,8                     | 7.202                | 507,0                  |

Fonte: Revista *Exame*, edições anuais de *Melhores e Maiores* (1990 a 1999). \* Em US\$ milhões, com exceção de 1989, cujos dados de lucro líquido e capital de giro estão em US\$ mil; \*\* Em US\$ mil.

Estes dados são referentes apenas ao setor de fumo e cigarros, portanto não incluindo empresas controladas pelo grupo Souza Cruz, como a Cia. Industrial de Papel Pirahy (vendida em 1997), a Eldocor Corretagem de Seguros, a Souza Cruz DTVM (Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários), a Yolanda Participações e a Souza Cruz *Trading*, encarregada das exportações.

Durante a década de 1990, conforme já visto no capítulo 3, o setor de fumo tem nas exportações sua mais segura fonte de receita, já que o mercado interno sofre as oscilações características da economia brasileira. Cabe então apresentar um quadro específico do desempenho da Souza Cruz *Trading*:

**Quadro 31: Alguns indicadores econômicos da Souza Cruz *Trading***

| Ano         | Vendas* | Lucro Líquido* | Capital de Giro Próprio* | Número de Empregados |
|-------------|---------|----------------|--------------------------|----------------------|
| <b>1992</b> | 181,8   | 45,1           | - 43,3                   | 26                   |
| <b>1997</b> | 258,8   | 180,2          | - 50,0                   | --                   |
| <b>1998</b> | 519,9   | 141,7          | 136,3                    | --                   |

Fonte: Revista *Exame*, ed. anuais de 1993, 1998, 1999. \* Em US\$ milhões.

A *Trading* aparece nas classificações da revista *Exame* como uma das mais rentáveis do país, na primeira metade da década, competindo com gigantes como White Martins, Roche, Editora Globo, Xerox, Semp Toshiba, Ericsson, Gessy Lever, Fiat Automóveis, etc. Por exemplo, em 1990, 1991, 1992 e 1993 – foi a mais rentável. Em 1994, ficou em terceiro lugar (o primeiro ficou com a Philip Morris). Em 1995, caiu para o 20º lugar, atrás inclusive da Souza Cruz no mercado interno, que ficou em 10º lugar. Em 1996, não ficou entre as 20 mais rentáveis, enquanto a Souza Cruz no mercado interno foi a 17ª. Entre 1996 e 1997, a *Trading* cai também na classificação das 500 maiores empresas privadas: sai do posto 168 para o 306. Mas recupera-se, chegando em 145º lugar na classificação de 1998. Neste ano, obtém o 10º lugar entre as melhores do setor de atacado e comércio exterior, sendo considerada a 8ª mais rentável. Em síntese: obtém um desempenho “excelente” na primeira metade da década, passa



por um período de crise e na segunda metade recomeça sua ascensão, já num ambiente mais competitivo, considerando-se as transformações da economia brasileira no período, com aquisições e fusões visando o incremento das exportações<sup>29</sup>.

Na edição de *Melhores e Maiores* de junho de 1999, a revista constata o “vigor dos gigantes”, referindo-se ao crescimento dos cem maiores grupos empresariais (incluídos os financeiros) na economia brasileira, que obtiveram em 1998 vendas de 249 bilhões de dólares, o equivalente a 80% das receitas das 500 empresas privadas classificadas. Este valor representa um crescimento de 5% sobre as receitas de 1997 – 238 bilhões de dólares – e “um fortalecimento da musculatura dos gigantes”<sup>30</sup>. Aqui, mais uma vez, afirma-se a tese de Sklair e de outros analistas sobre o processo de concentração do *capitalismo global*<sup>31</sup>. Neste contexto, o grupo Souza Cruz (incluindo a *Trading* e demais empresas) ficou classificado em 8º lugar em 1996, com receita de 5,7 bilhões de dólares, em 9º lugar em 1997, com receita de 5,6 bilhões de dólares e em 14º lugar em 1998, com receita de 4,6 bilhões de dólares. Este declínio é compreensível em razão de fatores já apontados anteriormente, incluindo as campanhas antitabagistas.

A empresa recebeu em 1998 vários prêmios, que demonstram a eficácia de sua busca de credibilidade junto a setores das classes dominantes: a) Prêmio Abamec Nacional (Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais), bem como das regionais do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará e Distrito Federal – “como a melhor Companhia aberta de 1997 em função da consistência da política de remuneração, do diálogo e da transparência no fornecimento de informações aos acionistas e ao mercado em geral”; b) foi uma das poucas empresas no Brasil que obteve a classificação máxima na avaliação de crédito elaborado pela agência Standard & Poors; c) Prêmio Top de Ecologia,

---

<sup>29</sup> Edições anuais de *Melhores e Maiores* da revista **Exame**, 1991 a 1999.

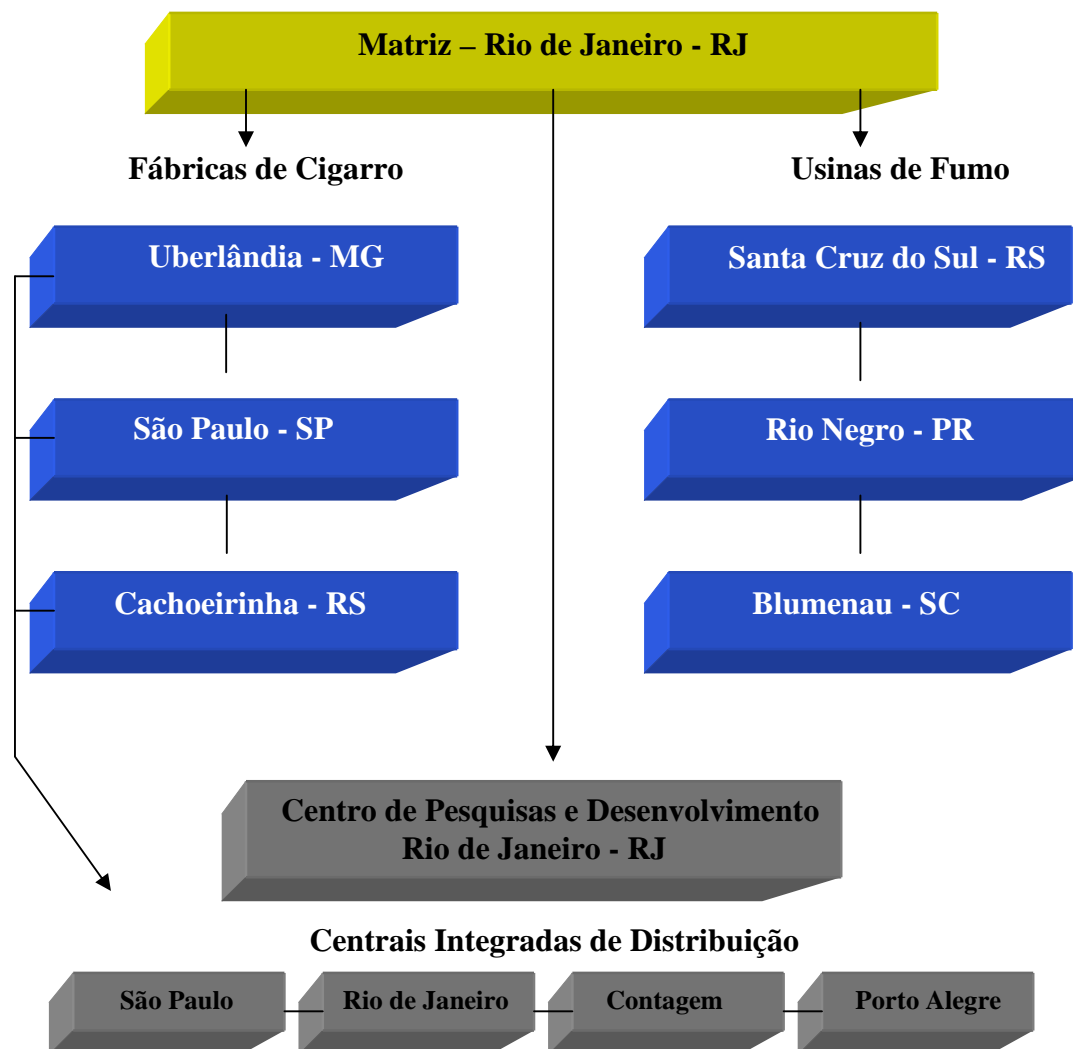
<sup>30</sup> **Exame**, edição de *Melhores e Maiores* de junho de 1999 (100).

<sup>31</sup> Ver, a propósito, FURTADO, C. (1998). **O capitalismo global**. OLIVEIRA, F.A. (Org., 1999). **Globalização, regionalização e nacionalismo**.

concedido pela ADVB-SP (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil – seção São Paulo) “pelo uso racional de agrotóxicos”; d) Prêmio Excelência Empresarial, concedido pela FGV – RJ “pelos excelentes indicadores de desempenho entre as 500 maiores apuradas pela revista Conjuntura Econômica”; e) Prêmio Exportação 98, concedido pela seção gaúcha da ADVB, “pelo conjunto de atividades desenvolvidas para aumentar as exportações de fumo em folha brasileiro e conquista de novos mercados” (RELATÓRIO ANUAL 1998).

Em 1998, a empresa chegou à seguinte estrutura básica:

Figura 9: **Estrutura da Souza Cruz**



A rápida transformação da empresa nos anos 90 gerou obstáculos para esta pesquisa, propiciando informações fragmentadas. Note-se que simplifiquei a estrutura acima, excluindo escritórios de vendas, pontos de abastecimento e depósitos, escritórios regionais e vínculos com a BAT <sup>32</sup>. A propósito, a configuração da BAT, em 1997, consiste na administração de 65 fábricas em 65 países, com 55 mil empregados diretos e 400 mil agricultores contratados. A BAT fabrica 670 bilhões de cigarros por ano, com cerca de 200 marcas diferentes (Lucky Strike, State Express 555, Kent, B&H, etc), liderando as vendas em 30 países e participando com 12,8% do mercado mundial de cigarros <sup>33</sup>.

## 5.2. Relação com fumicultores

Quais são as estratégias da Souza Cruz na sua relação com os fumicultores integrados? O Departamento de Fumo da empresa elaborou e publicou em meados dos anos 90 dois livretos que sintetizam sua ideologia sobre a pequena propriedade, procurando socializar os agricultores e induzi-los a tornar-se empresários rurais, considerando a dinâmica da globalização da economia. As duas publicações são muito semelhantes: *Pequena Propriedade no Novo Milênio (análise e sugestões para viabilidade)* (23 p.), coordenada pelo Diretor Gerson Cardoso; *The Small Farm In The Year 2000 (analysis and suggestions to make it feasible)* (20 p.), coordenada pelo Diretor Nelson Bannemann. Pode-se deduzir que ambas as publicações têm função de *marketing*, conceito que vincula produção e consumo (conforme visto no capítulo 2). Com a publicação em inglês a empresa mostra aos seus clientes internacionais uma face de modernidade e de

---

<sup>32</sup> A equipe de Logística da Divisão de *Trade Marketing* e Distribuição conseguiu reduzir o número de viagens e aumentar os espaços nos caminhões com a construção de dois *transit-points*, um em Uberlândia e outro em São Paulo, entre as fábricas de cigarros e as centrais de distribuição. O *transit-point* concentra produtos. O de Uberlândia atende 28 pontos de abastecimento localizados nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. O de São Paulo atende 10 pontos de abastecimento espalhados pela Região Sul. Isto possibilitou uma *economia de um bilhão de dólares por ano*. INFORMATIVO SOUZA CRUZ. (1997). “Tão longe, tão perto”.

estabilidade, na medida em que tem apoio do governo brasileiro (mais precisamente, do governo catarinense, por intermédio da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e da Epagri, cujo logotipo aparece ao lado do da Souza Cruz). Com a publicação em português (neste caso editada apenas pela empresa), bastante marcada pelas ilustrações em cores e por uma linguagem mais coloquial, visa-se primordialmente atingir os agricultores, mas também os técnicos que os orientarão em nome da empresa. Cabe portanto falar em *marketing*, já que a organização das pequenas propriedades e sua viabilidade no longo prazo significa garantia de um aporte de matéria-prima para exportação e fabricação de cigarros de acordo com a demanda dos consumidores e atacadistas internacionais.

A Souza Cruz, por meio da atividade de cerca de 500 pessoas, entre orientadores, gerentes de área e supervisores, procura ensinar (política cognitiva) cada um dos aproximadamente 60 mil agricultores a ver o mundo de acordo com o olhar de um *empresário identificado com o setor*<sup>34</sup>. Cada família fumicultora constitui um elo da cadeia produtiva, o mais frágil economicamente. Assim, não basta que o fumo seja plantado de acordo com a orientação técnica da empresa integradora: faz-se necessário um planejamento empresarial para que o agricultor não tenha que abandonar o cultivo de fumo em caso de perda de safra por efeito de chuva de granizo, por exemplo; faz-se necessário um planejamento empresarial para que o agricultor não dependa única e exclusivamente do fumo, para que não degrade suas terras com uso excessivo de agrotóxicos e adubos químicos, para que não gaste mal seus recursos financeiros por desconhecimento

---

<sup>33</sup> NEUMANN, R. (1997). "Indústria reage aos antitabagistas". **Gazeta do Sul**.

<sup>34</sup> Estes números constam na matéria "Souza Cruz que ninguém vê", publicada pela revista **AgroMarket**, em maio de 1995 (26-28). Os instrutores ou orientadores foram introduzidos pela empresa de forma estratégica, ao longo da história. Para abrir caminho, agricultores com sentido de liderança foram convertidos em instrutores contratados para visitar seus vizinhos e convencê-los a adotar o sistema integrado, com a construção de estufas para plantar o fumo Virgínia. Os que tomavam a dianteira do processo eram recompensados financeiramente, para que seu exemplo se difundisse entre os colonos. Na medida em que o setor passou a ganhar importância no comércio internacional, o

das características de suas terras, para que não deixe de tirar proveito de suas relações com a extensão rural promovida pelo governo – enfim, para que possa combinar processos e produtos no espaço e no tempo adequadamente. Assim, aumenta a possibilidade de o agricultor não ficar endividado e de seus filhos não pretenderem ir para as cidades, deixando de continuar a produzir a matéria-prima necessária à empresa integradora.

A ideologia da integração agroindústria-fumicultor pressupõe um uso instrumental da ecologia, conforme já antecipei no capítulo 3. Os cuidados com a *saúde do produtor*, no contato com agrotóxicos, por exemplo, são parte das recomendações da Souza Cruz, bem como das demais empresas do setor. As pesquisas tecnocientíficas têm permitido a redução crescente de uso de agrotóxicos de impacto amplo; o ingrediente ativo por hectare destes produtos tem caído, segundo a Souza Cruz, de 26,8 kg em 1986 para 6,6 kg em 1991 e 1,7 kg em 1999. Também os equipamentos de proteção individual (EPI) para uso de agrotóxicos têm sido aperfeiçoados, embora causem mal-estar devido ao calor <sup>35</sup>. Já a *saúde do consumidor* de cigarros é *dissociada* (aspecto disjuntor do paradigma expresso pela tecnociência) do meio ambiente, da ecologia, passando a ser vista como responsabilidade exclusiva do cidadão. No uso reducionista da ecologia a empresa também ensina o agricultor a fazer do reflorestamento uma fonte de renda. Evita-se que o mesmo seja multado por corte ilegal de árvores, o que também poderia afetar juridicamente a empresa, na medida em que esta controla todo o processo produtivo, desde o financiamento (como avalista), o tipo de insumos, datas de plantio, colheita e forma de entrega do produto. Para evitar problemas com órgãos públicos ambientais, a empresa faz um contrato com o fumicultor, pelo qual ele se responsabiliza pelos danos ao meio ambiente <sup>36</sup>. Diz o

---

perfil dos orientadores mudou, as empresas passaram a contratar técnicos agrícolas, treinando-os como ideólogos do setor ( VOGT, 1997:182).

<sup>35</sup> RELATÓRIO AMBIENTAL 1998. **Souza Cruz**, 1999.

<sup>36</sup> A introdução de adubação química e de agrotóxicos não aconteceu sem resistência dos agricultores. Vogt cita o historiador Mário Gardelin, segundo o qual “nos primórdios da adubação o colono sentia-se temeroso de que lhe tivessem envenenado as terras. Foi preciso um trabalho lento, persistente e psicológico para poder encaminhar o colono às

item 2.7 do contrato: “O produtor obriga-se a respeitar a legislação de meio ambiente em vigor, eximindo a empresa de qualquer responsabilidade pela sua inobservância”<sup>37</sup>. Em face deste aspecto, é paradoxal que a empresa seja premiada pelo “uso racional de agrotóxicos” (conforme visto anteriormente).<sup>38</sup> Resta saber como a Justiça interpreta o contrato considerando os contextos socioambiental e socioeconômico em que o mesmo é firmado.

Apesar dos interesses contraditórios envolvidos na relação produtor-agroindústria, a ideologia da empresa inverte o olhar crítico que ressalta as diferenças socioeconômicas entre as partes (caso dos estudos acadêmicos, conforme visto no capítulo 2) e aponta para um cenário sem conflitos, no qual o fumicultor obtém vantagens e progresso econômico, bastando para isso seguir sem questionar as recomendações técnicas e administrativas que lhe são feitas.

O veículo central da socialização dos agricultores é a revista *O Produtor de Fumo*, distribuída a cada três meses às famílias integradas, que apresenta ilustrações coloridas de novas técnicas (“plantio direto”, “sistema float”, etc) sempre visando gerar “mais lucros” para o agricultor. Destacam-se casos de sucesso e fotos de famílias em harmonia com o ambiente. Busca-se uma aproximação com o cotidiano dos leitores por meio de receitas culinárias, secção de cartas para “fazer amigos”, humor, etc. Como complemento a esta estratégia de socialização, são organizadas visitas a lavouras consideradas exemplares na aplicação das técnicas. Secretários Municipais de Agricultura, representantes de Sindicatos Rurais e da Afubra são convidados, juntamente com grupos de

---

novas técnicas” (VOGT,1997:182). Nos anos 90, o tema gerou debates públicos em Santa Cruz do Sul. Exemplo disso foi a “Reunião Especial sobre Intoxicação por Agrotóxicos”, na Câmara Municipal, em 02 de abril de 1997.

<sup>37</sup> Ver cópia de contrato no **Anexo 6**.

<sup>38</sup> A propósito, ver GUIVANT, J.S. (1992). **O uso de agrotóxicos e os problemas de sua legitimação. Um estudo de sociologia ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz, Santa Catarina.**

agricultores <sup>39</sup>. No box a seguir destaco uma síntese das características idealizadas pela empresa em relação a seus produtores contratados.

#### Box 6: Perfil ideal de agricultores segundo a Souza Cruz

“a) Têm atividades diversificadas de acordo com a vocação da terra e as oportunidades de mercado;  
 “b) Desenvolvem uma agricultura auto-sustentável e têm perfeita consciência de que preservar o meio ambiente é importante sob todos os aspectos. Utilizam técnicas de conservação do solo, fazem uso correto de agrotóxicos e reflorestam;  
 “c) Exploram sua terra (...) de um modo inteligente;  
 “d) Usam técnicas de planejamento;  
 “f) Desenvolvem formas de redução de custos e aumento de produtividade como meios de elevar o lucro da propriedade/empresa;  
 “g) Frequentam seminários e feiras e não perdem alguns programas de televisão e rádio voltados para o meio rural, sempre em busca de informação nova que possa ajudá-los a melhorar seus negócios” <sup>40</sup>.

Segundo técnicos da corporação, os fumicultores da região sul do Brasil têm geralmente terras com menos de 25 hectares e destinam menos de 5 hectares para o cultivo de fumo. Antes de tratar do perfil de fumicultor idealizado pela empresa, convém esclarecer este aspecto quantitativo. Os dados mais confiáveis, neste caso, são os do censo agropecuário de 1995/96, que aponta os seguintes números, em Santa Catarina:

#### Quadro 32: Área e número de fumicultores - SC

|                       |        |
|-----------------------|--------|
| Menos de 10 hectares  | 17.358 |
| 10 a menos de 20 (ha) | 17.359 |
| 20 a menos de 50 (ha) | 12.176 |
| 50 a menos 100 (ha)   | 1981   |
| 100 e mais (ha)       | 358    |
| Total:                | 49.232 |

Fonte: Instituto Cepa; IBGE, 1997.

<sup>39</sup> Idêntica estratégia de socialização é posta em prática por outras empresas. No caso da Dimon, por exemplo, *A Folha de Ouro* é um dos veículos de comunicação, além de programa de rádio (conforme observado no capítulo 3). Quanto às visitas, alguns exemplos podem ser encontrados no exemplar número 60, ano XI, de janeiro e fevereiro de 2000.

<sup>40</sup> CARDOSO, G. (1993). **Pequena propriedade no novo milênio (análise e sugestões para viabilidade)**.

Estes números não variaram muito na comparação com o censo de 1985. Portanto, a *fumicultura está concentrada em terras de até 50 hectares*. A maior parte (22.239) dos informantes destina de 2 a 5 hectares para o cultivo de fumo. Houve um aumento de 3.477 produtores na comparação entre os dois censos.

Para ser bem sucedido, segundo a empresa, o produtor deve atender as demandas do mercado, utilizar tecnologia recomendada e produzir cultura de subsistência. Deve fazer um “uso racional” de toda a propriedade, de acordo com sua aptidão. Isto pressupõe ter uma cultura anual de alta produtividade e valor agregado ao produto pela utilização adequada de mão-de-obra. Com isto a empresa se refere a tomate, morango, cebola, alho, mas principalmente ao fumo. Pressupõe também ter uma cultura perene para as áreas menos aptas à agricultura, com baixa utilização de mão-de-obra, como os citros, as bananas e a erva-mate, por exemplo. Alerta-se, entretanto, que estes produtos “quase sempre exigem unidades de processamento de grande capacidade ou armazéns frigoríficos, pois são perecíveis” (CARDOSO, 1993:18). Diz a Souza Cruz que, além disso, é recomendável uma ou duas atividades que utilizem pouca mão-de-obra, mas de modo constante, que proporcionem entradas de caixa mais frequentes. Exemplos: gado de leite, avicultura, suinocultura. Para propriedades próximas de centros urbanos a empresa recomenda o artesanato, a produção de doces, salames e queijos. Justifica-se a aplicação deste modelo argumentando-se que o mesmo possibilita: a) entradas de caixa mensais que cobrem despesas do dia-a-dia; b) entradas de dinheiro sazonais que, além de reforçarem o orçamento mensal, possibilitam também a compra de insumos para aumentar a produtividade; c) entrada de caixa “significativa”, que permite investimentos, melhoria da qualidade de vida e o estabelecimento de uma poupança para o produtor (CARDOSO, 1993:17).

A *política cognitiva* da empresa implica em convencer o agricultor com argumentos técnicos e mercadológicos a plantar fumo de forma duradoura, ou seja, fazendo do cultivo sua atividade principal. “O critério de escolha das culturas



anuais de alta renda”, diz a cartilha já citada, “deve considerar a infra-estrutura de produção e comercialização existente, o histórico de sua estabilidade e os conhecimentos técnicos e interesses do agricultor. O fumo e alguns hortigranjeiros são boas escolhas” (CARDOSO, 1993:17). O cultivo de grãos é desencorajado como cultura extensiva e recomendado como cultura de subsistência, em combinação com o cultivo do fumo. Com o plantio de milho e feijão após a colheita do fumo obtém-se “ótimos resultados, pois aproveita-se adubação residual, tem-se mais produtividade e a terra não fica ociosa, aproveitando-se também a mão-de-obra” (CARDOSO, 1993:17). Recomendações como estas visam despertar no pequeno produtor a impressão de que a empresa integradora já conhece todas as alternativas técnicas e mercadológicas e está disposta a auxiliá-lo a ser um empresário de sucesso. As ilustrações coloridas, apresentando cenários de sítios ecologicamente corretos, de uma “agricultura auto-sustentável”, completam a política cognitiva.

Aqui, cabe perguntar : quanto ganha pelo cultivo de fumo cada agricultor, anualmente? Em uma série de entrevistas com 12 técnicos da Souza Cruz (os chamados orientadores ou instrutores de fumo) da mesorregião Vale do Itajaí, em Santa Catarina, constatei que a renda média anual dos fumicultores varia entre dois e cinco mil reais, descontados os gastos com insumos <sup>41</sup>. O quadro a seguir mostra a renda média apontada pelos técnicos entre os agricultores orientados por eles, o número dos que tinham dívidas com a empresa e o número dos que foram multados por órgãos ambientais na safra 1997/98 <sup>42</sup>:

---

<sup>41</sup> Os nomes e endereços dos 12 técnicos foram obtidos junto à Souza Cruz. Um questionário foi enviado a cada técnico e a entrevista foi complementada por telefone, em função da dificuldade e do custo de fazer entrevistas pessoais.

<sup>42</sup> O número de agricultores atendidos por técnico era de 150 a 227, com um certo aumento notado entre 1997 e 1998. Ver **Anexo 2**.

**Quadro 33: Renda, dívidas e multas**

|           | <b>Renda média líquida (97/98)*</b> | <b>Têm dívidas</b> | <b>Multados</b> |
|-----------|-------------------------------------|--------------------|-----------------|
| <b>1</b>  | 3,5 mil                             | 11                 | 03              |
| <b>2</b>  | 4,0 mil                             | 10                 | 03              |
| <b>3</b>  | 5,0 mil                             | 02                 | 00              |
| <b>4</b>  | 2,0 mil                             | 10                 | 00              |
| <b>5</b>  | 3,5 mil                             | 12                 | 30              |
| <b>6</b>  | 2,5 mil                             | 30                 | 00              |
| <b>7</b>  | 2,5 mil                             | 02                 | 00              |
| <b>8</b>  | 3,5 mil                             | 10                 | 06              |
| <b>9</b>  | 4,7 mil                             | 03                 | 05              |
| <b>10</b> | 5,0 mil                             | 05                 | 03              |
| <b>11</b> | 4,5 mil                             | 08                 | 05              |
| <b>12</b> | 2,5 mil                             | 10                 | 03              |

Fonte: Pesquisa junto a técnicos da empresa, abril/maio, 1998. \* Em R\$ (reais). Cada dólar (EUA) vale 1,14 real em maio de 1998.

Como é o comportamento dos fumicultores na sua relação com o meio ambiente? Esta questão será abordada apenas de forma complementar ao que foi tratado nos capítulos 2 e 3. Uma abordagem mais consistente a respeito requer pesquisa com equipe interdisciplinar (em face da diversidade ecossistêmica e cultural). A impunidade ambiental está expressa no pequeno número de multas, já que a maioria – média de 59,1% – dos fumicultores utilizava árvores nativas da Mata Atlântica na secagem do fumo. As respostas dos técnicos variaram de 10 a 90% quando questionados sobre o percentual de usuários de mata nativa entre seus atendidos <sup>43</sup>. Deve-se considerar que a maioria consumia aproximadamente 50 metros cúbicos por safra/estufa (parte dos produtores tinha mais de uma estufa). Na falta de dados específicos sobre fumicultores orientados pela Souza

<sup>43</sup> De acordo com a Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina de 1997, a mesorregião Vale do Itajaí tinha como principais produtos agropecuários o arroz, a banana, a cebola, o fumo, a mandioca, a carne bovina, o leite e a laranja. Na comparação entre os Censos de 1985 e 1995/96, nota-se uma redução da fumicultura nas mesorregiões Sul, Vale do Itajaí e Florianópolis, e um aumento nas mesorregiões Oeste e Planalto Norte. (CEPA, 1997).

Cruz, o quadro a seguir mostra o número de estufas e de municípios produtores de fumo Virgínia no sistema integrado na região sul:

**Quadro 34: N° de estufas e de municípios produtores de fumo Virgínia – RS, SC e PR**

| <b>RS</b>     | <b>N° total de</b> | <b>N° total de</b> | <b>N° de municípios</b>    |
|---------------|--------------------|--------------------|----------------------------|
| <b>Safras</b> | <b>estufas</b>     | <b>municípios</b>  | <b>c/ + de mil estufas</b> |
| 95/96         | 52.179             | 142                | 16                         |
| 96/97         | 60.999             | 146                | 22                         |
| 97/98         | 65.413             | 150                | 21                         |
| <b>SC</b>     |                    |                    |                            |
| <b>Safras</b> |                    |                    |                            |
| 95/96         | 29.648             | 126                | 06                         |
| 96/97         | 37.480             | 124                | 07                         |
| 97/98         | 38.034             | 129                | 09                         |
| <b>PR</b>     |                    |                    |                            |
| <b>Safras</b> |                    |                    |                            |
| 95/96         | 13.115             | 30                 | 02                         |
| 96/97         | 14.555             | 29                 | 04                         |
| 97/98         | 13.112             | 33                 | 03                         |

Fonte: Afubra, 1996, 1997, 1998.

O RS foi o estado com maior aumento no número de unidades predatórias, tendo 13.234 novas estufas entre 1995 e 1998, enquanto SC no mesmo período teve um acréscimo de 8.386 e o PR manteve-se estável. Na região sul o total passou de 94.942 para 116.559, com um aumento de 21.617 fornos entre 95 e 98.

Cada mil estufas queimam cerca de 50 mil metros cúbicos de árvores nativas ou reflorestadas <sup>44</sup>. Mesmo no caso destas últimas, o processo pode ser considerado predatório, considerando-se a poluição com monóxido de carbono e o fato de que há perda de biodiversidade em áreas reflorestadas em relação à variedade de plantas e animais que convivem em matas nativas. Os técnicos da

<sup>44</sup> A Apremavi criticou o uso de árvores nativas na fumicultura, afirmando que as 122 mil estufas de secagem de fumo consomem cerca de 8,5 milhões de metros cúbicos de lenha por ano e apenas 30% deste total é proveniente de reflorestamentos comerciais. O restante sai da Mata Atlântica. In: DIÁRIO CATARINENSE (1998). "Mata Atlântica a um passo do fim".

empresa também informaram que, em certas propriedades, agricultores derrubam árvores nativas para plantar espécies de rápido crescimento, podendo, assim, utilizá-las como combustível, ou mesmo vendê-las. *Fica evidenciado, assim, que há grande distância entre as recomendações da empresa e o efetivo comportamento dos fumicultores, e que a direção da Souza Cruz está ciente desta distância, já que os técnicos mantêm cadastro individual de cada produtor.* (Mais adiante, ao examinar o Clube da Árvore, volto a tratar de florestas nativas).

Uma outra faceta estratégica da corporação está vinculada ao processo de globalização da economia. A empresa argumenta que todos estão vivendo “novos tempos”:

“Para o pequeno produtor rural, como aliás para todos os que estão no mercado, redução de custos, produtividade e qualidade maiores são conceitos fundamentais para vencer nestes novos tempos pra lá de competitivos. Porque se você não tiver um preço competitivo, numa boa escala de produção e boa qualidade, o mundo vai comprar do seu vizinho. E o seu vizinho não é mais só aquele sujeito da propriedade aí ao lado da sua. Seus vizinhos, com a globalização, são também os pequenos agricultores do Chile, da Argentina, do Zimbábwe ou mesmo dos Estados Unidos. As fronteiras da produção e do mercado têm seus limites no planeta” (CARDOSO, 1993.:06).

A empresa integradora, que sob certos aspectos parece paternalista – por exemplo, quando oferece aval de financiamento de insumos e garantia de compra total da produção – revela outra face nos “novos tempos”<sup>45</sup>. Analisando-se o discurso empresarial, observa-se que, como “todos” estão supostamente num ambiente “pra lá de competitivo” a firma apresenta-se como “o mundo”, que se dá o direito de “comprar do seu vizinho” do Chile, da Argentina, etc. Anula-se a diferença do ambiente de competição entre as CTNs, que é restrito a um oligopólio mundial, daquele das milhares de famílias de fumicultores na região sul

---

<sup>45</sup> Ver, a propósito, o artigo de Boaventura Santos em que o autor defende a idéia de que há uma emergência de um “fascismo societal”, pluralista, *sui generis*. (SANTOS, 1999:103). “Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo”. In: OLIVEIRA, F. & PAOLI, M. C. (Orgs., 1999). **Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global.**

do Brasil. Neste processo de apagamento das diferenças sociais constrói-se um discurso ideológico que viabiliza a dominação de um grupo social sobre outro <sup>46</sup>. A linguagem é distorcida pela *sinédoque* que substitui a empresa pelo “mundo” <sup>47</sup>. O agricultor, além de seguir todas as recomendações técnicas sob o risco de ver sua produção recusada, além de assumir toda a responsabilidade por danos ambientais, vê-se diante do “mundo”, que só aceita preços competitivos (ou seja, baixos) e ótima qualidade.

A propósito da qualidade, cabe observar que o fumo produzido no Brasil é considerado “nobre” não apenas por ser predominantemente do tipo Virgínia, mas também por envolver *muito trabalho manual* no cultivo, na colheita, no controle técnico da secagem (durante madrugadas, ininterruptamente) e na seleção das folhas, o que em princípio permite um melhor *controle de qualidade* do que o processo excessivamente mecanizado de outros países. Mas esta característica também implica em maior risco de contaminação por agrotóxicos e mais esforço, atenção, dedicação, etc. Neste contexto o conceito de produtivismo deve ser considerado, pois está implícito na cultura-ideologia do consumismo, e pode ser definido como “mobilização crescente da população de uma sociedade para trabalhar, e trabalhar *mais produtivamente* no setor não consumista da economia” <sup>48</sup>. Quanto mais produzirem as milhares de famílias de fumicultores, mais possibilidade de escolha seletiva de tipos de fumo a empresa terá, o que lhe permitirá aumentar o rigor dos critérios técnicos (pretensamente neutros) na seleção, e conseqüentemente baixar os preços daqueles tipos mais oferecidos.

---

<sup>46</sup> CHAUI, M. (1982). **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. THOMPSON, J.B. (1995:43-161). **Ideologia e cultura moderna (teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa)**. Thompson afirma que a “ideologia enfoca as maneiras como o sentido, construído e transmitido através de formas simbólicas de vários tipos, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”.

<sup>47</sup> Um dos modos de operação da ideologia é o da dissimulação pelo uso de figuras de linguagem, como a sinédoque, a metonímia e a metáfora. “Todas elas podem ser usadas para dissimular relações de dominação. A sinédoque envolve junção semântica da parte e do todo: alguém usa um termo que está no lugar de uma parte, a fim de se referir ao todo, ou usa um termo que se refere ao todo a fim de se referir a uma parte” (THOMPSON, 1995: 84).

<sup>48</sup> SKLAIR, L. (1995:149). **Sociologia do sistema global**.

As inovações tecnológicas e processuais oferecidas pela corporação visam, essencialmente, obter uma relação entre qualidade e preço que viabilize a competição no mercado globalizado, o que é parte de sua atividade de *marketing*.

Os produtores brasileiros são levados a pensar nos produtores de outros países como seus inimigos, seus concorrentes diretos, o que a meu ver constitui uma estratégia simbólica específica, que Thompson denomina de “expurgo do outro” (THOMPSON, 1995:87). Elabora-se o retrato de um inimigo contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo.

O discurso ideológico da empresa também tem um aspecto claramente político. Neste caso a estratégia é a de fazer do risco de êxodo rural – “problema sério que atinge parte da população de pequenos produtores rurais” – uma ameaça para a sociedade e para os governos (CARDOSO, 1993). O êxodo tem segundo a corporação duas causas: a) o jovem se encanta com as luzes, o *status*, o prestígio da cidade; b) muitas vezes a renda numa pequena propriedade não é suficiente para pagar toda a família com dignidade. A empresa considera que “lutar contra o sonho colorido vendido pela tevê é difícil. Porém, pode-se fazer algo no que diz respeito à remuneração dentro da propriedade rural”. Ou seja, seguir as recomendações técnicas. “Se todos ganharem o necessário e justo, se todos estiverem satisfeitos, se todos olharem para a frente e virem uma vida mais próspera, certamente teremos menos [gente] se despedindo da família e pegando um ônibus para a cidade” (CARDOSO, 1993:08). Este mundo idílico que substituirá o “sonho colorido vendido pela tevê” precisa, para ser construído, de uma “ação integrada”:

“As ações de entidades e empresas que atuam numa mesma região devem ser conjuntas e complementares, para dar suporte às atividades do pequeno produtor rural. E precisam de uma linguagem única para dar uniformidade ao objetivo comum. Ao mesmo tempo devem também estar integradas com as ações governamentais. (...) A experiência das microbacias serve de estímulo para que novos projetos sejam realizados, unindo todos os segmentos pelo bem comum” (CARDOSO, 1993:09).

A estratégia da Souza Cruz, neste caso, é a de conjugar esforços e recursos públicos e privados para viabilizar a continuidade, a legitimidade e a ampliação de seus negócios. A empresa utiliza-se do espectro ameaçador representado pelo êxodo rural para *tentar forjar* uma “linguagem única” entre diversos atores sociais, incluindo o Estado e as entidades representativas dos fumicultores. Com isso busca ampliar o alcance do chamado sistema integrado, diluindo entre diversos setores sociais os riscos e custos de qualquer ameaça à estabilidade do setor fumageiro. A “linguagem única” funde a idéia de *produção de fumo* à de *riqueza* e à de *bem comum*, combatendo a ameaça do êxodo com a “ação integrada”. A eficácia desta estratégia simbólica é o fator decisivo para que a repercussão do noticiário contra o tabagismo, via de regra emergente no eixo Rio-São Paulo, seja rapidamente minimizada nos municípios e estados da região sul, em particular na microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul. Eis uma forte razão que o grupo Gazeta de Comunicações, o maior desta microrregião, seja mantido como parceiro comercial das indústrias de tabaco. *A manutenção desta estratégia do noticiário antitabagista é viabilizada pela Souza Cruz ao prestar um serviço de notas à imprensa* de diversos municípios para os quais a produção de fumo é economicamente relevante. Isto faz parte da política cognitiva <sup>49</sup>.

Apesar de todos os recursos simbólicos e técnicos utilizados pela Souza Cruz, pode-se constatar que a realidade social das famílias de fumicultores é mais complexa do que a ideologia empresarial faz supor. Uma amostra neste sentido eu obtive entrevistando 25 filhos de fumicultores de diversos municípios da região

---

<sup>49</sup> Numa das raras vezes em que a **Revista Agropecuária Catarinense**, editada pela Epagri, trata de fumicultura, o enfoque é visivelmente apologético, defendendo-se a idéia de que a integração entre a Souza Cruz e a Epagri leva a uma “agricultura do bom senso, do equilíbrio, que aproveita os recursos naturais e humanos da propriedade agrícola e os maximiza utilizando os fatores de produção de forma a não prejudicar o homem e o meio ambiente”. Terá sido simplesmente ingenuidade? Ou efeito indireto do fato de ser a Souza Cruz uma das principais anunciantes da revista? (TAGLIARI, P.S., 1993:29-32) “A nova agricultura de Santa Catarina”. Caso muito semelhante ocorre na reportagem “Fumo: modelo de produção familiar”, em que a revista Manchete Rural chega a utilizar ilustrações produzidas pela própria Souza Cruz (MANCHETE RURAL, 1996:60-63).

sul do país <sup>50</sup>. Pude constatar, por exemplo, que apenas três deles pretendiam continuar produzindo fumo, sendo que 21 trabalhavam na lavoura na época da entrevista (abril e maio de 1998). Apenas 08 (32%) pretendiam continuar vivendo no local, enquanto 14 (56%) pretendiam sair e viver em cidades maiores. A propósito de suas famílias: apenas 01 não possuía aparelho de televisão, somente 01 tinha telefone e 11 (44%) dispunham de carro, mas com um detalhe: geralmente estas famílias têm carros velhos, com mais de 15 anos de uso. Há um confronto direto entre a mentalidade consumista estimulada pela TV e a realidade imediata.

Dos 25 jovens, com idades entre 16 e 24 anos, apenas 04 (16%) responderam ser fumantes, enquanto 11 (44%) pais e 07 (28%) mães eram tabagistas <sup>51</sup>. É relevante observar a *postura crítica dos jovens fumicultores em relação ao tabagismo*: 16 (64%) consideraram a campanha do Ministério da Saúde (as *advertências*, conforme capítulo 4) “correta”, enquanto 05 (20%) responderam “parcialmente correta” e 04 (16%) disseram ser “errada”. Estes dois últimos grupos justificaram sua opção afirmando que a campanha era “pouco criativa”, “omissa” e/ou que deveria ser “proibida”.

Trabalho infantil? Sim: começaram a trabalhar com fumo entre 06 e 15 anos de idade <sup>52</sup>. Do total, 12 (48%) disseram ser estudantes e 02 já não estudavam por terem completado o 2º grau. Segundo os jovens, seus pais têm escolaridade baixa, restrita ao primeiro grau.

---

<sup>50</sup> Endereços de jovens encontrados nas seções de correspondência das revistas *O Produtor de Fumo* (Souza Cruz) e *A Folha de Ouro* (Dimon) foram o ponto de partida para este levantamento. Ver quadros no **Anexo 4**.

<sup>51</sup> Nas entrevistas que fiz com 14 chefes de família, em janeiro e fevereiro de 1998, o percentual de fumantes entre os pais foi de 35,7%, sendo que também entre estes agricultores a campanha antitabagista do Ministério da Saúde obteve amplo apoio: 85,7% a consideraram correta.

<sup>52</sup> Neste aspecto, a situação mais dramática é a de Alagoas, no nordeste. Ver “Ameaça constante”, na Revista do Ministério do Trabalho, novembro /dezembro de 1997.



A respeito do nível de instrução dos trabalhadores rurais, a Souza Cruz enfrenta o seguinte dilema: as novas tecnologias, vistas como necessárias à transformação do perfil do fumicultor, requerem estudos que nem sempre estão disponíveis à população rural. É do interesse da empresa que cada fumicultor possa, por exemplo, utilizar computador e transferir informações eletronicamente, mas na medida em que o mesmo, para ter acesso ao conhecimento, precisar estudar na cidade – existe a possibilidade de que não queira mais cultivar fumo. Os jovens são portanto uma incógnita para a empresa. Por isso mesmo, esta articula com o Sindifumo programas para “proteger crianças e adolescentes”, inclusive com investimento em escolas rurais. As firmas juntam esforços com a Afubra e as prefeituras para manter as crianças nas escolas. “Com isso, poderão administrar melhor a propriedade para que, no futuro, ela se torne um bom negócio que garanta o sustento da família”<sup>53</sup>. Com isso o setor fumageiro também conseguiu o apoio da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e ampliou sua *integração à comunidade* – de acordo com o discurso ideológico, que mostra a realidade invertida –, pois são as comunidades escolares que estão sendo integradas à lógica das empresas. Prepara-se, desta forma, uma nova geração de fumicultores com aptidão para adotar novas tecnologias em ritmo ainda mais acelerado. A propósito, Pietro Barcellona, ao tratar da globalização econômica e da microeletrônica, escreve:

“Dentro deste processo de complexificação social, a empresa de grandes dimensões se candidata como sujeito unitário capaz de responder tanto aos problemas do ambiente, dos problemas de informação aos problemas da escola. Em certos aspectos a empresa percorre um percurso inverso ao da sociedade, consegue expandir o cálculo econômico e invadir âmbitos da vida antes confiados a estruturas sociais e a serviços públicos, e consegue até mesmo transformar em mercadoria setores inteiros tradicionalmente subtraídos à lógica do lucro e do mercado. Encontramos, então, diante de um capitalismo que, em certo sentido, se reforçou, que se *concentrou e articulou ao mesmo tempo*”<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> SINDIFUMO. (1999). “Programa quer proteger crianças e adolescentes”.

<sup>54</sup> BARCELLONA, P. (1999:188). “Triunfo do ocidente e decomposição da práxis vital”.

Esta reflexão encaixa-se perfeitamente no caso da integração dos fumicultores na região sul. Uma lógica sistêmica invade as áreas rurais, com dissensos e consensos <sup>55</sup>. Embora possa haver na realidade produtores satisfeitos, como os que a Souza Cruz exhibe em fotos na revista *O Produtor de Fumo*, também há muitos insatisfeitos. Da mesma forma que entre os agricultores, entre seus filhos encontrei forte insatisfação com relação aos preços pagos pelas empresas. As manifestações públicas das entidades representativas dos produtores são eloqüentes a este respeito, embora possam também ter um viés ideológico-alarmista. Com efeito, estima-se que cerca de 30 mil famílias (ou seja, cerca de 61% em relação ao censo agropecuário de 1995/96) *poderão abandonar o cultivo de fumo nos próximos dois ou três anos, em Santa Catarina*, basicamente por considerarem injusta a relação com indústrias <sup>56</sup>. Caso esta estimativa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar se confirme, dezenas de prefeituras terão suas finanças fortemente desequilibradas, devido à redução de impostos sobre circulação de mercadorias. E por esse motivo o espectro do êxodo rural torna-se mais ameaçador.

O que não está claro nos debates trabalhistas (e também acadêmicos) é o fato de que a tecnociência, as estratégias de *marketing* (também referentes à definição de preços) e as campanhas antitabagistas que se espalham pelo mundo estão profundamente envolvidas na superprodução, no aumento de capacidade técnica de estocagem e de seleção – ou seja, exclusão e integração – de

---

<sup>55</sup> PAULILO, M.I.S. (1990). **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos. O caso de Santa Catarina.**

<sup>56</sup> A média paga pelas empresas foi de R\$ 1,60 o quilo em 1999, inferior à de 1998, que foi a menor dos últimos quatro anos, diz Zulmir Frare, diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetrafesc). “Fumo prejudica arrecadação no Vale”. *Jornal A Notícia*, de 16.03.1999. Pelo menos a metade das 65 mil famílias diretamente envolvidas na produção de fumo em Santa Catarina poderão abandonar a cultura nos próximos dois a três anos. O alerta foi feito dia 18.02.1999, em Apiúna, Médio Vale do Itajaí, por Frare, durante o 1º Seminário Estadual do Fumo. O evento reuniu em torno de 1.200 produtores do Médio e Alto Vale do Itajaí. Na *Carta de Apiúna*, elaborada ao final do encontro, os fumicultores pedem a revisão urgente na tabela de preço, com base no custo real de produção; participação nos lucros das empresas e principalmente a

agricultores. Manifestação de êxito das estratégias empresariais é o fato de que a produtividade da safra 98/99 foi recorde, tendo sido produzidas 548,7 mil toneladas de fumo em 268,3 mil hectares de 680 municípios do RS (53% da produção), SC (34,4%) e do PR (12,5%). O fumo Virgínia (mais predatório) predomina com 80,4% do total, enquanto os fumos Burley e Comum representam 18,5% e 1,1%, respectivamente. Cerca de 55 mil dos 148 mil produtores da região sul estão integrados à Souza Cruz. De acordo com o Sindifumo, *as indústrias estão planejando reduzir a área plantada em cerca de 11% e prevendo uma produção de 470 mil toneladas na safra 99/2000* <sup>57</sup>. Em vez de significar retrocesso do setor, esta meta pode bem representar mais um avanço, de acordo com as estratégias globais de *marketing* e em face dos novos padrões de produtividade alcançados (particularmente pela Souza Cruz, pela Dimon e pela Universal). Ao reduzir a área plantada, também é possível neutralizar parte das críticas ambientalistas.

### 5.3. Política ambiental, de segurança e saúde ocupacional

No Relatório Anual de 1996, Flávio de Andrade faz uma referência às normas ISO 14000:

“Também tivemos a inauguração de modernos Centros de Distribuição em Porto Alegre e Curitiba, reformulações na unidade de fumo de Rio Negro, no Paraná, e significativos aperfeiçoamentos na fábrica de cigarros de Uberlândia, maior da América Latina. Em todas essas realizações, e especialmente na fábrica de Uberlândia, concretizamos importantes investimentos em gerenciamento ambiental, numa caminhada direta para o futuro, atendendo às normas previstas pela ISO 14000”.

---

classificação transparente na safra de 1999. “Fumo pode perder área no estado”. **Jornal A Notícia**, 19.02.1999.

<sup>57</sup> SINDIFUMO. (1999). “Safra 98/99 tem produtividade recorde”.

Há consistência na meta de cumprimento das referidas normas? O Sistema de Gerenciamento Ambiental baseado na ISO 14001, <sup>58</sup> embora faça parte de uma tendência mundial do processo de modernização tecnológica e gerencial das empresas exportadoras, é uma iniciativa *voluntária*, não obrigatória, que está em princípio fora dos interesses do setor fumageiro, já que este atua em regime de oligopólio (em certos países, duopólio ou monopólio) e *com políticas defensivas coordenadas para todo o setor*. Uma concorrência pela qualidade ambiental entre as empresas, pelo que tem de potencial crítico, tende a aguçá-la e a tornar ainda mais visíveis as contradições do setor. Até o momento, a empresa só obteve certificado de qualidade 9000 na Cia. de Papel Pirahy para ponteiras de filtro e embalagens (vendida em 1997, conforme visto anteriormente) <sup>59</sup>. Nos seus relatórios anuais, até o de 1998, não há referência a um sistema ou programa de qualidade como o TQM (*Total Quality Management*) ou o TQC (*Total Quality Control*) <sup>60</sup>.

Entretanto, Andrade assina em 1º de julho de 1997 o documento intitulado *Política Empresarial de Proteção ao Meio Ambiente, Segurança e Saúde Ocupacional*. Pode-se observar que nesta definição de política ambiental a referência aos produtos da empresa é cuidadosamente omitida e a noção de *saúde ocupacional* permite excluir qualquer menção aos consumidores. Há um claro predomínio do enfoque sobre a prevenção de acidentes em relação aos demais aspectos. Não há compromisso com auditorias internas ou externas, nem há explicitação sobre quais padrões internacionais de qualidade a empresa pretende tomar como parâmetro. Veja-se transcrição literal do referido documento no box a seguir:

---

<sup>58</sup> GILBERT, M. J. (1995). **ISO 14001/BS7750: Sistema de gerenciamento ambiental**.

<sup>59</sup> CASTRO, A M. (1995). "O Brasil dentro de um cigarro". Relatório anual da Souza Cruz.

### Box 7: Política ambiental, de segurança e saúde ocupacional da Souza Cruz

- a) “A Souza Cruz considera importante e fundamental a adoção das melhores práticas e padrões internacionais que visem a existência de um meio ambiente e ambiente de trabalho saudáveis, bem como garantam a qualidade das condições de trabalho, higiene, segurança e saúde ocupacional para todos os funcionários, contratados, estagiários, terceiros ou pessoas que visitam nossas Unidades, como também para as comunidades onde atua;
- b) “A Souza Cruz adotará todas as iniciativas cabíveis em termos de ações, procedimentos, critérios e disponibilização de recursos no sentido do pleno cumprimento da legislação de meio ambiente, segurança e medicina do trabalho;
- c) “É responsabilidade do presidente e diretores, em conjunto com todos os executivos, a consecução e manutenção dos padrões da presente política no que se refere a meio ambiente, segurança e saúde ocupacional.
- c.1) “Para cada uma das Unidades da Empresa, deverão ser definidos e formalmente designados os responsáveis pelas atividades de meio ambiente, segurança e saúde ocupacional e criados os respectivos comitês;
- c.2) “Os padrões determinados por esta política serão considerados critérios importantes na avaliação do desempenho de todos os funcionários, executivos e diretores, e deverão ser amplamente divulgados;
- d) “Todos os funcionários, contratados, estagiários e terceiros deverão ter pleno conhecimento e estar comprometidos com o cumprimento desta política;
- e) “A Souza Cruz investirá em educação, treinamento e no desenvolvimento de uma consciência prevencionista para assegurar e consolidar os conhecimentos e atitudes necessários ao cumprimento eficaz e qualitativo desta política por parte de todos os funcionários, contratados e estagiários, e exigirá o mesmo critério por parte dos terceiros;
- f) “Os fatores meio ambiente, segurança e saúde ocupacional serão fundamentais em todas as decisões que envolvam *layout*, instalações, equipamentos e máquinas, métodos e processos de trabalho, circulação e tráfego de pessoas e de materiais e todas as outras atividades que envolvam a Empresa;
- g) “Serão focos principais da estratégia da presente política a adoção de todos os critérios e melhores práticas descritos nos manuais e documentos desenvolvidos para esse fim, e o combate e a neutralização do quase-acidente como meio para atingir e manter o objetivo do zero-acidente;
- h) “A Souza Cruz disporá de um sistema integrado de informações gerenciais, que deverá manter a Presidência, Diretoria, executivos, funcionários, órgãos governamentais e a BAT com informações necessárias e específicas para cada caso. Deverá também manter histórico de informações para medir e acompanhar o desempenho de cada Unidade no atingimento da presente política;
- i) “A Souza Cruz buscará atingir e manter a liderança na indústria de tabaco e outras atividades, perseguindo a melhoria contínua da performance de proteção do meio ambiente, ambiente de trabalho, segurança e saúde ocupacional, utilizando-se continuamente das melhores práticas de mercado”.<sup>61</sup>

Uma *Análise do Ciclo de Vida* do tabaco segundo as normas ISO 14001 não interessa, em princípio, a nenhuma indústria de cigarros, já que isto significa tornar transparente a grande quantidade de toxinas existente no produto, os riscos do consumo e os impactos no meio ambiente (GILBERT, 1995: 135).

<sup>60</sup> MOURA, R. e CARILLO Jr., E. (1994). **Desmistificando a ISO 9000**. MELO, L. C. G. (1996). “Qualidade total na agroindústria – estudo de caso”.

<sup>61</sup> ANDRADE, F. (1997). “Política empresarial de proteção ao meio ambiente, segurança e saúde ocupacional”. **Informativo Especial**.

Já em 1990, a Câmara de Comércio Internacional (CCI), reconhecendo que a proteção ambiental se inclui entre as principais metas de qualquer tipo de negócio, define 16 princípios de gestão ambiental. Um deles apregoa o desenvolvimento de produtos e serviços que, entre outras coisas, sejam “seguros em sua utilização e consumo”. O documento também defende a “transparência de atitude” e a realização de auditorias ambientais regulares <sup>62</sup>.

A definição da referida política empresarial não é uma iniciativa exclusiva da Souza Cruz, mas da BAT para todas as suas empresas. Está baseada nas possibilidades abertas pela tecnologia de informação. No Informativo Especial de setembro de 1997, Flávio de Andrade compara as áreas de segurança e de meio ambiente, comentando que a primeira “já está bem estruturada e com as pessoas conscientizadas”, enquanto que, em relação à segunda, “já existem algumas ferramentas (como o *road map*, guia que indica os caminhos para se atingir a excelência), mas esse é um assunto para o qual as pessoas ainda não estão mobilizadas”. Ele explica que todas as empresas da BAT estão ligadas por uma rede de computadores, pela qual trocam-se informações continuamente. Os coordenadores da referida política dispõem de um sistema de informações dentro do programa *Lotus Notes* em que é possível consultar quais são as melhores práticas desenvolvidas na BAT para cada situação que envolva meio ambiente, segurança e saúde ocupacional. Além disso, o sistema é usado para registrar acidentes, discutir soluções ambientais e divulgar estudos sobre saúde ocupacional. No que se refere à segurança, especificamente, a Souza Cruz informa que entre 1991 e 1995 havia um “expressivo número de acidentes”. Mas com o desenvolvimento de uma “cultura de segurança” a empresa atinge em 1997 um “patamar entre 10 e 20 acidentes por mês – um número que vem resistindo e que precisa ser vencido”. A diretoria pretende focalizar todos os fatores de acidentes. E isso vale para “empregados, contratados, estagiários, terceiros e até visitantes” <sup>63</sup>. Por outras palavras, a empresa afirma registrar entre 120 e 240

---

<sup>62</sup> DONAIRE, D. (1995:61). **Gestão ambiental na empresa.**

<sup>63</sup> SOUZA CRUZ. (1997b). **Informativo Especial.**

acidentes por ano na área de segurança, que está “bem estruturada” e com “pessoas conscientizadas”<sup>64</sup>. Com relação a meio ambiente e saúde ocupacional, ainda falta muito o que fazer.

Apesar do seu caráter genérico e um tanto unilateral, a definição de uma política ambiental pela Souza Cruz é um importante sinal de autoconfronto institucional, que tende a tomar maiores proporções e talvez gere conseqüências imprevistas. A conscientização ambiental dos funcionários e fumicultores pode levá-los a uma consciência aguda das contradições internas da empresa, na medida em que as campanhas antitabagistas e ambientalistas se difundem. A política de unificação de procedimentos em termos de meio ambiente traz em si mesma a possibilidade da autoconscientização da diversidade ambiental, da biodiversidade, do respeito à vida, da interação entre os humanos e o meio ambiente. A ecologia envolve incerteza e nisso assemelha-se à democracia.

A propósito, escreve Morin:

“Recordemos o princípio de ecologia da política. A política não tem soberania sobre a sociedade e sobre a natureza; ela se desenvolve de maneira autônoma/dependente num ecossistema social, ele próprio situado num ecossistema natural, e as conseqüências de suas ações, que entram imediatamente no jogo das inter-retro-ações do conjunto social e natural, só obedecem por pouco tempo e raramente à intenção ou à vontade de seus atores. Isto é ainda mais verdadeiro na era planetária, na qual a interdependência generalizada faz com que ações locais e singulares tenham conseqüências gerais, longínquas e inesperadas”<sup>65</sup>.

A política empresarial exposta cabe perfeitamente na definição de *solução pesticida* de Morin – embora o autor enfoque particularmente a política pública:

---

<sup>64</sup> Segundo informações do Relatório Social de 1996, na Souza Cruz houve uma redução de 3.090 acidentes de trabalho em 1990 para 376 em 1995 e 288 em 1996. A empresa afirma que investiu mais de R\$ 6 milhões no treinamento e desenvolvimento dos empregados, tendo 324 inscritos no Programa Educar (estudos de 1º e 2º graus).

<sup>65</sup> MORIN, E. & KERN, A .B. (1995:148). **Terra-pátria**.

“A política permanece nas soluções pesticidas; age sobre uma causa isolada em vez de considerar as interações circulares. Assim, em relação aos problemas de saúde, demografia, modo de vida, meio ambiente – praticam-se políticas separadas, mas não uma política de intervenção sobre as interações entre esses problemas” (MORIN & KERN,1995:152).

Apesar de desvincular a qualidade dos produtos da referida política empresarial, a Souza Cruz, nos anos 90 “tem passado por profundas mudanças, cujo principal objetivo é mantê-la em sintonia com esses tempos de globalização de mercados, competitividade acirrada, excelência em produtos e serviços, valorização dos funcionários e importância do consumidor-cidadão” (ANDRADE, 1997). A propósito, a corporação divulga ao final de 1997 o *Concurso da Qualidade*, que traduz “a importância da participação dos funcionários para o desenvolvimento da empresa”. Os trabalhos, diz a diretoria, “tiveram um alto nível de criatividade e envolvimento dos participantes, englobando desde poemas acrósticos até textos mais filosóficos”. O primeiro colocado é um texto de sete parágrafos, com algumas redundâncias, do qual extraio a introdução e a conclusão:

“A qualidade final de qualquer produto que chega às nossas mãos é conseqüência de inúmeros processos, onde cada um depende da qualidade dos processos anteriores”. (...) A qualidade do produto final reflete o seu interesse para o bem-estar não só da sua empresa, mas do mundo”<sup>66</sup>.

Este texto reflete uma estranha consciência segundo a qual a qualidade do cigarro deve contribuir para o *bem-estar da empresa que o fabrica e também para o bem-estar do mundo, o que certamente precisa excluir os pulmões dos consumidores*.

Observe-se que o próprio Ministério da Agricultura, profundamente impregnado pela tecnociência, define detalhadamente a qualidade-padrão da folha de fumo, conforme sua cor, granulidade, elasticidade, textura, umidade, presença de impureza e de contaminantes. Para viabilizar a estratificação do



fumo pelas empresas, define grupos, subgrupos, classes, subclasses, tipos e subtipos, segundo sua apresentação, arrumação, etc. Afirma, por exemplo, que “não será tolerada no produto a presença de matérias estranhas, impurezas e contaminantes de qualquer origem ou espécie”<sup>67</sup>. No capítulo 3 apresentei evidência de que isto não condiz com a realidade – há de fato matérias estranhas e a tolerância é sistemática. Além disso, cabe questionar: a tecnociência adotada pelo Ministério da Agricultura desconhece as milhares de toxinas presentes no fumo que a tecnociência adotada pelo Ministério da Saúde denuncia?<sup>68</sup>. Ora, o que ocorre é que o paradigma disjuntor-redutor, subjacente à esta forma de ciência, obstaculiza a consciência das interações entre as diversas formas de ciência, conforme a abordagem que fiz no capítulo 2.

#### 5.4. Programas socioambientais

Tanto o Clube da Árvore quanto o Hortas Escolares podem ser considerados programas socioambientais, na medida em que envolvem estratégias da empresa no sentido de obter adesão de comunidades da região sul por meio do estímulo à interação destas com seu meio ambiente. A eficácia social destes programas, examinada a seguir, permite compreender como a empresa consegue, em larga medida, neutralizar críticas provenientes de setores sociais potencialmente antitabagistas, como é o caso de professores e estudantes.

##### 5.4.1. Clube da Árvore

Conforme observado no capítulo 1, a colonização da área que viria a constituir-se no século XX como região fumilcutora de relevância mundial ocorreu *contra a resistência de densas florestas*. Primeiro, como forma de sobrevivência,

---

<sup>66</sup> NUNES, N. B. (1997). “Qualidade”. **Informativo Souza Cruz**.

<sup>67</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. (1993). **Diário Oficial**.

as árvores foram derrubadas para construção de casas e para dar espaço às lavouras. Depois, com a decisão da Souza Cruz de fazer da região sul do Brasil sua principal fonte de matéria-prima, as árvores passaram a ser derrubadas também para uso como *combustível* na secagem das folhas de fumo do tipo Virgínia. A primeira das cinco razões apresentadas pelos dirigentes da empresa para investir na área, conforme visto no tópico 1.9, foi a “adequação das terras da região ao cultivo do fumo de estufa, com clima moderado e chuvas bem distribuídas durante as fases do ano”. Faltou dizer que a existência de madeira em abundância também foi fator decisivo.

O IBGE, com imagens de radar e de satélite obtidas entre o final da década de 1970 e início dos anos 80, constata que restam 4,2% da floresta *estacional decidual (caducifólia)*, mas mesmo assim “encontram-se alterados e parcialmente descaracterizados”<sup>69</sup>. É justamente este o tipo florestal predominante na microrregião de Santa Cruz do Sul. Entre o oeste e o sul desta, o IBGE situa áreas de “tensão ecológica” que envolvem floresta *ombrófila (atlântica) ou ombrófila mista (de araucária)*. Estes dois tipos também são encontrados nas regiões de fumicultura de Santa Catarina e do Paraná. Segundo o Instituto, a *ombrófila densa* é a “mais pujante, heterogênea e complexa do sul do país” e seguramente sua vocação natural não é a agricultura:

“Os seus terrenos, em grande parte movimentados, são inadequados às práticas agrícolas convencionais e geralmente classificados como de preservação permanente pelo código florestal. As planícies, ao natural, também são pouco adequadas ao uso agrícola. (...) Apesar destas evidências, a região foi submetida a um intenso processo de antropização e arrasamento da cobertura florestal. (...) Uma formação florestal jamais se reeditará e sua cópia aproximada somente se obterá a longo prazo (de 80 a 120 anos)” (IBGE,1990: 118,119).

A *ombrófila densa* na região sul já estava reduzida a 33% (dos 57.000 km<sup>2</sup> de floresta original), enquanto da *ombrófila mista* restavam pouco mais de 10%

---

<sup>68</sup> INCA. (1996). **Falando sobre tabagismo.**

(dos 200 km<sup>2</sup> originais) – em 1986 (IBGE,1990: 120,124). É neste contexto que, em 1982, tem o início o programa Clube da Árvore.

À primeira vista, a iniciativa foi induzida tanto por fatores exógenos, como a chamada “revolução ambiental” (nos países industrializados) e a Conferência de Estocolmo,<sup>70</sup> quanto por fatores endógenos, como a conscientização ecológica no Rio Grande do Sul<sup>71</sup> e no Brasil<sup>72</sup>. Estes fatores, entretanto, após uma análise, não se mostram decisivos na compreensão do surgimento do referido programa.

A versão da empresa enfatiza a idéia de uma preocupação com a exaustão das matas nativas, ao final da década de 1970. A proposta surge em Santa Cruz do Sul, conforme declaração de Saul Bianco – diretor de comunicação empresarial e coordenador do programa -- à revista Expressão, em 1994:

“Utilizando lenha como fonte de energia nas estufas para a secagem do fumo, os produtores estavam botando abaixo as últimas florestas de mata nativa da região, por pura falta de informação”. (...) “A Souza Cruz, que há 76 anos desenvolve um trabalho de parceira com seus integrados, orientando-os não só na produção de fumo mas também na diversificação da propriedade para aumentar as fontes de renda, quis participar também nessa questão ambiental”<sup>73</sup>.

A revista Expressão complementa a declaração de Bianco informando que “foi dessa forma que o pessoal do setor técnico teve a idéia de distribuir sementes de árvores nativas a professores e alunos das escolas rurais de Santa

---

<sup>69</sup> IBGE. (1990:129). **Geografia do Brasil – Região Sul.**

<sup>70</sup> McCORMICK, J.M. (1992). **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista.** LEIS, H.R. (1996). **A-ventura-mor da política: uma análise das teorias e práticas do ambientalismo.**

<sup>71</sup> ROESSLER, H.L. (1986). **O Rio Grande do Sul e a ecologia.**

<sup>72</sup> VIOLA, E. (1992). “O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável”.

<sup>73</sup> EXPRESSÃO. (1994:44). “Semeadores de florestas”. Saul Bianco é engenheiro agrônomo; informa que as políticas ambientais da empresa são decididas por cinco gerentes do Departamento de Fumo, embora ele seja o coordenador direto do programa Clube da Árvore e da parte que cabe à empresa no Hortas Escolares.

Cruz, acompanhadas de palestras sobre técnicas de plantio”. Portanto, a empresa somente mobilizou seus técnicos agrícolas e passou a incentivar reflorestamentos nas propriedades *depois de décadas de utilização predatória da mata nativa*. Ainda segundo a revista empresarial – a iniciativa de criar o mesmo deveu-se ao fato de ter a direção da corporação percebido que, para ter algum sucesso no reflorestamento, seria preciso *envolver toda a comunidade*.

Estas informações contradizem a publicidade feita pela empresa e inclusive as palavras do diretor Nelson Bennemann na apresentação de um livreto do Clube da Árvore:

“Desde 1918, a Souza Cruz atua no interior da região sul, assistindo tecnicamente a milhares de produtores rurais. Esta atividade envolve um intenso trabalho de conscientização e ação direta na preservação do meio ambiente. O reflorestamento é uma destas atividades, pois a Souza Cruz acredita que plantar árvores tornou-se uma questão essencial para a própria vida do planeta”.

De início a estratégia da empresa resumiu-se a buscar a conscientização direta dos produtores por intermédio de seus técnicos e instrutores agrícolas – mas encontrou resistência conservadora e predatória. Ou seja, a cultura dos imigrantes europeus que colonizaram o Rio Grande do Sul mantinha-se via de regra presa a hábitos predatórios – herança complexa do choque entre a concepção europeia de natureza e a rica mas também hostil biodiversidade da região sul do Brasil. A luta pela sobrevivência e a desinformação ainda se somam como fatores predatórios. As queimadas, já utilizadas em pequena escala por grupos indígenas visando o aquecimento de suas aldeias desde antes da colonização, tornam-se parte da rotina de preparação das lavouras.

Segundo números divulgados pela empresa em 1994, o programa envolvia 60 mil escolares em 400 municípios da região sul, além de 2.420 professores e

480 técnicos <sup>74</sup>. Até aquela data, o Clube da Árvore foi desenvolvido pelos técnicos agrícolas responsáveis também pela orientação aos fumicultores. Havia uma preferência por “escolas maiores e mais estruturadas” <sup>75</sup>. Desde então o programa tem incluído escolas urbanas, grupos de escoteiros, associações de bairro – que funcionam sem orientação de nenhum técnico. As instruções e o material didático são enviados pelo correio. Em 1999, há cerca de mil escolas cadastradas e o número de participantes é “superior a 50 mil” (segundo o coordenador Saul Bianco) <sup>76</sup>. Quanto aos objetivos definidos pela empresa, veja-se o box a seguir:

**Box 8: Objetivos do Clube da Árvore segundo a Souza Cruz**

- a) “Criar uma consciência ecológica, através de atividades teóricas e práticas ligadas à educação ambiental;
  - b) “Incentivar o espírito de preservação e renovação das florestas;
  - c) “Despertar na juventude maior valorização e interesse pela natureza;
  - d) “Desenvolver intercâmbio de idéias preservacionistas com alunos, professores e comunidades;
  - e) “Conscientizar para o uso racional das matas;
  - f) “Desenvolver núcleos de produção de mudas florestais, através de escolas/entidades;
  - g) “Envolver os participantes com a colaboração dos professores e coordenadores, através de trabalhos práticos e escritos;
  - h) “Envolver e realizar trabalhos na comunidade e nas propriedades dos pais;
  - i) “Colaborar no desenvolvimento e formação dos jovens no uso de técnicas agrícolas”.
- (SOUZA CRUZ, material didático, s/d)

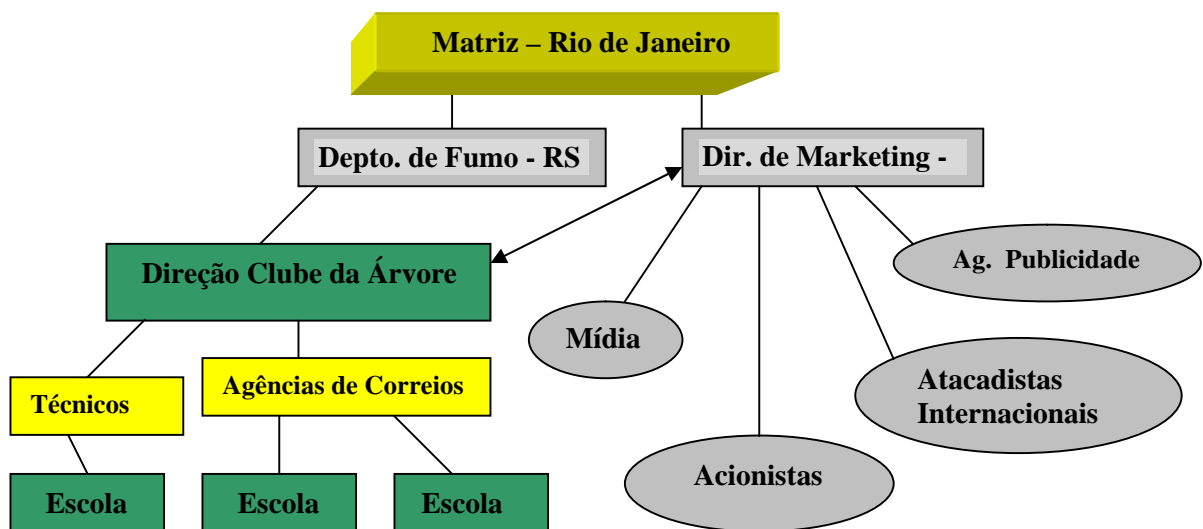
Apenas *um* professor em cada escola coordena *um* clube e *uma* turma por ano. Uma Ata de Fundação deve ser remetida à coordenação do programa – como pré-condição para que os materiais sejam enviados. Os alunos recebem anualmente livros, manuais, agendas, cartazes e cadernos, contendo “material teórico e um *kit* completo para a produção de mudas de árvores nativas e exóticas, incluindo as sementes”. Durante o ano letivo são realizadas promoções

<sup>74</sup> A firma teria gasto 500 mil *dólares* no ano (EXPRESSÃO, 1994:44). Entrevistado por telefone em 15.12.1997, Bianco disse que a empresa tem gasto 500 mil *reais/ano* com o Clube. Não há informações sobre tais gastos nas publicações da Souza Cruz.

<sup>75</sup> Informação de Saul Bianco, em correspondência com data de 05.11.1999.

e concursos. As mudas produzidas nas cidades são plantadas em praças públicas, vendidas ou doadas à vizinhança, em pedágios ou feiras. Material de divulgação do programa é enviado à mídia em geral, agências de publicidade e inclusive aos atacadistas internacionais pela diretoria de *marketing*. Veja-se a seguinte figura:

Figura 10: **Estrutura do programa Clube da Árvore**



A seguir, relato alguns aspectos do funcionamento dos clubes, de acordo com entrevistas feitas com professores-coordenadores em visitas a escolas na Grande Florianópolis, em meados de 1997, complementadas com entrevistas a distância com professores do interior de Santa Catarina. Este levantamento não teve o propósito de chegar a conclusões definitivas. A extensão geográfica do programa requer pesquisa de campo mais ampla e detalhada.

No Centro de Educação Infantil Interação, em São José (SC), cerca de 20 crianças da primeira série (idades entre 6 e 7 anos) participam diretamente do

<sup>76</sup> No Relatório Ambiental de 1998 da empresa e no vídeo sobre o programa enviado às escolas em 1999 divulga-se que o mesmo tem mais de 40 mil alunos. Estes números (60, 50, 40 mil) parecem estar superestimados, por motivos apontados logo adiante.

clube, com renovação anual da turma, desde 1995. A coordenadora Elizabeth de Souza Luz informa que o “envolvimento das crianças é muito bom” e que elas ficam “eufóricas” ao ver a germinação das plantas. Também diz que “a Souza Cruz nunca demonstrou interesse em acompanhar de perto a experiência. O contato com a empresa é apenas por correspondência escrita”. A corporação propõe temas e tarefas, como a coleta de sementes de árvores nativas, que são trocadas por bola e rede de vôlei, por exemplo.

Segundo informativo do programa (março de 1996), há clubes com 125 (Escola Básica de Sede Trentim, Chapecó-SC) e com 180 (Escola Básica Marcolina Rodrigues, Marechal Bormann-SC) “alunos participantes”. Entretanto, pelo que foi possível constatar, a dinâmica dos clubes precisa ser adaptada à jornada de trabalho de coordenadores, ficando portanto *restrita a uma turma por ano, o que limita drasticamente a participação dos demais*.

Mesmo numa escola rural de uma microrregião fumicultora, como a João Paulo Kremer, em Santa Terezinha-SC, dos 208 alunos apenas 30 foram efetivamente envolvidos no programa. Outro exemplo: na escola Ministro Pedro Aleixo, em Massaranduba-SC, o Clube da Árvore teve início em 1995, com 35 alunos da sexta série, quando a escola contava com 550 alunos no total.

Nas escolas urbanas, além da restrição do espaço para o plantio, há restrições quanto à “orientação pedagógica”. Isto porque os professores, à medida em que se capacitam para trabalhar com educação ambiental, tornam-se críticos da orientação “preservacionista” e “tecnicista” subjacente aos textos enviados pela Souza Cruz <sup>77</sup>. Assim, por exemplo, o material acaba por ser utilizado dentro de um enfoque “histórico-cultural” (escola Autonomia, Florianópolis) ou “construtivista” (Centro Educacional Pré-Escolar Primeiros

---

<sup>77</sup> DIAS, G.F. (1992). **Educação ambiental – princípios e práticas**. TRAJBER & MANZOCHI (Orgs., 1996) **Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais**

Passos, Florianópolis). Adapta-se e contextualiza-se o *enfoque limitado à tecnociência*, predominante entre os consultores acadêmicos que preparam os textos.

O material impresso em geral é elogiado por professores por seu aspecto gráfico e por ser “bem explicado”. Em 1996, por exemplo, a empresa enviou às escolas um *kit* com 13 variedades de sementes nativas e exóticas: bracatinga, canafístula, guarapuvu, tipuana (4 nativas), acácia negra, cinamomo gigante, uva-do-japão, flamboyant e eucaliptos do tipo citriadora, grandis, robusta, saligna e viminalis (9 exóticas)<sup>78</sup>. Além disso foram enviados também o atlas *A Terra e Suas Plantas*, calendário e cartaz com informações para a coleta e para a produção de mudas. Saquinhos plásticos (com a marca Souza Cruz estampada em verde), placa de identificação, adesivo e plástico do Clube da Árvore completaram o pacote.

Apesar do nome, o programa não se restringe a árvores. Provavelmente por sugestão de professores e alunos, a empresa diversifica a temática ecológica nos anos 90. Em 1993, o livreto principal é intitulado *Terra, Planeta Água*; em 1994, *Preservação dos Solos* e, em 1995, *O Fascinante Mundo das Aves*. O material principal, entretanto, é editado e reeditado sob os títulos *Florestas e Reflorestamento* ou *Reflorestar é preservar* e a atividade central do programa é a produção e a distribuição de mudas. A ênfase da empresa parece ser sobre as espécies exóticas adaptadas à região sul e com características que possibilitem o uso energético, mas sobre este aspecto não obtive dados representativos<sup>79</sup>.

Em Florianópolis, a coordenadora da Escola Autonomia, Eloísa Schumacher Correia, afirma que é necessário “resignificar o material segundo os

---

**impressos.** Apesar de não mencionarem o Clube da Árvore, estas são obras que têm enfoque contrário ao preservacionismo ou tecnicismo.

<sup>78</sup> Das exóticas, flamboyant é a única ornamental, não apropriada para uso energético.

<sup>79</sup> Não foi possível fazer um levantamento sistemático sobre este aspecto. Também foram encontrados *kits* nos quais predominavam as espécies nativas.



parâmetros curriculares e os temas transversais”<sup>80</sup>. O material do Clube da Árvore, diz ela, “não vai desenvolver no sujeito consciência ecológica, porque não há problematização da cidadania”. Nesta escola, em 1995, a professora Marina Couto coordena o clube e fala abertamente aos alunos que a iniciativa é de uma empresa de cigarros e assume uma postura antitabagista. Preocupação semelhante constatei no depoimento da professora Elizabeth de Souza Luz, do Centro Interação, em Florianópolis:

“O que a empresa tá querendo com isso? Tirar das suas costas esse trabalho de reflorestar? E sendo uma multinacional do cigarro, que é uma coisa que causa mal a tanta gente...Ela trabalha por trás incentivando as crianças...Procuro não falar de Souza Cruz, mas sempre em Clube da Árvore. Tenho medo de incentivar meus alunos a gostar da Souza Cruz. (...) Nos papéis vem a marca Souza Cruz, mas eles não sabem o que é”<sup>81</sup>

Essa professora afirma que assume uma postura antitabagista diante dos alunos. E diz que desconfia dos objetivos expressos nos folhetos. Note-se que tal desconfiança não impede sua adesão e contribuição efetiva ao funcionamento do Clube. A fragmentação social da rede antifumo inclui situações paradoxais.

Apesar das manifestações de subpolítica, o sucesso do programa já envolveu até mesmo profissionais da ecologia: em 1994 a Souza Cruz recebeu um *prêmio de educação ambiental* instituído pela revista *Expressão*:

---

<sup>80</sup> PCN. (1997). **Parâmetros curriculares nacionais**. Ministério da Educação.

<sup>81</sup> Entrevista em 08.07.1997.

**Quadro 35: Jurados do Prêmio Expressão de Ecologia – SC e PR 1994**

|                   |  |
|-------------------|--|
| Bogodar Szpak     | Consultor Ambiental                    |
| Elói Simões       | Publicitário                           |
| Fernando Prandini | Coord. Programa Meio Ambiente – IPT-SP |
| Ivone C. Chaves   | Instituto Ambiental do Paraná          |
| Nelson Infanti    | Professor da UFSC                      |
| Newton Marcelino  | Consultor Ambiental                    |
| Ricardo Arcari    | Consultor Ambiental                    |
| Ronald Sostchinig | Gerente Lic. Ambiental da FATMA *      |
| Sérgio Gonzaga    | Advogado / Ambientalista               |
| Vladimir Ortiz    | Consultor Ambiental                    |

Fonte: Revista Expressão, 1994. \* FATMA é Fund. de Meio Ambiente de SC; IPT é Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

No total, onze firmas de SC e do PR foram premiadas. Segundo a revista, na avaliação “os jurados levam em conta não só o caso específico, mas também toda a política ambiental da empresa e os aspectos sociais que envolvem o problema e as soluções encontradas” (EXPRESSÃO, 1994:36). Este caso exemplifica bem a eficácia do *marketing* empresarial, moldado por uma política cognitiva que tem seus efeitos sociais em setores submetidos à hegemonia da tecnociência, ainda que esta esteja formalmente voltada para a defesa do meio ambiente. Ao contratar consultores reconhecidos no meio acadêmico e ambientalista para elaborar o material didático a empresa investe tanto em *marketing* quanto em tecnociência. Pode-se concluir que *a conquista da credibilidade entre especialistas para depois atingir um público maior é parte da política cognitiva da Souza Cruz.*

Cabe também observar que as indústrias de cigarros têm um interesse muito objetivo em ganhar a simpatia dos jovens e das crianças, pelos seguintes motivos: a) a cada ano, as corporações perdem consumidores adultos – que conseguem abandonar o vício ou que morrem – e precisam, portanto, conquistar novos consumidores, sendo os jovens os menos conscientes e mais vulneráveis (devido ao desejo de experimentar o que é formalmente restrito à maioria); b) pesquisas da OMS concluem que, entre os adultos já dependentes da nicotina, 90% começaram a fumar entre os 15 e os 19 anos; c) os cigarros *ligh*t têm como

alvo preferencial os jovens e as mulheres. Em muitos países, o tabagismo tem começado cada vez mais cedo, inclusive entre crianças de 10 e 13 anos. Com isso, as indústrias têm consumidores por mais tempo <sup>82</sup>. Pode-se, a partir disto, levantar a hipótese de haver uma estratégia de longo prazo no sentido de conquistar novos consumidores via ambientalismo. Mas para confirmá-la ou refutá-la seria preciso fazer uma pesquisa específica sobre a história de vida de integrantes do Clube da Árvore. Por enquanto, não posso concluir que há uma correlação entre consumo de cigarros e participantes do programa ou mesmo que haja uma estratégia com este objetivo específico. Não obstante, minha conclusão de que a eficácia do mesmo consiste em servir de meio para neutralizar críticas potenciais e obter apoio de setores sociais estratégicos não depende de outras pesquisas nem da referida hipótese. Algo semelhante ocorre com o programa Hortas Escolares.

#### 5.4.2. Hortas escolares

Este programa, em Santa Catarina, tem duas fases bem distintas na sua história:

a) De 1960 até 1984: ação do poder público, integrando órgãos estaduais e municipais.

b) De 1985 em diante: parceria da Souza Cruz com o poder público.

Em 1960, as Secretarias de Estado da Agricultura e da Educação começam a trabalhar conjuntamente com o objetivo de difundir o plantio e o consumo de hortaliças entre escolares e suas famílias. A proposta visa especificamente apoiar o ensino na área rural, capacitando professores com a introdução de técnicas de cultivo, envolvendo a participação organizada de pais e

---

<sup>82</sup> ROEMER, R. (1995). **Accion legislativa contra la epidemia mundial de tabaquismo.**

familiares na instalação de hortas escolares – como fonte de alimentação complementar para a merenda dos estudantes, com efeito didático-demonstrativo para as comunidades adjacentes <sup>83</sup>.

Nos anos 60 e 70, a ênfase é dada à educação alimentar e sanitária e não à distribuição e plantio de sementes. As próprias escolas compram sementes e/ou as recebem gratuitamente de empresas do setor. Na década de setenta há duas atividades distintas mas com objetivos convergentes: a do Clube Agrícola e a do Pelotão de Saúde. As escolas formam comissões de alunos de 3<sup>as</sup> e 4<sup>as</sup> séries. Enquanto os clubes são orientados a organizar hortas escolares, os pelotões se responsabilizam pelos recursos de primeiros socorros e inclusive pela introdução de ervas medicinais nas hortas. Entre as famílias dos alunos é incentivada a troca de mudas <sup>84</sup>.

Na década de 1980 o programa é ampliado, com a implantação de equipes de trabalho em Educação para a Saúde, em 14 regiões administrativas organizadas pela Secretaria da Agricultura. Em 1982 é implantada a Região Administrativa da Acaresc (serviço de extensão rural da época) de Florianópolis, integrando 16 municípios e 15 escritórios (cada um com um técnico agrícola, uma extensionista de economia doméstica e uma secretária). Dessa forma, o público atendido se estende, com prioridade às crianças de até seis anos de idade do meio rural – particularmente as das escolas multisseriadas, por apresentarem uma “situação crítica em termos de saneamento do meio ambiente e produção de alimentos” <sup>85</sup>.

No mesmo ano de 1982, é realizado em Biguaçu um trabalho de assistência técnica e social, na comunidade de Espanha Central, na Escola

---

<sup>83</sup> CAMPOS, S. (1995) **Horta escolar: uma nova proposta para a escola multisseriada.**

<sup>84</sup> Informações obtidas em entrevista com Marisa Colombo, coordenadora de economia doméstica da Epagri na região de Florianópolis, em 12.05.1997. Ela teve experiência de 21 anos de extensão rural em diversas microrregiões de Santa Catarina (Itajaí, Rio do Sul, Chapecó e Florianópolis).

Reunida Basílico João de Andrade, com o objetivo de torná-la modelo para toda a microrregião administrativa de Florianópolis. Após as melhorias realizadas, a escola é visitada por professores, Associações de Pais e Professores (APPs), escolares, extensionistas e autoridades de vários municípios da microrregião. (Esta experiência de criação de escolas-modelo para demonstração já era comum nas demais microrregiões).

A partir de 1983, objetivando a integração entre escola, famílias e comunidades, organiza-se na microrregião o I Concurso Escolar, com participação efetiva de sete municípios. É então avaliada e premiada a organização das hortas escolares, tema ao qual são acrescentados outros, nos concursos subseqüentes. Em 1984, avalia-se também as condições sanitárias de cada escola.

Motivadas pela realização anual de concursos, as comunidades somam esforços na conservação e na promoção de melhorias em suas escolas, tendo sempre a produção de hortaliças como atividade convergente. Em 1986, no IV Concurso, já são 12 os municípios da microrregião da capital que participam. O evento festivo e artístico na solenidade da entrega dos prêmios às cinco melhores escolas reúne cerca de 1.000 pessoas, contra 350 em 1983.

O quadro a seguir mostra, para efeito de comparação, o crescimento numérico dos participantes nos concursos realizados na microrregião administrativa de Florianópolis:

---

<sup>85</sup> ACARESC. (1987). Relatório quadrienal do concurso com escolas do meio rural.

**Quadro 36: Participação nos concursos escolares entre 1983 e 1986**

| Inscritos/ano | 1983  | 1984  | 1985  | 1986  |
|---------------|-------|-------|-------|-------|
| Escolas       | 103   | 148   | 168   | 165   |
| Alunos        | 1.487 | 5.614 | 5.415 | 4.962 |
| Professores   | 165   | 224   | 267   | 264   |
| APPs          | 103   | 148   | 168   | 165   |

Fonte: Acaresc, 1987 (Relatório Quadrienal).

Nota-se que o período de maior crescimento ocorre entre 1983 e 1984 e que entre 1985 e 1986 há um declínio relativo de participação. Há basicamente dois motivos para este último: a) reação ao aumento da burocracia na regulamentação, organização de comissões de avaliação, fiscalização e critérios de premiação; b) reação de pais, professores e funcionários públicos em geral à parceria do Estado com a Souza Cruz, o que acontece a partir de 1985 <sup>86</sup>.

A iniciativa da parceria parte da Souza Cruz, garantindo um aporte sistemático de recursos financeiros. A reação inicial ocorre principalmente entre professores e extensionistas, por perceberem que o serviço público passaria a ser usado, de certa forma, como meio de divulgação do logotipo e das idéias de uma empresa fumageira multinacional <sup>87</sup>.

A distribuição formal das atividades fica assim definida:

<sup>86</sup> Entrevista com Marisa Colombo, 12.05.1997.

<sup>87</sup> A Souza Cruz já tinha na época outras experiências semelhantes de parceria com o Estado: no Espírito Santo, integrando-se à Emater e à Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), desenvolvia o projeto Culturas Alimentares; no Rio Grande do Sul, em parceria com prefeituras, órgãos oficiais de extensão rural e Grupo de Comunicações Gazeta, patrocinava o projeto Hortas Escolares. Desde o final dos anos 60, entretanto, a empresa já mantinha outras atividades em aliança com o governo federal e com os governos estaduais, tendo apoiado campanhas de vacinação, de segurança, orientação a veranistas e campanhas de segurança no trabalho (SOUZA CRUZ, 1983a).

### Box 9: Atribuições das entidades participantes do Hortas Escolares

Souza Cruz:

“Participa na coordenação do programa, na elaboração e confecção do material instrucional e, na medida do possível, no treinamento e capacitação dos professores e no acompanhamento dos trabalhos. Além disso, participa com os recursos financeiros e a execução da impressão do material instrucional, aquisição das sementes e prêmios”

Secretaria Estadual da Educação:

“Participa na coordenação do programa, na elaboração do material didático e premiação, no acompanhamento e desenvolvimento dos trabalhos e na avaliação”.

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Epagri):

“Participa na coordenação do programa, na elaboração do material didático, no treinamento e capacitação dos professores, no acompanhamento dos trabalhos e premiação”.

Prefeituras Municipais:

“Coordenação dos trabalhos junto às Escolas de 1ª à 4ª série da Área Rural, capacitação dos professores e acompanhamento de todas as fases dos trabalhos”<sup>88</sup>.

Depois de lançar o programa Clube da Árvore em 1982, a Souza Cruz procura meios de estendê-lo a toda a região sul. E percebe no Hortas Escolares – projeto semelhante ao que a empresa mantinha na microrregião de Santa Cruz do Sul – uma oportunidade singular de inserir-se entre as crianças (e famílias) do meio rural catarinense com o apoio do poder público, ou seja, com custos reduzidos e ganho de legitimidade social.

A empresa, conforme visto anteriormente, defende uma “ação integrada” visando deter o êxodo rural e assim garantir sua fonte de abastecimento. Além disso, o Clube da Árvore ganha maior visibilidade, já que passa a ser divulgado juntamente com os materiais impressos do programa Hortas Escolares.

O ano de 1985 tem sido difundido como data de início do programa, *apagando-se com isso a história anterior e enfatizando-se a iniciativa como “exemplo de parceria” entre setor público e privado.* O então governador Esperidião Amin (PPB) apresenta-o como uma inovação de seu governo<sup>89</sup>. Este fato também tem sido criticado por técnicos e professores, mas para os governadores que sucedem Amin até 1998 – Pedro Ivo Campos, Cacildo

<sup>88</sup> Esta definição consta no livreto “Hortas Escolares - Ensinar é Plantar”, s/d.

Maldaner e Paulo Afonso Vieira, todos do PMDB – parece que isto não é tão relevante quanto o aporte financeiro da empresa. Reeleito, Amin atualmente (1999/2000) dá continuidade ao acordo. A Souza Cruz gasta cerca de R\$ 300 mil por ano com o Hortas Escolares<sup>90</sup>.

Anualmente, os professores recebem um manual com as diretrizes do programa, orientações pedagógicas e “conteúdos teóricos sobre a importância das hortaliças, além de envelopes com dez espécies de verduras e legumes. Os alunos de 1ª a 4ª série ganham cartilhas contendo exercícios e outras atividades”<sup>91</sup>. O Jornal *Hortas Escolares* (março de 1995) publica uma tabela sob o título “Cresce a participação”, referindo-se a todo o estado de SC:

**Quadro 37: Crescimento do Hortas Escolares**

| Ano         | 1985   | 1994    |
|-------------|--------|---------|
| Municípios  | 130    | 235     |
| Escolas     | 3.900  | 6.980   |
| Professores | 4.500  | 8.200   |
| Alunos      | 86.000 | 175.000 |

Fonte: Jornal Hortas Escolares, 03/1995

Entretanto, numa peça publicitária de página inteira na revista *Veja* de 08.12.1999 o programa é apresentado com os seguintes números: 240 municípios, 2.300 escolas, 3.500 professores e 95.000 alunos. Há uma *clara redução do alcance do programa*, como decorrência de mudança estrutural no sistema escolar catarinense: fechamento de escolas isoladas (em áreas rurais), transporte de alunos para escolas maiores, mais próximas de áreas urbanas (com menos espaço para hortas), demissão de professores, etc. Este processo ficou conhecido como *nucleação escolar*. Quanto ao aumento de consciência crítica em

<sup>89</sup> No Jornal Hortas Escolares, março de 1995, nº 1, a manchete é “Onze anos semeando educação”. O documento dá a versão oficial sobre as origens e os motivos do programa.

<sup>90</sup> A fonte desta informação é uma entrevista a distância com Saul Bianco, em 15.12.1997. Não foi possível obter mais informações sobre investimentos.



relação à estratégica de *marketing* da Souza Cruz são necessárias novas pesquisas.

Uma rara análise acadêmica sobre este programa enfatiza a “grande potencialidade” do mesmo como meio de educação transformadora da realidade, a desnutrição entre as crianças participantes, a falta de capacitação e motivação entre os professores, a falta de integração dos conhecimentos práticos e teóricos e das disciplinas escolares com a vida cotidiana dos alunos (CAMPOS, 1995).

A extensionista rural Santa Campos afirma que para muitos pais “os filhos vão à escola aprender a ler, escrever e somar – outras atividades são desnecessárias” (CAMPOS, 1995:04). Nas microrregiões com tradição de produção de hortaliças, os pais têm uma atitude mais favorável ao programa, contribuindo com as escolas. Mas mesmo nesses casos *a maior parte do trabalho de cuidado da horta escolar é realizado pelas merendeiras, não pelos professores ou alunos*. Confirmei *in loco* esta informação em escolas da área rural da Grande Florianópolis.

A pesquisadora considera que lentamente e com altos e baixos o programa vai superando entraves, sendo o principal deles a falta de uma “ação reflexiva”. Isto seria possível com uma orientação pedagógica entre os professores, “função primordial”, que tem sido deixada “em segundo plano”, que “fica solta”:

“É conhecido o número de alunos, professores, escolas, municípios abrangidos pelo programa, mas não existem dados sobre a ação reflexiva dentro da prática desenvolvida na agricultura, pois o meio ambiente continua a sofrer a ação destrutiva do homem que coloca em jogo sua própria existência” (CAMPOS, 1995).

A autora critica o “ensino meramente transmissivo” que predomina no programa, com desconsideração pelas dificuldades de cada aluno, de seu

---

<sup>91</sup> **Jornal Hortas Escolares** de março de 1995, nº 1, cuja manchete é “Onze anos semeando educação”.

contexto social, de sua faixa etária e de seu modo de vida fora da escola. Cabe observar que uma “ação reflexiva” e uma busca de transformação da realidade social implicariam, para os filhos de fumicultores, em especial, um confronto com algumas crenças e costumes arraigados de seus pais (queimadas, desmatamento, uso de agrotóxicos, produção de tabaco). Logicamente, uma tal “ação reflexiva” é desestimulada pela Souza Cruz que, ao fazer parte da coordenação do programa, está em situação privilegiada para intervir. Uma explicação para o forte interesse da empresa em programas do gênero está justamente na possibilidade de neutralizar a subpolítica de professores, alunos e extensionistas rurais.

Note-se que todos os órgãos envolvidos na coordenação, com exceção da Secretaria Estadual da Educação, têm entre suas atribuições a “capacitação dos professores”, contrariando a informação de Campos (1995:05). Na realidade, esta secretaria tem tido uma participação bastante marginal no programa, particularmente depois da Constituição Estadual de 1989, que estimula a municipalização. Assim, *os municípios, em especial aqueles que têm na fumicultura uma relevante fonte de renda, são predominantemente influenciados pela ação da Souza Cruz no que se refere ao programa Hortas Escolares. O logotipo da empresa aparece em todos os materiais: cartazes, folhetos, lápis, cadernos, borracha, etc.* Ocorre algo como uma *colonização das mentes* infantis via *marketing*, com amplo apoio oficial. Crianças que usam artigos promocionais de cigarro, como bonés e camisetas, têm quatro vezes mais probabilidades de fumar ao entrarem na adolescência, concluem pesquisadores norte-americanos<sup>92</sup>. No sul do Brasil, faltam pesquisas que confirmem ou rejeitem tal conclusão.

---

<sup>92</sup> Informação de um estudo publicado dia 15.12.1998 na revista Arquivos de Medicina Pediátrica e do Adolescente, da Associação Médica Americana. Os cientistas analisaram 1.265 crianças, de cinco escolas rurais dos estados de New Hampshire e Vermont. Notícia do Jornal **O Globo**, 16.12.1998. “Objeto com marca de cigarro induz criança a fumar”.

### 5.5. Publicidade direta e indireta: artes e esportes

A Souza Cruz, como as demais empresas controladas pela BAT, faz investimentos sistemáticos em publicidade direta e indireta (campanhas, promoções, patrocínios) visando atrair consumidores de quase todas as faixas etárias e *status* socioeconômico. Os dois tipos confundem-se, não existindo praticamente nenhuma diferença relevante entre eles. Inclusive a indireta pode ser mais eficaz do que a direta, já que esta é acompanhada da contrapropaganda do Ministério da Saúde.

No *Álbum Comemorativo dos 80 anos (1903-1983)*, os capítulos 8 e 9 tratam de promoções e de propaganda, respectivamente, evidenciando, por meio de textos e de ilustrações, uma sistemática política empresarial visando conquistar a simpatia do público por meio de apoio e patrocínio de eventos artísticos e esportivos. Diz a empresa na introdução do capítulo 8:

“A Souza Cruz oferece sistematicamente decisivo apoio à cultura e à arte brasileiras, ao participar de grandes projetos junto à comunidade, seja no suporte ou organização de grandes espetáculos de balé, teatro, música erudita e popular, seja na promoção e desenvolvimento das mais diversas modalidades esportivas através de torneios de âmbito nacional e internacional. Com isso, contribui de forma bastante significativa para o desenvolvimento de artistas e desportistas em nosso País” (SOUZA CRUZ, 1983 a).

Em seguida faz referências ao patrocínio do espetáculo *A Paixão de Cristo* (interior de Pernambuco), ao Projeto Carlton (espetáculos como *Romeu e Julieta*, *Sagração da Primavera*, *Coppélia*, *Giselle*, *Dom Quixote* e *Evita*) desde 1981 em várias capitais. Logicamente, nestes eventos a estratégia de conquista de apoio social também inclui parcerias, como a feita com a Associação Carioca de Empresários Teatrais (ACET). As marcas de cigarro são utilizadas para rotular os eventos, relacionando-se características do público-alvo com o que os técnicos de *marketing* consideram serem os caracteres distintivos de cada tipo de mistura de

fumos (*blending*). Assim, Carlton é definido como sendo cigarro de consumidores de bom gosto, de “classe”, à semelhança de Hilton.

Entre as iniciativas mencionadas pela empresa no referido Álbum, estão os Concertos Souza Cruz, com patrocínio à Orquestra Sinfônica de Campinas e do Balé Guaíra, de Curitiba. Nas artes plásticas, os Destaques Hilton (pintura e gravura). Na música regional, afirma-se que o Festival Arizona de Música Sertaneja já promoveu cerca de 40 mil artistas amadores. Nos Espetáculos Minister, a empresa obteve a presença de Roberto Carlos, Maria Bethânia, Jorge Ben, entre outros.

O Free Jazz Festival e o Hollywood Rock são iniciativas voltadas para o público jovem, liberal-individualista, para as pessoas que se consideram à frente de seu tempo. Segundo um informativo da companhia, “o Free Jazz tornou-se [1997] um evento multicultural, o grande momento do calendário cultural brasileiro, no qual tudo acontece. Durante duas semanas, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre vestiram-se completamente de Free Jazz, promovendo uma ação de *marketing* de alcance inédito para a Souza Cruz”<sup>93</sup>. Em outro informativo, a corporação diz que “o Rock in Rio, festival que colocou o Brasil na rota das maiores bandas de rock do mundo e abriu caminho para eventos como o Hollywood Rock, está lançando outra moda: virou um bar temático (...)”. No local há “garçons performáticos que apresentam números de danças e um contrato exclusivo com a Souza Cruz, envolvendo até a criação de peças de *merchandising* especiais”<sup>94</sup>.

O cinema é um caso especial. Há evidências de que a Brown & Williamson, representando os interesses da BAT, tem atuado no sentido de estimular o

---

<sup>93</sup> INFORMATIVO SOUZA CRUZ (1998). “Cada vez mais Free”. A propósito, Sylvia Gardenberg, coordenadora do Free Jazz durante 13 anos, morreu de câncer no pulmão aos 38 anos, em 31.10.1998 – informa o médico pneumologista Alexandre Milagres, coordenador do Centro de Apoio ao Tabagista (CAT) no Rio de Janeiro. Ver site <http://www.cigarro.med.br/>.

aumento de cenas enfumaçadas. Em 22 de novembro de 1997 os Sindicatos de atores, diretores e produtores de cinema de Hollywood (Los Angeles) entraram na justiça contra as indústrias de cigarro, pedindo indenização pelos prejuízos causados aos trabalhadores da indústria cinematográfica americana<sup>95</sup>. O jornal O Globo revelou (09.12.1997) que o ator Sylvester Stallone recebeu, em 1983, US\$ 500 mil dólares da B&W para fumar cigarros da empresa em, pelo menos, cinco de seus filmes. Há evidências também de que a indústria tenha pago artistas com jóias e carros de luxo por usar seus produtos nas telas<sup>96</sup>.

No final de fevereiro de 1998, é divulgado o relatório *Smoking in Films*, do governo britânico: entre 1990 e 1995, o número de cenas em que atores aparecem fumando cresce quatro vezes. No caso específico do Marlboro, seis vezes. O professor de cinema Kenneth MacKinnon, um dos autores do estudo, explica que o hábito de fumar está sendo associado à “imagem de rebeldia”. “A maioria dos jovens acaba encarando o vício como uma maneira de quebrar os padrões estabelecidos”, diz ele. Astros juvenis como Leonardo DiCaprio (que fuma em *Romeu e Julieta* e em *Titanic*) e Brad Pitt (que fuma em *Sleepers* e outros) tornam-se modelos dos adolescentes. Julia Roberts, no filme *O Casamento de Meu Melhor Amigo*, transgride abertamente a proibição de fumar num corredor de hotel (MEZAROBBA, 1998:70,71).

O cigarro é identificado no cinema com *glamour*, nos anos 50 e 60, aparecendo nos filmes a cada cinco minutos, em média. Nos anos 90, aparece como sinal de rebeldia, mas entre brancos de classe média – novamente a cada

---

<sup>94</sup> INFORMATIVO SOUZA CRUZ (1997). “Souza Cruz faz parceria com Rock in Rio”.

<sup>95</sup> Hillary Clinton manifestou-se a favor da ação e, como resposta, John Carlisle, diretor executivo da Associação dos Produtores de Tabaco, disse que “isso é um completo disparate. Estão tentando se transformar em uma nova espécie de censor, aquele que limita a criação artística em nome da boa saúde” (MEZAROBBA, 1998). “Fumaça no escuro”. Revista **Veja**.

<sup>96</sup> A Action on Smoking and Health (ASH), ONG médica britânica, apresenta evidências nesse sentido. Ver <http://ash.org/august98/08-06-98-1.html>, escrita originalmente por Nancy Marsden, para **Star Tribune**, intitulada “Smoking out payoffs for placing tobacco products in movies” (08.05.1998).

cinco minutos. Entre os dois períodos, esteve associado com os piores tipos, bandidos, personalidades decadentes, aparecendo a cada 15 minutos. (MEZAROBBA, 1998:71). Em filmes de 1991 a 1996, 80% dos protagonistas fumam, diz um estudo de Glantz (autor de *The Cigarette Papers*) e Stockwell <sup>97</sup>.

Esportes. O referido Álbum da Souza Cruz menciona o patrocínio do Hollywood Classic International, “um dos mais prestigiados torneios de tênis do mundo”, realizado entre o fim da década de 70 e o início dos anos 80. Destaca também o Festival Hollywood-Vela, de âmbito nacional e internacional. Quanto ao futebol de salão, a empresa aponta a Taça Continental, de 1981, em âmbito nacional, e que em 1983 reuniu equipes também da Argentina, do Uruguai e da Holanda. A Copa Arizona da Futebol Amador, realizada durante vários anos, “reuniu em 1980 mais de cinco mil clubes, 104 mil jogadores, num universo de 20 milhões de pessoas”.

O automobilismo é outro caso especial. Tornou-se desde a década de 1970 um alvo destacado da publicidade das indústrias de cigarro e sua importância cresceu na medida em que as legislações antitabagistas foram restringindo espaços dos comerciais na TV. Praticamente todos os grandes ídolos da Fórmula 1 foram e são patrocinados pelas CTNs do tabaco. Na década de 1990 inicia-se um debate acirrado na mídia dos EUA e na Europa sobre a proibição de patrocínio do automobilismo, visto como *estratégia das empresas para livrar-se das advertências dos órgãos de saúde e atrair o público jovem*. Em 1998, estima-se que foram gastos de US\$ 200 a US\$ 300 milhões na F-1 e cerca de US\$ 80 milhões na Fórmula Indy por estas companhias. A Souza Cruz investiu US\$ 8 milhões na equipe PacWest de Maurício Gugelmin em 1998. A BAT

---

<sup>97</sup> CNN. “Cada día se fuma más en las películas de Hollywood”. Matéria da Agência **Reuters**, publicada pela rede CNN na Internet, em 09.03.1998, com base em um estudo de Stanton Glantz e Theresa Stockwell.

inclusive adquiriu a equipe Tyrrel transformando-a em British American Racing (BAR) em 1997, em parceria com a Honda <sup>98</sup>.

A Souza Cruz, assim como a Philip Morris, investe na década de 1990 em esportes radicais (não olímpicos) e turismo de aventura para atrair jovens. Assim, além do automobilismo, o alpinismo, o skate, o sandboard e esportes na neve, além do rafting, do mountain bike, do surf, do motocross e da asa-delta, entre outros, freqüentam as propagandas despertando desejos que sutilmente são associados ao prazer, à rebeldia, ao espírito de independência e liberdade que estariam inscritos no gesto de fumar. Os cenários naturais, com sua vitalidade e beleza, reforçam as mensagens acompanhadas de músicas cuidadosamente escolhidas <sup>99</sup>. Por exemplo, em meados de 1999, o cigarro Derby (42,7% do mercado nacional) era anunciado na TV numa clara identificação do produto com as belezas naturais e com a diversidade cultural dos 500 anos de “descobrimento do Brasil”. A mensagem musical reforçava a idéia de que fumar tal marca seria ideal para “combinar com isso tudo”.

Em 1983, no referido Álbum comemorativo de 80 anos no Brasil, a empresa expressa o seguinte posicionamento sobre propaganda:

“Como maior anunciante do País, a filosofia da Souza Cruz é conquistar cada vez maior número de fumantes para suas marcas, dirigindo suas mensagens publicitárias para o universo de consumidores, tendo em vista

<sup>98</sup> Estas informações constam em matérias jornalísticas. Em 06.03.1998, a **Folha de São Paulo** publicou um Caderno Especial sobre o assunto. O jornalista Fábio Seixas, da FSP, por especializar-se na temática, passou a ter suas viagens pagas pela Souza Cruz para a cobertura de provas no exterior. SEIXAS, F. (1998). “Patrocínio pode ter ‘sobrevida’”. SEIXAS, F. & MARIANTE, J.H. (1998). “O patrocínio vai virar fumaça?”; “Restrições fomentam patrocínio”; “FIA pode antecipar banimento”; “Mosley via prazo antigo com reservas”; “Quando as cores viram bandeira”. Nesta última, trata-se do uso da imagem de Emerson Fittipaldi e Ayrton Senna. SEIXAS, F. (1998). “Indy assume transmissão de suas provas” ZUKERAN, V. (1998). “Tyrrel aposta em resultados no próximo ano”.

<sup>99</sup> SACCHETA, J. “Matar por esporte”. **Trip**, n<sup>o</sup> 67, dezembro de 1998. A revista faz uma ampla reportagem com atletas praticantes de tais esportes, além de entrevistar o cancerologista Drauzio Varella. Informa que dirigentes das empresas Souza Cruz e Philip Morris foram convidados para debater com o médico, mas não compareceram ao encontro.

os seus valores, gostos e posição social. A técnica da propaganda, nesse sentido, é compilar esses valores e transformá-los em mensagens publicitárias. Para cada uma das suas grandes marcas, a propaganda da Souza Cruz tem seu perfil, imagem pesquisada e compilada de seus consumidores. A propaganda não inventa nada, apenas ressalta esses valores já definidos dos perfis dos consumidores” (SOUZA CRUZ, 1983 a).

Há, no trecho acima, dois aspectos que merecem exame. Primeiro, como tem sido comum entre dirigentes do setor, afirma-se que o público-alvo é o de fumantes e não o de novos consumidores, e que a concorrência se dá entre as empresas para que os mesmos troquem de marca <sup>100</sup>. Entretanto, as pesquisas da OMS refutam esta idéia. Um estudo decisivo, feito pelo *Toxic Substances Board*, da Nova Zelândia, sobre a relação entre as políticas de promoção do tabaco e as tendências de consumo em 33 países durante o período 1970-1986 – deixa clara a “importância crucial da publicidade no aumento do consumo”:

“Ao agrupar os países segundo o maior ou menor rigor das restrições governamentais sobre a promoção de tabaco, comprovou-se que quanto maiores eram as restrições maior era a diminuição anual média do consumo de tabaco. Esta regra se aplicava também à taxa de diminuição de porcentagem de fumantes adultos e jovens” <sup>101</sup>.

É completamente infundado o argumento de que a publicidade tem como objetivo apenas a conservação do mercado, a mudança de marca ou a promoção de cigarros com baixos teores de nicotina e alcatrão. Isto porque, anualmente, são menos de 10% dos fumantes os que mudam de marca e estas mudanças, em grande parte, ocorrem entre rótulos de uma mesma empresa (ROEMER, 1995). A Souza Cruz detém há décadas cerca de 80% do mercado nacional, o que constitui praticamente um monopólio.

---

<sup>100</sup> A Souza Cruz deixa mais explícita esta idéia em 1996: “A propaganda de cigarros (...) tem dois objetivos básicos: valorizar as características de determinada marca junto ao seu público-alvo e persuadir fumantes a mudar de marca” SOUZA CRUZ (1996:28). **Fumo & sociedade: perguntas e respostas.**

<sup>101</sup> ROEMER, R. (1995:28). **Accion legislativa contra la epidemia mundial de tabaquismo.**



O segundo aspecto no trecho do Álbum citado acima refere-se à idéia de que a técnica de propaganda “não inventa nada”, apenas compila os valores e o perfil dos consumidores. Segundo este pressuposto, a realidade seria legível de maneira evidente nos fatos. A leitura técnica do real seria como um reflexo de um espelho, correspondendo linear e mecanicamente aos fatos. Eis aqui uma tese inteiramente inscrita no paradigma disjuntor-redutor da tecnociência, que tem raízes na teoria do conhecimento anterior a Kant <sup>102</sup>. O retrato técnico da realidade isentaria o sujeito do conhecimento de qualquer responsabilidade por sua percepção, estando esta separada da concepção. Desta forma, os pressupostos paradigmáticos da tecnociência permitem que ideólogos do *marketing profissional* trabalhem sem escrúpulos para qualquer empresa, inclusive para as que promovem a morte em nome do sucesso, do prazer, da rebeldia sem causa, do descompromisso com a humanidade. Além do mais, mesmo que fosse possível uma leitura neutra e completamente objetiva da realidade, o fato de reproduzi-la num meio tecnológico como a televisão, para milhões de telespectadores, teria e tem, como se sabe, amplos efeitos sociais. Se assim não fosse, os altos investimentos em publicidade seriam injustificáveis <sup>103</sup>.

#### 5.6. Reação contra o antitabagismo

Neste tópico descrevo e critico a posição da Souza Cruz sobre aspectos presentes nas campanhas antitabagistas: a) cigarro como fator de risco ou causa de doenças; b) “fumo passivo”; c) efeitos da nicotina. Para tanto, utilizo como fonte o livreto intitulado *Fumo & Sociedade: perguntas e respostas*, editado em agosto de 1996, por ser a mais abrangente publicação da empresa a respeito destes temas.

---

<sup>102</sup> “Nossa realidade não é senão nossa idéia da realidade”, diz Morin. In: MORIN, E. & KERN, A.B. (1995:132). **Terra-pátria**.

<sup>103</sup> Em julho de 1997, ao visitar a usina de fumo da Souza Cruz acompanhado pelo engenheiro químico Marcelo H.D. Veras, gerente de produção, fui informado que há

a) A posição da companhia a respeito é a seguinte:

“Embora o cigarro tenha sido um dos produtos mais investigados do mundo nos últimos anos, *nenhuma pesquisa conseguiu comprovar que o fumo seja a causa de doenças* [grifo meu]. Todos os estudos que indicam alguma possibilidade nesse sentido ou são fruto de simulações com animais em laboratório (o que é muito diferente de pesquisas com seres humanos, vivendo normalmente em suas casas, no trabalho, nas ruas) ou resultam de associações estatísticas – isto é, observa-se que determinado grupo de pessoas que fumam tem um número maior de casos desta ou daquela doença, quando comparado a outro grupo de pessoas que não fumam; diz-se então que o cigarro é um fator de risco para aquela doença e que os fumantes têm mais probabilidade de contrai-la (medida percentualmente) do que os não fumantes. Mas essas associações estatísticas não apontam qual é a causa da doença e, muito menos, se é o cigarro que o provoca” (...) “*A questão básica é que se confunde fator de risco com causa – coisas totalmente diferentes* [grifo meu]. O que as associações estatísticas sugerem é que uma porcentagem de pessoas que fumam estão sujeitas a doenças, mas não explicam por que pessoas que não fumam contraem as mesmas doenças”<sup>104</sup>.

Esta questão, como as demais, já foi tratada introdutoriamente no capítulo 1 (1.10) e, portanto, alguma redundância aqui é inevitável, para efeito de argumentação. Segundo informações da OMS, o tabagismo – entendido genericamente como consumo regular de tabaco – é a maior causa conhecida e prevenível de adoecimento e morte no mundo. A médica coordenadora do programa nacional de controle do tabagismo no Brasil, Vera Luíza da Costa e Silva, não se refere a causa isolada e única – ela utiliza a expressão “fator de risco”:

“*O tabagismo é o mais importante fator de risco* [grifo meu] conhecido relacionado ao câncer de pulmão e está relacionado a 30% das mortes causadas por todos os outros tipos de câncer, tais como da cavidade oral, faringe, esôfago, laringe, rins, bexiga, colo de útero etc. Além disso, é um importante fator de risco para doenças cardiovasculares, pulmonares obstrutivas crônicas, úlceras do trato digestivo, entre outras, sendo responsável por 85% dos casos de enfisema e bronquite, 25% dos infartos

---

muita subjetividade na determinação das misturas de cada marca, e que a empresa confia em alguns funcionários considerados melhores experimentadores.

<sup>104</sup> SOUZA CRUZ. (1996). **Fumo & sociedade. Perguntas e respostas.**

do miocárdio e angina e 25% dos acidentes vasculares cerebrais – e 90% dos casos de câncer de pulmão”<sup>105</sup>.

No discurso da indústria, é utilizada a palavra “fumo” enquanto no discurso antitabagista é usado o termo “tabagismo”. Ora, não se pode confundir qualquer tipo de absorção de tabaco com o uso regular e freqüente do mesmo. O fumante também absorve monóxido de carbono em função da queima do papel que envolve o cigarro. Além disso, a combustão das 4.720 substâncias já encontradas no produto gera reações complexas no organismo humano<sup>106</sup>. A nicotina é a substância mais estudada por ter efeitos mais complexos<sup>107</sup>. Conforme assinalado no capítulo 3, agrotóxicos aplicados no cultivo da planta e aditivos usados no processamento industrial também geram danos quando queimados e absorvidos<sup>108</sup>.

O argumento da indústria de que “nenhuma pesquisa conseguiu provar que o fumo seja a causa de doenças” encobre o fato de que existem inúmeras substâncias no fumo que, comprovadamente, geram doenças quando absorvidas com regularidade. Por outro lado, o argumento de que a noção de “causa” é totalmente diferente da noção de “fator de risco” encobre o fato de que há diferenças fortes entre os fatores, sendo alguns mais determinantes – ou causais – que outros. É a regularidade e a cumulatividade da absorção de diversas substâncias tóxicas existentes no cigarro que fazem do consumo do mesmo um fator de risco dos mais relevantes em certas doenças. O câncer de pulmão, por exemplo, seria uma doença muito rara sem o tabagismo.

A posição da Souza Cruz, nesta como nas demais questões deste tópico, é contrariada pelos documentos secretos que se tornaram públicos e foram analisados em *The Cigarette Papers*. Trata-se de um exemplo de *estratégia planejada de relações públicas – ou política cognitiva – para dissuadir opositores*,

---

<sup>105</sup> Carta-resposta datada em 22.01.1997.

<sup>106</sup> COSTA, J.B. (1996:30). **Deixar de fumar**.

<sup>107</sup> HENNINGFIELD, J. E. (1988). **Nicotina**.

<sup>108</sup> GLANTZ, S. *et al.* (1996). **The cigarette papers**.

*evitar ações judiciais ou ao menos gerar controvérsia* <sup>109</sup>. Em 1954, ao criarem *The Tobacco Industry Research (TIRC)*, mais tarde renomeado como *Council for Tobacco Research (CTR)*, os empresários do setor deram início a uma política cognitiva que consistia em gerar uma imagem pública de credibilidade, flagrantemente contrariada por documentos internos, que afirmam ter sido uma iniciativa com fins de relações públicas, tendo também servido em controvérsias jurídicas. Segundo palavras do vice-presidente da Brown & Williamson, Ernest Pepples, em 1978, “originally, CTR was organized as a public relations effort....The research of CTR also discharged a legal responsibility...Finally the industry research effort has included special projects desined to find scientists and medical doctors who might serve as industry witnesses in lawsuits or in a legislative forum” (GLANTZ *et al*, 1996:17) <sup>110</sup>.

b) Em inglês, a sigla ETS significa “Environmental Tobacco Smoke”. Em português, tem sido utilizada a expressão “fumo passivo”, quando o mais apropriado, talvez, fosse dizer “fumaça ambiental do cigarro”. A posição da Souza Cruz sobre os efeitos desta é a seguinte:

“A expressão *fumante passivo* – ou *fumante involuntário* – é errada. O fumante sustenta o cigarro na boca e aspira profundamente antes de expelir a fumaça, que se mistura no ar ambiente. Quem está por perto, no máximo, respira uma pequena parte dessa fumaça misturada pelo nariz, que possui um mecanismo natural de filtragem. Essa pessoa nunca aspira a fumaça profundamente, como o fumante faz, e nem é a mesma fumaça que o fumante absorve – ou seja, na realidade, o chamado *fumante passivo* não fuma! Essas diferenças são tão importantes que praticamente todas as pesquisas e análises que encontramos nos livros científicos sobre a fumaça ambiental do cigarro têm reconhecido que, para se chegar a qualquer conclusão sobre os seus possíveis efeitos sobre a saúde, é preciso

<sup>109</sup> No prefácio de *The Cigarette Papers*, ao tratar-se da distância entre a imagem pública e o conteúdo dos documentos, afirma-se: “The industry manages this, despite the overwhelming scientific evidence that tobacco products kill, through a combination of skilled legal, political, and public relations strategies designed to confuse the public and to allow it avoid having to take responsibility for the death and disease it inflicts”. Mais adiante, referindo-se à BAT e à B&W, dizem os autores: “The companies also recognized that smoking causes a variety of diseases (...)”. GLANTZ, S. *et all*. (1996).

<sup>110</sup> Este documento é identificado com o número 2010.02. PEPPLES, E. Re: CTR Budget. Letter to J.Edens, B&W Industries, C. McCarty, I.Hughes and D.Bryant, April, 1978.

investigá-la isoladamente, desvinculando-a do ato de fumar. Recentemente um grupo, composto por seis cientistas independentes das mais conceituadas universidades da Europa, avaliou 48 estudos epidemiológicos realizados até hoje sobre a fumaça ambiental do tabaco. A conclusão dos cientistas foi de que não há nesses estudos evidências de que a fumaça ambiental do tabaco seja um fator cancerígeno ao pulmão humano”. (SOUZA CRUZ, 1996).

A empresa não apresenta referências bibliográficas. Mas sabe-se que, em 1993, a EPA (Agência de Proteção Ambiental dos EUA) divulgou um relatório indicando que a fumaça ambiental do cigarro provoca câncer pulmonar em adultos e, em crianças, bronquite e pneumonia, entre outros problemas de saúde. Este documento foi questionado por outros estudos, inclusive do próprio governo dos EUA <sup>111</sup>.

Segundo a crítica do Serviço de Pesquisa do Congresso e do Ministério da Energia dos EUA, a EPA teria errado ao utilizar, na análise de 31 estudos epidemiológicos, um grau (ou intervalo) de confiança de apenas 90%, quando o convencional são 95%. Se tivesse trabalhado com este percentual, “só cinco dos estudos acusariam, com significância estatística, um risco aumentado de câncer de pulmão associado à fumaça do tabaco” (CSILLAG, 1996).

Quanto à relação entre fumaça ambiental do cigarro e distúrbios respiratórios em crianças, não há contestação nem da indústria fumageira. Tais problemas podem ter maior impacto negativo sobre a saúde pública, pois afetam populações muito maiores do que o câncer de pulmão.

O relatório da EPA – sobre 31 estudos epidemiológicos realizados em diversos países – afirma que a fumaça ambiental do cigarro gera três mil mortes por câncer de pulmão, por ano, nos EUA, sendo 800 delas em ambiente doméstico e 2,2 mil em ambientes públicos ou de trabalho; resulta em 150 mil a 300 mil casos de bronquite e pneumonia a cada ano em crianças com até 18

---

<sup>111</sup> CSILLAG, C. (1996). “Há base científica para condenar o fumo passivo? (Até que ponto a fumaça do cigarro faz mal a quem não fuma?)”. Revista **Ciência Hoje**.

meses de idade; aumenta a freqüência de episódios e severidade dos sintomas em crianças asmáticas. Glantz e sua equipe afirmam que as mortes por ETS superam as decorrentes da AIDS ou de drogas ilegais. Veja-se as comparações segundo o texto original:

“In 1989 tobacco killed 420,000 smokers and 53,000 nonsmokers in the United States alone. This toll dwarfs the 20,000 deaths from illegal drugs and 40,000 deaths from AIDS. Nevertheless, at a time when the government spends billions fighting illegal drugs and AIDS, it has yet to mount a serious effort to control tobacco” (GLANTZ *et al*, 1996:436).

No Brasil, João Batista Costa (técnico em tabagismo) e Jurandy Barcelos (médico) relatam que, em suas pesquisas, 90% dos adolescentes e adultos toxicômanos são também consumidores de tabaco, e que “cerca de 80% deles eram filhos de mães que tinham fumado durante a gestação e pós-nascimento do filho” (COSTA, 1996:47).

É pertinente, neste caso, perguntar: por que dar tanta importância à relação entre ETS (*Environmental Tobacco Smoke*) e câncer de pulmão se parece ser consensual a relação entre ETS e outros distúrbios de saúde? Penso que se trata, mais uma vez, de política cognitiva.

A estratégia de relações públicas da Souza Cruz inclui, ainda, a seguinte afirmação:

“Mesmo em ambientes típicos de fumantes, as concentrações de nicotina (que são muito importantes, porque a nicotina praticamente só é encontrada no tabaco) são de apenas 2 microgramas por metro cúbico de ar, o que equivale a 300 partes em um trilhão, a um segundo em 1050 anos ou um centímetro numa volta em torno da Terra (cerca de 40 mil km). Em outras palavras, um não fumante levaria um ano para absorver a nicotina equivalente a, no máximo, dois cigarros” (SOUZA CRUZ, 1996: 11).

Os médicos psiquiatras Ronaldo Laranjeira e Martin Raw têm boas razões para discordar desta afirmação. Em 1995, divulgam estudo sobre o grau de

exposição à fumaça ambiental do tabaco a que garçons ficam expostos durante o serviço. Em oito restaurantes com 100 garçons voluntários, os pesquisadores medem, no início e no fim do dia, a quantidade de uma substância chamada cotinina, subproduto da nicotina. Após um dia de trabalho, o nível de cotinina subia para oito vezes o nível normal – o equivalente ao de uma pessoa que acabou de fumar um cigarro (CSILLAG, 1996: 48).

Embora possa ter havido erro no relatório da EPA no que se refere ao câncer de pulmão, o mesmo revela conclusões sobre ETS que até o momento não foram refutadas pela tecnociência da indústria: a) é inalada, absorvida e processada por não fumantes; b) é quimicamente similar à fumaça inalada pelo fumante, e esta é carcinogênica; c) contém substâncias que causam câncer; d) pode causar câncer e lesões genéticas (que originam câncer) em animais de laboratório; e) está associada a problemas cardíacos; f) causa problemas respiratórios em crianças de até 18 meses; g) retarda o desenvolvimento fetal. Outros estudos têm apresentado diferenças entre os dois tipos de fumaça, afirmando-se, inclusive, que a ETS contém mais substâncias negativas que a absorvida diretamente pelo fumante <sup>112</sup>.

c) A política cognitiva da Souza Cruz a respeito dos efeitos da nicotina afirma que fumar é um hábito com funções sociais e psicológicas positivas, não viciosas, enquanto os antitabagistas dizem que a maioria dos fumantes parece querer abandonar o consumo, sem êxito, o que significa que estão viciados <sup>113</sup>.

---

<sup>112</sup> Amanda Souza, presidente da Sociedade de Cardiologia do Estado de SP, explica que um fumante emite dois tipos de fumaça: a derivada da queima do cigarro (85%) e a expirada após cada tragada (15%). Pelo menos 40 substâncias são cancerígenas. A fumaça emitida entre as tragadas contém cinco vezes mais monóxido de carbono, três vezes mais benzopireno e 50 vezes mais amônia. BOUER, J. (1995). “Fumantes passivos têm mais chance de ter câncer”. **Folha de São Paulo**.

<sup>113</sup> SKLAIR, L. (1998) “The transnational class and global capitalism: the case of the tobacco industry”. O autor apresenta síntese do confronto de argumentos entre as partes.

A empresa sustenta que “é inadequado definir o hábito de fumar como *vício*. Por causa do uso indevido que se faz hoje da palavra *vício*, diz-se que muita gente é *viciada* em chocolate, computadores, novelas de TV e outras coisas” (SOUZA CRUZ, 1996:19). Para a empresa “o fumo não é tóxico” (p. 20), ao contrário de substâncias como a heroína e a cocaína. O núcleo do argumento sobre esta questão é assim expresso:

“Fumar não impede ninguém de manter uma vida normal, em casa e no trabalho – ao contrário do que ocorre com usuários de drogas que causam dependência. A nicotina não provoca dependência física, que normalmente é medida por uma clara e consistente síndrome de abstinência – mal-estar e descontrole – quando se tenta abandonar o seu uso; tampouco provoca tolerância, isto é, a necessidade de aumentar a dose de uma substância ao longo do tempo para manter seu efeito inicial. Milhões de pessoas em todo o mundo têm deixado de fumar sem qualquer ajuda profissional; só nos EUA são 40 milhões de ex-fumantes nessas condições. Isso não aconteceria se a nicotina fosse viciante” (SOUZA CRUZ, 1996:19,20).

Segundo Giddens, o conceito de vício “só faz sentido em uma ordem pós-tradicional”:

“Em uma cultura tradicional, é inteiramente razoável supor que aquilo que se fez ontem seja um guia de como se deve agir hoje e amanhã, não importando o quão rápido as tradições possam mudar; a tradição fornece um modelo moral e interpretativo, acomodando as emoções em um conjunto de práticas de vida. O vício, em contraste, assinala a influência de um passado cujo poder indutor não tem qualquer outro fundamento lógico que não ele próprio”<sup>114</sup>.

Para este autor, “em uma sociedade destradicionalizadora, o principal inimigo da felicidade é a postura compulsiva. É uma sociedade que tende a estimular *vícios* – aqui entendido como força impulsora emocional ou motivacional que não é controlada pelo indivíduo” (GIDDENS, 1996:200,201).

Há algo em comum nestas duas percepções da noção de vício – a ausência de controle por parte do indivíduo. Enquanto a perspectiva da Souza

---

<sup>114</sup> GIDDENS, A. (1996: 201). **Para além da esquerda e da direita.**



Cruz estabelece uma dicotomia entre hábito e vício, vinculando este último a forças orgânicas despertadas por substâncias tóxicas e reservando ao primeiro termo a possibilidade de controle e escolha racional – na abordagem sociológica de Giddens a própria ordem destradicionalizadora da modernidade reflexiva se constitui como fonte estimuladora de compulsão, força impulsora emocional fora de controle, ou seja, vício. Para este último enfoque não seria equivocado, como é no primeiro, referir-se a gente “*viciada* em chocolate, computadores, novelas de TV e outras coisas”. *A modernidade destradicionalizadora de Giddens é reflexiva na medida em que entra em confronto consigo mesma, mas é irreflexiva na medida em que perde o autocontrole.*

No caso do tabagismo, o enfoque sociológico revela-se limitado e precisa, portanto, ser conectado ao da medicina – para distinguir-se entre as diferentes formas de vício, ainda que todas elas sejam compatíveis com a noção abrangente de *atividade compulsiva*.

Rosemberg, cuja obra comentei no capítulo 2 (2.1.2, letra “d”), esclarece que:

“Sendo a nicotina tóxica nem todos a toleram de imediato. Muitas pessoas, ao fumarem pela primeira vez, sentem palpitações, tonturas, náuseas, vômitos e sudorese, hipotensão, bradicardia e até lipotimias; com a continuidade adquirem tolerância e logo a seguir dependência. (...) Essa dependência é responsável pela *síndrome de abstinência* que ocorre em graus variáveis nos fumantes ao suspenderem abruptamente o tabaco; os sintomas mais freqüentes são: sensação de necessidade de fumar, inquietação, irritabilidade, depressão, nervosismo, fadiga, transtornos do sono, do ritmo cardíaco, constipação intestinal e dificuldade para concentração e realização de trabalhos, às vezes mesmo os mais automáticos. Finalmente, a dependência à nicotina se demonstra também pela sua injeção endovenosa, que faz desaparecer os sintomas da síndrome de abstinência.(...) Está provado que a dependência à nicotina se desenvolve mais rapidamente que ao álcool e certas outras drogas, como a heroína”<sup>115</sup>.

Henningfield relata vários estudos que confirmam as conclusões de Rosemberg. Entretanto, no que se refere à síndrome de abstinência, ele afirma

que somente em 1/3 dos fumantes a mesma ocorre em grau “considerável”. A tolerância é assim explicada pelo pesquisador :

“À medida que os cigarros são fumados ao longo do dia, os efeitos se tornam cada vez menores. E, quando o uso repetido de uma droga resulta em respostas decrescentes, tal fenômeno recebe o nome de *tolerância*. Ou seja: é preciso mais droga para produzir o mesmo efeito inicial. Isso explica por que os primeiros cigarros do dia causam maior aumento nos batimentos cardíacos e fortes efeitos psicológicos. (...) A tolerância se desenvolve quando o organismo se torna eficiente na eliminação da droga (tolerância metabólica). Pessoas que fumam há muitos anos eliminam a nicotina de seu organismo com muito mais eficácia do que não fumantes. A tolerância também ocorre quando as células nervosas passam a responder menos às doses de nicotina” (HENNINGFIELD, 1988:59).

Este autor relata que, nos estudos de auto-administração, voluntários humanos e cobaias animais tomam nicotina pela via intravenosa usando sistemas automáticos de injeção. Com base neste tipo de teste, é possível determinar se uma droga é importante por si só ou se outros fatores, sociais ou não, são necessários para que a dependência se configure. Henningfield conclui:

“Os estudos de auto-administração foram básicos para mostrar que a nicotina poderia funcionar como um reforço independente de outros fatores que acompanham o consumo de cigarros (sabor, satisfação oral e aprovação social). Os resultados dos estudos, tanto em pessoas como em animais, indicam que os efeitos biológicos da nicotina são suficientes para que ela própria funcione como reforço”. (...) Uma vez no cérebro, a molécula de nicotina funciona como uma chave que vai abrindo cadeados. Tais ‘cadeados’ são os chamados ‘receptores’ e estão localizados em células nervosas do cérebro que o conectam com tecidos musculares e com os vários outros órgãos do corpo. As drogas que agem como chaves são chamadas ‘transmissores’, já que ajudam a enviar informações de uma parte a outra do organismo. A nicotina tem uma ação complexa porque os receptores que ativa estão disseminados pelo corpo todo. (...) Um desses receptores se localiza nas glândulas supra-renais, cuja ativação provoca a liberação de adrenalina e de noradrenalina no organismo. Essas substâncias aumentam o batimento cardíaco e a pressão arterial, causando excitação. A cocaína também excita as supra-renais, e seu efeito sobre o cérebro é similar ao da nicotina (HENNINGFIELD, 1988: 55,56).

---

<sup>115</sup> ROSEMBERG, J. (1981:20). **Tabagismo - sério problema de saúde pública.**

Conforme antecipei no capítulo 2, ao tratar da obra de Henningfield (2.1.2, letra “I”), tais conclusões de testes laboratoriais não sugerem que os fatores socioculturais sejam insignificantes. Na realidade, propaganda, promoções culturais, pressão de grupo, tentativas de provar masculinidade ou independência são fatores que se somam aos efeitos biológicos na aquisição e na manutenção do vício. Parece-me, inclusive, que seja razoável concluir que *o fumante busca um contato com sua natureza interna*, e que esta tanto pode ser expressa na liberação de adrenalina ou noradrenalina, substâncias complexamente associadas na modernidade com um estilo de vida intenso, eletrônico, com a busca de fortes emoções, mas também com apatia, anomia e *stress*. (Logo mais adiante volto a tratar dos efeitos destas substâncias).

A indústria afirma que o consumo de tabaco tem “funções sociais e psicológicas positivas”. Embora seja um dos aspectos mais complexos do tabagismo, o fato é que existem alguns “benefícios” de curto prazo comprovados no ato de fumar – o que não significa que se possa validar, em hipótese alguma, antigas crenças sobre qualidades medicinais.

A compreensão dos efeitos “positivos” é fundamental para que se possa entender por que tantas pessoas fumam, por que o tratamento dos fumantes é difícil e por que a maior parte dos que param de fumar logo retoma o hábito ou vício. É importante também para que se evitem os preconceitos sociais contra os fumantes. Há, neste sentido, um campo de pesquisas socioculturais a ser desenvolvido, já que em certas sociedades, como a norte-americana, emerge uma cultura de intolerância contra fumantes.

Henningfield explica que, chegando na corrente sanguínea, a nicotina tem efeitos imediatos sobre diversos hormônios. Dois deles, em particular, têm sido objeto de estudos: a adrenalina (ou epinefrina) e a noradrenalina (ou norepinefrina). A primeira é liberada na corrente sanguínea quando a pessoa está ansiosa, estressada ou chateada. A segunda é liberada em alguns tipos de

estímulos intensos causados por excitação, exercícios, drogas antidepressivas, sexo, abuso de várias drogas e consumo de nicotina. Há inclusive algumas provas, escreve o pesquisador, de que os fumantes podem usar a nicotina para ajustar seus níveis de noradrenalina e, conseqüentemente, para auto-regular seu estado de espírito. Assim, conclui, não é de surpreender que as duas razões mais comuns alegadas pelos fumantes para justificar o consumo sejam “para estimulação” e “para reduzir o *stress*” (HENNINGFIELD, 1988:34,35).

Outro fator considerado “positivo”, relacionado particularmente ao aumento do consumo entre as mulheres (em especial as mais jovens) nas três últimas décadas do século XX, é o que se estabelece entre a absorção de nicotina e o controle de peso. Henningfield afirma que a nicotina diminui a eficácia com que o corpo extrai energia dos alimentos. Portanto, mais comida é eliminada antes de se transformar em gordura ou em músculos. Esta substância também reduz o apetite por alimentos que contenham carboidratos simples (doces) e “reduz a gula que freqüentemente ocorre como resposta ao *stress*” (HENNINGFIELD, 1988:36,37). Entretanto, a este respeito há controvérsias, já que o médico Robert Klesges, da Universidade de Memphis, afirma, depois de analisar entrevistas com sete mil pessoas, que quanto mais cigarros uma pessoa fuma – mais pesada ela se torna

116

Está claro para os pesquisadores que certas pessoas são mais suscetíveis que outras a adquirir o hábito de fumar, tornando-se ou não dependentes psico e fisiologicamente. Também está claro que a dificuldade de abandonar o tabagismo varia conforme o meio social, os recursos empregados, etc. O mesmo poderia ser dito em relação ao que se considera *síndrome de abstinência*.

Paralelamente à dimensão científica, percebe-se, particularmente depois da publicação dos documentos secretos da BAT e da B&W (ver 2.1.2, letra “m”), uma dimensão política (e jurídica) envolvendo todas estas questões. Ao analisarem os

documentos confidenciais da indústria, Glantz e sua equipe descobrem que a BAT já em 1963 sabia que a nicotina é uma substância viciante. Addison Yaman, vice-presidente e conselheiro da B&W em 1963, diz textualmente: “Moreover, nicotine is addictive. We are, then, in the business of selling nicotine, an addictive drug effective in the release of stress mechanisms” (GLANTZ *et al*, 1996:15) <sup>117</sup>. Embora a BAT continue sustentando publicamente que a nicotina apenas acrescenta sabor ao tabaco, em *The Cigarette Papers* as próprias análises da empresa concluem que *o papel da nicotina é agir sobre o cérebro*. Seu valor como ingrediente de sabor é *irrelevante* – exatamente o oposto do que diz a Souza Cruz, em 1996, ao distribuir o livreto *Fumo & Sociedade* à imprensa e aos seus próprios funcionários (SOUZA CRUZ, 1996: 22, 23).

É só em 1988 que o governo dos Estados Unidos consegue base científica para afirmar que a nicotina vicia. Depois disso, há intensa luta política e, em 1995, a FDA (*Food and Drug Administration*) propõe regras para proteger crianças do vício da nicotina. As razões para este tratamento especial às crianças são apontadas por Glantz: metade dos adultos fumantes começaram a fumar até os 14 anos de idade; 84% dos jovens fumantes entre 12 e 17 anos se dizem dependentes, enquanto de 74% a 90% dos fumantes adultos também estão viciados. São 17 milhões os estadunidenses que tentam abandonar o tabagismo a cada ano – o que representa mais do que um terço do total de fumantes –, *mas apenas um de cada dez obtém êxito* (GLANTZ *et al*, 1996: 59). O médico Michael Roizen, com base em pesquisas mais atualizadas, afirma que “dos 50 milhões de americanos que fumam, 70% querem parar e mais de um terço tenta, todo ano. Só cerca de 3% têm sucesso” <sup>118</sup>.

---

<sup>116</sup> INCa. “Fumar pode engordar”. (1997). Revista **Atualidades em Tabagismo**.

<sup>117</sup> Esta declaração consta em documento identificado por Glantz com o número 1802.05, p.4. YEAMAN, A. Implications of Battelle Hippo I & II and the Griffith Filter. Memo, July 17, 1963.

<sup>118</sup> ROIZEN, M.F. (1999:126). **Idade verdadeira**.

Em 25 de maio de 1988, a revista *Veja* divulga extensa reportagem intitulada “A química do vício”, na qual revela a principal conclusão do Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos: a nicotina tem um poder de gerar dependência tão grande quanto o de drogas como a heroína e a cocaína. Ao ser questionado a respeito, o então diretor de pesquisa da Souza Cruz, Ciriaco Siqueira responde: “O nível de *dependência* provocado pela nicotina é muito diferente do provocado por drogas pesadas”. A contradição da empresa é flagrante. Não há unidade nos discursos da cúpula.

Concluindo: o *marketing*, na sua face mais visível, a propaganda, pode ser considerado um relevante fator *desencadeante da experimentação*, da ativação do consumo, enquanto a tecnociência é melhor compreendida como fator de *consolidação do tabagismo*. No primeiro caso, a racionalização está expressa na adequação lógica entre pesquisa de mercado, produção, distribuição e comercialização (incluindo-se nesta última a publicidade indireta). No segundo caso, a racionalização aparece no controle da dosagem de nicotina, de aditivos e outras substâncias assimiláveis pelo organismo de tal maneira que a racionalidade e o autocontrole tornam-se parcialmente obliterados pela sensação de liberdade. A tecnociência, aqui, é um meio de exploração e degradação da natureza orgânica e psíquica dos cidadãos. *O tabagismo, portanto, é uma atividade compulsiva determinada por um conjunto de fatores interconectados e de mútuo reforço, ainda que independentes entre si. Além disso, estes fatores podem ser contraditórios entre si e variáveis conforme aspectos bioquímicos e/ou genéticos e também culturais, sociológicos e históricos.*

Esta definição de tabagismo tem correspondência com o *paradigma da complexidade*. Sinteticamente, ressalto que este concebe a *unidualidade* (natural e cultural, cerebral e psíquica) da realidade humana, ou seja, trata-se de um paradigma complexo-dialógico de implicação, distinção e conjunção simultâneas entre o homem e a natureza. Com isto descartam-se concepções deterministas (nas quais se exalta a ordem), materialistas (nas quais reina a matéria),

espiritualistas (sob o domínio da categoria espírito) e estruturalistas (que privilegiam as estruturas) <sup>119</sup>.

Do ponto de vista sociológico, a definição complexa de tabagismo implica em considerá-lo uma parte significativa do processo de autoconfronto (ou reflexividade) social da modernidade, no qual há um choque de valores e leituras sobre o corpo e o *self*, sobre a natureza e o espírito, sobre a liberdade do sujeito e a influência das estruturas sociais no que se refere à saúde e à doença. A tecnociência favorece múltiplas leituras mecanicistas do corpo, o que obstaculiza uma abordagem da complexidade existente na relação cérebro-mente-sociabilidade. E é justamente nesta relação que o tabagismo se desenvolve, particularmente entre os jovens e com todo o apoio da tecnociência controlada pela indústria.

#### 5.7. Tecnociência ou tecnofraude?

Neste tópico apresento casos de controvérsia tipicamente tecnocientífica que, globalizando-se por intermédio da mídia, faz entrar em choque valores culturais e econômicos, e assim complexificando a relação tabaco-tabagismo. Refiro-me ao uso de amônia e de outras substâncias como aditivo nos cigarros e, também, ao fumo “supernicotinado”. Meu propósito aqui não é avançar sobre áreas que estão fora de meu alcance, como a química e a genética, mas apontar para a possibilidade de uso da tecnociência como tecnofraude. Não se trata portanto de chegar a respostas conclusivas do ponto de vista técnico, mas de destacar alguns casos a respeito dos quais a simples manifestação de especialistas na mídia interfere na imagem pública da indústria, embora as repercussões sociopolíticas sejam bem diferenciadas em cada país, de acordo com o nível de organização da sociedade civil e particularmente das ONGs

---

<sup>119</sup> MORIN, E. (1991:188). **O método. Vol. IV. As idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização.**

antitabagistas, ou seja, do grau de consistência dos vínculos que se estabelecem no que denomino *rede antifumo multifragmentária* (conforme capítulo 4).

a) Mistura de substâncias químicas. Em 29.05.1996, a revista *Veja* publica a seguinte manchete: “Cigarro: a indústria mistura amônia no tabaco para aumentar a dependência dos fumantes”. A fonte da informação é uma pesquisa encomendada pelo Instituto Nacional do Câncer (INCa) ao laboratório canadense Labstat. “Com esse relatório, agora podemos afirmar que o cigarro está mesmo sofrendo manipulação química. A amônia libera mais nicotina para o fumante. É o mesmo princípio da acetona utilizada na cocaína”, declara o médico Marcos Moraes, então diretor do INCa. A Souza Cruz reconhece que emprega amônia no processamento do cigarro e admite que os níveis apurados pelo relatório do Labstat são corretos. Leopoldo Caruso, gerente do departamento de pesquisa, diz que, da folha do tabaco para o cigarro, há uma perda enorme dos teores naturais de amônia. Essa diferença seria adicionada para que patamares naturais fossem restabelecidos, a fim de realçar o aroma e o sabor. (Logo mais voltarei aos efeitos da amônia).

Segundo o estudo do Labstat, os teores de nicotina dos cigarros brasileiros estão no mesmo patamar dos de outros países, variando de 1,40 miligrama por cigarro na marca Derby KS a 0,98 miligrama no Free. Pode parecer pouco, escreve a repórter Virginie Leite, “mas é de duas a três vezes mais do que o necessário para gerar dependência”<sup>120</sup>.

A tecnociência aplicada à nicotina, a julgar pelo que diz o engenheiro químico Channing Robertson, da Universidade de Stanford, explica boa parte do sucesso do cigarro Marlboro. Ele e um especialista da Clínica Mayo testemunharam em favor do Estado de Minnesota, em processo judicial contra as indústrias de cigarro, em fevereiro de 1998. O uso de compostos de amônia foi considerado “o segredo de Marlboro”. Em meados da década de 1970, a



R.J.Reynolds tentou sem sucesso descobrir por que sua principal marca de cigarro, Winston, estava perdendo mercado para o Marlboro, da Philip Morris. O mesmo ocorria com outras companhias. Mas, segundo um documento da Brown & Williamson de 1989, “o segredo de Marlboro é a amônia”. Cientistas da Reynolds descobriram que a Philip Morris começou a usar tabaco aditivado com amônia em 1965, aumentando o uso da substância até 1974 – período que estaria relacionado ao crescimento das vendas da empresa <sup>121</sup>.

A absorção da nicotina da fumaça do cigarro pelo fumante relaciona-se diretamente à acidez ou à alcalinidade do tabaco. Um tipo de fumo ácido e com baixo nível de amônia natural (por exemplo, o Virgínia) pode ser muito rico em nicotina mas, sob o efeito da acidez, libera uma quantidade pequena da substância no organismo do fumante. O inverso acontece com um tabaco mais alcalino (por exemplo, o Burley) – mesmo variedades pobres deste liberam mais nicotina no corpo, porque produzem mais amônia naturalmente durante o processo de secagem ao ar livre. A adição de amônia ao cigarro durante o processamento industrial reduz a acidez do fumo, tornando-o mais alcalino e, portanto, faz com que o mesmo libere mais nicotina. Como no Brasil predomina em 85% a produção de fumo Virgínia seria lógico que os cigarros aqui produzidos tivessem uma pequena quantidade de amônia, mas não é isso o que acontece. O Labstat comparou marcas canadenses produzidas com fumo do tipo Virgínia com marcas produzidas no Brasil. Resultado: enquanto as do Canadá têm 8,9 a 9,8 milionésimos de grama de amônia por cigarro, as do Brasil variam entre 13,2 e 15. As marcas mais consumidas pelos brasileiros têm altas doses de amônia: Derby (15), Free (14,2), Hollywood (13,2), Dallas (14), Marlboro (13,2). As três primeiras são da Souza Cruz, as duas últimas – da Philip Morris (LEITE, 1996).

---

<sup>120</sup> LEITE, V. (1996). “O segredo do cigarro turbinado”. Revista **Veja**.

<sup>121</sup> ASSOCIATED PRESS (1998). “Especialistas dos EUA confirmam uso de amônia em cigarro Marlboro”. Jornal **O Estado de São Paulo**.

De acordo como os especialistas esta técnica também foi usada para *garantir a dependência* à medida em que as legislações antitabagistas forçavam a redução dos teores de alcatrão e nicotina (ASSOCIATED PRESS, 1998).

Na combinação do *marketing* sobre cigarros suaves, com baixos teores – *light, ultralight* – com a tecnociência aplicada à nicotina, à amônia e a outras substâncias a indústria, ao que parece, encontrou a fórmula para conquistar jovens e particularmente as mulheres, na medida em que a idéia de suavidade incita à experimentação. A propósito do alcatrão, Henningfield denuncia:

“Os índices oficiais norte-americanos de alcatrão, muitas vezes impressos nas próprias embalagens de cigarros, não representam a quantidade de alcatrão contida no tabaco e nem mesmo na fumaça. Eles apenas reproduzem as quantidades retidas em máquinas de fumar. Os índices podem ser úteis para a comparação entre as marcas, mas enganam as pessoas que pensam estar consumindo menos alcatrão fiando-se exclusivamente no que está escrito nas embalagens. (...) Ele causa vários tipos de câncer em animais de laboratório. Ao mesmo tempo, suas ínfimas partículas obstruem os alvéolos pulmonares causando problemas respiratórios como enfisema. (...) muitos fabricantes reduziram o teor de alcatrão, num esforço de conseguir produtos mais ‘saudáveis’. Infelizmente, o alcatrão é fundamental para o sabor dos cigarros e para a satisfação que se obtém ao fumar. Assim, quem fuma cigarros de baixos teores acaba inalando a fumaça mais profundamente, como forma de atingir a satisfação, o que põe por terra as vantagens desse tipo de cigarro” (HENNINGFIELD,1988:20).

Pesquisadores do Instituto Mario Negri, de Milão, estudaram casos de câncer de pulmão na Suíça entre 1974 e 1994 (total de 7.423 registros). Na conclusão disseram que fumar cigarros de baixo teor reduz o risco de cânceres nas vias respiratórias principais, mas *umenta o risco de tumor* nas periféricas. No total, a taxa de cânceres no pulmão aumentou 3,4% durante o período estudado <sup>122</sup>.

Henningfield explica que na engenharia do cigarro os fabricantes controlam uma ampla gama de fatores: manter o cigarro aceso entre as baforadas, reduzir o

desperdício de tabaco, alterar o sabor do fumo e controlar as quantidades de substâncias (alcatrão e nicotina) medidas pelos órgãos governamentais. Costuma-se adicionar fosfatos ao papel para garantir uma queima constante. Vários aditivos estão presentes no próprio tabaco. Açúcares, xaropes, licores, bálsamos, extratos de frutas, óleos mentolados, coca, substâncias aromáticas e aditivos sintéticos também são utilizados para controlar o sabor, além do próprio tipo de tabaco e dos processos de curtição. Uma grande variedade de outras substâncias é adicionada nos múltiplos estágios de processamento (HENNINGFIELD, 1988:26,27).

O Ministro da Saúde, José Serra, respondendo a um questionário que lhe enviei, informa que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em julho de 1999, passou a cobrar das indústrias do setor relatórios periódicos contendo resultado das análises dos vários compostos tóxicos presentes na fumaça dos cigarros <sup>123</sup>.

A tecnociência, a serviço do segredo industrial, tem avançado sem considerar as inter-retro-ações e interações sistêmicas ou auto-eco-organizacionais dos seres vivos, ou considerando-as apenas no sentido de estimular um consumo mais obsessivo de nicotina e das milhares de toxinas que a acompanham. Assim, ainda que sejam relevantes os relatórios técnicos exigidos pelo governo federal, é preciso considerar a limitação dos mesmos pelo paradigma disjuntor-redutor subjacente à tecnociência. A revista *Trip*, com o apoio do departamento de química da Universidade de São Paulo, divulga parte destas substâncias, que são encontradas em diversos produtos de limpeza, pilhas, veneno para ratos, etc <sup>124</sup>. (Veja-se box logo adiante).

A própria análise tecnocientífica dos componentes do cigarro sugere que a industrialização destes produtos é insustentável. Sob o paradigma dominante, vincula-se a critérios mercadológicos, enquanto que, sob o paradigma emergente,

---

<sup>122</sup> DAY, M. (1997). "A ilusão dos baixos teores". **Folha de São Paulo**.

<sup>123</sup> Resolução número 320, de 22 de julho de 1999, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Correspondência do Ministro José Serra datada em 09.12.1999.

<sup>124</sup> Revista **Trip**, número 67, pp. 58 e 59, dezembro de 1998. "Chemical brothers".

apresenta-se como um elemento indispensável porém insuficiente para desequilibrar o conflito entre as redes em favor da rede multifragmentária.

A seguir, sintetizo documento da USP publicado pela revista *Trip*:

### Box 10: Algumas substâncias químicas contidas nos cigarros

Amônia (NN3): Produto usado em limpeza de azulejos. É corrosiva para o nariz e para os olhos. Vicia. Facilita a absorção de nicotina pelo organismo.

Propilenogoglicol (C3H8O2): Usado em desodorantes. Faz a nicotina chegar ao cérebro. Também utilizado como umectante para hidratar o tabaco.

Acetato de chumbo [PB (CH3CO2)2]: Presente na fórmula de tinturas para cabelo, como o Grecin 2000. Cancerígeno e cumulativo no organismo. Banido da gasolina.

Formol (CH2O): Conservante de cadáver. Nos vivos, provoca câncer no pulmão, problemas respiratórios e gastrointestinais.

Pólvora: Libera partículas cancerígenas quando queimada. Facilita a combustão do cigarro e a produção de uma fumaça suave. Provoca tosse, falta de ar e irritação das vias respiratórias.

Methoprene: Inseticida usado em antipulgas. Provoca irritações na pele e lesões no aparelho respiratório.

Cádmio (Cd): Usado em pilhas e baterias. Metal altamente tóxico e cumulativo no organismo. Causa danos nos rins e no cérebro. Corrói o trato respiratório, provoca perda de olfato e edema pulmonar. Leva até 20 anos para ser expelido.

Naftalina (C10H8): É usado para matar baratas. Gás venenoso sintetizado em forma de bolinhas. Provoca tosse, irritação na garganta, náuseas, transtornos gastrointestinais e anemia.

Fósforo (P4 ou P6): Usado na preparação de veneno para ratos, como o Racumin.

Acetona (C3H6O): Usado em removedor de esmalte. Entorpecente e inflamável. Irrita a pele e a garganta, dá dor de cabeça e tontura.

Terebentina: Usado para diluir tintas a óleo e limpar pincéis. Tóxico extraído de resina de pinheiros. Inalação irrita olhos, rins e mucosas. Pode provocar vertigem, desmaios e danos ao sistema nervoso.

Xileno (C8H10): Presente em tintas de caneta. Inflamável e cancerígeno. Inalação irrita olhos, causa tontura, dor de cabeça e perda de consciência.

Butano (C4H10): Gás de cozinha. Mortífero e altamente inflamável. Quando inalado, substitui o oxigênio no pulmão e é bombeado para o sangue. Causa falta de ar, problemas de visão e coriza.

b) Fumo “supernicotinado” ou “fumo louco”, como ficou conhecido na imprensa, é um capítulo inacabado da história da Souza Cruz e da Brown & Williamson, ao contrário do que parece. A abordagem a seguir é resultante da análise e do confronto de 33 reportagens publicadas nos maiores jornais brasileiros, além das matérias originais da Associated Press.

Houve dois momentos de debate público envolvendo Brasil e Estados Unidos, um em 1994 e outro em fins de 1997 e início de 1998. Em 1994 houve uma polêmica na imprensa brasileira derivada de uma denúncia do então diretor

da *Food and Drug Administration* (FDA), David Kessler, segundo o qual a Souza Cruz teria exportado uma variedade de tabaco codificada como Y-1, com 38% (ou mais) de nicotina acima da média, a pedido da B&W <sup>125</sup>. Os números do teor da Y-1 citados na mídia foram 5,27% e 6,2% (contra a média de 2,96% e 2,95%).

As questões mais relevantes sobre o caso penso que são as seguintes: a) Por que a B&W teria encomendado a tal variedade e justamente para a Souza Cruz? b) Como surgiu e desenvolveu-se o projeto nos EUA, antes de chegar ao Brasil? b1) Houve alteração genética e ilegalidade no processo? c) Há probabilidade de ainda estar sendo produzido a Y-1 ou variedades descendentes do mesmo no Brasil?

a) O interesse da B&W abertamente expresso em diversas manifestações públicas era vencer a concorrência. À primeira vista poderia parecer que a idéia seria simplesmente lançar no mercado cigarros com alto teor de nicotina e assim conquistar um maior número de consumidores. Mas a empresa rejeita esta hipótese. Na realidade, como ficou claro em mais de uma versão de especialistas, o fumo supernicotinado permite ao fabricante utilizar pequenas doses com alto teor misturado a outros tipos mais baratos e de baixos teores, obtendo com isso uma redução de custos e uma enorme gama de possibilidades de combinações. A produtividade do Y-1 é bem maior do que a das variedades comuns não somente por seu teor de nicotina, mas também pelo tamanho e volume das plantas.

A B&W optou por encomendar o cultivo à Souza Cruz porque nos Estados Unidos o governo estabeleceu que os teores de nicotina nas folhas deveriam ficar entre 2 e 4%, diz o repórter Todd Lewan, da Associated Press, na matéria que deu início ao segundo debate público, ao ser enviada aos jornais sob o título “Brazil’s Secret: Crazy Tobacco”, em 20.12.1997. Segundo o presidente da B&W

---

<sup>125</sup> LAVORATTI, L. (1994) “Governo pode proibir tabaco supernicotinado”. **Folha de São**.

em 1994, Thomas Sandefur Jr., em depoimento no Congresso norte-americano, o projeto foi deslocado para o Rio Grande do Sul para evitar que a concorrência nos EUA tivesse conhecimento do mesmo e porque as condições climáticas da região sul do Brasil são boas <sup>126</sup>. Acrescento que além destas também foram relevantes as condições culturais e sociopolíticas, por tudo o que já foi visto neste e nos capítulos anteriores. A fragmentada organização da sociedade civil brasileira em relação ao tabagismo, e a ampla hegemonia dos valores economicistas (produtivismo, consumismo) sobre a ética pública, em combinação com a credibilidade conquistada pela Souza Cruz junto às elites brasileiras, pesaram, a meu ver, como fatores relevantes.

b) Como surgiu e desenvolveu-se o projeto nos EUA, antes de chegar ao Brasil? b1) Houve alteração genética e ilegalidade no processo? Em 1976, o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) tentava desenvolver um tipo de cigarro “mais seguro”, especialmente a partir de uma variedade de fumo com baixo teor de alcatrão. As indústrias sabiam como reduzir quimicamente este teor, mas no processo viam-se na contingência de também ter que remover muito do teor de nicotina. James F. Chaplin, um dos criadores do Laboratório de Pesquisa em Tabaco do Departamento de Agricultura, sugeriu que a solução seria gerar uma variedade com alto teor de nicotina, de tal forma que a redução do teor de alcatrão deixasse a planta com nicotina suficiente – não é preciso dizer para quê. Com um projeto de cerca de dois milhões de dólares, Chaplin cruzou diversas variedades de fumos selvagem e comercial, utilizando como área de teste as terras de Hubert Hardison – que trabalhava para uma empresa filiada à Brown & Williamson. Ao final, foram descartadas todas as variedades, com exceção de duas, nomeadas como Y-1 e Y-2, com teor de nicotina entre 4 e 5 %. Sementes da primeira foram levadas por Hardison para a B&W e desta para uma empresa de biotecnologia, a DNA Plant Technology (DNAP), que utilizou técnicas conhecidas como fusão de protoplasma e escolha híbrida para alterar

---

<sup>126</sup> LINS DA SILVA, C.E. (1994). “Indústria nega elevação do teor de nicotina”. **Folha de São Paulo**.

geneticamente a planta e elevar ainda mais o teor de nicotina da Y-1. De fato, obteve-se um teor de 6,2% <sup>127</sup>. Com este percentual a semente não poderia ser produzida legalmente para fins comerciais nos EUA. Nem exportada, a não ser para fins experimentais, e assim mesmo seria preciso uma autorização especial do USDA (embora tal exigência tenha sido eliminada da legislação em 1991, com o *lobby* das indústrias de tabaco). A remessa das amostras ao Brasil foi ilegal, confessou um antigo diretor da B&W, Jefferey Wigand (LEWAN, 1997).

O cultivo das variedades Y-1 e Y-2 teve início no Brasil em 1983, afirma a Associated Press, com base nas informações do agrônomo Arcângelo Mondardo, que trabalhou no projeto pela Souza Cruz entre 1983 e 1992. Em 1987, a empresa abandonou a experimentação da Y-2 e continuou com a Y-1. Mas havia o risco de as plantas serem roubadas pelos concorrentes. A B&W não podia patentear a Y-1, já que a lei norte-americana somente permitia patentes para espécies alteradas pela recombinação de DNA, uma técnica que não foi usada no desenvolvimento da Y-1 (LEWAN, 1997). A Souza Cruz e a empresa de biotecnologia DNAP passaram a estudar conjuntamente soluções para o problema. No Brasil, cruzaram-se variedades com o objetivo de criar versões mais robustas e resistentes da Y-1. Centenas foram criadas, cada uma com um número ou código secreto. Um dos objetivos era “melhorar nossas próprias variedades”, disse Volnei Sens, pesquisador da Souza Cruz (LEWAN, 1997).

Até 1990, agricultores foram orientados a produzir experimentalmente as novas variedades híbridas. Em 1991, Souza Cruz e DNAP obtiveram sucesso na produção de variedades estéreis de Y-1 – plantas que não poderiam ser reproduzidas sem a adição de pólen artificial. Estava conquistada a garantia de exclusividade. Em setembro de 1991, a B&W solicitou patente (que lhe foi negada), declarando que a DNAP havia usado a técnica de DNA recombinante

---

<sup>127</sup> Quanto às técnicas utilizadas pela empresa de biotecnologia, escreve Todd Lewan: “(...) scientists used state-of-the-art breeding techniques, including process known as

para mapear os genes da Y-1 (LEWAN, 1997). Entre 1990 e 1994, a Souza Cruz enviou 3.570 toneladas de Y-1 para a B&W, mas garantem seus diretores que depois as lavouras com Y-1 foram destruídas e que as denúncias confundiram esta variedade com outras parecidas, como a K 326 LF, legalmente permitidas e com teores de nicotina menores do que a Y-1 <sup>128</sup>.

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos, em 08.01.1998, obteve a confissão da empresa DNAP, que declarou-se culpada por ter tramado com a B&W a criação de uma nova espécie de fumo com duplo teor de nicotina. O objetivo da iniciativa, que constava no contrato entre a BAT e a DNAP, era alterar a composição química da planta e assim isentar a fábrica de algumas regulamentações oficiais <sup>129</sup>.

c) Há probabilidade de ainda estar sendo produzida a Y-1 ou variedades descendentes do mesmo no Brasil? Em 13.02.1998, a Associated Press (AP) fez outra denúncia, a de que a B&W continuou usando o fumo com semente geneticamente alterada e com o dobro de nicotina depois de 1994, embora tenha dado a experiência por encerrada. A revelação partiu de um diretor da B&W, Roger Black, em depoimento à Suprema Corte Judicial dos EUA. A variedade Y-1 foi usada (ou ainda estaria sendo utilizada?) em pequenas doses em certas marcas de cigarro, como Raleigh, Richland, Prime, Viceroy, Pall Mall, Lucky Strike and Summit. Algumas, exportadas para a Ásia, Europa e Hong Kong contêm ou continham 6% de nicotina. A AP afirma em 1998 que o público tem sido enganado e que a B&W continua usando a Y-1 como mistura para controlar a dosagem de nicotina e atender a diferentes gostos dos consumidores. Além disso, diz que a

---

protoplast fusion and hybrid sorting, to genetically alter the Y-1 strain". In: LEWAN, T. (1997). "Brazil's secret: crazy tobacco". **Associated Press**.

<sup>128</sup> MITCHEL, J. (1998). "Souza Cruz diz ter cultivado superfumo". **Jornal do Brasil**.

<sup>129</sup> PASSOS, J. M. (1998). "Justiça dos EUA processa empresa por contrabando de tabaco para o Brasil". **O Globo**.



produção de fumo supernicotinado nunca parou no Brasil <sup>130</sup>. A Souza Cruz admitiu que a Y-1 foi entregue para cultivo a 922 agricultores *sem que os mesmos soubessem o teor de nicotina das plantas que estavam produzindo*, entre 1990 e 1994 <sup>131</sup>. Embora a denúncia da FDA em 1994 tenha provocado alarme geral e os diretores da Souza Cruz tenham garantido que toda a produção foi exportada, sendo as sementes restantes incineradas, resta ainda a suspeita de que o cultivo de variedades do chamado “fumo louco” tenha se tornado “um bom negócio para todos”, na medida em que *os agricultores viram seus rendimentos duplicar* e que empresários, sindicalistas, políticos e técnicos fazem “vistas grossas” <sup>132</sup>. O agrônomo Sebastião Pinheiro resume o caso da seguinte maneira: “A Souza Cruz fez uma experiência com o Y-1 e perdeu o controle da situação. Hoje o NF e o LF são descendentes diretos desse supernicotinado e, portanto, estão fora da lei”. A empresa rejeita esta explicação, afirmando que não há prova de alguma relação técnica entre Y-1 e as outras duas variedades de tabaco (WAGNER, 1998 a). Os interesses econômicos de prefeitos, agricultores, sindicalistas, empresários e inclusive do Ministério da Agricultura contribuíram fortemente para minimizar o espectro de uma “tragédia econômica”, segundo a expressão do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag) <sup>133</sup>. A própria imprensa, ao tomar conhecimento da relevância do cultivo de fumo para centenas de municípios gaúchos, encarregou-se de minimizar o espaço dado ao tema, que caiu no esquecimento.

Por fim, cabe acrescentar que, em 1996, Pinheiro e outros cientistas levantaram a suspeita de haver uma relação entre o alto número de suicídios constatado entre fumicultores de Venâncio Aires e o uso de inseticidas organofosfóricos no cultivo do Y-1. Mas as investigações neste sentido não foram

---

<sup>130</sup> LEWAN, T. (1998a). “‘The public has been duped’. B&W still using high-nicotine leaf”. **Associated Press**; LEWAN, T. (1998b). “Brown & Williamson’s secret export: cigarettes with high-nicotine tobacco”. **Associated Press**.

<sup>131</sup> JOCKYMAN, A. (1998). “Souza Cruz admite que produziu ‘fumo louco’ para exportação na região sul”. **O Globo**.

<sup>132</sup> WAGNER, C. (1998 a). “Universidade vai examinar fumo”. **Zero Hora**.

<sup>133</sup> WAGNER, C. (1998 b). “A denúncia que correu o mundo”. **Zero Hora**.

levadas adiante, pelo que sei. Houve inclusive solicitação e aprovação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional sobre as questões relativas à indústria de tabaco, mas a mesma não foi levada adiante por força do *lobby* empresarial e falta de apoio do PPB (Partido Progressista Brasileiro), segundo admitiu o deputado federal Cunha Bueno (PPB), em depoimento na Audiência Pública realizada na Câmara dos Deputados em 08.05.1997 <sup>134</sup>.

Este tópico remete diretamente à questão central, sobre as *estratégias de modernização e crescimento global da indústria, considerando-se o contexto brasileiro dos anos 90 e a epidemia mundial de tabagismo*. O caso do fumo supernicotinado exige uma abordagem conjunta da produção e dos efeitos do consumo de tabaco num contexto global, algo que no Brasil tem sido evitado nas pesquisas acadêmicas por motivos que já examinei (capítulo 2). A cumplicidade da Souza Cruz com a Brown & Williamson, sob a coordenação da BAT, permite compreender o sentido das estratégias ideológicas e das práticas que viabilizam o chamado sistema integrado de produção, bem como a relação deste com a epidemia mundial de tabagismo.

Como conclusão deste capítulo, ressalto que a ambigüidade institucional da Souza Cruz cresce na medida em que se amplia a distância entre sua política cognitiva ou imagem projetada e a sua imagem socialmente decodificada. Embora a corporação se empenhe em apresentar-se como moderna, sustentável e socialmente coerente, sua imagem pública é recebida e reelaborada pelo público com base na contrapropaganda do Ministério da Saúde, nas críticas ambientalistas e no noticiário antitabagista que se globaliza. Conforme a análise deste capítulo, pode-se concluir que a industrialização e o consumo de tabaco

---

<sup>134</sup> “O deputado Elias Murad e eu temos um requerimento para se formar uma CPI e, por incrível que pareça, o único partido que não indicou ainda os membros para compô-la, e por isso a CPI não pode existir, foi o meu partido, o PPB”, informou o deputado Cunha Bueno, logo depois de declarar: “não conheço lobby mais poderoso que os das companhias de cigarro”. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1997 (24).

são insustentáveis, na medida em que implicam a degradação da natureza em suas múltiplas dimensões – ecossistêmica, cerebral e psicossocial.

A tecnociência aplicada à nicotina, a publicidade direta e indireta, os programas Hortas Escolares e Clube da Árvore, a política ambiental, a reação contra o antitabagismo e a relação com os fumicultores constituem peças de uma dinâmica *rede estratégica*, que vincula instrumentalmente, mas de forma crescentemente complexa, o espaço-tempo do corpo-cérebro, do local, do regional, do nacional e do global.

A crise dos Estados-nações paralela à globalização econômica, a 3ª revolução industrial (tecnologia da informação), o mercado financeiro, a montagem e administração do sistema integrado de produção na região sul do Brasil, a despolarização ideológica leste-oeste (com abertura de novos mercados), os “anéis burocráticos” entre empresariado e governantes brasileiros (conforme visto no capítulo 3), o caráter fragmentário da oposição dos grupos antitabagistas e antifumo constituem o substrato para o êxito, ainda que carregado de incertezas (devido à crise quanto ao ritmo de crescimento), das estratégias de *marketing* e tecnocientíficas da Souza Cruz.

As redes estratégica e multifragmentária sobrepõem-se e confrontam-se. Nas conclusões gerais deste trabalho apresento uma figura que ilustra tal sobreposição e conflito, fazendo uma breve reflexão a respeito.

## CONCLUSÕES

Para colocar em relevo as conclusões desta tese articulo e sintetizo conclusões parciais, além de conceitos nucleares. Faço, além disso, uma reflexão sobre o confronto das redes estratégica e multifragmentária, a partir da figura 11, e apresento algumas sugestões de idéias sobre novas pesquisas.

O objetivo central deste estudo foi o de explicar as estratégias de modernização e crescimento global da indústria de tabaco (com destaque para BAT-Souza Cruz), considerando-se o contexto brasileiro dos anos 90 e a chamada epidemia mundial de tabagismo. Um enfoque transdisciplinar socioambiental foi adotado neste trabalho na medida em que constatei uma grande distância entre as abordagens da produção e dos efeitos do consumo. Nota-se que, quanto à primeira, predominam enfoques direta ou indiretamente vinculados ao marxismo, enquanto que sobre o consumo predominam análises biomédicas e epidemiológicas, e a partir destas últimas percebe-se um diálogo embrionário entre ciências naturais e ciências sociais. Além disso, há um conjunto de obras de perfil doutrinário que: a) estabelecem a relação tabaco-tabagismo (caso das publicações da Abifumo e da Afubra), o que via de regra não consta na produção acadêmica sobre fumicultura; b) estão fundamentalmente vinculadas ao *fetichismo da mercadoria*, fazendo abstração das relações produtivas.

Quanto à dinâmica histórica, ressalto que, das origens do consumo entre indígenas até o fim do primeiro período do capitalismo, houve uma diversificação nas formas tanto de produzir quanto de consumir derivados de tabaco, com a incorporação e transformação das formas indígenas pela cultura moderna. Enquanto na tradição indígena o ritual de intoxicação aguda é central – na modernidade, com a eliminação do mesmo, emerge o mito, alimentado pela publicidade empresarial, que vincula valores como liberdade, carisma e poder ao consumo de cigarros e charuto. A história da indústria de cigarros não deveria, portanto, ser confundida com a mera transformação pragmático-econômica da produção e do consumo feita por povos não urbanizados.

Se no primeiro período do capitalismo (e portanto do teste histórico das promessas da modernidade) há uma diversificação das formas de produzir e consumir tabaco, no segundo período, com a decisiva produção industrial do cigarro desde a invenção da máquina para confeccioná-lo (1881), houve um processo contrário, de uniformização e também de disseminação massiva do consumo, além de produção cada vez mais predatória, com o uso de estufas para secagem do tabaco – como no *sistema integrado* no sul do Brasil. Acentua-se concomitantemente a concentração do setor fumageiro. A busca de controle tecnocientífico de uma tradicional fonte de matérias-primas transforma a microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul e o referido *sistema integrado* em peças do tabuleiro de estratégias da BAT. A degradação ambiental, na maior parte do século XX, é vista como preço do progresso e o industrialismo como pré-condição do mesmo. A BAT/Souza Cruz soube lidar com o anseio de nacionalismo, particularmente no Brasil entre 1930 e meados dos anos 60. A democracia populista (e o correspondente modelo de substituição de importações, preconizado por Vargas e por grupos de esquerda) não apresentou qualquer restrição à degradação ambiental provocada pelo industrialismo no país, e em particular no caso da agroindústria fumageira.

Entre o final do segundo e a transição para o terceiro período do capitalismo, por volta da década de 1960, multiplicam-se as pesquisas que constatarem doenças tabaco-associadas e um número crescente de mortes decorrentes destas. A intoxicação crônica (por meio de cigarros), que substituiu a aguda, revela-se então uma fonte de epidemia de doenças crônico-degenerativas. Manifestava-se, assim, entre o setor de saúde e o fumageiro, um sinal do autoconfronto da modernidade.

Diversas estratégias, legais e ilegais, reativas e pró-ativas, são elaboradas pelos industriais do setor, visando defesa do mesmo, contra-ataque e criação de novos espaços. É notável a sua capacidade de resposta criativa aos antitabagistas – como na formulação de filtro para cigarros – e a formação de alianças estratégicas intra e extra-setorial, inclusive intra e extra-nacional e intra e

extra-classe dominante. Afirma-se, neste processo, a forma de *rede estratégica* de atuação.

Cabe destacar que o segundo período contém várias transformações do Estado-nação, crescentemente associado aos grandes monopólios privados, afirmando-se finalmente como *Welfare-State* após a 2<sup>a</sup> Guerra. Este processo também inclui a industrialização da ciência e a constituição da tecnociência, apropriada e desenvolvida nas universidades em geral e especialmente nos laboratórios de P&D das empresas multinacionais.

Compreendo a tecnociência, acompanhando a obra de Morin, como manifestação mais visível do paradigma disjuntor-redutor, que emerge concomitantemente à gestação do paradigma sociocultural da modernidade, entre os séculos XVI e XVIII. Tal paradigma não permite pensar a unidade na diversidade ou a diversidade na unidade, só permite pensar unidades abstratas ou diversidades também abstratas, porque não coordenadas. O paradigma da complexidade emerge a partir das falhas (lacunas) e simplificações do paradigma dominante, tendo como um dos princípios centrais a idéia de *associar sem fundir, distingüindo sem separar* áreas ou disciplinas do conhecimento.

O terceiro período do capitalismo, ainda em processo de formação, caracteriza-se, para dizer o mínimo, pela transnacionalização da economia e por uma confluência de crises: a) do *Welfare-State*; b) ecológica, geossistêmica, planetária; c) crise global da idéia de revolução social, com preponderância da filosofia e da prática política neoliberais. A este terceiro período corresponde (nos países periféricos e semiperiféricos) o processo de modernização e também, crescentemente, o da globalização, em suas múltiplas dimensões (destaco a econômica e a cultural). A teoria do sistema global, de Sklair, me permite focalizar as CTNs como forças predominantes, dentro da classe capitalista transnacional e da cultura-ideologia do consumismo. A complexidade do sistema global, entretanto, contém forças diversas: a) o protecionismo dos países ricos, que emerge dentro do capitalismo global, mas sob a forma de interesses nacionais opostos aos do sistema; b) o movimento ambientalista, à margem do sistema

capitalista global e que representa o maior desafio contemporâneo a este, além dos movimentos da esquerda libertária e da direita autoritária.

Neste terceiro período acentua-se em parte o mesmo padrão do período anterior, mas complexificando-se o processo de crescimento das CTNs do tabaco, com declínio de alguns mercados nacionais e com a emergência das estratégias e práticas transnacionais – no que a BAT/Souza Cruz foi vanguardista. Uma amostra da complexidade e da diversidade das transformações do setor é o que ocorre no Brasil, em particular na região sul, em termos socioambientais e sanitários.

No processo de globalização econômica, as CTNs redefinem suas estratégias de *marketing*, articulando e racionalizando as várias etapas da cadeia produtiva, incluindo localização das unidades de produção em regiões estratégicas (com vantagens comparativas), modernização tecnológica à base de tecnociência, política de preços, relação com fornecedores, logística de distribuição, publicidade direta e indireta, além das alianças acima referidas. As estratégias de *marketing* global incluem uso intensivo de tecnologias de comunicação, vinculando produção e consumo a partir de resultados de pesquisas de mercado. O *marketing*, entretanto, pode ser concebido como parte de uma política cognitiva.

Guerreiro Ramos observa que os padrões cognitivos, exigidos nas transações típicas do mercado, transformaram-se em políticas de cognição. Define política cognitiva como uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção.

Entendo que a tecnociência, fundada no paradigma disjuntor-redutor, e o *marketing*, fundado na política cognitiva do mercado, são componentes da cultura-ideologia do consumismo e instrumentos centrais na formulação de estratégias das CTNs de tabaco.

A idéia marxista de *fetichismo da mercadoria* é retomada por autores como Baudrillard e Kurz na análise das sociedades contemporâneas e é parcialmente útil para compreender-se a disseminação do tabagismo – mas ressalto que o que há de novo é o alcance global das atividades dos chamados *designers*, especialistas em pirotecnias digitais, a serviço das agências publicitárias, via de regra distantes dos valores éticos e políticos relativos à sua própria atividade.

Enquanto o mercado esteve confinado – como em todas as sociedades pré-industriais – o fornecimento de bens e serviços primaciais era a meta essencial do sistema de produção. Na passagem do período do capitalismo organizado para o do capitalismo desorganizado e globalizante, a TV, os satélites e toda uma gama de recursos de comunicação permitiram, juntamente com a política de molde keynesiana, estimular o consumismo e com isso realimentar a produção de mercadorias e manter altos os níveis de emprego. *As últimas décadas do século XX assistem ao predomínio do desequilíbrio em favor dos bens e serviços demonstrativos ou supérfluos, tanto como forma de diferenciação de classe e status, quanto como meio de manter o sistema capitalista em expansão.* A obsolescência planejada de produtos torna-se fundamental tanto quanto a necessidade de reciclagem dos mesmos.

Em meados da década de 1990, os órgãos públicos de saúde descobrem que desde a década de 1950 há, nos laboratórios das empresas fumageiras, pesquisa científica sigilosa e em profundidade sobre os efeitos do tabagismo. Obra capital neste sentido é *The Cigarette Papers*, que tende a ser reconhecida como um marco na história da luta antitabagista – embora seja limitada teórica e metodologicamente pelo paradigma disjuntor-redutor. O que Glantz e sua equipe chamam de irresponsabilidade e maneira enganosa é basicamente o fato de que a indústria mantém em segredo pesquisas científicas que contrariam frontalmente os seus próprios discursos públicos, tendo sido comprovadas alterações e supressões de trechos considerados perigosos para a imagem pública das empresas. Tais documentos da BAT e Brown & Williamson *reconhecem que o tabagismo é causa determinante de uma variedade de doenças* – e por isso



mesmo, durante vários anos, os empresários investiram em pesquisas para identificar e remover toxinas específicas encontradas na fumaça de cigarros.

Há, portanto, uma complexa interação de aspectos sociopolíticos e mercadológicos com outros de caráter tecnocientífico, constituindo um forte obstáculo à teorização. O *marketing*, na sua face mais visível, a propaganda, pode ser considerado um relevante fator *desencadeante da experimentação*, da ativação do consumo, enquanto a tecnociência é melhor compreendida como fator de *consolidação do tabagismo*. No primeiro caso, a racionalização está expressa na adequação lógica entre pesquisa de mercado, produção, distribuição e comercialização. No segundo caso, a racionalização aparece no controle da dosagem de nicotina, de aditivos e outras substâncias assimiláveis pelo organismo de tal maneira que a racionalidade e o autocontrole tornam-se parcialmente *obliterados pela sensação de liberdade*. A tecnociência, aqui, é um meio de exploração e degradação da natureza orgânica e psíquica dos cidadãos. *O tabagismo, portanto, é uma atividade compulsiva determinada por um conjunto de fatores interconectados e de mútuo reforço, ainda que independentes entre si. Além disso, estes fatores podem ser contraditórios entre si e variáveis conforme aspectos bioquímicos e/ou genéticos e também culturais, sociológicos e históricos.*

Esta definição de tabagismo tem correspondência com o *paradigma da complexidade*. Sinteticamente, ressalto que este concebe a *unidualidade* (natural e cultural, cerebral e psíquica) da realidade humana, ou seja, trata-se de um paradigma complexo-dialógico de implicação, distinção e conjunção simultâneas entre o homem e a natureza.

Do ponto de vista sociológico, a definição complexa de tabagismo implica em considerá-lo uma parte significativa do processo de autoconfronto (ou reflexividade) social da modernidade, no qual há um choque de valores e leituras sobre o corpo e o *self*, sobre a natureza e o espírito, sobre a liberdade do sujeito e a influência das estruturas sociais no que se refere à saúde e à doença. A tecnociência favorece múltiplas leituras mecanicistas do corpo, o que obstaculiza

uma abordagem da complexidade existente na relação neuropsicossocial. E é justamente nesta relação que o tabagismo se desenvolve, particularmente entre os jovens e com todo o apoio da tecnociência controlada pela indústria.

Para tornar compreensível a complexa relação entre as forças sistêmicas e anti-sistêmicas ou transistêmicas, propus dois conceitos operacionais: a) *rede estratégica*; b) *rede multifragmentária*. A noção de *rede estratégica* refere-se a um conjunto de partes integradas sistemicamente por uma das partes, que ocupa um papel central e estratégico, coordenando os elos, o fluxo de informações e o alcance da ação do conjunto. Há maior ou menor complexidade ou mecanicidade na *rede estratégica* na medida em que o fluxo de informações entre as partes depende ou independe da parte coordenadora, e na medida em que o ambiente (eco) é considerado um cenário para a atuação das partes ou uma fonte de informações (neguentropia). Examinando as transformações do setor fumageiro no Brasil durante a década de 1990 (capítulo 3) e particularmente a Souza Cruz (capítulo 5), constatei a crescente complexidade das estratégias, materializadas, por exemplo, nos programas socioambientais, na questão do contrabando, nas reestruturações envolvendo expansão e encolhimento, no combate ao antitabagismo, etc. A articulação em forma de *redes estratégicas*, tanto por parte das empresas quanto por parte de ONGs criadas por estas, parece ter ganho importância à medida em que tem avançado a globalização da economia e da cultura, esta última gerando um crescente conflito das empresas com setores da mídia e de vários outros segmentos sociais que começam a articular-se também em forma de rede.

O conceito de *rede multifragmentária* permite conceber um conjunto pouco articulado de fragmentos ou grupos sociais que, por meio de sua atuação descentralizada e em crescente interconexão, ampliam os espaços da cidadania. Os cidadãos integrantes da *rede multifragmentária* fazem parte de organizações religiosas, civis, políticas ou mesmo comerciais. A temática do antitabagismo *latu sensu*, da qualidade de vida e dos direitos humanos constitui-se como denominador comum, ainda que com diferenças significativas de interpretação, de conflitos de interesses, abrangência de atuação, poder, autonomia, auto-eco-

organização (MORIN, 1998) ou demodinâmica (LÉVY, 1998). Antes de abordar a rede antifumo detenho-me por um instante em algumas conclusões que contextualizam a emergência desta no Brasil.

O processo multidimensional de globalização, que vai transformando o capitalismo desorganizado em capitalismo global e globalizante, emerge sob o impacto de duas dinâmicas na periferia e semiperiferia: a) relativo fracasso de políticas de desenvolvimento ou modernização, que via de regra se revelam predatórias e promotoras de desigualdade social; b) transição das tecnologias da 2<sup>a</sup> para as da chamada 3<sup>a</sup> revolução industrial, com efeitos contraditórios, devido à defasagem tecnocientífica entre os países centrais e os da periferia e semiperiferia.

Ao analisar aspectos da modernização (saúde e agricultura) no contexto brasileiro, concluí que, via de regra, as políticas de saúde no Brasil, ao longo de sua história, têm desprezado aqueles que estão desempregados, subempregados, marginalizados do processo de produção, ou os trabalhadores de fácil substituição. As epidemias são toleradas quando ficam restritas aos bolsões marginalizados. As políticas preventivas são raras, salvo quando necessárias para evitar epidemias que possam atingir as elites.

A modernização agrícola favoreceu a concentração fundiária e a incorporação de pequenas propriedades a estabelecimentos de grande e de médio porte. Um outro efeito foi a minifundização: a proliferação do número de microestabelecimentos rurais, cuja área média foi progressivamente reduzida. Este último foi sem dúvida o caso das áreas cultivadas pelos fumicultores. A utilização crescente de adubos químicos e agrotóxicos, a intensa e concentrada mecanização e as extensas monoculturas voltadas para o mercado externo causaram erosão e degradação das terras, além de impactos florestais, contaminação de rios e proliferação de pragas devido ao desequilíbrio ecológico. O êxodo rural, como efeito sistêmico destes processos conjugados, leva ao agravamento de problemas urbanos, como a favelização, que por sua vez agrava os problemas de saúde pública.

Como conseqüências de processos como estes, no Brasil só houve Estado de Mal-Estar. Além disso, o país tem sido prisioneiro do que Cardoso chamou de “anéis burocráticos”, ou seja, “formas de acasalamento entre o estatal e o privado que não passam pelo controle da sociedade”. Reconhece que “o que temos, então, é um Estado deformado pelo clientelismo, pelos interesses privatistas e pela incapacidade de atender bem a população” (CARDOSO, 1998:288).

É importante destacar que entre a população de menor renda uma parcela significativa dos ganhos é gasta com cigarros, em detrimento de itens prioritários. Nisto está o aspecto socioeconômico do *consumismo*, enquanto na dependência orgânica de nicotina está o aspecto químico-biológico (ambos vinculados às estratégias de *marketing* e tecnocientíficas). Isto sem considerar os efeitos socioambientais. Em síntese: mais pobres (ou mais alienados), mais obstáculos no acesso ao sistema de saúde, menos informação, maior exposição a fatores de risco, entre eles o tabagismo – e o resultado é a *piora progressiva na qualidade de vida de uma ampla parcela da população*, paradoxalmente combinada com o *aumento da expectativa de vida da média da população*.

Os proprietários de hospitais, os médicos particulares e os sistemas de seguros de saúde com freqüência são prisioneiros da lógica economicista, que toma a saúde como um problema de oferta e demanda de mercadorias. Torna-se conveniente manter um grau de doenças que dinamize a produção e o comércio de remédios, remunere os investimentos em fábricas de equipamentos hospitalares e os próprios hospitais.

As transições tecnológicas no Brasil, resultantes da 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> revoluções industriais nos países centrais, sempre ocorreram com enorme defasagem em relação a estes. Resumindo: tem-se no país uma confluência de dois padrões tecnológicos, um que via de regra degrada o meio ambiente (2<sup>a</sup> Revolução) e outro que reestrutura o perfil da empregabilidade (3<sup>a</sup> Revolução), sendo que este último está ainda longe de consolidar-se e é o mais complexo da história. Como conseqüência, o Brasil torna-se mais vulnerável aos efeitos sistêmicos da economia global e, portanto, do risco de ingovernabilidade global. Novos desafios

e novas possibilidades de ação socioambiental emergem, conjunta e contraditoriamente. (O crescimento e o conflito das redes estratégicas e multifragmentárias é um exemplo deste processo).

Como conclusão do capítulo 3 destaco a confluência do relativo fracasso das políticas de modernização, da transição tecnológica implícita no processo de globalização da economia e da cultura no contexto brasileiro dos anos 90 com a complexidade (diversidade, expansão, encolhimento, ideologia) do setor de tabaco. Tal confluência parece ter servido de substrato para o crescimento financeiro das indústrias, para sua maior concentração na região sul e em direção ao mercado externo, global. Na formulação das estratégias simbólicas do setor, a Abifumo, especialmente, tem um papel central. Além disso, penso que *as redes de contrabando, controladas ou não pelas CTNs, têm sido uma das peças-chave no dinâmico tabuleiro das estratégias de crescimento do setor, particularmente no período de globalização da economia*, considerando-se a fragilidade da fiscalização das fronteiras pelos Estados-nações e a facilidade de comunicação proporcionada pelas novas tecnologias.

Ao tratar das iniciativas que, no Brasil se contrapõem às estratégias das indústrias, observo, preliminarmente, que a noção de cidadania tem avançado no Brasil paralelamente à passagem de três períodos bem distintos, nas últimas décadas: a) o de fechamento político pelo regime militar (1964-1973), durante o qual muitas organizações civis são reprimidas, desmanteladas e/ou extintas; b) o de abertura e transição à democracia (1974-1983), no qual há mobilização social, revitalização do espírito associativista e surgimento de movimentos sociais na defesa da democracia; c) o da institucionalidade da democracia (1984-1993 e anos seguintes), no qual há um novo tipo de associativismo “vinculado à ampliação dos direitos de cidadania, à participação na esfera pública e à realização de parcerias com a esfera governamental” (SCHERER-WARREN, 1999a).

A década de 1990, particularmente a Eco-92, proporciona um diálogo e uma articulação em rede entre diversos atores sociais (ONGs, lideranças de

movimentos sociais, governantes, etc), tornando crescentemente mais complexa a noção de cidadania (restrita aos territórios nacionais). Na relação tabaco-tabagismo tal processo envolve aspectos socioambientais, tecnológicos, culturais, econômicos e ético-políticos. Cabe observar (acoplando conceitos introduzidos nos capítulos 1 e 2) que os direitos de 1ª geração (herança do capitalismo liberal), 2ª geração (capitalismo organizado), 3ª, 4ª e 5ª gerações (capitalismo desorganizado, global ou informacional) estão imbricados ou superpostos na cadeia produtiva do fumo e na ação social contrária aos efeitos colaterais do consumo de cigarros, charutos, cigarrilhas, etc.

Este cruzamento de direitos (sociais, ambientais, transnacionais, difusos ou transindividuais) intensifica-se ao longo da década de 90. Um sinal disto é a iniciativa de governos estaduais (Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo) ao reivindicarem na justiça norte-americana bilhões em indenização pelos danos à saúde pública provocados pelas indústrias de tabaco, seguindo o exemplo dos governantes dos EUA, que obtiveram em 1998 US\$ 246 bilhões (num prazo de 25 anos) em acordo histórico. O que levou quatro décadas para acontecer nos EUA, país em que as ações indenizatórias contra os fabricantes de cigarro começaram em 1954, está acontecendo, aparentemente, em poucos anos no Brasil, apesar de haver neste uma complexidade socioambiental mais intensa. Um dos motivos para isto é o processo de globalização cultural, que tem nos meios de comunicação e agências de notícias dos países centrais o seu núcleo e modelo editorial para seus congêneres nos países semiperiféricos e periféricos. Entretanto, cabe observar que, *estando a própria teoria da democracia desafiada no enfoque desta problemática transnacional e sendo os processos judiciais contextualizados pela dinâmica da globalização econômica, existe ainda amplo espaço de manobra para as estratégias de crescimento da indústria, simultaneamente à abertura de espaços para grupos de cidadãos contrários tanto ao fechamento político de Estados-nações quanto às CTNs do tabaco*. Com efeito, o que é *definidamente público na saúde transnacionaliza-se num contexto que favorece a ambigüidade e a controvérsia*. Desta forma, a notícia de que o Departamento de Justiça dos EUA abriu processo contra as maiores CTNs por fraudar e enganar o público desde a década de 1950 repercute globalmente, mas

de tal forma que em cada sociedade ou região o grau de esclarecimento da controvérsia gerada é moldado pelo grau de organização das forças sistêmicas, anti-sistêmicas e transistêmicas, ou, por outras palavras, pelo embate entre *redes estratégicas* e *redes multifragmentárias*.

Ao procurar identificar as faces e os dilemas da cidadania antitabagista e antifumo no Brasil contemporâneo, concluo que existem pelo menos nove fragmentos sociais: a) Tradição religiosa; b) ONGs médicas; c) Saúde pública; d) Movimento antifumo; e) Ambientalismo; f) ONGs advocatícias; g) Mídia ético-política; h) Grupos de anônimos e i) Antitabagismo mercadológico.

As forças de resistência ou transistêmicas revelam-se emergentes, mas sitiadas, fragmentadas, em grande parte neutralizadas pelas estratégias das CTNs do tabaco. Há inclusive fragmentação geográfica subjacente à temática: enquanto na região sul discute-se principalmente a fumicultura, na região sudeste debate-se o tabagismo. Esta cisão é crucial na fragilidade da rede diante das forças sistêmicas: se por um lado a globalização cultural, com seu epicentro brasileiro na mídia do eixo Rio-São Paulo, aponta para a expansão dos conflitos com a sobreposição do tema *tabagismo* sobre o da *fumicultura*, por outro as *redes estratégicas* das indústrias, particularmente a da Souza Cruz, estão enraizadas no cruzamento de interesses econômicos locais, regionais e globais, a partir do *sistema integrado* de produção de fumo. Assim, o confronto entre diferentes dimensões da globalização (cultura e economia) materializa-se de forma peculiar no Brasil por meio destes temas.

O ideal normativo de uma sociedade sustentável, ou pelo menos sem industrialização de tabaco, parece utópico sob a hegemonia do capitalismo que se globaliza. Entretanto, no interior da rede antifumo e antitabagista crescem em número e em contundência leis e normas, fundamentadas, parcialmente, em pesquisas tecnocientíficas, que em princípio tendem a inverter a correlação de forças entre antitabagistas e indústrias fumageiras.

Há, nas propostas e na ação dos vários fragmentos, variáveis ecológica, biomédica, sociopolítica, cultural e econômica, embora cada um deles enfatize uma ou duas destas, permanecendo, no horizonte, muitas incertezas e possibilidades. Há, via de regra, enorme desconhecimento sobre como se estruturam as empresas, quais suas estratégias simbólicas, jurídicas, políticas, mercadológicas, tecnocientíficas. Na área acadêmica, destacam-se, neste sentido, obstáculos que decorrem da própria falta de subsídios das universidades aos cidadãos que compõem a *rede multifragmentária*. As especializações disciplinares representam, na maior parte dos casos, um fechamento em torno do horizonte tecnocientífico, geralmente favorável às CTNs do tabaco, *em especial por sua desvinculação entre fatos e valores*. Entretanto, na área política, a OMS exerce um significativo papel estratégico no sentido de politizar os produtos da pesquisa tecnocientífica em favor da saúde pública mundial. Ciência e política (e ética), portanto, estão imbricadas no que se refere aos usos da tecnociência, o que me parece um elemento dos mais relevantes na crise que opõe o paradigma da complexidade ao disjuntor-redutor.

Penso que o princípio do paradigma emergente, de *associar sem fundir, distinguindo sem separar* as diferentes áreas do conhecimento, pode subsidiar a reflexão sobre a *rede multifragmentária*. Assim é possível fazer a reflexão epistemológica acoplar-se à teoria social. À medida em que se disseminam as tecnologias da 3ª Revolução Industrial, tende a acentuar-se a imbricação dos fragmentos, concretizando-se socialmente a primeira parte do princípio – associar sem fundir. Cabe, entretanto, examinar também as distinções entre os interesses governamentais, mercadológicos e sem fins lucrativos (Estado, mercado e terceiro setor). O desafio teórico-metodológico está em não separá-los, sob pena de ocultar-se formas de dominação e opressão, mantendo-se a hegemonia da tecnociência e do paradigma disjuntor-redutor.

Retomo e resumo agora minhas conclusões sobre a Souza Cruz como exemplo de *rede estratégica*. Embora a história da empresa tenha relações com os dois últimos períodos do capitalismo, pode-se detectar nela três fases mais relevantes, incluindo uma superposição entre as duas primeiras. Os 75 anos



iniciais da CTN são marcados pelo pioneirismo tecnológico, pela administração tecnoburocrática e por um rápido crescimento em âmbito nacional. Destaca-se o aspecto mecanicista da *rede estratégica* em formação. De 1903, data de construção da primeira unidade de produção de cigarros, no Rio de Janeiro, até 1978, ano em que inaugura a maior fábrica de cigarros da América Latina, em Uberlândia (MG), a companhia se notabiliza por sua expansão geográfica. A fase seguinte – que acentua tendência iniciada em 1972 e vai até 1991 – é caracterizada pelos investimentos em diversificação de empreendimentos, exportação de fumo em folha e *crise do estilo de administração tecnoburocrática* (característico do período de capitalismo organizado), com fechamento de várias unidades industriais e de vendas. Nesta fase também são iniciados programas socioambientais, como o Clube da Árvore e o Hortas Escolares, sinalizando a *emergência de uma maior complexidade na rede estratégica*. A partir de 1991 tem início a fase contemporânea, marcada pela reconcentração no setor de tabaco, pela reação ao antitabagismo e pela retomada dos investimentos em modernização tecnológica, com inauguração da maior usina de beneficiamento de fumo do mundo em 1996 e a abertura de nova fábrica de cigarros em 1997. A empresa, neste mesmo ano, define sua política ambiental, de segurança e saúde ocupacional, o que, juntamente com os programas socioambientais e a reação ao antitabagismo, revela um processo complexo que envolve autoconfronto e crescente *ambigüidade institucional*, característico da modernização reflexiva e do processo de globalização capitalista.

Nos anos 90 a Souza Cruz adapta-se à globalização da economia, reestruturando sua forma de administração (com muitas demissões) e modernizando tecnologicamente o sistema integrado de produção na região sul do Brasil, controlando pela tecnociência o padrão de qualidade e a quantidade de tabaco produzida por cerca de 60 mil famílias de agricultores (40%). Este processo ocorre sob a coordenação da BAT, tendo como base a tecnologia da informação, a padronização de equipamentos e peças de reposição, racionalização dos processos de abastecimento de cigarros e fumo em folha, integração das técnicas de *marketing* e defesa jurídica. Estas iniciativas permitem reduzir custos e gerar economias de escala na compra de materiais, na

distribuição e na venda de produtos. A BAT passa a atuar como uma única empresa, enfatizando sua estrutura em forma de *rede estratégico-sistêmica* com cinco Diretorias Regionais: Ásia-Pacífico, Europa, América-Pacífico, Amesca (África, Oriente Médio, Ásia Central e Sul) e América Latina e Caribe. Trata-se, enfim, de uma *modernização globalizadora, tecnomercadológica* e ultraliberal (defesa do fundamentalismo de mercado).

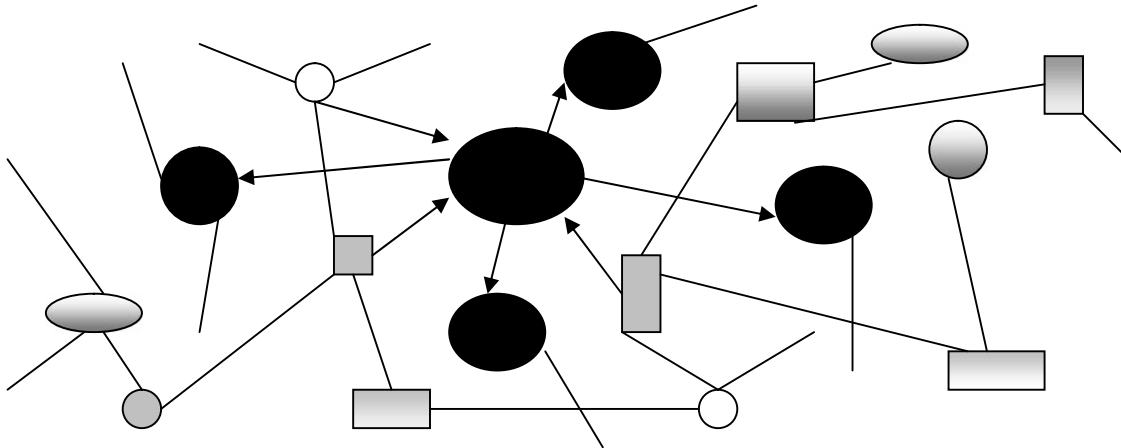
Ressalto que a ambigüidade institucional da Souza Cruz cresce na medida em que se amplia a distância entre sua política cognitiva ou imagem projetada e a imagem socialmente decodificada da empresa. Embora a CNT se empenhe em apresentar-se como moderna, sustentável e socialmente coerente, sua imagem pública é recebida e reelaborada pelo público com base na contrapropaganda do Ministério da Saúde, nas críticas ambientalistas e no noticiário antitabagista que se globaliza. Conforme a análise do capítulo 5, pode-se concluir que a *industrialização e o consumo de tabaco são insustentáveis*, na medida em que implicam a degradação da natureza em suas múltiplas dimensões – ecossistêmica, cerebral e psicossocial.

A tecnociência aplicada à nicotina, a publicidade direta e indireta, os programas Hortas Escolares e Clube da Árvore, a política ambiental, a reação contra o antitabagismo e a relação com os fumicultores constituem peças de uma dinâmica *rede estratégica*, que vincula instrumentalmente, mas de forma crescentemente complexa, o espaço-tempo do corpo-cérebro, do local, do regional, do nacional e do global.

A crise dos Estados-nações paralela à globalização econômica, a 3ª revolução industrial, o mercado financeiro, a montagem e administração do sistema integrado de produção na região sul do Brasil, a despolarização ideológica leste-oeste (com abertura de novos mercados), os “anéis burocráticos” entre empresariado e governantes brasileiros, o caráter fragmentário da oposição constituem o substrato para o êxito, ainda que carregado de incertezas, das estratégias de *marketing* e tecnocientíficas da Souza Cruz.

Parece-me relevante imaginar, por meio da figura abaixo, os dois modelos de rede examinados:

Figura 11: **Sobreposição das redes estratégica e multifragmentária**



Nota-se que, enquanto a *rede multifragmentária* amplia-se caoticamente, sem uma coordenação central e com toda a diversidade interna que lhe é peculiar, a *rede estratégica* mantém-se unida pelas ordens e informações de um setor predominante. A complexificação das interações desta última com diversos atores sociais (mídia, governos, escolas, outras empresas, etc), em busca de parcerias, não altera suas metas. Estas são estabelecidas de forma a reforçar o conjunto. Na *rede multifragmentária* apenas alguns de seus atores focalizam sua atuação social diretamente contra a empresa (o que está indicado pelas setas). Boa parte do empenho dos atores da *rede multifragmentária* é focalizado na autodefesa, por meio de terapias (qualidade de vida), ou desviado para a busca de alternativas de sobrevivência (por exemplo, entre ex-fumicultores). Outra parte é neutralizada pela eficácia dos programas socioambientais e das demais estratégias da Souza Cruz (e/ou de outras empresas).

A tecnologia da informação (particularmente a Internet) amplia as possibilidades de ambas as redes, sendo fator de crescimento, interação e complexificação de suas culturas, táticas e estratégias. O saber proporcionado pela tecnociência, seja a favor ou contra o tabagismo e a produção de fumo, entra em acelerado processo de circularidade (inter-retro-ações) no ecossistema social e natural, processo que gera conseqüências impremeditadas e mesmo

imprevisíveis em ambas as redes. Projeções lineares com base em estatísticas da tecnociência freqüentemente ignoram o fato de que a história não é uma seqüência de probabilidades e só se constitui como *acontecimento histórico* na medida em que *rompe* com as probabilidades.

À medida em que há mobilização dos cidadãos, de parte da mídia, de cientistas, dos órgãos de saúde pública e do poder judicial são elaborados ou publicados documentos (justificativas, propostas, explicações, relatórios) pela empresa, que permitem análise comparativa entre o que esta diz que faz e o que efetivamente faz. Neste processo, a circularidade a que me refiro inclui assimilação, adequação e reelaboração do saber e das estratégias. As inter-retroações aumentam com a globalização econômica e cultural, sendo cada dia mais realista pressupor que a atuação das redes em âmbito local poderá gerar impactos globais ou longínquos, imprevistos e imprevisíveis. Isto é bem exemplificado pelas vitórias, até mesmo parciais, em processos judiciais, que abrem precedentes e estimulam ou desestimulam novos processos em diversos países e regiões.

Aos cidadãos da *rede multífragmentária* abrem-se perspectivas de êxito em ações judiciais em meados dos anos 90 o que, entretanto, não significa fazer recuar a indústria de *forma absoluta*. Esta cresce apesar das manifestações de desconfiança, das subpolíticas, da contrapropaganda, dos projetos de agroecologia, tanto quanto possível assimilando as críticas de seus opositores, com estratégias e táticas criativas (baixos teores de nicotina e aplicação extra de amônia, etc). Assim, preparam-se embates cada vez mais contundentes, no Brasil e no mundo. Tais embates tendem a ganhar fóruns como o da Conferência Internacional sobre Lei de Controle Global do Tabaco, realizada em janeiro de 2000, em Nova Delhi. E também no âmbito global tendem a *estabelecer conexões com a agenda ambientalista – e feminista*, na medida em que o mercado consumidor feminino torna-se cada vez mais relevante, com repercussão dramática sobre as novas gerações, agredidas desde a gestação. A ampliação dos espaços públicos transnacionais, com a *redefinição da*

*abrangência da cidadania e reinterpretação dos direitos humanos sob o ângulo socioambiental*, parece decisiva para o futuro da Humanidade.

Novas pesquisas, certamente, poderão aprofundar as análises das redes estratégicas e multifragmentárias, testando a pertinência destes conceitos. Provavelmente são úteis para a pesquisa de outros casos, em particular quando concebidos em interação e interseção. A indústria farmacêutica, por exemplo, aparece como rede estratégica que parcialmente ocupa um espaço na rede multifragmentária. A indústria midiática é outro caso muito complexo. As indústrias automobilística, petrolífera, química, nuclear, entre outras, poderiam ser objetos de estudos semelhantes a este. Os conceitos de tecnociência e de *marketing*, enquanto componentes da cultura-ideologia do consumismo e quando articulados aos modelos de redes, podem viabilizar a compreensão da ação social de diversos grupos empresariais e movimentos sociais em conflito.

Entendo que esta pesquisa abre possibilidades de investigação transtorial, sistêmica e reticular também no caso do ambientalismo. Seria relevante, a meu ver, investigar os vínculos emergentes entre as agendas ambientalistas (ou ecofeministas) e antitabagistas no eixo Rio-São Paulo, bem como as conexões entre os fragmentos da rede antifumo na região sul, pois é provável que nestes processos esteja emergindo o que será o futuro tanto do antitabagismo quanto da fumicultura no país que lidera as exportações mundiais de folhas. Tais estudos permitiriam às políticas públicas do setor saúde uma abordagem mais realista e inclusive formação de parcerias com as ONGs e movimentos da sociedade civil. Com efeito, o enfoque estatocêntrico, na medida em que prioriza a estabilidade macroeconômica no período da globalização do capitalismo, oferece poucas oportunidades de êxito para as políticas de saúde e meio ambiente que não estejam enraizadas na dinâmica local e eco ou geossistêmica. As noções de auto-eco-organização, de subpolítica, de demodinâmica, de codesenvolvimento, de políticas de vida e de antropolítica sugerem pesquisas no interior das redes multifragmentárias, sejam estas voltadas prioritariamente para o setor educacional, de saúde pública ou de meio ambiente. Em todos estes casos há possibilidades de articulação do microsocial

com o macrossocial por meio da noção de redes, do conflito entre diferentes modelos destas, com abordagem dos conflitos paradigmáticos subjacentes.

A meu ver, as universidades e seus departamentos têm como desafio central abrir espaço para o debate sobre os paradigmas e articular tal debate com pesquisas empíricas, teóricas e bibliográficas. Afinal, tais instituições são direta ou indiretamente sustentadas pelo público, mas nem tudo o que produzem tem um claro vínculo com o interesse público. Pelo contrário, conforme visto neste estudo, tendem a fechar-se no horizonte tecnocientífico, com graves conseqüências socioambientais. Para finalizar, cito, mais uma vez, Morin:

"Por toda parte é sabido que o homem é um ser físico e biológico, individual e social, mas em parte nenhuma se pode instituir uma ligação entre os pontos de vista físico, biológico, antropológico, psicológico, sociológico. Fala-se em interdisciplinaridade, mas por toda a parte o princípio de disjunção continua a separar às cegas. Começa-se a ver, aqui e ali, que o divórcio entre a cultura humanista e científica é desastroso tanto para uma quanto para outra, mas os que se esforçam para fazer o caminho de ida e volta entre uma e outra são marginalizados e ridicularizados (...) O paradigma vital de conjunção-distinção não nasceu, ao passo que o paradigma mortal de disjunção-redução não morreu" (MORIN, 1991: 208).

## REFERÊNCIAS

- ABIFUMO. **Perfil da indústria do fumo 1991**. Rio de Janeiro, Abifumo, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Perfil da indústria do fumo 1992**. Rio de Janeiro, Abifumo, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Perfil da indústria do fumo 1993**. Rio de Janeiro, Abifumo, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Perfil da indústria do fumo 1994**. Rio de Janeiro, Abifumo, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Perfil da indústria do fumo 1995**. Rio de Janeiro, Abifumo, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Perfil da indústria do fumo 1996**. Rio de Janeiro, Abifumo, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Perfil da indústria do fumo 1997**. Rio de Janeiro, Abifumo, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Perfil da indústria do fumo 1998**. Rio de Janeiro, Abifumo, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Perfil da indústria do fumo 1999**. Rio de Janeiro, Abifumo, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O fumo e seus derivados na economia brasileira**. Rio de Janeiro, Fotocópia da Abifumo, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Informativo Abifumo**. Rio de Janeiro. Associação Brasileira da Indústria do Fumo. Ano 17, número 86, 87 de 1996; ano 18, número 88 e 89 de 1997.
- ACARESC. **Relatório quadrienal do concurso com escolas do meio rural**. Florianópolis, abril de 1987.
- ADIERS, L. "Responsabilidade civil do fabricante de cigarros". **Revista Jurídica** nº 257, março, p.18-35, editora Notadez, Sapucaia do Sul, 1999.
- AGROPECUÁRIA CATARINENSE. "Cientistas se reúnem para banir o brometo de metila". **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 9, n. 4, dez., 1996.
- ALBERONI, F. & VECA, S. **O altruísmo e a moral**. Rio de Janeiro, Rocco, 1990.
- ALBERONI, F. **Gênese. Como se criam os mitos, os valores e as instituições da civilização ocidental**. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.
- ALBERTONI, E. A. **Doutrina da classe política e teoria das elites**. Rio de Janeiro, ed. Imago, 1990.
- ALIER, J.M. & SCHLÜPMANN. **La ecología y la economía**. Mexico, Fondo de Cultura Econômica, 1991.
- ALVES, M.H.M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1984.
- ALVES, R. **A fumicultura no município de Orleans – SC**. Florianópolis, 1996. Monografia de bacharelado em geografia. CFH, UFSC.
- AMB. "Índice bibliográfico brasileiro sobre tabagismo". **Associação Médica Brasileira**. São Paulo, Comissão de Combate ao Tabagismo. 1ª edição, 1994.
- ANDRADE, F. "Política empresarial de proteção ao meio ambiente, segurança e saúde ocupacional". **Informativo Especial** publicado pelo Depto. de Comunicação Empresarial da Souza Cruz em setembro de 1997.
- A NOTÍCIA. "Fumo prejudica arrecadação no Vale". **Jornal A Notícia**, de 16.03.1999.
- \_\_\_\_\_. "Fumo pode perder área no estado". **Jornal A Notícia**, 19.02.1999.
- APOSTEL, L., MORIN, E. *et al.* **Interdisciplinarity and human sciences**. Paris, Francia, Unesco, 1982.
- ARANHA, M.L. & MARTINS, M.H. **Filosofando: introdução à filosofia**. 2ª ed. São Paulo, Moderna, 1993.
- ARAÚJO, H.R. (Org.). **Tecnociência e cultura. Ensaio sobre o tempo presente**. São Paulo, editora Estação Liberdade, 1998.
- ASSOCIATED PRESS. "Especialistas dos EUA confirmam uso de amônia em cigarro Marlboro". **Jornal O Estado de São Paulo**, 10.02.1998.
- AURÉLIO. **Novo dicionário Aurélio**. Ed. Nova Fronteira, 2ª ed., 1986.
- AYERBE, L.F. **Neoliberalismo e política externa na América Latina**. São Paulo, Unesp, 1998.
- BALBACH, A. **O fumo e a saúde**. Itaquaquecetuba, São Paulo, 25ª ed., EDEL, Edificações do Lar, s/d.
- BARCELLONA, P. "Triunfo do ocidente e decomposição da práxis vital". In: OLIVEIRA, F.A. (Org.) **Globalização, regionalização e nacionalismo**. São Paulo, Unesp, 1999.

- BARNUM, H. "The economic burden of the global trade in tobacco". Paper presented at the **9<sup>th</sup> World Conference on Tobacco and Health**; Paris, 10-14 October 1994.
- BARROS, G. "A rainha da fumaça cai na real". Revista **Exame**, 24.07.1991.
- \_\_\_\_\_. "O cigarro já não é sinônimo de lucros fáceis". Reportagem de capa: "O cerco ao fumo". Revista **Exame**, 08.03.1989.
- \_\_\_\_\_. "Um fumante na Souza Cruz". Revista **Exame**, 22.11.1995.
- BAT. **Winning as one**. Informativo número 2, janeiro de 1997.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro, Elfos, 1995.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- BAUMANN, R. (Org.) **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro, Campus, 1996.
- BECK, U. **Risk society – towards a new modernity**. London, Sage Publications, 1992.
- \_\_\_\_\_. "A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva". In: GIDDENS, A., BECK, U., LASH, S. **Modernização reflexiva – política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo, Editora Unesp, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Ecological politics in an age of risk**. Cambridge, Polity Press, 1995.
- BECKER, B.K. & EGLER, C.G. **Brasil – uma potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 1993.
- BELLAMY, R. **Liberalismo e sociedade moderna**. São Paulo, Unesp, 1994.
- BELLINO, F. **Fundamentos da bioética. Aspectos antropológicos, ontológicos e morais**. Bauru, Edusc, 1997.
- BERTALANFFY, L.V. **Teoria geral dos sistemas**. 3<sup>a</sup> ed. Petrópolis, Vozes, 1977.
- BIANCARELLI, A. "Atendimento gratuito pode ficar restrito a quem não pode pagar". **Folha de SP**, 24.05.1998.
- \_\_\_\_\_. "Médicos lançam cruzada contra o cigarro". **Folha de SP**, Caderno Cotidiano, 29.09.1996.
- BID/PNUMA. **Nossa própria agenda**. Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe. 1992.
- BOEIRA, S.L. "Crise civilizatória & ambientalismo transetorial. Internet, estado nascente e democracia". **Revista Ciências Humanas**, Florianópolis, v.16, n. 23, p. 71-102, abril, 1998. **Revista Vozes & Diálogo**, Itajaí, n. 2, p.25-41, abril, 1998.
- \_\_\_\_\_. "Marxismo analítico & funcionalismo". **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.14, n. 20, p.09-34, out.,1996.
- \_\_\_\_\_. **Ecologia política & juventude universitária (algumas considerações sobre o modo de vida, com ênfase nas relações entre poder e saúde)**. Florianópolis, 1989. Dissertação de mestrado em sociologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- \_\_\_\_\_. **Atrás da cortina de fumaça. Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica**. Florianópolis, 2000. Tese de doutorado em ciências humanas, CFH, UFSC.
- BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo, ed. Ática, 1993.
- BOUER, J. "Fumantes passivos têm mais chance de ter câncer". **Folha de SP**, Caderno Cotidiano, 28.05.1995.
- BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo, editora Perspectiva, 1978.
- BRESSER PEREIRA, L.C. **Reforma do estado para a cidadania. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo, editora 34, 1998.
- BROWN, L. **Qualidade de vida 1993**. São Paulo, Globo, 1993.
- BRUGGER, E. & LIZANO, E. (Ed.) **Eco eficiencia. La visión empresarial para el desarrollo sostenible en América Latina**. (Apoyo do BCSD). Bogotá, Editorial Oveja Negra, 1992.
- BRUM, A.J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 10<sup>a</sup> ed. Petrópolis, Vozes, 1991.
- BUARQUE, C. **O colapso da modernização brasileira. E uma proposta alternativa**. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A aventura da universidade**. São Paulo, Paz & Terra e Unesp, 1994.
- \_\_\_\_\_. **A revolução nas prioridades (da modernidade técnica à modernidade ética)**. São Paulo, Paz e Terra, 1994.



- BUCKLEY, W. **Sociology and the modern systems theory**. New Jersey, USA, Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs, 1967.
- BÚRIGO, F. L. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Florianópolis, 1999. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Agrárias, UFSC.
- BUTTEL, F.H. "A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana". **Perspectivas**. São Paulo, v. 15, p.69-94; 1992.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Audiência pública**. Tema: "O induzimento ao consumo de cigarro em função de propaganda enganosa, a dependência físico-psíquica causada pela nicotina e a qualidade do fumo plantado no RS, geneticamente manipulado, que ocasionou elevado índice de suicídios". Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Realizada em 08.05.1997.
- CÂMARA MUNICIPAL. **Reunião especial sobre intoxicação por agrotóxicos**. Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul, 02.04.1997.
- CAMINO, L. , LHULLIER, L. & SANDOVAL, S. (Orgs.). **Estudos sobre comportamento político**. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1997.
- CAMPOS, S. **Horta escolar: uma nova proposta para a escola multisseriada**. Lages, 1995. Monografia de especialização em pedagogia. Uniplac.
- CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas, Unicamp, 1993.
- CAPRA, F. *et al.* **Gerenciamento ecológico**. (Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis). São Paulo, Cultrix, 1993.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo, Cultrix, 1982.
- CARDOSO, F. H. **O presidente segundo o sociólogo**. Entrevista de FHC a Roberto Pompeu de Toledo. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- CARDOSO, G. **Pequena propriedade no novo milênio (análise e sugestões para viabilidade)**. Souza Cruz, s/d. Provável ano de edição: 1993.
- CARNEIRO, D. **Código de defesa do consumidor**. Brasília, Senado Federal, 1991.
- CARVALHO, M. C. "Cresce o cerco à indústria do cigarro no Brasil". Caderno Cotidiano, tema principal das páginas 1,2 e 3. **Folha de São Paulo**, 07.02.1999.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Vol. 1. São Paulo, Paz e Terra, 1999a.
- \_\_\_\_\_. **Fim de milênio**. Vol. 3. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, A M. "O Brasil dentro de um cigarro". **Relatório Anual da Souza Cruz de 1995**.
- CDCMM. **Agenda 21**. Brasília, Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, 1995.
- CEDRONI & SOUZA. "O verdadeiro homem de Marlboro". **Trip**, SP, n. 74, jul., 1999.
- CEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina de 1997**. Instituto Cepa, Governo de Santa Catarina, 1997.
- CHARON, J.M. **Sociologia**. São Paulo, Saraiva, 1999.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia (o discurso competente e outras falas)**. 3ª edição. São Paulo, ed. Moderna, 1982.
- \_\_\_\_\_. **O que é ideologia**. São Paulo, ed. Brasiliense, 1980.
- CHOMSKY, N. & DIETERICH. H. **A sociedade global: educação, mercado e democracia**. Blumenau, Editora da Furb, 1999.
- CIMA. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Governo Brasileiro, Brasília, 1991.
- CNN. "Cada día se fuma más en las películas de Hollywood". Matéria da Agência **Reuters**, publicada pela rede CNN na Internet, em 09.03.1998, com base em um estudo de Stanton Glantz e Theresa Stockwell.
- COMPANY, M.L. **El tabaco – manual técnico para el cultivo y curado**. Madrid, Servicio Nacional de Cultivo y Fermentación del Tabaco, Ediciones Mundi-Prensa, 1981.
- COSTA, J.B. **Deixar de fumar**. Casa Publicadora Brasileira, Tatuí, São Paulo. 1996.
- \_\_\_\_\_. "O fumo no trabalho". Revista **Proteção**, v. 6, n. 32, ago., 1994.

- COSTA, P.R.N. **Democracia nos anos 50: burguesia comercial, corporativismo e parlamento**. São Paulo, Hucitec, 1998.
- CSILLAG, C. "Há base científica para condenar o fumo passivo? (Até que ponto a fumaça do cigarro faz mal a quem não fuma?)". **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, mar., 1996.
- CUNHA, J.L. **Os colonos alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881**. Santa Cruz, Fisc, 1991.
- DAGNINO, E. (Org.) **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- DARIO, A J. S. **A realidade das conseqüências do tabagismo à saúde e das medidas de prevenção e controle no Brasil e Canadá. Uma análise comparativa**. Florianópolis, 1996. Monografia do curso de medicina (graduação). CCS, UFSC.
- DAY, M. "A ilusão dos baixos teores". **Folha de SP**, Caderno Mais!, 13.04.1997.
- DEMO, P. **Conhecimento moderno. Sobre ética e intervenção do conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 1997.
- DENISSENKO, M., PAO, A., TANG, M. & PFEIFER, G.P. "Preferential formation of benzo[a]pyrene adducts at lung cancer mutational hotspots in P53". **Science**, p.430, 18.10.1996.
- DIÁRIO CATARINENSE. "Mata Atlântica a um passo do fim". Notícia de 24.05.1998.
- DIAS, G.F. **Educação ambiental – princípios e práticas**. São Paulo, ed. Gaia, 1992;
- DIAS, L.C. "Redes: emergência e organização". In: CASTRO, I., CORRÊA, R.L. e GOMES, P.C. da C. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995.
- DIMON. "Questão de estilo". Editorial do jornal **A Folha de Ouro** n. 58, set/out de 1999.
- \_\_\_\_\_. **A Folha de Ouro**. Vera Cruz. Ano VIII, n. 43 a 47; ano IX, n. 48 a 53; ano X, n. 54, 55, 58 e 59; ano XI, n. 60. Jornal dos Produtores da Dimon do Brasil Tabacos Ltda.
- DOBSON, A. & LUCARDIE, P. (ed.) **The politics of nature. Explorations in green political theory** London, Routledge, 1993.
- DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1993.
- DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo, Atlas, 1995.
- DOURADO, O. A. **Fumo: história, segredos e mentiras**. Fortaleza, Gráfica FCFJ Ltda, 1999.
- DRUCKER, P. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. 2ª ed. São Paulo, ed. Pioneira e Fundação Vanzolini, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Administrando para o futuro (os anos 90 e a virada do século)**. 2ª ed. São Paulo, Pioneira, 1992.
- DUPUY, J.P. **Ordres et désordres. Enquête sur un nouveau paradigme**. Paris, Éditions du Seuil, 1990.
- EMBRAPA-FBB. **Atlas do meio ambiente do Brasil**. Brasília, Editora Terra Viva, 1994.
- ÉPOCA. "Cercos ao cigarro". Revista **Época**, 05.04.1999.
- ESPÍNDOLA, C.J. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó, editora Grifos, 1999.
- ETGES, V.E. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. Santa Cruz do Sul, Editora da Fisc (Unisc), 1991.
- EVELIN, G. "Cigarro é prejudicial ao fisco". Revista **Istoé**, 02.09.1999.
- EXAME. "Por que a Souza Cruz foi a melhor". Revista **Exame**, edição *Melhores e Maiores*, set. de 1978.
- EXPRESSÃO. "Fórum verde. As empresas Vencedoras". **Expressão. A era do ecobusiness**. Florianópolis, AZ Comunicação, ano 05, n. 51, 1994.
- \_\_\_\_\_. "Semeadores de florestas". Florianópolis, Revista **Expressão. A era do ecobusiness.**, AZ Comunicação, ano 05, n. 51, 1994.
- FALCÃO, D. "EUA têm 45 mi sem-saúde". **Folha de SP**, 24.05.1998.
- FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo, Studio Nobel, 1995.
- \_\_\_\_\_. **O desmanche da cultura (globalização, pós-modernismo e identidade)**. São Paulo, Studio Nobel, 1997.

- FLORIT, L. "Teoria social e a relação sociedade/natureza a partir da obra de Anthony Giddens". In: **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, 1998, PPGS/UFRGS, p. 61-86.
- FORTES, M. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: portas abertas para a América Latina**. Rio de Janeiro, BCSD e CNI, 1992.
- FÓRUM DE ONGs BRASILEIRAS. **Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros**. Rio de Janeiro, Fórum, 1992.
- FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1977.
- FRANCO, A. *et al.* **Fórum Brasil Século XXI. Uma nova formação política no Brasil**. Brasília, Instituto de Política, 1998.
- FREY, S. "The international traffic in tobacco". Paper presented at **1995 Annual Meeting of the American Sociological Association**, Washington, DC. Department of Sociology, Anthropology, and Social Work. Kansas State University, Manhattan, KS 66506. 1995.
- FRITSCHLER, A. L. **Smoking and politics: policymaking and the federal bureaucracy**. Second edition. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1975.
- FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo, Paz e Terra, 1998.
- FGV. "Estudo da FGV aponta declínio de consumo de cigarros no Brasil". Press Release do **Instituto Nacional do Câncer**, 31.05.2000.
- GAZETA MERCANTIL. **Balço anual 98. A década do consumo**. Ano XXII, n. 22; 30.06.1998.
- GAZETA, G.C. **Anuário brasileiro do fumo - 1997**. Santa Cruz do Sul, edição do Grupo Gazeta de Comunicações. Coordenação de Romeu Inácio Newmann. 1997.
- \_\_\_\_\_. **Anuário brasileiro do fumo 1988**. Grupo Gazeta de Comunicações. Santa Cruz do Sul, 1998.
- GERSCHMAN, S. & VIANNA, M.L.W. (Orgs.). **A miragem da pós-modernidade (democracia e políticas sociais no contexto da globalização)**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1997.
- GIDDENS, A. **A terceira via. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- \_\_\_\_\_. **As conseqüências da modernidade**. 2ª ed. São Paulo, Unesp, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo, UNESP, 1996.
- GIDDENS, A, BECK, U. & LASCH, S. **Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo, Unesp, 1997.
- GILBERT, M. J. **ISO 14001/BS7750: Sistema de gerenciamento ambiental**. São Paulo, IMAM, 1995.
- GLANTZ, S. *et al.* **The cigarette papers**. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1996.
- GLOBO CIÊNCIA. **A guerra do fumo**. Rio de Janeiro, ano 04, n. 38, set., 1994.
- GLOCK, C. "Lei quer apagar de vez os cigarros". Reportagem especial. **Zero Hora**, pp. 4 e 5, Porto Alegre, 29.08.1998.
- GODINHO, R. *et al.* **Estudos de população: Santa Cruz do Sul**. São Paulo, v. 6., Cebrap, 1980.
- GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo; Edições Loyola, 1997.
- GOMIDE, S. "Empresas distribuíram 66% dos lucros em 99". **Jornal O Estado de SP**, 05.03.2000.
- GUIVANT, J.S. **O uso de agrotóxicos e os problemas de sua legitimação. Um estudo de sociologia ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz, Santa Catarina**. Campinas, 1992. Tese de doutorado em sociologia, Unicamp.
- \_\_\_\_\_. "A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social". **Cadernos de Pesquisa**, PPSP, Florianópolis, n. 14, jul., 1998
- \_\_\_\_\_. "Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável". **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-447, 1997.
- HABERMAS, J. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1980.

- HADLICH, G.M. **Cartografia de riscos de contaminação hídrica por agrotóxicos: proposta de avaliação e aplicação na microbacia hidrográfica do Córrego Garuva, Sombrio-SC**. Florianópolis, 1997. Dissertação de mestrado em geografia. CFH, UFSC.
- \_\_\_\_\_. "Caracterização do meio rural de Sombrio". (pp. 61-93) In: SCHEIBE, L.F. & PELLERIN, J. (Coords.) **Qualidade ambiental de municípios de Santa Catarina: o município de Sombrio**. Florianópolis, FEPEMA, Gov. de SC, apoio do CNPq, 1997.
- HAMMER, M. & CHAMPY, J. **Reengenharia: revolucionando a empresa**. Rio de Janeiro, Campus, 1994.
- HANNIGAN, J.A. **Environmental sociology. A social constructionist perspective**. London and New York, Routledge, 1995.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.
- HAWKEN, P. *et al.* **Capitalismo natural**. São Paulo, Cultrix, 2000.
- HELD, D. "A democracia, o Estado-nação e o sistema global". **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p.145-194, CEDEC, mar., 1991.
- HELLER, A & FEHÉR, F. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- HENNINGFIELD, J. **Nicotina**. São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- HUNT, E.K. & SHERMAN, H.J. **História do pensamento econômico**. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1978.
- IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade global**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.
- IBGE. **Geografia do Brasil – Região Sul**. Vol. 2. Rio de Janeiro, 1990.
- ILLICH, I. **A expropriação da saúde – nêmesis da medicina**. 3ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
- INCA. **Falando sobre tabagismo**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Ministério da Saúde e Instituto Nacional do Câncer, 1996.
- \_\_\_\_\_. "Fumar pode engordar". Revista **Atualidades em Tabagismo**, ano 6, número 2. Instituto Nacional do Câncer, Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Plano global de controle do tabagismo e prevenção primária de câncer**. Coordenação Nacional (Contapp), Ministério da Saúde, 1997
- \_\_\_\_\_. "Informação sobre a nova portaria que restringe a publicidade do cigarro". Rio de Janeiro, **Instituto Nacional do Câncer**, Portaria de 05.01.1995.
- INFORMATIVO SOUZA CRUZ. "Cada vez mais Free". **Souza Cruz**, Rio, jan./fev./mar. de 1998.
- \_\_\_\_\_. "Fábrica Porto Alegre já está funcionando". **Souza Cruz**, Rio, n. 288, out/nov./dez., 1997.
- \_\_\_\_\_. "Souza Cruz faz parceria com Rock in Rio". **Souza Cruz**, Rio de Janeiro, n. 286, abr./mai./jun., 1997.
- \_\_\_\_\_. "Tão longe, tão perto". **Souza Cruz**, Rio, n. 287, jul./ago./set., 1997.
- JACOBUS, A L. A utilização de animais e vegetais na pré-história do RS. In: KERN, A *et al.* **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1991.
- JAGUARIBE, H. *et al.* **Brasil, sociedade democrática**. Rio, ed. José Olympio, 1985.
- JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio, Imago editora, 1976.
- JESUS, D.E. **Código Penal Anotado**. São Paulo, editora Saraiva, 1989.
- JOCKYMAN, A. Souza Cruz admite que produziu 'fumo louco' para exportação na região sul". **O Globo**, 15.01.1998.
- JORGE, A .D. **Doenças evitáveis**. Florianópolis, edição póstuma pela Associação Catarinense de Medicina, 1988.
- JORNAL HORTAS ESCOLARES. "Onze anos semeando educação". **Governo de SC** Florianópolis, n.1, mar., 1995.
- KELLNER, I.L. **The american cigarette industry: a re-examination**. Thesis doctoral, New School for Social Research. Ann Arbor, Michigan: University Microfilms International, 1973.

- KLEIN, R. **Cigarros são sublimes: uma história cultural de estilo e fumaça**. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- KOPP, P. **A economia da droga**. Bauru, Edusc, 1998.
- KOTLER, P. **Administração de marketing (análise, planejamento, implementação e controle)**. 5ª ed. Trad. da 9ª ed. norte-americana. São Paulo, Atlas, 1998.
- KRISCHKE, P.J. & SCHERER-WARREN, I. (Orgs). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna (novas teorias sobre o mundo contemporâneo)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- KURZ, R. **O colapso da modernização (da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial)**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- \_\_\_\_\_. "A estetização da crise". Artigo especial para a **Folha de SP**, 23.11.1997 *Caderno Mais!*
- LACERDA, A.C. **O impacto da globalização na economia brasileira**. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 1998.
- LACEY, M. "Governo norte-americano processa o setor de cigarros por fraude pública". **The New York Times**, 23.09.1999.
- LASCH, C. **Rebelião das elites e traição da democracia**. Rio de Janeiro, Ediouro, 1995.
- LASH, S. "A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade". In: GIDDENS, A, BECK, U. & LASH, S. **Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo, Unesp, 1997.
- LATOUCHE, S. **A ocidentalização do mundo. Ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Petrópolis, Vozes, 1996.
- LATOURETTE, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.
- LAVORATTI, L. "Governo pode proibir tabaco supernicotinado". **Folha de SP**, 11.08.1994.
- LEFF, E. **Ecología y capital (racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable)**. Mexico, Siglo XXI editores, 1994.
- LEIS, H. R. **A-ventura-mor da política: uma análise das teorias e práticas do ambientalismo**. Rio de Janeiro, 1996. Tese de doutorado em filosofia. PUC-RJ.
- LEITE, P.M. & MARI, J.D. "Andando para cima". Revista **Veja**, 16.06.1999.
- LEITE, V. (1996). "O segredo do cigarro turbinado". Revista **Veja**, 29.05.1996.
- LEOPOLDO, R. "Brasil tem 28 milhões de indigentes e 78 milhões de pobres". **Correio Braziliense**, 03.09.1999.
- LEVITT, T. **A imaginação de marketing**. 2ª ed. (ampliada). São Paulo, Atlas, 1990.
- LÉVY, P. **A inteligência coletiva (por uma antropologia do ciberespaço)**. São Paulo, Loyola, 1998.
- LEWAN, T. "'The public has been duped'. B&W still using high-nicotine leaf". **Associated Press**, 13.02.1998 a.
- LEWAN, T. "Brazil's secret: crazy tobacco". **Associated Press**, 20.12.1997.
- LEWAN, T. "Brown & Williamson's secret export: cigarettes with high-nicotine tobacco". **Associated Press**, 20.02.1998 b.
- LEWIS, J.D. **A empresa conectada. Como as empresas líderes vencem através da aliança cliente-fornecedor**. São Paulo, Pioneira, 1997.
- LINS DA SILVA, C.E. "Indústria nega elevação do teor de nicotina". **Folha de SP**, 24.06.1994.
- LOPES, E. "Publicidade de cigarros está com os dias contados". J. **Estado de SP**, 14.12.2000.
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1998.
- MAIMON, D. **Ensaio sobre economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro, Aped Editora, 1992.
- MANCHETE RURAL. "Fumo: modelo de produção familiar". **Manchete Rural**, setembro de 1996.
- MARSDEN, N. "Smoking out payoffs for placing tobacco products in movies". **Star Tribune**, 08.05.1998. Ver <http://ash.org/august98/08-06-98-1.html>.

- MARSHALL, T.H. **Citizenship and social class and other essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1950
- MARTINS, F.M. & SILVA, J.M. da. (Orgs.) **Para navegar no século 21. Tecnologias do imaginário e cibercultura**. 2ª ed. Porto Alegre, Sulina, Edipucrs, 2000.
- MASI, D. **Desenvolvimento sem trabalho**. 3ª edição. Editora Esfera, São Paulo, 1999.
- MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo, ed. Página Aberta, 1995.
- McCORMICK, J.M. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1992.
- McLUHAN, M. **Understanding media**. Routledge e Kegan Paul, Nova York, 1967.
- McMICHAEL, P. **Development and social change: a global perspective**. Thousand Oaks, Pine Forge Press, 1996.
- McLAUGHLIN, A. **Regarding nature. Industrialism and deep ecology**. New York, State University of New York, 1993.
- MELO, L. C. G. "Qualidade total na agroindústria – estudo de caso". In: MARION, J.C. (Coord.) **Contabilidade e controladoria em agribusiness**. São Paulo, Atlas, 1996.
- MENDONÇA, N.D. **O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade**. 4ª ed. revista e atualizada. Petrópolis, Vozes, 1994.
- MENEZES, J.B. **Município de Santa Cruz**. Santa Cruz, Lambert & Riedl, 1914.
- MEYER, L. **A relação entre produtores e a agroindústria fumageira em Santa Cruz do Sul-RS**. Florianópolis, 1993. Dissertação de mestrado em história. CFH, UFSC.
- MEZAROBBA, G. "Fumaça no escuro"; "As provas irrefutáveis". Revista **Veja**, 04.03.1998.
- MILES, R.H. **Coffin nails and corporate strategies**. Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs. New Jersey, 1982.
- MILLS, C. W. **A elite do poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1956.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Portaria número 526, de 20 de outubro de 1993. **Diário Oficial** número 203, 25.10.1993. (Ministro Dejanir Dalpasquale).
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde. Almanaque Abril 99**, 1999.
- MINTZBERG, H. "A queda e a ascensão do pensamento estratégico". Revista **Exame** (pp.70-72), 14.09.1994.
- MINUZZI, M. "É preciso reduzir produção de fumo". **Gazeta do Sul**, 09 e 10.08.1997.
- MITCHEL, J. "Souza Cruz diz ter cultivado superfumo". **Jornal do Brasil**, 15.01.1998.
- MOKHIBER, R. **Crimes corporativos: o poder das grandes empresas e o abuso da confiança pública**. São Paulo. Ed. Página Aberta; Scritta, 1995.
- MOL, A. **The refinement of production. Ecological modernization theory and the chemical industry**. University of Amsterdam, 1995.
- MONTIBELLER FILHO, G. **Industrialização e ecodesenvolvimento (contradições, possibilidades e limites em economia periférica. O estado de Santa Catarina)**. Florianópolis, 1994. Dissertação de mestrado em geografia. CFH, UFSC.
- MOORE Jr., B. **Aspectos morais do crescimento econômico**. Rio, Record, 1999.
- MORAES, D. (Org.) **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande, Letra Livre, 1997.
- MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo, Atlas, 1996.
- MORIN, E. & KERN, A. B. **Terra-pátria**. Porto Alegre, Sulina, 1995.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro; edição revista e modificada pelo autor. 2ª ed. Bertrand Brasil, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Cultura de massas no século XX. O Espírito do tempo – 1. Neurose**. 6ª ed. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1984 c.
- \_\_\_\_\_. **O método – I. A natureza da natureza**. Cap. II, Publicações Europa-América, 1977.
- \_\_\_\_\_. **O método – IV. As idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização**. Publicações Europa-América, 1991.
- \_\_\_\_\_. **O problema epistemológico da complexidade**. Debate com diversos especialistas portugueses realizado em Lisboa, dias 14 e 15.12.1983. Publicações Europa-América, 1984 b.
- \_\_\_\_\_. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

- \_\_\_\_\_. “A ética do sujeito responsável”. In: MORIN, E. *et al.* **Ética, solidariedade e complexidade**. São Paulo, Palas Athena, 1998.
- \_\_\_\_\_. “Da necessidade de um pensamento complexo”. In: MARTINS, F. & SILVA, J.M. (Orgs.) **Para navegar no século 21. Tecnologias do imaginário e cibercultura**. 2ª ed. Porto Alegre, Sulina/Edipucrs, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Sociologia**. Publicações Europa-América, 1984 a.
- \_\_\_\_\_. **Os meus demônios**. Publicações Europa-América, 1995.
- MOURA, R. e CARILLO Jr., E. (Rev. técnicos). **Desmistificando a ISO 9000**. São Paulo, Instituto IMAM, 1994.
- NARDI, J.B. **A história do fumo brasileiro**. Rio de Janeiro, Abifumo, 1985.
- \_\_\_\_\_. **O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, comércio e administração**. São Paulo; Brasiliense, 1996.
- NETO, F.G. **Questão agrária e ecologia – crítica da moderna agricultura**. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- NETO, J.S. “Em causa própria”. Revista **Veja**, 20.10.1999.
- NEUMANN, R. “Indústria reage aos antitabagistas”. Santa Cruz do Sul, **Gazeta do Sul**. Matéria especial, sábado e domingo, 16 e 17.08.1997.
- NOAL, F., REIGOTA, M. & BARCELOS, V.H. (Orgs.). **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 1998.
- NOVAES, W. “O fumo, a lei e a democracia”. **Jornal O Estado de SP**, 16.01. 1998.
- NUNES, E. **A gramática política do Brasil. Clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- NUNES, N. B. “Qualidade”. **Informativo Souza Cruz**, Rio, n. 288, out./nov./dez., 1997.
- O’NEILL, J. **Ecology, policy and politics (human well-being and the natural world)**. London, Routledge, 1993.
- OCHÔA, V. “Estado investe na indústria da morte”. Caderno especial do **Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, nov., 1997.
- OLIVEIRA Jr., J.A. “O desafio dos novos direitos para a ciência jurídica”. In: OLIVEIRA Jr. & LEITE, J.R.M. (Orgs.) **Cidadania coletiva**. Florianópolis, CPGD da UFSC e editora Paralelo 27, 1996.
- OLIVEIRA, F. & PAOLI, M.C. (Orgs.). **Os sentidos da democracia (políticas do dissenso e hegemonia global)**. Petrópolis, Fapesp e Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, F.A.M. (Org). **Globalização, regionalização e nacionalismo**. São Paulo, Unesp, 1999.
- OMS. “Principais tipos de câncer e mortalidade no mundo em 1996”. Organização Mundial da Saúde. Ed. Abril, **Almanaque Abril**, 1998.
- OMS. **Tabaquismo y salud en las Américas**. Informe de la Cirujana General, 1992, en colaboración con la Organización Panamericana de la Salud. Organización Mundial de la Salud, 1992.
- ORTIZ, F. **Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar**. La Habana, Cuba: Jesus Montero., 1940.
- PASSOS, J. M. “Justiça dos EUA processa empresa por contrabando de tabaco para o Brasil”. **O Globo**, 09.01.1998.
- PASTORE, K. “Vizinhos do mal”. Revista **Veja**, 28.05.1997.
- PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos (o caso de Santa Catarina)**. Florianópolis, editora da UFSC, 1990.
- PCN. **Parâmetros curriculares nacionais Temas Transversais**. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- PENNA, C.G. **O estado do planeta (sociedade de consumo e degradação ambiental)**. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- PEREIRA. M.G. **Epidemiologia – teoria e prática**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, 1995.
- PERIN FILHO, C. **Tabagismo e o direito**. 5ª edição. Internet: [www.tabagismo.com](http://www.tabagismo.com), 1999.
- PINHEIRO, L. “Philip Morris dispensa 800 empregados no PR”. **Jornal O Estado de São Paulo; Agência Estado**, 24.10.1998.

- PIZZORNO, A . “Uma leitura atual de Durkheim”. In: COHN,G. **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- PNUD/BID. **Nossa própria agenda**. Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, 1992.
- PONTIERI, F.E., TANDA, G., ORZI, F. & CHIARA, G.D. “Effects of nicotine on the nucleus accumbens and similarity to those of addictive drugs”. In: **Nature**, v.382, p.225-257, de 18.07.1996.
- PORTER, G. & BROWN, J.W. **Global environmental politics. Dilemmas in the world politics**. USA, Westview Press, 1991.
- POSTMAN, N. **Tecnopólio (a rendição da cultura à tecnologia)**. São Paulo, Nobel, 1994.
- PRESTES, C. “A vítima tem 13 anos”. Revista **Veja**, p. 72-74; 16.02.2000.
- PT. **Lula Presidente: uma revolução democrática no Brasil**. Bases do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores, 1994.
- RAMOS, A .G. **A nova ciência das organizações. Uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro, FGV, 1981.
- RAMOS, R. **Contato imediato com propaganda**. 3ª ed. São Paulo, Global, 1987.
- RANDOLPH, R. “Redes como integração da diversidade: o desafio da análise de múltiplas articulações de processos locais”. Ensaio apresentado no **VI Colóquio sobre Poder Local: “Redes Organizacionais, Desenvolvimento Local e Qualidade de Vida”**, Salvador, 13 a 15.12.1994.
- RAPP, S. & COLLINS, T. “A essência da solução do maximarketing”. In: CLARET, M. **O poder do marketing**. São Paulo, ed. Martin Claret, 1998.
- REIS, F.W. & O'DONNELL, G. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo, Vértice e Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- RELATÓRIO AMBIENTAL 1998. **Souza Cruz**, Rio de Janeiro, 1999.
- RELATÓRIO ANUAL 1996. **Souza Cruz**, Rio de Janeiro, 1997.
- RELATÓRIO ANUAL 1997. **Souza Cruz**, Rio de Janeiro, 1998.
- RELATÓRIO ANUAL 1998. **Souza Cruz**, Rio de Janeiro, 1999.
- RELATÓRIO SOCIAL 1998. **Souza Cruz**, Rio de Janeiro, 1999.
- ROCHE,J. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, ed. Globo, 1969.
- RODRÍGUEZ, A S. **A fumicultura e a questão ambiental: o perfil do fumicultor em Restinga Seca-RS**. Santa Maria, Universidade Federal, UFSM, 1996.
- ROEMER, R. **Accion legislativa contra la epidemia mundial de tabaquismo**. 2ª ed. Ginebra, Organizacion Mundial de la Salud, 1995.
- ROESSLER, H.L. **O Rio Grande do Sul e a ecologia**. Porto Alegre, Martins Livreiro editor, 1986.
- ROIZEN, M.F. **Idade verdadeira**. Rio de Janeiro, ed. Campus, 1999.
- ROSEMBERG, J. **Tabagismo - sério problema de saúde pública**. Almed-Edusp, São Paulo, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Tabagismo e saúde. Informação para profissionais de saúde**. Brasília, Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987.
- RUNYAN,C. “Ação na linha de frente”. Revista **World-Watch**, v.12, n. 06, nov./dez., Worldwatch Institute, 1999.
- RUSSO, N. “Ministério estuda 'CPMF da fumaça'”. **Folha de SP**, 17.08.1997.
- SACCHETTA, J. “Matar por esporte”. **Trip**, São Paulo, ano 12, n. 67, dez., 1998.
- SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo, Editora Vértice, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo, ed. Vértice, 1986.
- SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo, Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. São Paulo, Cortez Editora, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. 6ª ed. Porto, Edições Afrontamento, 1993.



- SATO, S. & WEBER, D. "Fernando Henrique aprova com vetos lei do fumo". J. **Estado de SP**, 28.12.2000.
- SCHÄFFER, W.B. **Quanto vale uma semente de árvore nativa?** Blumenau, Furb, 1989.
- SCHERER-WARREN, I & KRISCHKE, P. (Orgs.) **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo, ed. Loyola, 1993.
- \_\_\_\_\_. "Associativismo civil em Florianópolis: evolução e tendências". Revista de **Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 26, p.115-134, out., UFSC, 1999 a.
- \_\_\_\_\_. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo, Hucitec, 1999 b.
- SCHMIDHEINY, S. **Mudando o rumo – uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente**. (Apoio do BCSD). Rio de Janeiro, FGV, 1992.
- SCHNITMAN, D.F. (Org.) **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
- SEFFRIN, G. **O fumo no Brasil e no mundo**. Santa Cruz do Sul, Afubra, 1995.
- SEIXAS, F. & MARIANTE, J.H. "O patrocínio vai virar fumaça?"; "Restrições fomentam patrocínio"; "FIA pode antecipar banimento"; "Mosley via prazo antigo com reservas"; "Quando as cores viram bandeira". **Folha de SP**, 06.03.1998.
- SEIXAS, F. "Indy assume transmissão de suas provas". **Folha de SP**, 11.03.1998.
- \_\_\_\_\_. "Patrocínio pode ter 'sobrevida'". **Folha de São Paulo**, 06.03.1998.
- SEMENIK & BAMOSSY. **Princípios de marketing – uma perspectiva global**. São Paulo, Makron Books, 1995.
- SERRA, J. "Fortuna em impostos não impede ação contra o fumo, garante Serra". Entrevista. São Paulo. **Jornal da Tarde**, 30.08.1999.
- SERRES, M. **O contrato natural**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.
- SHEPHERD, P. L. "Transnational corporations and the international cigarette industry". Newfarmer, R.S (ed.). **Profits, progress and Poverty: case studies of international industries in Latin America**. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 1985.
- SILVA, A . "Marketing: que diabo é isso?". In: CLARET, M. (Editor). **O poder do marketing**. São Paulo, editora Martin Claret, 1998.
- SILVA, L.R. **A paisagem do fumo em Tubarão**. Florianópolis, 1992. Monografia apresentada para concurso ao cargo de prof. titular. Depto. Geociências, UFSC.
- SILVA, M.M. **Trabalho, saúde e risco na fumicultura: um estudo de caso no município de Içara-SC**. Florianópolis, 1999. Dissertação de mestrado em sociologia política. CFH, UFSC.
- SILVEIRA, A C. **Fumar ou não fumar?** 6ª edição. Santo André. Casa Publicadora Brasileira, 1973.
- \_\_\_\_\_. **O drama do tabagismo**. 13ª edição, São Paulo, Casa Publicadora Brasileira, 1984.
- SILVEIRA, R.L.L. **A produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul-RS: o lugar dos safristas na terra do fumo**. Florianópolis, 1997. Dissertação de mestrado em geografia. CFH, UFSC.
- SINDIFUMO. "Programa quer proteger crianças e adolescentes". **Jornal Sindifumo em Folha**. Santa Cruz do Sul, n. 5, out., 1999 b.
- \_\_\_\_\_. "Safra 98/99 tem produtividade recorde". **Jornal Sindifumo em Folha** Santa Cruz do Sul, n. 5, out., 1999 a.
- \_\_\_\_\_. **Sindifumo em Folha**. Santa Cruz do Sul, ano I, n. 1 e 2; ano II, n. 4; ano III, n. 3 e 5.
- SINGER, P., CAMPOS, O & OLIVEIRA, E. **Prevenir e curar – controle social através dos serviços de saúde**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.
- SKLAIR, L. **Sociologia do sistema global**. Petrópolis, Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. "Globalization". In: TAYLOR, S. (Org.) **Sociology: issues & debates**. London, MacMillan, 1999.

- \_\_\_\_\_. "The transnational class and global capitalism: the case of the tobacco industry". In: SKLAIR, L *et al.* **Political power and social theory**. Vol. 12, pages 3-43. London School of Economics & Political Science. London, JAI Press Inc., 1998.
- SOUZA CRUZ. **Álbum oitenta anos de Brasil (1903-1983)**. Ed. da Souza Cruz, 1983 b.
- \_\_\_\_\_. **Agrotóxicos. Informações para uso médico**. 1ª ed., 1993.
- \_\_\_\_\_. **Agrotóxicos. Orientações, uso e cuidados**. 1ª ed., 1992.
- \_\_\_\_\_. **Álbum comemorativo de 80 anos (1903-1983)**. Edição da Souza Cruz, 1983 a.
- \_\_\_\_\_. **Fumo & sociedade: perguntas e respostas**. Departamento de Comunicação Empresarial da Souza Cruz, 1996a.
- \_\_\_\_\_. **Informativo Especial**. Depto. de Comunicação Empresarial da Souza Cruz, setembro de 1997b.
- \_\_\_\_\_. **O Produtor de Fumo**. Rio de Janeiro, ano XVI, n. 92 a 96, de 1997a; ano XVII, n. 96 a 99 de 1997a; ano XVIII, n. 100 de 1999.
- \_\_\_\_\_. **Plano diretor de solos**. 1ª ed., 1994.
- \_\_\_\_\_. **Pragas e doenças do fumo**. 1ª ed., 1992.
- \_\_\_\_\_. Brincando de preservar a natureza. **Jornal Clube da Árvore**. Rio de Janeiro, n.13, mar., 1996 b.
- \_\_\_\_\_. **Clube da Árvore**. Manual do coordenador. Rio de Janeiro, s/d.
- STOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- TAGLIARI, P.S. "A nova agricultura de Santa Catarina". **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 6, n. 2, jun., 1993.
- TAYLOR, P. **The smoke ring: tobacco, money and multinational politics**. New York: Pantheon Books, 1984.
- TEIXEIRA, E.C. "Participação cidadã na sociedade civil global". **Lua Nova; Ordem Mundial**, São Paulo, n 46, p.135-168, CEDEC, 1999.
- THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro, Vozes, 1995.
- THUROW, L. **Cabeça a cabeça: a batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- TIEZZI, E. **Tempos históricos, tempos biológicos**. São Paulo, Nobel, 1988.
- TOFFLER, A. **A terceira onda. A morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização**. 14ª ed., Rio de Janeiro, Record. s/d. Versão original é de 1980.
- TOLEDO, J.R. "Causas predominantes de mortes refletem as desigualdades do país". **Folha de SP**, 24.05.1998.
- TORRES, S. "Souza Cruz é condenada a indenizar família". **Folha de SP**, 24.09.1997.
- TRAJBER & MAZOCHI (Orgs.) **Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos**. São Paulo, ed. Gaia, 1996.
- TRIP. "Chemical brothers". **Trip**, São Paulo, n. 67, p. 58-59, dez., 1998.
- TURNER, C. "Gro Harlem quer mudar instituição". **Jornal O Estado de SP**, 23.09.1998.
- VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. Rio e São Paulo, Record, 1997.
- VIEIRA, L. & BREDARIOL, C. **Cidadania e política ambiental**, Rio e São Paulo, Record, 1998.
- VIEIRA, P. F, RAUD, C. & MORAES, E.C. "Uma estratégia de ecodesenvolvimento para a região litorânea sudeste-sul do Brasil". In: VIEIRA, P.F., RIBEIRO, M.A., FRANCO, R. M. & CORDEIRO, R.C (Orgs.), 1998.
- VIEIRA, P. F. *et al* (Org.). **Desenvolvimento e meio ambiente. A Contribuição de Ignacy Sachs**. Porto Alegre, Pallotti; Florianópolis, APED, 1998.
- VIOLA, E. & BOEIRA, S. "A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80". **Universidade e sociedade face à política ambiental brasileira**. Textos básicos. Florianópolis, v.1, p.41-99. IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente. UFSC e IBAMA, 19 a 23.11.1990.

- VIOLA, E. & LEIS, H. "Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo". In: LEIS, H. (Org.) **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro, Vozes, Fase, PUC-RJ, 1991.
- VIOLA, E. & OLIVIERI, A. "Globalização, sustentabilidade e governabilidade democrática no Brasil". In: TRINDADE, A. C. & CASTRO, M.F (Orgs.). **A sociedade democrática no final do século**. Brasília, ed. Paralelo 15, 1997.
- VIOLA, E. "A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995". In: VIOLA, L.C & FERREIRA, L. C. (Orgs.) **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas, Unicamp, 1996.
- VIOLA, E. "O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável". In: GOLDENBERG, M. **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro, Revan, 1992.
- VIOLA, E. *et al* . **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. Florianópolis, São Paulo, Cortez e UFSC, 1995.
- VOGT, O .P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul - RS, 1849-1993**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 1997.
- WAGNER, C. "A denúncia que correu o mundo". **Zero Hora**, 16.01.1998 b.
- WAGNER, C. "Universidade vai examinar fumo". **Zero Hora**, 16.01.1998 a.
- WALLERSTEIN, I. **The modern world system: capitalist agriculture and the origins of european world-economy in the sixteenth century**, 1º vol., Nova Iorque: Academic Press, 1974.
- \_\_\_\_\_. **The modern world-system III (The second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730-1840s)**. Nova York, Academic Press, 1989.
- WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- WELLS, A. **Picture-tube imperialism? The impact of U.S. television on Latin America**. Marykonll, New York, Orbis, 1972.
- WILKINSON, J. **Estudo da competitividade da indústria brasileira: o complexo agroindustrial**. Rio, ed. Univ. Federal Rural do RJ e Forense Universitária, 1996.
- WORLD BANK. "Tobacco control can prevent millions of death worldwide". News Release número 99/2189/S. Geneva, May 18, 1999. Internet: [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org).
- WYNNE, B. "May the sheep safely graze? A reflexive view of the expert-lay knowledge divide". In: LASH, S., SZERSZYNSKI, B & WYNNE, B. **Risk, environment and modernity**. London, Sage Publications, 1996.
- ZUKERAN, V. "Tyrrel aposta em resultados no próximo ano". **Jornal O Estado de SP**, 26.03.1998.